

Fábio Baqueiro Figueiredo

**Entre raças, tribos e nações:
os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Étnicos e Africanos.

Orientador:

Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni

**Salvador
2012**

Biblioteca CEAO – UFBA

F475 Fáblio Baqueiro Figueiredo
Entre raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos,
1960-1980 / por Fáblio Baqueiro Figueiredo. —
2012.
439 p.

Orientador : Prof. Dr. Valdemir Donizette Zamparoni.

Tese (doutorado) — Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos
Étnicos e Africanos, 2012.

1. Angola — História — Revolução, 1961-1975. 2. Angola — História —
Guerra civil, 1975-2002. 3. Nacionalismo e literatura — Angola. 4. Relações
raciais. I. Zamparoni, Valdemir, 1957-. II. Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD - 967.303

Fábio Baqueiro Figueiredo

**Entre raças, tribos e nações:
os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos, 1960-1980**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Étnicos e Africanos.

Aprovada em 4 de dezembro de 2012

Banca examinadora:

Valdemir Donizette Zamparoni
Universidade Federal da Bahia
Doutor em História (Universidade de São Paulo)

Carlos Moreira Henriques Serrano
Universidade de São Paulo
Doutor em Antropologia Social (Universidade de São Paulo)

Cláudio Alves Furtado
Universidade Federal da Bahia
Doutor em Sociologia (Universidade de São Paulo)

Inocência Luciano dos Santos Mata
Universidade de Lisboa
Doutora em Letras (Universidade de Lisboa)

Maria de Fátima Ribeiro
Universidade Federal da Bahia
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea
(Universidade Federal da Bahia)

Ibi Oyà wà, ló gbiná.

Òṣoosì kì nwo igbó, kí igbó má mì tìtì.

Yèyè olomi tútú, Opàrà òjò bíri kalee, o bá alágbára ranyanga òdè.

Agradecimentos

Para conseguir chegar ao fim deste trabalho, devo muito, a muita gente. Em primeiro lugar, agradeço a Valdemir Zamparoni, pelo incentivo desde o começo dessa caminhada, pela confiança demonstrada sempre, pelo sem-número de livros emprestados e presenteados, pelas valiosas sugestões e contribuições, pelo apoio, não apenas operacional, em todos os percalços burocráticos, em tantos momentos decisivos e em tantas escolhas difíceis, e pelas muitas e frutíferas trocas de ideias que tivemos ao longo de uma relação de orientação que, fazendo bem as contas, completou este ano uma boa década.

Agradeço também a Inocência Mata, pela calorosa acolhida em Lisboa, pelo afinho em me disponibilizar os recursos da universidade, pelos livros emprestados e ofertados, pelos imprescindíveis contatos, sem os quais esse trabalho não teria sido escrito, pelas excursões por terras ibéricas, e pelos muitos momentos agradáveis, em torno de um bom vinho e sempre com boa companhia, que tornaram aquele curto exílio temporário muito mais fácil de suportar.

Tive o privilégio de poder contar com o apoio de várias instituições, ao longo da lenta feitura deste trabalho. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) concedeu-me uma bolsa de estudos que me permitiu desenvolver adequadamente o cronograma da pesquisa, desde 2007, quando fui admitido no mestrado, até a finalização da escrita do que se transformou em um doutorado, no meio do caminho. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) financiou um estágio no exterior que deu a esta pesquisa uma outra dimensão e um outro alcance. A Fundação Clemente Mariani e a Casa das Áfricas concederam-me, também, desde a graduação, apoios diversos, na forma de bolsas de estágio, aquisição de bibliografia, passagens e amplas possibilidades de desenvolvimento acadêmico e profissional. A essas instituições, meu sincero agradecimento.

A minha maior dívida é provavelmente com as pessoas que se dispuseram a falar sobre suas próprias vidas e a disponibilizar para este trabalho suas memórias, análises e interpretações: Adolfo Maria, Edmundo Rocha e Pepetela. Espero ter escrito um texto à altura de sua imensa generosidade.

Um agradecimento especial é devido a Alexandra Aparício, do Arquivo Nacional de Angola, pelo empenho em confrontar os entraves burocráticos que, infelizmente, terminaram por inviabilizar minha visita aos acervos disponíveis em Luanda.

Num tom mais pessoal, gostaria de lembrar os muitos professores que, de uma forma indireta, mas muito efetiva, também estão presentes nessa tese, desde os do Departamento de História, onde aprendi tanto, aos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, que me mostraram novos universos teóricos e empíricos, sem esquecer daqueles de cuja convivência pude me beneficiar, ainda que por curtos períodos, ao longo dos anos, em especial Rita Chaves, Marcelo Bittencourt, Paulo Farias, Jacques Depelchin, Ibrahima Thiaw e Elísio Macamo.

Muitos colegas também fazem parte dessa história, e seriam precisas muitas páginas para nomear todos, mas não poderia deixar de evocar Marcos Dias Coelho e Fernanda Thomaz (além de tudo o mais, pelo tráfico de livros e artigos digitalizados), Fabiana Peixoto, Fabrício Mota, Sueli Borges e Nadja Ferreira (e nosso memorável afromóvel), Luiza Reis, Alyxandra Gomes, Artemisa Candé, Evaldo Barros, Viviane Barbosa, Tatiana Reis, Valdinéa Sacramento e Adriana Cerqueira. Meu muito obrigado também a Miguel Cruz, a quem atazanei a não mais poder com pequenos grandes favores sem os quais sequer teria chegado a Lisboa, muito menos completado a pesquisa, e a Cléria Ferreira, pelo artigo de Maria do Céu Reis. A Paulo e Marta de Jesus, agradecimentos muito especiais pelo livro de Henrique Abranches em tempo recorde. A Margarida Paredes, pelas muitas conversas, pelas informações privilegiadas, e pela boa companhia.

Finalmente, gostaria de agradecer à minha família, que esteve sempre comigo, mesmo quando estava longe, mesmo quando eu desaparecia dentro da tese dias, semanas e meses a fio. Carla e Cristiane estiveram no começo disso tudo, e juntas me trouxeram de volta para uma universidade da qual eu alegremente fugira no início da juventude. Célia e Tiana, de longe, mas atentas e sempre prontas a me socorrer nos muitos percalços dessa minha longa e atribulada formação. Luan e Inaiê cresceram junto com essa tese, que roubou a eles (e a mim) muito do tempo que eu gostaria de ter dedicado às delícias e agruras da paternidade.

E, com amor, a Scyl, que nas voltas do tempo me encontrou e reencontrou, e que ficou do meu lado no momento mais difícil de todos.

— *O inimigo são os outros, percebem? Estes, os nossos, têm fardas e armas parecidas, mas não são exactamente iguais. Eles sabem distinguir. Mas eu não aprendi, porque há fardas diferentes, embora todas parecidas e são todas parecidas com as do inimigo. Uma grande confusão. Mas os outros, os que não são os nossos, são o inimigo.*

[...]

— *Mas então Kanda é dos nossos e o Luzolo do inimigo?*

— *Penso que sim. Pelo menos o Kanda é dos meus nossos, não sei quais são os nossos dos outros.*

Pepetela, em *Parábola do cágado velho*

Resumo

Esta pesquisa parte da trajetória de um pequeno grupo de jovens reunidos em torno do Centro de Estudos Angolanos (CEA), criado em Argel, em 1964, para investigar as relações entre os esforços simbólicos de construção nacional — que marcam a literatura das independências e o discurso nacionalista em Angola, e na África de modo geral — e outras categorias de identificação coletiva, em especial etnia e raça, historicamente associadas à produção de saberes sobre o continente africano. Este trabalho inicia por um apanhado das relações teóricas entre nação e etnia, e de um inventário dos usos da etnia nos discursos nacionalistas africanos da época das independências, para acompanhar o pequeno núcleo ativo de jovens nacionalistas do CEA desde seu mergulho na agitação nacionalista até sua chegada a Angola. Finalmente, faz um experimento de leitura crítica dos primeiros romances do escritor angolano Pepetela (um dos principais membros do CEA), concentrando-se na sua mobilização das categorias de nação, raça e etnia (em seus aspectos descritivos e normativos), em relação com a produção intelectual do CEA e de seus membros ao longo do período estudado.

Palavras-chave:

Angola — História — Revolução, 1961-1975;

Angola — História — Guerra civil, 1975-2002;

Nacionalismo e literatura;

Relações raciais;

Identidade étnica.

Abstract

This research draws upon the path tracked by a small group of young nationalists gathered around the Center of Angolan Studies (Centro de Estudos Angolanos, CEA), established in Alger in 1964, in order to investigate the links between symbolic nation-building efforts — which shape independence-era literature in Angola as in the whole of the African continent — and other group-identification categories, namely ethnicity and race, which have been long associated with the production of knowledge about Africa. This work begins with an overview of theoretical relations between nation and ethnicity, as well as an inventory of the usages of ethnicity in African nationalist discourses around the age of independence, and then proceeds along the steps of the young nationalists which comprised the small active core of the CEA, from their first dive into anti-colonial agitation until their eventual arrival in Angola. Finally, it tries a critical reading of the first novels by Angolan author Pepetela (one of the CEA core members), focusing on his mobilization of categories such as nation, race, and ethnicity (in both their descriptive and normative facets), against the background of the corpus of intellectual production by the CEA and its members along the timespan under inquiry.

Keywords:

Angola — History — 1961-1975;

Angola — History — 1975-2002;

Nationalism and literature;

Racial relations;

Ethnicity.

Lista de ilustrações

Divisão política da África, 2010, e designações coloniais.....	104
Evolução política da África, 1945-1970.....	110
Principais cidades em Angola e em suas fronteiras, e designações coloniais.....	183
Regiões político-militares do MPLA.....	284
Formas correntes e corretas de etnônimos presentes em Angola.....	300
Carta étnica de Angola, segundo J. Ferreira Diniz e Mesquitela Lima, 1970.....	301
Condições de escuta das emissões do MPLA, agosto de 1968.....	322
Condições de escuta das emissões da FNLA, agosto de 1968.....	323

Lista de abreviaturas e siglas

AAPSO	<i>Afro-Asean People's Solidarity Organisation</i> (Associação de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos)
ACOA	<i>American Committee on Africa</i> (Comitê Americano para a África)
ALIAMA	Aliança dos Maiombes
AMANGOLA	Amigos do Manifesto Angolano
Anangola	Associação dos Naturais de Angola
ANC	<i>African National Congress</i> (Congresso Nacional Africano)
BDS	<i>Bloc Démocratique Sénégalais</i> (Bloco Democrático Senegalês)
BMS	<i>Bloc de Masses Sénégalaises</i> (Bloco de Massas Senegalesas)
BPS	<i>Bloc Populaire Sénégalais</i> (Bloco Popular Senegalês)
BSAC	<i>British South Africa Company</i> (Companhia Britânica da África do Sul)
CAC	Comités Amílcar Cabral
CAUNC	Comité de Acção de Unidade Nacional Cabindense
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEA	Centro de Estudos Angolanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i> (Agência Central de Inteligência)
CIMADE	<i>Service Oecuménique d'Entraide</i> (Serviço Ecumênico de Auxílio Mútuo)
CIPIE	Centro de Investigação Pedagógica
CIR	Centro de Instrução Revolucionária
CMA	Clube Marítimo Africano
Conakat	<i>Confédération des Associations Tribales du Katanga</i> (Confederação das Associações Tribais do Katanga)
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPP	<i>Convention People's Party</i> (Partido da Convenção do Povo)
CSRSA	Comité Secreto Revolucionário do Sul de Angola
CVAAR	Corpo Voluntário Angolano para a Assistência aos Refugiados
DEC	Departamento de Educação e Cultura
Diamang	Companhia de Diamantes de Angola
DISA	Direcção de Informação e Segurança de Angola
DOM	Departamento de Organização e Massas
DOP	Departamento de Orientação Política
DRIL	Direcção Revolucionária Ibérica de Libertação
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
EPLA	Exército Popular de Libertação de Angola
FDLA	Frente Democrática de Libertação de Angola
Fesman	<i>Festival Mondial des Arts Nègres</i> (Festival Mundial de Artes Negras)
Festac	<i>World African Festival of Arts and Culture</i> (Festival Mundial Africano de Arte e Cultura)
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FLING	Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa
FLN	<i>Front de Libération Nationale</i> (Frente de Libertação Nacional)
FNLA	Frente Nacional para a Libertação de Angola
FNS	<i>Front National Sénégalais</i> (Frente Nacional Senegalesa)
FPLN	Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas
FUA	Frente Unida Angolana
Gexto	Grupo Experimental de Teatro
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
KADU	<i>Kenya African Democratic Union</i> (União Democrática Africana do Quênia)
KANU	<i>Kenya African National Union</i> (União Nacional Africana do Quênia)
LGTA	Liga Geral dos Trabalhadores de Angola

LNA	Liga Nacional Africana
MAC	Movimento Anti-Colonialista
MDIA	Movimento de Defesa dos Interesses de Angola
MINA	Movimento pela Independência Nacional de Angola
MLA	Movimento de Libertação de Angola
MLEC	Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda
MLN	Movimento de Libertação Nacional
MNA	Movimento dos Países Não Alinhados
MNA	Movimento Nacional Angolano
MNC	<i>Mouvement National Congolais</i> (Movimento Nacional Congolês)
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD	Movimento de Unidade Democrática
Ngwizako	<i>Ngwizani a Kongo</i> (Associação dos Originários do Kongo)
Nto'bako	Associação dos Povos de Origem Bakongo
OAS	<i>Organisation de l'Armée Secrète</i> (Organização do Exército Secreto)
OCA	Organização Comunista de Angola
OMA	Organização da Mulher Angolana
OSPAAL	<i>Organización de Solidariedad con los Pueblos de África, Asia y Latinoamérica</i> (Organização de Solidariedade com os Povos da África, Ásia e América Latina)
OUA	Organização da Unidade Africana
PAI	<i>Parti Africain de l'Indépendance</i> (Partido Africano da Independência)
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PARA	Partido de Acção Revolucionária Angolano
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCP	Partido Comunista Português
PDA	Partido Democrático de Angola
PDG	<i>Parti Démocratique de Guinée</i> (Partido Democrático da Guiné)
PFA	<i>Parti de la Fédération Africaine</i> (Partido da Federação Africana)
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado

PLUA	Partido da Luta Unida de Angola
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
Polisario	<i>Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro</i> (Frente Popular de Libertação de Saguia el Hamra e Rio do Ouro)
Pró-AEESL	Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário de Luanda
Pró-AEUL	Comissão Pró-Associação de Estudantes da Universidade de Luanda
PSA	<i>Partido Solidário Africano</i> (Parti Solidaire Africaine)
RDA	<i>Rassemblement Démocratique Africain</i> (União Democrática Africana)
RDTF	<i>Radiodiffusion-Télévision Française</i> (Radiodifusão-Televisão Francesa)
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
SADF	<i>South African Defence Force</i> (Força de Defesa Sul-Africana)
SAM	Serviços de Assistência Médica
SARA	Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos
SCA	Sociedade Cultural de Angola
SCCIA	Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola
SRT	Serviços de Rádio e Telecomunicações
SWANU	<i>South West African National Union</i> (União Nacional do Sudoeste Africano)
SWAPO	<i>South West African People's Organisation</i> (Organização Popular do Sudoeste Africano)
TANU	<i>Tanganyika African National Union</i> (União Africana Nacional do Tanganica)
TE	Tropas Especiais
UEA	União dos Escritores Angolanos
UGEAN	União Geral dos Estudantes da África Negra
UNA	União Nacional de Angola
UNAP	União Nacional dos Artistas Plásticos
UNASA	União Nacional dos Africanos do Sul de Angola
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIA	<i>Universal Negro Improvement Association</i> (Associação Universal para a Promoção dos Negros)
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola

UNTA	União Nacional dos Trabalhadores de Angola
UPA	União das Populações de Angola
UPS	<i>Union Progressiste Sénégalaise</i> (União Progressista Senegalesa)
ZANU	<i>Zimbabwe African National Union</i> (União Nacional Africana do Zimbábue)
ZAPU	<i>Zimbabwe African People's Union</i> (União Popular Africana do Zimbábue)

Sumário

1	Introdução.....	25
----------	------------------------	-----------

PARTE I

Nação, etnia, raça e outros labirintos africanos

2	De que é feita uma nação?.....	43
2.1	Civilização e barbárie.....	44
2.2	As etnicidades da nação europeia.....	48
2.3	Metamorfoses da etnia.....	55
2.4	A nação: cidade sitiada.....	68
2.5	Narrando a ação coletiva.....	78
3	A forja africana.....	91
3.1	Vozes da África: conteúdos e continentes.....	92
3.2	Independências, clivagens e impasses.....	102
3.3	Etnia e tipologia, ou a moderna tradição africana.....	115
3.4	Histórias de tribos.....	132
3.5	A arma da teoria no campo da etnicidade.....	154

PARTE II

Sonhos de igualdade, pesadelos de diferença

4	O salto.....	177
4.1	Ventos de mudança.....	177
4.2	Todos os caminhos levam a Paris.....	188
4.3	O discreto charme do exílio.....	200
5	As batalhas de Argel.....	215
5.1	O curto verão da FUA.....	215
5.2	Caminhos cruzados.....	237
5.3	Café e conspiração.....	260

6	Fronteiras.....	285
6.1	Pé dentro, pé fora.....	286
6.2	Os tribalistas.....	299
6.3	Palavras e balas.....	316
6.4	À la veille d'un orage, et après.....	339

PARTE III
A letra, com sangue

7	Um certo ponto de vista.....	365
7.1	Um por todos, e todos contra a tribo.....	366
7.2	Corpo da nação, suplício do colono.....	385

	Referências bibliográficas.....	417
--	--	------------

	Fundos e séries documentais.....	439
--	---	------------

1 Introdução

Este trabalho utiliza como mote a trajetória de um pequeno grupo de jovens intelectuais angolanos entre a década de 1960 e a década de 1980, com o intuito de refletir sobre o campo intelectual envolvido na construção de uma ideia de nação na África em articulação com os temas da raça e da etnicidade. Em certo sentido, trata-se de um estudo de caso, na medida em que a experiência angolana da obtenção da independência política participa de um conjunto mais vasto, de abrangência continental, de processos históricos inter-relacionados e que obedecem, em linhas gerais, a um mesmo movimento. Mas, ao mesmo tempo, este não é um estudo de caso. Não tanto por Angola ser um exemplo extremo, quer se considere o quadro cronológico diferenciado da independência das colônias portuguesas, quer as condições muito específicas envolvidas no processo de descolonização, que condicionaram uma conflitualidade persistente no pós-independência. Mais pelo fato de que a situação empírica que resolvi tomar como ponto de partida, e os sujeitos nela envolvidos, não podem ser considerados, em nenhum sentido, como representativos ou típicos. Esse pequeno grupo, mais tarde separado por opções políticas irreconciliáveis, formou-se exatamente por sua singularidade: um topógrafo recém-formado, um universitário indeciso entre Engenharia e Letras, um artista plástico e etnógrafo autodidata do interior (os três brancos) e uma jovem universitária mestiça, que queriam ingressar na luta armada contra uma metrópole que se recusava a abandonar suas colônias quando quase todo o continente já era independente. Esses jovens viriam a fundar em Argel, em 1964, o Centro de Estudos Angolanos (CEA), uma organização de pesquisa e documentação que serviu de suporte à luta de libertação e à propaganda internacional contra o regime colonial português, e onde foram lançadas as sementes de uma reflexão intelectual que os quatro aprofundariam ao longo das décadas seguintes.

Em seu percurso em busca da nação que queriam ajudar a conformar, experimentaram exílios vários. Passaram por Lisboa, Paris, Argel, Brazzaville, e finalmente Luanda, em quatorze anos. Apesar da significativa dificuldade que tiveram em serem incorporados à organização nacionalista que haviam escolhido, sempre se empenharam em construir uma Angola futura em que seus sonhos de igualdade pudessem frutificar. Nesse exercício político e deliberado de imaginação — para o qual contribuíram com romances, peças de teatro, histórias em quadrinhos, etnografias, balanços historiográficos, colunas de jornais, ensaios acadêmicos, pinturas, esculturas, exposições museológicas e crítica política — as categorias de nacionalidade, etnia e raça tiveram um papel de destaque, que me interessa investigar.

As problemáticas que eles intuíram e procuraram equacionar desde o início de sua trajetória intelectual não se resolveriam, como talvez já se possa imaginar, com sua chegada a Luanda. Em termos de suas experiências pessoais, o retorno do exílio coincidiu com uma profunda fissura política que colocou dois deles ao lado de uma dissidência logo reprimida pelo novo Estado independente e que os levaria a um novo e prolongado exílio, e os outros dois empenhados na institucionalização de órgãos nacionais de promoção cultural por meio dos quais pudessem encontrar um espaço de atuação no seu novo país. De um lado ou de outro, continuaram preocupados fundamentalmente com os mesmos problemas.

São esses os problemas cujos muitos meandros me interessa percorrer e mapear. Seria possível, certamente, ter seguido outros caminhos, mas foi precisamente a posição pessoal desses jovens intelectuais diante das problemáticas envolvidas na construção nacional em Angola o que me atraiu para sua história — e sua experiência traz ao primeiro plano questões de raça e de diferença étnica. Obviamente, isso não significa dizer que as relações raciais e étnicas sejam as principais determinantes do desenvolvimento do nacionalismo e da construção do Estado independente em Angola. Quanto a isso, Carlos Serrano alerta para o perigo de simplificação, que observa em certas obras sobre o nacionalismo angolano produzidas nos Estados Unidos, envolvido em atribuir a motivação anticolonial apenas aos aspectos raciais, e em considerar a oposição entre as diferentes organizações uma função das afiliações étnicas.¹ Neste trabalho, pretendo, precisamente, empreender uma abordagem que seja suficientemente meticulosa a respeito da utilização prática de categorias raciais e étnicas, sem deixar perder a referência aos contextos mais amplos que condicionaram, em igual medida, o desenvolvimento da história política recente em Angola.

Vamos começar então esboçando o teatro no qual essa história será encenada. Principiemos pelo ano de 1960, que ficou conhecido na literatura política e acadêmica como o “ano da África”: entre janeiro e dezembro, nada menos que dezessete países tornaram-se independentes, seguidos de outros doze nos cinco anos seguintes. Essa era a culminação de processos iniciados por volta do final da Segunda Guerra Mundial, quando se tinha formado no continente a maior parte das organizações que conduziram à independência política os territórios coloniais dentro de cujas fronteiras atuavam, fosse por meios relativamente pacíficos, através de mobilizações, manifestações e greves, ou por meio da insurreição armada. A capacidade econômica e militar das potências europeias em sustentarem a situação colonial frente à oposição mais ou menos aberta de todo um continente foi certamente

¹ SERRANO, Carlos, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 74.

comprometida pelos efeitos materiais da guerra, mas as premissas ideológicas e filosóficas da presença europeia na África também faziam água: a pretensão civilizatória calcada no evolucionismo, fosse ele racial ou cultural, não se sustentava frente às evidentes demonstrações de barbárie que a autodenominada fina flor da civilização havia fornecido entre 1939 e 1945. Por outro lado, o consenso liberal-democrático-nacional entre os vencedores abriu caminho para a projeção das reivindicações das populações submetidas ao colonialismo no continente, que passaram a se expressar prioritariamente em termos de um nacionalismo africano.

Diz a historiografia que esse nacionalismo tinha entretanto à sua frente uma tarefa peculiar: a de conformar uma nação a partir dos diversos grupos humanos reunidos artificialmente dentro das fronteiras traçadas pelas potências europeias no final do século XIX. Ao mesmo tempo, a raça e o racismo — e sua superação — permaneciam como dados fundamentais para a articulação tanto das denúncias quanto das reivindicações sociais, culturais, econômicas e políticas expressas nos discursos nacionalistas, especialmente no âmbito do pan-africanismo.²

Ademais, a cena política internacional em meio à qual esses nacionalismos se moviam foi-se tornando cada vez mais complexa à medida que o confronto entre as superpotências se conformava ao equilíbrio instável da Guerra Fria. Por um lado, o pensamento de esquerda apontara já na década de 1910 a questão colonial como aspecto-chave da história mundial, e fornecia um instrumental teórico razoavelmente sólido que identificava a dominação colonial à evolução do capitalismo monopolista e financeiro.³ Por outro lado, as potências europeias, levadas depois da Segunda Guerra Mundial a defender o princípio liberal da

² Um debate intenso e criativo vem se desenvolvendo, principalmente em inglês, sobre as opções políticas de africanos e negros nas Américas e na Europa, frente ao legado do pan-africanismo e de outras alternativas de contestação da supremacia europeia que emergiram ao longo do século XX, como o movimento literário da *négritude* e o chamado afrocentrismo. Parte dessas contribuições debruçaram-se sobre a forma pela qual a noção de África foi historicamente constituída e apropriada pelos próprios africanos, e a persistência de uma caracterização racial do continente. Ver, entre outros, MUDIMBE, Valentin Y., **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**, Bloomington: Indiana University, 1988; NGOENHA, Severino, **Das independências às liberdades**, Maputo: Paulistas, 1992; APPIAH, Kwame Anthony, **Na casa de meu pai: a África na Filosofia da Cultura**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; GILROY, Paul, **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro: 34, CEEA, 2001; e **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**, São Paulo: Annablume, 2007.

³ Em particular LENIN, Vladimir Ilyich, **Imperialism, the highest stage of Capitalism**, Marxists Internet Archive, disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/index.htm>>, acesso em: 15 out. 2009 (escrito entre janeiro e junho de 1916; publicado originalmente como um panfleto em meados de 1917 em Petrogrado; republicado em **Selected Works**, Moscou: Progress Publishers, 1963, v. 1, p. 667-766). Lenin apoiou-se extensivamente sobre o livro escrito em 1902 pelo economista britânico John A. Hobson, no qual o argumento principal dos motivos econômicos do imperialismo havia sido esboçado. HOBSON, John A., **Imperialism, a study**, Marxists Internet Archive, disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>>, acesso em: 6 dez. 2009 (publicação original: New York: J. Pott, 1902). Hobson desenvolveu suas ideias a partir de sua experiência como correspondente de um jornal inglês na África do Sul durante a segunda guerra dos bóeres.

autodeterminação dos povos, atuaram no sentido de garantir que a independência política não significasse o fim de sua hegemonia econômica nos novos países que iam surgindo, patrocinando por exemplo a criação de blocos “culturais” e de comércio preferencial que visavam perpetuar a divisão internacional do trabalho imposta desde a conquista territorial. Essa configuração tendeu a aproximar os nacionalistas africanos mais radicais, que recusavam qualquer tipo de solução neocolonial, do campo do comunismo — ou, o que parece ter sido mais comum, a fazer com que os governos ocidentais os enxergassem como tal. Em função da importância do reconhecimento político internacional e dos apoios financeiros, técnicos e eventualmente militares para o cumprimento das reivindicações nacionalistas, as diferenças e clivagens internas em cada antiga colônia tenderam a se conformar aos campos opostos da Guerra Fria.

Essa circunstância conflituosa condicionou a política africana durante as décadas de 1960, 1970 e 1980. De fato, a África independente viu-se logo dividida entre um bloco “radical” e um bloco “moderado”, congregando aquelas repúblicas em que uma solução negociada com a antiga potência colonial permitira, em grande medida, deixar intocados os interesses metropolitanos. Desde 1960, essas duas opções enfrentavam-se, com consequências trágicas, no antigo território colonial belga do Congo. Completando o quadro, a região da África Austral alimentava a tensão no continente: a África do Sul e a Rodésia, estados independentes de regime racista, o Sudoeste Africano (controlado pela África do Sul sob um mandato das Nações Unidas até 1966, e ilegalmente desde então) e mais as colônias portuguesas de Angola e Moçambique formavam um território contínuo considerado tanto pelos radicais quanto pelos moderados como submetido à dominação estrangeira.

Com efeito, Portugal foi a última potência europeia a abandonar um projeto estritamente colonial na África.⁴ Esse fato está ligado às peculiaridades da própria economia capitalista portuguesa, marginal em relação ao conjunto da Europa, assim como à função que a mitologia colonial desempenhava na manutenção do regime ditatorial de inspiração fascista instalado no país a partir de 1926, e que sobrevivera à Grande Guerra graças à neutralidade. A ascensão de António Oliveira Salazar havia estabilizado o balanço do poder entre as classes superiores portuguesas e permitido que uma política colonial mais intensiva, já ensaiada pela República desde a sua proclamação em 1910, se desenvolvesse. Havia significado também a repressão feroz a qualquer leve sinal de inconformismo, no próprio Portugal assim como nas colônias.

⁴ A Espanha manteve sua colônia de Rio do Ouro (hoje Saara Ocidental, ocupado pelo Marrocos) até 1974, mas dificilmente pode-se falar de um projeto colonial, em comparação com o caso português. A Espanha mantém na África o controle sobre as ilhas Canárias e sobre dois enclaves no Marrocos: as cidades mediterrâneas de Ceuta e Melilla. A França ocupa a ilha de Mayote, no Oceano Índico, próximo a Comores.

Já em 1926, o governo português havia feito o primeiro esforço de regulamentar a imprensa colonial, com a Lei João Belo. Em 1933, através de decreto, foi estabelecida a censura prévia. Ao longo da década de 1930, os movimentos reformistas incipientes em Angola, Moçambique e Cabo Verde, que expressavam suas reivindicações principalmente através dos jornais ou por meio de grêmios e associações, foram sendo extintos ou colocados sob a tutela direta do Estado português.⁵

No caso de Angola, esses movimentos reformistas, presentes desde o fim do século XIX, representavam camadas urbanas fruto de uma mescla cultural (e racial) entre a população nativa de fala quimbundo e europeus que se haviam estabelecido entre os séculos XVI e XVIII em torno de Luanda e ao longo do baixo curso do rio Kwanza. Esse contingente populacional, que buscou afirmar, em diversas ocasiões, sua especificidade enquanto “filhos da terra”, “angolenses” e, mais tarde, “crioulos”, passou a agregar, no decorrer do século XX, sucessivas levas de imigrantes africanos vindos um pouco de toda parte, deslocados de suas terras pela política colonial portuguesa. Com o fim da Segunda Guerra, essas camadas voltaram a se movimentar em torno de uma agenda emancipacionista, patrocinando uma espécie de nativismo cultural e formando células incipientes de agitação nacionalista.⁶

As especificidades históricas do norte de Angola fizeram com que uma outra corrente nacionalista se desenvolvesse ali. Ao mesmo tempo em que Portugal optou por preservar de modo simbólico o estatuto jurídico do antigo reino do Kongo — vassalo da coroa portuguesa desde fins do século XVII — implementou uma política brutal de expropriação de terras e de

⁵ SMITH, Alan K., António Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy, **The Journal of African History**, v. XIV, n. 4, p. 653-667, 1974. Para um período mais recente, ver CLARENCE-SMITH, Gervase, The impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa, **The Journal of African History**, v. 26, n. 4, p. 309-326, 1985. Uma interessante polêmica sobre a preponderância de considerações de retorno econômico para a empresa colonial portuguesa foi travada por J. R. Hammond e Gervase Clarence-Smith: HAMMOND, R. J., **Portugal and Africa, 1815-1910: a study in uneconomic Imperialism**, [s.l.]: Stanford University, 1966; CLARENCE-SMITH, Gervase, **The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic Imperialism**, [Manchester]: Manchester University, 1985. Uma posição equilibrada, que leva em conta a relevância da empresa colonial para a sustentação ideológica do poder metropolitano, sem descuidar dos aspectos econômicos, pode ser lida em ALEXANDRE, Valentim, A questão colonial no Portugal oitocentista, in: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Orgs.), **O império africano, 1835-1890**, Lisboa: Estampa, 1998, p. 21-132. A produção do conhecimento colonial sobre Angola e seus efeitos práticas, em suas mais diversas esferas, foi tratada por SERRANO, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, p. 81-108.

⁶ Sobre o período formativo do nacionalismo em Angola, ver: ANDRADE, Mário Pinto de, **Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961**, Lisboa: Dom Quixote, 1997; BITTENCOURT, Marcelo, **Dos jornais às armas: trajectórias da contestação angolana**, Lisboa: Vega, 1999; DAVIDSON, A. B. Basil; ISAACMAN, Allen F; PÉLISSIER, René, Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935, in: BOAHEN, Albert Adu (Org.), **A África sob dominação colonial: 1880-1935**, 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 787-832.

instalação de populações trazidas do planalto central angolano, através do regime semisservil do “contrato”. Um significativo contingente populacional, inclusive integrantes da antiga aristocracia congoleza, foi empurrado para fora do território de Angola em direção ao norte, estabelecendo-se nas cidades da colônia belga do Congo. Essas populações, que não tinham qualquer ligação cultural ou afetiva com o mundo de Luanda — a língua europeia que precisavam dominar para lidar com o Estado nem sequer era a mesma — formaram também suas associações para contestar a dominação colonial.

Esses dois ramos do nacionalismo angolano foram ao longo da década de 1960 tomando rumos cada vez mais divergentes, e a possibilidade de uma unificação, muitas vezes enunciada, nunca chegou perto de se concretizar. Representados, respectivamente, pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e pela União das Populações de Angola (UPA), mais tarde convertida na Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), esses grupos formulariam projetos distintos para a nação angolana a ser forjada no processo de descolonização, passariam à luta armada em separado, disputando a iniciativa política e militar, assim como se alinhariam com campos opostos no quadro mais geral da Guerra Fria. Passada a primeira metade da década, e de forma relacionada ao agravamento do conflito sino-soviético, uma dissidência da FNLA viria a se estabelecer no planalto central de Angola, dando origem à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Embora a independência política de Angola tenha sido alcançada em 1975, a oposição ferrenha entre esses três movimentos alimentou uma guerra civil insidiosa, com forte participação militar estrangeira, que durou até 2002 e praticamente arrasou o país.⁷

O problema da oposição aparentemente irreconciliável entre movimentos ou partidos que formulavam projetos políticos divergentes, granjeavam distintos apoios internacionais e eram considerados legítimos por diferentes parcelas da população não é uma característica exclusivamente angolana. Ao contrário, em muitos dos países saídos da colonização no continente, divergências e impasses políticos levaram a enfrentamentos, por vezes armados — uma recorrência que tornou fácil aos meios de comunicação (e a um senso comum algo

⁷ A mais detalhada narrativa sobre a formação dos três movimentos nacionalistas angolanos e suas trajetórias continua sendo a de MARCUM, John, **The Angolan revolution**, Cambridge: MIT, 1969. Sobre o percurso do MPLA até a década de 1970, TALI, Jean-Michel Mabeko, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, Luanda: Nzila, 2001; BITTENCOURT, Marcelo, **“Estamos juntos”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**, Luanda: Kilombelombe, 2010. Sobre a guerra civil e suas consequências, ver, entre outros, RIBEIRO-KABULU, Alberto D. C. B., Settlement of the internal conflict in Angola, **África**, v. 16-17, p. 117-123, 1993; SANTOS, Daniel dos, Sociedade política e formação social angolana (1975-1985), **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 32, p. 209-220, 1997; SANTOS, Daniel dos, Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente, **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 99-133, 2001.

interessado) caracterizar os conflitos africanos contemporâneos como a ressurgência de uma etnicidade atávica e conflituosa por natureza, que a *pax colonial* havia conseguido abafar temporariamente, mas não pudera suprimir.

Este é uma das portas de entrada deste estudo. Em poucas palavras, o problema pode ser colocado nos seguintes termos: se a dominação colonial desenhou as fronteiras dos futuros Estados africanos independentes e dotou-os dos embriões da burocracia estatal, sacralizou por outro lado uma prática administrativa que aprofundou, quando não criou artificialmente, profundas distinções locais e regionais, na forma de “tribos” ou “etnias”, que se mostraram difíceis de equacionar no quadro do Estado independente. Se o Estado estava dado, a nação por outro lado era um mosaico que o próprio Estado havia-se esforçado por embaralhar.

Essas eram as preocupações que me assaltavam em meus primeiros contatos com romances africanos escritos na época das independências — os quais constituem a minha segunda porta de entrada. De um modo geral, a emergência na África de uma literatura que se pretendia nacional está ligada à própria reivindicação nacionalista, e mais tarde à construção ou à consolidação do Estado independente. E chama a atenção o grande número de escritores africanos que assumiram o papel de atores políticos nacionalistas durante a segunda metade do século XX. A batalha encampada por eles (e por outros intelectuais africanos: antropólogos, historiadores, sociólogos e educadores, principalmente) tinha como principal objetivo estratégico o desmonte da pretensa superioridade civilizatória europeia, base ideológica da dominação política. Nesse sentido, denunciava-se por um lado a contradição entre as nobres intenções alegadas pelos colonizadores e o fato brutal da opressão, e por outro insistia-se na valorização dos saberes, práticas e feitos civilizatórios africanos. Como não podia deixar de ser, os temas ligados à relação entre identidade “tribal” e pertença nacional são recorrentes no conjunto dessa literatura, embora apresentem uma heterogeneidade no tratamento que reflete a variedade de formulações a respeito das formas de superar o dilema da “nação” e da “tribo”. Algumas vezes, essa superação apontava para a “África” (entendida como a terra dos homens negros), inserindo no debate a questão da raça.

Em Angola, esse processo seguiu um padrão semelhante. A emergência de uma literatura que se identifica como angolana é um dos componentes de um certo “renascimento africano” na década de 1950, que teve Luanda como núcleo irradiador e abrangeu, além da literatura, a valorização da música e da dança nativa, o estudo dos idiomas locais, especialmente o quimbundo, e um florescimento intelectual que se refletiu na criação de “movimentos”, que por vezes se qualificavam de “novos”. Esta cena cultural efervescente se entrelaçava de modo íntimo à agitação nacionalista — não somente porque o trânsito de pessoas entre os núcleos

artísticos e intelectuais e as primeiras agremiações nacionalistas clandestinas era intenso, mas também porque o problema central desses grupos era o de instituir os referentes privilegiados e as formas de suas experimentações estéticas de modo a constituir uma identidade nitidamente discernível da arte e da literatura europeia em geral, e portuguesa em particular. O meio de expressão principal dessa primeira literatura angolana foi a poesia, em virtude das diversas limitações existentes nas colônias (em especial a pesada censura e a insignificância do mercado editorial em face das altíssimas taxas de analfabetismo). Entretanto, o romance enquanto produto de uma especificidade nacional — que ensaiava já os seus primeiros passos nas primeiras décadas do século XX com Assis Jr., e prosseguiria tateando um caminho nas produções de Castro Soromenho, na década de 1940, e de Óscar Ribas, na década de 1950 — manteve-se como um objetivo maior na agenda dos formadores da literatura angolana. Nos anos de 1960, José Luandino Vieira se tornou o principal combatente nesse terreno, que entretanto só se pôde considerar conquistado com a efetiva publicação de seus livros em Angola, e com o surgimento de uma segunda geração de romancistas, após a independência. Dentre esses novos romancistas, o mais conhecido é provavelmente Pepetela, nascido Artur Maurício Pestana dos Santos, em Benguela, no litoral sul de Angola, em 1941.⁸

Entrei em contato com a literatura de Pepetela acreditando poder encontrar algo como um depoimento que me servisse de fonte para o estudo de Angola no período da independência; estava paramentado com as armas metodológicas da história social e da história cultural (cujos diferendos, aliás, sempre considerei mais brigas de família que incompatibilidades teóricas); passei também a frequentar encontros, simpósios e colóquios sobre literatura

⁸ O trajeto de constituição de um romance angolano foi descrito por Rita Chaves, em **A formação do romance angolano: entre intenções e gestos**, São Paulo: Edusp, 1999. Outros trabalhos que buscam traçar uma linha de desenvolvimento ou um panorama da literatura em Angola incluem MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque, **A sociedade angolana através da literatura**, São Paulo: Ática, 1978; ERVEDOSA, Carlos, **Roteiro da literatura angolana**, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979; MARGARIDO, Alfredo, *Les difficultés de la structuration des histoires des littératures des pays africains de langue officielle portugaise*, in: COLLOQUE INTERNATIONAL LES LITTÉRATURES AFRICAINES DE LANGUE PORTUGAISE (1.: 1984: PARIS), **Les Littératures africaines de langue portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale: actes du Colloque International: Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984**, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985, p. 513-521; RIAÚZOVA, Helena, **10 anos de literatura angolana**, [s.l.]: União dos Escritores Angolanos, 1986; VENÂNCIO, José Carlos, **Uma perspectiva etnológica da literatura angolana**, Lisboa: Ulmeiro, 1987; KANDJIMBO, Luís, **Apologia de Kalitangi: ensaio e crítica**, Luanda: INALD, 1997; ABDALA JUNIOR, Benjamin, *Reimaginando a nação*, in: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.), **A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**, São Paulo, Luanda: Cultura Acadêmica, Nzila, 2007, p. 27-34; MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque, *O problema da autonomia e da denominação da literatura angolana*, in: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.), **A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**, São Paulo, Luanda: Cultura Acadêmica, Nzila, 2007, p. 41-53. Ver ainda o extenso levantamento produzido por Russel Hamilton: **Literatura africana: literatura necessária**, Lisboa: 70, 1984, v. 1: Angola. Apesar de alguns lapsos factuais, e de um arcabouço teórico em certa medida superado, esta continua sendo uma leitura obrigatória, em virtude da vasta abrangência da pesquisa e do acesso a observadores privilegiados obtido à época.

africana, e a me embrenhar, como uma espécie de espião disciplinar, na densa floresta de artigos (exasperadoramente curtos, para a sensibilidade de um historiador) produzidos por uma área que experimentou uma enorme efervescência na primeira década deste novo século. Aprendi muito, certamente. Havia, entretanto, coisas que me intrigavam. O “problema do tribalismo”, por exemplo, me parecia ser tomado muitas vezes como um dado da realidade que o texto refletia; eu, no entanto, percebia muito claramente a existência de um discurso normativo sobre a etnicidade que era intrínseco ao projeto de construção ideológica da nação que Pepetela propunha, nas páginas de seus romances. E mais: de forma muito marcante, esse discurso dava uma guinada significativa entre a década de 1970 e a década de 1980 em alguns pontos que me pareciam fundamentais.

A questão da intencionalidade é, de modo geral, reconhecida como pertinente à literatura produzida no contexto africano. É razoavelmente aceite a existência de um deslizamento da posição do autor na Europa para aquele que se observa na África — relacionado, de alguma maneira, aos cenários intelectuais e culturais mais vastos dos anos de 1960 e 1970, e à posição relativa na hierarquia global, tanto econômica quanto política e simbólica, desses dois espaços continentais.⁹ Mas essa intencionalidade era percebida muito em função do aspecto “pedagógico” e “identitário” dessa literatura, e eu achava que havia que cavar mais fundo. Essas reflexões me levaram a uma primeira hipótese, que chamo de “pragmática”, com a qual iniciei minha pesquisa, já lá se vão alguns anos: a de que a dinâmica entre nação e etnia em Pepetela podia ser remetida a diferentes níveis de circunstâncias políticas em relação às quais o discurso enunciado nos romances podia ser compreendido como um “gesto”. Em um primeiro nível, havia a circunstância da luta por legitimidade e adesão entre o MPLA e as organizações rivais; em um segundo, a circunstância da disputa entre vários projetos, agendas e versões no próprio seio do MPLA (uma disputa que levou a cisões traumáticas, que Pepetela presenciou de perto e nas quais precisou tomar partido); em um terceiro nível, a circunstância da proliferação de referências de projetos, agendas e versões que conformaram o “terceiro-mundismo revolucionário” no seio do qual o MPLA se movia; finalmente, havia a circunstância do quadro internacional da Guerra Fria e das intervenções estrangeiras em Angola, que condicionaram fortemente a história recente do país.

Foi em meio a essas elucubrações que tive a felicidade de ouvir, em um encontro de professores de literaturas africanas em língua portuguesa, realizado no Rio de Janeiro, em 2007, uma pequena conferência proferida pelo crítico moçambicano Lourenço do Rosário.

⁹ APPIAH, *Na casa de meu pai*, cap. 3-4.

Rosário tentava abrir um espaço no campo que possibilitasse a emergência de um ponto de vista africano no estudo daquelas literaturas; ao fazê-lo, delineou as características gerais do que seriam a “escola portuguesa” e a “escola brasileira”. Segundo ele, o olhar português sobre as literaturas africanas de língua portuguesa

privilegia ainda o processo identitário ou, se preferirmos, o processo de autonomização face ao modelo português, com a busca de recursos estéticos que a afastam dos cânones literários lusos, buscando legitimidade através da transgressão linguística, do retorno às raízes orais, e da inclusão de elementos não canonizados no universo literário português. É preciso dizer que os estudos assim estruturados ainda privilegiam a linha da dissidência colonizado-colonizador, colonizado-independência, utopia-realidade, ordem e desordem. O olhar continua a ser a partir do ponto de vista da ordem colonial que historicamente se nos atribui. É como se o mito do império ainda influenciasse, seja eufórica ou disforicamente, a abordagem dessas matérias.¹⁰

Por sua vez, o olhar brasileiro, necessariamente diferente devido à origem colonial e à componente africana de sua trajetória de constituição nacional, estaria marcado por um “ponto de vista da diáspora”.

A postura de produção do conhecimento na área das ciências sociais e humanas tendo como seguimento a visão de diáspora coloca-nos sempre o seguinte problema: o sujeito que efetua o estudo olha para o outro sujeito que estuda como fazendo parte de si próprio, simplesmente fora do tempo e fora do espaço. Assim, ele vai procurar demonstrar um conhecimento imanente daquilo que constitui o seu objeto de estudo, procurando encarcerar o sujeito que do outro lado procura efetuar o mesmo trabalho. Em última análise, ele subverte a busca do sujeito da diáspora essencialmente para procurar encontrar uma consonância de vozes entre si e o outro, porque, em algum momento, eles foram um só.¹¹

De fato, essas considerações ajudavam a explicar algumas recorrências que eu também já vinha percebendo ao assistir a comunicações em eventos acadêmicos e ao folhear as revistas e livros coletivos: um certo desinteresse pelo contexto de produção e distribuição das obras,

¹⁰ ROSÁRIO, Lourenço do, [Miniconferência], in: ENCONTRO DE PROFESSORES DE LITERATURAS AFRICANAS (3. : 2007: RIO DE JANEIRO), **Pensando África: crítica, ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

¹¹ *Ibid.*

uma preferência pela comparação de autores africanos e afro-brasileiros, uma leitura de certo modo “fetichizada”, e uma preocupação obsessiva com a “identidade”, ou com seu espelho invertido, a “diferença” — em todo caso, restringindo a intermediação do autor aos aspectos técnicos (alguns textos diziam mesmo “mágicos”) da arte narrativa ou poética, acreditando ver no texto a expressão da cultura de um povo que estava dado à partida e que, na sua multiplicidade tantas vezes reiterada, terminava por se diluir no unanimismo de uma leitura antropologizante (ou culturalizante) das realidades africanas.

Obviamente havia autores ultrapassando as linhas, talvez excessivamente rígidas, desse esquema. Talvez por força exatamente de uma maior circulação de pessoas e ideias entre os três continentes, começaram a surgir estudos sobre práticas editoriais e formação do cânone, e a presença do Estado, muito marcante em Angola e Moçambique, começou a ser tematizada ao se considerar a construção da nação. De todo modo, percebi nessa inflexão crítica a possibilidade de dar uma contribuição a um campo de que me vinha aproximando. Naquela altura, meus planos eram o de realizar um trabalho minucioso de contextualização dos vários níveis sociais e políticos aos quais o “gesto” de escrever de Pepetela aludiam, nos termos da minha hipótese. Uma vez que esses primeiros romances pareciam ancorados em um certo discurso normativo sobre etnicidade e nação, saí em busca de referenciais teóricos que me permitissem discutir o nacionalismo e a etnicidade no contexto africano.

Mal sabia eu que com isso apenas aumentava a abrangência de minhas atribuições. Ao me aprofundar na bibliografia teórica sobre nacionalismo, e analisar as maneiras pelas quais esse campo de estudos manipulava a noção de etnicidade, cheguei à conclusão que, longe de fornecer um quadro teórico confortável, os estudos do nacionalismo eram, eles mesmos, parte do problema. Por um lado, deparei-me com a onipresença da “narrativa da modernização”, que embasava os estudos clássicos do nacionalismo. Por outro, tornou-se patente a indissociabilidade da noção de “raça” das narrativas e contranarrativas que buscaram estabelecer o lugar da África em relação à Europa ao longo dos séculos XIX e XX. Ambos os problemas podiam ser localizados no plano dos debates teóricos tanto quanto nas próprias fontes que passavam sob meus olhos: romances, mas também artigos de propaganda, ensaios analíticos, relatórios de desenvolvimento da luta anticolonial, entre outros, produzidos por nacionalistas africanos no período estudado.

Esses desenvolvimentos me levaram à configuração de uma segunda hipótese, que chamo de “teórica”: a de que era necessário estabelecer claramente a modernização como uma narrativa da mudança social, econômica, política e cultural (em outras palavras, da história) cuja normatividade exerceu uma dominância sobre o tratamento dado à relação entre “etnia” e

“nação” em, novamente, vários níveis de discurso: em primeiro lugar, no nível dos debates teóricos tanto sobre nacionalismo quanto sobre etnicidade (e, de modo indireto, sobre “África” e raça); em segundo lugar, no nível dos discursos dos próprios nacionalistas africanos durante das décadas de 1960 e 1970; e, finalmente, no nível dos projetos de nação difundidos através de bens simbólicos africanos produzidos na época das independências, especialmente o romance, mas não se limitando a ele.

Essas duas hipóteses encaixavam perfeitamente, se tomadas em ordem inversa, em minhas duas portas de entrada — a primeira sendo relativa a um debate teórico; e a segunda, a uma abordagem de pesquisa histórica — cercando, dessa maneira, o objetivo inicial do trabalho, que era em última análise uma questão de exegese. Fiquei assim comprometido com uma estrutura desta tese composta por três partes, que passo a descrever agora.

A primeira parte diz respeito ao debate teórico e sua aplicação ao nacionalismo africano da época das independências, e está dividida em dois capítulos. No capítulo 2, intitulado *De que é feita uma nação?*, trato, com alguma delonga, da relação teórica entre nação e etnicidade, abordando também a incidência específica da raça sobre a situação africana. No capítulo 3, intitulado *A forja africana*, busco acompanhar a utilização no terreno dessas duas categorias, examinando a evolução e as clivagens do nacionalismo africano e investigando os diferentes usos dos conceitos relacionados à diferença étnica nos discursos de alguns líderes nacionalistas selecionados por sua posição no espectro político.

A segunda parte é a pesquisa histórica propriamente dita. E aqui, é preciso explicar que passei, de uma preocupação inicial com um autor, Pepetela, para uma pequena prosopografia. É que, Pepetela, contrariando os melhores romances policiais, não agiu sozinho. A partir da consideração de que sua estadia em Argel, durante quase toda a década de 1960, foi um momento formativo fundamental para seu amadurecimento como intelectual e escritor, procuro analisar o pequeno grupo de jovens intelectuais com os quais ele compartilhou a vida e o trabalho militante longe de casa. Nesse ponto, outros três personagens, igualmente importantes mas muito pouco conhecidos no Brasil, invadem a história: Maria do Céu Carmo Reis, Adolfo Maria e Henrique Abranches — os quais, junto com Pepetela, formavam o núcleo duro de um Centro de Estudos Angolanos pelo qual passaram muitos outros quadros do MPLA. Longe dos combates militares, esses quatro jovens dedicaram-se a criar uma frente ideológica da guerra de libertação. Dois autodidatas e dois estudantes de sociologia, eles se preocuparam em pensar os destinos da futura nação angolana, trabalharam para a construção de uma cultura nacional comprometida com ideais socialistas de igualitarismo e liberdade, e, mais cedo ou mais tarde, decepcionaram-se com a dura realidade pós-independência. Esta

parte está dividida em três capítulos, mais ou menos cronológicos. No capítulo 4, intitulado *O salto*, acompanho a entrada dessas personagens no nacionalismo e sua saída do espaço dominado por Portugal em busca de uma atuação na luta de libertação nacional que estava iniciando. No capítulo 5, que tem o título *As batalhas de Argel*, analiso a constituição da “retaguarda” a que esses jovens se viram restringidos, e sua atuação no sentido de assegurar uma participação mais efetiva nos enfrentamentos que então se travavam. A criação do CEA e o trabalho ali desenvolvidos são acompanhados com especial interesse. No capítulo 6, intitulado *Fronteiras*, me ocupo da chegada dos membros do CEA às frentes de combate às portas de Angola, e sua entrada em seu país às vésperas da independência.

A terceira parte é composta de um único capítulo, de número 7, com o título *Um certo ponto de vista*. Nele me dedico a fazer uma leitura experimental de dois romances de Pepetela, *Mayombe* e *Yaka*, escritos respectivamente em 1971 e 1983, relacionando-a aos resultados (provisórios, obviamente) de minha pesquisa sobre o jogo das categorias de raça e etnicidade no processo de construção da nação. Espero, com isso, ter contribuído para recolocar a discussão sobre identidade e diferença na literatura africana em um outro plano, que sublinhe a relevância dos aspectos políticos dos discursos identitários, ressalte sua especificidade — e sua diferença em relação ao Brasil — e confira aos autores uma posição mais humana de atores sociais e políticos envolvidos em uma intermediação múltipla de vários planos. Se tiver conseguido chegar até aí, esses longos anos de pesquisa não terão sido inúteis.

Há ainda algumas coisas por dizer. Antes de mais nada, uma advertência, válida especialmente para as porções “históricas” deste trabalho. Christine Messiant disse uma vez — e a tirada tornou-se um clássico instantâneo — que “em Angola até o passado é imprevisível”.¹² A verdade é que o passado é imprevisível, em alguma medida, um pouco por toda parte, mas a queixa de Messiant tem o mérito de chamar a atenção para a intensidade com que a disputa política corrente em Angola lança mão do passado em busca de legitimar posições de poder presentes, cada agrupamento e corrente política e social cultivando com um zelo incomum seus heróis, e também seus vilões. Por outro lado, desde essa provocação, feita há quinze anos, tomou curso, efetivamente, um abrangente esforço de fixação da memória recente em Angola — como é óbvio, com alguns dos antigos participantes mais bem posicionados que outros para defender e divulgar suas próprias versões. Em vista desse

¹² MESSIANT, Christine, “Em Angola, até o passado é imprevisível”: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano, em particular, o MPLA: fontes, crítica, necessidades actuais da investigação, in: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA (2.: 1997: LUANDA), **Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação**, [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 803-859.

contexto, a produção tanto de depoimentos quanto de pesquisas históricas propriamente ditas têm sido marcados por um profundo (e certamente importante) debate moral — mas do qual este trabalho distancia-se cabalmente. E isso por três motivos principais. O primeiro, minha condição de estrangeiro não implicar automaticamente a possibilidade de fazer julgamentos morais mais isentos ou mais serenos, deve ser óbvia à partida. O segundo, por não ter, como historiador, nenhuma inclinação para fazer tais julgamentos — as pessoas reais cujos atos são o objeto da pesquisa histórica não tiveram o privilégio (que nós temos) de saber como aquela dada situação iria evoluir; suas ações foram sempre informadas por uma apropriação parcial, inexata e imediata da realidade, e por expectativas muitas vezes não verificadas em relação às atitudes de outros atores; mesmo os enquadramentos mais gerais de como se devia ou se podia pensar determinadas realidades (a dominância da modernização sobre os discursos nacionalistas é um ótimo exemplo) estavam fora do campo das decisões plenamente conscientes. O terceiro é que o objetivo desse estudo não é tanto o de determinar o que aconteceu, mas o de saber “como”; em outras palavras, interessa observar que formas de pensar a realidade e que maneiras de agir a partir dessas formas de pensar estiveram condicionando, e em que medida, o desenvolvimento da história angolana nesse período.

Depois, é preciso dizer que esta pesquisa padeceu de inúmeras limitações de ordem prática que restringiram de modo considerável a coleta de dados. A mais grave de todas foi, obviamente, não ter conseguido fazer pesquisa nos arquivos e bibliotecas angolanos. Um visto de entrada a partir de Portugal que não era nem concedido nem negado, em um via crucis consular que se arrastou por dois meses, e os prazos requeridos para o término do trabalho, que não me deixaram a possibilidade de uma segunda tentativa, foram os fatores determinantes. Mas devo admitir também minha falta de jeito para lidar com as especificidades da burocracia angolana, que com certeza cobraram seu preço. De toda forma, essa pesquisa não para por aqui, e a continuação dela, num outro plano (e com outras condições materiais, espero) certamente me levará a Luanda. Outra limitação séria foi a impossibilidade de entrevistar Maria do Céu Carmo Reis — cuja indisponibilidade a conceder entrevistas sobre sua própria história era-me reafirmada por todas as interpostas pessoas através de quem tentei um contato. Não tenho a mais mínima dúvida de que — a julgar pela acuidade de suas interpretações sociológicas, a que tive acesso na forma de artigos — este trabalho teria uma qualidade muito superior se tivesse podido contar com a sua colaboração.

Em relação ao escopo, tive muitas vezes a tentação de incluir no debate a categoria gênero. Por um lado, algumas formulações teóricas sobre identidade de gênero a que tive acesso tangencialmente durante esta pesquisa acenavam com certas implicações muito interessantes

sobre os estudos do nacionalismo; por outro, minha curiosidade foi aguçada pelo artigo pioneiro de Maria do Céu Reis sobre a representação feminina na primeira geração de nacionalistas angolanos.¹³ Entretanto, percebia também o expressivo silêncio das minhas fontes sobre o assunto, e a possibilidade de produzir eu mesmo um conjunto de fontes (e pensava no trabalho de Margarida Paredes sobre as mulheres combatentes da guerra civil) requeria uma inserção na sociedade angolana que eu sabia não ser possível conseguir alcançar no tempo que eu tinha. Fica outro fio que poderá ser puxado mais tarde.

As demais observações são técnicas. As ilustrações não creditadas foram elaboradas por mim. Da mesma forma, todas as traduções das citações de obras em outros idiomas são de minha responsabilidade, salvo indicação em contrário. As entrevistas feitas por mim foram transcritas conforme a grafia brasileira; mantive as grafias originais em todos os demais documentos, e me absteve de marcar erros ortográficos na maioria dos casos, partindo da consideração de que o padrão culto do português angolano ainda está em construção. Utilizei os etnônimos e os nomes das línguas angolanas na forma correta em português, conforme recomendação do Instituto de Investigação Científica de Angola — com uma única exceção: em virtude da correspondência de nomes entre o grande grupo conguês e dois de seus subgrupos, quando precisei me referir ao subgrupo conguês da região da antiga capital do reino do Kongo utilizei o nome em língua local (*baxikongo*). Por outro lado, mantive a forma corrente em todas as fontes citadas, fossem originalmente escritas ou transcrições de registros orais — as quais com frequência fazem uso de formas não canônicas, ou tomam o nome da língua como etnônimo (quimbundo por ambundo ou *mbundu*, quicongo por conguês ou *bakongo* etc.).

Estamos então a ponto de iniciar esse percurso, que espero não ter tornado demasiado enfadonho. Nossa primeira passagem é através de um labirinto.

¹³ REIS, Maria do Céu Carmo, Representation sociale de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la generation des annés 50 en Angola, *África*, v. 10, p. 140-161, 1987.

PARTE I

Nação, etnia, raça e outros labirintos africanos

2 De que é feita uma nação?

Os três principais campos conceituais envolvidos neste trabalho — nacionalismo, etnicidade e literatura africana — estão provavelmente incluídos dentre os mais contenciosos das ciências humanas contemporâneas. Desde logo, vou oferecer a título provisório uma definição operacional, ainda que problemática, de “literatura africana” como sendo a literatura produzida na África por autores africanos — e, para efeito desse trabalho, acredito que mesmo essa definição provisória tem valor heurístico apenas para as cerca de quatro décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Conquanto não haja nenhuma razão a priori para atribuir qualquer tipo de unidade ao conjunto de textos literários produzidos num determinado espaço geográfico, acredito que a medida em que me parece haver essa unidade na literatura africana, no período que vai mais ou menos de 1950 a 1990, poderá ser inferida no decorrer da análise. Nenhuma formulação provisória bastaria, entretanto, para adentrar as verdadeiras florestas conceituais que envolvem nacionalismo e etnicidade, com múltiplas lianas que se lançam em direção uma da outra. Por isso me pareceu necessário, antes de proceder à análise propriamente dita, tomar a precaução de passar em revista alguns pontos relevantes das formulações acadêmicas sobre nacionalismo, etnicidade e suas inter-relações, de modo a justificar a desejabilidade (e mesmo a possibilidade) de reunir esses dois campos neste trabalho.

Ao longo deste capítulo, proponho-me esboçar brevemente alguns aspectos do surgimento de um campo acadêmico voltado para o estudo do nacionalismo, a partir da Segunda Guerra Mundial, no âmbito das disciplinas da ciência política e da história. Em seguida, procuro isolar um aspecto crucial desse debate — a relação conceitual entre nação e etnia, com ênfase na década de 1980, a qual representou um momento de profunda renovação tanto no interesse acadêmico sobre o tema, quanto na proveniência, na direção e no alcance das contribuições. Esse percurso permitirá, segundo creio, ampliar a apreciação da estreita afinidade existente entre literatura e nação, e, para além de perceber a nação como uma categoria narrativa, colocá-la no contexto de uma série de outras categorias narrativas igualmente relevantes para a literatura — e para o nacionalismo — na África, no âmbito da desmontagem do domínio colonial europeu.

2.1 Civilização e barbárie

A questão das nacionalidades marcou presença em grandes levantes populares, redes intelectuais, organizações secretas e políticas governamentais na Europa ao longo de todo o século XIX — e a cada vez que emergia, o fazia com mais força. A “nação” havia invadido e conquistado a arena do debate político ao longo do século XVIII, com as formulações complementares do filósofo alemão Gottfried Herder e do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau, as quais conferiram à noção respectivamente uma dimensão de homogeneidade histórica e cultural herdada (concentrada no *Volksgeist*) e uma dimensão de laço político livremente consentido (expressa pela *volonté générale*). A partir do século XIX, tentativas mais elaboradas de compreensão desse fenômeno verdadeiramente avassalador começaram a surgir. Em um primeiro momento, o debate guardou uma natureza marcadamente moral — muitas das contribuições giravam em torno de justificar ou condenar o nacionalismo em geral ou pretensões nacionalistas específicas. Os historiadores assumiram uma posição destacada nesse ponto, uma vez que a reivindicação de controle sobre um Estado e sobre um território específico dependia da comprovação da historicidade da “nação” em nome da qual essa reivindicação era enunciada. Essa dependência foi refletida por exemplo na distinção entre nações “históricas” e “não-históricas”, enunciada pelo filósofo alemão Georg W. F. Hegel e recuperada por Karl Marx e Friedrich Engels, para quem a nação era a forma política típica da superação do feudalismo pelo capitalismo na Europa. Nesse ponto aproximavam-se do teórico político inglês John Stuart Mill, um dos principais defensores do direito das “nações” a determinarem seu destino — em outras palavras, a conquistarem seus próprios Estados. Para Mill, a nação era uma evolução desejável das formas políticas europeias, e estava vinculada intrinsecamente à noção de cidadania republicana.¹

Dessa forma, pela virada do século XX o debate se encaminhava para a fixação de uma definição operacional de “nação”, que permitisse identificar as sociedades que podiam ostentar essa prestigiosa qualificação e, por conseguinte, aspirar ao controle de um Estado, ou defender a integridade de um Estado preexistente que fosse “seu”.²

Duas contribuições merecem ser destacadas neste período. De um lado, o revolucionário georgiano Josef Stalin, escrevendo em 1913 sobre a questão nacional, construiu uma lista de

¹ ÖZKIRIMLI, Umut, **Theories of nationalism: a critical introduction**, Houndmills, New York: Palgrave, 2000, p. 12-36.

² ANDERSON, Benedict, Introdução, in: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.), **Um mapa da questão nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7-22.

requisitos universais objetivos e cumulativos para que um determinado grupo fosse considerado uma nação: na sua formulação lapidar, “uma comunidade de pessoas estável, historicamente constituída, formada na base de um idioma comum, um território comum, uma vida econômica comum e um caráter psicológico manifestado em uma cultura comum”. Essa concepção influenciou profundamente, durante quase todo o século XX, a abordagem do nacionalismo por parte dos atores políticos globais que se colocavam mais à esquerda, quer se referenciassem explicitamente no comunismo quer não. De outra parte, em um contexto estritamente acadêmico, o texto do sociólogo francês Marcel Mauss (construído segundo o autor a partir de posições compartilhadas com Émile Durkheim) ressaltava a necessidade de proceder a um esforço comparativo global das formações políticas, apesar das enormes deficiências que percebia no conhecimento das sociedades do passado ou de espaços extraeuropeus. Segundo Mauss, era preciso classificar as formas políticas para que fosse possível “definir com precisão dentre as sociedades conhecidas da história aquelas que merecem o nome de nações”. Uma nação, a forma que sucedia evolutivamente outras formas de organização política, era para ele “uma sociedade materialmente e moralmente integrada, com um poder central estável, permanente, com fronteiras determinadas, com relativa unidade moral, mental e cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e a suas leis”. Ainda que o impacto prático desse artigo de Mauss tenha sido muito reduzido, especialmente em comparação com o muito disseminado enunciado de Stalin, ele tem o mérito de ser a expressão de um consenso erudito tácito que só veio a ser seriamente problematizado, como veremos, nas últimas duas décadas do século XX. Em ambos os textos, podemos observar como a nação veio a ocupar uma posição vantajosa nas tipologias científicas das formas políticas, as quais amiúde a caracterizavam como ponto de chegada de uma escala evolutiva que englobava (e hierarquizava) a totalidade da experiência política humana.³

O consenso em torno do que valia a nação foi obviamente abalado (embora não abandonado) com a Segunda Guerra Mundial, uma vez que as pretensões territoriais do governo nazista alemão, e, já durante a guerra, as práticas de *Nacht und Nebel* (assassinatos em massa e transplantação forçada de populações) foram justificadas amplamente com base em princípios nacionalistas. O historiador estadunidense Carlton Hayes, já em 1931, elaborara uma teoria da

³ STALIN, Joseph V., **Marxism and the National Question**, Marxists Internet Archive, disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1913/03.htm>>, acesso em: 15 out. 2009, (publicado originalmente em **Prosveshcheniye**, 3-5, entre março e maio de 1913); MAUSS, Marcel, La nation, in: **Oeuvres**, Paris: Minuit, 1969, v. 3: Cohésion sociale et division de la sociologie, p. 573-625 (escrito por volta de 1920, mas publicado apenas em 1954, em **I'Année Sociologique**). O próprio fato de que Mauss não tenha se decidido a publicar seu artigo senão no pós-guerra é um indício do quanto o valor moral atribuído à nação estava aquém do espaço do debate acadêmico.

degeneração do nacionalismo liberal, humanitário e pacífico em uma forma reacionária, egoísta e violenta. Em 1944, outro historiador, Hans Kohn, estabeleceu uma distinção entre nacionalismos “ocidentais” e “não ocidentais”, atribuindo a esses últimos os efeitos nefastos que podiam ser observados na Europa arrasada pela guerra.⁴ Tipologias dualistas que tentavam explicar a não-correspondência entre os efeitos brutais do nacionalismo real e o que se deveria esperar dele enquanto forma superior e civilizada de organização de coletividades humanas abundaram desde então, a exemplo das formulações de Karl Deutsch, Samuel Huntington, John Plamenatz e Hugh Seton-Watson.⁵ Não é obviamente uma coincidência que as distinções tipológicas retomassem, de uma forma ou de outra, a linha “Rousseau-Herder” entre o laço contratual cívico (que seria supostamente característico do nacionalismo da Europa Ocidental) e o pertencimento cultural naturalizado (visto como a herança maldita dos nacionalismos da Europa Centro-Oriental). Ao longo da segunda metade do século XX, essa herança maldita foi sendo progressivamente associada à noção de “etnia”, com implicações que serão analisadas mais adiante.

A primeira tentativa de construir um grande modelo histórico explicativo para o surgimento das nações partiu do cientista político tcheco Karl Deutsch, em 1953. De forma semelhante a outros estudiosos de orientação política liberal, Deutsch associava o nacionalismo ao processo de modernização cuja face mais visível foi a Revolução Industrial do século XVIII. Para ele, “a pertença a um povo consiste essencialmente na ampla complementaridade da comunicação social, consiste na habilidade de se comunicar com membros de um grande grupo mais efetivamente, e a respeito de um número mais amplo de temas, do que com os de outros”.⁶ O processo de aumento dessa capacidade funcional de comunicação, denominado de “mobilização social”, seria uma característica da transição da sociedade agrária para a sociedade industrial. O tamanho e a coesão de uma determinada nação eram dados pelo adensamento de suas redes de comunicação internas — o qual podia ser estatisticamente determinado, a partir de indicadores tais como a velocidade da urbanização, a variação do

⁴ Kohn referia-se às partes ocidentais e orientais da Europa. CHATTERJEE, Partha, **Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?**, 2. ed. Minneapolis: University of Minnesota, 1995, cap. 1; ÖZKIRIMLI, **Theories of nationalism**, p. 43.

⁵ Diversas tipologias de natureza e aritmética variáveis foram elaboradas e reelaboradas desde então, algumas baseando-se em cronologias que corresponderiam a fases do desenvolvimento europeu (quatro fases segundo Louis Snyder, três segundo E. H. Carr), outras baseadas no conteúdo ideológico das reivindicações nacionalistas (seis tipos segundo Carlton Hayes), outras ainda baseadas em uma divisão geográfica global a que supostamente corresponderiam características específicas (sete regiões segundo Louis Snyder). Uma boa exposição dessas tipologias encontra-se em ÖZKIRIMLI, **Theories of nationalism**, p. 36-48. Mesmo nesses casos, prevaleceu a suposição de uma espécie de nacionalismo modelo, europeu ocidental, que serviu mais ou menos abertamente como referência para as comparações.

⁶ DEUTSCH, Karl W., **Nationalism and social communication: an inquiry into the foundations of nationality**, 2. ed. Cambridge: MIT, 1966, p. 97 apud; ÖZKIRIMLI, **Theories of nationalism**, p. 51.

nível da população ativa nos setores secundário e terciário, o número de leitores de jornais, de estudantes, migrantes e usuários dos correios. Para além da correlação entre nação e modernização, que será útil reter desde já, o mais significativo no trabalho de Deutsch é que ele colocou em relação pela primeira vez a formação da nação e aquilo que hoje chamaríamos de etnicidade. Deutsch pôs em cena imigrantes, os quais seriam atraídos pelas novas oportunidades oferecidas pela modernização, e que terminariam por se integrar progressivamente à sociedade nacional, de acordo com sua inclusão nas redes de comunicação internas, o que resultaria ao fim de algum tempo na dissolução das particularidades étnicas.⁷ Muito provavelmente, ele tinha em mente a noção de *melting pot* e outras formulações elaboradas no âmbito da escola de Chicago sobre a imigração europeia para os Estados Unidos, as quais foram uma das duas principais fontes para a formação de um campo de estudos étnicos ao longo da segunda metade do século XX.⁸

A partir do trabalho de Deutsch, o tema da etnicidade passou a ser frequentador habitual das contribuições acadêmicas sobre o nacionalismo — que podem, em linhas gerais, ser agrupadas em torno de três grandes tendências, no que concerne a forma de tratar a relação entre os dois conceitos. A primeira, que poderia ser qualificada de “clássica”, e na qual poderíamos incluir o trabalho do próprio Deutsch, considera esses dois fenômenos como pertencendo a diferentes ordens. A etnicidade, encarada como variável independente, é geralmente considerada um resultado colateral da imigração, necessariamente posterior ao início da formação da nação enquanto tal; nos casos em que se preveem efeitos de desagregação ou conflito social de base étnica, estes devem ser equacionados e contidos pela nação através de políticas de Estado. Uma segunda tendência, nitidamente majoritária, compõe-se de trabalhos que tentam fazer incidir a etnicidade sobre a análise do nacionalismo, geralmente como uma precondição ou um marco originário, seja populacional ou conceitual. Algumas vezes, nesses casos, a etnicidade e o nacionalismo são considerados fenômenos similares, mas operando em escalas ou em condições históricas e sociológicas distintas. Um terceiro grupo de trabalhos, mais recentes, aproxima a etnicidade da noção de raça, ao encarar ambas como funções do próprio Estado, ou do sistema mundial de Estados, que permitiriam a coexistência da igualdade formal (a nação), com uma marcante desigualdade social e política, estruturando hierarquias no acesso a direitos de cidadania a partir da naturalização de um conjunto variável de marcadores de diferenças culturais e fenotípicas.

⁷ JAFFRELOT, Christophe, For a theory of Nationalism, *Questions de recherche*, n. 10, 2003.

⁸ A outra fonte foi a antropologia africanista, como veremos adiante. Ver POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.), *Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: UNESP, 1998, cap. 3.

A abordagem que aqui chamamos de “clássica”, embora tenha nutrido desenvolvimentos importantes, em particular após o abandono de sua crença inicial na necessária transitoriedade das identidades subnacionais, terminou por se revelar pouco adequada ao estudo de sociedades em que a imigração não foi um dado relevante para a definição de identidades étnicas, ficando restrita, em grande medida, ao caso paradigmático dos Estados Unidos e a situações que pudessem ser diretamente comparáveis. Sua principal contribuição ao estudo de outros contextos talvez seja exatamente a identificação da etnicidade como recurso mobilizado por atores políticos em disputa por recursos estatais limitados. Em comparação, as duas últimas tendências descritas acima são muito mais promissoras para uma investigação sobre o nacionalismo africano na época das independências, o que justificará uma análise mais detida de alguns trabalhos que se podem enquadrar aí.

2.2 As etnicidades da nação europeia

A moderna discussão teórica sobre o nacionalismo encontra suas raízes no final da década de 1960, com os trabalhos de Ernest Gellner e de Miroslav Hroch, ambos, talvez não por coincidência, tchecos — o primeiro vivendo no exílio em Londres, o segundo, na Praga do “comunismo com face humana”, duramente reprimido pelos tanques soviéticos.⁹ Ambos partiram da história da Europa para enunciar modelos gerais; o diferente tratamento dado à etnicidade, entretanto, merece uma análise mais detalhada.

Ernest Gellner define o nacionalismo como resultante de um conjunto de transformações que permitiram a transição de um tipo geral de formação social, que denomina “sociedade agroletrada”, para outra, a “sociedade industrial avançada”, vigente nos dias atuais. A sociedade agroletrada é definida por se basear na produção e armazenagem de alimentos, mediadas por uma tecnologia razoavelmente estável. Essa definição acarreta uma série de consequências. Em primeiro lugar, a ausência de estímulo social para o aumento da

⁹ ANDERSON, Introdução, p. 17-18. Ambos iniciaram seus estudos na década de 1960. As idéias de Gellner começaram a ser debatidas a partir de 1965, com a publicação de *Pensamento e mudança* (*Thought and change*), mas seu trabalho mais influente, *Nações e nacionalismo* (*Nations and Nationalism*), só foi publicado em 1983. O livro de Hroch, *Os antecedentes do movimento nacional nas pequenas nações da Europa* (*Die Vorkämpfer der nationalen Bewegung bei den kleinen Völkern Europas*), foi publicado em 1968, e nunca foi traduzido para outro idioma, tornando seu alcance um tanto mais limitado em um campo predominantemente anglófono. A análise desenvolvida aqui, por limitações diversas, será baseada em artigos mais recentes, nos quais os dois autores reafirmam suas posições iniciais e comentam a situação da Europa Oriental após o desmantelamento da União Soviética, sob o prisma de suas formulações acerca do nacionalismo.

produtividade, o que se reflete em uma relação com a natureza em que esta não é objeto de compreensão e domínio, mas a fornecedora de uma provisão material constante ainda que modesta, assim como a representação por excelência da ordem social. Em segundo lugar, uma condição malthusiana, em que o crescimento vegetativo tende a superar de quando em quando a capacidade de produção de alimentos e a gerar períodos de fome e escassez. Ambos os fatores reforçam a orientação marcial e aristocrática da sociedade: a mobilidade social tende a se orientar para a conquista de posições de status, e não para a produção, já que o poder se exerce no controle do armazenamento e da redistribuição dos víveres. Como recurso raro e de difícil aquisição, a escrita funciona como um dos principais indicadores de status nessa sociedade, função por vezes reforçada pela utilização de línguas mortas ou distintas dos idiomas falados pelas camadas inferiores. Estas adquirem sua cultura na prática e de maneira informal, o que a torna maleável, aberta à transformação e regionalmente diversificada, em contraposição a uma cultura superior, letrada e formal, que tende à rigidez e à padronização ao longo de um território extenso, podendo chegar a conformar uma doutrina. Por força dessas características, há pouca ou nenhuma relação entre a cultura e a legitimidade política, ou entre a homogeneidade cultural e as fronteiras entre os Estados. Em última análise, a homogeneidade cultural não tem função nesse tipo de sociedade; antes, as comunidades rurais produtoras, vivendo em relativo isolamento, tendem à contínua diferenciação cultural e linguística, de que se aproveitam os estratos superiores, dando corpo a uma política de dividir para dominar. Tendências à homogeneização podem emanar eventualmente de uma burocracia especialmente eficiente ou de religiões universalistas, mas estes já são fenômenos que anunciam ou propiciam a transição para a sociedade industrial avançada.¹⁰

Este novo tipo de sociedade tem como base econômica a inovação tecnológica contínua e o crescimento exponencial da produção, o que é possibilitado por uma teoria do conhecimento para a qual a natureza é inteligível e manipulável, deixando de se prestar à justificação da ordem social. Os princípios legitimadores desta sociedade passam a ser o próprio crescimento econômico incorporado na ideia de progresso, por um lado, e a nacionalidade, por outro. A produção tende a necessitar de uma força de trabalho cada vez menos maciça, mas exige por outro lado uma maior qualificação e homogeneidade. O próprio trabalho passa por uma transformação, envolvendo cada vez menos a atividade física direta e cada vez mais a manipulação de máquinas através de controles sofisticados, bem como a troca rápida de mensagens entre interlocutores anônimos e distantes — um trabalho mais semântico que

¹⁰ GELLNER, Ernest, O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe, *in*: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.), **Um mapa da questão nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 108-114.

físico. Isso requer uma independência praticamente absoluta do contexto: as mensagens precisam ser inteligíveis em si mesmas, e tanto emissor como receptor devem compartilhar um sistema comum de normas de enunciação e de delimitação do significado, o que exige a abstração de todas as idiosincrasias regionais ou dialetais. Na sociedade industrial avançada, essa homogeneização é obtida através de um sistema de educação e de alfabetização universal, que generaliza aquilo que era até então apanágio de uma aristocracia: uma cultura superior (no sentido de letrada, disciplinada e padronizada). Já não há espaço para o que Gellner chama de “proliferação desordenada de subculturas internas, todas presas ao contexto e seriamente inibidas em sua intercomunicação mútua”. Mas não é só na operação da produção industrial avançada que repousa a importância da educação formal universal; é também na necessidade de inovação continuada, que requer uma grande flexibilidade da estrutura ocupacional, e a imposição do mérito e da competência como senha para o preenchimento de certos cargos. A necessidade de homogeneização cultural e o alto custo da implementação e do controle de um sistema desse tipo impõem a existência de um Estado central empenhado na defesa e na propagação de uma cultura superior específica; em outras palavras, em razão da forte competição interestatal por áreas de captação de receitas, para que uma dada cultura letrada possa sobreviver, ela precisa de um Estado que seja “seu”, que encampe sua manutenção e sua disseminação, e proteja suas fronteiras contra a disseminação de outras culturas letradas de posse de seus respectivos Estados. Dessa forma, o nacionalismo apresenta-se como uma necessidade estrutural do processo de transformação das sociedades agroletradas em sociedades industriais avançadas.¹¹

Para Gellner, etnia e nação são um mesmo e único processo, e ambos são fenômenos da história moderna, na medida em que a reivindicação à posse de um Estado passa a ser legitimada exclusivamente pela necessidade de proteger e difundir uma cultura específica. Para essa interpretação, “cultura” e “etnia” ou “grupo étnico” são sinônimos. Gellner não afirma a inexistência anterior de variações culturais significativas, muito pelo contrário; o que ele destaca é a relevância política que essas variações passam a ter na transição entre os dois tipos gerais de sociedade que postula. Em outras palavras, Gellner confere à etnia um forte sentido político, ao mesmo tempo pressupondo a existência de grupos que detêm a posse comum de características culturais formais, expressas em uma língua fixada pela escrita e em um conjunto de textos literários, mesmo quando a formalização linguística e a fixação dos textos sejam operadas no próprio processo de reivindicação política.

¹¹ *Ibid.*, p. 114-119.

Miroslav Hroch segue um caminho razoavelmente diferente de Gellner em sua análise do nacionalismo, ao distinguir esse termo de “movimento nacional”. Enquanto o primeiro seria uma ideologia “com toques irracionais”, que coloca a lealdade à nação acima de qualquer outra, o movimento nacional teria sido um longo processo histórico por meio do qual grupos étnicos preexistentes lutaram para atender a três demandas básicas: o desenvolvimento de uma cultura nacional, com a utilização da língua local no aparato estatal, na educação e nas trocas econômicas; a autonomia política, em graus variáveis; e “a criação de uma estrutura social completa a partir do grupo étnico, incluindo elites instruídas, um oficialato e uma classe empresarial, bem como — quando necessário — camponeses livres e trabalhadores organizados”. É a essa estrutura completa, essa formação sócio-histórica integrada por uma combinação variável de diversos tipos de relações sociais (mas especialmente a lembrança de uma origem comum, fortes laços linguísticos e uma concepção de igualdade política interna), bem como a seus reflexos na consciência coletiva, que Hroch chama de nação.¹²

A formação da nação teria sido fruto de dois momentos estruturantes, o primeiro dos quais teria levado, no fim da Idade Média europeia, a duas possibilidades opostas que serviriam de ponto de partida para o segundo momento. Assim, Hroch distingue os desenvolvimentos ocorridos na Europa Ocidental (e na Polônia), em que os Estados se desenvolveram lentamente sob o domínio de uma única cultura étnica, daqueles experimentados pela Europa Centro-Ocidental, na qual uma classe dominante estrangeira se impôs sobre grupos étnicos compactos mas que careciam de uma aristocracia, uma tradição literária ou uma unidade política. No primeiro caso, reformas ou revoluções teriam abolido o regime feudal tardio e adequado o Estado a uma sociedade civil nacional que já existia. No segundo, a construção da nação teria sido iniciada por militantes que se dedicavam “à investigação culta e à disseminação de uma consciência dos atributos linguísticos, culturais, sociais e, às vezes, históricos do grupo não dominante”, perseguida em seguida por ativistas que empreendiam políticas de mobilização sob a bandeira do “despertar” da consciência nacional, e finalmente resultava em um movimento de massa, quando a identidade nacional passava a ser considerada um atributo fundamental pela maior parte da população.¹³

Uma tentativa de superação das oposições entre Gellner e Hroch foi empreendida pelo historiador britânico Anthony D. Smith em meados da década de 1980. Smith seguiu Gellner ao definir o nacionalismo como função do que chama de “tripla revolução ocidental”. A

¹² HROCH, Miroslav, Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa, in: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.), **Um mapa da questão nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 86-88.

¹³ *Ibid.*, p. 86-92.

primeira dessas revoluções, na esfera da divisão do trabalho, seria resultante do aumento da atividade estatal, a qual conformou uma região econômica integrada (controle de recursos naturais, taxaço de atividades econômicas etc.), tendo como efeito o redirecionamento das ligações entre centros produtivos para redes internas, o que por sua vez resultou em um sistema ocupacional com abrangência territorial igual ao território controlado pelo Estado, com uma força de trabalho potencialmente móvel dentro de suas fronteiras. A segunda revolução teria ocorrido nos métodos de controle administrativos e militares: o surgimento da artilharia ampliou o poder dos Estados absolutos, mas ao mesmo tempo exigiu uma alta qualificação do pessoal militar em ciência e tecnologia, assim como novas formas de organização da logística, que se refletiram na criação de academias militares, sociedades científicas, institutos de educação superior e de formação técnica. Lentamente, esse processo conformou o Estado racional-burocrático moderno e deu origem a uma burocracia estatal de onde emergiu uma nova burguesia, bem como uma nova intelligentsia. A terceira revolução, de caráter educacional e cultural, foi o produto da substituição da autoridade escolástica e da divindade pelo Estado soberano como meio de salvação prática e instrumento de criação de uma comunidade de iguais. O Estado racional-burocrático passou a assumir o protagonismo da mudança social, homogeneizando crescentemente a população através da língua oficial e encorajando o crescimento de uma intelligentsia versada em assuntos seculares, que passou a ser absorvida pela burocracia. A congruência entre Estado, território e comunidade cultural — a nação — foi muitas vezes garantida pelos tumultos e revoluções da Idade Moderna europeia; a maturação desses processos teria ocorrido no início do século XX, quando a totalidade do continente europeu estava dividida por uma rede de Estados burocráticos racionais, e “os conceitos e práticas de construção do Estado estavam sendo deliberadamente transplantados para além-mar para os vários territórios coloniais”.¹⁴

A influência de Hroch pode ser sentida por sua vez na distinção entre nações territoriais e nações étnicas, correspondentes respectivamente à região da Europa Ocidental e à Europa Oriental. Na primeira, a base da nação seria um senso de território e os efeitos de uma integração econômica e política efetiva no interior das fronteiras definidas por um Estado identificado com uma etnia específica. Embora o território englobasse, a princípio, uma série de minorias étnicas, a afirmação da soberania estatal sobre a totalidade dos habitantes no interior de suas fronteiras, aliada a um código legal unificado, levaram à criação de uma cultura política comum que favorecia o aspecto cívico e subordinava o campo culturalmente

¹⁴ SMITH, Anthony D, **The ethnic origins of nations**, 3. ed. 11. reimpr. Oxford: Blackwell, 1998, p. 130-134. Smith vem publicando artigos sobre o tema do nacionalismo desde a década de 1970.

diversificado às cidades mais homogêneas. Com o aumento da competição interestatal, as demandas da cidade sobre o campo exigiram uma maior homogeneização cultural e a repressão às demandas étnicas.

A principal ferramenta da homogeneização era para Smith, assim como para Gellner, o empreendimento educacional em larga escala, que permitiu a disseminação de uma língua nacional e de uma “religião cívica” que fez dos símbolos e mitos da nacionalidade valores e significados implicitamente compartilhados. A nação étnica que surgiu mais tarde na Europa Oriental seria, por sua vez, fruto do atraso da tripla revolução e do ritmo desigual de seus elementos constituintes. A existência de impérios multiétnicos com pouca integração territorial condicionou o recurso aos critérios culturais e linguísticos, assim como a lembranças históricas de Estados preexistentes na região, por parte de aristocracias étnicas influenciadas pelo nacionalismo de seus vizinhos a oeste em um contexto de aumento da pressão dos centros imperiais sobre as suas periferias. A massa camponesa indiferenciada precisava ser mobilizada, educada e parcialmente incluída no jogo político para que as reivindicações nacionalistas pudessem ganhar peso, o que fez com que o populismo fosse o substituto oriental da cidadania, os costumes e dialetos assumissem o lugar dos códigos legais e instituições presentes nas nações territoriais, a intelectualidade se dedicasse nesses espaços a pesquisas filológicas, lexicográficas e etnográficas, em lugar da formação técnica administrativa e militar, e, finalmente, o nativismo missionário, ou a crença na qualidade redentora da nação étnica, assumisse as funções exercidas pela religião civil na França ou na Inglaterra.¹⁵

Neste ponto pode ser útil fazer uma pequena digressão. Para isso, será interessante começar pelo exame da definição de nação dada por Smith:

Historicamente, a nação e o nacionalismo foram conceitos ocidentais e formações ocidentais. Os primeiros passos, as primeiras trajetórias, em direção à nacionalidade, foram também ocidentais. [...] Não seria de fato um exagero dizer que o que distingue as nações das etnias são, em um certo sentido, aspectos e qualidades “ocidentais”. Territorialidade, direitos de cidadania, códigos legais e mesmo cultura política, são características sociais que o Ocidente tornou suas. O mesmo ocorre com a implementação da mobilidade social no âmbito de uma divisão de trabalho unificada.¹⁶

¹⁵ *Ibid.*, p. 134-144.

¹⁶ *Ibid.*, p. 144. Smith usa o termo francês *ethnie*, tanto no singular quanto no plural, para suprir a inexistência de um termo correspondente em inglês — que conta apenas com *ethnicity* (etnicidade) e *ethnic group* (grupo étnico). Um pequeno inquérito sobre a relação entre esse instigante silêncio linguístico e o uso continuado de

É notável, aqui, a aderência da conceituação da nação à filosofia política do Iluminismo europeu, e a alegre e despreocupada afirmação de uma precedência que mal disfarça uma pretensão de superioridade. Sua análise, assim como as tentativas tipológicas anteriores de Gellner e de Hroch, são fundamentalmente calcadas na sociologia da modernização do fim do século XIX e início do XX, especialmente as formulações de Tönnies e Weber.¹⁷ Não é surpresa portanto que seus olhos estejam voltados exclusivamente para a Europa e para aspectos que, para a filosofia política europeia, são os elementos-chave para definir a própria noção de Ocidente. O predomínio da ação social *zweckrational*, a laicização, a burocratização, a meritocracia e a transição do status para o contrato, da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica ou da *Gemeinschaft* para a *Gesellschaft* definem o modelo; variações identificadas nos dados empíricos são explicadas sociologicamente pelo atraso e pela insuficiência, ou por particularidades históricas.¹⁸

Também notável é o fato de que a definição de etnia para esses autores é fundamentalmente negativa: a etnia é a nação sem aquelas qualidades apontadas por Anthony D. Smith, talvez muito apressadamente, como ocidentais. De toda forma, subsiste uma definição difusa de etnia como grupo social dotado de um senso de identidade ancorado em um conjunto de traços culturais compartilhados e em narrativas sobre um passado comum, na iminência de ser mobilizado politicamente para a construção de uma nação. Dessa forma, os autores fazem derivar a modernidade das nações de uma aparente atemporalidade das etnias; mesmo quando Gellner afirma que a etnia é um fenômeno da história recente, no sentido de que apenas em vinculação com a modernização ela adquire um significado político, ele pressupõe a existência de grupos sociais discretos que possuem, em comum, uma cultura, uma língua, e uma tradição incarnada em textos.

Explicar o nacionalismo no resto do mundo estava claramente fora do horizonte inicial das formulações de Hroch analisadas aqui. Para Smith, e nisso ele segue a direção geral já apontada por Gellner, qualquer explicação sobre o nacionalismo nas Américas de 1776 em diante ou nas antigas colônias africanas desde a Segunda Guerra, por exemplo, tinha que ser

“tribo” para contextos não europeus talvez não fosse fora de propósito, embora não haja, aqui, espaço para tal. Não me pareceu necessário manter esse uso na tradução do trecho citado, uma vez que o português importou “etnia” diretamente da etnologia francesa na primeira metade do século XX.

¹⁷ Ferdinand Tönnies escreveu *Gemeinschaft und Gesellschaft (Comunidade e sociedade)* em 1887 (até onde me foi possível verificar, não existe tradução para o português; a obra foi traduzida para o francês em 1922 e para o inglês em 1957). O tema da modernização está presente e é central em toda a obra de Max Weber, desde a década de 1890 até as várias publicações póstumas da década de 1920. É curioso que Gellner compartilhasse a mesma melancolia que Tönnies e Weber experimentavam em relação à modernização. Ver ANDERSON, Introdução.

¹⁸ CHATTERJEE, *Nationalist thought and the colonial world*, p. 3-5.

construída sob a égide da precedência formativa europeia, e suas possibilidades residiam apenas em combinar de forma variável segundo as circunstâncias os dois modelos de nação predeterminados, o territorial e o étnico.¹⁹

A análise da relação entre nacionalismo e etnicidade na obra desses três autores é extremamente útil para identificar a hegemonia da noção de modernização sobre o campo de estudos do nacionalismo. Efetivamente, qualquer análise, por superficial que seja, sobre as teorias acerca do nacionalismo terminará por demonstrar a supremacia do que se convencionou chamar de “paradigma da modernização”, ou “modelo de construção da nação”, sobre outras abordagens. A contribuição de Anthony D. Smith pode ser invocada como testemunha disso. Mesmo advogando a preexistência substantiva de etnias contra as quais, ou a partir das quais, conforme o caso, as nações (igualmente substantivas) se formam — o que faz com que alguns comentadores o destaquem da corrente da modernização e o qualifiquem de “etno-simbolista” — Smith permanece refém do funcionalismo em certa medida mecânico que critica em Gellner, por exemplo. A hegemonia da modernização, e o evolucionismo que ela carrega implicitamente, produzem ainda um outro efeito teórico limitador: uma noção de etnia não problematizada, que não se beneficia do importante debate teórico que vinha se desenrolando no campo da antropologia desde a década de 1960, o qual será resumido brevemente a seguir.

2.3 Metamorfoses da etnia

O surgimento de um campo de estudos étnicos é um fenômeno acadêmico relativamente recente, e é fruto da percepção, ao longo das décadas de 1970 e 1980, que ações sociais coletivas que referenciavam um pertencimento a grupos étnicos eram, não um resquício do passado, mas um fenômeno vividamente presente, e de abrangência global. A ideia de “eticidade” localizou-se no ponto de convergência de dois usos mais antigos da noção de etnia (ou grupo étnico): aquele compartilhado pelos vários ramos da antropologia, e aquele inaugurado pelos estudos urbanos da Escola de Chicago, nos Estados Unidos.²⁰

No caso da antropologia, não se pode analisar as variações no uso do termo “etnia” sem considerar o seu quase-sinônimo, “tribo”. De fato, “tribo” foi o termo utilizado mais

¹⁹ SMITH, *The ethnic origins of nations*, p. 144-149; Cf. CHATTERJEE, *Nationalist thought and the colonial world*, p. 6n.

²⁰ POUTIGNAT; STREIFF-FENART (Orgs.), *Teorias da etnicidade*, cap. 3.

frequentemente quando se tratava de designar as “sociedades primitivas” no primeiro século de desenvolvimento da disciplina, vindo a ser praticamente abandonado apenas há algumas décadas. Forma de organização política do remoto passado romano, a designação “tribo” foi utilizada largamente por exploradores e missionários nas Américas e na África desde o início do século XIX. Até o século XVIII, entretanto, o termo mais largamente utilizado era simplesmente “nação”. Não surpreende que o deslocamento de “nação” para “tribo” como categoria principal de descrição das sociedades que habitavam o mundo extraocidental tenha correspondido ao soerguimento da nação enquanto categoria política na qual a suposta superioridade evolutiva europeia se incarnava.

O termo “tribo” foi introduzido como conceito antropológico desde muito cedo, já em 1871, pelo estadunidense Lewis Henry Morgan, um dos pais fundadores da antropologia. Morgan elaborou uma teoria geral da evolução humana em três estágios, cada um materializado em uma forma específica de organização das coletividades. A “tribo” era característica do segundo estágio, a “barbárie”, sucedendo à “horda primitiva” do estágio da “selvageria” e antecedendo o “Estado”, identidade política da “civilização”. A tribo era definida como uma forma de organização social segmentada em grupos de parentesco menores, cada um conformando um “clã” ou *génos*.²¹ Morgan supunha que o desenvolvimento de clãs e tribos era um processo natural de diferenciação: à medida que o número de descendentes do antepassado comum à tribo aumentava, aumentava a distância geográfica e as diferenças culturais entre seus descendentes, até que o grupo se segmentasse: novas tribos originavam-se de clãs importantes, que por sua vez subdividiam-se em novos clãs. A verdadeira ruptura estava no surgimento do Estado, que não brotava, por assim dizer, da situação anterior. Muito pelo contrário — Morgan considerava necessário que a organização gentílica fosse dissolvida para que o Estado pudesse afirmar seu poder sobre um território e a totalidade de seus habitantes. Dessa forma, acredito poder perceber sob os três estágios de Morgan apenas uma distinção fundamental (“tribo” versus “Estado”), e apenas um ponto de ruptura que se projeta no tempo (o estabelecimento da pólis grega). Ao considerar que o estágio da selvageria e as formas de organização social correspondentes estavam já extintos em sua época, Morgan projeta esse ponto de ruptura fundamental também no espaço (entre os Estados da Europa que se quer herdeira de Atenas e as tribos do resto do mundo, perdido em algum lugar do passado).²²

²¹ “Clã” deriva do latim “planta” pela via dos idiomas gaélicos falados na Irlanda e na Escócia na baixa Idade Média; *génos* (pl. *géne*) vem do grego antigo — ambos significando um grupo de parentesco extenso do passado europeu. A tradição antropológica sacralizou o uso de “clã” em detrimento de *génos*.

A ideia de que a mudança no interior das “sociedades tribais” era um processo interminável de fissões sucessivas que vinha desde tempos imemoriais, ao contrário do que ocorria nas “sociedades complexas”, contribuiu para consolidar uma fronteira disciplinar persistente: a divisão de tarefas entre sociologia e antropologia. No caso específico do continente africano, essa ruptura reforçou uma outra, de validade ainda mais longa, entre África e história — anunciada por Hegel já no início do século XIX e que teve no historiador britânico Hugh Trevor-Roper sua última e mais bem acabada formulação. Em 1963, Trevor-Roper afirmou que a história da África não deveria ser ensinada na Universidade de Oxford, onde era professor, pois “não podemos nos dar ao luxo de nos divertir com reviravoltas infrutíferas de tribos bárbaras em cantos pitorescos mas irrelevantes do globo; tribos cuja principal função na história, em minha opinião, é mostrar ao presente uma imagem do passado do qual, por meio da história, ele escapou”.²³

O conjunto da experiência etnográfica ao longo da primeira metade do século XX não cansou de demonstrar as inadequações do termo, mas “tribo”, enquanto um tipo de organização política, permaneceu por todo esse período um conceito operatório corrente, ainda que crescentemente problematizado. Já em 1933, em sua etnografia dos nuer, na África Oriental, Evans-Pritchard mantivera-se aferrado à noção de tribo enquanto conjunto populacional segmentado por clãs, mas buscara estabelecer um corte entre a organização política e os fatos do parentesco, embora ambas as esferas fossem organizadas por um mesmo vocabulário.²⁴ A partir da década de 1940, os trabalhos etnográficos sobre as formas políticas africanas, embora mantivessem o termo “tribo”, passaram a se preocupar em advertir seus leitores de que os sistemas políticos que estudavam raramente correspondiam a uma área de homogeneidade cultural. Por outro lado, a correlação, dada como óbvia, entre lealdade tribal, atividade agrária e mundo rural, por um lado, e destribalização, trabalho industrial e universo urbano, por outro, enfrentou uma dura prova à medida que se tornava evidente que as

²² MORGAN, Lewis Henry, **Ancient society, or Researches in the lines of human progress from Savagery through Barbarism to Civilization**, Calcutta: Bharti, 1944 (publicado originalmente em 1877). Maurice Godelier faz um breve resumo da conceituação de tribo de Morgan aos neoevolucionistas da década de 1960 em O conceito de tribo: crise de um conceito ou crise dos fundamentos empíricos da antropologia?, in: **Horizontes da antropologia**, Lisboa: 70, 1973, p. 134-138. Esse texto pode ser lido como uma tentativa, não particularmente bem sucedida, de compreender a natureza dos diversos ataques sofridos pelo conceito, os quais levaram, em última análise, ao abandono de tribo em favor de etnia.

²³ TREVOR-ROPER, Hugh Redwald, **The rise of Christian Europe**, [s.l.]: Harcourt, Brace & World, 1965, p. 9. A introdução de seu mais famoso livro retoma *ipsis litteris* os termos da conferência proferida dois anos antes, na Universidade de Sussex. O trecho foi ainda publicado, em novembro de 1963, no jornal londrino *The Listener*.

²⁴ EVANS-PRITCHARD, Edward Evan, **Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, cap. 4-5 (a primeira edição é de 1933).

migrações de grandes contingentes populacionais africanos de suas aldeias natais para as grandes cidades mineiras da África Austral, longe de quebrar o sentimento de identificação étnico, reforçava-o, reinventando seus símbolos e seus rituais.²⁵

A década de 1960 e as independências africanas significaram uma interessante renovação na antropologia africanista, e forçaram o debate sobre o que era — e o que significava, afinal — a “tribo” que supostamente estava em todo lugar. Em especial, a noção corrente de que a mera existência de “tribos” explicava o “tribalismo” nos novos Estados africanos começou a ser contestada, inaugurando na África a noção de etnicidade como um recurso mobilizável por atores políticos, e não como um mal atávico.²⁶

Em um curto artigo, publicado em 1971, o antropólogo sul-africano Archie Mafeje investiu contra o que considerava ser uma “ideologia do tribalismo”: um problema nas ferramentas categoriais com que os estudiosos europeus encararam o continente, herdadas ademais pelos “convertidos” africanos, que tornava praticamente impossível falar da África sem falar de tribalismo. Em termos diretos, Mafeje enunciou pela primeira vez a afirmação de que

em muitos casos, as autoridades coloniais ajudaram a criar essas coisas chamadas “tribos”, no sentido de comunidades políticas; esse processo coincidiu com a preocupação dos antropólogos com “tribos”, e o reforçou. Isso forneceu a base tanto material quanto ideológica para o que agora é conhecido como “tribalismo”. Admira então que o africano moderno, que é um produto do colonialismo, utilize o mesmo vocabulário?²⁷

Além de estabelecer alguns marcos para uma corrente de pesquisas que tentará rever os conceitos tradicionalmente utilizados para o estudo das sociedades africanas contemporâneas ou do passado, este artigo ainda tem o mérito de apontar dois desenvolvimentos importantes. O primeiro, disciplinar, está relacionado à divisão do campo entre a antropologia e a ciência política, que marcaria os estudos sobre a África contemporânea desde então:

²⁵ MITCHELL, J. Clyde, **The Kalela dance: aspects of social relationships among urban Africans in Northern Rhodesia**, [Manchester]: Manchester University, 1956.

²⁶ MERCIER, Paul, On the meaning of “tribalism” in Black Africa, *in*: VAN DEN BERGHE, Pierre L. (Org.), **Africa: social problems of change and conflict**, San Francisco: Chandler, 1965, p. 483-501 (publicado originalmente em francês em 1961); APHORPE, Raymond, Does Tribalism really matter?, **Transition**, n. 37, p. 18-22, 1968; STANILAND, Martin, The rhetoric of centre-periphery relations, **The Journal of Modern African Studies**, v. 6, n. 4, p. 617-636, 1968.

²⁷ MAFEJE, Archie, The ideology of “tribalism”, **The Journal of Modern African Studies**, v. 9, n. 2, p. 253-261, 1971, p. 254.

Enquanto os antropólogos usam sua ideologia tribal para explicar tanto os sucessos quanto os fracassos da modernização, os cientistas políticos de *todas* as orientações teóricas usam a sua para explicar apenas fracassos. Como resultado, eles falam de forma mais consistente e conveniente que os antropólogos sobre os problemas de “integração”, “penetração” e “mobilização”. Entretanto, conceitualmente, eles têm problemas maiores que os antropólogos.

Em primeiro lugar, apesar de seu vocabulário “tribal”, eles sabem muito menos de tribos que os antropólogos. Em segundo lugar, esse mesmo vocabulário “tribal” torna difícil para eles explicar fenômenos similares em outras partes do mundo moderno sem caírem vítimas da ideologia etnocêntrica mencionada no começo deste artigo. Os antropólogos podem facilmente escapar de uma tal sorte porque sua preocupação profissional sempre foi o estudo de “tribos” ou “sociedades primitivas”. Obviamente, até isso já não é mais verdade.²⁸

De fato, a Ciência Política teve, como veremos, muito mais dificuldade em prescindir da “tribo” como elemento explicativo. O segundo desenvolvimento, teórico, tem a ver com as transformações na própria definição do conceito. Mafeje observa um progressivo deslizamento em direção à cultura, no âmbito dos estudos em língua inglesa:

A Antropologia clássica representava tribos como “comunidades autônomas, autocontidas, praticando uma economia de subsistência com pouco ou nenhum comércio externo”. Mas em 1940 M. Fortes e E. E. Evans-Pritchard introduziram a distinção entre “Estados centralizados” e sociedades “descentralizadas” ou “acéfalas”; desde então, os antropólogos vêm experimentando problemas em decidir se *todas* as entidades políticas africanas eram tribos, ou se algumas delas mereciam o epíteto mais respeitável de “Estado”. [...] Em 1956 I. Schapera tomou para si a tarefa de resolver parte da confusão e de redefinir a posição antropológica. Ele apresentou as tribos como “‘comunidades políticas’ discretas, cada qual reivindicando direitos exclusivos sobre um dado território e administrando seus assuntos independentemente de controle externo”

No final das contas, territorialidade, governo primitivo através de anciãos e de chefes, e uma economia primitiva de subsistência emergem como as características primárias que diferenciam uma tribo de outras formas de

²⁸ *Ibid.*, p. 257, grifo no original.

organização humana. A “cultura” nunca foi mencionada como uma dessas características até o advento da cruzada da “modernização” no trabalho de cientistas políticos e sociólogos pluralistas tais como M. G. Smith e J. C. Mitchell. É portanto muito instrutivo notar que em 1969 Gulliver definia uma tribo como “qualquer grupo de pessoas que é distinguido, por seus membros e por outros, na base de critérios culturais-regionais”.²⁹

O progressivo abandono da noção em favor de “etnia”, nas décadas de 1960 e 1970, reflete o foco da crítica sobre a excessiva homogeneidade pressuposta por “tribo” e sobre o legado evolucionista que sub-repticiamente invadia as etnografias e balanços teóricos no seio da antropologia. A questão da unidade de análise permaneceu entretanto um problema, que se tornava mais e mais urgente diante do acúmulo de material etnográfico e da atinência ao método comparativo que estava na raiz do próprio projeto de uma antropologia cultural, e que começava a empolgar pesquisadores oriundos de outras tradições.³⁰ Que a unidade de análise fosse uma “tribo” ou, preferivelmente, uma “etnia”, era um dado — os debates giravam em torno de saber afinal o que permitiria definir os limites de cada grupo a ser pesquisado. Como bem observou Mafeje, compartilhar uma unidade econômica independente, uma organização política e um território, e também uma língua e um etnônimo, foram os principais critérios adotados, mas sua combinação variou amplamente conforme os autores. Ademais, as fronteiras estabelecidas por cada um dos critérios em separado muito raramente coincidiam, tornando a missão de estabelecer com precisão o território étnico uma tarefa impraticável.³¹

As renovadas e sempre fracassadas tentativas de estabelecer uma noção substantiva e objetiva do grupo étnico não fizeram mais que tornar patentes uma série de pressupostos, denunciados por Edmund Leach, a partir de meados da década de 1950, e na década seguinte por Michael Moerman e Fredrik Barth. Em primeiro lugar, a suposição de que uma lista de traços culturais possa definir um grupo étnico, quando a experiência etnográfica sugere que, por um lado, distinções podem ser mantidas entre grupos que são culturalmente homogêneos, e, por outro, identidades únicas podem abranger uma enorme variação cultural. Em segundo lugar, a crença em que a diferenciação étnica seja fruto do isolamento dos grupos, quando se observa que as fronteiras étnicas persistem apesar da existência de um fluxo contínuo de indivíduos através delas, que são comuns relações de natureza diversa entre indivíduos de grupos étnicos

²⁹ *Ibid.*, p. 257-258.

³⁰ Como o esforço de FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (Orgs.), **Sistemas políticos africanos**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 (publicado originalmente em 1940).

³¹ POUTIGNAT; STREIFF-FENART (Orgs.), **Teorias da etnicidade**, p. 56-59.

diferentes, e que, muitas vezes, as distinções étnicas só adquirem sentido no contexto de uma situação interétnica. Em terceiro lugar, a pressuposição de congruência entre um etnônimo, um modo de vida e uma coletividade substantiva, quando a tarefa do antropólogo deveria ser, para esses críticos, precisamente problematizar essa correlação — analisar as relações sociais estruturadas pelas categorias de distinção utilizadas no contexto de uma situação interétnica, e não simplesmente subscrever as categorias étnicas nativas como se correspondessem à realidade.³²

Fredrik Barth resumiu a questão, em 1969, em um texto que é considerado um divisor de águas no campo dos Estudos Étnicos:

Praticamente todo raciocínio antropológico baseia-se na premissa de que a variação cultural é descontínua: que haveria agregações humanas que, em essência, compartilham uma cultura comum e diferenças interligadas que distinguiriam cada uma dessas culturas, tomadas separadamente de todas as outras. Já que a cultura é apenas um meio para descrever o comportamento humano, seguir-se-ia que há grupos humanos, isto é, unidades étnicas que correspondem a cada cultura.³³

Barth acreditava, ao contrário que “os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”. Sua proposta implicou uma mudança de enfoque “da constituição interna de grupos distintos para as fronteiras étnicas e a manutenção dessas fronteiras”.³⁴ Dessa forma,

o ponto central da pesquisa torna-se a fronteira étnica que define o grupo e não a matéria cultural que ela abrange. As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão. Os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação

³² *Ibid.*, p. 61-64.

³³ BARTH, Fredrik, Grupos étnicos e suas fronteiras, *in*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.), **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**, São Paulo: UNESP, 1998, p. 187.

³⁴ *Ibid.*, p. 189.

de territórios exclusivos; e os diferentes modos pelos quais eles se conservam, não só por meio de um recrutamento definitivo, mas por uma expressão e validação contínuas, precisam ser analisados.³⁵

Essa ênfase nas fronteiras permitiu abordar de uma forma nova o trânsito individual através das fronteiras étnicas, conceituar a mudança cultural como um processo não necessariamente congruente com tais fronteiras, além de conceber com menos estranhamento a possibilidade de mudança coletiva da identidade étnica. Efetivamente, Barth desenvolveu nesse mesmo texto uma hipótese que poderíamos chamar de “funcional-ecológica” para a diferenciação étnica, segundo a qual os grupos étnicos corresponderiam a “nichos” em um dado sistema social e produtivo; os valores sociais utilizados como marcadores étnicos poderiam por sua vez tornar-se mais ou menos adequados à reprodução social no âmbito desses nichos. Na base dessas formulações subjazia uma noção de “livre escolha”. Sendo a identidade étnica um atributo da interação social que pode, conforme os casos, conferir vantagens, impor desvantagens ou ser simplesmente indiferente, o indivíduo não apenas recorre a ela ou a minimiza seletivamente, como pode optar pela atitude mais radical de alterar sua própria atribuição.³⁶ Embora tenha recebido consideravelmente menos atenção e despertado menos entusiasmo que sua crítica ao “grupo portador de cultura”, a abordagem ecológica de Barth relaciona-se com a ressurgência de teorias “instrumentalistas” e “mobilizacionistas” da identidade étnica a partir da década de 1970, especialmente no contexto dos Estados Unidos, e que têm sua contrapartida nos estudos do nacionalismo que enquadrei anteriormente sob o rótulo de “clássicos”.³⁷

A crítica, entretanto, demorou a se generalizar dentro da própria antropologia, e, ainda mais, a romper as fronteiras em direção às outras disciplinas da teoria social. Em 1967, por exemplo, um manual de sociologia do desenvolvimento africano publicado na Inglaterra e nos Estados Unidos, após passar em revista “a herança do passado” (entendido como o reino da

³⁵ *Ibid.*, p. 195-196.

³⁶ *Ibid.*, p. 199-211. Diego Villar põe em relevo a proximidade da “livre escolha” de Barth com a ação racional orientada a fins (*zweckrational*) de Weber, a “razão instrumental” de Talcott Parsons e a “ação lógica” de Vilfredo Pareto, para fazer uma crítica extensiva do que chama de “problema do ator racional” na obra de Barth. VILLAR, Diego, Uma abordagem crítica do conceito de “etnicidade” na obra de Fredrik Barth, *Mana*, v. 10, n. 1, p. 165-192, 2004.

³⁷ Cf. POUTIGNAT; STREIFF-FENART (Orgs.), **Teorias da etnicidade**, p. 95-106. No contexto africano, pode-se apontar também a proximidade da abordagem ecológica de Barth em relação à hipótese elaborada pelos arqueólogos Susan e Roderik McIntosh acerca do processo de urbanização do médio curso do rio Niger nos primeiros séculos da era cristã, que teria conduzido à formação de complexos interétnicos altamente sofisticados relacionados a especializações econômicas. Ver por exemplo MCINTOSH, Roderick, The pulse model: genesis and accommodation of specialization in the Middle Niger, *The Journal of African History*, v. 34, n. 2, p. 181-220, 1993.

“sociedade tradicional”) e “o impacto do ocidente” (visto em termos da extensão da economia monetária, da urbanização e da escolarização formal), podia dedicar-se a problematizar o “tribalismo”:

Como foi demonstrado, diferenças culturais entre povos vizinhos na África Ocidental são com frequência muito consideráveis. [...] De Dakar ao Lago Chade o espectro em tipos de sistemas sociais, vestuário, dieta ou idioma excede de longe aquele encontrado entre a Irlanda e os Montes Urais. Tampouco os eventos do século XX diminuíram essas diferenças.³⁸

Em vista disso,

As grandes unidades étnicas estão unidas por características culturais que também as distinguem nitidamente de grupos vizinhos. [...] O exclusivismo étnico proporciona uma base prévia para movimentos políticos separatistas. A supremacia de lealdades étnicas pode ser conveniente para grupos dirigentes que temem a oposição dos desprivilegiados, pois podem explorar esses fatores divisivos. Movimentos progressistas podem da mesma forma ser enfraquecidos. Ademais, torna-se difícil estimular lealdades étnicas sem implicar a aceitação de valores tribais como o nepotismo. A eficiência de qualquer organização moderna tende a ser debilitada se as colocações são atribuídas com base na afiliação étnica em vez da capacidade.³⁹

A caracterização do nepotismo como um valor “tribal” é um bom espelho da atribuição ao ocidente, feita por Anthony Smith, de “territorialidade, direitos de cidadania, códigos legais e mesmo cultura política”, como vimos anteriormente.⁴⁰ A sobrevida da afirmação da incompatibilidade entre a heterogeneidade étnica supostamente herdada da aurora dos tempos e a desejada modernização das organizações africanas seria, ainda, bastante longa (este mesmo manual seria reeditado diversas vezes até 1975; outros exemplos poderiam ser fornecidos). A resiliência desse tipo de explicação ajuda a situar a tentativa de desconstrução, já na década de 1980, liderada pelo antropólogo francês Jean-Loup Amselle e pelo historiador congolês Elikia M’Bokolo, da centralidade do conceito de etnia como unidade de análise das sociedades africanas, tanto as do passado quanto as do presente.⁴¹ As preocupações desse

³⁸ LLOYD, Peter Cutt, **Africa in social change: changing traditional societies in the modern world**, Harmondsworth: Penguin, 1967, p. 289.

³⁹ *Ibid.*, p. 302.

⁴⁰ SMITH, **The ethnic origins of nations**, p. 144.

⁴¹ AMSELLE, Jean-Loup; M’BOKOLO, Elikia (Orgs.), **Au coeur de l’ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique**, Paris: La Découverte, 1985.

projeto intelectual, materializadas em um livro coletivo, giravam em torno da estreita vinculação que os estudos históricos não paravam de apontar entre etnicidade e a implantação do regime colonial na África. Sua principal alegação nesse sentido foi resumida por Jean-Loup Amselle da seguinte forma:

não existia nada que se assemelhasse a uma etnia antes do período colonial. Nessa perspectiva, as etnias não procedem mais que da ação do colonizador, o qual, desejoso de territorializar o continente africano, recortou as entidades étnicas, que em seguida foram elas próprias reapropriadas pelas populações. Nessa perspectiva, a “etnia”, como numerosas instituições que se pretendem primitivas, não seria mais que um falso arcaísmo.⁴²

Amselle postula que a melhor representação da África pré-colonial é, não a costumeira miríade de pequenos grupos idiossincráticos, isolados e mutuamente hostis que respondiam por um etnônimo, mas um contínuo de redes sociais com uma abrangência territorial verdadeiramente extensa. Esses “espaços sociais” que “estruturavam o continente africano na época pré-colonial” podiam ser espaços de trocas comerciais e simbólicas, incluindo as trocas matrimoniais; espaços estatais, políticos e guerreiros; espaços linguísticos; e espaços culturais e religiosos. Nenhum desses espaços era compreendido como autônomo, nem como abstrato. Todos eram historicamente modelados. Assim, para Amselle, uma descrição do tecido social pré-colonial da África Ocidental, por exemplo, teria de incluir as migrações dos mercadores, e ligá-las às demandas comerciais do Mediterrâneo e ao estabelecimento de novas formas de produção para comercialização (no âmbito dos espaços de trocas); mas também ao estabelecimento dos chamados “impérios” sudaneses, um processo por sua vez relacionado à formação de aristocracias guerreiras e ao desenvolvimento de tecnologias de extração e redistribuição de riqueza (no quadro dos espaços estatais) — e assim por diante. O fenômeno étnico seria resultante da sobreposição dos “espaços coloniais”, igualmente estruturados e articulados historicamente, sobre essa tessitura múltipla da “cadeia de sociedades” africana.⁴³

Alguns dos artigos do livro, como o de Jean-Pierre Dozon, dedicam-se a demonstrar a total arbitrariedade de alguns dos rótulos étnicos de uso corrente na África contemporânea, criados a partir de um contingente populacional heterogêneo por oficiais ou administradores coloniais

⁴² AMSELLE, Jean-Loup, *Ethnies et espace: pour une anthropologie topologique*, in: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.), *Au cœur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique*, Paris: La Découverte, 1985, p. 23.

⁴³ *Ibid.*, p. 23-44.

na esteira da conquista militar.⁴⁴ Outros, como o de Jean Bazin, insistem nos múltiplos usos sociais que um nome pode incorporar ao longo do tempo e do espaço, colocando em relevo a dinâmica entre o poder de nomear e as possibilidades de apropriação de rótulos atribuídos no contexto da interação social.⁴⁵ Seguindo de perto o projeto enunciado por Barth, Bazin tenta demonstrar a necessidade de deslocar o foco da análise da etnicidade, abandonando os inventários exaustivos e por vezes contraditórios de conteúdos culturais, e concentrando-se ao invés na “história do nome”. Apesar de apontar a possibilidade de preexistência secular dos nomes étnicos em relação à conquista e à colonização europeia, Bazin defende que a transmutação das formas de identificação pré-coloniais em “etnia” — no sentido de identidade primária, permanente e exclusiva dos indivíduos e dos grupos — esteve ligada à aplicação de “princípios taxonômicos” para construção de um saber operatório e com pretensões científicas das populações africanas, um fenômeno que correu em paralelo à exploração e às conquistas coloniais. Bazin tenta determinar no nível epistemológico os procedimentos necessários para a criação de uma etnia a partir de uma categoria preexistente da interação social:

Para que o nome aceda a seu estatuto etnológico, à sua função de designação de uma entidade única, [...] deve-se resguardá-lo de seu sentido, enfraquecer sua ambiguidade através das operações de coleta, seleção e censura que conferem a ele sua univocidade. A etnia aparece assim em negativo, como o resíduo erudito de uma polissemia prática contrária à racionalidade etnológica tal como à razão de Estado.⁴⁶

Esse processo de etnização é remetido decididamente à implantação do colonialismo:

de um lado, distribuem-se os indivíduos e suas comunidades em unidades administrativas; de outro, recompõem-se-lhes em etnias; trata-se de um mesmo e único gesto que prescreve um ao outro dois modos de identificação complementares dos sujeitos coloniais. É uma empresa, que se pode qualificar propriamente de ideológica, de sistematização e de consagração

⁴⁴ DOZON, Jean-Pierre, Les Bété: une création coloniale, *in*: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.), **Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique**, Paris: La Découverte, 1985, p. 49-85.

⁴⁵ BAZIN, Jean, A chacun son Bambara, *in*: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.), **Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique**, Paris: La Découverte, 1985, p. 87-127.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 112.

letrada do semissaber em estado prático de que dispunha, bem ou mal, a administração local da época e que dessa forma a ela retorna revestido de uma sanção científica respeitável.⁴⁷

A conclusão que se impõe é a de que a análise particular dos contextos em que a identidade étnica torna-se um aspecto relevante da interação social ou da mobilização política deveria sempre começar pela identificação daqueles que detêm o poder de definir a classificação e a identidade dos grupos em contato. No caso da África colonial, há mais um elemento complicador, no sentido de que o grupo com o “poder de nomear” distinguia-se e sobrepunha-se às populações dominadas com recurso, não a uma categoria étnica, mas racial. Sua diferença fundamental em relação aos “negros” (ou “africanos”, ou “indígenas”, ou “nativos”, conforme os casos) era expressa na legislação e nos censos demográficos, e, por vezes, levada ao extremo do estabelecimento de dois universos jurídicos distintos.⁴⁸ É importante ressaltar que a noção colonial de raça não corresponde perfeitamente às formulações do racismo científico do século XIX, incluindo elementos culturais na forma de uma identificação do branco com a civilização, a modernidade e os valores universais, e do negro com a tribo, a tradição e o particularismo. Prova disso é a admissão da possibilidade da mobilidade relativa, ascendente ou descendente, entre essas categorias, seja na figura do súdito britânico *gone native* ou do português cafrealizado, seja na figura do senegalês *évolué*, do angolano assimilado ou mesmo do antropólogo queniano. Não é preciso insistir em que essas últimas categorias foram preenchidas por um número irrisório de indivíduos, cuja admissão nos círculos europeus, seja na Europa ou na própria África, sempre se revelou, para dizer o mínimo, problemática. Os conteúdos irreduzíveis do nascimento eram matizados, e não suplantados, pela mitologia civilizatória europeia. De toda forma, é preciso sempre ter em mente que uma característica definidora da história da etnicidade na África é o fato de que a

⁴⁷ *Ibid.*, p. 114.

⁴⁸ Em algumas situações, como era o caso de Moçambique, grupos populacionais que escapavam a uma dicotomia europeu-africano podiam tornar o quadro mais complexo. Havia ali, como aliás em toda a África Oriental, uma forte imigração indiana, além de uma presença histórica muito bem enraizada do Islã. Assim, a “população civilizada”, que incluía diversas categorias sociais de não-europeus, era classificada por raça, nacionalidade e religião, enquanto os “indígenas” ou “africanos” permaneciam classificados primariamente por tribos. Além disso, havia um censo para os “civilizados” e outro para os “indígenas”. Uma análise da dinâmica da identificação racial para o caso de Moçambique no início do século XX pode ser lido em ZAMPARONI, Valdemir D., Monhés, baneanes, chinas e afro-mahometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques Moçambique, 1890-1940, *Lusotopie*, n. 2000, p. 191-222, 2000; e em Colonialism and the creation of racial identities in Lourenço Marques, Mozambique, in: SANSONE, Livio; SOUMMONI, Elisée; BARRY, Boubacar (Orgs.), **Africa, Brazil and the construction of trans-Atlantic Black identities**, Trenton, Asmara: Africa World, 2008, p. 20-43; ver também DARCH, Colin, Notas sobre fontes estatísticas oficiais referentes à economia colonial moçambicana: uma crítica geral, **Estudos Moçambicanos**, n. 4, p. 103-125, 1983.

sua dinâmica esteve intrinsecamente ligada à história da raça — tanto no sentido de que era a raça que estruturava, em última instância, a diferença fundamental na distribuição do poder (inclusive o de nomear), quanto no sentido de que a proximidade conceitual entre os dois conceitos variou de acordo com a existência e a importância de uma população branca ou mestiça e a forma de seu envolvimento com o projeto nacionalista. Voltaremos a isso mais à frente.

Por outro lado, não se pode deixar de apontar que vêm sendo feitas tentativas de resgatar o conceito de etnia, especialmente no contexto africano, eximindo-o da pecha de invenção colonial e reafirmando sua pertinência enquanto categoria analítica. O antropólogo belga Luc de Heusch propôs, há não muito tempo, que, apesar da apropriação da etnia pelo Estado colonial, e apesar dos inegáveis equívocos cometidos na identificação de “tribos” ou “grupos étnicos”, as classificações nas quais as categorias administrativas se basearam, na quase totalidade dos casos, já operavam nas sociedades africanas. Dessa forma, de Heusch procura distinguir de um lado a etnia como categoria da administração colonial e de outro a etnia enquanto ferramenta de análise social. Não se trata de uma reciclagem do velho “grupo portador de cultura”: ainda que o conceito de etnia proposto continue fundado sobre o compartilhamento de traços culturais, não se supõe que a cultura seja compartilhada enquanto uma entidade contida em si mesma — o conceito de “espaço social” defendido por Amselle é evocado e a unidade de análise é alargada para incluir diversos grupos em interação, à moda de Barth; o papel específico da etnicidade relaciona-se à adoção seletiva de determinados traços por grupos vizinhos, e ao significado social desse jogo de semelhança e diferença. No fundo, trata-se de recolocar no centro da análise o campo da cultura, deslocando o primado do político e do social postulado por autores como Leach, Moerman e Barth.⁴⁹

Não há dúvidas de que existiam na África pré-colonial formas de identificação coletiva que poderiam ser qualificadas de étnicas nesse sentido, e é preciso, obviamente, reconhecê-las e situá-las social e politicamente na história. O próprio de Heusch faz o “espaço social” africano e suas etnias inter-relacionadas girarem via de regra em torno de um Estado centralizado.⁵⁰ O historiador estadunidense Joseph C. Miller, ao investigar a origem dos Estados na África Central, já havia apontado a estreita relação entre identidades étnicas observáveis no fim do século XX e fontes de autoridade política (fossem Estados centralizados ou formas menos

⁴⁹ DE HEUSCH, Luc, L’ethnie. The vicissitudes of a concept, **Social Anthropology**, v. 8, n. 2, p. 99-115, 2000.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 108.

canônicas) que estenderam sua hegemonia sobre amplos espaços muitos séculos antes.⁵¹ Além disso, a realidade complexa da escravidão mercantil e seus tráficos, na medida em que afetaram a escala e a orientação da atividade estatal, e na medida em que fizeram da origem geográfica um atributo da mercadoria “escravo”, deve ser indagada enquanto um momento crucial de qualquer etnogênese.⁵² A questão é que o pensamento europeu sobre a África — e as práticas administrativas coloniais informadas por esse pensamento — elegeram a etnia como a identidade coletiva africana por excelência.⁵³ A condição colonial dotou as formas de identificação étnicas de uma absoluta precedência em relação a outras formas de distinção que podiam operar nas sociedades africanas, e fez da estrutura dessas identificações a gramática pela qual as trocas econômicas e simbólicas passaram a ser exercidas durante o domínio colonial. No que tange a análise do nacionalismo africano, são essas novas significações adquiridas pela etnia no contexto colonial que mais importam.

Vemos assim o campo da etnicidade abrir-se decididamente para a problemática do nacionalismo africano, tomando como dado fundamental a relevância da experiência colonial. Na seção seguinte, veremos de que forma a especificidade das experiências coloniais e imperiais impôs-se às análises do nacionalismo enquanto tal — no âmbito de um “ataque pós-colonial” à noção de modernização, que reivindicava o reconhecimento do fenômeno colonial como elemento constitutivo da própria modernidade.⁵⁴

2.4 A nação: cidade sitiada

As denúncias dirigidas desde as periferias a pressupostos quase nunca explicitados ou a implicações perniciosas do pensamento e da ciência europeia do Iluminismo foram

⁵¹ MILLER, Joseph Calder, **Kings and kinsmen: early Mbundu states in Angola**, Oxford: Clarendon, 1976.

⁵² A historiografia sobre a escravidão no Brasil vem-se debruçando crescentemente sobre os processos de constituição de identidades étnicas no “Novo Mundo”, ora tratando a travessia atlântica como momento definidor, ora alongando o olhar para as especificidades da história africana imbricadas na “produção” do escravo. Ver, por exemplo, SLENES, Robert W. A., Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil, **Revista USP**, v. 12, p. 48-67, 1992; REIS, João José, **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**, ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; PARÉS, Luis Nicolau, **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**, Campinas: Unicamp, 2007; SILVEIRA, Renato da, Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos, **Afro-Ásia**, v. 38, p. 245-301, 2008.

⁵³ E aqui se revelam em termos práticos os efeitos do jogo de oposições entre nação e tribo, que tomara forma já no início do século XX. MAUSS, La nation.

⁵⁴ Duas formulações recentes desse argumento: WALLERSTEIN, Immanuel, Análise dos sistemas mundiais, in: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.), **Teoria social hoje**, São Paulo: Unesp, 1999, p. 447-470 p. 447-470; MIGNOLO, Walter D, **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**, Belo Horizonte: UFMG, 2003.

lentamente, ao longo do século XX, constituindo-se como uma tradição alternativa que resultou no corpo de pensamento crítico que se costuma denominar de “pós-colonial”, no último terço do século. Embora algumas vezes o pensamento “pós-colonial” seja descrito como a contraparte não europeia do pensamento “pós-moderno”, e esteja sem sombra de dúvidas relacionado a este por um conjunto de preocupações comuns e influências recíprocas, existe uma especificidade que me parece ser necessário sublinhar.

Um momento crítico de confluência dos vários questionamentos à “Pax Europea” que se produziam um pouco por toda parte foi a década e meia imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, quando vieram à tona os trabalhos do martinicano Frantz Fanon, do senegalês Cheikh Anta Diop e do indiano K. M. Panikkar, todos os quais buscavam, com referência a quadros teóricos distintos, reposicionar africanos e asiáticos (e seus descendentes espalhados pelo mundo) no quadro geral da história humana.⁵⁵ Foi esse também o momento em que o pensamento europeu deu ouvidos, pela primeira vez de modo sério, aos desafios que lhe vinham sendo colocados por suas periferias imperiais desde o início do século XIX, com a introdução escrita pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre, intitulada “Orfeu negro”, para uma antologia de poetas africanos organizada pelo escritor e nacionalista senegalês Léopold Sédar Senghor. A introjeção desse tipo de preocupação no pensamento social europeu encontrou seu ponto de maior fecundidade no trabalho do filósofo francês Michel Foucault, que desenvolveu, durante as décadas de 1960 e 1970, uma crítica contundente ao “regime de verdade” ocidental e suas íntimas relações com o poder.

Em 1978, o intelectual estadunidense de origem palestina Edward W. Said tentou demonstrar, em “Orientalismo”, de que forma o conhecimento acadêmico europeu sobre a Ásia, e o mundo islâmico em particular, conformava um “discurso” — uma das categorias-chave de Foucault — cujos efeitos intrusivos podiam ser rastreados tanto nas práticas administrativas coloniais quanto na literatura ocidental, principalmente francesa e britânica, dos séculos XIX e XX.⁵⁶

⁵⁵ PANIKKAR, K. M., **A dominação ocidental na Ásia**, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (originalmente publicado em 1959 como *Asia and Western dominance*; notar o infeliz, mas ilustrativo, deslize semântico entre o título original e o da tradução para o português); FANON, Frantz, **Pele negra, máscaras brancas**, Salvador: Edufba, 2008 (publicado pela primeira vez em 1952 como *Peau noir, masques blanches*); DIOP, Cheikh Anta, **Nations nègres et culture: de l'antiquité nègre-égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui**, Paris: Éditions africaines, 1954. É preciso ainda mencionar aqui o trabalho pioneiro de C. L. R. James: **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**, São Paulo: Boitempo, 2000 (cuja edição original é de 1938).

⁵⁶ SAID, Edward W., **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A correspondência efetiva entre o “Oriente” tal como “produzido” por esse discurso e as realidades sociais, políticas, culturais e econômicas das regiões identificadas com esse rótulo são, para Said, menos importantes que a espantosa coerência interna desse corpo de conhecimento, cujos limites são dados menos pelas descobertas da observação empírica sistemática e mais pelas regras internas de transformação dos enunciados, das quais a mais fundamental era uma espécie de jogo de espelhos entre “Oriente” e “Ocidente”, que teria sido um dos fatores fundamentais da construção de uma identidade coletiva europeia desde os tempos medievais.⁵⁷

O esforço por situar firmemente o campo literário no âmbito do quadro geral da hegemonia cultural do “Ocidente” sobre o “Oriente” era o objetivo central de Said em “Orientalismo”. Cerca de quinze anos mais tarde, ele buscava expandir seu projeto em “Cultura e Imperialismo”, incorporando à análise os discursos europeus sobre outras regiões geográficas, como a África, em que o padrão discursivo já analisado no caso do mundo islâmico era também prevalente.⁵⁸ Nas palavras de Said:

os discursos africanistas e indianistas, como alguns deles têm sido chamados, percebo serem parte do esforço europeu geral para governar terras e povos distantes e, portanto, relacionados tanto a descrições orientalistas do mundo islâmico quanto aos modos europeus particulares de representar as ilhas do Caribe, a Irlanda e o Extremo Oriente. O que é chocante nesses discursos são as figuras retóricas encontradas seguidamente do “Oriente misterioso”, assim como os estereótipos da “mente africana [ou indiana ou irlandesa ou jamaicana ou chinesa]”, as noções acerca de levar a civilização a povos primitivos ou bárbaros, as ideias incomodamente familiares sobre a necessidade de espancamento ou morte ou punição extensiva quando “eles” se comportavam mal ou se tornavam rebeldes, porque “eles” entendiam a força ou a violência melhor que qualquer outra coisa; “eles” não eram como “nós”, e por essa razão mereciam ser governados.⁵⁹

Said buscou desta vez dar espaço às manifestações literárias que vinham dos espaços extraeuropeus, reservando uma parte importante de sua análise ao tenso diálogo que muitas obras do “terceiro mundo” estabeleciam com o corpo do conhecimento “imperial” ou com

⁵⁷ *Ibid.*, p. 29-34.

⁵⁸ SAID, Edward W., **Culture and Imperialism**, New York: Vintage, 1994.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 11.

obras europeias particulares — o movimento da “négritude”, a literatura africana das independências, mas também trabalhos que usualmente escapam à designação de literatura, como o *Black jacobins* de C. L. R. James.⁶⁰

O trabalho de Said influenciou profundamente o campo dos estudos literários no universo de língua inglesa, mas não teve um efeito imediato nas discussões sobre o nacionalismo no mundo colonial. De fato, Said não chegou a questionar a “etnia” ou mesmo a “nação”; antes, a “nação” colonial parece ser dotada de uma existência anterior sobre a qual a dominação política e cultural do Ocidente se estabelecera. Entretanto, sua ênfase na relação íntima entre literatura e política seria incorporada e contribuiria para uma importante renovação nesse campo de estudos.

No início da década de 1980, o crítico britânico Benedict Anderson concentrou-se em estabelecer as condições gerais de possibilidade para a emergência da nação, entendida não tanto como uma realidade sociológica, mas como uma forma específica de imaginar laços comunitários: “uma comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana”.⁶¹ A ênfase de Anderson na comunicação social remete obviamente ao trabalho de Karl Deutsch. A noção de comunidade imaginada, por sua vez, é tributária das formulações do filósofo, arqueólogo, historiador e filólogo francês Ernest Renan. Renan, o tipo de intelectual que Hroch, Gellner e Smith talvez considerassem característico do nacionalismo defeituoso da Europa Oriental, defendera em 1882 que uma nação é um “princípio espiritual”, uma “solidariedade em grande escala”. Para ele, raça, língua, religião, interesses comuns ou geografia não eram suficientes para definir a nação; sua essência estava em um desejo compartilhado de vida coletiva, por sua vez baseado na pressuposição de um passado comum. O esquecimento e o erro histórico seriam componentes fundamentais para a obtenção desses efeitos — para Renan, “a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido bem as coisas”.⁶²

Segundo Anderson, a nação como modalidade de imaginação coletiva teria surgido no vácuo da dissolução de outros tipos de pertencas estruturantes da vida social (especialmente os impérios dinásticos e as comunidades religiosas) em correlação à ascensão de línguas

⁶⁰ *Ibid.*, p. 191-281.. Veremos brevemente de que maneira essa espécie de “contracânone” e suas categorias coletivas incidem sobre os discursos nacionalistas africanos na primeira parte do próximo capítulo.

⁶¹ ANDERSON, Benedict, **Nação e consciência nacional**, São Paulo: Ática, 1989, p. 9-16 (a primeira edição é de 1983).

⁶² Também significativo é o fato de Renan ter sido um dos maiores orientalistas europeus de seu tempo. RENAN, Ernest, **Qu’est-ce qu’une nation?**, disponível em: <[http://fr.wikisource.org/wiki/Qu’est-ce_ qu’une_nation_%3F](http://fr.wikisource.org/wiki/Qu'est-ce_qu'une_nation_%3F)>, acesso em: 1 out. 2008, (conferência pronunciada na Universidade de Paris, em 11 de março de 1882).

vernáculos e do capitalismo de imprensa — o qual, na forma de seus dois principais produtos, o jornal diário e o romance, generalizou uma maneira de pensar acontecimentos simultâneos cuja ligação só era dada, em um nível, pela inserção dos personagens em uma mesma “sociedade” (essa entidade sociológica que relaciona desconhecidos e anônimos de forma tão firme e estável), e, em outro nível, pela onisciência do leitor, que enxergava ligações das quais os próprios personagens podiam estar inconscientes. O “enquanto isso” para Anderson não é apenas o recurso narrativo fundamental do romance, como também o recurso conceitual fundamental do pensamento moderno — no caso em questão, ele permite imaginar a nação em um tempo homogêneo e vazio, movendo-se através da história, como os personagens do romance se movem através do calendário e do relógio.⁶³

O conceito de etnia não é diretamente invocado neste trabalho, que de maneira coerente não toma a existência prévia de grupos portadores de uma cultura comum como necessidade teórica. Talvez por isso não se note em particular uma preocupação por explicar o recurso sistemático do nacional por uma história supostamente comum e formativa. De toda forma, Anderson propõe aproximar a análise da nação às análises propriamente antropológicas de outros tipos de identidade, em especial as relações de parentesco e a filiação religiosa. Para isso, recorre à tradição da antropologia social britânica, especialmente a Victor Turner, buscando enfatizar os processos sociais de identificação dos grupos que encampam as reivindicações nacionalistas nas Américas, por exemplo, em relação às características e limitações de suas trajetórias enquanto funcionários de segundo escalão na administração colonial.⁶⁴

O tema candente da etnicidade aparece, entretanto, em um livro posterior de Anderson. Em *The spectre of comparisons*, publicado no fim da década de 1990, Anderson identifica dois tipos de séries que emergem das novas formas de imaginar as coletividades humanas surgidas a partir do século XVIII.⁶⁵ O primeiro tipo consiste das séries não restritas dos universais do pensamento social moderno (nações, cidadãos, trabalhadores etc.), propiciadas pelo

⁶³ ANDERSON, **Nação e consciência nacional**, p. 17-35. A noção de tempo homogêneo vazio é tomada de empréstimo a Walter Benjamin.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 57-76. Na segunda edição deste trabalho Anderson incorporou à sua análise, em um capítulo suplementar, as novas formas de apreender o espaço que surgiram em paralelo às novas formas de apreender o tempo incorporadas no capitalismo de imprensa, em especial censos, mapas e museus (uma tradução revisada, incluindo este último capítulo, foi publicada recentemente no Brasil como *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008). Cf. JAFFRELOT, For a theory of Nationalism.. Veremos a seguir que Anderson retornará aos censos, mas de um ponto de vista bastante diferente.

⁶⁵ ANDERSON, Benedict, **The spectre of comparisons: Nationalism, Southeast Asia and the world**, London, New York: Verso, 1998, p. 29-45.

capitalismo de imprensa e potencialmente libertadoras, no sentido em que criam novas possibilidades de ação política em favor de coletividades anônimas e extensas. Aqui é preciso notar que Anderson complementa sua análise das inovações introduzidas na forma de pensar o mundo pelo capitalismo de imprensa, acrescentando, à simultaneidade propiciada pelos jornais diários, sua abrangência temática necessariamente mundial e a constituição de um vocabulário padronizado que permitia a “tradução” de eventos políticos locais e globais em um mesmo registro — em outras palavras, a modernização estaria ligada à ampla difusão dessa nova “gramática da representação” da política para muito além dos jornais diários e dos romances, como, por exemplo, no âmbito das representações teatrais comerciais do sudeste da Ásia, zona em que Anderson concentrou sua pesquisa.⁶⁶

O segundo tipo consiste das séries restritas das “classes populacionais”, produzidas pelas práticas governamentais classificatórias, em especial as práticas censitárias. Anderson destaca nos censos populacionais três convenções cuja aplicação foi assegurada pela padronização internacional da ciência estatística que se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos ao longo do século XIX. A primeira dessas convenções é a não permissividade das frações. Afiliações parciais ou contextuais estão excluídas por definição, o que implica a proliferação de categorias ou faixas dentro de cada uma das séries, as quais atravessam e definem exclusivamente cada um dos indivíduos recenseados. A segunda é o anonimato, que, por um lado, é o baluarte da reivindicação de veracidade do censo, ao tornar seus resultados de difícil verificação para o indivíduo comum, e, por outro, associado à equivalência de cada um dos inteiros contados, estabelece um quadro social tabular, estável e válido por dez anos, “que é, digamos, a Dinamarca, imaginada serialmente, sincronicamente, e como um autorretrato”.⁶⁷ Finalmente, em terceiro lugar, a totalidade (ou o “universo”), que faz coincidir a abrangência do censo com a abrangência do Estado (e da nação), restringindo, por um lado, o âmbito das categorias censitárias e fornecendo, por outro, a unidade máxima de comparação mundial. Anderson vincula o significado político dos censos aos sistemas eleitorais que se tornaram mais e mais abrangentes durante o século XX, a partir dos Estados Unidos, como ferramentas de estabelecimento de maiorias e minorias no âmbito do ascenso das noções de soberania popular.⁶⁸

⁶⁶ *Ibid.*, p. 30-35. Pode-se indagar a Anderson, entre outras coisas, se o que ele concebe como “abrangência global” das notícias veiculadas pelos jornais diários não seria melhor descrito como uma “abrangência imperial”. De fato, não é necessário muito esforço para demonstrar que a circulação de notícias sempre esteve fortemente condicionada pelas geografias da dominação política, houvesse ou não controle direto da imprensa por parte das administrações coloniais e metropolitanas.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 37.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 35-45.

Para Anderson, as séries restritas, dentre as quais a etnicidade é a mais importante, são potencialmente limitadoras, no sentido em que são incongruentes com solidariedades extensas inclusivas e idealmente igualitárias. Sob esse ponto de vista, a etnia é claramente o resultado dos novos saberes e técnicas estatais; a política étnica apresentaria assim um agudo contraste com o nacionalismo, cujo bem residual estaria garantido pelo universalismo de suas proposições. Anderson concebe um vínculo intrínseco entre a etnicidade e o contexto da imigração e da disputa por representatividade política no âmbito do Estado eleitoral-representativo: não apenas as categorias da “diáspora” e do “exílio” são consideradas tão-somente formas a posteriori de conceber a série étnica na sociedade de destino, como a elaboração de censos no mundo colonial e a categorização étnica das populações sujeitas são consideradas como uma difusão “silenciosa” e inadvertida, fruto do grau de “normalidade” assumido pelas técnicas censitárias nas metrópoles. Anderson parece acreditar que foram precisamente as práticas censitárias coloniais o fator que possibilitou imaginar nações com base na soberania popular nesses espaços.⁶⁹

O principal crítico das proposições apresentadas até aqui a partir de um ponto de vista extraeuropeu tem sido o antropólogo indiano Partha Chatterjee. Pode ser útil apresentar de pronto o que ele considera ser sua objeção central à tese de Anderson:

Se os nacionalismos do resto do mundo têm de escolher suas comunidades imaginadas entre certas formas “modulares”, já colocadas a seu dispor pela Europa e pelas Américas, que lhes resta imaginar? A história, ao que parece, teria decretado que nós, do mundo pós-colonial, seremos apenas perpétuos consumidores da modernidade. A Europa e as Américas, os únicos verdadeiros sujeitos da história, elaboraram, em nosso benefício, não apenas

⁶⁹ Anderson parece evitar cuidadosamente a questão das relações raciais e do significado de “raça” em suas análises sobre o sudeste asiático. De fato, a única referência que temos a essa problemática encontra-se na introdução, quando o autor nos admoesta contra os perigos de se pressupor a existência de um “racismo branco” operando em escala global e de atribuir a ele um valor explicativo absoluto. Com a ironia característica, chama a atenção para os vários “racismos malhados” que podem ser observados em relação aos nacionalismos no mundo colonial. Caberia questionar, entretanto, se com isso Anderson não termina por incorrer numa escorregadela nitidamente eurocêntrica, ao tomar “branco” como um termo cujo “verdadeiro” significado é dado pelo uso europeu das categorias raciais. De fato, se os “brancos” coloniais tinham por vezes dificuldades em serem aceitos como iguais na metrópole — e o caso dos *pieds-noirs* da Argélia é aqui paradigmático —, não deixa de ser verdade que, quase sempre, procuravam exercer, em nível local, todas as prerrogativas a que julgavam ter direito por serem brancos, ou civilizados, ou uma combinação de ambos. Nesse âmbito, um interessante caminho metodológico para o estudo dos “brancos locais” poderia ser inspirado, algo liberalmente, nas formulações de Pierre Bourdieu sobre as propriedades combináveis da condição e da posição de classe. Ver BOURDIEU, Pierre, *Condição de classe e posição de classe*, in: **A economia das trocas simbólicas**, São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 3-25.

o roteiro do esclarecimento e da exploração coloniais, mas também o de nossa resistência anticolonial e o de nossa miséria pós-colonial. Até nossa imaginação tem que permanecer perenemente colonizada.⁷⁰

Chatterjee claramente reconhece a precedência histórica do nacionalismo europeu; o que ele critica são as formulações que procuram fazer desses primeiros desenvolvimentos modelos — de ação e de análise — transplantáveis para o resto do mundo pecam por menosprezar o fato de que “os resultados mais poderosos e criativos da imaginação nacionalista da Ásia e da África baseiam-se não em uma identidade, mas em uma *diferença* em relação às formas modulares da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno”.⁷¹

A recuperação do protagonismo dos colonizados no estudo do nacionalismo fora da Europa e das Américas é o eixo principal da obra de Chatterjee, que propõe uma abordagem do nacionalismo enquanto discurso e ideologia, ao se valer da distinção analítica entre a “temática” e a “problemática”. Por problemática, entende-se aquela parte de toda ideologia social que, veiculada em termos de um discurso teórico consciente e formalizado, afirma a existência, assim como a factibilidade prática, de determinadas possibilidades históricas. A temática, por sua vez, seria a parte do discurso voltada para justificar a desejabilidade de levar a efeito essas mesmas possibilidades, com recurso a princípios morais e epistemológicos: a natureza das evidências e as regras de inferência com que relacionar evidências e estruturas argumentativas, o conjunto de princípios epistemológicos utilizados que embasam a afirmação das reivindicações enquanto possibilidades históricas, assim como o conjunto de princípios éticos que asseguram a essas reivindicações sua justificativa moral. A temática se refere a um sistema ético e epistemológico o qual fornece e valora um conjunto de elementos, assim como especifica regras de relacionamento entre eles, enquanto a problemática propõe enunciados concretos acerca de possibilidades e programas de ação justificados pelo recurso a esse sistema subjacente.⁷²

Para Chatterjee, a análise do nacionalismo extraeuropeu revela uma problemática que inverte as distinções clássicas europeias “ocidente versus oriente”, assegurando a subjetividade e o

⁷⁰ CHATTERJEE, Partha, Comunidade imaginada por quem?, in: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.), **Um mapa da questão nacional**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 229. Em inglês, como em alemão, “Esclarecimento” é o termo usado para o momento filosófico conhecido em francês e português como “Iluminismo”.

⁷¹ *Ibid.*, grifo no original.

⁷² CHATTERJEE, **Nationalist thought and the colonial world**, p. 37-43. A distinção entre “temática” e “problemática” é tomada de empréstimo a Anouar Abdel-Malek, um dos primeiros críticos do “orientalismo” europeu, cuja obra inspirou o trabalho de Edward Said.

protagonismo da consciência e da razão dos colonizados, ao mesmo tempo em que, no nível da temática, repõe a concepção dualista que distingue essas duas entidades como categorias éticas e epistemológicas discretas, o que acarreta a persistência do sujeito transcendente do conhecimento europeu pós-Iluminista e suas abordagens objetificantes. Isso introduz uma contradição inerente ao pensamento nacionalista, na medida em que reafirma, no nível da temática, uma estrutura de conhecimento que corresponde à própria estrutura de poder que o pensamento nacionalista luta para refutar. A consciência teórica dessa contradição estruturante permite analisar tanto a temática quanto a problemática do nacionalismo extraeuropeu de novas maneiras, insistindo em sua autonomia relativa — o discurso do nacionalismo anticolonial é marcado pela polêmica não por razões de estilo, mas pelo fato político de que ele se enuncia em oposição a outro discurso, consolidado e formidavelmente poderoso. Ele tem de ser um discurso de diferença, ancorado tanto sobre uma negação dos princípios subjacentes à dominação colonial quanto sobre uma afirmação da capacidade dos colonizados de alcançar os padrões exigidos pelo discurso propagado pela potência colonizadora. Um discurso diferente, e contudo dominado.⁷³

Apresentar uma formulação dessa natureza equivale a assumir uma posição no cerne da disputa que se desenrola no nível da temática. Ao recusar o ponto de partida da “transplantação”, sempre incompleta ou desviante, do nacionalismo para as colônias, bem como o dualismo recorrente dessas abordagens e seus pressupostos evolucionistas, Chatterjee termina por levar a luta travada pelos pensadores anticoloniais um pouco mais adiante. É no bojo dessa disputa que ele critica o uso feito por Anderson do “tempo homogêneo vazio”, caracterizando-o como o tempo ideal do capital, o qual se representa como equivalente à própria modernidade:

Dentro de seu domínio, o capital não leva em consideração nenhuma resistência à sua livre movimentação. Quando encontra um impedimento, acredita que encontrou um outro tempo — algo como o pré-capital, algo que pertence ao pré-moderno. Tais resistências ao capital (ou à modernidade) são portanto compreendidas como oriundas do passado da humanidade, algo que as pessoas deveriam ter deixado para trás mas que de alguma forma não deixaram.⁷⁴

⁷³ *Ibid.*

⁷⁴ CHATTERJEE, Partha, A nação em tempo heterogêneo, in: **Colonialismo, modernidade e política**, Salvador: Edufba, 2004, p. 71.

Ao tomar como pertinente a representação que o capital faz de si mesmo, enquanto um atributo do próprio tempo, Anderson estaria observando não os processos sociais através dos quais os conteúdos propagados pela modernidade e pela dominação europeia foram e são absorvidos pelos grupos colonizados, mas a narrativa desse processo segundo o capital, esvaziando os significados das resistências ao qualificá-las de arcaicas e pré-modernas. Para Chatterjee, a abordagem deve ser pautada pela percepção da heterogeneidade do tempo e do espaço, o que permitirá perceber o que antes era rotulado de sobrevivência pré-moderna como formas novas e criativas de se relacionar com a modernidade.⁷⁵

Chatterjee reconhece, na esteira de Anderson, a abrangência global da importância do capitalismo de imprensa para o nacionalismo. Entretanto, ressalta a característica determinante da situação colonial sobre a produção e o consumo de jornais e romances, conformada quase sempre por proibições, limitações, censura e uma repressão feroz de caráter distinto daquelas que se verificaram na Europa — afinal de contas, a afirmação da liberdade de imprensa não era, do ponto de vista dos administradores metropolitanos, um princípio extensivo às colônias. De fato, Anderson analisa a estrutura narrativa de romances de Honoré de Balzac e do nacionalista filipino José de Rizal de forma paralela, dentro de um mesmo esquema explicativo, ofuscando a evidência de que, no mundo colonial, o romancista e o nacionalista tenderam a habitar a mesma pessoa, e se eximindo de explorar teoricamente o fato de que Balzac morreu com a idade de 51 anos, rico e laureado, após deteriorar sua saúde em aprazíveis castelos suburbanos, enquanto Rizal foi fuzilado por um pelotão colonial quando tinha 35 anos — e enterrado em local não identificado, para que sua tumba não se tornasse um local de culto à nacionalidade filipina.⁷⁶

A análise que Chatterjee faz do nacionalismo não recorre em nenhum sentido estruturante a qualquer conceito de etnicidade ou de identidade cultural. Entretanto, sua análise do Estado moderno faz uso extensivo dos conceitos interligados de “população” e de “práticas governamentais”, desenvolvidos inicialmente por Michel Foucault.⁷⁷ O desenvolvimento

⁷⁵ *Ibid.*, p. 73-74. Ver, a propósito, a perspicaz crítica do antropólogo alemão Johannes Fabian dirigida à recusa da coetaneidade que a etnografia clássica impõe a seu objeto em **Time and the Other: how Anthropology makes its object**, Columbia: Columbia University, 1983.

⁷⁶ Cf. ANDERSON, **Nação e consciência nacional**, p. 35-44. A situação das línguas europeias no mundo colonial, utilizadas na administração e no sistema educacional, mas de acesso extremamente restrito, é outro tema a que Anderson dedica uma atenção insuficiente.

⁷⁷ Foucault denomina esse processo de “governamentalização do Estado”. FOUCAULT, Michel, A “governamentalidade”, in: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (Orgs.), **A política dos muitos: povo, classes e multidão**, 1. ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 113-135. A propósito, é notável que Anderson não faça referências aos conceitos desenvolvidos por Foucault, quando sua análise sobre a constituição da Estatística e a instituição dos censos baseia-se em bibliografia seguramente inspirada pelo trabalho do filósofo francês.

histórico das concepções jurídico-políticas no Ocidente ao longo do século XVIII criou a nação justificada pela soberania popular, sob a figura jurídica da cidadania homogênea igualitária. Ao longo dos séculos seguintes, a aplicabilidade dos direitos de cidadania, a princípio restrita por considerações de renda, gênero, religião e raça, foi sendo gradualmente ampliada como resultado de demandas e lutas sociais, as quais se orientavam em relação ao ideal igualitário inerente a esse modelo. A emergência das democracias de massa na Europa e nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, por sua vez, correspondeu à proliferação de tecnologias administrativas de governo que tomavam como seu objeto, não o conjunto de cidadãos, mas a população. Se o conceito de cidadão tem implicações normativas, o de população é puramente descritivo, permitindo a identificação, classificação e descrição de agrupamentos humanos com o recurso a critérios físicos e comportamentais observáveis (uma operação via de regra informada por quadros valorativos prévios), e conseqüentemente a utilização de técnicas estatísticas tais como censos e pesquisas amostrais, assim como a realização de cálculos e estimativas sobre custos e benefícios de determinadas políticas públicas voltadas para classes populacionais claramente discriminadas. Esse processo de “governamentalização” do Estado esvaziou o cotidiano do governo de boa parte de seus conteúdos políticos homogeneizantes e os substituiu pela promessa de bem-estar generalizado, mas necessariamente heterogêneo, assente no cálculo de custos e benefícios, possibilitado pela “elaborada rede de vigilância ao longo da qual são coletadas informações sobre cada aspecto da vida da população visada”.⁷⁸

2.5 Narrando a ação coletiva

O “ataque pós-colonial” comprometeu as condições de possibilidade de uma série de projetos teóricos empreendidos pela ciência social europeia ao longo do século XX — e a construção de uma teoria universal do nacionalismo foi um dos seus principais pontos de impacto.⁷⁹ Há,

⁷⁸ CHATTERJEE, Partha, Populações e sociedade política, in: **Colonialismo, modernidade e política**, Salvador: Edufba, 2004, p. 107-111.

⁷⁹ Um interessante ensaio sobre o impacto do pensamento pós-colonial sobre as ciências sociais ocidentais, centrado na história, embora mais como categoria que como disciplina propriamente, é o de Robert Young, **White mythologies: writing History and the West**, London, New York: Routledge, 1990. Sua afirmação da posição central do colonialismo para a gênese do debate em torno da “pós-modernidade”, e sua ênfase nos questionamentos vindos da periferia sobre as categorias do protagonismo e os esquemas explicativos das transformações sociais, parecem sugerir que a teoria da história, enquanto disciplina, tem feito ouvidos moucos, em grande medida, aos aspectos mais relevantes da crítica pós-colonial e pós-moderna, perdendo-se em bizantinas confabulações sobre o caráter científico ou literário de sua escrita e furtando-se a encarar a necessidade de revisar criticamente categorias de ação social e planos de análise que continuam a ser usadas despreocupadamente no cotidiano das pesquisas acadêmicas.

obviamente, tentativas de resposta por parte de pensadores europeus. Por exemplo, o historiador britânico Eric Hobsbawm reconhece a impossibilidade de definir a nação por critérios objetivos, ou porque esses critérios são em si vagos e flutuantes (língua, etnia, cultura, história comum, território, religião etc.), ou porque há sempre diversas contraprovas empíricas disponíveis para tentativas de se tomar cada um desses critérios como determinante. Hobsbawm atribui a incapacidade de subsumir todas as manifestações do nacionalismo sob um mesmo quadro teórico à própria atualidade do fenômeno. “Como poderia ser diferente”, pergunta, “na medida em que tentamos fazer entrar em um quadro permanente e universal entidades historicamente novas, que estão apenas emergindo, que mudam [...]?”. Hobsbawm acredita na existência de entidades empíricas que se definem como “nações”; mas se vê às voltas com a incapacidade metodológica da teoria social contemporânea para estudá-las.⁸⁰

No outro extremo do espectro, o cientista político francês Christophe Jaffrelot condena o que chama de “tendências regressivas” em direção a formas “pré-analíticas” das Ciências Sociais, e acredita que a incapacidade de trazer à tona uma teoria universal do nacionalismo deve-se à confusão conceitual entre “nacionalismo” e “nação”. Jaffrelot tenta incorporar as principais críticas ao “paradigma modernizador”, e estende a crítica barthiana da etnia à nação. Para ele, a nação não pode ser estudada como uma entidade substantiva, mas apenas enquanto categoria da ação coletiva. Dessa forma, busca afastar a análise do nacionalismo, que para ele é uma ideologia, das análises da construção do Estado e da modernização das sociedades nacionais, mesmo caminho tentado por Hroch. Jaffrelot entende que o nacionalismo é sempre uma resposta ideológica a um “outro ameaçador”, cuja dominância em termos políticos, econômicos ou culturais provoca um “ressentimento” capaz de mobilizar imagens de uma “era de ouro” em um jogo de estigmatização e imitação do outro dominante. Jaffrelot aproxima a análise do nacionalismo da análise da etnicidade, mas não consegue apontar muito claramente o que deveria ser, então, a diferença entre esses dois campos.⁸¹

Acredito haver pouco proveito em apresentar as contraprovas empíricas certamente abundantes com as quais o modelo proposto por Jaffrelot terá de lidar. Basta lembrar que, enquanto a existência de uma ou mais espécies de “outros ameaçadores” parece ser uma invariante da história humana, a pertinência do nacionalismo ao que se convencionou chamar de Era Moderna é um dado de partida. Tentativas “perennialistas” de fazer o nacionalismo recuar à Grécia clássica ou além têm de se alçar em geral a um nível tão alto de abstração que

⁸⁰ HOBBSAWM, Eric, **Nações e nacionalismo desde 1789: programa, mito e realidade**, ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

⁸¹ JAFFRELOT, For a theory of Nationalism.

o que resta é dificilmente discernível, como nacionalismo, de outras formas de identidade coletiva. A emergência do Estado moderno, que Jaffrelot tenta afastar com tanto afinco do cerne da análise, parece ser um dado impossível de ignorar.

Maior proveito pode resultar de compreender que não apenas o nacionalismo deve ser abordado no campo das construções discursivas, como outras categorias, como “tribo”, “etnia”, “raça” ou “classe”, estão irremediavelmente implicadas no fenômeno.⁸² De fato, essas categorias têm em comum o fato de que o pensamento social europeu tomou-as como atores coletivos de uma história que se supunha cada vez mais autoconsciente. Gellner costumava provocar os marxistas ao afirmar que a mensagem que a história deveria ter entregado às classes, por algum equívoco havia ido parar às mãos das nações. Mas diversos pensadores entre meados do século XIX e o início do XX, por sua vez, acreditavam firmemente que os grandes atores da história humana seriam não as classes, nem as nações, mas as raças.

No que pode ser considerada a obra fundadora dessa abordagem, Arthur de Gobineau, em 1855, havia identificado dez “civilizações” cujos feitos eram a matéria da história mesma — todas constituídas de grupos raciais em diferentes proporções, sendo a sofisticação de cada “civilização” uma função da proporção de “arianos” em sua população.⁸³ É ilustrativo que Renan tenha escrito a Gobineau, felicitando-o pela publicação de seu livro, as considerações seguintes:

O fato racial é imenso na origem, mas vai sempre perdendo sua importância, e algumas vezes, como na França, ele chega a desaparecer completamente. Isto é falar de decadência em termos absolutos? Sim, certamente do ponto de vista da estabilidade das instituições, da originalidade das características, de uma certa nobreza que tenho, de minha parte, na mais alta conta no conjunto das coisas humanas. Mas também há compensações! Sem dúvida, se os elementos nobres mesclados ao sangue de um povo chegassem a desaparecer completamente, daí resultaria uma igualdade aviltante, análoga àquela de certos Estados do Oriente e, de certa forma, à da China. Mas ocorre que mesmo uma pequena quantidade de sangue nobre colocado em circulação no

⁸² A nação como narrativa foi inaugurada em 1985 por Chatterjee, embora ele não tenha se preocupado, na ocasião, em teorizar essa abordagem. CHATTERJEE, **Nationalist thought and the colonial world**. Em 1990, o também indiano Homi K. Bhabha reuniu uma série de contribuições nesse sentido. Ver BHABHA, Homi K. (Org.), **Nation and narration**, London: Routledge, 1990. Poucos anos mais tarde, Chatterjee exploraria melhor algumas das clivagens no interior da nação (por exemplo, a elite nacionalista, as mulheres, os camponeses, os párias) em **The Nation and its fragments: colonial and postcolonial histories**, Princeton: Princeton University, 1993.

⁸³ GOBINEAU, Conde de, **Essai sur l'inégalité des races humaines**, Paris: P. Belfond, 1967.

seio de um povo basta para o enobrecer, ao menos quanto aos efeitos históricos; é assim que a França, nação tão completamente caída na plebeidade, desempenha com efeito no mundo o papel de um fidalgo.⁸⁴

Se Renan duvidava que a miscigenação implicava necessariamente a decadência de um povo, não deixava de reconhecer por outro lado a raça como um componente operatório forte da nação. De toda forma, seria certo que “a mistura de raças em todos os sentidos inferiores nas grandes raças não fará mais que envenenar a espécie humana”.⁸⁵

Com efeito, longe de ser um tipo qualquer de anomalia do pensamento social europeu, a exaltação das raças como motores da história ocorreria também entre pensadores profundamente comprometidos com a denúncia do supremacismo ariano. O teólogo negro Edward W. Blyden, nascido nas Antilhas britânicas e radicado na Libéria, escreveu em 1887, por exemplo:

Este parece ser o período da organização e da consolidação das raças. As raças na Europa estão lutando para se agrupar de acordo com suas afinidades naturais. [...] Os alemães estão confederados. Os italianos estão unidos. A Grécia está sendo reconstruída. E da mesma forma o impulso racial tomou o africano aqui. O sentimento está no ar — o plano no qual as raças se movem.⁸⁶

Ou, na formulação explícita do ativista e intelectual estadunidense W. E. B. du Bois:

a história do mundo é a história, não de indivíduos, mas de grupos, não de nações, mas de raças. [...] Que é uma raça, então? É uma vasta família de seres humanos, em geral de sangue e língua comuns, que lutam juntos, voluntária e involuntariamente, pela realização de alguns ideais de vida, mais ou menos vividamente concebidos.⁸⁷

⁸⁴ RENAN, Ernest, 26 juin 1856, lettre à Arthur de Gobineau, auteur de l'Essai sur l'inégalité des races humaines (1853), in: ROMAN, Joël (Org.), **Qu'est-ce qu'une nation? et autres essais politiques**, Paris: Pocket, 1992, p. 221.

⁸⁵ *Ibid.*

⁸⁶ Edward W. Blyden, Christianity, **Islam and the Negro race**, London, W.B. Whittingham, 1887, p. 122, apud MUDIMBE, Valentin Y., **The invention of Africa: gnosia, philosophy, and the order of knowledge**, Bloomington: Indiana University, 1988, p. 197.

⁸⁷ W. E. B. du Bois. The conservation of races. In: W. E. B. du Bois speaks: speeches and addresses 1890-1919, New York, Pathfinder, 1970, p. 75-76, apud APPIAH, Kwame Anthony, **Na casa de meu pai: a África na Filosofia da Cultura**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 54.

Categorias discursivas, categorias da ação coletiva em um mundo em que a política de massas impunha-se crescentemente, mas de forma alguma categorias equivalentes — ao contrário, é preciso insistir no fato de que essas categorias foram distribuídas de maneira terrivelmente desigual sobre o globo, e que guardavam, em relação umas às outras, vínculos multiformes e valores diferenciados. Não é à toa que a “raça” de du Bois apresente uma homologia tão marcante em relação à “nação” de Renan, nem que a “nação” tenha sido varrida das descrições sobre a África ao mesmo tempo em que a “tribo” dava ali os primeiros passos de uma longa e tumultuada carreira, muito menos que a “raça” tenha permanecido um fator tão fundamental no pensamento político, científico e filosófico africano ao longo de todo o século XX.

Conceber a nação como uma das categorias concorrentes e hierarquizadas de narrar (e ordenar) a ação coletiva significa recusar sua existência substantiva como entidade capaz de organizar diretamente as relações sociais, políticas e econômicas — a “nação” tem de ser mobilizada por grupos dotados de instrumentos de coação e coerção (via de regra, por meio do controle sobre os órgãos de um Estado, mas também de meios de comunicação de massa ou um sistema confessional de educação primária, por exemplo) para que seja possível produzir as “revoluções” multifacetadas que constituem o “paradigma da modernização”. Por outro lado, as abordagens do nacionalismo enquanto tal podem se aproveitar de uma separação dos níveis de análise, isolando o estudo dos efeitos “nacionalistas” das políticas estatais ou de comunicação sobre um determinado território e seus habitantes (em que se incluem por exemplo manifestações como o civismo, o patriotismo, o militarismo e a xenofobia) da investigação sobre as formas de narrar a “nação” em geral ou uma “nação” específica, de modo a legitimar o direito de um grupo sobre um Estado ou de um Estado sobre um território, ou então a negar o direito de outros.⁸⁸

Nesse âmbito, convém ainda perceber os momentos cruciais e as situações diferenciadas em que esse discurso da nação é enunciado, e as restrições e possibilidades apresentadas pela configuração global das relações políticas, econômicas, sociais e culturais sobre ele. Em outras palavras, acredito que qualquer esforço comparativo deve, antes de mais nada, interrogar a situação dos casos na configuração global do poder, sem o quê as experiências históricas dificilmente seriam proveitosamente comparáveis. Não pretendo, obviamente,

⁸⁸ É preciso estar atento ainda para o fato de que, da mesma forma que a narrativa da “nação” envolve narrativas imbricadas sobre “etnia” e “raça”, as políticas estatais podem ter efeitos “nacionalistas” tanto quanto “étnicos” e “raciais”. Para uma interessante discussão dos efeitos cruzados das categorias de nação e raça, e suas implicações sobre classe, no contexto do Estado moderno, ver BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel, **Race, nation, class: ambiguous identities**, London; New York: Verso, 1991.

propor mais uma categorização dos nacionalismos, diante de uma já tão extensa galeria, mas apenas colocar o tema desta pesquisa em perspectiva, recusando o quadro do “nacionalismo em geral” em favor do contexto dos nacionalismos africanos de meados do século XX.⁸⁹ Nesse sentido, acredito poder postular uma certa unidade, ainda que difusa, da “literatura africana” no período das independências, estruturada por um mesmo conjunto de problemas, um mesmo universo de categorias de referência e um mesmo diálogo tenso com a filosofia da história pós-Iluminista.

Seu problema primeiro era precisamente o de sua nacionalidade. De fato, a maior parte dos romances, contos e poemas produzidos por africanos na África ou nas capitais europeias, durante as décadas de 1950 e 1970, ocupa-se não apenas da veemente denúncia anticolonial, como também de um multifacetado exercício de imaginação de sociedades africanas passadas ou futuras, no quadro institucional da constituição de tradições literárias que pudessem, em cada caso, ser reconhecidas como nacionais. Em outras palavras, a emergência de uma literatura angolana (ou camaronesa ou queniana ou senegalesa) ocorreu simultaneamente em dois planos: um concernente às representações “nacionais” veiculadas nas obras literárias (como o caráter do povo ou dos povos, o sentido de sua história, as perspectivas de futuro); e um segundo, relacionado ao processo de legitimação das próprias pretensões nacionalistas, que circulava em torno da defesa da existência de uma especificidade angolana (ou camaronesa ou queniana ou senegalesa) na literatura produzida ali então. Em outras palavras, tratava-se de conformar um “sistema literário” em cada um dos territórios coloniais que aspiravam à independência.⁹⁰ Nesse sentido, podem ser observados um pouco por toda a parte uma série de esforços de institucionalização, tais como a realização de congressos literários, a publicação de coletâneas, a fundação de editoras e associações nacionais de escritores, que se confrontavam com questões de sempre em contextos de baixa escolarização formal e pobreza extrema.

⁸⁹ Por exemplo, em **The Nation and its fragments**. Chatterjee não se preocupou em incluir nos seus “fragmentos” nacionais distinções em termos de raça e etnia, as quais, segundo creio, são fundamentais para o caso africano, mas muito menos relevantes para o contexto indiano.

⁹⁰ O conceito foi desenvolvido por Antônio Cândido em **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**, São Paulo: Livraria Martins, 1959. O quanto a ideia de um “sistema literário” (e o processo de sua formação plena, ou o que se convencionou chamar de abordagem “historiográfica”) está vinculada, também ela, a uma narrativa nacionalista da modernização é uma discussão pertinente. Ver, a esse respeito, PEIXOTO, Fabiana Lima, **Afrobetizar: análise das relações étnico-raciais em cinco livros didáticos de literatura para o ensino médio**, Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.. Uma breve mas interessante análise sobre a utilização desses conceitos na crítica brasileira da literatura africana em língua portuguesa pode ser lido em MORAES, Anita Martins Rodrigues de, Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antonio Candido nos estudos de literaturas africanas de língua portuguesa, **Itinerários: Revista de Literatura**, v. 30, p. 65-84, 2010.

Mas havia outros problemas. De início, a escolha da língua. Embora a adoção dos idiomas europeus tenha sido a regra geral, não faltaram duras críticas a essa opção, nem considerações muito específicas sobre o porquê de se escrever na língua do colonizador, e os cuidados necessários para que isso não colocasse em risco a reivindicação de nacionalidade de uma tal literatura.⁹¹ Mas talvez a principal questão com a qual se bateram os escritores das independências, especialmente os romancistas, tenha sido a da escala da “comunidade imaginada”, tanto no que diz respeito às representações no interior do texto, quanto no âmbito dos esforços de institucionalização.

Com efeito, a “nação” nem sempre é o referente privilegiado; ao contrário, observa-se a um deslizamento da nação para o grupo étnico, por um lado, ou para a “África” (entendida como a terra dos homens negros), por outro. Em termos institucionais, esse deslizamento deu-se principalmente para cima, para a África e para a raça, como pode ser notado na celebração de dois Congressos de Escritores Negros (em Paris em 1956, e em Roma em 1958), e na intrigante mudança de nome do *Festival Mondial des Arts Nègres* (Festival Mundial de Artes Negras, Fesman), realizado em Dakar, em 1966, cuja segunda edição, em Lagos, em 1977, recebeu o nome de *World African Festival of Arts and Culture* (Festival Mundial Africano de Arte e Cultura, Festac). No âmbito mais propriamente textual, por outro lado, a opção privilegiada por qualquer uma dessas escalas, feita por autores específicos, para mediar o protagonismo da história, pode ajudar a compreender os contextos e os projetos políticos em disputa durante as décadas de 1960 e 1970.

É assim que dois dos maiores nomes da literatura nigeriana, por exemplo, puderam construir narrativas em que o grupo social de referência é a sua respectiva etnia: os ibos para Chinua Achebe e os iorubás para Wole Soyinka.⁹² Na trilogia *Things fall apart* (1958), *No longer at ease* (1960) e *Arrow of God* (1964) Achebe trata o étnico como uma experiência humana particular, mas plenamente significativa e legítima em si mesma: a cultura ibo é descrita como socialmente dinâmica, com relevo para as disputas de poder e as formas endógenas (mas nunca idílicas) de resolução de conflitos; o passado é, para ele, o lugar de um confronto desigual, em que as tentativas ibo de adaptação e de resistência à imposição da dominação colonial e à penetração da nova religião não são capazes, em última instância, de evitar um

⁹¹ Por exemplo, a polêmica envolvendo o nigeriano Chinua Achebe e o queniano Ngũgĩ wa Thiong’o, ambos escritores: ACHEBE, Chinua, *The African writer and the English language*, in: **Morning yet on creation day: essays**, Garden City: Anchor, 1975, p. 91-103; WA THIONG’O, Ngũgĩ, **Decolonising the mind: the politics of language in African literature**, London, Portsmouth: J. Currey, Heinemann, 1986.

⁹² Um sugestivo contraponto entre esses dois autores pode ser lido em APPIAH, **Na casa de meu pai**, p. 102-104 et passim.

encontro colonial fundamentalmente transformador e catastrófico.⁹³ Na peça *Death and the King's horseman* (1976), Soyinka compartilha com Achebe o retrato do administrador colonial como um tolo arrogante que não faz a mais mínima ideia do que realmente estava acontecendo sob seu próprio nariz. Mas o tratamento da etnicidade é completamente divergente: interessa a Soyinka universalizar a cultura iorubá, demonstrando sua capacidade de expressar, com sofisticação e profundidade, os dramas humanos de sempre e de toda parte — o medo diante da morte, a coerção da tradição, as responsabilidades do poder, a conflitualidade inerente a todas as sociedades humanas e sua resolução trágica. Os iorubás de Soyinka estão entre os tiranos de Eurípedes e os reis de Shakespeare, e é exatamente por meio da irredutibilidade de sua pertença étnica que sua universalidade se faz mais poderosa. O encontro colonial, por trágico que tenha sido, não passa de pano de fundo, um interlúdio no desenvolvimento histórico de uma civilização autônoma, que prosseguirá. Com efeito, Soyinka expõe a via da aculturação em uma caricatura sem piedade: os soldados africanos, submissos e hostilizados pela população, falam um inglês macarrônico, enquanto o cavaleiro do rei e as mulheres do mercado se expressam por meio de metáforas e provérbios, na mais perfeita demonstração de cortesia (mas, em que pese a extrema ironia, o fazem em inglês).⁹⁴

Uma direção diametralmente oposta na escala de identificação não estava descartada. O escritor ganês Ayi Kwey Armah, por exemplo, recusa o étnico e parte em busca de uma unidade africana no passado longínquo em *The Healers* (1979). O encontro colonial é representado como a culminação de um processo de migrações e divisões sucessivas de um único povo negro (vindo de um “leste” que poderia muito bem ser o Egito) que perdeu a memória de sua origem comum e se deixou arrastar para guerras fratricidas; subsiste, entretanto, uma tradição iniciática cuidadosamente escondida dos olhos europeus, transmitida oralmente, ligada ao conhecimento da natureza e do poder de previsão sobre seus fenômenos, mas também a uma filosofia da recusa do poder e da manipulação do outro. Em uma posição que poderíamos chamar de “anarco-afrocêntrica”, Armah enfatiza a correlação entre a realeza africana e a escravidão, e aponta muito duramente a colaboração das aristocracias reinantes e escravistas com os novos senhores coloniais. Por outro lado, é a própria realidade dessa nova

⁹³ Há edições em português para o primeiro e o último desses três romances: ACHEBE, Chinua, **O mundo se despedaça: romance**, São Paulo: Ática, 1983; e **A flecha de Deus**, Lisboa: 70, 1979. Uma edição recente (em inglês) reúne os três livros em um único volume: **The African trilogy : Things fall apart; No longer at ease; Arrow of God**, New York: Alfred A. Knopf, 2010.

⁹⁴ Uma boa edição crítica é SOYINKA, Wole, **Death and the king's horseman: authoritative text, backgrounds and contexts, criticism**, New York: Norton, 2003.

situação que pode permitir uma recuperação da unidade africana perdida, a partir da experiência comum de um novo tipo de opressão.⁹⁵

A unidade diante da opressão é o mesmo mote de *Remember Ruben* (1974), do camaronês Mongo Beti, e de *Petals of Blood* (1978), do queniano Ngũgĩ wa Thiong’o. Aqui, entretanto, nenhuma unidade racial é evocada; mesmo porque tanto os protagonistas (que tendem a um coletivo, mesmo havendo um personagem individual em torno do qual a narrativa é tecida) quanto seus adversários são africanos negros, em contextos neocoloniais, antes e depois das independências políticas. A origem étnica e a atribuição racial dos personagens não servem para uni-los, muito pelo contrário; os ambientes em que a ação se desenrola são multiétnicos e por vezes plurirraciais — é a uma identidade de classe compartilhada que se recorre nessas obras, o que as aproxima do romance pioneiro *Mine Boy* (1946), do sul-africano Peter Abrahams, em que se examina a possibilidade de um sindicalismo multirracial sob uma liderança da maioria negra na África do Sul em vias de consolidar diversas medidas legais de segregação no sistema de *apartheid*.⁹⁶

A esta altura, já deve estar claro o motivo pelo qual não faço uso, como faz parte expressiva da crítica literária, do rótulo “pós-colonial” para qualificar a literatura africana produzida após as independências políticas.⁹⁷ Se o ponto de ruptura da emancipação formal pode ter algum significado no nível institucional, por outro lado é muito clara a continuidade dos temas e dos problemas com os quais a literatura lidava antes, e continuou a lidar depois das independências. Appiah reserva o termo “pós-colonial” para aquelas obras nas quais o projeto intelectual dos autores se descola do programa “nacionalista” da nova classe governante e adquire um tom contundente de crítica em relação às promessas não cumpridas e aos pressupostos não explicitados da emancipação política — seus modelos são os romances *Le devoir de violence*, do maliano Yambo Ouologuem, e *Les soleils des indépendances*, do marfinense Ahmadou Kourouma, ambos de 1968.⁹⁸ Nesse sentido, poderíamos qualificar os

⁹⁵ ARMAH, Ayi Kwei, **The healers: a novel**, Popenguine: Per Ankh, 2000.

⁹⁶ Versões em português estão disponíveis: BETI, Mongo, **Remember Ruben: romance**, Lisboa: Caminho, 1983 (com ótima tradução de José Saramago); WA THIONG’O, Ngũgĩ, **Pétalas de sangue**, Luanda: INALD, 1979 (com uma tradução sofrível); e ABRAHAMS, Peter, **O rapaz da mina**, Lisboa: 70, 1980.

⁹⁷ Como é o caso do muito difundido manual de Elleke Boehmer, **Colonial and postcolonial literature: migrant metaphors**, 2. ed. Oxford: Oxford University, 2005.

⁹⁸ APPIAH, **Na casa de meu pai**, cap. 7. O romance de Kourouma foi publicado no Brasil como **O sol das independências: romance**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.]. O livro de Ouologuem (**Le devoir de violence**, Paris: Seuil, 1968.), que faz um uso extensivo da intertextualidade, foi retirado das prateleiras francesas no início da década de 1970 sob alegações de plágio. Até sua “reabilitação” por Appiah, não teve reedições em francês (embora tenha havido duas edições em inglês, em 1971 e em 1983). Ver HABUMUKIZA, Antoine Marie Zacharie, **Le devoir de violence de Yambo Ouologuem: une lecture intertextuelle**, Dissertação (Mestrado em Estudos Franceses), Queen’s University, Ontario, 2009.

romances de Armah, Beti e Thiong'o como "pós-coloniais"; entretanto, mesmo esses autores que abandonam a celebração da independência e passam à denúncia de suas insuficiências, permanecem envolvidos exatamente com os mesmos problemas que se colocavam antes: o da construção da nação, e o papel que nela devem (ou não devem) desempenhar a raça, a etnia e a classe. Para a finalidade da análise que proponho aqui, seu distanciamento crítico não é suficiente para destacá-los do nacionalismo africano como um corpo de pensamento e discurso. É nesse sentido que postulo a validade heurística do conjunto que estou chamando de "literatura africana das independências".

De fato, provar a possibilidade de construir uma "nação" a partir de um punhado de "tribos" era o desafio fundamental desse nacionalismo — possibilidade que passava via de regra pela operação da "modernização". Nesse sentido, é importante perceber que as formulações do chamado "paradigma da modernização" compartilham com os discursos dos próprios nacionalistas assim como dos escritores africanos do período das independências um aspecto normativo. Por outro lado, a especificidade do recurso à "raça" como categoria de explicação e mobilização revelava-se extremamente problemática em todos os três campos discursivos listados acima, e dolorosamente incontornável nos dois últimos.

Longe de ater-se aos conteúdos empíricos das transformações drásticas que varreram a Europa entre os séculos XVI e XX, as análises dos estudiosos euro-americanos do nacionalismo europeu tomaram a "modernização" como um modelo de desenvolvimento universal que podia ser aplicado, *mutatis mutandis*, a outros espaços. A criação de uma tipologia de modelos combináveis, universalmente válidos, e a suposição de que o fenômeno nacional em escala planetária pudesse ser convenientemente inferido de desenvolvimentos exclusivamente europeus já não são defensáveis, em primeiro lugar porque seus pressupostos axiológicos implícitos apontam para uma hierarquização teórica dos espaços em sua relação com o protagonismo da história, e em segundo lugar porque eles se mostram claramente insuficientes para incorporar à análise os conteúdos propriamente imperiais dos nacionalismos da Europa Ocidental. Se o "totalitarismo" e o "populismo" podiam ser tratados como casos desviantes ou "orientais", a glorificação do império e da conquista esteve intrinsecamente ligada às formas dominantes de imaginar a nação nos centros principais e secundários da Ilustração e do progresso na Europa — Inglaterra, França, Holanda, Bélgica, Espanha, Portugal, Itália e Alemanha foram imaginadas como centros de um território que se estendia por terras e mares remotos.⁹⁹ A solidariedade entre iguais imperava sobre uma multiplicidade

⁹⁹ Said insiste no diferencial de franceses e britânicos tanto enquanto orientalistas quanto imperialistas; mas talvez uma observação mais atenta das aventuras coloniais portuguesa, espanhola e holandesa antes do

de outras categorias populacionais geograficamente circunscritas e concebidas em termos de raça, etnia ou religião — cuja distância do centro se media, também, por um jogo de diferenças exotizantes e, muitas vezes, terrificantes.¹⁰⁰ Os ingleses liam diariamente em seus jornais telegramas sobre a revolta dos cipayos na Índia, sobre a rentabilidade das minas de ouro na Austrália ou sobre a guerra dos bôeres no sul da África; os leitores franceses acompanhavam nos romances de Júlio Verne as façanhas de jovens aventureiros, navegantes, engenheiros, cientistas e membros de sociedades geográficas que percorriam praticamente todos os espaços extraeuropeus, incluindo o fundo dos mares, a lua e o centro da terra, enfrentando desafios inimagináveis e triunfando sobre todo tipo de adversidade e oposição. Essa intimidade hierarquizante do “outro” podia ser ainda mais explícita, como advertia Edward Said em 1978:

quase todo escritor do século XIX (e o mesmo vale para escritores de períodos anteriores) estava extraordinariamente consciente do fato do império: [...] não levará muito tempo para admitir que heróis culturais do liberalismo [...] tinham opiniões explícitas sobre raça e imperialismo, todas elas bem representadas em seus escritos. Assim, até um especialista deve lidar com o conhecimento de que [John Stuart] Mill, por exemplo, deixou claro em *Sobre a liberdade e Governo representativo* que suas opiniões ali expressas não podiam ser aplicadas à Índia [...] porque os indianos eram inferiores quanto ao grau de civilização, se não quanto à raça.¹⁰¹

Imaginar a nação na Europa era também, e necessariamente, imaginar o império.

A modernização também esteve na raiz de um certo discurso, duradouro e amplamente disseminado através dos meios de comunicação ocidentais, que estabelecia que grande parte dos problemas e da turbulência pelos quais passaram os novos Estados na África desde as independências estavam relacionados à característica “tradicional” dessas sociedades, e à sua incapacidade de adequar-se aos padrões societais, culturais e políticos europeus, incorporados

século XIX demonstrasse a validade de boa parte das análises feitas por ele também para essas experiências. É possível que, afinal, a grande novidade da cultura imperial franco-britânica no século XIX tenha relação exatamente com esse conjunto de mudanças apontadas por Anderson nos meios de comunicação, relacionadas ao desenvolvimento da “nação” moderna enquanto categoria narrativa. Mas, mesmo antes disso, pode-se observar a coincidência entre aventuras expansionistas, a consolidação do Estado moderno e novas formas e categorias de narrar a história nas crônicas portuguesas do início da Era Moderna — um gênero que, significativamente, participa das linhas de formação tanto da narrativa histórica quanto do romance.

¹⁰⁰ Como o descrito pelo filósofo camaronês Achille Mbembe nas primeiras páginas de seu **On the postcolony**, Berkeley: University of California, 2001.

¹⁰¹ SAID, **Orientalismo**, p. 43.

no ideal do Estado-Nação e sua contrapartida organizacional, o Estado eleitoral burocrático. Na medida em que as “etnias” eram concebidas pela teoria social como realidades físicas duráveis, “tradicionais” e praticamente imemoriais, o “tribalismo” representava um dos maiores obstáculos à modernização africana. Ao mesmo tempo, a Europa era isentada de responsabilidade pelos separatismos, guerras civis, conflitos diplomáticos ou militares interestatais e massacres ocorridos desde as independências e atribuídos a alguma “ressurgência” étnica. Uma isenção que é cabal e reiteradamente desmentida por uma crescente quantidade de pesquisas nos arquivos diplomáticos das antigas potências coloniais.

Como sugerem os questionamentos levantados pelo grupo reunido em torno de Amselle e M’Bokolo, dirigidos contra a hegemonia de percepções como a exemplificada acima, a análise do nacionalismo do mundo colonial pode ter muito a ganhar ao incorporar definitivamente a seu quadro de referência o conceito de classes populacionais, que permite operar em um nível mais abstrato com uma série de distinções heterogêneas, mas igualmente vinculadas à atividade governamental, respeitando a historicidade das categorias classificatórias específicas, principalmente, no caso do Estado colonial africano, raça e etnia. Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que a tarefa necessária de imaginar a nação nos espaços extraeuropeus tinha, via de regra, de partir de condições muito específicas — uma das quais sendo, no caso africano, a existência de dois fortes polos de identidade, ambos historicamente construídos e de relevância variável conforme a geografia, localizados o primeiro em um nível mais restrito (a etnia) e o outro em um nível mais abrangente (a África, articulada pela raça) do que aquele no qual o território colonial acabou conformando a nação heterogênea do pós-colonial. Se o pensamento nacionalista anticolonial tinha, como sugere Chatterjee, de inventar sua diferença e expressá-la num programa de ação oposicionista, e, ao mesmo tempo, afirmar sua identificação com os princípios basais da filosofia política ocidental, não admira que o problema de como equacionar etnia e raça em meio ao processo de construção nacional tenha ocupado no continente tantos nacionalistas, e tenha fornecido aos escritores africanos que se dedicaram à criação de literaturas “nacionais” um eixo programático.

3 A forja africana

No capítulo anterior, tentei esboçar o jogo de aproximações, afastamentos, oposições e sobreposições entre a “nação” e outras categorias de ação social coletiva, especialmente “etnia” e “raça”, enfatizando seu caráter narrativo e o fato de que sua atribuição a situações empíricas determinadas é via de regra condicionada por uma hierarquia dos espaços globais. Neste capítulo, pretendo analisar de forma mais detalhada um extrato do *corpus* textual produzido pelo nacionalismo africano. Partindo de um breve panorama do conjunto de seu desenvolvimento entre 1945 e o início da década de 1970, e da crítica das tentativas tipológicas que têm sido utilizadas para classificar as várias formas assumidas por esse nacionalismo, proponho-me isolar um grupo de nacionalistas, que foram à época designados como “radicais”, e verificar de que maneira esses intelectuais que operaram o processo político de independência de seus respectivos países entenderam a relação entre as categorias da “nação”, da “raça” e da “tribo”. Em especial, pretendo concentrar a análise sobre os discursos de Amílcar Cabral, líder nacionalista guineense. Esse enfoque se justifica, desde logo, pela estreita proximidade, ideológica tanto quanto organizacional, entre o movimento de libertação da Guiné e das demais colônias portuguesas na África, incluindo Angola; mas também pelo fato de que os escritos e falas transcritas de Cabral aqui observados foram produzidos em uma época em que muitos países africanos já estavam independentes, de modo que ele pôde aproveitar, em suas formulações, a experiência acumulada por Estados africanos reais, empenhados em projetos de construção nacional — mais ou menos ambiciosos — cujos resultados concretos estavam por assim dizer à vista de todos. Em parte por força dessa conjuntura, Cabral veio a ser, na opinião de muitos estudiosos, o mais sofisticado dos teóricos africanos da descolonização, o que não deixa de contar como uma terceira justificativa para uma abordagem diferenciada de seus enunciados. Todo esse percurso permitirá, segundo creio, acrescentar ao aspecto narrativo das categorias de ação social cuja evolução teórica vimos acompanhando um caráter normativo especialmente forte no contexto empírico das independências africanas, bem como apreciar a importância, para esse contexto, de duas agências de mediação intimamente relacionadas, também elas categorias narrativas e normativas, mas dotadas de um poder de atuação concreta com o qual nem a raça, nem a etnia, nem a nação jamais poderiam sequer sonhar: o partido (único) e o Estado.

3.1 Vozes da África: conteúdos e continentes

Há um certo consenso historiográfico em situar o marco inicial dos estudos sobre o nacionalismo africano no fim da Segunda Guerra Mundial. É bem verdade que existe um debate interessante sobre a pertinência e os termos de uma continuidade entre, de um lado, os diversos e multifacetados episódios de resistência à dominação europeia desde a conquista militar até meados de século XX e, de outro, as atividades mais imediatamente discerníveis como nacionalistas que surgiram em períodos mais recentes; existe ainda um reconhecimento generalizado da incidência, sobre a emergência do nacionalismo após 1945, de mudanças sociais, políticas e culturais, bruscas ou lentas, que remontam aos primeiros anos do século XX e estão intimamente relacionadas à imposição da administração colonial e da penetração de uma economia baseada na exportação maciça de produtos agrícolas e minerais no seio das estruturas locais.¹ O fim da guerra representou, no entanto, e sem sombra de dúvida, uma espécie de ponto de maturação desses processos anteriores nas sociedades africanas sob dominação colonial, que permitiu por sua vez uma viragem nos discursos públicos anticoloniais, os quais tenderam a abandonar a ênfase nas propostas reformistas até então em voga para defender cada vez mais clara e urgentemente a necessidade da independência política *tout court*. Essa viragem, além de estar fundamentada no aumento decidido das demandas de participação política africana — expresso através da crescente adesão a sindicatos, associações e partidos políticos, e corporificado em um sem-número de manifestações e greves —, foi facilitada pelo contexto internacional do pós-guerra, em que determinados fundamentos políticos liberais foram erigidos em princípios estruturantes da nova ordem mundial que estava sendo construída. Que Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt considerassem natural negar às colônias africanas e asiáticas o direito universal e inalienável à autodeterminação dos povos que sacramentaram na Carta do Atlântico, em 1941, era algo previsível nos termos da “lei da diferença colonial”.² A grande novidade era existirem

¹ Ver por exemplo as tentativas de síntese de Terence Ranger, e especialmente o que muda em suas interpretações entre o fim da década de 1960 e o começo da década de 1980: *Conexions between “primary resistance” movements and modern mass Nationalism in East and Central Africa. Part I*, **The Journal of African History**, v. IX, n. 3, p. 437-453, 1968; *Conexions between “primary resistance” movements and modern mass Nationalism in East and Central Africa: II*, **The Journal of African History**, v. IX, n. 4, p. 631-641, 1968; *Iniciativas e resistências africanas em face da conquista*, in: BOAHEN, Albert Adu (Org.), **A África sob dominação colonial: 1880-1935**, 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 51-72. No mesmo volume, os capítulos subsequentes (4-10) tratam desse mesmo tema a partir de uma abordagem regional mais aprofundada.

² A Carta do Atlântico foi uma declaração conjunta feita pelo Primeiro-Ministro britânico e pelo Presidente dos Estados Unidos a bordo de um navio de guerra estadunidense, no meio do Oceano Atlântico, em agosto de 1941, que buscava definir os princípios básicos de uma nova ordem internacional para o pós-guerra. A declaração pode ser lida em ROOSEVELT, Franklin D.; CHURCHILL, Winston S., **The Atlantic Charter**,

então grandes contingentes africanos prontos a exigí-lo, e a apoiar com atos de rebeldia a denúncia, repetida incansavelmente por seus intelectuais, do racismo implícito na perpetuação do domínio colonial, frente a um público europeu extremamente sensível às lembranças sangrentas da guerra, e vacilante em seu apoio a alegações demasiado explícitas de sua própria superioridade racial.³

As raízes desse novo discurso africano de defesa da emancipação também podem ser remetidas à virada do século XIX para o XX. Nas últimas três ou quatro décadas, diversos autores — trabalhando no âmbito do que chamamos, no capítulo 2, de crítica pós-colonial — têm-se dedicado a inventariar uma série de contribuições intelectuais que partiram de fora da Europa e dos Estados Unidos (ou de suas margens), e que procuraram deslocar os termos da modernidade, seus conteúdos, seus significados e seus protagonistas.⁴ É em meio a esse inventário, que vem se estabelecendo como uma espécie de “contracânone” da modernidade, que podemos encontrar um importante subconjunto que vai desembocar nos discursos nacionalistas africanos a partir de 1945, e que podemos reunir, de forma algo frouxa, sob o rótulo do pan-africanismo.⁵

Esse rótulo e essas contribuições não são exclusivamente africanas em sua origem. A visão pan-africanista quase sempre incluiu em sua ideia de África os descendentes de africanos levados como escravos para as Américas; e já foi observado que o agora disseminado termo

14 Aug. 1941, The Avalon Project, disponível em: <<http://avalon.law.yale.edu/wwii/atlantic.asp>>, acesso em: 22 jun. 2012.

³ O jornalista e nacionalista nigeriano Nnamdi Azikiwe escreveu, ainda em 1943, um panfleto intitulado “*The Atlantic Charter and British West Africa*” (*A Carta do Atlântico e a África Ocidental Britânica*), em que propunha um cronograma para a obtenção da independência em 15 anos; esse programa serviu de plataforma para reivindicações formais dos nacionalistas nigerianos diante do poder metropolitano, que terminou obrigado a reconhecer, de muita má vontade, o direito à autodeterminação dos habitantes de seus territórios na África Ocidental. Ver ADEBIYI, Nike L. Edun, **Radical Nationalism in British West Africa**, Tese (Doutorado em História), University of Michigan, Ann Harbor, 2008; IBHAWOH, Bonny, Second World War propaganda, imperial Idealism and anti-colonial Nationalism in British West Africa, **Nordic Journal of African Studies**, v. 16, n. 2, p. 221-243, 2007; JACKSON, Ashley, **The British Empire and the Second World War**, London; New York: Hambleton Continuum, 2006, p. 220-225.

⁴ Dentre os quais MUDIMBE, Valentin Y., **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**, Bloomington: Indiana University, 1988; APPIAH, Kwame Anthony, **Na casa de meu pai: a África na Filosofia da Cultura**, Rio de Janeiro: Contraponto, 1997; SAID, Edward W., **Culture and Imperialism**, New York: Vintage, 1994. Uma coletânea recente, em português, pode ser encontrada em SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.), **Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**, Lisboa: 70, 2011.

⁵ Acredito que o conceito de “Atlântico Negro” aponte nessa mesma direção. Desejo, entretanto, propor um recorte mais estreito, concentrando a análise sobre os discursos que reivindicam a África como lugar de enunciação, e que se direcionam, de uma forma ou outra, para a contestação da dominação europeia. Isso não significa, obviamente, perder de vista suas conexões transoceânicas. GILROY, Paul, **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**, São Paulo, Rio de Janeiro: 34, CEEA, 2001. É verdade que a designação “pan-africanismo” é utilizada de forma bem mais restrita, e, muitas vezes, em contraposição à “négritude”. Acredito que essa oposição e essa definição demasiado fechada não são particularmente produtivas em termos analíticos, como procurarei evidenciar a seguir.

“diáspora” guarda uma forte relação com visões religiosas propostas pelos “retornados” protestantes, ex-escravos ou descendentes de escravos que migravam dos Estados Unidos e Caribe para a África Ocidental no final do século XIX e que enxergavam sua própria experiência em termos de um enredo bíblico de cativo e redenção.⁶ Os principais porta-vozes desse grupo eram, via de regra, homens de fé, em geral vinculados a congregações religiosas nas Américas: Edward Blyden, James “Africanus” Horton, Alexander Crummell, Samuel Johnson, todos “voltavam” à África imbuídos de uma missão; todos percebiam o futuro da experiência africana como parte de um desígnio divino para o cumprimento do qual acreditavam ter um papel a desempenhar. Compartilhando das visões europeias sobre o continente africano, acreditavam no entanto serem o grupo em melhor posição para realizar a tarefa de redimir a África — sua própria raça — das trevas do animismo e da barbárie. A experiência da imposição do domínio europeu, que assistiram de perto, faria alguns deles mudarem de posição quanto ao valor relativo da Europa e da África em termos civilizacionais: Blyden, por exemplo, passou a criticar as camadas urbanas de Serra Leoa, de hábitos ocidentalizados, por se terem “desafricanizado”, e Crummell, desiludido com a realidade da cristianização no terreno africano, terminou abandonando o Cristianismo e se convertendo ao Islã.⁷ De qualquer modo, um ponto a reter desde já é o fato de que essas formulações, se introduziam no debate público a reivindicação, a partir de dentro, de um espaço geográfico africano enquanto uma comunidade de destino, o faziam em termos de uma identidade de “raça” a que se emprestavam as funções tradicionalmente assumidas pela “nação”. De fato, Samuel Johnson foi provavelmente o único que empreendeu sua missão em termos de um quadro herderiano mais estrito, baseado em uma língua, em uma história e em

⁶ Houve naturalmente retornados também do Brasil e de outras partes das Américas, mas, talvez por sua adesão a um catolicismo popular que deixava enorme espaço a práticas e crenças de matriz africana, sua compreensão do retorno não parece ter-se orientado para essa noção de diáspora, que remete a uma experiência muito marcadamente protestante. Ainda assim, os retornados “brasileiros” participaram ativamente do jogo de formação e reconfiguração identitária que varreu a África Ocidental na segunda metade do século XIX, quer concorrendo para a aglutinação de grandes conjuntos étnicos (como o iorubá), quer conformando, eles próprios, novas identidades (como os agudás do Daomé ou os tabon da Costa do Ouro). Esse debate foi acolhido principalmente pelas páginas da Afro-Ásia: BRAGA, Júlio Santana, Notas sobre o “Quartier Brésil” no Daomé, *Afro-Ásia*, n. 6-7, p. 55-62, 1968; DENIS, Dohou Codjo, Influences brésiliennes à Ouidah, *Afro-Ásia*, n. 12, p. 193-209, 1976; FARIAS, Paulo Fernando de Moraes, Enquanto isso, do outro lado do mar...: os Arókin e a identidade iorubá, *Afro-Ásia*, n. 17, p. 139-155, 1996; LAW, Robin, A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66, *Afro-Ásia*, n. 27, p. 41-77, 2002; GURAN, Milton, Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os agudás do Benim, *Afro-Ásia*, n. 28, p. 45-76, 2002; AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer, Sou brasileiro: história dos tabon afro-brasileiros em Acra, Gana, *Afro-Ásia*, n. 33, p. 35-65, 2005. O iniciador dessa tradição de estudos foi VERGER, Pierre, *Flux et reflux de la traite des esclaves entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos, du dix-septième au dix-neuvième siècle*, Paris: Mouton, 1968.

⁷ MUDIMBE, *The invention of Africa*; APPIAH, *Na casa de meu pai*; MACAMO, Elísio, Diaspora as mission: the concept of Africa among returned slaves, in: *The Berlin-Congo Conference 1884: the partition of Africa and implications for Christian Mission today*, Berlim: CCCAAE, 2003.

uma cultura compartilhadas. Seu ativismo e sua produção acadêmica foram fundamentais para o nascimento da identidade iorubá moderna no território que viria a ser a Nigéria, no final do século XIX.⁸

A primeira atividade pública coletiva que reivindicava a África como *locus* de enunciação política, a Conferência Pan-Africana, realizada em Londres, em 1900, reuniu cerca de trinta delegados, quase todos negros de origem caribenha vivendo na Inglaterra (muitos, novamente, ligados a denominações protestantes), e uns poucos africanos e estadunidenses — dentre os quais W. E. B. Du Bois, que seria o principal articulador e organizador dos futuros Congressos Pan-Africanos. O primeiro desses eventos foi celebrado em 1919, em Paris, de modo a coincidir com a assinatura do tratado de paz de Versalhes, que punha fim à Primeira Guerra Mundial. Dentre os cinquenta e sete delegados havia ainda muito poucos africanos, mas um número maior representantes dos negros estadunidenses e caribenhos, incluindo um delegado da *Universal Negro Improvement Association* (Associação Universal para a Promoção dos Negros, UNIA), liderada por Marcus Garvey. O Congresso foi viabilizado pela intervenção de Blaise Diagne, deputado africano negro à Assembleia Nacional Francesa pelo Senegal, com uma longa carreira pregressa na administração colonial, que foi apontado presidente. É significativo, entretanto, que Diagne tenha marcado seu distanciamento de algumas propostas que circulavam no Segundo Congresso, em 1921, por considerá-las muito radicais — em contraposição a Marcus Garvey, que defendia a migração maciça dos negros do Caribe e dos Estados para a África e a autodeterminação imediata, sua posição era a de trabalhar pela elevação da condição cultural e social dos africanos no quadro da República Francesa.⁹ De toda forma, a partir da década de 1920 a ideia do pan-africanismo, implicando possibilidades de conexão, organizacional ou ideológica, entre associações negras em diversos pontos do Atlântico, passou a funcionar como um ponto focal para a mobilização dos estudantes negros

⁸ PEEL, John D. Y., The cultural work of Yoruba ethnogenesis, in: TONKIN, Elizabeth; MCDONALD, Maryon; CHAPMAN, Malcolm (Orgs.), **History and ethnicity**, London: Routledge, 1989, p. 198-215.

⁹ Uma descrição dos congressos pan-africanos e seus principais personagens pode ser lida em DECRAENE, Philippe, **O Pan-Africanismo**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, [s.d.], cap. 1-2. O distanciamento de Diagne das propostas mais ousadas que circularam no Segundo Congresso foi publicizado ainda durante o evento, pelo jornalista de *Le Figaro*, Charles Tardieu, em uma notícia introduzida pela seguinte manchete: *Le Congrès des Noirs à Paris — des sages paroles sont prononcées — M. Diagne dénonce une formule malfaisant: l'Afrique aux africains (O Congresso dos negros em Paris — sábias palavras são pronunciadas — o Sr. Diagne denuncia uma fórmula perigosa: a África aos africanos)*. United States, University of Massachusetts Amherst Libraries, Special Collections and University Archives, W. E. B. Du Bois Papers (US UM SCUA MS 312), doc. mums312-b018-i017, **Congrès des Noirs à Paris**, Paris, 5 set. 1921, disponível em: <<http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b018-i017>>, Acesso em: 22 jun. 2012. Esse fundo, totalmente disponível em meio digital, abriga um valioso material para o estudo da organização dos Congressos Pan-Africanos, bem como das conexões interpessoais forjadas durante esses eventos.

nas metrópoles europeias, cujo número cresceu devagar mas continuamente ao longo das duas décadas seguintes.¹⁰

Para além das tentativas de organização política, o pan-africanismo enquanto ponto focal também serviu de ponte entre expressões culturais variadas, mas que tinham em comum a experiência do cotidiano de sociedades baseadas na discriminação racial e em recordações ainda muito próximas da escravidão. Movimentos como a renascença do Harlem, iniciada na década de 1920, nos Estados Unidos, o negrismo cubano dos anos de 1930 e o renascimento literário haitiano convergiram com as iniciativas literárias de estudantes negros do Caribe e da África em Paris, como por exemplo a revista *L'Étudiant Noir* (*O Estudante Negro*), conformando o movimento da *négritude* a partir do fim da Segunda Guerra. É significativo que a revista fundada em 1947 para dar expressão pública ao movimento tenha sido intitulada *Présence Africaine* (*Presença Africana*) — a referência à raça negra, dominante até então nos títulos de revistas e nas denominações dos movimentos, sendo substituída por uma alusão à África. Se, por um lado, essa África era tomada como um espaço geográfico real, reflexo do aumento da quantidade de intelectuais africanos atuantes na metrópole e empenhados na denúncia da situação colonial, era também o “país natal”, na expressão consagrada de um dos seus fundadores, o poeta martinicano Aimé Césaire, em que os movimentos artísticos negros das Américas de uma forma ou de outra se referenciavam.¹¹

¹⁰ Mesmo em Paris, onde a atividade de organização propriamente política não é em geral muito mencionada pela historiografia, em comparação às iniciativas de cunho mais cultural, que buscarei apresentar a seguir. Ver LANGLEY, J. Ayo, Pan-Africanism in Paris, 1924-36, *The Journal of Modern African Studies*, v. 7, n. 1, p. 69-94, 1969. Sobre o fluxo intelectual e organizacional entre África, Caribe e Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, ver SHEPPERSON, George, Notes on Negro American influences on the emergence of African Nationalism, *The Journal of African History*, v. 1, n. 2, p. 299-312, 1960.

¹¹ IRELE, Abiola, Négritude or Black Cultural Nationalism, *The Journal of Modern African Studies*, v. 3, n. 3, p. 321-348, 1965; e Négritude — literature and ideology, *The Journal of Modern African Studies*, v. 3, n. 4, p. 499-526, 1965. No Brasil, Jorge de Lima deu início a uma escrita literária negra explicitamente autorreferenciada em 1937, com a publicação de *Poemas negros*. HAMILTON, Russel, **Literatura africana: literatura necessária**, Lisboa: 70, 1984, p. 32-33. Um pouco posterior ao movimento da renascença do Harlem, mas contemporâneo de suas contrapartidas caribenhas, a poética de Jorge de Lima ficou em grande medida ignorada mesmo pelos nacionalistas africanos que se expressavam em português. Curiosamente, foi o romance regionalista da chamada “segunda geração” do modernismo, escrito na maior parte dos casos por brancos, a principal contribuição brasileira à formação desses intelectuais. Sobre essa influência, ver CHAVES, Rita de Cássia Natal, **A formação do romance angolano: entre intenções e gestos**, São Paulo: Edusp, 1999, cap. 1. Ver ainda FONSECA, Maria Nazareth Soares, Presença da literatura brasileira na África de língua portuguesa, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 73-100; HAMILTON, Russel, A influência e percepção do Brasil nas literaturas africanas de língua portuguesa, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 137-154; SOUZA, Florentina, Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 27-42. Sobre as interfaces literárias entre África e Estados Unidos, no âmbito nacionalista da metade do século XX, ver ARAÚJO, Maria Manuela, **Diálogos literários entre África e os E.U.A. no despertar dos nacionalismos africanos**, Lisboa: Colibri, 2010.

Em relação ao processo político da descolonização africana, o afastamento progressivo de atores, meios e programas que se verificou entre os nacionalistas das possessões inglesas e aqueles oriundos das colônias francesas foi interpretado muitas vezes como uma oposição fundamental entre a opção por uma estratégia de combate político (à qual se costuma reservar a designação pan-africanismo) ou por uma forma que seria fundamentalmente cultural ou literária, no âmbito da qual as reivindicações políticas estariam em segundo plano (à qual se aplica, por extensão, o termo *négritude*).

Em parte, essa percepção binomial é fruto da tentativa de Léopold Sédar Senghor, um dos fundadores da *Présence Africaine* e mais tarde presidente do Senegal, de transformar a *négritude* em uma base de justificação filosófica para suas próprias posições na disputa política no âmbito do Senegal e da África Ocidental Francesa, conjunto administrativo no qual seu país estava inserido até as independências. Essa tentativa, que nos interessa na medida em que mobiliza as categorias de raça, nação e etnia, será analisada, de maneira breve, mais à frente. Por ora, desejaria expressar minha inquietação diante da opção analítica de destacar a *négritude* do conjunto desse grande movimento de reivindicação da África como espaço de enunciação, transformando-a em uma espécie de contraponto estritamente literário ao pan-africanismo dos Congressos.

A meu ver, ao contrário, esse afastamento envolve menos diferenças profundas de conteúdo ou orientação filosófica e ideológica, e mais impactos conjunturais do enfrentamento a duas potências coloniais com estilos de dominação, climas intelectuais, opiniões públicas, quadros legislativos e formas de repressão significativamente diferentes. A alegada contradição entre a produção literária e a atuação política dos intelectuais comprometidos com a *négritude* simplesmente não se verifica na prática — não apenas as edições de *Présence Africaine* veiculavam artigos muito claramente políticos, mas muitos de seus associados candidataram-se a uma série de cargos em seus territórios de origem, e foram, quase sempre, eleitos por ampla maioria. Além disso, muitos dos nacionalistas das colônias francesas não tinham pretensão literária alguma. Houve, é verdade, muito pouca comunicação entre os nacionalistas que lutavam contra a dominação francesa e aqueles que lutavam contra a dominação britânica (para não falar dos nacionalistas das colônias portuguesas e belgas, que se moviam em espaços bem menos abrangentes). Nesse quesito, o domínio da expressão culta em francês ou em inglês era provavelmente o aspecto definidor das articulações possíveis e de suas respectivas zonas de silêncio — algo que só começou a mudar nos últimos anos da década de 1950, quando Gana e Guiné, tão logo emancipados, passaram a promover tentativas de

unidade política e econômica nos níveis regional e continental, no contexto de uma África formada por uma multiplicidade de Estados independentes.¹²

Mas, em termos de concepções de base sobre a África, seu passado e seu destino, os nacionalistas que lideraram o caminho para as independências após a Segunda Guerra — fosse confrontando a Inglaterra, a França, a Bélgica ou Portugal — concordavam mais do que divergiam. Eles compartilhavam não apenas um significativo conjunto de textos, literários e ensaísticos, constituído ao longo da primeira metade do século XX nas duas margens do Atlântico, mas também uma marcada influência moral cristã (católica ou protestante) e um certo corpo de noções antropológicas sobre o continente que circulavam então na Europa. Esse encontro fez emergir uma série de características inter-relacionadas e largamente disseminadas, que se encontram, com variações, no pensamento da maior parte dos intelectuais nacionalistas africanos.

Em primeiro lugar, a associação entre África e a raça negra, ainda que a noção de raça envolvida assumisse, para além de qualquer determinação genética, um aspecto de unidade cultural e civilizacional que a aproximava da nação — o que se ligava à certeza, experimentada existencialmente por muitos deles, da ineficácia dos projetos de assimilação. Em segundo lugar, um nativismo difuso, corporificado nas representações da África pré-colonial como um espaço de exercício de uma solidariedade social ampla e de realização humana coletiva, em que os conflitos eram pouco significativos e facilmente resolvidos, com o recurso à observação de valores morais superiores àqueles em vigor no mundo ocidental. Essa visão estava relacionada à ideia de que a conquista e a dominação colonial haviam interrompido a trajetória civilizacional do continente africano — uma trajetória percebida como largamente unitária, comparável à trajetória civilizacional da própria Europa, mas essencialmente diferente, e capaz de aportar valores e realizações particulares, necessários ao desenvolvimento do conjunto da humanidade, que se orientariam por um humanismo

¹² O fato de a língua da metrópole colonial (em geral dominada apenas por um pequeno conjunto da população africana) ter permanecido, na maior parte dos casos, como idioma oficial dos países independentes na África produziu, e continua a produzir, uma série de efeitos políticos e sociais. Ver ELAIGWU, J. Isawa, Construção da nação e evolução das estruturas políticas, *in*: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.), **África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010, p. 519-563. Propostas de generalização do uso das línguas africanas na educação e no espaço público tem sido defendidas ao longo do tempo; sobre esse tema, ver SOW, Alfa I.; ABDULAZIZ, Mohamed H., Língua e evolução social, *in*: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.), **África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010, p. 631-662. Um exemplo recente desse tipo de proposta pode ser lido em PRAH, Kwesi K, **Anthropological prisms : studies on African realities**, Cape Town: Centre for Advanced Studies of African Society, 2008. Para o caso das antigas colônias portuguesas, ver: MATA, Inocência, Da língua à cultura: alguns aspectos da problemática linguística nos Cinco (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe), **Quo vadis, Romania? Zeitschrift für eine aktuelle Romanistik**, n. 27, p. 38-45, 2006; e **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**, Luanda: Editorial Nzila, 2007, p. 144-165.

profundo, sensível e irredutível, em contraste com a racionalidade técnica e instrumental individualista que seria característica da Europa.¹³ Em terceiro lugar, e como consequência lógica das duas primeiras, uma certa relutância em admitir a validade, para o caso africano, de categorias de análise social que enfatizassem o conflito (especialmente classe e, mais ainda, luta de classes), o que podia ser traduzido em uma desconfiança, maior ou menor, em relação ao marxismo, ou, quando menos, na afirmação da necessidade de adaptação de suas fórmulas à realidade africana (fórmulas essas que correspondiam, é bem verdade, à versão esquemática de uso corrente entre os partidos comunistas das metrópoles). Como veremos mais à frente, tendo em vista o contexto da inescapabilidade da Guerra Fria, os matizes envolvidos nessas propostas discursivas de minimização do conflito social interno chegaram a assumir enorme significação prática.¹⁴

Esse conjunto de características gerais constituíram uma base intelectual comum a partir da qual os diversos atores políticos africanos, confrontados com situações específicas, esboçaram um ideal de futuro, formularam seus programas, identificaram seus oponentes, planejaram seus métodos, e elencaram suas justificações em disputas concretas nos planos intra e supra-nacionais. Mas, neste breve panorama do contexto intelectual e político em que começavam a se mover os nacionalismos africanos na época das independências, é preciso ainda mencionar o processo de constituição do Terceiro Mundo como um personagem global.¹⁵

O deslançar do processo de descolonização na Ásia havia antecedido ao da África em cerca de dez anos, com a proclamação da independência da República Democrática do Vietnã, ainda em 1945. Entretanto, a década que se seguiu foi repleta de golpes e contragolpes marcados fortemente pelos interesses das novas superpotências e de sua Guerra Fria: a recusa da França

¹³ Uma crítica, em grande medida pertinente, do conjunto das tradições intelectuais que tomam a África como espaço de enunciação pode ser lida em APPIAH, **Na casa de meu pai**. É preciso notar, entretanto, que a proposta de Appiah de abandonar a raça como categoria de mobilização política depende de uma definição demasiado formalista dessa noção, para a qual raça equivaleria exclusivamente a seu componente genético. Em vista do que venho apresentando neste trabalho, acredito que este não seja o caso na maior parte do mundo — talvez nem mesmo nos Estados Unidos, onde o aspecto genético é o principal elemento definidor da identidade racial.

¹⁴ Apesar da desconfiança em relação ao marxismo e suas categorias (e das eventuais objeções explícitas a ele), os nacionalistas das colônias africanas estabeleceram alianças mais ou menos duráveis com a esquerda europeia (trabalhistas, socialistas, comunistas ou social-democratas, conforme os casos). Para a África Ocidental Francesa, ver BENOT, Yves, **Ideologias das independências africanas**, Luanda: INALD, 1981. Para o caso das colônias portuguesas, ver MATEUS, Dalila Cabrita, **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**, Mem Martins: Inquérito, 1999; ANTUNES, José Freire, **O império com pés de barro: colonização e descolonização: as ideologias em Portugal**, Lisboa: Dom Quixote, 1980.

¹⁵ O termo foi sugerido pela primeira vez em 1951 e entrou definitivamente no vocabulário acadêmico em 1956. Ver BALANDIER, Georges, Le “Tiers Monde”: sous-développement et développement — Présentation d’un cahier de l’I.N.E.D, **Population**, v. 11, n. 4, p. 737-741, 1956.

em aceitar a independência e a implantação de um regime comunista em sua antiga colônia levando à Guerra da Indochina (1946-1954) e à partição do Vietnã; a guerra civil na China, com a vitória dos comunistas em 1949 e a fuga dos nacionalistas para Taiwan; a tentativa militar de reunificação da Coreia pelo regime comunista do norte em 1950 levando à intervenção estadunidense e à partição definitiva em 1953.¹⁶ Em busca de articulações diplomáticas que permitissem afastar o risco de intervenções militares em seus próprios territórios, um grupo de cinco países — Indonésia, Índia, Paquistão, Ceilão (atual Sri Lanka) e Birmânia — convocou uma Conferência Afro-Asiática de Chefes de Estado, que teve lugar na cidade de Bandung, na Indonésia, em 1955.

Da parte africana, compareceram os países já formalmente independentes e aqueles que viviam sob governos de transição. Mas, e talvez mais importante, estiveram também em Bandung, como observadores, movimentos armados de libertação e partidos políticos que lutavam pela independência. Uma outra indicação da importância simbólica desse evento para o contexto intelectual que venho tentando esboçar nesta seção é a participação do romancista estadunidense negro Richard Wright, provavelmente o maior herdeiro intelectual da renascença do Harlem, que deixou um testemunho literário do encontro, centrado na questão da raça e suas implicações na política internacional.¹⁷

A declaração final da Conferência reafirmava alguns princípios norteadores das relações internacionais já estabelecidos na Carta das Nações Unidas, e fazia menção explícita a esse documento em sua primeira resolução — no que vemos mais uma vez em operação a estratégia de forçar as potências coloniais a respeitarem as normas universais que elas mesmas haviam estabelecido. A condenação a qualquer forma de colonialismo, a recusa do alinhamento automático às superpotências, a defesa da não-interferência estrangeira e a denúncia das alianças militares da Guerra Fria completavam o modelo internacional defendido em Bandung. O conjunto das resoluções aponta para um padrão de atuação que as antigas colônias da África e da Ásia passaram a adotar dali por diante: o reforço incondicional do papel da ONU como canal legítimo para a resolução de disputas interestatais, e a formação de um bloco afro-asiático na Assembleia Geral do órgão, bastante coeso quando o assunto em pauta dissesse respeito à situação de territórios sob domínio colonial.¹⁸

¹⁶ A obra mais abrangente sobre a descolonização da Ásia continua sendo a de PANIKKAR, K. M., **A dominação ocidental na Ásia**, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (publicada originalmente em 1959).

¹⁷ WRIGHT, Richard, **The color curtain: a report on the Bandung Conference**, Cleveland: World, 1956. Wright vivia em Paris desde 1946, e tinha visitado Gana em 1953.

¹⁸ Em outros assuntos, o “bloco” tendia a se dividir conforme alinhamentos da Guerra Fria. Ver GAREAU, Frederick H., Cold-War cleavages as seen from the UN General Assembly: 1947-1967, **The Journal of Politics**, v. 32, n. 4, p. 929-968, 1972.

O legado da Conferência de Chefes de Estado pode ser avaliado pela proliferação posterior de conferências que reuniam antigas colônias de diferentes continentes, ainda que nenhuma delas tenha sido, oficialmente, uma continuação da primeira. Na verdade, o “espírito de Bandung” e seu enorme prestígio foram apropriados por forças significativamente mais à esquerda, e dedicadas a um anticolonialismo muito mais militante. Um exemplo é o percurso que vai da Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, no Cairo, em 1957 — que criou a *Afro-Asean People’s Solidarity Organisation* (Associação de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, AAPSO) — à Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina, em Havana, em 1966, mais conhecida com a Conferência Tricontinental — em que foi fundada a *Organización de Solidaridad con los Pueblos de África, Asia y Latinoamérica* (Organização de Solidariedade com os Povos da África, Ásia e América Latina, OSPAL).¹⁹ No âmbito estritamente africano, cabe destacar a aproximação entre o impulso pan-africano legado pelo Congresso de Manchester, em 1945, e o “espírito de Bandung”, o que tomou corpo nas três edições da Conferência dos Povos Africanos (em 1958 em Acra, em 1960 em Túnis, e em 1961 no Cairo), a qual reunia governos independentes e movimentos de libertação do continente. Por outra via, Bandung desembocou também na constituição do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), cuja primeira reunião de cúpula ocorreu em Belgrado, em 1961. É significativo que as três reuniões de cúpula subsequentes tenham sido realizadas na África (em 1964 no Cairo, em 1970 em Lusaka, e em 1973 em Argel).²⁰

Não foi propriamente com a Conferência de 1955 que se introduziu na história do século XX o Terceiro Mundo — a expressão só passou a ser de uso corrente no início da década de 1970. Mas é nos passos do “espírito de Bandung” que essa formulação abstrata que não passava, inicialmente, de um conjunto inerte de países problemáticos sobre os quais se deveriam aplicar medidas desenvolvimentistas vai-se tornar progressivamente a referência coletiva a um protagonismo multiforme, que abrangia um conjunto de atitudes políticas concretas embasadas em uma clara opção anticolonial, fosse ela feita por governos ou por partidos ou movimentos sociais de oposição a situações consideradas neocoloniais.²¹

¹⁹ Sobre a Conferência do Cairo e a AAPSO, ver KIMCHE, David, A África Negra e o Movimento de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, *Afro-Ásia*, n. 8-9, p. 93-117, 1969. Sobre o papel da AAPSO na política africana da China, ver JACKSON, Steven F., China’s Third World policy: the case of Angola and Mozambique, 1961-93, *The China Quarterly*, v. 142, p. 388-422, 1995. Sobre a Tricontinental, ver BRIEUX, J.-J., La “Tricontinentale”, *Politique étrangère*, v. 31, n. 1, p. 19-43, 1966.

²⁰ SAHOVIC, Milan, L’institutionnalisation des non-alignés, *Annuaire français de droit international*, v. 23, n. 1, p. 187-196, 1977; VERLET, Martin, Le mouvement des non-alignés après La Havane : contradictions et dynamique, *Tiers-Monde*, v. 21, n. 81, p. 185-194, 1980. Ver ainda EDMONDSON, Locksley, A África e as regiões em vias de desenvolvimento, in: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.), *África desde 1935*, Brasília: UNESCO, 2010, p. 1004-1051.

No que respeita a esta análise, importa reter que, se o pan-africanismo vai fornecer os fundamentos ideológicos sobre os quais os nacionalistas africanos vão pensar a relação entre etnia, nação e raça em cada território específico, o Terceiro Mundo e sua rede de alianças internacionais vão conformar a grade na qual essas ideias terão de se posicionar em relação umas às outras. São essas redes e a conformação de duas grandes opções políticas, no início da década de 1960, que pretendo discutir a seguir.

3.2 Independências, clivagens e impasses

Ao longo do período que vai do final da Segunda Guerra até a obtenção das independências pode-se traçar uma história contínua de conquistas políticas cada vez mais abrangentes, especialmente no que se refere às colônias francesas e britânicas, que juntas constituíam cerca de três quartos de todo o território do continente. Essas duas metrópoles tomaram a dianteira, diante da pressão exercida sobre sua opinião pública doméstica e sobre suas administrações coloniais, no sentido de admitir progressivamente concessões de representação política — a França em sua Assembleia Nacional metropolitana, onde os deputados africanos negros conformavam uma minoria barulhenta, com importantes vínculos à esquerda; a Inglaterra em assembleias legislativas e conselhos consultivos organizados à escala de cada território, em que os representantes africanos podiam ser eleitos ou apontados pela própria administração colonial. Nos dois casos, recusava-se inicialmente o voto universal, ou se criavam cotas raciais para os órgãos eletivos — medidas destinadas a garantir que a grande maioria negra da população (quer contabilizada por território, como fazia a Inglaterra, quer no conjunto da metrópole e dos territórios sob domínio, como fazia a França) estivesse sub-representada e não pudesse constituir maioria.²²

²¹ GUITARD, Odette, Organisation politique du Tiers Monde de Bandoung à Santiago, **Tiers-Monde**, v. 15, n. 57, p. 87-102, 1974. Essa emergência como ator coletivo global encontra sua corporificação definitiva com o lançamento das revistas *L'Economiste du Tiers Monde* (*O Economista do Terceiro Mundo*), em 1973, em Paris — pelo egípcio Simon Malley, que quatro anos antes havia fundado *Africasia*, mais tarde rebatizada *Afrique-Asie* (África-Ásia) —, e *Cuadernos del Tercer Mundo*, em 1974, em Buenos Aires. Um estudo aprofundado dessas e de outras revistas terceiro-mundistas de circulação internacional ainda está por fazer.

²² Um bom resumo panorâmico e comparativo entre os processos políticos das colônias francesas e britânicas pode ser lido em COOPER, Frederick, **Africa since 1940: the past of the present**, Cambridge: Cambridge University, 2002, p. 38-65. Uma narrativa mais detalhada, que inclui o estudo das colônias belgas, é feita por BENOT, **Ideologias das independências africanas**. Para uma abordagem regional e aprofundada, MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.), **África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010, seq. II.

Mas os representantes políticos eram apenas a face visível de movimentos cuja verdadeira força estava na capacidade de mobilização de quatro grandes conjuntos sociais, cuja presença e importância relativa variavam de um território colonial para outro: algo que poderíamos qualificar, algo impropriamente, de proletariado rural, composto por camponeses que haviam perdido, por caminhos diversos, o acesso à terra de cultivo, mas também por aqueles que, mesmo mantendo o usufruto familiar costumeiro sobre um lote de terra, viam-se impelidos a oferecer sua força de trabalho a vizinhos mais ricos ou a grandes empreendimentos monocultores coloniais para complementar a renda ou arcar com as obrigações fiscais a que estavam submetidos; pequenos e médios fazendeiros, que haviam obtido terras conforme o novo regime de propriedade capitalista, cuja produção exportável (de cultivo por vezes obrigatório) era açambarcada, a preços em geral abaixo dos valores do mercado internacional, por órgãos da administração colonial ou por companhias privadas monopolistas; um grupo de empregados seja na mineração, seja na operação logística de uma economia exportadora (estivadores, carregadores, mineiros, funcionários das estradas de ferro, empregados na construção civil), que poderíamos chamar de proletariado urbano, embora seja necessário ressaltar que muitos tinham uma origem rural e com frequência tinham acesso a terra de cultivo em sua região natal, pela via da família, participando sazonalmente do setor colonial da economia também como estratégia de complementação de renda ou para responder às demandas fiscais da administração colonial; e, por fim, um grupo heterogêneo de trabalhadores não braçais, ocupados nas escalas baixas e intermediárias dos mais variados ramos da administração colonial e das companhias comerciais, industriais e financeiras que operavam na colônia, ou ainda no setor de serviços (como intérpretes, secretários, assistentes, guarda-livros, contadores, telegrafistas, motoristas, porteiros, garçons, atendentes etc.), aos quais se somavam uns poucos profissionais liberais (professores, principalmente, e um ou outro médico).²³ Foi deste último grupo — com muito maior acesso a oportunidades de formação de modelo europeu, e que reunia condições significativamente melhores para

²³ Esta não é, quero ressaltar, uma tentativa de enumerar a totalidade das camadas ou classes sociais na África, apenas uma caracterização em linhas gerais daqueles grupos que estiveram mais frequentemente e diretamente envolvidos nos movimentos a favor da emancipação política. Não é demais insistir em que, para cada caso específico, é preciso observar o padrão particular de participação social nas organizações anticoloniais. A emergência desses grupos (sob distintas configurações conforme os diversos territórios e suas regiões) pode ser relacionada à implantação da administração e da economia coloniais no continente africano. Uma vastíssima bibliografia, que seria impraticável citar aqui, procura lidar com esse fenômeno, bem como com as formas africanas de resistência e adaptação às novas demandas e imposições. Restrinjo-me a indicar BOAHEN, A. Adu (Org.), **África sob dominação colonial, 1880-1935**, 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Para o caso das colônias portuguesas, ver MARQUES, António Henrique R. de Oliveira (Org.), **O império africano, 1890-1930**, Lisboa: Estampa, 2001.

comprender o funcionamento da máquina colonial e do jogo de saberes e poderes que a sustentava — que saiu a maior parte dos nacionalistas africanos.²⁴

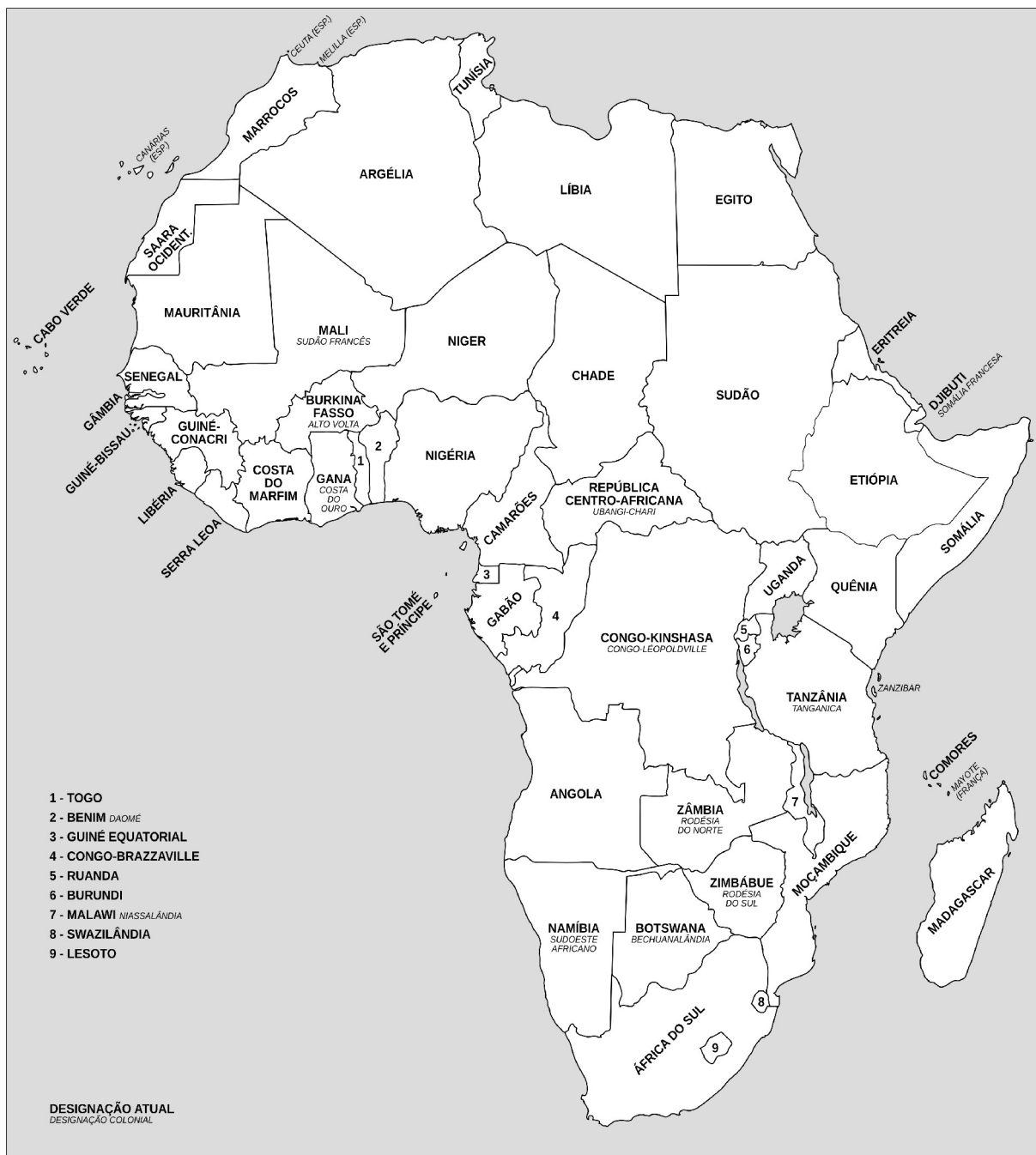


Ilustração 1: Divisão política da África, 2010, e designações coloniais.

²⁴ Como designar este último grupo e seus antecessores históricos (que podem ser encontrados em certos pontos do litoral africano mesmo muito antes da partilha) é um problema recorrente da historiografia. Filhos da terra, *évolués*, assimilados, *well-educated Africans*, elite africana, pequena burguesia africana, burguesia compradora — como quer que sejam chamados, deles ainda teremos muito o que falar.

Em todo caso, na África sob dominação britânica e francesa, esses estratos sociais começaram progressivamente a aderir de modo maciço a sindicatos organizados ainda antes de 1945, e que, com o fim da guerra, transformaram-se eles próprios em partidos políticos, ou se associaram a novos partidos enquanto suas organizações de massa.²⁵ As inúmeras greves e manifestações que passaram a ser observadas desde então tinham sem dúvida um componente de reivindicações corporativas específicas, mas também um forte caráter de afirmação de uma vontade de participação política que amedrontava sobremaneira as autoridades coloniais: “manter a ordem” tornava-se, mais e mais, uma tarefa elusiva, e as iniciativas repressivas, das prisões aos massacres, resultavam via de regra no agravamento da insatisfação popular e na intensificação da rebeldia generalizada.²⁶

A disposição para negociar de França e Inglaterra não deve ser exagerada, embora seja certo que, a longo da primeira metade da década de 1950, nos corredores dos centros de decisão em Londres, primeiro, e mais tarde em Paris, foi ganhando corpo a assunção da ineficácia da abordagem puramente repressiva. Não que a violência e a brutalidade tivessem sido abandonadas, apenas foi-se tornando cada vez mais clara a necessidade de se encontrarem novas plataformas para a defesa dos interesses políticos e econômicos metropolitanos. Tratava-se, fundamentalmente, de tentar promover atores políticos locais que se mostrassem dispostos à manutenção do regime de trocas desiguais entre metrópole e colônia, ao passo em que se intensificava a repressão, agora mais seletiva, contra aqueles considerados excessivamente perigosos aos interesses metropolitanos, ou contra os que se moviam rápido demais na direção da independência.²⁷ Nem sempre essa tática resultou: foram, aliás, razoavelmente comuns os casos de políticos africanos retirados diretamente da prisão para se sentarem em uma mesa de negociações de alto nível, ou mesmo para organizarem um governo de transição que levaria seu país à independência em uns poucos anos. Por outro lado, na maior parte dos territórios que reunia um número significativo de residentes brancos, como foram os casos do Quênia e da Argélia, os colonos fizeram quanto puderam na tentativa de perpetuar a posição de domínio praticamente autocrático de que desfrutavam, acessando redes de opinião e a estrutura do poder político na metrópole e operando a repressão internamente, quando não pegaram em armas, sob o olhar condescendente das autoridades coloniais. O resultado foi verem-se as potências coloniais enredadas em prolongadas confrontações

²⁵ O que, em termos seja de uma abordagem thompsoniana, seja de um ponto de vista lucáksiano, já permitiria falar de classes — ainda que, nesse caso, o caráter de frente ampla dos movimentos emancipacionistas acarretasse uma situação de “classes sem luta de classes”, para brincar com o famoso título de Thompson.

²⁶ BENOT, **Ideologias das independências africanas**, p. 105-108.

²⁷ COOPER, **Africa since 1940**, p. 38-84.

militares, apenas para assistirem suas eventuais vitórias militares transformando-se em inexoráveis derrotas políticas.²⁸

Entretanto, na porção sul do continente, regimes de supremacia branca tornaram-se a regra. O conjunto da região tinha, desde o final do século XIX, uma grande tradição em leis segregacionistas, que continuaram a vigorar quando diversos pequenos territórios foram reunidos na colônia britânica denominada União Sul-Africana, em 1909, à qual foi concedida o estatuto de “domínio”, implicando uma ampla autonomia política e administrativa.²⁹ Os territórios que vieram a conformar a União Sul-Africana já vinham funcionando como uma colônia de povoamento britânico, e como um posto avançado dos interesses mineiros metropolitanos, o que esteve intimamente relacionado com o impulso em direção à colonização dos territórios da Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e da Rodésia do Sul (atual Zimbábue) — administrados diretamente por uma companhia monopolista com sede na Cidade do Cabo, a *British South Africa Company* (Companhia Britânica da África do Sul, BSAC) —, e com o mandato, conferido pela Liga das Nações, sobre a antiga colônia alemã do Sudoeste Africano (atual Namíbia). No pós-guerra, o governo sul-africano endureceu o controle sobre a maioria negra, instituindo formalmente o regime de apartheid como política de Estado em 1948. Em 1961, diante da onda de independências no continente, a África do Sul rompeu o vínculo político formal que mantinha com o Reino Unido, tornando-se uma república. Solução semelhante foi tomada pela minoria branca da Rodésia do Sul, que declarou unilateralmente sua independência em 1965. Apesar de uma censura formal da antiga potência colonial, os regimes de apartheid no sul da África não foram efetivamente combatidos pelos países europeus ou pelos Estados Unidos; ao contrário, o fluxo de investimentos e o suporte diplomático, ainda que discreto, demonstram a existência de uma

²⁸ O caso paradigmático é o do Quênia — repetido, mais tarde, por Angola e Moçambique. Na Argélia, o impasse militar levou a França à derrota política.

²⁹ A abrangência das leis segregacionistas incluía, até meados do século, as colônias portuguesas de Angola e Moçambique. FREUDENTHAL, Aida Faria, Angola, in: MARQUES, António H. de Oliveira (Org.), **O império africano, 1880-1930**, Lisboa: Estampa, 2001, p. 259-467; THOMAZ, Fernanda Nascimento, **Os “filhos da terra”: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)**, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; ZAMPARONI, Valdemir D., **De escravo a cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique**, Salvador: Edufba, 2007; e Colonialism and the creation of racial identities in Lourenço Marques, Mozambique, in: SANSONE, Livio; SOUMMONI, Elisée; BARRY, Boubacar (Orgs.), **Africa, Brazil and the construction of trans-Atlantic Black identities**, Trenton, Asmara: Africa World, 2008, p. 20-43. O governo português afastou-se progressivamente desse modelo após o fim da guerra, em um movimento tático que envolveu a adoção do “lusotropicalismo” freyreano como ideologia colonial voltada para o público estrangeiro. Ver THOMAZ, Omar Ribeiro, Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa, in: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.), **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**, Lisboa: ICS, 2002, p. 39-64.

importante convergência de interesses.³⁰ Nessa conjuntura, o nacionalismo africano lutava contra um inimigo mais local, mais diretamente empenhado na defesa de sua dominação, e infinitamente menos sensível às pressões da opinião pública europeia, que foram um fator certamente não definidor, mas ainda assim significativo, para as independências no restante do continente. Como aliados externos, os nacionalistas africanos podiam contar com o apoio do bloco afro-asiático na ONU, que promoveu incansavelmente medidas que levassem ao completo isolamento diplomático desses regimes. A ineficácia relativa dessa estratégia, entretanto, parece demonstrada pela espantosa sobrevida da supremacia branca na África do Sul, que perdurou até 1994 — representando, durante todo esse período, por conta de sua pesada ação intervencionista, um significativo fator de desestabilização política regional.³¹

Portugal e Bélgica, por sua vez, recusaram-se a promover quaisquer modificações em suas políticas coloniais. Portugal vivia sob uma ditadura iniciada em 1926, fortemente marcada pela fôrma autoritária e corporativa característica dos regimes de inspiração fascista surgidos naquele período, incluindo o controle estrito dos meios de comunicação e a interferência pesada dos órgãos de segurança do Estado nas associações e organizações da sociedade civil. Diante da intensificação da agitação cultural e nativista em Angola no pós-guerra, por exemplo, a resposta portuguesa consistiu em transplantar para a colônia sua famigerada polícia política, a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), que procedeu, nos anos finais da década de 1950, a uma extensiva repressão que decapitou as principais redes nacionalistas internas, desarticulando em grande medida a organização clandestina que começava a se constituir, e impedindo o tipo de continuidade institucional interna que existiu nas colônias francesas e britânicas, entre órgãos associativos e a articulação de demandas sociais e políticas. Mas, por asfixiante que fosse a vigilância e a repressão, o alastramento da onda nacionalista não chegou a ser detido; entretanto, a posição portuguesa irreduzível de não

³⁰ NOER, Thomas J., **Cold War and Black liberation: the United States and white rule in Africa, 1948-1968**, Columbia: University of Missouri, 1985. Muitas organizações negras nos Estados Unidos dedicaram-se a apoiar a luta contra o apartheid (e, por vezes, essa foi a porta de entrada para o envolvimento com outros territórios africanos). Ver SHEPHERD JR., George W., **Anti-apartheid: transnational conflict and Western policy in the liberation of South Africa**, [s.l.]: Greenwood, 1977.

³¹ KUPER, Hilda, The colonial situation in Southern Africa, **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 2, p. 149-164, 1964; CHANAIWA, David, A África Austral, in: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.), **África desde 1935**, Brasília: UNESCO, 2010, p. 295-334. Uma análise muito interessante sobre a origem e o significado do apartheid, que ressalta sua afiliação colonial, pode ser encontrada em MAMDANI, Mahmood, **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**, Princeton: Princeton University, 1996. Sobre o intervencionismo sul-africano, ver DALE, Richard, The Armed Forces as an instrument of South African policy in Namibia, **The Journal of Modern African Studies**, v. 18, n. 1, p. 57-71, 1980; MINTER, William, **Os contras do apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique**, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998; MORGAN, Glenda, Violence in Mozambique: towards an understanding of Renamo, **The Journal of Modern African Studies**, v. 28, n. 4, p. 603-619, 1990.






negociar levou o país a enfrentar guerras prolongadas em três diferentes territórios — Angola (desde 1961), Guiné-Bissau (desde 1963) e Moçambique (desde 1965) — o que, em última instância, conduziu à queda do regime, por força de um golpe de militares de baixa patente, em 1974.³²

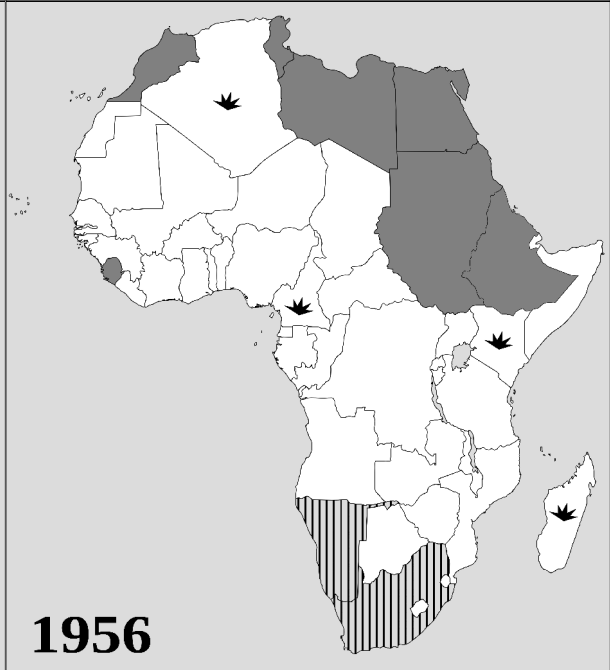
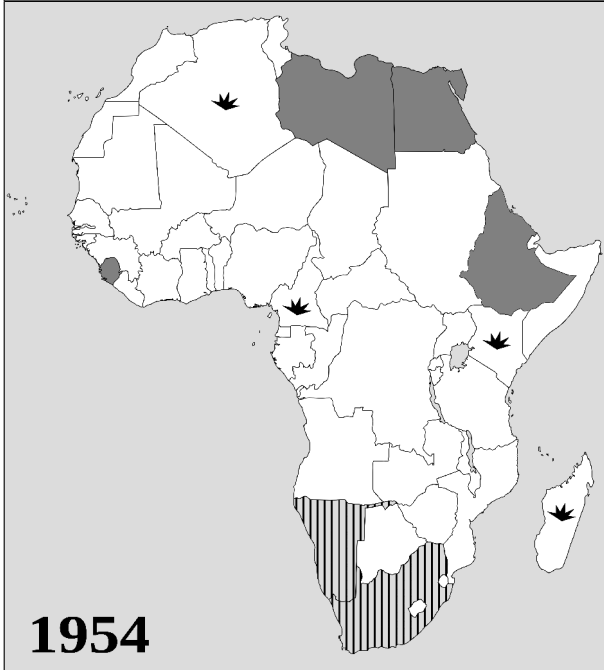
No Congo então sob domínio belga, as primeiras organizações nacionalistas surgiram a partir de associações culturais e mutualistas, via de regra de abrangência restrita a uma região ou a uma identificação étnica. Em 1955, as autoridades coloniais passaram a admitir nominalmente a possibilidade da emancipação, esboçando um cronograma de concessões graduais de representação política e formação de quadros cujo cumprimento pleno demoraria trinta anos. As primeiras medidas a serem adotadas, entretanto, foram suficientes para tornar irreversível o processo que conduziria à independência: depois da formação de partidos políticos e de eleições municipais na capital e em outras duas cidades, em 1957, a mobilização popular ganhou incrível força, explodindo em janeiro de 1958 em levantes urbanos. A independência foi declarada em junho de 1960; entretanto, a Bélgica empenhou-se imediatamente em provocar a secessão de uma das províncias congoleesas (o Katanga, que concentrava a quase totalidade dos interesses mineiros metropolitanos), lançando o novo país em uma crise catastrófica de longa duração, cujos efeitos ainda se percebem hoje.³³

³² MACQUEEN, Norrie, **A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império**, Mem Martins: Inquérito, 1998; PINTO, António Costa, **O fim do Império português: a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975**, Lisboa: Horizonte, 2001; MILLER, Joseph C., The politics of decolonization in Portuguese Africa, **African Affairs**, v. 74, n. 295, p. 135-147, 1975.

³³ O primeiro ano da crise, com foco em Lumumba e seu assassinato, foi tratado por WITTE, Ludo de, **The assassination of Lumumba**, 2. ed. New York: Verso, 2002. Ver ainda: MOHAN, Jitendra, Ghana, the Congo, and the United Nations, **The Journal of Modern African Studies**, v. 7, n. 3, p. 369-406, 1969; NZONGOLA, Georges N., The bourgeoisie and revolution in the Congo, **The Journal of Modern African Studies**, v. 8, n. 4, p. 511-530, 1970; GIBBS, David N., Dag Hammarskjöld, the United Nations, and the Congo Crisis of 1960-1: a reinterpretation, **The Journal of Modern African Studies**, v. 31, n. 1, p. 163-176, 1993; e The United Nations, international peacekeeping and the question of “impartiality”: revisiting the Congo operation of 1960, **The Journal of Modern African Studies**, v. 38, n. 3, p. 359-382, 2000; NWAUBANI, Ebere, Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis, **Journal of Contemporary History**, v. 36, n. 4, p. 599-622, 2001. Uma recente tentativa doméstica de abordar a história política do Congo pode ser lida em KANYARWUNGA, Jean I. N., **République démocratique du Congo: les générations condamnées: déliquescence d’une société précapitaliste**, Paris: Publibook, 2006.

Legenda

-  **Países independentes**
-  **Colônias**
(incluindo protetorados e territórios sob mandato)
-  **Territórios coloniais com guerras de libertação**
(incluindo levantes anticoloniais em larga escala)
-  **Regimes de segregação racial**
(incluindo territórios ocupados militarmente)
-  **Países independentes com conflitos militares internos**
(tentativas de secessão ou guerra de guerrilhas)



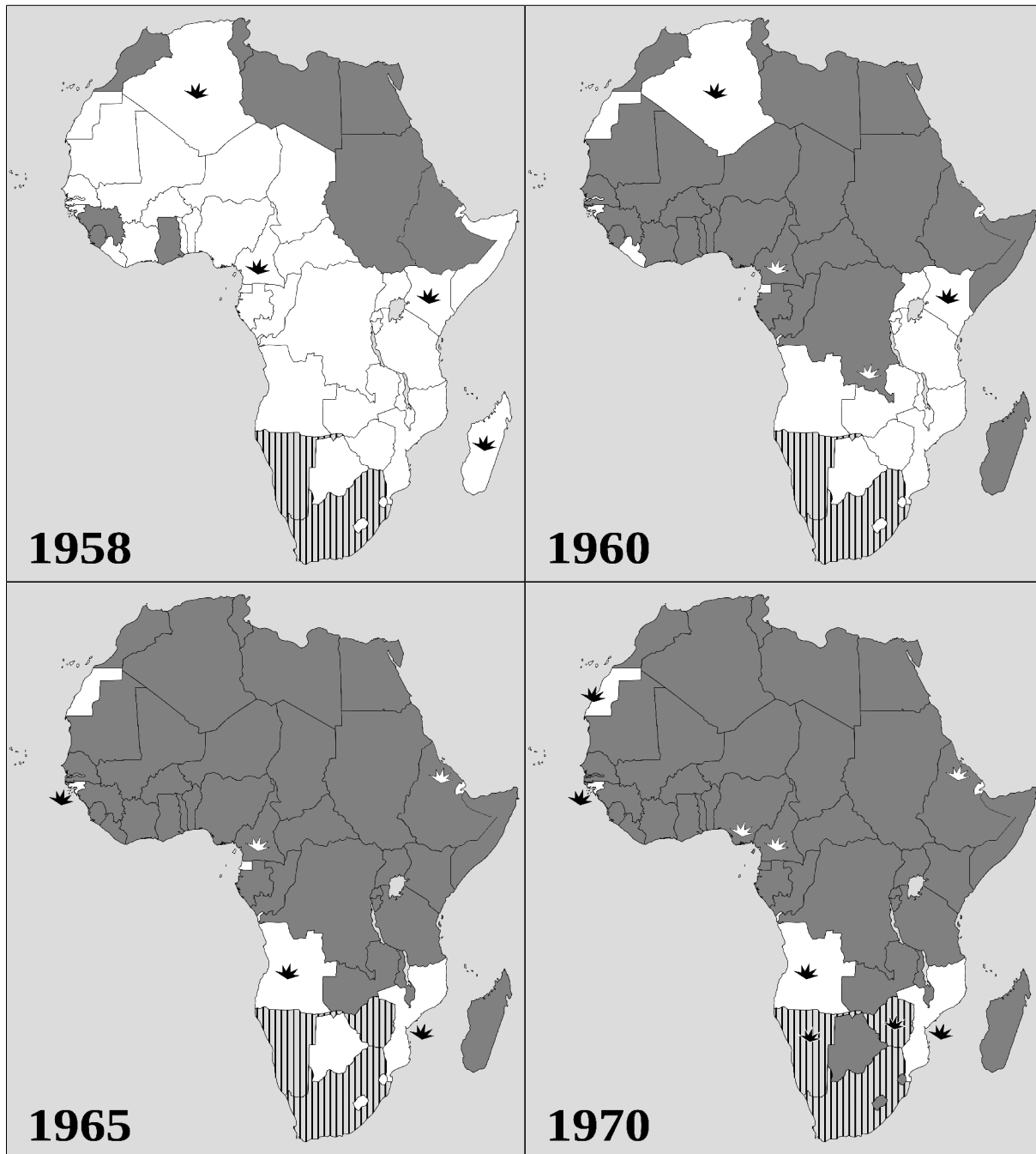


Ilustração 2: Evolução política da África, 1945-1970.³⁴

A Ilustração 2 busca resumir esse percurso político de conjunto em seus traços mais significativos e em seus momentos-chave. Podemos perceber graficamente a impressionante velocidade alcançada pelo processo das independências entre 1954 e 1960, e sua marcada desaceleração na década seguinte. De fato, o ano de 1960 representa ao mesmo tempo a apoteose do impulso emancipacionista e uma certa estabilização nas linhas de força da

³⁴ Elaborado a partir de BENOT, **Ideologias das independências africanas**, v. 1, p. 37-88.

política africana, representada pela emergência da chamada Crise do Congo e corporificada na constituição de dois “blocos” antagônicos — nomeados a partir das cidades que acolheram, ainda em 1961, duas distintas conferências em busca de soluções para o impasse político na antiga colônia belga, o de Casablanca (Marrocos), reunindo os países considerados “radicais”, e o de Monróvia (Libéria), congregando os governos ditos “moderados”.³⁵

Esses rótulos, obviamente, espelham a avaliação que as antigas potências coloniais e os Estados Unidos, agora reunidos em uma “aliança atlântica”, faziam dos novos atores políticos africanos. Entretanto, refletem também com certa acuidade dois níveis de distinções, que examinarei a seguir, entre os regimes que se instalaram nas antigas colônias — e, por extensão, entre as forças políticas que disputavam quer o controle de Estados recém-independentes, quer a legitimidade enquanto representantes de populações ainda submetidas ao jugo colonial.³⁶

O nível mais interno era o dos projetos de construção nacional, os quais, grosso modo, podem ser agrupados em dois tipos ideais. O primeiro se caracterizava por uma ênfase na manutenção da ordem social interna e na melhoria lenta e gradual das condições de vida da população, o que implicava preservar as hierarquias e estratificações preexistentes. As mudanças mais significativas ocorriam apenas nos estratos sociais superiores, com a

³⁵ A Conferência de Casablanca reuniu-se entre 4 e 7 de janeiro de 1961 para discutir a situação do Congo-Léopoldville, congregando os governos do Marrocos, da República Árabe Unida (formada por Egito e Síria entre 1958 e 1961), do Mali, de Gana e da Guiné-Conacri, além de representantes do *Front de Libération Nationale* (Frente de Libertação Nacional, FLN) da Argélia. A Conferência de Monróvia teve lugar entre 8 e 10 de maio do mesmo ano, reunindo governos de dezoito países africanos: Tunísia, Senegal, Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim, Alto Volta (atual Burkina Fasso), Togo, Daomé (atual Benim), Nigéria, Níger, Chade, República Centro-Africana, Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Etiópia, Somália e República Malgaxe (atual Madagascar). BALANDIER, Georges, Remarques sur les regroupements politiques africains, **Revue Française de Science Politique**, v. 10, n. 4, p. 841-849, 1960; BORELLA, François, Les regroupements d'Etats dans l'Afrique indépendante, **Annuaire Français de Droit International**, v. 7, n. 1, p. 787-807, 1961; BENOT, **Ideologias das independências africanas**, p. 45, 230-233.

³⁶ Uma longa tradição de estudos buscou remeter as disputas políticas nos países africanos independentes às distinções de classe nessas sociedades, contrariando a maior parte dos nacionalistas africanos, radicais ou moderados. Ainda em 1960, o africanista soviético I. I. Potekhin chamou a atenção para a importância da diferenciação social na África, embora acreditasse que a estrutura de classes ainda estava em formação. Um debate sobre a existência e as características de um “feudalismo” africano emergiu nos anos subsequentes, envolvendo estudiosos soviéticos, europeus e estadunidenses. GRUNDY, Kenneth W., The “class struggle” in Africa: an examination of conflicting theories, **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 3, p. 379-393, 1964. Mais tarde, e muito provavelmente como reflexo do golpe de Estado de 1966 em Gana, o caráter de classe das disputas de poder africanas passou a ser amplamente reconhecido por estudiosos do próprio continente. Ver, entre outros, AMIN, Samir, **The class struggle in Africa**, Cambridge: Africa Research Group, 1969; NZONGOLA, The bourgeoisie and revolution in the Congo; MAFEJE, Archie, The ideology of “tribalism”, **The Journal of Modern African Studies**, v. 9, n. 2, p. 253-261, 1971; SHIVJI, Issa G., **Class struggles in Tanzania**, Dar es Salam: Tanzania, 1975. Para uma análise sobre a utilização (ou não) do conceito de classe entre nacionalistas e intelectuais africanos, ver ZAMPARONI, Valdemir D., **Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c.1890-c.1940**, Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 364-387.

substituição, por africanos, dos europeus que ocupavam o topo da administração do Estado e das grandes companhias (industriais, agrícolas, comerciais e financeiras) vinculadas à operação da economia colonial, baseada na exportação de produtos primários e que, em última instância, representava a quase totalidade do financiamento estatal. Daí decorria a manutenção, sob condições ligeiramente modificadas, dos interesses econômicos metropolitanos e dos termos das trocas internacionais. O segundo tipo envolvia, por sua vez, apelos à reapropriação e à redistribuição equitativa dos recursos disponíveis no território, e a criação de novas atividades econômicas baseadas não apenas na extração, mas na transformação dos recursos naturais. Esse projeto exigia um controle mais estrito tanto da administração pública quanto da operação dos setores econômicos que faziam a interface externa da economia (as mesmas grandes companhias em que se concentravam os interesses metropolitanos), de modo a operar um reposicionamento do país nas trocas internacionais. O combate às hierarquias e estruturas sociais preexistentes era visto como uma condição da mobilização dos enormes recursos humanos necessários à transformação da atividade econômica, e também como forma de enfraquecer os possíveis aliados locais dos interesses metropolitanos.

Parece óbvio o motivo pelo qual as diplomacias ocidentais qualificavam os atores políticos que se orientavam para o primeiro tipo como “moderados”, e os que tinham em seu horizonte perspectivas do segundo tipo como “radicais”. Mas essa não foi apenas uma guerra de palavras: ao contrário, era patente o exercício de uma oposição militante das antigas potências coloniais e seu grande aliado ocidental (os Estados Unidos) aos regimes percebidos por eles como radicais, por mais titubeantes que tenham sido as medidas concretas tomadas na direção desses objetivos de transformação, e por mais imensamente que tenha variado o empenho das agências estatais, a adesão das várias camadas da população e o sucesso relativo das políticas adotadas. Essa oposição — que podia ir de simples pressões diplomáticas a medidas mais severas, incluindo tentativas de estrangulamento econômico, promoção de assassinatos políticos, incentivo a quarteladas e a golpes de Estado e intervenções militares (que se faziam diretamente, por meio de Estados africanos intermediários ou por meio de mercenários contratados por serviços secretos ocidentais) — contribuiu significativamente para que esse nível mais interno de distinções políticas se acomodasse, muito rápido, às clivagens de um outro nível, mais externo, representado pelos grandes alinhamentos políticos internacionais no quadro da Guerra Fria.³⁷ Em outras palavras, foi provavelmente a sanha intervencionista dos

³⁷ A atuação da diplomacia e dos serviços secretos ocidentais na África das décadas de 1960 e 1970 é o tema de um grande número de artigos e de alguns livros. Destaco aqui apenas aqueles que representam especial interesse para a compreensão do caso de Angola: LEMARCHAND, René, *The C.I.A. in Africa: how central?*

Estados Unidos e da Europa Ocidental, e não qualquer tipo de inclinação ideológica a priori, o fator principal na progressiva ligação entre alguns governos africanos e o chamado “bloco oriental”.³⁸ Com um interesse verdadeiramente existencial em projetos de industrialização rápida, enfrentando uma terrível escassez de quadros médios e superiores, bem como de mão de obra qualificada, mas sem interlocução com os países capitalistas e as instituições internacionais de fomento que eles dominavam, esses governos passaram a depender cada vez mais de investimentos, bolsas de estudo e outras formas de ajuda internacional da União Soviética, da China, de Cuba e dos países do leste Europeu.³⁹

Essa divisão marcou, apesar de eventuais inversões de orientação em países específicos (quase sempre antecedidas de golpes de força), todo o período no qual as então colônias portuguesas vivenciaram suas guerras de libertação nacional, e teve influências significativas no desenvolvimento do pensamento nacionalista no sul da África como um todo. Se os dois lados estavam plenamente de acordo quanto à necessidade de expurgar o continente de seus últimos bastiões de dominação colonial, incluindo os regimes de apartheid, divergiam

how intelligent?, **The Journal of Modern African Studies**, v. 14, n. 3, p. 401-426, 1976; WEISSMAN, Stephen, CIA covert action in Zaire and Angola: patterns and consequences, **Political Science Quarterly**, v. 94, n. 2, p. 263-286, 1979; DUNÉR, Bertil, The intervener: lone wolf or ...? Cooperation between Interveners in civil wars, **Cooperation and Conflict**, v. 18, p. 197-213, 1983; YOUNG, Crawford, United States policy toward Africa: silver anniversary reflections, **African Studies Review**, v. 27, n. 3, p. 1-17, 1984; BENDER, Gerald J., The eagle and the bear in Angola, **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 489, p. 123-132, 1987; MINTER, **Os contras do apartheid**; NOER, **Cold War and Black liberation**; SILVEIRA, Onésimo, **África ao sul do Sahara: sistemas de partidos e ideologias de socialismos**, Lisboa: África Debate, 2004 (tradução de sua tese de doutorado, defendida em Uppsala, em 1976).

³⁸ O quanto essa distinção “moderados”-“radicais” pode ser traduzida por uma dicotomia direita-esquerda é um debate antigo. Parte das contribuições aponta para o fato de que muitos regimes africanos que reclamavam a qualificação “socialista” não diferiam fundamentalmente daqueles que não se reconheciam como tal, o que reforça o argumento de que a identidade entre os dois níveis que expus acima (o da construção nacional e o dos alinhamentos internacionais) não estava dada desde o início por afiliações ideológicas, mas foi determinado por outro tipo de considerações. Mesmo reconhecendo o caráter retórico do “socialismo” em muitos lugares da África, Wallerstein subscreve, entretanto, a validade da distinção, em termos da existência de um “partido da mudança” e de um “partido da ordem”. WALLERSTEIN, Immanuel, Left and Right in Africa, **The Journal of Modern African Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-10, 1971.

³⁹ Investiguei como esses dois níveis de distinção puderam ser assimilados um ao outro para o caso dos movimentos nacionalistas em Angola, em torno do início da guerra de libertação. FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro, Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o Departamento de Estado norte-americano e os movimentos nacionalistas angolanos, 1960-1961, **Afro-Ásia**, n. 38, p. 87-139, 2008. Sobre as políticas soviética, chinesa e cubana para o continente, novamente com especial atenção a Angola, ver: KAUR, Harmala, China and the Angolan National Liberation Movement, **China Report**, v. 13, p. 19-33, 1977; MORENO, José A.; LARDAS, Nicholas O., Integrating international revolution and detente: the Cuban case, **Latin American Perspectives**, v. 6, n. 2, p. 36-61, 1979; ADAMS, Gordon, Cuba and Africa: the international politics of the liberation struggle: a documentary essay, **Latin American Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 108-125, 1981; SOMERVILLE, Keith, The U.S.S.R. and Southern Africa since 1976, **The Journal of Modern African Studies**, v. 22, n. 1, p. 73-108, 1984; DUNÉR, Bertil, The bear on the prowl: moderately greedy, moderately strong, **Cooperation and Conflict**, v. 20, p. 23-40, 1984; e Cuba: dependent interventionism, **Cooperation and Conflict**, v. 22, p. 35-47, 1987; BENDER, The eagle and the bear in

seguidas vezes sobre quais dentre as forças nacionalistas deviam ser apoiadas, e de que maneira.

David Birmingham qualifica a luta pela emancipação nacional em Angola e Moçambique como um “nacionalismo de linha de frente”, em virtude da presença regional (extremamente atuante) dos regimes de segregação racial na África do Sul e na Rodésia.⁴⁰ A partir de 1965, parece coerente incluir a Zâmbia recém-independente nessa frente, uma vez que o novo país passou a abrigar a grande maioria dos movimentos políticos e a retaguarda dos contingentes guerrilheiros de toda a região, para o que estava especialmente propícia em virtude de sua posição geográfica.⁴¹ Teríamos, dessa maneira, em termos do conteúdo racial da descolonização, uma África dividida entre o sul dominado pelo apartheid, uma faixa Angola-Zâmbia-Moçambique (com extensões nos dois Congos e na Tanzânia), que constituía a linha de frente, e o restante do continente, formado por países independentes, com uma ou outra exceção — todos eles empenhados, com dedicação e recursos variáveis, na obtenção da independência dos últimos territórios coloniais e na substituição dos regimes de supremacia branca por governos de maioria.

Acredito ser necessário acrescentar a essa regionalização mais uma faixa. De fato, para os países do norte da África, o debate que alimentou as reivindicações de autonomia local frente às alegações de superioridade racial ou cultural europeia tinha um conteúdo ligeiramente distinto; ali, a força de um apelo coletivo supranacional direcionava-se muito mais a um pan-arabismo que a um pan-africanismo, na medida em que este fosse compreendido em termos fundamentalmente raciais; em outras palavras, na medida em que a África fosse tomada como a “terra dos homens negros”. A indissociabilidade do destino desses países com o restante do continente foi inúmeras vezes afirmada, e seus governos prestaram efetivamente todo tipo de apoio aos movimentos de libertação dos territórios mais ao sul. De fato, as independências da região haviam sido obtidas mais cedo (com a exceção da Argélia), e sua posição geográfica, a meio caminho entre a África subsaariana e a Europa, possibilitava uma série de articulações em nível global. Por isso mesmo, Cairo, Rabat e, mais tarde, Argel abrigaram escritórios e representações internacionais de diversos partidos e movimentos de libertação africanos nas

Angola; JACKSON, China's Third World policy; GLEJESSES, Piero, **Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**, Chapel Hill: University of North Carolina, 2002.

⁴⁰ BIRMINGHAM, David, **Frontline nationalism in Angola & Mozambique**, Trenton: Africa World, 1992. Sobre a posição de Angola nessa linha, ver também PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas, **História de Angola**, 1ª ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 339-354.

⁴¹ Até 1965 esse papel coubera fundamentalmente ao Tanganica (Tanzânia a partir de sua união com Zanzibar, em 1964). A Tanzânia continuou abrigando parte das estruturas dos movimentos de libertação da África Austral, e a quase totalidade da retaguarda da Frelimo. Por outro lado, os dois Congos também continuaram a ter, para os movimentos de libertação angolanos, um papel semelhante.

décadas de 1960 e 1970 (a Argélia, em particular, fornecia ainda bolsas de estudo de nível universitário e treinamento militar aos integrantes de determinadas organizações nacionalistas). Entretanto, o discurso que embasava essa solidariedade e esses apoios não fazia, via de regra, menção a uma identidade pan-africana assente na raça: tratava-se muito mais do espírito de Bandung e do que já poderíamos chamar de um terceiro-mundismo revolucionário *avant la lettre*.⁴²

Até agora, procurei traçar o contexto geral do nacionalismo africano da época das independências, apresentando suas linhas de formação, suas conexões intercontinentais, as opções políticas que se lhe apresentavam após a emancipação, e os diferentes espaços geopolíticos engendrados por esses condicionamentos. O objetivo dessa contextualização é preparar o caminho para uma análise das formulações dos nacionalistas “radicais” sobre a relação entre etnia e nação na África. Antes, porém, acredito ser útil fazer uma pequena digressão a respeito de algumas oposições analíticas recorrentes nos estudos sobre o nacionalismo africano, cuja crítica me parece ser não apenas útil, mas necessária. É isto o que buscarei fazer na próxima seção.

3.3 Etnia e tipologia, ou a moderna tradição africana

Diante da complexidade do processo de descolonização africana e da multiplicidade de atores envolvidos, não deveria surpreender o fato de que os observadores contemporâneos e os estudiosos posteriores se empenharam em formular classificações que pudessem organizar a compreensão das várias possibilidades de condução do processo político, antes e depois da conquista da independência, bem como dos ideais afirmados e das propostas específicas envolvidas, nas mais variadas esferas, para a satisfação desses ideais — o que era especialmente relevante quando consideramos que, após 1960, não só havia tensões políticas graves em muitos países independentes, que podiam tomar a forma de tentativas de secessão ou de guerras de guerrilha contra o governo legalmente constituído, como, na porção sul do

⁴² O Egito foi um dos países fundadores da Liga Árabe, em 1944. Sudão, Líbia, Tunísia, Argélia e Marrocos integraram-se à medida que obtiveram a independência. BOUTROS-GHALI, Boutros, La crise de la Ligue Arabe, *Annuaire Français de Droit International*, v. 14, n. 1, p. 87-137, 1968. Sobre o pan-arabismo e os países do norte da África, ver BERREBY, Jean-Jacques, L’Egypte et la Syrie après la R.A.U., *Politique Étrangère*, v. 26, n. 5, p. 425-436, 1961; FERABOLLI, Silvia, Relações internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): os desafios para a realização da utopia pan-arabista, *Contexto Internacional*, v. 29, n. 1, p. 63-97, 2007. A presença histórica de populações de pele mais escura nesses países tende a ser obliterada na memória social e mesmo na prática historiográfica, segundo EL HAMEL, Chouki, “Raça”, escravidão e Islã no Marrocos: a questão dos haratin, *Afro-Ásia*, n. 31, p. 9-37, 2004.

continente, o nacionalismo estava cindido, via de regra, em cada território, em dois ou mais movimentos que disputavam o reconhecimento da comunidade internacional e da população de que eles afirmavam ser os legítimos representantes.

Não é preciso dizer que, em termos do movimento geral, os níveis de distinções que acredito serem úteis para compreender as divisões do nacionalismo africano das independências são aquelas que esbocei na seção anterior, a saber: em termos de projetos de continuidade ou reposicionamento do país no sistema de trocas internacional (e suas implicações sobre a estrutura social interna), em termos do alinhamento internacional e do fluxo de apoios no quadro da Guerra Fria (em grande medida condicionado pelos efeitos do anterior), e em termos da dinâmica da raça, entre sua função estrutural nos regimes de supremacia branca a serem combatidos e sua pertinência variável para os apelos de mobilização popular e solidariedade pan-africana. Entretanto, é interessante que muitas tipologias propostas, da década de 1960 a nossos dias, centrem-se fundamentalmente na forma como as demandas nacionalistas se articulavam com os temas da modernização e da etnia. Um bom exemplo recente, sobre o qual pretendo me deter, foi fornecido por Patrick Chabal em 2002, na introdução de um livro coletivo sobre a história pós-independência da África de língua oficial portuguesa.⁴³

Para Chabal, as principais diferenças entre esses nacionalismos e o conjunto africano mais amplo eram conjunturais, ligadas à duração das guerras de libertação e às mudanças no contexto africano e internacional entre as décadas de 1950 e 1970. Para além das especificidades das guerrilhas, haveria uma coincidência de origem social, disposição geral, motivações e objetivos, e mesmo das linhas de oposição internas, entre os nacionalistas angolanos, guineenses e moçambicanos e seus pares das antigas colônias belgas, inglesas e francesas. É isso que lhe permite estabelecer uma tipologia geral, ao tempo em que circunscreve os exemplos aos territórios sob dominação portuguesa.⁴⁴ Em suas palavras:

⁴³ CHABAL, Patrick, Lusophone Africa in historical and comparative perspective, *in*: CHABAL, Patrick *et al* (Eds.), **A history of Postcolonial Lusophone Africa**, Bloomington: Indiana University, 2002, p. 1-134. A utilização dos qualificativos “lusófona”, “anglófona” e “francófona” para agrupar os países africanos independentes a partir de seus idiomas oficiais, apesar de muito corrente, não me parece adequada, já que, de um lado, o domínio desses idiomas, especialmente sua variante culta, não costuma ser muito disseminado ao longo da hierarquia social, e, de outro, cristaliza-se dessa maneira um escopo analítico que privilegia a continuidade dos espaços imperiais, em vez de se abrir a outras possibilidades de regionalização e de escala, certamente mais relevantes para o período após as independências, quando não antes.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 4-5.

As divisões fundamentais entre os nacionalistas rivais em Angola, Guiné e Moçambique eram similares às aquelas encontradas em outras colônias africanas à época da descolonização. Os movimentos anticoloniais podiam ser colocados sob três categorias amplas: (1) os “modernizadores”, imbuídos de uma visão política universalista; (2) os “tradicionalistas”, vinculados a realidades sociopolíticas africanas existentes ou imaginadas; e (3) os etnonacionalistas.⁴⁵

Chabal se apressa em reconhecer que essas distinções na prática eram muito fluidas e que, constantemente, se sobrepunham; ele se preocupa ainda em afirmar que não deseja inculcar nesses termos nenhum juízo de valor, atendo-se apenas à sua capacidade descritiva. Como pretendo demonstrar, nem sempre isso é tão fácil de fazer quanto de falar. Desde logo, caberia observar que, ao passo que as duas primeiras categorias vêm acompanhadas de definições positivas (conquanto se possa questionar sua pertinência), há um silêncio muito eloquente em relação à terceira, ou seja, sobre o que seja um nacionalismo étnico.

Acompanhar Chabal em sua proposta de atribuição de movimentos específicos a cada um desses tipos pode ajudar a entender melhor o conteúdo dessa classificação. Em primeiro lugar, os “modernizadores”, representados, sem surpresa, pelo MPLA, pelo PAIGC e pela Frelimo:

Em suas origens e aspecto geral esses “modernizadores” eram similares em todas as colônias africanas. Eles vinham de uma geração mais jovem, que era relativamente bem educada (muitas vezes na metrópole), estavam assimilados ou aculturados às “mentalidades” sociais e políticas coloniais dominantes, e eram ideologicamente progressistas, ou seja, afinados com a oposição de esquerda na metrópole. Acima de tudo, eram nacionalistas supraétnicos. Sua ambição era conformar na África um Estado-nação secular moderno de modelo europeu (ocidental ou oriental).⁴⁶

Considerando que o quadro teórico de base seja as formulações de Gellner, de onde Chabal aliás retira a dicotomia entre um modelo europeu ocidental e um modelo europeu oriental expressa acima, não admira que a caracterização do segundo grupo seja feita como um negativo fotográfico, principalmente através da ausência ou da insuficiência de atributos associados aos “modernizadores”, que emergem do texto claramente como modelos:

⁴⁵ *Ibid.*, p. 5.

⁴⁶ *Ibid.*

Os “tradicionalistas” eram, no conjunto, menos educados, menos assimilados, menos aculturados à ordem colonial dominante. Eles permaneciam mais estreitamente ligados à ordem sociopolítica africana existente, fosse por serem de origem aristocrática, por terem ligações com as redes da autoridade tradicional, ou simplesmente porque sua base de apoio mais importante estava em um nível local. Como resultado, eram geralmente menos urbanizados e mais intimamente ligados ao mundo rural. Seu discurso político, embora anticolonial em termos gerais, seguidamente enfatizava a necessidade de enraizar os Estados-nação pós-coloniais nas “tradições” da África. Sua visão da África independente destacava o africano em vez de o moderno ou universal. Quase sempre eles rejeitavam o socialismo (como, muitas vezes, todas as ideologias “importadas”) e desconfiavam fortemente da política dos “modernizadores”. Quando esses “modernizadores” não eram africanos negros, na medida em que incluíam uma mescla de mestiços, indianos e brancos, os “tradicionalistas” questionavam a legitimidade de sua reivindicação africana e, por implicação, nacionalista.⁴⁷

Para Chabal, em Moçambique assim como na Guiné, uma vez que os movimentos “modernizadores” nunca abandonaram a iniciativa conquistada com a deflagração e o sucesso da luta armada, os “tradicionalistas” terminaram por se incorporar a eles, diante da opção, pouco viável, de resvalarem para o etnonacionalismo. Em Angola, a UPNA seria uma aglomeração etnonacionalista em sua origem; suas sucessivas transformações (em UPA e mais tarde em FNLA) seriam um desvio para o tradicionalismo, como resposta ao desafio político representado pelos modernizadores do MPLA. A permanência de um caráter etnonacionalista na base social da FNLA, entretanto, seria para Chabal uma das limitações que explicam sua pouca efetividade enquanto frente anticolonial. Essa debilidade seria o motivo da criação da UNITA, considerado um partido tradicionalista mais eficiente, que buscou desde o início criar uma organização política ancorada na ordem socioeconômica e política africana existente.⁴⁸ Segundo ele,

⁴⁷ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 6-7.. É curioso que outros autores tenham atribuído à UNITA, ao contrário, um nacionalismo étnico bem marcado. Ver, por exemplo, HEYWOOD, Linda M., *Unita and Ethnic Nationalism in Angola*, **The Journal of Modern African Studies**, v. 27, n. 1, p. 47-66, 1989. Por outro lado, uma crítica à caracterização da liderança da UPA como “tradicionalista” foi formulada já em 1989 por Christine Messiant (apud BITTENCOURT, Marcelo, “**Estamos juntos**”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), Luanda: Kilombelombe, 2010, p. 165n.

Savimbi [...] compreendeu desde cedo que o curso de ação mais lucrativo para ele seria estabelecer sua legitimidade “africana” em Angola, para se opor à liderança “marxista” e cosmopolita (leia-se “não negra”) do MPLA e obter apoio externo de onde quer que viesse [...].⁴⁹

A análise de Chabal tem o mérito de colocar em cena muitos dos principais fatores envolvidos no caráter irreconciliável das facções nacionalistas em Angola: as diferentes bases sociais de origem dos distintos movimentos, o grau de aproximação ou afastamento de suas lideranças e apoiadores em relação à administração colonial, a ligação com as forças políticas metropolitanas, a relação entre a filiação a uma ideologia de esquerda e o alinhamento internacional, o papel das antigas fontes africanas de autoridade política, a questão incômoda da raça. Entretanto, é lícito questionar o quanto o encadeamento da explicação oferecida por Chabal não está determinado muito mais pela lógica interna das duas categorias, etnia e modernização, em relação às quais se distribuem os tipos, que propriamente pela realidade do campo.

A confusão entre uma precedência temporal e a consagração de uma dada experiência em modelo, que procurei apontar no capítulo 2, pode ser observada novamente aqui — agora no sentido inverso. De fato, é a sacralização do MPLA como modelo a partir da qual os demais movimentos serão negativamente caracterizados o procedimento intelectual que permite a Chabal interpretar a transformação de uma UPNA etnonacionalista em uma UPA tradicionalista, em 1958, como uma resposta ao MPLA, em um momento em que este sequer existia como entidade organizada. Ademais, é de se considerar o papel que tiveram nessa transformação dois importantes nacionalistas africanos que Chabal certamente não teria dúvidas em classificar como modernizadores: Kwame Nkrumah e Patrice Lumumba. De maneira semelhante, em que pese a capacidade de cálculo político de Savimbi, é possível entrever outras ordens de explicação para a criação da UNITA e de seu discurso de legitimidade, em 1966, incluindo as inúmeras limitações experimentadas pelo próprio MPLA em se tornar, na prática, o movimento de expressão nacional democrático e supraétnico representado nos discursos de suas lideranças e porta-vozes.

Mas, a essa altura ainda, continuamos sem saber de que se trata, afinal, o etnonacionalismo. Vejamos:

⁴⁹ CHABAL, Lusophone Africa, p. 7.

O caso dos etnonacionalistas é mais simples porque, no fundo, seu projeto na transição de uma África colonial para a independência não era viável. Isso porque havia um amplo consenso entre as potências coloniais e os nacionalistas de que a África pós-colonial deveria ser composta por Estados-nação independentes baseados nas fronteiras coloniais existentes. Os movimentos etnonacionalistas, portanto, refundiram sua reivindicação original de falar em nome de um grupo local em uma reivindicação de falar por todos. Sua tentativa de fazê-lo, na África lusófona como em outros lugares, usualmente mostrou-se infrutífera. O fracasso dos movimentos etnonacionalistas durante a descolonização, entretanto, não proscreveu seu renascimento depois da independência como forças políticas locais (ou mesmo nacionais).⁵⁰

Enquanto a distinção entre modernizadores e tradicionalistas se faz em termos do suposto conteúdo de suas aspirações, o que parece caracterizar os etnonacionalistas é sua recusa, inicialmente (e mais tarde sua incapacidade), de uma expressão de abrangência “nacional”. Aqui vemos entrar em cena novamente a etnia como uma espécie de substitutivo incapacitante da nação, com efeitos desestruturadores sobre a unidade do Estado-nação. Como exemplos empíricos, Chabal aponta os movimentos secessionistas armados que ocorreram no Sudão, no Chade, na Etiópia, na Somália e no Saara Ocidental.⁵¹ Mas é necessário observar essas situações com mais atenção.

No Saara Ocidental, a *Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro* (Frente Popular de Libertação de Saguia el Hamra e Rio do Ouro, Polisario), já existia enquanto organização nacionalista antes da independência, sendo responsável pela condução de uma guerra de guerrilha contra a Espanha — seu caráter secessionista resulta exclusivamente da anexação ilegal do território pelo Marrocos, após a retirada das tropas espanholas em 1974. Não fosse este o caso, a Polisario provavelmente se qualificaria *cum laude* entre os modernizadores de Chabal.⁵² Na Etiópia, duas diferentes iniciativas secessionistas orientavam

⁵⁰ *Ibid.*, p. 7-8.

⁵¹ *Ibid.*, p. 7 n. 18, 8 n. 20.

⁵² A Espanha loteou sua antiga colônia entre Marrocos (ao norte) e Mauritânia (ao sul), mas, esta, após anos de enfrentamentos que incluíram um ataque à sua capital, Nouakchot, reconheceu, em 1979, a soberania da Polisario sobre o território que controlava até então. O Marrocos, em vista disso, ocupou militarmente a totalidade da antiga colônia. A Polisario, baseada em Tinduf, na Argélia, declarou a independência da República Árabe Saarauí Democrática em 1976. Atualmente controla uma pequena faixa do território, e é considerada um governo no exílio pela ONU e pela União Africana (da qual o Marrocos não faz parte). Ver BARBIER, Maurice, *L'avenir du Sahara espagnol*, **Politique Étrangère**, v. 40, n. 4, p. 353-380, 1975; HOTTINGER, Arnold, *La lutte pour le Sahara occidental*, **Politique Étrangère**, v. 45, n. 1, p. 167-180, 1980.

seus apelos de mobilização popular para entidades nacionais, e não étnicas: os rebeldes da província de Ogaden se reconheciam como somalis sob dominação etíope, e lutaram por sua incorporação à Somália, numa das poucas guerras interestatais da história africana recente; os eritreus, por sua vez, buscavam a independência de um território preexistente (colônia italiana até a Segunda Guerra) que havia sido anexado unilateralmente pela Etiópia em 1962, após dez anos de um arranjo federal — independência que finalmente conseguiram, sob os auspícios da ONU, em 1991.⁵³ No Chade, o conflito que estalou em 1975 pode ser mais bem qualificado como guerra civil do que como tentativa de secessão, já que se orientou para a conquista militar da capital e por extensão do poder político sobre a totalidade do Estado.⁵⁴ O Sudão do Sul é o único caso dentre os listados acima em que poderia haver alguma base para se falar de um secessionismo etnonacionalista nos termos de Chabal (embora, como no Chade, os dois lados formulassem sua diferença com respeito a critérios religiosos e raciais, mais do que étnicos).⁵⁵ Também é significativo que Chabal não mencione a tentativa de Biafra se separar da Nigéria, entre 1967 e 1970, talvez porque os proponentes da secessão fossem muito caracteristicamente “modernizadores”, segundo seus próprios critérios.⁵⁶

Aparentemente, a existência de um etnonacionalismo africano é mais uma necessidade lógica de certo tipo de análise que uma decorrência dos dados empíricos disponíveis.⁵⁷ Em muitos dos processos descritos acima, o recurso político à etnicidade teve certamente um papel relevante, mas isso está longe de configurar um tipo discreto, inclusive porque, no contexto da África das décadas de 1960 e 1970, a possibilidade de qualquer nacionalista, movimento ou partido, por mais modernizador que fosse, deixar de considerar a etnicidade como fator importante de seu cálculo político era praticamente nula.

⁵³ Ver CLAPHAM, Christopher, Guerre et construction de l'État dans la Corne de l'Afrique, **Critique Internationale**, v. 9, n. 1, p. 93-111, 2000.

⁵⁴ Para uma análise cuidadosa da etnicidade no Chade e sua relação com a guerra civil, ver LEMARCHAND, René, The politics of Sara ethnicity: a note on the origins of the civil war in Chad., **Cahiers d'Études Africaines**, v. 20, n. 80, p. 449-471, 1980.

⁵⁵ DELMET, Christian, Construction de l'État et conflits de nationalismes au Soudan, **Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée**, v. 68, n. 1, p. 87-98, 1993. A ironia é que, dez anos depois da análise de Chabal, o Sudão do Sul tornou-se independente sob os auspícios da ONU, tal como a Eritreia. Outra semelhança com o caso da Eritreia é que as tensões não parecem ter-se resolvido com a independência.

⁵⁶ ANTHONY, Douglas, “Resourceful and progressive Blackmen”: modernity and race in Biafra, 1967-70, **The Journal of African History**, v. 51, n. 1, p. 41-61, 2010. A efêmera República de Biafra correspondia em linhas gerais ao território povoado por uma maioria de fala ibo. A propósito, tanto Chinua Achebe quanto Wole Soyinka se envolveram de algum modo na tentativa de secessão: o primeiro atuou ao longo da guerra como um embaixador *ex-officio* do governo secessionista nas principais capitais europeias; o segundo passou dois anos preso, acusado pelo governo federal de ter mantido encontros com líderes secessionistas.

⁵⁷ Uma análise matizada dos conflitos africanos que sobreviveram à Guerra Fria (incluindo os que Chabal atribui ao etnonacionalismo) e suas perspectivas de resolução no quadro da cooperação interestatal africana pode ser lida em HUGON, Philippe, Le NEPAD entre partenariat et gestion des conflits, **Politique Étrangère**, v. 68, n. 2, p. 335-350, 2003.

Em análises como a de Chabal, é comum as categorias moverem-se de forma autônoma. É o caso da avaliação de que uma base inicial etnonacionalista constituía, por si só, um fator de debilidade para a FNLA, como um pecado original. Não que a ligação demasiado estreita entre etnicidade e adesão às distintas organizações (ou hegemonia nos seus órgãos de decisão nas mais variadas escalas) não fosse um dado a ser seriamente considerado; mas era um problema experimentado pelos três movimentos angolanos — em proporções e segundo dinâmicas variáveis, naturalmente — e não um reflexo da composição social particular ou da orientação ideológica fundamental de cada um deles. O tribalismo é sempre o defeito do outro, e os três movimentos de libertação angolanos nunca deixaram de trocar violentas acusações de promoverem uma política tribalista — o que, em certa medida, efetivamente fizeram. Entretanto, como começavam a notar alguns espíritos mais críticos desde o fim da década de 1960, o tribalismo não derivava nem podia ser explicado pela etnicidade enquanto tal.⁵⁸

A tipologia tripartite de Chabal opõe o modelo representado pelos modernizadores à insuficiência dos etnonacionalistas por meio da dicotomia conceitual nação-etnia. A distinção entre os modernizadores e os tradicionalistas, por sua vez, deriva de uma outra dicotomia, relacionada à primeira, cujos termos gerais já examinamos no capítulo 2, mas cuja aplicação específica no caso dos nacionalismos africanos requer um cuidado acrescido. Pretendo sugerir aqui que, longe de constituírem dois polos antagônicos em torno dos quais os diferentes nacionalistas africanos cerravam fileiras, tradição e modernidade conformaram uma unidade temática que recebeu, é certo, muitos tratamentos, mas nunca em termos de se optar, simplesmente, por uma ou outra como caminho para a construção do Estado-nação independente. Em outras palavras, o que busco afirmar é o fato de que todos os projetos nacionalistas que operaram na África das independências — “radicais” ou “moderados”, no poder ou na oposição, em qualquer uma das quatro faixas geopolíticas que delineei acima em relação ao significado da raça — todos eles tinham projetos modernizadores, e é como tal que todos faziam, de um modo ou de outro, referência à tradição.

A ligação entre modernização e um recurso à legitimação pelo passado, na forma de fabricações mais ou menos artificiais de costumes e ritos, em um espaço institucional ou institucionalizado, foi apontada pela primeira vez, de maneira bastante perspicaz, em um livro

⁵⁸ APHORPE, Raymond, Does Tribalism really matter?, *Transition*, n. 37, p. 18-22, 1968; STANILAND, Martin, The rhetoric of centre-periphery relations, *The Journal of Modern African Studies*, v. 6, n. 4, p. 617-636, 1968; MAFEJE, The ideology of “tribalism”. Para uma análise mais recente sobre a história da etnicidade e dos seus usos políticos na África Austral, ver VAIL, Leroy (Org.), *The creation of tribalism in Southern Africa*, Berkeley: University of California, 1991.

coletivo organizado pelos historiadores britânicos Eric Hobsbawm e Terence O. Ranger, em 1983.⁵⁹ Em um dos capítulos incluídos na obra, Ranger abordou a implantação de um certo número de instituições e de rituais a elas associados durante o regime colonial na África, especialmente nos âmbitos da formação escolar e do serviço militar, que se perpetuariam nos tempos pós-independência — em parte porque os africanos que passaram por essas instituições, e que foram sujeitos a esses rituais, constituíram as camadas sociais que forneceram o pessoal responsável pela operação do Estado independente nas suas mais variadas instâncias.⁶⁰

Desejo sugerir entretanto que a “invenção das tradições” no contexto da descolonização africana tem uma abrangência muito mais ampla, e que seria útil deslocar o foco de análise do protagonismo inicial dos agentes coloniais para o dos próprios intelectuais locais que, tendo passado eles mesmos por essas novas instituições, intervieram na arena do debate público para determinar o que era a verdadeira “tradição africana” e, a partir dessas intervenções, buscaram constituir, preservar ou reformar instituições e rituais criados pela colonização. Em seu artigo, Ranger parece crer que a adesão das populações locais às tradições inventadas pela administração colonial foi fruto da desarticulação de referenciais de pertencimento coletivo anteriores, em especial as estruturas políticas e religiosas africanas de antes da conquista europeia. Esse tipo de explicação, aliás largamente utilizada para dar conta da adesão ao nacionalismo na própria Europa, baseia-se numa espécie de “atavismo do pertencimento”: um postulado implícito de que “as pessoas” têm uma necessidade intrínseca e primordial de pertencer a um grande grupo referencial para que sua experiência de vida tenha sentido; no caso de um desses grandes grupos perder sua eficácia social (como a Cristandade Ocidental após a Reforma, ou os impérios dinásticos da Europa Oriental diante da Revolução Francesa), abre-se a oportunidade para a emergência de outros (como a nação). O quanto esse atavismo do pertencimento não é, ele mesmo, uma tradição inventada no fértil solo europeu dos séculos XVIII e XIX é uma discussão que mereceria ser estendida, mas que escapa ao escopo desta pesquisa. Aqui, basta indicar que, por mais desestruturantes que tenham sido os impactos do enfraquecimento de velhas formas de identificação coletiva, na Europa tanto quanto em outros lugares, isso não chega a configurar uma explicação. E, para o caso africano, ainda que se deva reconhecer a qualidade do trabalho criativo dos administradores coloniais das primeiras décadas do século XX, talvez valha a pena indagar em que medida a adesão a tradições

⁵⁹ HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.), **A invenção das tradições**, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁶⁰ RANGER, Terence O., A invenção da tradição na África colonial, *in*: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.), **A invenção das tradições**, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 219-269.

inventadas específicas, e à arte de inventar tradições em geral, não seguiu um outro roteiro, mais propriamente racional, vinculado a um esforço modernizador, para além de qualquer necessidade psicológica individual supostamente transcultural e trans-histórica.⁶¹

Léopold Sédar Senghor, um dos fundadores da revista *Présence Africaine*, foi, talvez, junto com um de seus principais antagonistas políticos no Senegal, Cheikh Anta Diop, o intelectual nacionalista que elaborou de forma mais completa o tema da tradição africana, à qual quis fazer equivaler ao termo *négritude* — a despeito das objeções de seu antigo companheiro de iniciativas editoriais e de militância política na Assembleia Nacional Francesa, o martinicano Aimé Césaire.⁶² Nas disputas políticas dentro do quadro da África Ocidental Francesa, o *Bloc Démocratique Sénégalais* (Bloco Democrático Senegalês, BDS) do professor universitário Senghor permanecerá afastado do *Rassemblement Démocratique Africain* (União Democrática Africana, RDA), agrupamento de partidos políticos locais, de 1946 até as independências, dentro do qual militavam (e se enfrentavam) Ahmed Sékou Touré, líder sindical da Guiné-Conacri, e de Félix Houphouët-Boigny, proprietário rural da Costa do Marfim. Quando, em 1958, a independência da Guiné-Conacri e o processo político dos demais territórios franceses reduziram a África Ocidental Francesa à Federação do Mali, formada pelas colônias do Senegal e do Sudão francês, seu principal oponente passou a ser o professor primário Modibo Keita.⁶³ No âmbito senegalês, os oponentes políticos de Senghor

⁶¹ O péssimo hábito de tomar a experiência vitoriana das classes médias das grandes capitais europeias como modelo universal da pessoa humana não é novo, relacionando-se à influência difusa da Psicologia sobre o conjunto da teoria social ao longo do século XX. Quanto à necessidade de tratar as teorias psicológicas sobre a pessoa humana de forma mais contextualizada, vale lembrar a contestação pioneira de Bronislaw Malinowski sobre o complexo de Édipo em sociedades matrilineares. MALINOWSKI, Bronislaw, **La sexualité et sa répression dans les sociétés primitives**, Paris: Payot, 1976 (a primeira edição é de 1927). Em uma vereda paralela, convém ressaltar a desconfiança de Fernand Braudel em relação ao projeto de Claude Lévi-Strauss de inventariar “universais” humanos: mesmo que se reconheça sua validade, sua utilidade heurística fica por demonstrar; em outras palavras, a capacidade explicativa de um traço humano universal é tanto menor quanto mais universal ele for. BRAUDEL, Fernand, *História e ciências sociais. A longa duração*, in: **Escritos sobre a história**, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78 (publicado originalmente em 1958, como resenha do recém-editado *Antropologia estrutural*).

⁶² A passagem de literatura a ideologia experimentada pelo movimento da *négritude* foi examinada por IRELE, *Négritude — literature and ideology*.

⁶³ Sobre a breve experiência da Federação do Mali (dissolvida ainda em 1960), ver GANDOLFI, A., *Naissance et mort sur le plan international d'un Etat éphémère: la Fédération du Mali*, **Annuaire Français de Droit International**, v. 6, n. 1, p. 881-906, 1960. Não sabemos como Chabal classificaria esses quatro personagens. Touré, Senghor e Houphouët-Boigny eram membros de antigas aristocracias locais, sendo a ascendência de Touré de longe a mais importante. Por outro lado, apenas Houphouët-Boigny e Keita (o único a nascer numa capital) vincularam-se ao mundo rural — o primeiro, como proprietário, o segundo como professor primário em escolas do interior. Senghor era decididamente o mais experiente em termos das “mentalidades” sociais e políticas coloniais dominantes (tendo vivido muitos anos em Paris, e sendo elevado à categoria de “imortal” na velhice, bem acomodado na cadeira 16 da Academia Francesa); entretanto, como veremos, buscava na “tradição africana” e na “alma negra” um contraponto à assimilação. Senghor se reclamava socialista, mas rejeitava cabalmente o marxismo; Touré e Keita, ambos muçulmanos, e também socialistas, qualificavam seus regimes de revoluções, mas buscavam um marxismo adaptado às condições africanas; enquanto Houphouët-Boigny não se preocupava em disfarçar sua entusiasta adesão à livre

eram, além de Diop, um grupo de jovens estudantes marxistas reunidos, desde 1957, no *Parti Africain de l'Indépendance* (Partido Africano da Independência, PAI).⁶⁴

É contra esse contexto de uma representatividade contestada que podemos entender as formulações de Senghor, e seu recurso à *négritude* como capital simbólico que caucionasse a construção de um discurso político.⁶⁵ É importante ressaltar que, como já adiantei páginas atrás, a busca por uma recuperação da “tradição africana” como caminho para a construção do futuro da África independente, longe de ser original, era praticamente um consenso: as diferenças residiam em que conteúdo dar a essa tradição, e que implicações tirar daí para o exercício futuro do poder do Estado. Senghor iniciou, de fato, uma duradoura e variegada linhagem do discurso político ao nominar esse conjunto de transformações de um passado imaginado em um futuro idealizado como um “socialismo africano”.⁶⁶ Não pretendo aqui fazer uma análise pormenorizada desse termo, mesmo porque ele conheceu diversas transformações ao longo do tempo, à medida que foi sendo apropriado por outros atores políticos, em outros contextos africanos. Bastará analisar um pequeno relatório, apresentado por Senghor em um encontro da juventude do *Parti de la Fédération Africaine* (Partido da

empresa capitalista — o que não o impediu de fazer do RDA, do qual era o presidente, uma seção do Partido Comunista Francês durante sua primeira meia década de existência. Modibo Keita foi deposto por um golpe de Estado ainda em 1968, e morreu na prisão, nove anos depois. Senghor foi Presidente do Senegal até 1980, quando renunciou em meio a seu quinto mandato; Houphouët-Boigny manteve-se no poder até sua morte, em 1980; Touré, da mesma forma, morreu Presidente da Guiné-Conacri, em 1984.

⁶⁴ BENOT, **Ideologias das independências africanas**, p. 123-140, 336-348. O BDS de Senghor se transformou em 1956 no *Bloc Populaire Sénégalais* (Bloco Popular Senegalês, BPS) e, em 1958, na *Union Progressiste Sénégalaise* (União Progressista Senegalesa, UPS). Uma vez no poder, Senghor operou para inviabilizar, na prática, o pluripartidarismo que dizia defender, até que o Senegal se tornasse um regime de partido único, em 1969. O PAI foi colocado na ilegalidade em 1961, mesmo ano em que Diop fundou o *Bloc de Masses Sénégalaises* (Bloco de Massas Senegalesas, BMS). Em 1963, o BMS foi também interdito, e Diop fundou o *Front National Sénégalais* (Frente Nacional Senegalesa, FNS), declarado ilegal no ano seguinte. TINE, Antoine, Du multiple à l'un et vice-versa? Éssai sur le multipartisme au Sénégal (1974-1996), **Polis: revue camerounaise de science politique**, v. 3, n. 1, 1997; BLANCHET, Gilles, L'évolution des dirigeants sénégalais de l'indépendance à 1975, **Cahiers d'Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 49-78, 1978.

⁶⁵ Já em 1970, Christopher Clapham alertava contra os perigos de tomar as falas e escritos dos nacionalistas africanos quer como um sistema filosófico, quer como análises acuradas da realidade social. Sua proposta é abordar o discurso político atentando-se ao propósito e ao vocabulário de cada enunciação, assim como à audiência a qual é direcionada. CLAPHAM, Christopher, The context of African political thought, **The Journal of Modern African Studies**, v. 8, n. 1, p. 1-13, 1970. Um outro elemento de contexto que acredito ser especialmente importante é o conjunto de outros atores políticos cujos discursos um determinado enunciado busca contestar; em termos mais abrangentes, poderíamos falar, com Bourdieu, da posição desse discurso no campo político.

⁶⁶ Uma avaliação contemporânea e contextualizada, crítica ainda que simpatizante, pode ser lida em SKURNIK, Walter A. E., Léopold Sédar Senghor and African Socialism, **The Journal of Modern African Studies**, v. 3, n. 3, p. 349-369, 1965; Ver ainda SILVEIRA, **África ao sul do Sahara**, p. 155-169; e BENOT, **Ideologias das independências africanas**, p. 289-295.

Federação Africana, PFA), em 1960, para verificar em que medida um projeto de modernização podia muito bem ser articulado a uma defesa vigorosa da tradição africana.⁶⁷

A época de filosofar já passou; chegou a época de agir. Devemos preparar-nos e assumir *hinc et nunc* tôdas as nossas responsabilidades como militantes políticos. Essas responsabilidades podem ser resumidas em uma única frase: devemos transformar nossa quase-nação em uma Nação, nosso país subdesenvolvido em um país desenvolvido, levantando o nível de vida e de cultura de todos os cidadãos de nossos respectivos Estados.⁶⁸

As palavras de abertura do discurso apontam já claramente para dois movimentos na direção da modernidade: o desenvolvimento econômico e a integração nacional como objetivos fundamentais do trabalho político frente à independência que se avizinhava. Imediatamente a seguir — em uma tomada de posição quer contra o PAI quer contra Modibo Keita — Senghor busca demonstrar a inutilidade do marxismo para entender a situação africana, e o faz com três argumentos. O primeiro é o de que a dominação a que os africanos estavam submetidos não se fazia em termos de classe, mas de raça. O segundo é o de que a dialética marxista permanecia sendo um método de pensamento excessivamente abstrato e determinístico, já tendo sido superado, na própria Europa; a investigação filosófica caminhava para a aceitação do indeterminado e do descontínuo, bem como para uma revisão geral dos critérios da objetividade, em que a separação analítica entre sujeito e objeto era substituída pela confrontação e pela participação.⁶⁹ Isto é particularmente interessante porque Senghor identifica o “método novo” do conhecimento europeu àquilo que chama de “conhecimento negro-africano”, o que introduz seu terceiro argumento: o de que não é necessário importar um método europeu (o socialismo científico) quando os africanos “herdaram” de seus antepassados o seu próprio método de conhecimento, que ademais os próprios europeus passavam a reconhecer como “o método do século XX” — poderíamos dizer, talvez, o mais moderno.⁷⁰

⁶⁷ SENGHOR, Léopold Sédar, O caminho africano do socialismo, in: **Um caminho do socialismo**, Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1965, p. 78-112. O PFA foi fundado em 1959 como uma reunião de partidos dos territórios reunidos na Federação do Mali. Fazia oposição à RDA.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 79.

⁶⁹ A expressão pós-modernismo, relacionada exatamente a esse conjunto de transformações nos métodos científicos, cujos alvares Senghor identificou com certa perspicácia, ainda não estava em voga na época. Vale a pena notar que é exatamente em termos de uma outra racionalidade, mais intuitiva e empática, que Senghor reelabora nesse mesmo discurso sua clássica e extremamente criticada metáfora da razão grega contraposta à emoção negra.

⁷⁰ SENGHOR, O caminho africano do socialismo, p. 81-86.

Por trás dessa definição de um método negro-africano repousa, naturalmente, uma definição de quem seja o “negro-africano”. E, aqui, a importância do contexto para as formulações políticas ressalta ainda mais fortemente, já que Senghor abandona uma perspectiva continental ou estritamente racial para tentar instituir uma unidade histórica e cultural ao território dentro de cujas fronteiras projeta sua atuação política.

É verdade que a África Ocidental não é habitada somente por negros. Êstes, sejam “negros marginais” como os peulos [*sic*], os norte-sudaneses e o [*sic*] sul-sudaneses, os guineenses e os silvestres, são negros. Mas existem, ao lado desses, os berberes: os brancos. Não o negamos. Pelo contrário, a Federação do Mali orgulha-se de ser uma nação multirracial e orgulha-se mais ainda de ter integrado as contribuições culturais berberes, e, mesmo, dos árabes. Gostaria simplesmente de notar que os brancos — tuaregues de língua berbere e mouros de língua árabe — são “brancos marginais”. Como me disse um líder político mauritano, êle próprio mouro: “os mouros são berberes com uma alta percentagem de sangue negro”. Somos, portanto, negro-africanos com uma mistura de sangue berbere, como os franceses são gauleses com uma mistura de sangue nórdico e mediterrâneo. Sob a condição de aceitarmos o sangue e a cultura berbere — e nós os aceitamos — podemos chamar-nos negro-africanos, compreendendo que é somente uma aproximação. De fato, negro-berbere seria mais preciso.⁷¹

As circunstâncias históricas relacionadas a essa “mistura de sangue”, apesar de não bastarem para alcançar o objetivo da criação da nação, facilitam imensamente o trabalho:

Voltemos ao conceito de *Nação*. Devo começar lembrando que *nação* não é a mesma coisa que *pátria*. Ela não se fundamenta, como a pátria, em determinações naturais como a raça, a língua, a religião, a civilização. Sei perfeitamente que tôdas elas ajudam na formação de uma Nação e que a nação ideal seria aquela que coincidissem com a pátria. Sob esse ponto de vista, a criação do Mali foi favorecida por uma série de fatos propícios:

1. Oitenta por cento dos malianos pertencem à sub-raça norte-sudanesa.
2. Os mesmos malianos falam línguas que se classificam no grupo senegal-guineense ou no nigero-senegalês.
3. Vivem na mesma civilização norte-sudanesa.

⁷¹ *Ibid.*, p. 87-88.

4. Renegaram desde a Idade Média, na época dos grandes impérios — Gana, Mali e Songhai — o tribalismo, transcendendo as querelas de raça e religião.⁷²

Que língua, religião e civilização sejam entendidas, ao lado da raça, como determinações naturais é certamente um efeito desse nativismo que já aponte como característico do conjunto do nacionalismo africano das independências. De fato, se Senghor procura atualizar seu Teilhard de Chardin com as últimas novidades filosóficas, citando Gaston Bachelard e obras de divulgação culta recém-publicadas, baseia-se também fortemente numa certa tradição etnográfica, representada pelos administradores-etnógrafos franceses Maurice Delafosse e Marcel Griaule, pelo missionário belga Placide Tempels e pelo etnólogo alemão Leo Frobenius, a qual, por mais reabilitante que fosse em relação ao valor da cultura africana, estava muito próxima da empresa colonial, e permanecia ainda muito vinculada à ideia de que a civilização e a cultura são as expressões do gênio de uma raça.

Ainda mais interessante é notar como a ameaça sempre levantada do tribalismo é desta vez anulada pelo recurso a uma realização política remota do processo histórico africano. Com efeito, uma das funções mais importantes da caracterização da sociedade tradicional segundo Senghor parece ser exatamente a do aplastamento das clivagens sociais:

A sociedade negro-africana coloca mais ênfase no grupo que no indivíduo, mais na *solidariedade* do que na atividade e necessidades do indivíduo, mais na *comunhão* de pessoas que em sua autonomia. A nossa sociedade é *comunitária*. [...]

Guardemo-nos contra a crença de que a sociedade comunitária ignora a pessoa, quando negligencia o indivíduo. O indivíduo é, na Europa, o membro que se destaca dos outros e clama por sua autonomia para afirmar-se em sua originalidade básica. O membro da sociedade comunitária também pede sua autonomia para afirmar-se como um *ser*. Mas êle sente, êle pensa que sòmente pode desenvolver suas virtualidades, seu ser original na e pela sociedade, em união com todos os outros membros do grupo social, com todos os outros homens, realmente com todos os outros sêres do universo: Deus, animal, árvore ou pedra.⁷³

⁷² *Ibid.*, p. 100, grifos no original.

⁷³ *Ibid.*, p. 103-104, grifos no original.

O humanismo da sociedade tradicional africana seria assim uma derivação do pertencimento a uma entidade maior, à qual não é conferido um conteúdo preciso, mas amplas possibilidades de deslizamento (do grupo social ao universo inteiro), o que não deixa de ser muito conveniente em vista das incertezas políticas do momento em relação ao escopo territorial no qual se daria afinal a independência nos domínios franceses da África Ocidental. Em linha com essa apologia da unidade, Senghor refuta a existência de classes na sociedade africana contemporânea, embora, ao analisá-la, proceda a uma repartição em “grupos sociais” definidos basicamente por sua relação com o assalariamento (profissionais liberais e comerciantes, assalariados, camponeses e artesãos). Uma das mais importantes tarefas do Estado seria exatamente evitar a consolidação desses grupos em verdadeiras classes.

A maior parte do discurso de Senghor aos jovens partidários do PFA é efetivamente dedicado a problemas políticos presentes e muito concretos que só poderiam ser resolvidos no âmbito do Estado: a necessidade de formação de pessoal de nível médio e superior para permitir a tão requisitada africanização dos quadros administrativos, a forma precisa da descentralização política de modo a evitar o burocratismo, os acordos de cooperação com a França e a construção de uma Comunidade Francesa inspirada na *Commonwealth* britânica, os desafios da política africana regional, a relação com o capital internacional e com as instituições de crédito, o modelo de previdência social a ser instituído, a delimitação de um espaço de atuação para o sindicalismo, as margens aceitáveis para o exercício da oposição político-partidária, a diminuição da diferença do nível de renda entre camponeses e assalariados, o planejamento do investimento estatal em infraestrutura, agricultura, pesca, artesanato e criação de animais.

Trata-se, definitivamente, da construção de um “Estado moderno” cujo espelho ideal é uma “sociedade comunitária”. A tradição fornece, para Senghor, não um contraponto à modernização, mas um complemento necessário. Em termos da lógica de seu discurso, a tradição funciona como uma justificativa para escolhas políticas entre distintos modelos, igualmente modernos, de desenvolvimento. Essa sociedade comunitária será alcançada através da integração entre alguns aspectos do socialismo europeu, especialmente sua ética humanista, e os “valores tradicionais” africanos:

Esta integração é necessária, porque a nossa sociedade atual (1960) não é a sociedade negro-berbere da Idade Média, nem a sociedade da Europa contemporânea. Nossa sociedade atual é, de fato, uma sociedade original, com contribuições africanas e européias.⁷⁴

Se Senghor reconhece a dolorosa interrupção imposta pela conquista colonial ao desenvolvimento histórico da civilização negro-africana, não pretende por outro lado uma simples retomada, aliás impraticável:

Recolocada no seu contexto, a colonização aparecerá como um mal necessário, como uma necessidade histórica, de onde deve sair o bem, com a única condição de que nós, os colonizados de ontem, tenhamos consciência do que queremos. [...] Sem as mortes, particularmente sem as destruições árabes e européias, não há dúvida de que os negros-africanos e os berberes teriam criado na atualidade obras mais maduras e mais suculentas. Duvido que êles tivessem tão cedo absorvido o progresso ocasionado na Europa pela Renascença. [...]

A Europa, como a Arábia fez anteriormente, nos trouxe virtudes para preencher o vazio que ela provocou, sementes para semear nas cinzas das terras devastadas. Com o desenvolvimento das ciências, ela nos trouxe técnicas mais eficientes do que aquelas à nossa disposição; habilitou-nos a construir novas cidades sobre as ruínas da conquista.⁷⁵

Esse horizonte está bem distante, como se pode notar, de uma dicotomia modernizadores-tradicionais. Por outro lado, o texto de Senghor permite muito claramente localizá-lo em termos da distinção radicais-moderados que acredito ser mais pertinente para a análise do nacionalismo africano das independências. Ainda que ele tenha insistido que sua posição era a de um “socialismo africano”, não parece haver motivo para duvidar que o projeto de modernização concebido por Senghor não comportava nenhum tipo de ameaça aos interesses, metropolitanos e locais, estabelecidos durante a colonização, nem buscava reposicionar a economia do Senegal na rede mundial de trocas. Em parte, como ele mesmo afirma, essa posição conservadora derivava de uma cautela em não queimar desnecessariamente pontes com a antiga metrópole, e de sua avaliação das propostas defendidas pelos “radicais” como

⁷⁴ *Ibid.*, p. 102.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 92-93. A noção do colonialismo como “mal necessário” à modernização — que associa suas contribuições positivas a avanços técnicos, o novo sistema de Estados e à disseminação do Cristianismo e do Islã — é compartilhada por alguns acadêmicos africanos. Ver, por exemplo, BOAHEN, Albert Adu, **African perspectives on Colonialism**, Baltimore: Johns Hopkins University, 1987.

grandiloquentes mas irrealistas (por exemplo, um mercado comum africano quando as economias do continente eram muito mais competidoras que complementares) — no que, devemos admitir, ele tinha alguma dose de razão.

Condescendência da posteridade à parte, acredito ter podido demonstrar o quanto, mesmo entre suas formulações mais canônicas, a defesa da tradição africana era parte indissolúvel de um impulso modernizador. Não há espaço aqui para verificar se e como os conteúdos específicos dessa “tradição” divergiram em função das posições dos seus diferentes proponentes ao longo do espectro político, mas certamente alguns traços básicos se mantiveram — em especial a chamada “tese comunitária” e suas implicações sobre a análise da diferenciação social à época das independências, subscrita mesmo por alguns dos mais ferrenhos críticos do “socialismo africano”.⁷⁶

Tentei sugerir também que era no âmbito do Estado que as iniciativas concretas desses projetos de modernização podiam tomar corpo. No Senegal, assim como na maior parte da África, o sistema eleitoral multipartidário implantado logo a seguir à independência deu lugar a um regime de partido único — segundo Onésimo da Silveira, dos trinta e um países independentes na África subsaariana em 1976, apenas sete tinham sistemas multipartidários (dos quais quatro viviam sob regimes militares).⁷⁷ Isso gerou situações em que Estado e partido se confundiam na prática e nas representações, e em que o protagonismo sobre os rumos do desenvolvimento econômico e dos projetos de transformação social em geral permanecia, como nos tempos de luta pela independência, uma prerrogativa do partido. De tudo isso é importante reter que tanto o Estado quanto o partido eram em geral concebidos, conforme a “tese comunitária”, como uma representação ou uma emanção do povo ou da nação, as vinculações de classe dos seus incumbentes sendo sistematicamente obliteradas.⁷⁸ Ainda teremos ocasião de voltar a isso.

⁷⁶ Destaco duas boas análises contemporâneas do conjunto do “socialismo africano” e seus traços mais característicos: CHARLES, Bernard, *Le socialisme africain: mythes et réalités*, **Revue Française de Science Politique**, v. 15, n. 5, p. 856-884, 1965; e SPRINZAK, Ehud, *African traditional Socialism — a semantic analysis of political ideology*, **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 4, p. 629-647, 1973. Os usos da tradição africana por Kwame Nkrumah e Julius Nyerere, ambos decididamente muito mais à esquerda que Senghor, foram analisados por METZ, Steven, *In lieu of orthodoxy: the Socialist theories of Nkrumah and Nyerere*, **The Journal of Modern African Studies**, v. 20, n. 3, p. 377-392, 1982.

⁷⁷ SILVEIRA, *África ao sul do Sahara*, p. 122.

⁷⁸ Nos discursos dos nacionalistas e em parte da bibliografia acadêmica. O próprio Onésimo da Silveira acredita que o socialismo africano não era uma ideologia de classe, mas sim de partido único. Apesar de reconhecer a sub-representação da luta de classes nas formulações do socialismo africano, Silveira permanece concebendo o partido e o Estado como entidades que operam de forma autônoma em relação às origens de classe de seus quadros. *Ibid.*, p. 24-25 et passim.

3.4 Histórias de tribos

Em termos discursivos, a diferença entre o conjunto dos nacionalistas que assumiram, em algum momento de suas carreiras políticas, um projeto radical e formulações como as de Senghor não residem tanto na caracterização que fazem da “sociedade africana tradicional” e dos valores morais que ela teria supostamente legado aos africanos empenhados na construção de novos Estados nacionais, mas nas implicações políticas que eles fazem daí derivar, em aspectos por vezes bastante pragmáticos. Afirmar, algumas páginas atrás, que não havia muitas possibilidades de não se levar em conta a etnicidade e suas possibilidades de utilização política no contexto das independências africanas. Nesta seção, pretendo apresentar uma pequena amostra de discursos nacionalistas sobre a etnicidade e sua relação com a tarefa de construir uma nova nação no antigo território colonial. Longe de se pretender exaustiva, essa amostra entretanto bastará, acredito, para inventariar os conjuntos de significados e valores atribuídos à tribo no corpo textual do nacionalismo africano das independências.

Antes de mais nada, é preciso destacar que a etnicidade assume nesses discursos quase sempre seu avatar “tribal”, especialmente em contextos de língua inglesa (mas não só). À parte a relativa homogeneidade de vocabulário, a “tribo” ou a “sociedade tribal” podem aparecer, nas enunciações nacionalistas, de muitas maneiras distintas.

A primeira delas é como a forma básica de organização da “sociedade tradicional” africana, que empresta a ela, por conseguinte, boa parte de suas características, revestindo-a de uma valoração moral francamente positiva. Essa transição conceitual, que envolve ainda como elemento intermediário “os africanos”, é apresentada de modo exemplar pelo primeiro Presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda.⁷⁹ Kaunda fez publicar, em 1968, sua correspondência com Colin Morris, líder de uma congregação branca local que havia, desde antes da independência, falado publicamente contra a discriminação racial na então Rodésia do Norte:

Até certo ponto, nós, os africanos, sempre tivemos o dom de apreciar o homem em si mesmo. Esse dom está no coração de nossa cultura tradicional. Mas no presente, nos parece possível que isso que descobrimos seja um

⁷⁹ De origem protestante (filho de um pastor africano ligado à missão escocesa e mais tarde professor primário nas escolas das missões presbiterianas do interior), transitou, em sua carreira política, de uma posição moderada muito marcada pelo Cristianismo para um crescente comprometimento com uma postura e com alianças regionais “radicais”, o que pode ser resultado da posição geopolítica da Zâmbia na “linha de frente” continental contra o apartheid. Kaunda permaneceu na presidência até 1991, quando foi derrotado em uma eleição presidencial.

exemplo para o mundo inteiro. Que o Ocidente tenha sua tecnologia e a Ásia seu misticismo! O dom da África à cultura mundial deve ser no domínio das relações humanas.

[...]

[...] Penso que dois elementos tiveram um papel na constituição disso que poderíamos chamar de a filosofia africana do homem. A saber: a relação da África com a natureza, e o impacto psicológico de séculos de vida no interior de uma sociedade tribal.⁸⁰

Esse tipo de organização social, que teria marcado tão profundamente a África, é definida por Kaunda através de três características, todas de âmbito moral:

A comunidade tribal era uma sociedade mutualística. Ela era organizada de modo a satisfazer as necessidades humanas de todos os seus membros, e, por consequência, o individualismo não era encorajado. [...]

A comunidade tribal era uma sociedade acolhedora. Ela não tinha em conta fracassos, no sentido absoluto desta palavra. [...] Nas melhores sociedades tribais, as pessoas não eram apreciadas em função daquilo que eram capazes de fazer, mas simplesmente porque estavam lá.

[...]

[...] Os especialistas têm todo tipo de critério para determinar o grau de civilização de um povo. Meu critério pessoal, ei-lo: como é que esta sociedade trata seus idosos, e mais ainda, todos aqueles dentre seus membros que não são úteis e produtivos no sentido estrito do termo?

[...] Em terceiro lugar, a comunidade tribal é uma sociedade inclusiva. [...] Eu descreveria a sociedade industrial como uma sociedade exclusiva, porque as responsabilidades de seus membros são amiúde limitadas à sua própria família.⁸¹

Vemos como o humanismo anti-individualista que Senghor atribuía à tradição é integralmente transferido para a tribo, a qual pode ser ainda eximida das costumeiras qualificações de “primitiva” e “caótica”, por força da “atividade perseverante dos etnólogos”. Aqui, não se

⁸⁰ KAUNDA, Kenneth D., **Une politique pour l'homme en Afrique: lettres adressées au Pasteur Colin Morris**, Paris: Les Bergers et les Mages, 1970, p. 20-21 (a edição original, em inglês, é intitulada *A humanist in Africa*).

⁸¹ *Ibid.*, p. 24-27.

trata provavelmente da tradição etnográfica colonial na qual se inspirava Senghor, mas de uma corrente da antropologia britânica inaugurada pelos trabalhos de Edward E. Evans-Pritchard nas décadas de 1930 e 1940.⁸² De toda forma, fica patente quais são os aspectos atribuídos à tribo que Kaunda deseja ver erigidos em princípios organizadores da nova coletividade nacional: a realização humana para todos, o suporte àqueles não diretamente vinculados à produção econômica, e um sentido de responsabilidade dirigido ao conjunto da sociedade, mais que a suas unidades menores, vivenciadas de forma mais imediata.

Mas se a tribo é a depositária milenar dos valores morais que orientarão a construção da nação moderna na África, para alguns intelectuais africanos o embate com a situação colonial, especialmente nos campos da educação, do comportamento e da cultura, cria uma espécie de insegurança civilizacional que pode vir a ser uma ameaça existencial aos futuros cidadãos. Esse equilíbrio instável entre dois mundos é descrito pelo nacionalista queniano Tom Mboya:

Os missionários ensinaram aos africanos a depreciar sua cultura tribal, sustentando que esta estava em contradição com o mundo moderno. Não se fez nenhum esforço para averiguar o que era bom, ou indicar aos potenciais dirigentes de uma comunidade de que forma podiam ser modificados determinados costumes a fim de que se adaptassem às mudanças que haviam ocorrido no mundo. A única coisa que se ensinava às pessoas era o comportamento social dos europeus e a forma como viviam os trabalhadores, sem referência alguma aos costumes africanos. Isso criou um sério conflito nas mentes dos pouco sofisticados africanos em termos de se deviam continuar sendo tribais ou se deviam aceitar o modo de vida europeu.⁸³

A apreciação dos africanos como “pouco sofisticados” pode destoar das formulações de Kaunda e de Senghor, que procuram sempre desmentir a visão europeia da insuficiência da

⁸² Especialmente FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (Orgs.), **Sistemas políticos africanos**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 (a publicação original é de 1940). Muitos antropólogos britânicos eram sul-africanos de nascimento, como, por exemplo, Max Gluckman, principal articulador, no fim da década de 1940, do grupo que ficou conhecido como Escola de Manchester. Boa parte do campo desses antropólogos estava localizado nas colônias britânicas da África Austral, incluindo a Rodésia do Norte, que se tornaria a Zâmbia em 1965.

⁸³ MBOYA, Tom, **Libertad y futuro**, Barcelona: Ariel, 1965, p. 96 (a edição original, em inglês, é de 1963). Mboya vinha de uma família camponesa empregada em um empreendimento colonial de plantação de sisal para exportação. Recebeu educação católica e em seguida migrou para a capital, Nairobi, onde iniciou uma carreira no funcionalismo público como inspetor sanitário. Mboya ingressou no movimento sindical e mais tarde no nacionalismo, sendo um dos fundadores da *Kenya African National Union* (União Nacional Africana do Quênia, KANU). Foi parlamentar e Ministro da Economia, tendo formulado princípios de governo que se referenciavam no “socialismo africano” (no caso do Quênia como no de grande parte da África, essa referência não era um indício de radicalismo, muito pelo contrário). Mboya foi assassinado em 1969, quando se cogitava sua candidatura à presidência da república.

razão africana com o apelo a uma outra racionalidade ou a uma outra sensibilidade, mas no essencial há acordo quanto ao papel desestruturante do colonialismo sobre os modos de vida na África e sobre a necessidade de se encontrar uma nova plataforma para o desenvolvimento futuro. Para Kaunda, essa indefinição existencial, proposta inicialmente por Senghor, ainda que incômoda, está mesmo na base do impulso modernizador na África:

O debate sobre a *négritude* chamou a atenção para o fato de que a questão que se coloca ainda em toda a África negra é: “quem sou eu?” — É a procura de um nível de experiência que não seja nem uma importação colonial, nem uma herança do passado tribal; é o esforço para descobrir o que significa ser um africano moderno.⁸⁴

Ou, nas palavras um pouco menos articuladas de alguém no extremo oposto do espectro político, Moïse Tshombe, presidente do Katanga enquanto durou a secessão dessa província congoleza:

A África negra possui um grande dinamismo latente, mas não encontrou ainda os seus meios de expressão.

Nós devemos construir a partir das nossas tradições, para erigir uma África que será bastante moderna, mas ficando do mesmo modo africana.

[...]

Os intelectuais africanos e Senghor, o presidente senegalês, lançaram a ideia de um “socialismo africano”.

Eu creio que é dentro desta orientação que é preciso procurar.⁸⁵

Nesta outra acepção, a África tradicional, por idílica que seja retratada, já não responde às necessidades políticas do presente. Seu tempo definitivamente passou, em confronto com as

⁸⁴ KAUNDA, *Une politique pour l'homme*, p. 64.

⁸⁵ TSHOMBÉ, Moisés, *Auto-biografia de quinze meses no governo do Congo*, Lisboa: Galeria Panorama, 1976, p. 68. Tshombe foi uma das poucas unanimidades na África dos anos de 1960. Principal africano responsável pela deflagração da crise do Congo, em junho de 1960, e pessoalmente envolvido no assassinato do Primeiro-Ministro Patrice Lumumba, era odiado por todos, moderados e radicais, por ser considerado um mero marionete dos belgas. Chegou a ocupar o posto de Primeiro-Ministro, entre 1964 e 1965, em um governo de conciliação, interrompido por um golpe militar que consolidou no poder o chefe das forças armadas, Joseph-Désiré Mobutu. Em 1967, Tshombe teve o avião em que viajava sequestrado e desviado para Argel, onde ficou preso até sua morte, dois anos depois. Filho de um empresário que entrara, por casamento, para a família real do antigo império da Lunda, recebeu educação protestante em uma missão estadunidense. Trabalhou como contador e mais tarde abriu uma cadeia de lojas, antes de fundar a *Confédération des Associations Tribales du Katanga* (Confederação das Associações Tribais do Katanga, Conakat) e ingressar na política nacionalista.

novas demandas, inclusive a demanda por um novo estar no mundo, instauradas pela situação colonial. Para que seja possível construir a África moderna, é preciso operar uma apropriação seletiva sobre a experiência tribal que seria característica da tradição. Por vezes, essa necessidade é justificada pela própria marcha da história. Em um nível metafísico, essa trajetória é entendida como o processo inexorável do desenvolvimento do espírito humano, à moda hegeliana (o que permite, como vimos nas cartas de Kaunda, falar de distintas contribuições dos diferentes continentes — em última instância, distintas contribuições das diferentes raças); em um nível mais empírico, ela é expressa pela crescente complexificação das formações sociopolíticas. Esse ponto é exemplificado por Julius Nyerere, primeiro Presidente da Tanzânia.⁸⁶ Em uma conferência proferida em 1964 na Universidade Colúmbia, em Nova York, ele explica a reunião de famílias ou outros grupos pequenos em tribos, nas quais a exposição à natureza e a possibilidade de conflitos entre aldeias seria diminuída, como um primeiro passo nessa trajetória. Fazendo uma composição algo eclética de perspectivas hobbesianas e rousseauianas, Nyerere afirma:

Uma vez que as famílias ou os grupos de pessoas tenham conseguido estabelecer um relacionamento interno satisfatório na base da lei e da autoridade, seu contato com outros muda de forma. Sua própria sociedade se torna uma unidade em relação ao mundo externo, e todas as complicações do contato humano são renovadas nos contatos entre sociedades — com o problema adicional do pertencimento múltiplo à unidade. Mas os mesmos princípios se aplicam. As guerras tribais, ou seja as guerras entre diferentes sociedades, que marcaram a África no passado, foram agora substituídas por sistemas de leis e autoridade que abarcam os membros de muitos grupos tribais. Os conflitos resultantes do contato entre membros de diferentes tribos não acabaram completamente, mas a autoridade soberana que havia sido previamente transferida do indivíduo para a unidade tribal foi agora transferida para o grupo mais amplo — a nação. É isso que permitiu que a paz fosse estendida sobre uma área mais abrangente.

⁸⁶ Filho de um chefe político africano, Nyerere teve acesso ao ensino primário e secundário nas melhores escolas mantidas pela administração colonial, e recebeu uma bolsa de estudos para cursar o nível superior no prestigioso *Makerere College*, em Uganda (uma das instituições descritas por Ranger em seu artigo sobre a invenção da tradição colonial). Depois de um curto período como professor secundário no Tanganica, viajou para Edimburgo, onde cursou um mestrado em história e economia. De volta ao seu país, tornou-se professor universitário e fundou a *Tanganyika African National Union* (União Africana Nacional do Tanganica, TANU). Nyerere também iniciou sua carreira a partir de uma posição mais moderada, influenciado pelo socialismo fabiano com o qual entrara em contato na Escócia. Desde a independência, apoiou de variadas formas os movimentos que lutavam contra o colonialismo português e o apartheid no sul do continente, radicalizando progressivamente seu discurso. A partir de 1967, liderou a adoção pela Tanzânia de um modelo de desenvolvimento estatal de inspiração chinesa. Deixou a presidência em 1985, legendo seu sucessor.

Todos os Estados-nação modernos se desenvolveram a partir desse tipo de grupos pequenos e possivelmente conflitantes. Todos eles desenvolveram combinações diferentes de força e compromisso, mas cada um deles é agora o repositório da soberania que um indivíduo cede quando entra na sociedade.⁸⁷

Mas não se pode deixar de notar que, vendo as coisas por outro lado, seria perfeitamente possível prescindir da tribo e ainda assim afirmar a autonomia e a validade de um processo civilizatório africano. É precisamente o que faz Sékou Touré, a partir de uma abordagem de inspiração marxista:

Se remontamos às origens, observamos, e este é um fato fundamental, que antes do desenvolvimento dos meios criados pelo homem para satisfazer suas diversas necessidades, toda sociedade obedeceu às leis de um desenvolvimento vertical que respondia, em cada caso, às exigências de sua história regida ao mesmo tempo pela qualidade de suas relações com a natureza e pelas relações econômicas, sociais e políticas que se estabeleciam em seu seio. Isto quer dizer que os povos africanos existiram, da mesma forma que todos os outros povos, bem antes da intervenção de elementos exógenos, tais como o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. [...] Essa existência se traduz, ao curso da evolução vertical das sociedades africanas, pela elaboração de estruturas sociais de natureza material, moral, cultural e política cujo conjunto constituía uma civilização e uma cultura nascidas da própria atividade dessas sociedades e que formava a base continuamente alargada e enriquecida sobre a qual se perseguia a sua evolução.⁸⁸

Essa preferência de Touré por falar de “povos” em vez de “tribos”, e de recusar às formações sociopolíticas do passado africano uma especificidade “tribal” em comparação ao resto do globo, antes ressaltando sua heterogeneidade e sua capacidade de evoluir endogenamente a partir de suas relações internas e com o mundo natural, tem também implicações sobre a interpretação do significado da colonização e de seus impactos:

⁸⁷ NYERERE, Julius K., **Freedom and unity, Uhuru na Umoja: a selection from writings and speeches, 1952-1965**, London: Oxford University, 1967, p. 269-270.

⁸⁸ TOURÉ, Ahmed Sékou, **L’Afrique et la révolution**, Paris: Présence Africaine, 1966, p. 16.

Em seu conjunto, as consequências gerais da intervenção imperialista são incalculáveis; já o tráfico de escravos que precedeu a ocupação colonial operou uma punção demográfica avaliada entre 100 e 150 milhões de homens. [...] Depois, a invasão propriamente dita aporta seu cortejo de massacres, fomes, doenças, ao tempo em que acarreta deslocamentos massivos de populações.

[...]

[...] Sem abandonar seus métodos de exploração, o colonialismo francês se engaja na via da assimilação a fim de melhor assegurar a perenidade de sua dominação e de ampliar suas possibilidades. Para isso, tratava-se de mascarar a servidão que pesava sobre nossos povos sob um aparente liberalismo, totalmente teórico aliás, mas que favorecia a divisão das populações e acirrava os antagonismos e as contradições que daí resultavam.⁸⁹

Para Touré, portanto, é mais a política de assimilação colonial que as formas sociopolíticas do passado pré-colonial que cria linhas divisivas nas sociedades africanas em vias de se tornarem independentes. A questão existencial com a qual supostamente se defrontariam todos os africanos, colocada por Mboya e Kaunda, parece ser, para Touré, um problema localizado, vivenciado apenas por uma pequena parcela da população, precisamente aquela formada em instituições educacionais de formato europeu. Ao mesmo tempo, ele empenha-se numa luta ferrenha contra certas formas de pensar correntes entre seus conterrâneos, em um esforço racionalista que considera necessário para o desenvolvimento da Guiné independente. A aquisição dessa racionalidade seria especialmente importante para os militantes do seu *Parti Démocratique de Guinée* (Partido Democrático da Guiné, PDG) — comentando, através da rádio, a inauguração da Escola de Quadros do partido, Touré ressalta:

Descartando todo dogmatismo, a Escola de Quadros deve combater sistematicamente no domínio da cultura e na condução da ação coletiva dos militantes todas as formas de mistificação, todas as manifestações de superstição e de irresponsabilidade.⁹⁰

⁸⁹ *Ibid.*, p. 18-19.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 10.

Essa nova forma de pensar, livre de mistificações, seria ademais um dos prerequisites da possibilidade de o desenvolvimento histórico da Guiné excluir a “fase capitalista”, como Touré especifica em outra oportunidade:

A educação cívica, a formação ideológica socialista em vista do desenvolvimento contínuo da consciência política do povo são os principais meios para liquidar progressivamente as velhas mentalidades individualistas e feudais e conferir ao homem um sentido social progressista, uma vontade criativa e perspectivas seguras de felicidade coletiva.⁹¹

Em oposição direta a Senghor, a superação do individualismo e o caráter socialista da sociedade africana orientam-se em Touré para a construção criativa do futuro, e não para a recuperação de um legado do passado. Mas, seja ou não a tribo uma herança remota, e quaisquer que sejam os conteúdos pretéritos associadas a ela, sua realidade presente e seu caráter de obstáculo ao nacionalismo não parecem suscitar muitas controvérsias. Assim como Nyerere, também Touré concorda com a necessidade de superação de lealdades locais pelo império da lei representado pela nova coletividade política nacional. Em um discurso dirigido à totalidade de seus concidadãos, em 1º de janeiro de 1959, ele afirma categoricamente:

O Escritório Político do Partido Democrático da Guiné convida todos os elementos conscientes da República da Guiné a favorecer o desenvolvimento desta unidade [nacional] e a combater sistematicamente e vigorosamente todos aqueles que advoguem concepções irracionais de caráter étnico, regionalista, religioso ou racial.

Na Guiné, não deve existir nem sosso, nem malinquê, nem kissi, nem jalofo, nem baúle, mas somente seres humanos que não saberão ter uma responsabilidade pessoal quanto ao lugar de seu nascimento.

Esses homens, sejam quais forem sua raça ou sua religião, podem e devem contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural da República da Guiné e se beneficiar, em seu solo, de todas as garantias de segurança e de bem-estar. [...] ⁹²

Tom Mboya, ao refletir sobre a realidade queniana, apresenta uma reflexão semelhante, do ponto de vista da consciência individual:

⁹¹ *Ibid.*, p. 115.

⁹² TOURÉ, Ahmed Sékou, **La Guinée et l'émancipation africaine: l'action politique du Parti Démocratique de Guinée**, Paris: Présence Africaine, 1959, p. 8-9.

O homem que trata de viver imerso no ambiente de sua tribo, não tanto por repetir seus costumes quanto por estabelecer uma discriminação frente a outras tribos, é um representante do tipo de tribalismo com o qual a África deve tomar muito cuidado. O luó que acha que nada de bom pode vir de outras tribos ou protege outra pessoa simplesmente porque é luó; o quicuio que acha ser conveniente reunir-se com outros quicuios e não valoriza o mérito e a habilidade de outras pessoas porque não pertencem a sua tribo: esse é o tribalismo negativo que não promove a unidade. Que tenhamos nascido em tribos distintas é uma realidade que não podemos mudar, mas me recuso a crer que, pelo simples fato de que nossas tribos tenham costumes e culturas diferentes não possamos criar uma comunidade ou uma nação africana.⁹³

Ou, em termos políticos, nas palavras de Kenneth Kaunda:

À exceção de certos reinos tradicionais como o Axânti, o Buganda, o Barotse ou o Zulu, a unidade de base na África parece ter sido a tribo, que, longe de propiciar um sentimento de unidade com seus vizinhos, os considerava amiúde como inimigos mortais. O nacionalismo africano não teve sempre a vantagem de uma língua e de uma cultura comuns que agissem como fatores de coesão para manter as pessoas unidas.⁹⁴

Essa superação de uma identificação “tribal” (muitas vezes caracterizada como conflituosa por natureza) é obviamente percebida como uma das principais tarefas das organizações nacionalistas, e isso desde antes da independência. Kaunda enaltece o potencial regenerador do nacionalismo, uma ideologia que “desfez muito do mal provocado pelas ambiguidades do colonialismo; emprestou à nossa gente o respeito por si mesma e lhe deu o sentimento de se identificar com a nação nova”.⁹⁵ Mas o papel do partido é mais bem ressaltado por Nyerere. Em 1955, por exemplo, em um discurso frente à Comissão dos Territórios sob Mandato da ONU, a propósito dos argumentos da administração britânica contra o estabelecimento de um calendário para a emancipação do Tanganica, ele afirma:

⁹³ MBOYA, *Libertad y futuro*, p. 97.

⁹⁴ KAUNDA, *Une politique pour l'homme*, p. 95.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 58.

Outro objetivo da União [Nacional Africana do Tanganica, TANU] é construir uma consciência nacional entre os povos africanos no Tanganica. Tem sido dito — e é basicamente verdade — que o Tanganica é tribal, e nós compreendemos que precisamos quebrar essa consciência tribal no seio das pessoas e construir uma consciência nacional.⁹⁶

Para Mboya, a superação do tribalismo está ligada à própria organização da luta política anticolonial, que precisa assumir lógicas meritocráticas de liderança, desvinculadas das formas de autoridade baseadas no status e no nascimento; em outras palavras, das lealdades “tribais”:

O movimento sindical pode constituir-se como um instrumento de educação contra o tribalismo negativo, inclusive entre os analfabetos. Mas talvez a arma mais efetiva de todas seja o partido político, no qual todo mundo está mobilizado para a luta, seja qual for sua tribo ou língua, e cuja liderança é assumida pela pessoa que realmente merece.⁹⁷

Como instrumento para a obtenção de uma unidade nacional, a luta contra o tribalismo é em princípio voltada para dentro, circunscrita pelas fronteiras artificiais traçadas durante a conquista militar europeia e que determinaram o território da nação a construir. Há, entretanto, uma outra interface, voltada para a totalidade do continente. Com efeito, dentre os objetivos e metas enumerados pelo documento de constituição do *Convention People's Party* (Partido da Convenção do Povo, CPP), de Gana, constam:

⁹⁶ NYERERE, **Freedom and unity**, p. 38-39.

⁹⁷ MBOYA, **Libertad y futuro**, p. 98.

[No âmbito nacional:]

(III) Assegurar e manter a completa unidade do povo da Colônia, de Axânti, dos Territórios Setentrionais e das regiões do Transvolta e da Togolândia.

[...]

[No âmbito internacional:]

(I) Trabalhar com outros movimentos nacionalistas democráticos e socialistas na África e em outros continentes, com vistas a abolir o imperialismo, o racialismo, o tribalismo e todas as formas de opressão e desigualdade econômica racial e nacional entre nações, raças e povos, e apoiar todas as ações em favor da paz mundial.⁹⁸

Nessa mesma linha, somos informados que:

O principal propósito da Conferência dos Povos Africanos a ser celebrada em Acra, Gana, em dezembro de 1958, será formular planos concretos e conceber táticas e estratégias gandhianas da Revolução Africana Não-Violenta com relação a:

1. Colonialismo e imperialismo
2. Racialismo e leis e práticas discriminatórias
3. Tribalismo e separatismo religioso
4. A posição da chefia sob:
 - (a) O regime colonial
 - (b) Um sociedade democrática livre⁹⁹

Sem surpresa, os representantes dos nacionalistas reunidos na conferência “condenam o racialismo e o tribalismo onde quer que existam e trabalham para sua erradicação”.¹⁰⁰

É importante observar que essa orientação continental é claramente o reflexo da política de unidade pan-africana de Kwame Nkrumah, primeiro Presidente do Gana.¹⁰¹ Essa política tinha

⁹⁸ NKRUMAH, Kwame, **Revolutionary path**, New York: International Publishers, 1973, p. 58-59.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 132.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 131.

¹⁰¹ Kwame Nkrumah nasceu em uma pequena vila da Costa do Ouro e frequentou uma escola privada de elite na capital da colônia. Trabalhou como professor e seguiu para os Estados Unidos onde cursou o ensino superior e dois mestrados, um em Ciência da Educação e outro em Filosofia. Envolveu-se com o movimento

uma razão estratégica, enunciada já em 1947, em um panfleto distribuído nos meios estudantis africanos em Londres:

A base de dependência territorial colonial é econômica, mas a base da solução do problema é política. Dessa forma, a independência política é um passo indispensável para assegurar a emancipação econômica. Este ponto de vista conclama a uma aliança de todos os territórios e dependências coloniais. Todas as diferenças provinciais e tribais devem ser completamente desmanteladas. Ao operar sobre diferenças tribais e sobre o provincianismo colonial, a antiga política das potências de “dividir para dominar” foi aprimorada, ao passo que o movimento de independência nacional do jugo colonial foi obstruído e mistificado.¹⁰²

Mas repousava também sobre uma concepção de nação africana baseada na raça, que permaneceu um sonho acalentado mesmo depois de sua remoção forçada do poder no país que havia ajudado a tornar independente. Em um de seus últimos livros, Nkrumah escreve:

A África é o centro da revolução do Mundo Negro; enquanto não for unificada sob a direção de um governo socialista, os homens negros do mundo inteiro não terão uma nacionalidade. É à volta da luta dos povos africanos pela libertação e unidade do continente tomará forma uma autêntica cultura negro-africana. [...] Um Estado pode existir sobre bases multinacionais; porque é a economia que reúne os indivíduos num mesmo território. É nesta base que os Africanos de hoje se reconhecem a si próprios potencialmente como uma nação, cujo domínio é todo o continente africano.¹⁰³

negro nos Estados Unidos e seguiu para Londres em 1945, a ponto de ajudar a organizar o V Congresso Pan-Africano. Voltou à Costa do Ouro em 1947 e integrou-se imediatamente nos partidos políticos locais. Comandou a maior parte da transição e proclamou a independência em 1957, mudando o nome do país para Gana. Depois de ser derrubado por um golpe, em 1965, foi designado por Sékou Touré copresidente da Guiné-Conacri, cargo simbólico que ocupou até sua morte, em 1972.

¹⁰² NKURUMAH, Kwame, **Towards colonial freedom : Africa in the struggle against world imperialism**, London: Heinemann, 1962, p. xiii-xiv.

¹⁰³ NKURUMAH, Kwame, **A luta de classes em África**, 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977, p. 106-107. Nkrumah, tal como Touré, não menciona a “tribo” ao caracterizar a sociedade africana tradicional — nem em seus primeiros livros, em que aderiu à tese de um passado africano comunitário e humanístico, nem mais tarde, quando passou a admitir, após sua deposição, a existência de classes e conflitos sociais como dado fundamental da realidade africana em todos os tempos. Por outro lado, concebia o momento africano como um encontro potencialmente desencaminhador da “personalidade africana” com valores civilizacionais exógenos, introduzidos no continente por diferentes levas de invasores. Essa noção é expressa de forma particularmente clara no livro *Conscientismo*, escrito em 1964, uma tentativa de estabelecer uma orientação filosófica para suas opções políticas (muito como tinha feito Senghor em relação à *négritude*). O conscientismo seria “o mapa, em termos intelectuais, da disposição de forças que permitirá à sociedade africana digerir os elementos ocidentais, islâmicos e eurocristãos, e desenvolvê-los de tal forma que se

A posição de Nkrumah a favor de uma unidade política concreta em nível continental constituiu um polo e uma referência para muitos nacionalistas, mas nunca chegou a ser colocada na arena do debate como uma possibilidade prática a não ser em um prazo extremamente estendido. A maior parte dos atores políticos africanos concentrou-se, de fato, nos territórios herdados da partilha, por mais artificiais que fossem. A ideia de um inimigo comum representado pelo racismo e pela dominação colonial, entretanto, que vinha do pan-africanismo, foi reapropriada como instrumento de unidade no nível mais restrito de cada território, como ressalta Kaunda em sua correspondência:

Na África, o colonialismo forneceu um inimigo comum cômodo, mesmo quando ele não era belicoso, contra o qual um povo tradicionalmente dividido por fatores tribais, linguísticos e regionais pôde realizar sua unidade.¹⁰⁴

Se a mera existência de um inimigo comum, na figura da administração colonial, propiciava a unidade, suas ações no terreno podiam, com frequência, ser orientadas no sentido de fomentar antagonismos vários, e em especial os que se referenciavam em identidades étnicas, o que foi muito amiúde denunciado nos discursos dos nacionalistas, antes e depois das independências. O funcionamento dessa tática de dividir para dominar é bem resumido por Mboya:

As potências coloniais europeias, e inclusive os missionários, fomentaram durante um longo tempo o antagonismo tribal. Era mais fácil influenciar as pessoas se podiam lançar mão de uma tribo dócil contra outra hostil. [...] Devemos também ter cuidado com essas pessoas, entre as quais se contam os representantes das potências coloniais nos últimos estágios, que procuram fomentar as hostilidades tribais de outrora.

[...]

Quando um dirigente se sente inseguro no plano nacional, chega à conclusão de que o único apoio com que conta é a sua tribo: assim, cria um antagonismo deste tipo a fim de converter-se pelo menos em um de seus chefes.¹⁰⁵

adaptem à personalidade africana. A personalidade africana se define por sua vez pelo conjunto de princípios humanistas subjacentes à sociedade africana tradicional. O conscientismo filosófico é o ponto de vista filosófico que, começando pelo conteúdo atual da consciência africana, indica o caminho por meio do qual o conflito nessa consciência é forjado em progresso". NKRUH, Kwame, **Consciencism: Philosophy and ideology for de-colonization**, [New York]: Modern Reader, 1970, p. 79.

¹⁰⁴ KAUNDA, **Une politique pour l'homme**, p. 59.

¹⁰⁵ MBOYA, **Libertad y futuro**, p. 98.

Em um editorial do *Accra Evening News* (*Noticiário Vespertino de Acra*) de 18 de março de 1949, Nkrumah já advertia:

Enquanto continuarmos a viver sob uma potência estrangeira, esta potência sempre utilizará os meios a seu dispor para nos “dividir e dominar”. Um grupo foi favorecido com um interesse na atual ordem das coisas, e portanto olha para o movimento de libertação nacional com desprezo e contrariedade. Sutilmente e viciosamente, os imperialistas tentam colocar o povo contra os chefes, os chefes contra o povo, um povo contra outro, e líderes contra líderes!¹⁰⁶

O mesmo ponto é sublinhado por Touré:

Os colonialistas se apoiam e continuarão a se apoiar sobre a tática clássica de “dividir para reinar”. Eles se esforçam e se esforçarão em explorar sistematicamente as contradições africanas.

Eles trabalham e trabalharão para atrair para seu campo todos os elementos — políticos, feudalidades costumeiras, feudalidades religiosas — cujas atividades lhes ajudarão a manter seu sistema de exploração e de opressão.¹⁰⁷

Mas a prova de fogo viria mesmo depois da independência. “Estamos engajados em uma luta de morte para preservar nossa integridade nacional e evitar a balcanização do regionalismo e do tribalismo”, asseverava Kaunda a seu correspondente.¹⁰⁸ É muito provável que ele tivesse em mente as feridas abertas, e ainda não sanadas, pela crise do Congo. Com efeito, ao enumerar algumas formas que podem ser assumidas pelo neocolonialismo, ele não se esquece de incluir a seguinte:

Excitação das rivalidades tribais e pessoais que destroem a unidade nacional, seja pela imposição de uma constituição na altura da independência que reforce o tribalismo e o racismo, ou pela corrupção pura e simples de elementos descontentes no interior do Estado.¹⁰⁹

Essa é praticamente uma lista das manobras executadas pela Bélgica entre 1959 e 1961 para garantir a continuidade de seu controle sobre a exploração mineira na colônia que lhe ia

¹⁰⁶ NKUMAH, *Revolutionary path*, p. 80-81.

¹⁰⁷ TOURÉ, *La Guinée et l'émancipation africaine*, p. 33. “Feudalidades” são aqui as autoridades africanas locais, utilizadas como intermediárias pela administração colonial francesa.

¹⁰⁸ KAUNDA, *Une politique pour l'homme*, p. 86.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 141.

escapando das mãos. Em primeiro lugar, a proposta de uma constituição federativa, que dava amplos poderes às administrações regionais e enfraquecia a legitimidade do governo central, e a adoção final de uma constituição totalmente decalcada da constituição belga, o que permitiu os golpes e contragolpes e instaurou uma insegurança jurídica completa no país; em segundo lugar, o incitamento a confrontações de cunho racial (com a organização em milícias armadas de colonos brancos); em terceiro lugar, a promoção da secessões de duas províncias (primeiro o Katanga, e mais tarde o Kasai do Sul), contando para isso com a estreita colaboração de atores políticos que baseavam sua legitimidade em seu pertencimento pessoal a famílias reais de entidades políticas pré-coloniais (respectivamente o império da Lunda e o reino Luba); finalmente, a intervenção militar direta a pretexto de proteger os cidadãos belgas residentes no Congo do ódio racial que a própria administração colonial havia contribuído para acirrar.¹¹⁰ Manobras que tornaram vãos os apelos de Patrice Émery Lumumba por uma independência nos marcos do Estado de Direito, em termos muito semelhantes aos empregados por Touré.¹¹¹ Em seu pronunciamento na última sessão da Mesa Redonda em Bruxelas em que se acordou a data da independência, Lumumba afirma:

Quanto aos europeus vivendo no Congo, pedimos a eles que fiquem e ajudem o jovem Estado congolês a erigir seu vigor nacional. Precisamos de sua ajuda. Garantimos a eles a segurança de suas propriedades e de suas pessoas. É com sua colaboração que desejamos criar a nação congoleza, na qual todos encontrarão sua parcela de felicidade e realização.

[...]

O investimento de capital no Congo será respeitado, pois somos pessoas honestas. Quanto aos funcionários públicos que agora trabalham no Congo, pedimos que eles sirvam a nosso governo com a mesma lealdade com que serviram ao governo belga. Eles podem todos se orgulhar de sua contribuição humanitária a um trabalho de reconstrução nacional.

¹¹⁰ WITTE, **The assassination of Lumumba**, p. 1-45.

¹¹¹ Patrice Lumumba nasceu em uma família católica da província do Kasai, e frequentou escolas missionárias católicas e protestantes. Trabalhou como jornalista, como empregado administrativo de uma mineradora, e como empregado dos correios, e tornou-se um dos pouquíssimos congolezes oficialmente reconhecidos como “assimilados” pela administração colonial. Foi um dos fundadores do *Mouvement National Congolais* (Movimento Nacional Congolês, MNC) em 1956. Obtendo uma vitória significativa nas eleições parlamentares, tornou-se Primeiro Ministro com a independência. Durante o caos iniciado pela secessão do Katanga, foi destituído, aprisionado e posteriormente enviado pelo governo central ao governo secessionista do Katanga, que o executou imediatamente. Tornou-se um símbolo da soberania africana e, como tal, sua memória foi reivindicada inclusive pelos homens diretamente responsáveis por seu assassinato.

Como um Estado jovem, necessitaremos o aconselhamento e a assistência técnica da Bélgica. Esperamos sinceramente que essa assistência não seja recusada.

Apelamos fraternalmente para que a juventude democrática da Bélgica venha e sirva ao Estado congolês. Aqui vocês encontrarão uma nação fraternal necessitada de outros irmãos.

Quanto às chefaturas tribais, pedimos que reconheçam a necessidade de evolução e que cooperem com os líderes políticos na construção de seu país. Reservaremos a elas um lugar de honra em nossas futuras instituições.¹¹²

Diante da recusa de certas autoridades “tribais” de abdicarem das novas possibilidades que se abriam diante de seus olhos e de colaborarem com seu projeto de implantação de um Estado unitário no Congo — e da utilização política, pela antiga potência colonial, desse desacordo — Lumumba apelaria à juventude, não muitos meses depois, nos seguintes termos:

Hoje, no Congo livre e independente, não devemos ter uma juventude bângala, do Partido da Unidade Nacional, da Associação dos Bakongo, mukongo, batelela ou lokele, mas uma juventude unida, congoleza, nacionalista e democrática. Essa juventude trabalhará para a revolução social e econômica de nosso grande e amado país.

Vocês devem combater energicamente o tribalismo, que é um veneno, um flagelo social que é hoje o infortúnio desse país. Vocês devem combater todas as manobras separatistas, que alguns dos pregadores da política de divisão estão tentando fazer passar para pessoas jovens e inexperientes sob o nome de federalismo, federação ou confederação.¹¹³

No Estado africano recém-independente, a tribo é, ainda mais que durante os últimos anos do período colonial, o principal inimigo da nação. Se a meta do partido nacionalista era superar as identificações e lealdades com a tribo de modo a permitir a mobilização de grandes e heterogêneos contingentes populacionais para a luta pela emancipação política, agora a preocupação passa a ser, pelo contrário, evitar a mobilização de parcelas significativas da população por atores políticos que possam contestar o poder instituído. Não tanto com

¹¹² LUMUMBA, Patrice Émery, Statement at the closing session of the Belgo-Congolese Round Table Conference, February 20, 1960, in: **The Belgo-Congolese Round Table Conference**, Bruxelles: C. Van Cortenbergh, 1960, p. 43-44.

¹¹³ LUMUMBA, Patrice Émery, Address to Congolese youth, August, 1960, in: **Patrice Lumumba: fighter for Africa's freedom**, Moscoy: Progress, 1961, p. 33-36.

propósitos secessionistas (que foram, na verdade, bastante raros — mais frequentes eram tentativas de garantir a alocação de uma parcela maior de poder decisório nos níveis administrativos regionais), mas para competir pelo controle da máquina administrativa sobre a totalidade do território nacional. Não espanta, portanto, que a acusação de “tribalismo” tenha tido historicamente maior credibilidade quando foi lançada pelos representantes dos partidos no poder a seus adversários na oposição. É o caso, por exemplo, do Quênia, em que a *Kenya African Democratic Union* (União Democrática Africana do Quênia, KADU) funcionou como partido de oposição, advogando uma redistribuição de poder no nível provincial, até sua incorporação na governista KANU, em 1964. Escrevendo antes da fusão, entretanto, Mboya não hesita em apontar o dedo àqueles que em breve seriam seus correligionários:

o tribalismo constitui uma das diferenças básicas entre a KANU e a KADU, e talvez seja a origem dessas organizações. [...] A diferença entre a KANU e a KADU é a seguinte: enquanto a KANU admite que os sentimentos tribais existem, mas afirma que podem ser eliminados mediante uma liderança hábil e uma ação positiva, a KADU exagera a importância dos mesmos a fim de manter vivo o tribalismo.¹¹⁴

De forma semelhante, Kwame Nkrumah denuncia seus oponentes, aproximando-se, por um lado, de Mboya em seu julgamento de que o baixo nível geral de escolarização de seus concidadãos tornava-os suscetíveis a manipulações políticas, e, por outro, de Touré, ao queixar-se da pouca racionalidade envolvida no debate público:

Em um país que acaba de emergir do jugo colonial, há muitos males a endireitar, muitos problemas a resolver. [...] O fim da administração colonial em Gana nos deixou, além do mais, com um baixo nível de educação entre o grosso da população, e sem um sistema de educação universal. Um público como esse é facilmente presa de políticos inescrupulosos. É vulnerável a apelos demagógicos e prontamente explorável pela eloquência que emerge das emoções mais que da razão. Não foi difícil para a oposição descobrir terreno de insatisfação no qual plantar as sementes do ressentimento e da mágoa. Em Acra, eles trabalharam os sentimentos tribais do povo ga e os relacionaram à falta de moradias. Encorajaram a formação da Ga Shifimo

¹¹⁴ MBOYA, *Libertad y futuro*, p. 99. Para uma discussão da representatividade dos dois partidos em termos étnicos e as implicações disso para o processo político queniano, ver NDEGWA, Stephen N., *Citizenship and ethnicity: an examination of two transition moments in Kenyan politics*, *The American Political Science Review*, v. 91, n. 3, p. 599-616, 1997.

Kpee, uma organização estritamente tribal, em nossa capital, que estava rapidamente se tornando cosmopolita; eles fomentaram o separatismo em Axânti e a dissensão no norte.¹¹⁵

Seja o Estado ou o partido o agente responsável por orientar a construção da nação, o certo é que pareceu necessário a seus dirigentes incorporar em documentos formais o opróbrio da etnicidade como instrumento político ou como recurso identitário da ação social coletiva, em nome do igualitarismo. No documento que escreveu para orientar a comissão responsável pela instituição do regime de partido único no Tanganica, em 1964, por exemplo, Nyerere especifica:

A nação do Tanganica é inalteravelmente contrária à exploração de um homem por outro, de uma nação por outra, ou de um grupo por outro. É responsabilidade do Estado, portanto, exercer um papel ativo na luta contra o colonialismo onde quer que ele exista, e trabalhar para a unidade africana, para a paz mundial e para a cooperação internacional na base da igualdade e da liberdade humanas.

Em persecução a esses princípios certas políticas públicas devem necessariamente fornecer o escopo da atividade política, econômica e social:

[...]

(ii) Não deve haver discriminação alguma contra qualquer cidadão do Tanganica com base em raça, tribo, cor, sexo, crença ou religião. Temporariamente, isso não deve impedir que o governo ou qualquer outra autoridade apropriada tome medidas para corrigir quaisquer desigualdades que resultem de discriminação passada com base em qualquer um desses critérios.

(iii) Não deve haver propagação de ódio contra grupos, nem de qualquer política pública que faça emergir sentimentos de desrespeito por qualquer raça, tribo, sexo ou religião.¹¹⁶

Nkrumah também, ao avaliar sua própria atuação à frente do governo de Gana, faz questão de frisar:

¹¹⁵ NKROMAH, Kwame, **Africa must unite**, London: Panaf, 1963, p. 72.

¹¹⁶ NYERERE, **Freedom and unity**, p. 261-263.

Meu governo aprovou uma Lei de Impedimento de Discriminação para lidar com o controle dos partidos políticos baseados em afiliações tribais ou religiosas. Seu título completo era “Uma lei para proibir organizações fazendo uso de propaganda racial ou religiosa em detrimento de qualquer outra comunidade racial ou religiosa, ou se envolvendo com tal propaganda, ou assegurando a eleição de pessoas em função de suas afiliações raciais ou religiosas, e para outros propósitos relacionados”.¹¹⁷

A caracterização da oposição como tribal ou tribalista e, principalmente, como uma quinta-coluna neocolonial foi, como vimos, a regra geral adotada pelos atores políticos que haviam ascendido ao poder nos novos países africanos. Mas é importante destacar que as práticas administrativas com relação às autoridades “tribais” (os “chefes” e a instituição denominada de “chefia” ou “chefatura”) desses novos Estados variaram de modo bastante acentuado. De início, parece claro que os nacionalistas que se orientavam para projetos “moderados” tendiam a optar pela preservação das formas de autoridade existentes, mesmo quando se reconhece a incapacidade da tradição e se afirma a necessidade de um processo modernizador, como faz Tshombe:

Não é preciso renegar a tradição mas não devemos fazer dela um refúgio[,] antes fazer dela o ponto de partida de uma evolução controlada. Recomendo a obediência aos chefes tradicionais que são os que estão em melhores condições de compreender e guiar as aspirações das massas. Não acredito que a ordem seja[,] como se diz, um freio ao desenvolvimento. Penso[,] pelo contrário, que é uma boa estrutura que poderá permitir o início do desenvolvimento sobre o plano regional.¹¹⁸

São paradigmáticos, nesse sentido, os casos do Uganda — em que o rei do Buganda, entidade política “tradicional” que abrangia a maior parte do território colonial, tornou-se o primeiro Presidente do país independente — e da Costa do Marfim — em que os chefes, segundo Onésimo da Silveira, “são tanto os organizadores principais, como o canal mais importante dos movimentos populares”, o que não é percebido “como utilização do poder tradicional enquanto tal mas, pelo contrário, como meio de neutralizá-lo e modernizá-lo”.¹¹⁹

¹¹⁷ NKRUMAH, *Africa must unite*, p. 74.

¹¹⁸ TSHOMBÉ, *Auto-biografia*, p. 39.

¹¹⁹ SILVEIRA, *África ao sul do Sahara*, p. 94.

Mas, por outro lado, nem todos os nacionalistas “radicais” lançaram-se em uma guerra sem quartel contra essas autoridades africanas — ao contrário, muitos buscaram seu apoio na construção da luta anticolonial e na consolidação do pós-independência. Cabe lembrar, nos trechos que citei acima, a proposta de Lumumba de reservar às “chefaturas tribais” um lugar de honra nas instituições do Estado independente, ou a acusação de Nkrumah de que a política colonial procurava indispor os chefes e seus liderados. Mas haveria outros exemplos. Quando cinco deputados eleitos pela TANU ou com seu apoio foram convidados a participar do ministério do governo de transição do Tanganica, em 1959, Nyerere ocupou a tribuna do conselho legislativo para dizer:

Temos um [único] movimento nacionalista, forte, apoiado por todas as tribos. Não é um movimento nacionalista surgido de uma associação tribal que começou a engolir outras tribos para crescer. Não, senhor. Completamente desvinculado da tribo, é verdadeiramente um movimento nacionalista, apoiado por todas as tribos do país, apoiado pelos Chefes.¹²⁰

Também Nkrumah, já há cinco anos no governo de Gana, considerava:

No âmbito de uma sociedade que se prepara para o salto do atraso pré-industrial para o desenvolvimento moderno, há forças tradicionais que podem impedir o progresso. Algumas destas devem ser firmemente cortadas em suas raízes, outras podem ser retidas e adaptadas para as novas necessidades que se apresentam. O lugar dos chefes está tão entretecido na sociedade ganense que sua erradicação forçada abriria fendas no tecido social as quais poderiam vir a se mostrar tão dolorosas quanto a retenção de outras tradições mais incapazes de se adaptar. [...] Estou perfeitamente consciente do corpo de opinião que vê a chefatura como um anacronismo, mas, sendo possível ao *asantehene* aconselhar os chefes no Conselho de Estado de Kumasi “a mudar de acordo com os tempos”, penso que estamos plenamente justificados em nossa decisão de manter a tradição.¹²¹

Certamente, em alguns desses casos a proposta de uma aliança (ou, quando menos, de uma trégua) feita às autoridades africanas “tribais” ou “tradicionais” era uma manobra tática para ganhar tempo e reduzir a oposição aos projetos de transformação social via de regra vinculados a opções “radicais” do nacionalismo africano. Mas é preciso perceber, para

¹²⁰ NYERERE, **Freedom and unity**, p. 68.

¹²¹ NKRUMAH, **Africa must unite**, p. 83-84.

começar, que, sob o rótulo da “chefia”, escondia-se uma enorme gama de situações muito distintas entre si. O *asantehene*, por exemplo, era um título investido de enorme autoridade judiciária, militar e religiosa antes da conquista britânica. Desde seu trono de ouro em Kumasi, ele provia os destinos de toda a Confederação Axânti, assistido — e limitado, naturalmente — por um Conselho de Estado composto por uma camada social que poderíamos chamar de aristocrática (uma vez que devia sua posição ao nascimento). A derrota no campo de batalha diante dos britânicos e seus aliados locais não implicou o fim do título, nem da estrutura administrativa do Estado, apenas sua adaptação à nova realidade colonial, especialmente no campo fiscal. Nos primeiros trinta anos de dominação, o rei derrotado viveu exilado nas ilhas Seicheles; após sua morte, a sucessão seguiu seu caminho normal (uma eleição dentro da linha materna), sob o olhar atento dos britânicos. Nesse caso, uma camada social reteve durante o período colonial seu favorecimento em relação ao conjunto da população do antigo território axânti — bem como a maior parte de sua legitimidade de falar em nome de seus súditos. Por outro lado, a intervenção da potência colonial sobre a estrutura política anterior à conquista e, principalmente, sobre a nomeação dos incumbentes, podia ser, como efetivamente foi em muitos casos, muito mais drástica — embora, mesmo nas colônias em que o modelo administrativo se orientava para a chamada “administração direta”, algum nível de autoridade em mãos de africanos sempre persistiu, com maior ou menor interferência da administração colonial, especialmente nos níveis mais locais, como a aldeia ou um conjunto de aldeias.¹²² Um bom contraponto ao exemplo de Axânti, em Gana, é fornecido por Sékou Touré:

Os verdadeiros chefes, os chefes tradicionais não existem mais na Guiné desde a ocupação. Eles foram substituídos por “pessoas confiáveis”: antigos *boys* de governadores, antigos ordenanças, portanto não mais que meros aventureiros. Os chefes tornados agentes da exploração colonial não podiam se impor a não ser pelo medo que inspiravam sob a santa proteção da administração colonial.¹²³

De uma situação a outra, parece haver, para os projetos nacionalistas “radicais”, tanto uma preocupação com a legitimidade dessas autoridades (e o apoio político que elas podiam mobilizar, para o bem ou para o mal) quanto com o grau de sua vinculação ao sistema colonial

¹²² Sobre a distinção tipológica entre administração direta e indireta, ver BETTS, Raymond F., A dominação europeia: métodos e instituições, *in*: BOAHEN, Albert Adu (Org.), **A África sob dominação colonial: 1880-1935**, 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 353-375. Tratando-se de tipos, nunca é demais lembrar, muito raramente se podem encontrar situações concretas que se enquadrem plenamente num ou no outro.

¹²³ TOURÉ, **L’Afrique et la révolution**, p. 62.

ou, num outro nível, à economia colonial de exportação de matérias-primas e importação de capital que a antiga potência desejava a todo custo preservar após a emancipação política. Nesse caso, importava o quanto os “chefes tradicionais” correspondiam, em cada caso, aos mais bem sucedidos dentre os pequenos e médios proprietários rurais africanos de que falei mais acima, na seção 3.2 (era esse o caso da Costa do Marfim, por exemplo, bem como da liderança do Katanga secessionista).

As chefias “tradicionais”, em conjunto com os proprietários rurais bem sucedidos, tinham ainda uma outra prerrogativa: seus filhos tinham acesso diferenciado à educação de padrão europeu, fosse por conseguirem acumular riqueza suficiente para investir na formação de seus herdeiros, fosse pela política educacional encampada pela administração do território colonial em questão. Não é por acaso que alguns dos nacionalistas citados nesta seção são filhos de chefes ou de proprietários rurais bem sucedidos; muitos dos trabalhadores não braçais que indiquei na seção 3.2 como principal grupo a fornecer quadros dirigentes às organizações nacionalistas também o eram. Sem lugar para dúvida, este é um aspecto que precisa ser levado em conta nas análises sobre os partidos políticos que chegaram ao poder com as independências. Não eram a emanção de todo o povo, como queriam seus porta-vozes, muito menos atores institucionais operando transformações sociais num plano abstrato, orientados apenas por um projeto modernizador. Longe disso, eram uma composição de interesses sociais específicos, e muitas vezes conflitantes. Suas propostas, suas realizações e seus fracassos devem ser avaliados em função dessa relação de forças.

Nesta seção, busquei apresentar as formas como a etnicidade, em sua forma “tribal”, foi mobilizada por um conjunto heterogêneo de atores políticos africanos, mais à direita ou mais à esquerda, ou transitando de lá para cá ao longo de sua trajetória. Da tribo do passado, guardiã dos atributos civilizatórios da sociedade tradicional proposta por Senghor, até a ameaça à unidade nacional sempre pronta a ser mobilizada pela oposição por motivos sórdidos. Procurei evidenciar ainda a existência de uma correlação entre a base social das organizações nacionalistas, o conteúdo sociopolítico preciso por trás do rótulo “chefatura tradicional” em cada território, e a posição mais ou menos hostil dos discursos nacionalistas contra essa emanção concreta da tribo que todos amavam odiar. Na próxima seção, mais histórias de tribos, mas com um tipo diferente de abordagem — desta vez, uma análise mais estrutural do discurso do líder nacionalista guineense Amílcar Cabral sobre a relação entre etnia e nação.

3.5 A arma da teoria no campo da etnicidade

Amílcar Cabral é provavelmente o mais conhecido teórico do nacionalismo nas colônias portuguesas. Seu assassinato, em janeiro de 1973, parece ter servido para chamar a atenção dos estudiosos sobre seus escritos, renovando um campo de análise com material radicalmente distinto do “socialismo africano” que era o pão nosso de cada dia dos estudos sobre o pensamento político africano.¹²⁴ De fato, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) conduziu, entre 1963 e 1973, a mais bem sucedida campanha militar contra o colonialismo português; mesmo no plano interno, apesar de haver um movimento adversário, a Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING), sua iniciativa no terreno e sua legitimidade tanto dentro quanto fora da Guiné nunca chegou a ser seriamente contestada. Se é verdade que o esforço conjunto de manter guerras coloniais em três distintos territórios africanos foi fatal para a ditadura portuguesa, levando-a à exaustão, como afirmam os antigos nacionalistas africanos, a contribuição da Guiné foi sem dúvida a mais importante. Foi na Guiné que serviu a maior parte dos oficiais de baixa patente que em 25 de abril de 1974 saíram às ruas para derrubar o governo; mesmo antes disso, em 24 de setembro de 1973, o PAIGC, no controle efetivo da maior parte do pequeno território, havia declarado a independência e começava a acumular reconhecimentos internacionais.¹²⁵

Amílcar Cabral era guineense. Seu pai, cabo-verdiano nascido em uma família de proprietários rurais empobrecidos, havia sido obrigado a interromper seus estudos na metrópole para ir tentar a vida na Guiné, em 1911. Trabalhou como professor primário, até retornar a Cabo Verde, em 1932, já com três filhos. Amílcar, o mais velho, fez na ilha de São Vicente seus estudos liceais. Em Portugal, para onde viajou a fim de cursar o Instituto Superior de Agronomia, entrou em contato com estudantes de outras colônias portuguesas e com o ambiente clandestino da oposição democrática portuguesa, animado por socialistas e comunistas. Sua geração, que incluía os angolanos Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto,

¹²⁴ No prestigioso *Journal of Modern African Studies*, por exemplo, apenas um artigo fora publicado enquanto Cabral vivia: CHILCOTE, Ronald H., The political thought of Amílcar Cabral, **The Journal of Modern African Studies**, v. 6, n. 3, p. 373-388, 1968. O artigo, aliás, começa por apresentá-lo como “um intelectual revolucionário pouco conhecido” Após sua morte, surgiram: BIENEN, Henry, State and revolution: the work of Amílcar Cabral, **The Journal of Modern African Studies**, v. 15, n. 4, p. 555-568, 1977; BLACKKEY, Robert, Fanon and Cabral: a contrast in theories of revolution for Africa, **The Journal of Modern African Studies**, v. 12, n. 2, p. 191-209, 1974; CHABAL, Patrick, The social and political thought of Amílcar Cabral: a reassessment, **The Journal of Modern African Studies**, v. 19, n. 1, p. 31-56, 1981.

¹²⁵ Sobre o processo de descolonização do ponto de vista português, ver PINTO, **O fim do Império português**; MACQUEEN, **A descolonização da África portuguesa**. Este último autor minimiza a importância das guerras coloniais para o fim do regime português, mas seus argumentos nesse sentido não são muito convincentes.

promoveu na Lisboa do começo da década de 1950 um germe de agitação nacionalista. Cabral retornou à Guiné em 1952, já casado, como engenheiro agrônomo, o que lhe permitia circular pelo interior e manter contatos com uma infinidade de pessoas nos mais variados estratos sociais. Após uma fase de atividade sindical, frustrada pela vigilância portuguesa, Cabral fundou o PAIGC, assumindo publicamente suas credenciais nacionalistas na II Conferência dos Povos Africanos, realizada em Túnis, em janeiro de 1960. Dali seguiu diretamente para em Conacri, sob os auspícios de Sékou Touré, onde passou a se dedicar à organização de seu partido e à obtenção dos meios práticos de iniciar a luta armada — inicialmente, lançando mão dos recursos pessoais que havia acumulado ao longo dos anos em suas atividades como agrônomo; mais tarde, com o apoio financeiro da Gana de Kwame Nkrumah.¹²⁶

Se a afiliação “radical” de Cabral pode ser inferida pelos dois apoios iniciais que conquistou, seu tratamento da etnicidade, que é o que importa para este trabalho, não é disso uma mera decorrência natural. De fato, Cabral elaborou, sobre o tema bastante comum da superação das lealdades “tribais”, um pensamento mais coerente e mais bem estruturado que o de seus colegas. Em parte, ele teve, como já vimos, a vantagem de ter podido acompanhar e analisar diversas experiências da administração de Estados independentes na África. De toda forma, meu interesse em investigar de maneira mais aprofundada suas formulações sobre esse tema não reside tanto em tentar determinar se suas interpretações eram adequadas ou não ao contexto guineense e à consecução de seus objetivos políticos, mas, principalmente, em perceber as relações que se estabelecem entre as categorias de ação coletiva mobilizadas, no nível do discurso nacionalista, e as implicações normativas dessas relações.

Boa parte do material produzido por Cabral durante a luta de libertação foi publicado logo após o fim da ditadura portuguesa, por iniciativa do PAIGC, em uma compilação em dois volumes; em 1977, surgiu uma nova obra em dois volumes, organizada por Mário Pinto de Andrade; a partir de 1983, os textos dessa obra foram novamente publicados em pequenos fascículos.¹²⁷ Esses materiais contêm documentos e relatórios do partido, além de discursos e

¹²⁶ ANDRADE, Mário Pinto de, **Amílcar Cabral: essai de biographie historique**, Paris: François Maspero, 1980; TOMÁS, António, **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**, 2. ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2008; e ainda PEREIRA, Aristides, **Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau — Cabo Verde**, Lisboa: Notícias, 2002; LOPES, José Vicente, **Aristides Pereira: minha vida nossa história**, Praia: Spleen, 2012.

¹²⁷ CABRAL, Amílcar, **Textos Amílcar Cabral**, Lisboa: Nova Aurora, 1974; CABRAL, Amílcar, **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, Lisboa: Seara Nova, 1977; CABRAL, Amílcar, **Cabral ka muri**, Portugal: Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do Comité Central do PAIGC, 1983-1987. Parte dos originais utilizados por Mário Pinto de Andrade para preparar a coletânea publicada em 1977 (a única a incluir textos da juventude e frutos de seu trabalho como agrônomo) estão disponíveis em Portugal, Fundação Mário Soares, Fundo Mário Pinto de Andrade (PT FMS DMA), Lutas de Libertação (04), Investigação e Textos (04), Amílcar Cabral, Textos de Amílcar Cabral.

palestras — a maior parte dos quais era dirigida a uma audiência escolarizada. Mas há, também, situações em que Cabral falava para seus próprios correligionários; nesses casos, ele era extremamente didático e usava uma linguagem bastante coloquial, evitando o jargão marxista; mas, ao mesmo tempo, era menos cuidadoso em esconder os problemas vividos pelo PAIGC, revelando mais das questões internas ao partido. Em textos dirigidos a um público acadêmico, por exemplo em uma conferência a ser lida em uma reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), pode-se perceber que Cabral procurava elaborar seus argumentos de maneira mais refinada e aprofundada, retomando temas enunciados anteriormente para desenvolvê-los de forma mais cuidadosa.

Nesses conjuntos de textos, mas especialmente nos relatórios anuais do PAIGC, podem ser identificadas três técnicas discursivas a que Cabral recorre para enunciar e ultrapassar o “prolema étnico” no âmbito do movimento de libertação.

A primeira é o uso extensivo do plural para se referir aos habitantes do território da Guiné. A *Proclamação da Acção Direta* do PAIGC, anunciada em Conacri, em 1961, é um ótimo exemplo:

CONSIDERANDO a firme vontade dos nossos povos de se libertarem do jugo colonial, quaisquer que sejam os meios necessários;

CONSIDERANDO que esta libertação deve ser realizada urgentemente, e que os nossos povos estão prontos a realizá-la;

CONSIDERANDO as condições particularmente difíceis que defrontam os nossos povos na luta contra o colonialismo português;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar novas guerras coloniais em África e de preservar a paz mundial;

O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA,

PROCLAMA o dia 3 de Agosto de 1961 dia da passagem da nossa revolução nacional da fase da luta política à da insurreição nacional, à acção direta contra as forças colonialistas;

[...]

REAFIRMA a solidariedade activa dos nossos povos para com o povo de Angola em luta;

REAFIRMA a vontade dos nossos povos de procurar a todo o momento, por via de negociação, uma solução pacífica do conflito que os opõe ao governo português, de acordo com o seu direito inalienável à autodeterminação e à independência nacional;

[...]¹²⁸

O termo “nossos povos”, de fato, assume em distintos textos de Cabral significados diferentes. Algumas vezes, é uma forma de referenciar como um único sujeito textual o conjunto dos habitantes da Guiné e de Cabo Verde. De fato, o PAIGC reivindicava a independência de ambas as colônias sob um único Estado nacional, mas não podia postular consistentemente que a população da Guiné e a de Cabo Verde conformavam um único povo, em virtude de seus desenvolvimentos históricos e culturais terem sido expressivamente distintos — com efeito, Cabral fala muitas vezes, nessas ocasiões, também de “nossos países”. Em um artigo publicado, em 1962, na revista francesa *Partisans*, por exemplo, ele afirma:

Presentemente, o nosso problema fundamental consiste em resolver a contradição principal entre o interesse dos nossos povos e os interesses dos colonialistas portugueses. Isto significa a liquidação urgente e total da dominação portuguesa na Guiné e em Cabo Verde, num combate de vida e morte.¹²⁹

Cabral afirma ainda que “os povos da África do Sul, assim como os dos nossos próprios países, de Angola, de Moçambique e das outras colônias portuguesas, continuam a ser submetidos à mais violenta exploração e à mais bárbara repressão colonial”.¹³⁰

Em resumo:

Conscientes do facto de que a libertação dos nossos países depende principalmente da acção de nossos próprios povos, da sua unidade, da sua capacidade de organização e de preparação para a luta, estamos firmemente decididos a desenvolver o nosso combate.¹³¹

¹²⁸ CABRAL, **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 2, p. 35-36. Apesar de esta proclamação ter sido feita em agosto de 1961, a guerra na Guiné-Bissau só começaria um ano e meio mais tarde, em 23 de janeiro de 1963, com o ataque ao quartel português de Tite. Tratava-se possivelmente de aproveitar a atenção despertada na opinião pública internacional pela guerra em Angola, iniciada entre fevereiro e março de 1961, além de pressionar os apoiadores regionais (Guiné-Conacri, Gana e Marrocos) a fornecerem os meios práticos para os enfrentamentos militares — especificamente, armas.

¹²⁹ CABRAL, **Textos Amílcar Cabral**, v. 1, p. 15.

¹³⁰ *Ibid.*, v. 1, p. 14.

¹³¹ CABRAL, **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 1, p. 18.

Mas, muitas vezes, “nossos povos” — ou, alternativamente, “nossas populações” — será também utilizado preferencialmente na maior parte das referências de Cabral à totalidade dos habitantes da Guiné em particular. Por um lado, o termo afirma a multiplicidade das sociedades contidas no território colonial e acena com uma solução nacional que preserve, em alguma medida, as identidades particulares. Por outro, é também uma fórmula genérica e abstrata no interior da qual as especificidades reais, as tensões e as oposições internas pudessem ser diluídas. Daí, apesar de reconhecida como uma composição de identidades particulares condensadas na fórmula “nossos povos”, a totalidade da população guineense dever reivindicar não múltiplos, mas apenas um único direito nacional à independência e à autodeterminação.

Alguns exemplos serão suficientes para ilustrar esse recurso discursivo. No relatório sobre a situação da luta, preparado em janeiro de 1970, Cabral considera que,

[...] tendo em conta o facto de as populações controlarem em geral o funcionamento dos diferentes serviços administrativos e sociais em desenvolvimento, podemos afirmar que foram dados passos importantes para que o nosso povo tome cada vez mais parte na gestão da sua vida.¹³²

No mesmo relatório, podemos observar a utilização da forma alternativa “nossas populações”, a respeito da Guiné:

No plano político, as tentativas do inimigo visando dividir as forças patrióticas, criar confusão entre as populações e no seio do nosso Partido, assim como as manobras demagógicas cujo fim é convencer o nosso povo de que já é independente com a independência de Portugal, foram igualmente votadas à derrota.¹³³

E, da mesma maneira, com respeito a Cabo Verde:

Nas ilhas de Cabo Verde, os colonialistas portugueses, alarmados pelos progressos realizados pelo nosso Partido no ano de 1967, reforçaram o seu aparelho repressivo e desencadearam uma vasta operação contra as forças nacionalistas. [...] Estas medidas repressivas mais não fizeram que polarizar a atenção das populações para a luta, desmascarar a verdadeira face do

¹³² CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 20, p. 11; disponível também em *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*, v. 2, p. 69-75.

¹³³ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 20, p. 20-21.

colonialismo português no arquipélago, reforçar o ódio e a consciência política dos patriotas no âmbito da unidade necessária, sob a direcção do nosso Partido.¹³⁴

Os exemplos podem ser multiplicados quase até o infinito. Uma observação importante é que em dois dos exemplos citados (e de forma consistente em virtualmente todos os textos analisados) há ocorrências da forma singular “nosso povo” no mesmo parágrafo ou até na mesma frase em que aparece a forma plural “nossas populações”. Geralmente, a forma singular é enunciada após a forma plural, sendo usada como sinônimo. O terceiro exemplo não provê um termo no singular para substituir a forma plural, mas de fato termina conclamando a “unidade necessária, sob a direcção do nosso Partido”. Esse desenvolvimento interno do enunciado refaz, no nível do discurso, o processo que Cabral buscava levar a cabo no nível da política real: o amálgama das identidades particulares em uma consciência nacional.¹³⁵

A segunda técnica discursiva para lidar com as identidades étnicas é a abordagem regional. Dado impossível de negar, o movimento de libertação não tinha o mesmo sucesso em todas as

¹³⁴ *Ibid.*, v. 18, p. 21-22; também publicado em **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 2, p. 45-60.

¹³⁵ Poderia ser argumentado que o termo “populações” estaria sendo usado como sinônimo de “aldeias” ou “povoados”, como ocorre por vezes no interior de Portugal e em Moçambique e Angola. Não parece ser o caso. Amílcar Cabral fala muitas vezes dos povoados rurais da Guiné, mas utiliza para isso o termo nativo “*tabanka*” ou sua tradução portuguesa, “aldeia”. Em uma entrevista concedida à revista *Anticolonialismo* em 1971, por exemplo, a distinção entre os dois termos fica explicitada, quando Cabral acusa as forças portuguesas de “tentativas de assaltos terroristas contra as populações das regiões libertadas durante os quais tentam não só matar o máximo de gente que podem, mas também matar o gado, queimar as *tabankas* ou aldeias e também tentar queimar as nossas produções agrícolas, as nossas colheitas” (CABRAL, **Textos Amílcar Cabral**, v. 1, p. 109). Nessa mesma entrevista, Cabral utiliza “populações” para falar de contingentes urbanos: “os ataques a Bissau e Bafatá, onde estão concentradas hoje em dia a maior parte das populações dos centros urbanos [...] mostram claramente às populações africanas desses centros urbanos e também aos próprios colonos que o inimigo já não pode mais assegurar a sua tranquilidade [...]” (*Ibid.*, v. 1, p. 110). Em um artigo publicado na revista cubana *Tricontinental*, em 1969, podemos observar o recurso a “populações” como sinônimo de “grupos étnicos”: “Primeiro, as populações costeiras: os Manjacos, os Papeis, sobretudo, na zona que constitui hoje a ilha de Bissau; os Balantas, um pouco mais no interior, os Fulas, os Mandingas e praticamente todas as populações do país resistiram à ocupação portuguesa no decurso daquilo que os Portugueses chamaram mais tarde de ‘guerras de pacificação’, que duraram quase meio-século durante o qual, segundo Teixeira da Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um confronto entre as nossas gentes e os Portugueses” (*Ibid.*, v. 1, p. 81-82). Esse uso de “nossas gentes”, aliás, aproxima-se do que observei acima quanto a “nossos povos”; de fato, Cabral havia já se referido a “povos ou tribos” (balantas, manjacos, papeis, fulas, mandingas etc.) em seu *Recenseamento agrícola da Guiné*, produzido pelo então jovem agrônomo por encomenda da administração colonial ainda em 1953, e publicado em 1956 no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Ver CABRAL, **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 1, p. 33-43. Por outro lado, em alguns poucos textos é possível observar a utilização de todos esses termos exclusivamente no singular: “meu país”, “nosso povo” e “a população”, englobando Guiné e Cabo Verde. É o caso de duas entrevistas, uma publicada em 1969 na revista *Tricontinental*, e outra concedida a Valentim Borisov em dezembro de 1972 e aparentemente não publicada na época (CABRAL, **Textos Amílcar Cabral**, v. 1, p. 57-78, 155-157). Mesmo que não se trate, como desconfio, de problemas de tradução, essas ocorrências — ademais raras — não invalidam entretanto o argumento aqui apresentado.

partes da Guiné — em outras palavras, nem todas as populações apoiavam o PAIGC da mesma maneira, e algumas chegavam mesmo a ser hostis à organização anticolonial. Cabral entretanto se recusa a explicar esse fato simplesmente em termos de divisões étnicas, preferindo falar em termos de diferentes regiões guineenses. Obviamente ele reconhecia a existência de diferentes populações, com diferentes culturas e diferentes histórias em cada uma dessas regiões; no entanto, a inconstância das realizações do PAIGC ao longo do território seria mais o resultado do desempenho desigual de seus próprios quadros político-militares que uma questão de rivalidades interétnicas. Assim, ao analisar a evolução da luta de libertação, Cabral com frequência celebrava os êxitos e censurava as derrotas (algo um tanto mais raro, e apenas visível nos documentos produzidos para consumo interno, como a Conferência de Quadros) em termos da própria organização ou desorganização partidária, privilegiando a regionalização estabelecida pela estratégia político-militar sobre os rótulos étnicos.

Resumindo as principais realizações do PAIGC em 1964, por exemplo, Cabral sublinhava

vitórias importantes levadas a efeito pelos nossos combatentes, nomeadamente na região do Gabu (feudo de certos chefes tradicionais até então favoráveis aos portugueses), Boé (zona principal dos jazigos de bauxite do Sudoeste do país presentemente quase totalmente controlada pelas nossas forças), Cachungo (a Oeste do país, onde a população manjaca, enquadrada pelo Partido, esperava de há muito o desencadear da luta armada), S. Domingos e regiões contíguas, ao longo da fronteira Norte.¹³⁶

De forma semelhante, ele relata, referindo-se ao ano de 1966:

Com efeito, o domínio político português, que se traduzia principalmente na cobrança mais ou menos forçada dos impostos de toda a espécie, deixou de ser possível mesmo nas zonas em litígio ou parcialmente libertadas. Em geral, as populações destas zonas recusam-se a pagar os impostos.¹³⁷

A abordagem regional pode também ser vinculada ao debate internacional sobre como liderar uma revolução no terceiro mundo. Em meados dos anos de 1960, alguns casos de estratégia de guerra de libertação vinham emergindo e competiam com outros mais antigos: Vietnã, Argélia e Cuba passavam a oferecer novos modelos que passavam a ser estudados ao lado dos

¹³⁶ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 17, p. 13; também publicado em *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*, v. 2, p. 41-44.

¹³⁷ CABRAL, *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*, v. 2, p. 50.

casos clássicos soviético e chinês. Seguramente, para além da preocupação com a adequação tática ou estratégica ao terreno, havia uma questão geopolítica subjacente: a balança de poder e influência no âmbito do próprio mundo comunista, e a tentativa dos países que buscavam destruir o modelo colonial de criar uma esfera possível de “não-alinhamento” sem se tornarem satélites de uma das duas grandes potências comunistas. As expressões regionais, especialmente o termo “zonas libertadas”, demonstram uma interessante identificação com o “foquismo” cubano, embora esteja além do escopo deste trabalho estabelecer quais modelos revolucionários foram incorporados, e em que medida, pelo movimento de libertação na Guiné. Em todo caso, a defesa da especificidade do processo histórico local como guia da revolução (e a conseqüente recusa em enunciar a filiação a um modelo) apontam na direção da busca de uma margem de manobra mais ampla que aquela que a União Soviética concedia aos países da Europa oriental, por exemplo.

O terceiro procedimento discursivo envolvido no problema da etnicidade, e provavelmente o mais importante, também estava ligado à política internacional e aos inconstantes apoios do PAIGC. Ao mesmo tempo, esse procedimento representou uma opção política de vulto para o próprio curso da luta no terreno: para Cabral, a noção analítica de etnicidade deveria estar submetida hierarquicamente aos procedimentos da análise de classe. Como vimos nas seções anteriores, essa opção distanciava também Cabral da maior parte dos nacionalistas africanos.

Efetivamente, uma das primeiras tarefas a serem executadas por Amílcar Cabral, entendida como pré-requisito à eclosão de uma rebelião armada bem-sucedida, foi uma análise de classe da Guiné e de Cabo Verde. Em primeiro lugar, Cabral traça uma linha divisória entre as cidades e as áreas rurais — uma divisão mais do que esperada em uma análise marxista canônica. Independente da pertinência de uma divisão analítica entre a cidade e o campo na Guiné dos anos de 1960, importa aqui perceber que à etnicidade só é dado ter um papel relevante no âmbito das zonas rurais — uma restrição espacial que corresponde ao jogo de dualidades implicadas pelo universo conceitual da modernização.

Mas deixemos de lado essas considerações por ora, e sigamos Cabral em suas incursões pelas vastas zonas rurais guineenses e em seus encontros com as etnicidades presentes no território. Falando para militantes comunistas e anticolonialistas italianos no Centro Frantz Fanon de Milão, em 1964, Cabral apresenta uma breve análise da estrutura social da Guiné:

Assim, no campo, encontramos, por um lado, o grupo que consideramos como semifeudal, representado pelos Fulas e, por outro lado, o dos Balantas, que chamaremos sociedade “sem Estado”. Existem diferentes situações intermediárias entre estes dois grupos étnicos extremos. Desta forma, existe

entre os animistas — no seio dos quais se encontra uma coincidência entre semifeudalismo e islamismo e nenhuma organização de Estado — um grupo étnico, os Manjacos, que, aquando da chegada dos portugueses, já mantinha relações que se poderiam classificar como feudais.¹³⁸

Na política real, poderia ser dito que enquanto a população balanta apoiou o PAIGC sem reservas e desde a primeira hora, os grupos fulas mantinham uma significativa suspeita em relação ao movimento de libertação, o qual tinha enorme dificuldade em penetrar seus territórios de forma a estabelecer uma rede logística e uma guerrilha eficiente. Isso tornou-se um sério problema para a organização nacionalista, na medida em que a administração colonial portuguesa tentava tirar vantagem da dificuldade que tinha o PAIGC para deitar raízes nessa área. Ao mesmo tempo, fricções étnicas no interior dos destacamentos guerrilheiros foram razoavelmente frequentes, pelo menos até 1964.¹³⁹

Entretanto, um deslizamento interessante ocorre no nível do discurso nacionalista: fulas e balantas não são apresentados como casos particulares, mas como encarnações de tipos analíticos. Espera-se que representem os extremos de uma gama de possibilidades de formações sociais. Os manjacos são chamados a ocupar uma posição intermediária, também como um exemplo. O espectro tem uma direção, que vai do mais simples ao mais complexo. Diferentemente dos balantas, os fulas estão divididos em classes: chefes, nobres e instituições religiosas formam os estratos superiores, artesãos e mercadores (dioulas) ocupam posições intermédias, e os camponeses constituem a classe mais baixa e explorada.¹⁴⁰

As posições de cada um destes grupos étnicos em face do movimento de libertação são portanto analisadas em termos de classe:

Os Fulas eram já conquistadores na Guiné e os portugueses aliaram-se portanto a eles no momento da sua conquista: assim, entre os semifeudais que caracterizam este grupo, vemos que os maiores chefes e os que os rodeiam são aliados do colonialismo. O seu Poder está intimamente ligado ao das autoridades portuguesas.

¹³⁸ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 7, p. 3; disponível também em *Textos Amílcar Cabral*, v. 1, p. 23-36; e *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*, v. 1, p. 101-107.

¹³⁹ Denúncias de fuzilamentos foram ouvidas no Congresso do PAIGC em Cassacá, em 1964, segundo CASTANHEIRA, José Pedro, *Quem mandou matar Amílcar Cabral?*, Lisboa: Relógio d'Água, 1995, p. 46-47.

¹⁴⁰ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 7, p. 4-5.

Uma vez que os artesãos são extremamente dependentes dos chefes, Cabral previa uma grande reticência por parte deles em relação à organização nacionalista. Por outro lado, os “dioulas” poderiam ser facilmente convertidos em aliados do PAIGC se compensações adequadas fossem oferecidas. Dos camponeses era esperado que se unissem ao movimento de libertação, uma vez que estariam naturalmente insatisfeitos com sua exploração econômica, sobre a qual se sustentava tanto a dominação colonial quanto as chefias africanas. Se isto não acontecia, a explicação deveria ser buscada em outro campo do quadro teórico marxista:

As nossas tradições, ou, se preferirem, a nossa superestrutura econômica, fazem com que os camponeses fulas e os camponeses semifeudais tenham muitas vezes uma tendência para seguir os seus chefes. A sua mobilização exigiu, portanto, um trabalho profundo e intenso.¹⁴¹

Da mesma forma, a prontidão com que os balantas apoiaram o levante e mesmo se engajaram na luta pode ser explicada por questões culturais:

Há ainda vestígios importantes das estruturas que estiveram na origem do animismo entre os muçulmanos dos grupos “sem-Estado” dos Balantas. É preciso acrescentar que a população não é verdadeiramente islâmica mas antes islamizada, e que, embora adoptando certas práticas da religião muçulmana, continua muito impregnada de concepções animistas. Esses grupos “sem-Estado” resistiram muito mais do que os outros aos conquistadores colonialistas e foi no seu seio que encontramos a maior prontidão em aderir ao movimento de libertação nacional, embora para esses camponeses (pois são quase todos camponeses) nem sempre isso se verifique sem dificuldades ou problemas.

A busca de Cabral por um quadro de análise marxista que pudesse dar conta das realidades africanas ultrapassou o mero exercício retórico, muitas vezes francamente oportunista, praticado por certos componentes do “socialismo africano”. Isso o impelia, por vezes, a levar os conceitos correntes da empobrecida doxa marxista de então a seus limites empíricos e mesmo a abandoná-los, caso sua capacidade heurística se mostrasse insuficiente. Havia também uma clara preocupação com a audiência. Assim que os ativistas do Centro Franz Fanon em 1964 sejam substituídos pelos militantes do PAIGC reunidos na Conferência dos Quadros em 1969, a linguagem podia assumir mudanças substanciais:

¹⁴¹ *Ibid.*, v. 7, p. 6.

Mas podemos perguntar: a que tipo de sociedade pertence a sociedade Balanta? Está talvez na fase de desagregação do comunismo primitivo, mas muito longe deste. [...] Talvez seja a desagregação na sua última fase — mas muito influenciada, nos últimos sessenta ou oitenta anos, pela dominação colonial. [...]

[...]

E a sociedade Fula? À primeira vista, assemelha-se a uma sociedade feudal com chefes, senhores, gente sob as suas ordens, com grupos profissionais que o feudalismo da Europa chamava corporações, com gente que trabalha a terra e que na Europa se chamavam servos. [...] No feudalismo, [entretanto,] os senhores são donos da terra; existe a propriedade privada; na sociedade Fula não existe a propriedade privada. Em princípio, a terra pertence a toda a população e, na melhor das hipóteses, à tabanca. [...]

Ora, este tipo de sociedade em que a superestrutura se assemelha à do feudalismo, enquanto, a nível da infra-estrutura, não existe propriedade privada de terra, mas sim, como princípio idealista, a propriedade colectiva da terra, não tem uma designação precisa. Há quem lhe chame semifeudalismo, o que não quer dizer nada — além de estabelecer uma comparação com a Europa. Outros chamam-lhe modo de produção asiático; mas há dúvidas quanto a uma designação adequada. Trata-se de uma situação diferente. É mais importante conhecer exactamente a natureza desta sociedade do que rotulá-la.¹⁴²

Cabral ressalta a inadequação dos rótulos marxistas clássicos para proceder a uma análise das sociedades guineenses, ao mesmo tempo em que a estrutura principal de sua análise, a subordinação da etnicidade à classe enquanto instrumentos analíticos, permanece. Conforme ele afirma em uma linguagem mais erudita, em uma palestra lida *in absentia* em uma reunião de peritos sobre noções de raça, identidade e dignidade, reunida em Paris em 1972 sob os auspícios da Unesco:

É evidente que a multiplicidade de categorias sociais, em especial de etnias, torna mais complexa a definição do papel da cultura no movimento de libertação. Mas esta complexidade não pode nem deve diminuir a importância decisiva, no desenvolvimento desse movimento, do carácter de classe da cultura, muito mais sensível nas categorias urbanas e nas

¹⁴² *Ibid.*, v. 7, p. 24-25; também em **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 1, p. 111-116.

sociedades rurais de estrutura vertical (Estado), mas que não deve deixar de ser tomada em consideração mesmo nos casos em que o fenômeno de classe surge ainda no estado embrionário. A experiência demonstra que, perante as necessidades de uma opção política exigida pela contestação do domínio estrangeiro, as categorias privilegiadas, na sua maioria, colocam os seus interesses imediatos de classe acima dos interesses do grupo ou da sociedade, contra as aspirações das massas populares.¹⁴³

Assim como a maior parte dos demais nacionalistas africanos, e conforme o pensamento modernizador cuja hegemonia sobre o campo do nacionalismo torna-se tão patente a essa altura da análise, Cabral via nas lealdades étnicas um empecilho à condução da luta anticolonial e ao exercício do poder do futuro Estado independente. Mas, divergindo deles, levava o combate à etnicidade um passo à frente, assumindo que uma dominância do étnico na teoria social aplicada às realidades africanas não fazia mais que sustentar os esforços coloniais ou neocoloniais. Nesse sentido, Cabral percebia o que julgava ser uma contradição inexorável implicada na etnização como dado necessário de qualquer política colonial:

Convém notar que a potência colonial defronta, de forma insolúvel, uma contradição no seu comportamento face aos grupos étnicos: por um lado, tem necessidade de dividir ou de manter a divisão para reinar e, por isso, mantém e fomenta a separação e mesmo as querelas entre os grupos étnicos; por outro lado, para tentar garantir a perpetuação do seu domínio, precisa de destruir a estrutura social desses grupos, a sua cultura, e, portanto, a sua identidade. Além disso, é forçada a adoptar uma política de protecção da estrutura social e de defesa das classes dirigentes dos grupos que (como, por exemplo, a etnia ou nação fula, no nosso país) apoiarem decisivamente as suas guerras de conquista colonial — política que favorece a preservação da identidade do grupo.¹⁴⁴

O domínio colonial na Guiné será portanto acusado de promover políticas de contrainsurgência étnicas. Obviamente, Cabral afirmava sempre que tais políticas haviam falhado ou se destinavam ao fracasso, em virtude da mobilização política das massas guiadas pelo PAIGC. Por exemplo, em 1966:

¹⁴³ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 10, p. 20; também em *Textos Amílcar Cabral*, v. 1, p. 127-139; e *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*, v. 1, p. 234-247.

¹⁴⁴ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 10, p. 15.

tendo conseguido fazer fracassar as manobras políticas dos colonialistas portugueses que tentavam dividir as forças patrióticas ou mistificar a opinião nacional e mundial, a nossa acção política e armada transtornou a actividade colaboracionista de certos chefes tradicionais traidores à nação, neutralizando assim os efeitos destrutivos de sua atitude em certas camadas da população.¹⁴⁵

É relevante que, mesmo ao lidar com oponentes internos, a recusa de Amílcar Cabral a elaborar uma abordagem etnicizante permaneça: ele vai sempre preferir fórmulas mais abstratas, tais como o largamente utilizado “certos chefes tradicionais”, em vez de se referir a eles como chefes fulas, por exemplo (por outro lado, o campo semântico implicado no termo “tradicionais” atesta novamente uma teoria da modernização subjacente). Uma divisão relativa a classe, mais do que a etnia, será considerada como crucial:

Tendo apostado na traição de certos chefes tradicionais que tinham prometido a lealdade das populações sob o seu controlo, os colonialistas portugueses devem neste momento reconhecer a derrota neste plano, tendo mesmo destituído ou prendido alguns destes chefes. Progressivamente abandonados pelas populações que lhe [sic] estavam submetidas, os chefes tradicionais traidores à nação são hoje objecto de desconfiança das autoridades coloniais, não escondendo o seu medo e as suas dúvidas face ao progresso da nossa luta.¹⁴⁶

De acordo com Cabral, as políticas portuguesas se mantinham inalteradas dois anos depois:

Tendo perdido, em presença dos êxitos da nossa luta armada, o controlo político da maior parte da população da Guiné (a das regiões libertadas e das regiões em litígio), os colonialistas portugueses só têm no presente uma acção política directa sobre as populações dos centros urbanos e por intermédio de certos chefes tradicionais (certos sectores de circunscrições administrativas de Bafatá, Gabu, Canchungo e as ilhas de Bissau e Bolama). Mesmo nesses sectores, as populações escapam cada vez mais ao controlo da autoridade colonial que, em geral, se não desloca para além dos limites do centro administrativo.¹⁴⁷

¹⁴⁵ *Ibid.*, v. 18, p. 4.

¹⁴⁶ *Ibid.*, v. 18, p. 13.

¹⁴⁷ *Ibid.*, v. 18, p. 30; os relatórios de 1966 e de 1968 citados foram publicados juntos em **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 2, p. 45-60.

O esforço etnicizante ganhou ainda mais importância após a instalação do general António de Spínola como novo governador da Guiné, em 1968. A nova autoridade colonial prontamente compreendeu que uma vitória militar portuguesa seria impossível naquele território. Embora não tivesse em nenhum momento abandonado as operações militares, Spínola passou a insistir mais no que chamava de medidas “políticas”.¹⁴⁸ Uma vez que percebia a etnicidade como uma possível fonte de problemas para o movimento de libertação, esforçou-se por reforçar e aprofundar as divergências que percebia haver entre cabo-verdianos e guineenses no seio do PAIGC, e as particularidades étnicas na população como um todo.¹⁴⁹ A criação de um “Congresso das etnias”, a cargo de algumas funções políticas restritas na colônia, foi talvez a mais ambiciosa dessas medidas. Cabral se refere a ela em seu relatório sobre a evolução da luta de libertação em 1971:

Os colonialistas inventaram o que eles chamam de o “congresso das etnias” do nosso país. O seu objectivo é o de conquistar alguns dos nossos irmãos com postos de régulos e honrarias, mas é sobretudo o de destruir a consciência e a unidade nacional que o nosso Partido e a luta já criaram. Realizando os chamados “congressos” das etnias, e prometendo que cada etnia terá o seu próprio chefe, os colonialistas pretendem atizar de novo os sentimentos tribais que já extinguimos, querem sabotar desde agora as possibilidades duma harmoniosa existência nacional para o nosso povo, na independência que — estão fartos de o saber — vamos com toda a certeza conquistar.

Fingindo querer dar uma autoridade política às populações que controlam ainda, através de alguns chefes, o que querem é preparar terreno para novos conflitos entre as etnias, para que os balantas não se entendam com os manjacos, os fulas com os papéis, para que se crie a confusão entre nós, tornando assim impossível a vida da nação africana que estamos a construir.¹⁵⁰

¹⁴⁸ CASTANHEIRA, **Quem mandou matar Amílcar Cabral?**, p. 61-66; TOMÁS, **O fazedor de utopias**, p. 202-204 et passim.

¹⁴⁹ Embora tenham assumido então uma constância e uma sofisticação novas, as táticas etnicizantes não eram propriamente uma novidade. Já em 1962 Cabral denunciava, em uma entrevista à revista *Partisans*: “além da repressão policial e armada, a administração colonial utilizou táticas não violentas — dádivas, subordinações, convites dos ‘chefes tradicionais’ a Portugal, concessão de bolsas de estudo, emissão radiofónica especial para os ‘indígenas’, criação de dissidências e de querelas entre os diferentes grupos étnicos — a fim de conquistar uma parte da população e de ‘dividir para reinar’” (CABRAL, **Textos Amílcar Cabral**, v. 1, p. 19).

¹⁵⁰ CABRAL, **Cabral ka muri**, v. 21, p. 14; também em **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 2, p. 77-99.

Mas o ataque mais perigoso era provavelmente aquele que fazia recurso à longa experiência do preconceito social e racial na Guiné:

Ainda na tentativa de dividir o nosso povo, os colonialistas portugueses desenvolvem desde há algum tempo uma grande campanha contra os cabo-verdianos na sua rádio, nomeadamente nas línguas vernáculas da Guiné. Nesta campanha, assim como num certo número de cartas que escreveram a responsáveis do nosso Partido com promessas de honras e riquezas, afirmam que vão expulsar todos os cabo-verdianos que se encontram na Guiné a seu serviço e oferecer os postos respectivos àqueles que eles chamam “os verdadeiros filhos da Guiné”.¹⁵¹

De fato, havia um número importante de cabo-verdianos vivendo na Guiné e ocupando posições intermediárias na administração colonial ou atuando em profissões liberais, desde pelo menos o início do século XX. Como vimos, o pai de Amílcar Cabral era um exemplo. Em Cabo Verde, por outro lado, as possibilidades de acesso à formação educacional de modelo europeu eram, ainda que limitadas, muito mais amplas que na Guiné. Isso, e o fato de que as tentativas de estabelecer uma frente de combate nas ilhas logo se revelaram impraticáveis, faziam com que houvesse muitos quadros dirigentes cabo-verdianos, muitos deles mestiços, em Conacri, onde se localizava a sede do PAIGC.

A tentativa portuguesa visava atingir portanto o PAIGC em termos da legitimidade de parte significativa de suas principais lideranças em termos raciais. Como sempre, Cabral assegura o necessário fracasso dessas tentativas, qualificando-as de espúrias:

Mas também aí fracassaram completamente. Primeiramente, porque os verdadeiros nacionalistas da Guiné não são racistas nem oportunistas e sabem, como militantes do nosso Partido, quem são os seus dirigentes e qual é o valor da unidade do povo da Guiné e Cabo Verde.¹⁵²

A verdade é que Cabral foi assassinado em 20 de janeiro de 1973, por membros guineenses de seu próprio partido. O Presidente da Guiné, Sékou Touré, e mais tarde o próprio PAIGC, acusaram diretamente a polícia secreta portuguesa de serem os mandantes do crime, tendo atuado por meio de agentes infiltrados no partido. Em parte porque os executores foram, eles próprios, muito prontamente executados, muitos pontos ficaram por esclarecer, e muitas

¹⁵¹ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 21, p. 14.

¹⁵² *Ibid.*

hipóteses explicativas foram levantadas ao longo do tempo.¹⁵³ De toda forma, é impossível explicar esse desfecho sem admitir que a hostilidade aos cabo-verdianos que os portugueses tentavam promover, de cunho marcadamente racial, tinha um forte enraizamento nos guineenses que conformavam a base social do PAIGC em Conacri à altura. As identidades étnicas parecem ter tido, nesse caso, pouca relevância. De qualquer maneira, para os objetivos desta análise, importa mais perceber as determinações lógicas que impediam Cabral de ressaltar a existência dessas tensões, em nome de uma obra discursiva desetnicizante e desracializante.

Mas, embora Amílcar Cabral se recusasse a conceder à etnicidade um papel determinante ou mesmo preponderante em suas formulações teóricas, ele de fato escreveu bastante longamente sobre ela, em termos de sua superação. A meta política autoatribuída pelo nacionalismo de Cabral era fazer brotar um sentimento nacional amplamente compartilhado a partir das linhas divisórias que ele reconhecia terem sido traçadas por identidades étnicas. A ultrapassagem dessas barreiras, em um certo sentido, seria função da própria realidade: à medida que se experimentavam as contradições opressivas do jugo colonial, passava-se a perceber a necessidade de sobrepujar as divisões internas e de se levantar em prol da unidade nacional:

Por outro lado, na presente etapa, já bastante avançada, começa a surgir progressivamente uma consciência nacional apesar das nossas divisões étnicas. O racismo deu aos africanos a consciência de si mesmos, o que representa um aspecto muito particular da situação.¹⁵⁴

Ironicamente, seria uma certa identificação (negativa) em termos de raça que permitiria uma primeira “tomada de consciência” para além da identificação em termos de etnia; desse movimento se esperava uma ampla disseminação, mesmo através das divisões mais cruciais de classe, o que levaria a uma “agudização” de contradições, para usar a linguagem marxista então em voga. Segundo seu relatório de 1968,

certos chefes tradicionais e fiéis ao colonialismo, face à continuidade da luta e às baixas crescentes sofridas pelos colonialistas, não escondem as suas hesitações e descrédito chegando mesmo a entrar em conflito com os seus patrões. Começam a dar-se conta da situação difícil que é a sua, cada vez mais abandonados pelas populações que passam para o nosso lado ou procuram refúgio nos países vizinhos. À medida que a nossa luta se

¹⁵³ Uma recolção das teorias e dos dados disponíveis encontra-se em CASTANHEIRA, **Quem mandou matar Amílcar Cabral?**, cap. 5; ver ainda TOMÁS, **O fazedor de utopias**, p. 265-285.

¹⁵⁴ CABRAL, **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, v. 1, p. 104.

intensifica, os mercenários africanos a serviço do exército português — os quais recebiam quinze escudos (meio dólar) por cada recrutamento — tomam consciência das realidades e decidem juntar-se a nós.¹⁵⁵

Mas a transformação das identidades étnicas em uma consciência nacional não é de forma alguma um processo que se dará por si só. Ela precisa ser politicamente produzida. De fato, a construção de uma consciência nacional é o objetivo político primário do PAIGC, segundo explica Cabral durante o Seminário de Quadros em 1969:

A primeira condição para a resistência política, camaradas, é unir as pessoas. Já falámos sobre isso na questão dos princípios do Partido, foi já definido em grande parte qual é a nossa resistência política. Unir, criar a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos de um ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, em que tanto pela nossa história como pelo trabalho dos tugas, estávamos divididos em grupos. Civilizados e indígenas, gentes do mato, balantas, papéis, manjacos, mandingas, etc., etc. O nosso primeiro trabalho é criar num certo número da nossa gente a consciência nacional, a ideia da unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde.¹⁵⁶

Em um de seus textos mais acadêmicos (a conferência lida na reunião da Unesco, em 1972), as preocupações de Cabral relativas à etnicidade podem ser mais propriamente compreendidas. Ao abordar o papel da cultura no âmbito dos movimentos de libertação, ele chegará a argumentar que as identidades culturais específicas conformam as bases da luta anticolonial. Enunciando formalmente algo que já havia sido sugerido por Sékou Touré, Cabral diverge da maior parte dos demais líderes africanos, que defendiam a ideia de que um renascimento cultural era um pré-requisito do nacionalismo moderno no mundo colonial; antes, ele afirma que onde quer que esse renascimento exista, ele se restringe a uma categoria social extremamente estreita, quase sempre uma pequena burguesia nacional frustrada com os poucos resultados políticos, sociais e econômicos de seus esforços assimilacionistas em relação à cultura metropolitana. Para a grande maioria dos habitantes do mundo colonial, especialmente os que vivem no campo, não pode haver a necessidade de um renascimento cultural ou de um “retorno às fontes” uma vez que tais fontes, representadas por suas próprias

¹⁵⁵ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 18, p. 31-32.

¹⁵⁶ *Ibid.*, v. 12, p. 7-8; também publicado em *Obras escolhidas de Amílcar Cabral*, v. 2, p. 133-242.

culturas, nunca haviam sido abandonadas, ainda que tivessem sido influenciadas em maior ou menor grau pela cultura metropolitana.¹⁵⁷

O tribalismo, de forma semelhante, seria para Cabral não uma derivação das identidades étnicas, mas um produto direto do oportunismo político de membros dessa mesma camada que propagava o “renascimento cultural”. Em uma entrevista para a revista *Tricontinental*, publicada em 1969, ele já advertira:

Por outro lado, devemos insistir no facto de que o povo africano, tanto no nosso país como no Congo, onde se produziram coisas terríveis do ponto de vista tribal, não é tribalista. Entre os Africanos a tendência é entenderem-se uns com os outros o melhor possível. Só os oportunistas políticos é que são tribalistas: são indivíduos que estiveram nas universidades europeias e que frequentaram os cafés de Bruxelas, de Paris, de Lisboa ou de outras capitais, que estão completamente separados dos problemas do seu povo, dos quais poderíamos dizer que são tribalistas, que são pessoas que muitas vezes desprezam o seu próprio povo e que, por ambição política, recorreram a razões que não existam já na mentalidade dos nossos povos, para tentar realizar o seu objectivo oportunista, os seus fins políticos, a sua ambição de comando e de dominação política.¹⁵⁸

Entretanto, a teoria da modernização está mesmo aqui presente, na própria engenharia de uma dimensão nacional da cultura. A meta política de trazer à luz uma consciência nacional envolve, segundo Amílcar Cabral, um trabalho seletivo sobre as culturas existentes no território da colônia, que serão usadas como matérias-primas. Uma seleção em termos de privilegiar os conteúdos “positivos” (como sinônimo de “progressivos”) das culturas base:

Na apreciação do papel da cultura no movimento de libertação, é conveniente não esquecer que a cultura, como resultante e determinante da história, comporta elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, aspectos positivos e negativos, factores de progresso ou mesmo de regressão — em suma, contradições e mesmo conflitos. Seja qual for a complexidade desse panorama cultural, o movimento de libertação tem necessidade de nele

¹⁵⁷ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 10, p. 6-10.

¹⁵⁸ CABRAL, *Textos Amílcar Cabral*, v. 1, p. 71.

localizar e definir os dados contraditórios para preservar os valores positivos, efectuar a confluência desses valores no sentido da luta e no âmbito de uma nova dimensão — a dimensão nacional.¹⁵⁹

Essa “confluência” é invocada de forma a impulsionar o progresso, assim como a luta anticolonial — como o caminho para o progresso. É também um procedimento necessário para reconciliar o anticolonialismo (em última instância uma negação das alegações civilizacionais da filosofia da história ocidental) e o Estado-Nação (a forma clássica e ideal do corpo político para a filosofia política deste mesmo ocidente). A necessidade da correlata noção ocidental sagrada de racionalidade é dessa maneira igualmente proclamada:

[...] a luta exige a mobilização e a organização de uma maioria significativa da população, a unidade política e moral das categorias sociais, a liquidação progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos incompatíveis com o carácter racional e nacional da luta de libertação [...].¹⁶⁰

Apesar de tudo, Cabral não apresenta esse caminho de uma etnicidade atrasada em direção a uma nação progressiva como um processo de mão única. Ao contrário, ele envolve uma dialética muito específica: se há uma corrente que se origina na cultura e flui em direção à luta, por outro lado uma outra corrente parte da própria luta em direção às culturas dos grupos étnicos — por meio do que poderíamos talvez chamar de uma “função de realidade”:

Desenvolve-se assim uma acção recíproca entre a cultura e a luta. A cultura, base e fonte de inspiração da luta, começa a ser influenciada por esta, influência que se reflete de forma mais ou menos evidente, quer na evolução do comportamento das categorias sociais e dos indivíduos quer no desenrolar da própria luta. Tanto os dirigentes do movimento de libertação, na sua maior parte originários dos centros urbanos (pequena burguesia e trabalhadores assalariados), como as massas populares (cuja esmagadora maioria é composta por camponeses), melhoram o seu nível cultural: maior conhecimento das realidades do país, libertação de complexos e preconceitos de classe, alargamento do universo no qual evoluem, destruição das barreiras étnicas, reforço da consciência política, integração no país e no mundo, etc.¹⁶¹

¹⁵⁹ CABRAL, *Cabral ka muri*, v. 10, p. 20-21.

¹⁶⁰ *Ibid.*, v. 10, p. 21, grifo no original.

¹⁶¹ *Ibid.*

É esse movimento dialético que permite a Amílcar Cabral reconciliar as especificidades culturais dos diferentes grupos étnicos com as reivindicações de legitimidade no âmbito do sistema de Estados-Nação para uma única entidade política comportando a Guiné e Cabo Verde: ambos emergem, combinados na forma de um estado multicultural, como a síntese das contradições entre a etnicidade e a luta de libertação. Conforme o próprio Cabral resume:

No seio da sociedade indígena, as influências da luta reflectem-se nos resultados multilaterais das realizações acima mencionadas, assim como no desenvolvimento e/ou sobre a consolidação da consciência nacional. A acção confluyente do movimento de libertação no plano cultural leva à criação de uma lenta mas sólida unidade cultural, de natureza simbiótica, correspondente à unidade moral e política necessária à dinâmica da luta. Com a ruptura do hermetismo de grupo, a agressividade de carácter racial (tribal ou étnico) tende a desaparecer progressivamente para dar lugar à compreensão, à solidariedade e ao respeito mútuo entre os diversos sectores horizontais da sociedade, unidos e identificados na luta e num destino comum face ao inimigo estrangeiro [...]. Constata-se igualmente um reforço da identidade de grupo e um correspondente avivar da dignidade. Esses factores em nada prejudicam a estruturação e o movimento do conjunto social no sentido de um avanço harmonioso e em função de novas coordenadas históricas — as da dimensão nacional — de que só uma acção política intensiva e eficaz, elemento essencial da luta, pode definir a trajectória e os limites e garantir a continuidade.¹⁶²

Nunca é demais ressaltar que essa nova dimensão, muito embora fosse considerada uma necessidade histórica, só podia segundo Cabral ser trazida à luz por um trabalho político consciente, através da acção do Partido sobre a cultura, de forma a garantir que a evolução fosse feita no âmbito do quadro modernizador desejável, e que se criassem as próprias condições para sua continuidade.

Em resumo, o nacionalismo de Cabral buscava resolver, no nível do discurso, a contradição, compartilhada pelos nacionalismos africanos de modo geral, implicada na necessidade de ancorar uma reivindicação política unitária em uma multiplicidade de fontes culturais de legitimidade — Cabral consegue afirmar uma certa legitimidade para as culturas “étnicas” da Guiné, e ao mesmo tempo reivindicar um único estado nacional, por conceber as diferentes etnias (entendidas como uma composição de sociedades e culturas) como operandos

¹⁶² *Ibid.*, v. 10, p. 21-22.

algébricos em uma equação que tem como resultado a consciência nacional. Dessa operação se exige que se equipare ao processo de modernização — essa operação ideal da filosofia da história e da teoria política ocidentais. Cabral define o lugar de seu PAIGC nesse processo como a força política a qual, continuamente emergindo da cultura, tem como objetivo, através de um trabalho seletivo executado sobre a própria cultura, dar à luz o moderno Estado-nação numa condição colonial e africana.

* * *

De certa maneira, esta última conclusão é uma tentativa de alinhar as preocupações sobre as quais tentei me debruçar ao longo desses dois primeiros capítulos. Vimos como o nacionalismo no mundo colonial é por definição um corpo de discurso contraditório, uma vez que deve aderir de certo modo à teoria política ocidental clássica ao tempo em que deve refutar a filosofia da história sobre a qual esse arcabouço teórico repousa. No caso africano, essa contradição se expressa através de uma configuração categorial específica, que envolve a adscrição de diferentes valores morais, distribuições geográficas, capacidades heurísticas e implicações normativas ao jogo de assimilação, oposição e transformação de nação, raça e etnia. Nesse contexto, os diferentes projetos políticos em disputa no continente africano durante as décadas de 1960 e 1970 precisavam manipular discursivamente essas entidades coletivas e estipular o papel que deveria caber ao Estado (ou de seus substitutos no contexto das “zonas liberadas” ou dos regimes de partido único, respectivamente o movimento e partido) nesse jogo de transformações.

No caso de Angola, havia, como é natural, muitos atores envolvidos nesse processo. A partir de agora, passarei a acompanhar os passos de um pequeno grupo de jovens nacionalistas, cuja dedicação à construção de uma nação futura em seu país de nascimento e de escolha tornaram singular. Singular também era, como veremos, sua própria posição na hierarquia mutante de legitimidades que atravessava então o nacionalismo angolano, e cujas heranças continuam vivas hoje. Depois deste longo — e, segundo espero, não totalmente desnecessário — preâmbulo, peço portanto licença para iniciar essa história.

PARTE II

Sonhos de igualdade, pesadelos de diferença

4 O salto

Em um dia qualquer de setembro de 1962, o jovem estudante universitário Artur Carlos Pestana apresentou tranquilamente seu passaporte às autoridades portuguesas, na fronteira com a Espanha, antes de ser liberado para seguir viagem no trem que o levaria a Paris. Então com 19 anos, o futuro escritor que mais tarde adotaria o nome “Pepetela” escapara por pouco. Dois dias depois, sua residência em Lisboa recebeu a visita da famigerada PIDE, que vigiava com muita atenção o ambiente de mobilização estudantil, e especialmente os estudantes das colônias — muitos dos quais circulavam em torno da Casa dos Estudantes do Império (CEI), uma associação fundada em 1946 em Lisboa, a partir da breve experiência anterior de uma Casa dos Estudantes de Angola.¹

4.1 Ventos de mudança

A fundação de uma instituição como a CEI em pleno contexto ditatorial só fora possível devido às relações privilegiadas que alguns dos estudantes angolanos tinham com os meios políticos dominantes na capital e com os interesses coloniais portugueses. De fato, o idealizador do projeto e primeiro presidente, Alberto Marques Mano Mesquita, era sobrinho do Governador-Geral de Angola. A imprensa semioficial acolheu positivamente a iniciativa, retratada como uma demonstração de vitalidade da política colonial portuguesa; dentre as festividades de inauguração, destacou-se a visita do então Ministro das Colônias, Marcelo Caetano. Uma análise da prestação de contas da primeira gestão indica muito claramente as vinculações políticas e econômicas da CEI nessa primeira fase: a Companhia de Exportações do Ultramar Português contribuiu com 20.000\$00 (vinte mil escudos); a Delegação Colonial de Importação e Compras, com 15.000\$00; a Junta do Café, com outros 15.000\$00; as Juntas do Algodão e dos Cereais, com 10.000\$00 cada; os governos das colônias também contribuíram, juntos, com pouco mais de 42.000\$00 (dos quais, mais de 60% haviam sido empenhados pelo governo de Angola, o que reflete seu peso econômico relativo no conjunto do império português).²

¹ MATEUS, Dalila Cabrita, **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**, Mem Martins: Inquérito, 1999, p. 250; FARIA, António, **Linha estreita da liberdade: a Casa dos Estudantes do Império**, Lisboa: Colibri, 1997, p. 21-25.

² FARIA, **Linha estreita da liberdade**, p. 34.

Nas cidades universitárias portuguesas, os angolanos formavam uma ampla maioria dentre os estudantes oriundos do “ultramar” e tendiam, nessa época, a ser brancos ou mestiços claros, filhos ou netos de portugueses emigrados para a colônia, enquanto os cabo-verdianos e são-tomenses eram, em geral, por razões de demografia histórica, tendencialmente mais escuros ou negros. Havia poucos moçambicanos (cujo acesso à universidade, de resto mais restrito, era mediado pelas missões protestantes, que muitas vezes os enviavam diretamente aos Estados Unidos ou à Suíça), e os guineenses apenas muito esporadicamente conseguiam chegar a cursar o ensino superior. Mas, ainda que boa parte desse contingente colonial fosse composta por descendentes de colonos, eles não deixaram de se interessar, junto com alguns poucos negros, pelo ressurgimento da oposição à ditadura, corporificada na fundação do Movimento de Unidade Democrática (MUD), em outubro de 1945.

Animado por comunistas (cujo partido funcionava na clandestinidade), mas congregando socialistas, liberais e católicos progressistas, o MUD tornou-se a expressão legal de demandas políticas e sociais há muito reprimidas, e ganhou grande adesão nos setores urbanos médios da sociedade portuguesa. Foi em sua seção juvenil que começaram a militar alguns dos residentes na CEI, dentre os quais os angolanos Carlos Ervedosa, Sócrates Dáskalos, Lúcio Lara, Agostinho Neto e o guineense Amílcar Cabral. Daí para montar um grupo de oposição no interior da casa e conquistar sua direção foi um passo.³

Esse passo possibilitou uma significativa virada nas atividades e nos próprios objetivos da CEI, que passou a ser palco de uma protoagitação nacionalista. A resposta da ditadura não tardaria: a primeira gestão dos futuros nacionalistas, na qual Amílcar Cabral ocupava o cargo de vice-presidente, foi interrompida pela instalação de uma “comissão administrativa”.⁴ Em 1948, o próprio MUD era colocado na ilegalidade, sob a acusação de ter fortes vínculos com o clandestino Partido Comunista Português (PCP). A atividade desses jovens voltou-se então para a formação política de um núcleo nacionalista em Lisboa, primeiro na CEI e mais tarde no âmbito de um Centro de Estudos Africanos (CEA), cujas reuniões animadas ocorriam na casa da família cabo-verdiana Espírito Santo, na Rua Actor Vale, 37. Essa formação envolvia fundamentalmente a apropriação coletiva daquele *corpus* de produção ensaística e literária contracanonica que descrevi como pan-africanista na seção 3.1, sob a orientação informal do angolano Mário Pinto de Andrade, e a presença constante de Agostinho Neto, Amílcar Cabral, os são-tomenses Alda e Guilherme do Espírito Santo e os moçambicanos Marcelino dos Santos e Noémia de Souza, além de uma assistência flutuante mas interessada, empenhada

³ *Ibid.*, p. 27-30; 35.

⁴ *Ibid.*, p. 36-39.

seja na construção de alternativas de atuação política, seja no estabelecimento de um projeto literário anticolonial. O poeta angolano Viriato da Cruz participava como correspondente, e demonstrava estar, tanto quanto Mário Pinto de Andrade, muito consciente das propostas literárias pan-africanistas que circulavam pelo Atlântico. Viriato havia lançado, em 1948, o lema “Vamos descobrir Angola!”, que é considerado pela grande maioria das memórias e análises sobre a construção da literatura angolana como o evento catalizador de um grande movimento de cunho nativista, envolvendo a produção literária e ensaística e esforços em linguística e etnografia, além de terem uma contraparte nas esferas da música — com o grupo Ngola Ritmos, de “Liceu” Vieira Dias — e na dramaturgia — com o mais efêmero Grupo Experimental de Teatro (Gexto), de Domingos e António Van-Dúnem e Gabriel Leitão, no âmbito da Liga Nacional Africana (LNA).⁵

O fruto dessas discussões foi a consolidação de um conjunto compartilhado de interpretações sobre a situação colonial e sobre as perspectivas de ação nas mais variadas frentes, e a sacralização do objetivo comum e inescapável da independência política de cada um dos territórios africanos sob domínio português, além de um certo ideário humanista e igualitário que deveria orientar as características das sociedades nacionais a serem construídas após a libertação. Como primeiro passo prático, deslocaram a partir de 1954 o foco de suas atenções da CEI para o Clube Marítimo Africano (CMA), que congregava gentes de origens sociais bem distintas, e que podiam propiciar, uma vez mobilizadas, uma importante rede de comunicação clandestina com os territórios africanos sob domínio português.⁶

⁵ SERRANO, Carlos, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 129-137; SOARES, Francisco, No cruzar dos caminhos: a pesquisa poética de Viriato da Cruz, in: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.), **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**, Lisboa; Luanda: Prefácio; Caxinde, 2008, p. 91-100; HAMILTON, Russel, **Literatura africana: literatura necessária**, Lisboa: 70, 1984, v. 1, p. 80. Sobre o Teatro Gexto ver, ABRANTES, José Mena, **O teatro em Angola**, Luanda: Nzila, 2005, v. 1, p. 90-91; 147. Domingos Van Dúnem cita essa experiência de passagem, atribuindo sua inspiração ao brasileiro Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento, em LABAN, Michel, Entrevista com Domingos Van-Dúnem, in: **Angola: encontro com escritores**, [Porto]: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, v. 1, p. 208. Uma excelente história da música popular angolana a partir de 1945, para a qual o Ngola Ritmos assume um papel fundamental, pode ser lida em MOORMAN, Marissa Jean, **Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times**, Athens: Ohio University, 2008.

⁶ A rede transoceânica do Clube Marítimo Africano, por onde circulavam livros, documentos e, mais raramente, equipamentos, abrangia fundamentalmente os portos de Lisboa, Lobito e Luanda (em Angola), Praia (em Cabo Verde), Bissau (na Guiné), e os portos brasileiros. ROCHA, Edmundo, **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)**, Luanda: Kilombelombe, [s.d.], p. 81-83; 89-90; 93-97. Sobre o papel desempenhado por Mário Pinto de Andrade enquanto liderança intelectual no contexto africano de Lisboa, ver RAMALHO, Vítor, A liberdade morre no exílio, in: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.), **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**, Lisboa: Colibri, 2000, p. 47-50; e ESPÍRITO SANTO, Alda, Sobre Mário Pinto de Andrade — um depoimento possível, in: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.), **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**, Lisboa: Colibri, 2000, p. 37-41. O próprio Mário Pinto de Andrade descreveu esses primeiros anos de mobilização

Mas não abandonaram totalmente a CEI, antes contribuíram para formar seus sucessores. Nos últimos anos da década de 1950, a casa foi tornando-se cada vez mais definida em termos organizativos. A um grupo estritamente ligado ao MUD e ao PCP, liderado por David Bernardino e formado por jovens marxistas brancos do centro e do sul de Angola, opunha-se uma “nova vaga” estudantil, mais variegada, profundamente desconfiada da posição do PCP (que só reconheceria o direito incondicional das colônias à independência em 1957), e envolvida no apoio à criação de uma entidade clandestina liderada pelos “mais-velhos” quando esses abandonaram Portugal em busca de novas possibilidades de atuação política, o Movimento Anti-Colonialista (MAC). Essa “nova vaga”, que, driblando a vigilância dos órgãos de segurança, conquistou a direção da CEI e consolidou sua liderança por volta de 1960, passou a empreender uma forte atividade cultural contestatória, centrada na realização de debates e na publicação de uma revista, *Mensagem*, e em livros de poesia e ensaios.⁷

Sob a direção do angolano Carlos Ervedosa, a CEI publicou, na coleção *Autores Ultramarinos*: Mário António, *Amor*; Luandino Vieira, *A cidade e a infância*; Arnaldo Santos, *Fuga*; Viriato da Cruz, *Poemas*; António Cardoso, *Poemas de circunstância*; Costa Andrade, *Terra de acácias rubras*; Manuel Lima, *Kissanje*; Agostinho Neto, *Poemas*; António Jacinto, *Poemas*; Alexandre Dáskalos, *Poesias*; Tomás Vieira da Cruz, *Poesia angolana*; Henrique Abranches, *Diálogo*; Ovídio Martins, *Caminhada*; José Craveirinha, *Chibugo*; e Arnaldo Santos, *Quinaxixe*. O peso de Angola na CEI se reflete claramente nessa lista: exceto José Craveirinha, de Moçambique, e Ovídio Martins, de Cabo Verde, todos os demais autores são angolanos. A CEI dava assim vazão a uma produção poética (e, em menor medida, narrativa) que lutava por definir as bases estilísticas de uma angolanidade, e também procurava induzir um esforço reflexivo sobre esse processo, conformado nos três livros da coleção *Ensaio: Literatura angolana*, do próprio Carlos Ervedosa; *Consciencialização na literatura caboverdiana*, de Onésimo Silveira (com cujas análises políticas já tive a oportunidade de

intelectual em Lisboa a Christine Messiant, em uma entrevista disponível em MESSIANT, Christine, Sur la première génération du MPLA: 1948-1960: Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982), *Lusotopie*, n. 1999, p. 185-221, 1999. Ver ainda, do próprio Mário Pinto de Andrade, Literatura e nacionalismo em Angola, in: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.), **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**, Lisboa: Colibri, 2000, p. 21-27. O processo de formação dessa primeira geração de intelectuais nacionalistas que passaram por Lisboa foi o tema de MATEUS, **A luta pela independência**. Andrade transferiu-se para Paris em 1954, onde passou a trabalhar como secretário da Revista *Présence Africaine*.

⁷ ROCHA, **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo**, p. 81-85. Sobre o MAC e suas derivações, ver TALI, Jean-Michel Mabeko, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, Luanda: Nzila, 2001, v. 1, p. 64-66; BITTENCOURT, Marcelo, **“Estamos juntos”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**, Luanda: Kilombelombe, 2010, v. 1, p. 108-109; FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro, **Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o Departamento de Estado norte-americano e os movimentos nacionalistas angolanos, 1960-1961**, *Afro-Ásia*, n. 38, p. 87-139, 2008, p. 106-112.

dialogar na seção 3.2), e *Negritude e humanismo*, de Alfredo Margarido. Acompanhando essa fecunda safra literária, inspirada pelo lema “Vamos descobrir Angola!”, lançado por Viriato da Cruz ainda em fins da década de 1940, havia uma preocupação etnográfica, representada por dois livros organizados na coleção *Etnografia: Cancioneiro angolano*, de Gonzaga Lambo; e *Canções Populares de Nova Lisboa*, compilado por Ernesto Lara Filho, mas sem indicação de responsabilidade.⁸ Não por acaso, a maior parte desses nomes voltará a figurar, de uma forma ou de outra, nas páginas que se seguem.

Esse conjunto das publicações da CEI aponta muito claramente para aquele impulso nativista de que falei na seção 3.1 como característica geral do pan-africanismo e aspecto fundante dos nacionalismos africanos. É interessante compará-lo a dois outros momentos editoriais, também gestados em torno da casa, para ajudar a esboçar a rápida evolução desse contexto intelectual. Ainda em 1953, Mário Pinto de Andrade e o são-tomense Francisco José Tenreiro haviam editado a primeira antologia da literatura das colônias, sob o título de *Caderno da poesia negra de expressão portuguesa*. Buscando alinhar-se ao movimento literário criado por Césaire e Senghor, os organizadores excluíram os poetas cabo-verdianos, sob a alegação de que a poesia das ilhas era “crioula”, e que, fruto de condições históricas particulares, não exprimia o “sentimento da negritude” que era “a razão-base da poesia negra”. Paradoxalmente, entretanto, não deixaram de incluir escritores brancos e mestiços de outros territórios coloniais portugueses. Já em Paris, em 1958, Andrade levantaria o veto a Cabo Verde em sua *Antologia de poesia negra de expressão portuguesa*, e, em 1967, em Argel, trocava a designação racial pela referência continental ao editar os dois volumes de *Literatura africana de expressão portuguesa*.⁹ Se as tribulações classificatórias das antologias organizadas por Mário Pinto de Andrade dão conta das tensões envolvidas no enquadramento

⁸ FARIA, *Linha estreita da liberdade*, p. 61-63; HAMILTON, *Literatura africana*, v. 1, p. 79-123; FERREIRA, Manuel, *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*, Lisboa: Seara Nova, 1975, v. 2, p. 260-264. Alfredo Margarido era português, mas esteve intensamente envolvido na CEI. Viveu em São Tomé e Príncipe e mais tarde em Angola, até ser expulso, em 1964, quando rumou para Paris. Também circulavam na CEI alguns brasileiros, como Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes Pereira. Ambos se envolveriam profundamente na consolidação dos Estudos Africanos no Brasil (respectivamente através do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro).

⁹ Uma excelente análise do percurso intelectual envolvido no trabalho de Mário Pinto de Andrade como crítico cultural e estudioso do nacionalismo pode ser lida em COSME, Leonel, A obra incompleta de Mário Pinto de Andrade, in: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.), **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**, Lisboa: Colibri, 2000, p. 131-151. Em fevereiro de 1968, Andrade publicou um artigo na revista *Algérie-Actualité*, no qual se desmarcava completamente da *négritude*. Ali argumentava, baseando-se nos escritores negros René Depestre, do Haiti, e Nene Khaly, da Guiné, que o impasse histórico em que a *négritude* então se encontrava (presa a um nativismo rural e arcaizante e transformada em ideologia de sustentação política por um François “Papa Doc” Duvalier) só tinha saída em uma identificação com o Terceiro Mundo. BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.), **Quem é o inimigo?**, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, v. 3, p. 285-287.

racial de cujos conteúdos se esperava, afinal, ver emergir uma certa unidade, outras três antologias publicadas pela CEI entre 1962 e 1963, abrangendo respectivamente poetas de Angola, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, são as primeiras a apontar de modo inequívoco para projetos literários nacionais, e não mais “ultramarinos”.¹⁰ De notar aqui que, embora a “expressão portuguesa” dessa literatura não se preste, à altura, a uma problematização explícita, a entronização literária da fala popular e regional por parte dos modernistas brasileiros serviu de guia para boa parte das experimentações literárias em curso. Indo ainda mais longe, a obra *Poetas Angolanos*, da CEI, incluiu uma seção de “poesia angolana de expressão banto”, com poemas em quimbundo, umbundo e tchikwanyama.¹¹

De toda forma, o fato é que, em virtude dessa intensa movimentação cultural e criptonacionalista, a sede da CEI, localizada na Avenida Duque d’Ávila, 23, servia nos primeiros anos da década de 1960 como um dos principais pontos de referência cotidiana para os estudantes oriundos das colônias, os quais podiam ser residentes, fazer uso apenas dos serviços do refeitório, ou simplesmente comparecer aos saraus, lançamentos de livros, palestras e debates que ali tinham lugar. Era um grupo ativo, cujo número vinha crescendo de forma acentuada desde o final da década de 1950, o que foi acompanhado por uma interessante mudança em sua composição social e racial.

¹⁰ HAMILTON, *Literatura africana*, p. 18.

¹¹ *Ibid.*, v. 1, p. 93-94.

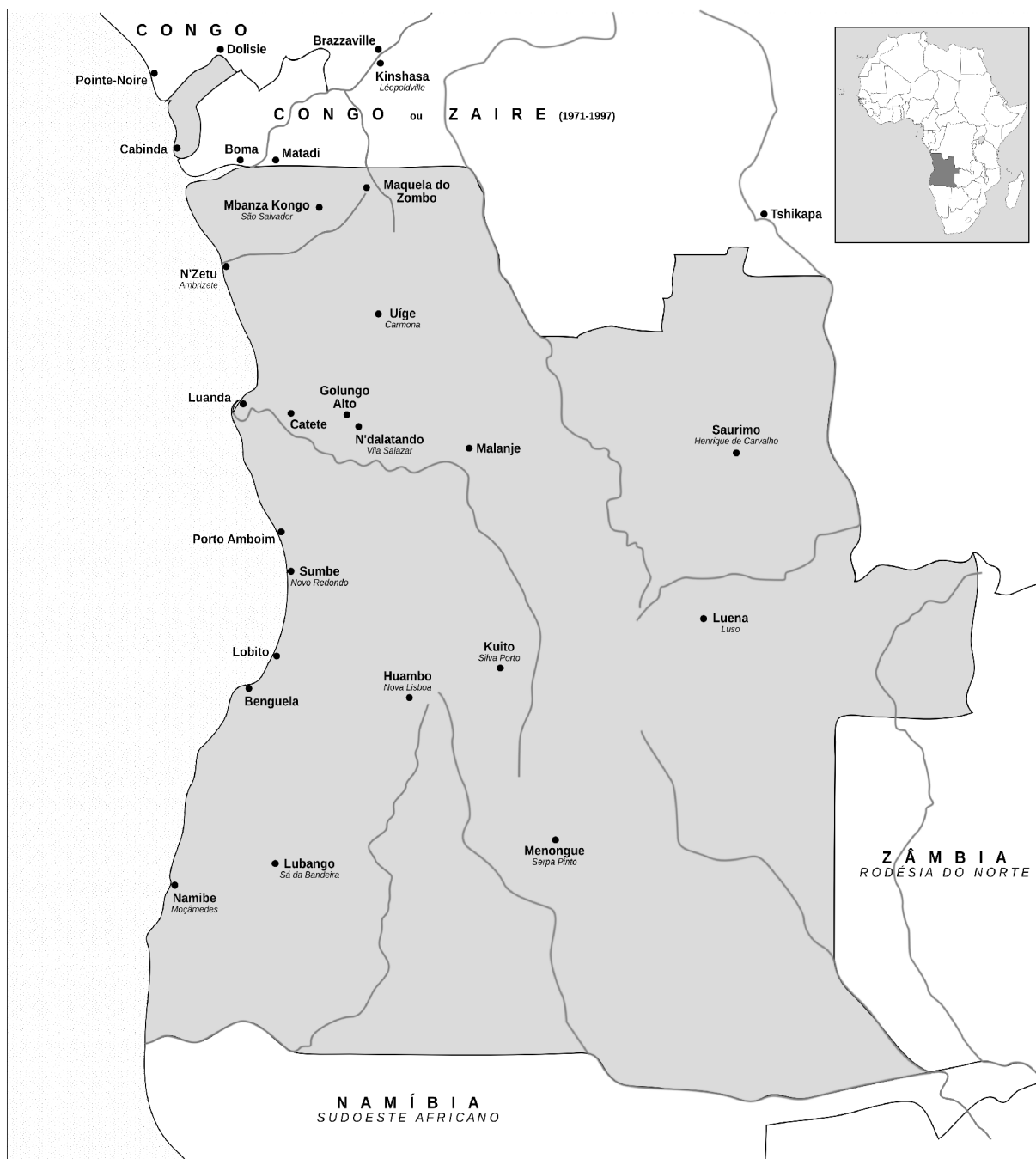


Ilustração 3: Principais cidades em Angola e em suas fronteiras, e designações coloniais.

De fato, nas colônias, e especialmente em Angola, o ensino experimentara uma significativa expansão e uma relativa democratização durante a década anterior. Segundo estatísticas oficiais, o número de negros e mestiços no território angolano que sabiam ler e escrever a língua portuguesa saltou de 14.500 para 100.000 entre 1950 e 1960. No últimos anos desse período, aos dois liceus até então existentes — um em Luanda e outro em Sá da Bandeira (atual Huíla) — vieram-se juntar mais três — em Luanda, em Benguela e em Nova Lisboa (atual Huambo) — abrindo novas possibilidades de formação educacional de modelo europeu,

que foram aproveitadas principalmente por alunos brancos mais pobres, mestiços de variada proveniência, e, em menor proporção, negros.¹²

Por um lado, essa experiência vinha acarretando, para diferentes camadas sociais angolanas, um espaço novo para um tipo específico de sociabilidade expandida: o encontro tenso, com frequência violento, mas muito produtivo em termos simbólicos, entre a “Baixa” praticamente toda branca e o “muceque” em diversos tons de negro — que se verificava também nos bairros “fronteiriços” surgidos com a rápida expansão urbana de Luanda no pós-guerra, que empurravam os muceques um pouco mais para a periferia. Essa tensão é reiteradamente representada pela narrativa literária angolana, como por exemplo nos contos de Luandino Vieira publicados em 1960 pela CEI, na coletânea *A cidade e a infância*. Por outro, a dicotomia patente entre os conteúdos e os formatos do ensino, embasados por uma ideologia imperial assimilacionista e centrados na “portugalidade”, e essa outra matriz de sociabilização, a qual, por contraste, tendia cada vez mais a se definir como angolana.¹³

Esse impulso em direção à angolanidade podia ser percebido, no limite e sob certas circunstâncias, como capaz de colocar em suspensão a própria vigência das categorias sociorraciais que estruturavam a sociedade colonial:

O problema ali de branco, negro e mestiço, a um determinado nível e em determinados setores não se punha. [...] Por exemplo, o Liceu. Embora a minoria dos estudantes fosse negro — [seu número] vinha aumentando, mas refletia a pirâmide colonial [...] — agora, lá dentro, éramos todos iguais, nesse aspecto, e era um espaço de convívio multirracial. Espaço que se alargava, cá fora, alargava muitas vezes, e alargava-se em certos setores. Se o estudante era do muceque e andava no Liceu, era mais difícil alargar seu espaço de convívio até lá. Mas em zonas de habitação mista, em [...] que viviam brancos, negros e mestiços, o convívio continuava ali, nos jogos de futebol e noutras coisas.¹⁴

A rápida expansão do ensino liceal nas colônias africanas foi a base de um aumento correspondente (embora naturalmente menos significativo em números absolutos) na

¹² FIGUEIREDO, Maria Leonor Menezes Cândido, **O movimento estudantil em Angola nos anos da descolonização (1974-1975)**, Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 20-23.

¹³ Ver, por exemplo, MACÊDO, Tania, Luanda: violência e escrita, *in*: CHAVES, Rita de Cássia Natal; MACEDO, Tânia (Orgs.), **Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa**, São Paulo: Alameda, 2006, v. 2006, p. 175-187.

¹⁴ MARIA, Adolfo, **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 9 fev. 2011. Adolfo Maria é um dos sujeitos desta pesquisa. Farei as devidas apresentações um pouco mais abaixo, ainda neste capítulo.

quantidade de estudantes que iam fazer os estudos superiores na metrópole — muitos dos quais já traziam inquietações de suas experiências estudantis anteriores — e, em consequência, participar em maior ou menor medida do espaço de convivência propiciado pela CEI. Para o final da década de 1950, a Casa foi-se colorindo mais e mais com uma crescente proporção de mestiços e, em menor medida, negros. Mas é preciso observar que a maior parte dos estudantes negros não circulava por ali numa base cotidiana: sendo, em sua esmagadora maioria, beneficiários de bolsas de estudo fornecidas por missões religiosas, ficavam sob a benevolente mas atenta vigilância missionária em alojamentos oportunamente situados nos arredores da cidade, no Lumiar ou, ainda mais longe, em Carcavelos.¹⁵

É possível que a estratégia dos lares fosse uma resposta dos responsáveis pelas missões a falhanços anteriores, em que houvessem perdido a influência sobre o estudante em cuja formação vinham investindo para o ambiente de mobilização política democrática e anticolonial. Esse foi o caso de Agostinho Neto: em dezembro de 1960, com efeito, o reverendo Edgar Cooper, chefe da Missão Metodista Angolana, queixou-se ao cônsul dos Estados Unidos em Luanda do comportamento da estrela em ascensão do nacionalismo angolano. Beneficiário de uma bolsa de estudos metodista para cursar Medicina em Lisboa, Neto não apenas envolvera-se em política, tendo sido preso diversas vezes, como — muito pior — passara a se declarar ateu. Os metodistas romperam relações, e se recusaram a contratar seu antigo aluno quando este, ao fim do seu curso, retornara a Angola.¹⁶

A transferência de Neto para Luanda fazia parte dos esforços do grupo dos “mais velhos” de fincar pé no “interior” e enquadrar o movimento cultural e contestatário polimorfo que ali vicejava, transformando-o em algum tipo de resistência organizada. Em paralelo, os demais integrantes do núcleo do Centro de Estudos Africanos buscavam, fora de Portugal, um espaço de atuação mais eficaz. Amílcar Cabral assumira responsabilidades profissionais que o levaram a Angola, de onde seguiu para a Guiné, onde se dedicou, por algum tempo, a criar uma agitação nacionalista de cunho sindical, seguindo o exemplo dos vizinhos Guiné-Conacri e Gana. Marcelino dos Santos e Guilherme do Espírito Santo juntaram-se a Mário Pinto de Andrade em Paris; Lúcio Lara mudou-se para Frankfurt. Nesse meio tempo, Viriato da Cruz, o principal animador cultural atuando em Luanda desde o final da década de 1940, saíra de Angola em 1957, passara por Portugal, onde fora abrigado por Amílcar Cabral, e, sem conseguir obter os contatos que desejava com o PCP, seguira para Paris. Ali, em novembro,

¹⁵ ROCHA, *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo*, p. 86.

¹⁶ United States, National Archives II, Department of State, Central Files (US NARA DS/CF), Portugal — Angola — Nationalism (753N.00), cx. 1821, doc. 10-1260, **Airgram from AmConsul Luanda to Department of State, G-6**, Luanda, 12 out. 1960.

foi acordada a criação do MAC, em uma reunião na casa de Marcelino dos Santos, no número 3 bis da Rue de Sorbonne. Lúcio Lara foi enviado a Lisboa, no início de 1958, para obter o apoio da “nova vaga” da CEI; os angolanos Edmundo Rocha, Carlos Pestana Heineken “Katyana” e Henrique Teles “Iko” Carreira passaram a integrar a organização como representantes dos estudantes. Os planos do MAC de enviar uma delegação para a I Conferência dos Povos Africanos, em dezembro de 1958, no entanto, foram frustrados por falta de recursos, mas alguns de seus membros conseguiram chegar a Roma e participar do II Congresso de Escritores e Artistas Negros, em março do ano seguinte. Ao longo do ano de 1959 uma intensa troca de correspondência entre as várias “secções” do MAC (compostas quase sempre por uma pessoa só) dão conta de uma febril busca de contatos e apoios que pudessem garantir o início de uma luta anticolonial concreta. Em janeiro de 1960, na II Conferência dos Povos Africanos, em Túnis, esse grupo faria sua aparição pública enquanto forças nacionalistas organizadas em cada território e articuladas em uma entidade maior comum — a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas (FRAIN), que passava a substituir o MAC. Foi também a primeira vez que a sigla MPLA foi proferida em público.¹⁷

Em Luanda, por sua vez, Agostinho Neto não conseguiria avançar muito na direção da unidade. Havia pelo menos quatro diferentes organizações que se definiam como nacionalistas operando em Luanda, quase todas dedicadas à distribuição de panfletos e ao

¹⁷ ROCHA, Edmundo, Viriato da Cruz: itinerário político, *in*: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.), **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**, Lisboa; Luanda: Prefácio; Caxinde, 2008, p. 132-149 (quando Rocha fala da Conferência Afro-Asiática em Acra certamente quer se referir à I Conferência dos Povos Africanos; uma Conferência Afro-Asiática efetivamente seria celebrada em Acra em 1965); LARA, Lúcio, **Documentos e comentários para a história do MPLA: até fev. 1961**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000; TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, p. 64-65. Sobre a data de fundação do MPLA (oficialmente, 1956, quando Viriato da Cruz escreveu um manifesto que se tornaria, com algumas alterações feitas por Mário Pinto de Andrade, a carta constitutiva do MPLA), ver MARCUM, John, **The Angolan revolution**, Cambridge: MIT, 1969, v. 1, cap. 1; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, [Luanda]: Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 2008, v. 1, cap. V; VIII; PACHECO, Carlos, **MPLA: um nascimento polémico (as falsificações da história)**, Lisboa: Vega, 1997; TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, p. 49-62; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 1, p. 63-70; PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas, **História de Angola**, 1ª ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 235-240. É interessante notar que Péliissier separa os nacionalistas angolanos em “modernistas” (todas as organizações que vão desembocar no MPLA) e “etnonacionalistas” (o resto), uma posição que ele defende desde a década de 1970. O abandono da categoria “tradicionalistas” advogada por Chabal, apesar de tornar a tipologia sem dúvida mais coerente, não chega entretanto a torná-la mais convincente. De resto, a narrativa de Péliissier é muito bem informada, mas suas análises em relação à UPA e à UNITA são, por vezes, prejudicadas pela utilização dessa dicotomia. Uma crítica das produções acadêmicas contemporâneas sobre Angola, com especial ênfase nos trabalhos de Péliissier e de Marcum, foi feita por SERRANO, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, p. 66-77. Serrano reconhece, em todo caso, o relevante aporte de informações e documentação provido por eles; e é principalmente nessa condição que os utilizo ao longo de toda esta parte do trabalho.

recrutamento de novos integrantes. Seus responsáveis eram os remanescentes da ampla repressão desencadeada pela PIDE em 1959, cujos longos e complexos procedimentos judiciais seriam em seguida utilizados como peça de propaganda anticolonial pelo MPLA, sob o nome de “processo dos 50”. Ao chegar a Angola, Neto assumira a liderança do grupo reunido em torno de Ilídio Machado, o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) e o rebatizara como Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA).¹⁸ Havia ainda o Movimento de Libertação Nacional (MLN), o Movimento de Libertação de Angola (MLA) e um grupo que se assumia como parte da UPA, mas com raríssimos contatos reais com a direção da UPA em Léopoldville. Poucos meses depois de sua chegada, Neto seria preso pela PIDE e deportado para Cabo Verde. Em outubro de 1961, seria enviado de volta a uma prisão em Lisboa, e, em março de 1962, colocado em regime de “residência fixa” na capital portuguesa.¹⁹

Esse aliás era o destino de parte significativa das pessoas presas a partir de 1960 em Angola sob a acusação de atentarem contra a segurança do Estado. Alguns desses indivíduos vinham da Frente Unida Angolana (FUA), uma organização fundada em janeiro de 1961 que congregava, em torno da figura do engenheiro civil Fernando Falcão, brancos nascidos em Angola, quase todos do planalto central ou de Benguela. Entre seus doze fundadores contavam-se profissionais liberais (dois engenheiros, um advogado e um professor do liceu) e funcionários não-braçais de empresas ligadas à operação da economia colonial (um gerente de hotel, um bancário, um comerciante, um funcionário do Grêmio da Pesca e dois dos Caminhos de Ferro de Benguela), além de um pequeno comerciante autônomo. Sua posição política oscilava entre o reformismo e o autonomismo, mas o que realmente cimentava a organização era a procura por garantir a preservação de um lugar de destaque para os brancos em

¹⁸ Por vezes referido simplesmente como Partido da Luta Unida de Angola (PLUA), o que não deixa de ser relevante, já que “africano” no contexto colonial português era uma categoria que podia ser interpretada como excludente aos brancos. Uma análise muito interessante, inovadora e cuidadosa sobre os jogos de inclusão e exclusão relacionados a categorias raciais ao longo do processo de conformação do campo político angolano pode ser lida em REIS, Fidel Raul Carmo, **Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996): a configuração do campo político angolano - contributo para o estudo das relações raciais em Angola**, Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010. Sobre os aspectos jurídicos do “Processo dos 50” e outros processos que se seguiram, bem como a organização dos campos de concentração, no arquipélago de Cabo Verde, onde muitos dos nacionalistas presos foram mantidos até o fim da guerra de libertação, ver MEDINA, Maria do Carmo, **Angola: processos políticos da luta pela independência**, Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2003.

¹⁹ ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO, **Lúcio Lara Tchiweka 80 anos: imagens de um percurso**, Luanda: Associação Tchiweka de Documentação, 2009, p. 30-33; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, p. 135-136; 225-226.

um futuro país independente e multirracial, em um modelo societário vagamente inspirado pelo Brasil.²⁰

4.2 Todos os caminhos levam a Paris

A FUA brotara por assim dizer da experiência da campanha presidencial de 1958, na qual o general Humberto Delgado havia-se apresentado como candidato de oposição ao regime, angariando a simpatia de boa parte dos brancos nascidos em Angola, que acumulavam agravos contra a condução dos assuntos coloniais pelo governo de Lisboa e sentiam o impacto da discriminação da administração em favor dos brancos nascidos na metrópole, os quais vinham subindo de número ao longo de todo o século XX, mas haviam imigrado maciçamente nas décadas de 1940 e 1950. Ao apelo autonômico lançado por esse grupo respondiam não apenas brancos, mas também mestiços e um pequeno número de negros inseridos nos escalões médios da economia colonial. No distrito de Benguela, com efeito, Delgado havia obtido mais que o dobro dos votos conferidos ao candidato da situação, o almirante Américo Tomás.²¹

A posse de Jânio Quadros como presidente do Brasil, em janeiro de 1961, e sua promessa de adotar uma política externa independente, que poderia eventualmente comportar uma solução autonômica para Angola, propiciaram a formação da frente. O professor Sócrates Dáskalos, veterano do MUD e da CEI em Lisboa, e o engenheiro Manuel Brazão Farinha, basearam-se no que percebiam ser “afinidades históricas” e “laços sentimentais” entre Brasil e Angola para escrever um manifesto que pudesse angariar simpatia à ideia autonômica. Os demais membros preferiam entretanto uma linguagem mais política e mais direta e encarregam Falcão e Luís Portocarrero da redação de um novo manifesto, que seria finalmente publicado em abril.²² Entrementes, os acontecimentos se precipitam entre o fim de janeiro e março: o capitão Henrique Galvão, em nome de uma obscura Direção Revolucionária Ibérica de Libertação (DRIL) sequestra a 22 de janeiro o navio de passageiros português Santa Maria na esperança

²⁰ DÁSKALOS, Sócrates, **Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo**, Lisboa: Vega, 2000, p. 83; PIMENTA, Fernando Tavares, **Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria**, Porto: Afrontamento, 2006, p. 39; PIMENTA, Fernando Tavares, Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975), in: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (8: COIMBRA: 2004), **A questão social no novo milênio**, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 22.

²¹ PIMENTA, Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975), p. 21-22; DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 82.

²² DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 84-85. Sobre a interface africana da política externa independente ver SARAIVA, José Flávio Sombra, **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias**, Brasília: UnB, 1996, p. 59-96.

de se apossar da guarnição espanhola na Guiné Equatorial e acarretar um levante nas colônias portuguesas; a 4 de fevereiro, células clandestinas em Luanda, lideradas pelo Cônego Manuel das Neves, aproveitam o afluxo de jornalistas estrangeiros e promovem um ataque às prisões, com o objetivo de libertar os nacionalistas encarcerados pela PIDE; os colonos respondem organizando milícias e promovendo massacres nos muceques, sob o olhar condescendente das autoridades coloniais; a 15 de março, uma grande e sangrenta rebelião camponesa explode no norte da colônia, vitimando colonos, “calcinhas” (negros e mestiços “assimilados”, estatutariamente ou apenas no *habitus* externo) e “bailundos” (trabalhadores negros trazidos principalmente do planalto central, empregados nas fazendas dos colonos, referidos coletivamente pelo nome de um subgrupo étnico da região em que a maioria se originava).²³

Diante da gravidade e da intensidade dessas rupturas, a FUA se dispôs a montar milícias racialmente mistas em Benguela e Nova Lisboa (Huambo), para evitar a repetição das matanças indiscriminadas contra a população negra que haviam ocorrido em Luanda, e na expectativa de impedir que o conflito anticolonial tomasse irremediavelmente a forma de uma oposição racial entre brancos e negros. Em paralelo, buscava estabelecer contatos fora de

²³ A operação naval foi descrita por seu realizador: GALVÃO, Henrique, O assalto ao Santa Maria, [Porto, s.n., 1974], apud FREITAS, Amadeu José de, **Angola: o longo caminho da liberdade**, Lisboa: Moraes, 1975, p. 67-75. Desde dezembro de 1960, efetivamente, um estado de insurgência já se vinha delineando: os trabalhadores na colheita de algodão na Baixa do Cassanje, revoltados contra o tratamento a eles dispensado pela companhia colonial monopolista, haviam iniciado uma greve que adquiria progressivamente, frente à repressão desencadeada pelos órgãos de segurança, feições de um levante camponês armado — ver MARCUM, **The Angolan revolution**, v. 1, p. 124-126; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, v. 1, p. 153-156; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, p. 72-76; PÉLISSIER; WHEELER, **História de Angola**, p. 250-251. A iniciativa do 4 de fevereiro, considerado data nacional em Angola, é disputada pelo MPLA e pela FNLA, mas tratou-se de uma iniciativa local de grupos cujo contato com qualquer um dos dois movimentos rivais era, na melhor das hipóteses, esporádico. A maior parte dos envolvidos no assalto às prisões acabou por aderir ao MPLA, embora aquele geralmente reconhecido como sua principal liderança, o Cônego Manuel da Neves, tivesse ligações com a UPA em Léopoldville e, depois de preso pela PIDE e deportado para Portugal, fosse declarado seu Presidente de Honra, cf. MARCUM, **The Angolan revolution**, v. 1, p. 126-130; TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, p. 71-75; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, p. 157-166; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 1, p. 69-78; PÉLISSIER; WHEELER, **História de Angola**, p. 251-254. O fato é que, na altura, nenhum dos movimentos se reclamou responsável pelo levante. No dia seguinte aos ataques, o MPLA emitiu um comunicado, desde Conacri, em que se limitava a saudar a iniciativa dos patriotas. Segundo Lúcio Lara, eles acreditavam, equivocadamente, que a ação teria sido organizada pelo MINA de Agostinho Neto. Em abril de 1960, Manuel Pedro Pacavira havia sido enviado por Neto para contatar o MPLA, e, durante o encontro, teria ficado acertado que o MINA promoveria um levante quando a direção do MPLA no exterior conclamasse à ação direta, o que foi feito em uma conferência de imprensa em Londres, em 6 de dezembro de 1960, segundo LARA, **Documentos e comentários**, p. 460-469; 566; 591. Por sua vez, em 11 de fevereiro Holden Roberto, em conversa com diplomatas estadunidenses em Léopoldville, atribuía o ataque aos comunistas portugueses e à FRAIN, embora houvesse militantes da UPA envolvidos; dizia ainda que recusara explicitamente um pedido de apoio da UPA à ação, feito semanas antes — o que pode ser lido em US NARA DS/CF, 753N.00, cx. 1821, doc. 2-1161, **Telegram from Leopoldville to Secretary of State, 1722**, Léopoldville, 11 fev. 1961. Quanto ao levante de março, é certo que as populações camponesas foram incitadas pela UPA, com a colaboração de autoridades religiosas locais, mas houve quem apontasse também outros atores envolvidos, a exemplo do Partido Solidário Africano (Parti Solidaire Africaine, PSA), que se reclamava herdeiro dos ideais de Patrice Lumumba,

Angola — por um lado, com o governo secessionista do Katanga, ao qual se solicitavam armamentos; por outro, com funcionários diplomáticos brasileiros em visita a Angola. De toda forma, suas atividades foram bruscamente interrompidas, em junho, com a prisão dos principais dirigentes.²⁴

Foi assim que Sócrates Dáskalos se viu em Lisboa, em regime de “residência fixa”, em novembro de 1961. Ao longo do ano seguinte, aguardou uma autorização para voltar a Angola, concedida a muitos dos seus correligionários, em vão. Disposto a se aproximar do MPLA, como lhe haviam sugerido as autoridades diplomáticas brasileiras, mas impossibilitado de fazê-lo imediatamente, já que isso envolvia a fuga de Portugal, Dáskalos dedicou-se a recrutar novos membros, no intuito de estabelecer uma seção da FUA no exterior.²⁵

Essa tarefa estava facilitada pelo fato de que muitos dos indivíduos com um histórico de participação associativa em Angola estavam tentando sair de lá em busca de contatos com as organizações que começavam a ser montadas — e, para o mundo urbano de Luanda ou de Benguela, a Europa e o MPLA estavam decididamente mais próximos que Léopoldville e a UPA. O jovem topógrafo Adolfo Maria foi um desses casos.

Como muitos jovens brancos nascidos em Angola entre 1935 e 1945, Adolfo Maria havia sido tocado pela revista *Mensagem*, o órgão literário que servira de expressão àqueles que se autodenominavam “novos intelectuais de Angola” e que, grosso modo, respondiam ao apelo nativista lançado por Viriato da Cruz em 1948. Em Luanda, por volta de 1957, esses jovens se

recentemente assassinado, cf. LARA, **Documentos e comentários**, p. 690 (o PSA é mencionado em um boletim de informações do Comando Chefe das Forças Armadas em Luanda, datado de fevereiro de 1961); MARCUM, **The Angolan revolution**, v. 1, p. 130-147; TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, p. 76; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, p. 179-181; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 1, p. 85-97; PÉLISSIER; WHEELER, **História de Angola**, p. 254-260. No dia do início do levante, aliás, Holden Roberto encontrava-se nos Estados Unidos, para assistir a uma sessão da Assembleia Geral da ONU que trataria da situação angolana; os acontecimentos fizeram com que ele retornasse imediatamente, e tivesse que recusar um convite, muito aguardado, do Escritório de Assuntos Africanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos para uma reunião — o que parece indicar que a liderança da UPA não detinha o controle operacional do levante. Ver US NARA DS/CF, 753N.00, cx. 1821, doc. 3-1561, **Telegram from Department of State to USUN New York, 1717**, Washington, 15 mar. 1961; US NARA DS/CF, 753N.00, cx. 1821, doc. 3-1661, **Telegram from New York to Secretary of State, 2506**, New York, 16 mar. 1961. A resposta portuguesa nos meses seguintes foi ainda mais sangrenta que o levante de março, multiplicando várias vezes o número de mortos: embora não haja consenso, as estimativas falam de 6 a 7 mil mortos no levante (300 a 700 brancos e os demais, quase todos “bailundos”) e de 20 a 50 mil durante a repressão. Ver BITTENCOURT, **Estamos juntos**, p. 86-87, n. 38, 40.

²⁴ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 84-85; 88-89. Dentre os assessores do embaixador brasileiro Francisco Negrão de Lima contatados em sua passagem por Benguela estava, segundo Dáskalos, o então secretário Alberto da Costa e Silva, que décadas mais tarde publicaria os mais importantes livros de divulgação sobre a história africana escritos no Brasil nas últimas duas décadas.

²⁵ *Ibid.*, p. 96.

reuniam na Sociedade Cultural de Angola (SCA); outros agrupavam-se em torno do literato António Jacinto e promoviam animadas discussões no Café Monte Carlo, atrás do liceu que muitos ainda frequentavam, e buscavam integrar-se, como autores, ao movimento cultural que estava definindo no âmbito discursivo os termos da angolanidade. Seus projetos seriam entretanto frustrados pela chegada a Luanda da polícia política. De fato, o primeiro número de sua iniciativa editorial, batizada de *Cadernos Nzamba* (“elefante”, em quimbundo) e concebida no mesmo espírito da segunda série do periódico *Cultura*, da SCA, iniciada no mesmo ano, foi apreendida na tipografia; uma vigilância ostensiva e suspeita acabou por convencer os jovens a abandonar a iniciativa e a esconder uma pequena mas valiosa biblioteca marxista, de propriedade de José Graça (que logo adotaria o *nom de plume* José Luandino Vieira), na casa de Adolfo Maria, que estava à altura “fazendo a tropa” no Huambo, mas mantinha correspondência frequente com seus amigos.²⁶

Enquanto a PIDE montava lentamente suas estruturas e fazia suas primeiras incursões em Angola, a campanha presidencial de Humberto Delgado, em 1958, funcionaria como batismo político para muitos desses jovens. Assim como em Benguela, no distrito de Luanda Delgado também venceu o candidato da situação. Terminado o serviço militar, Adolfo Maria participara ativamente da campanha, pelo que começou a atrair a atenção da polícia política. Como resultado da aproximação com comunistas portugueses vivendo em Luanda, propiciada pela campanha eleitoral, surgiu um pequeno Partido Comunista Angolano (PCA), reunindo

²⁶ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 41-43; LUANDINO VIEIRA, José apud FERREIRA, Manuel, A libertação do espaço agredido através da linguagem: prefácio à 2ª edição (1977), in: VIEIRA, José Luandino (Ed.), **A cidade e a infância: contos**, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 111-116. A primeira série de *Cultura*, editada pela SCA, saiu entre 1945 e 1951 como uma revista de humanidades, comprometendo-se apenas de passagem com o projeto nativista, na forma de um ou outro poema. *Mensagem* teve apenas dois volumes lançados antes de ser proibida — um em 1951, anunciando um concurso literário, e outro em 1952 (comportando os números 2, 3 e 4), em que se publicavam os vencedores desse concurso. Fora um projeto da Associação dos Naturais de Angola (Anangola), uma organização formada principalmente por mestiços — cuja sigla, aliás, correspondia à expressão em quimbundo *an’a Ngola*, “filhos de Ngola” (sendo Ngola o mais importante título de autoridade política do antigo Estado africano do Ndongo, de onde o nome do território colonial derivou). Não por acaso, o grupo por trás de *Mensagem* seria praticamente o mesmo a fundar o PCA de 1955. A segunda série de *Cultura*, mais conhecida como *Cultura (II)*, saiu entre 1957 e 1960 também sob os auspícios da SCA, mas tinha uma postura muito mais ousada que sua precursora no que tange a afirmação de uma angolanidade em termos literários. HAMILTON, **Literatura africana**, p. 81-91. Sobre as associações atuantes em Luanda na década de 1950, ver PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 39; ROCHA, **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo**, p. 60-76; ROCHA, Viriato da Cruz, p. 114-121; MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque, Prefácio, in: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.), **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**, Lisboa; Luanda: Prefácio; Caxinde, 2008, p. 35-36; JORGE, Tomás, Testemunho, in: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.), **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**, Lisboa; Luanda: Prefácio; Caxinde, 2008, p. 68.

uma maioria de brancos e alguns mestiços e negros — uma composição racial muito parecida, aliás, àquela que a FUA teria alguns anos mais tarde em Benguela.²⁷

Em 1959, Adolfo Maria aproveitou as férias a que tinha direito e foi a Lisboa, passando no retorno por Paris. Seu objetivo era entrar em contato com o ambiente nacionalista nas duas cidades. Em Lisboa, proferiu uma palestra na CEI, a convite de João Vieira Lopes, e recebeu, das mãos de Edmundo Rocha, um número de telefone em Paris, onde terminou por conseguir contatar Marcelino dos Santos e Mário Pinto de Andrade. A este, revelou a imensa expectativa que os nacionalistas de Luanda tinham em relação às atividades que Viriato da Cruz pudesse estar desenvolvendo desde sua saída de Angola, e foi informado de que os resultados desse trabalho não tardariam a aparecer.²⁸

Mas o regresso a Luanda não seria fácil. A PIDE começou a puxar os fios da rede que vinha tecendo desde 1957 — dentre os presos, contavam-se diversos membros do PCA, tais como Contreiras da Costa, Julieta Gandra e Antônio Veloso, além de antigos *habitués* do Café Monte Carlo, como Hélder Neto e António Cardoso.²⁹ Este recorda as circunstâncias em que ocorreu seu primeiro encarceramento:

Incompatibilizara-me com o meu pai e saíra de casa, praticamente com a roupa que tinha em cima do corpo. O Luandino Vieira e o Adolfo Maria moravam num beco, já na zona urbanizada. Abriguei-me em casa deles. Emprestaram-me uns lençóis. E num caixote de barras de “sabão-macaco” pus minhas coisas, o copo de dentes e dois ou três livros, um da Academia de Ciências da União Soviética e, outro, do Frantz Fanon.

Foi aqui que me foram prender de madrugada, seriam umas 5 horas. Levaram-me para São Paulo, prisão da PIDE.

[...]

²⁷ Este era o terceiro PCA. O primeiro teria sido uma ideia de Sócrates Dáskalos entre 1953 e 1954, mas não chegou a se organizar na prática; o segundo, mais conhecido, foi criado por Viriato da Cruz, António Jacinto, Mário António e Ilídio Machado em 1955, com estatutos inspirados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas o projeto foi logo abandonado a favor de constituição de movimentos nacionalistas de frente ampla — Viriato fundaria o MAC em Paris, e Ilídio fundaria o PLUAA, reforjado por Agostinho Neto em MINA. A PIDE confundia os dois partidos de Luanda: em outubro de 1959, o chefe de brigada propôs a seu superior a captura conjunta de Adolfo Maria, António Jacinto e Mário António por pertencerem ao PCA. PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 43-44; 186; DÁSKALOS, *Um testemunho para a história de Angola*, p. 56; 97.

²⁸ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 46-47.

²⁹ ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO, *Lúcio Lara*, p. 32; PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 48.

Nessa altura, fomos presos eu, o Luandino e o Hélder Neto. O engenheiro Calazans Duarte chamou a si toda a responsabilidade. Os panfletos de que nos acusavam tinham sido feitos no escritório do arquitecto Veloso. Mas o Calazans disse que não tínhamos culpa. E por isso acabámos por ser libertados.³⁰

A pressão da PIDE fez-se sentir mais e mais dali por diante, mas a situação se tornaria verdadeiramente insustentável depois do 4 de fevereiro de 1961. A FUA ainda buscou estabelecer um plano de ação conjunto com os membros da SCA em Luanda, mas não havia muita margem de manobra — em grande medida, devido ao fato de as rupturas da ordem colonial terem assumido uma conotação racial muito forte, que o governo português tentava negar quando se dirigia a seus aliados externos, mas que endossava da forma mais brutal nas expedições punitivas aos muceques e às aldeias do norte, a partir de abril. O clima geral de confrontação é bem exemplificado no trecho abaixo, recebido por Lúcio Lara de um correspondente nos Estados Unidos, em meados de 1961:

Recebi ontem uma carta, muito estranha e muito significativa de um velho amigo de Angola, casado com uma mestiça, de quem tem filhos, alguns nossos amigos. Deixa-me bastante triste e preocupado. Como é possível tanta cegueira! A carta termina assim: “Ou são dominados, ou MORREM TODOS”. Aos negros, refere-se.³¹

Em todo caso, no início de 1962, com a rebelião nortista já desbaratada, a administração começou a apertar o cerco aos brancos que participavam do movimento contestatário na capital.³² Luandino Vieira, Hélder Neto e António Cardoso foram novamente presos, assim como António Jacinto, e, após um périplo pelas cadeias de Luanda, foram enviados ao campo de concentração do Chão Bom, no concelho do Tarrafal, ilha de Santiago, Cabo Verde.³³ Citado em inúmeros depoimentos, Adolfo Maria viu-se obrigado a sair de Luanda, como ele mesmo lembra:

³⁰ MATEUS, Dalila Cabrita, **Memórias do colonialismo e da guerra**, Porto: ASA, 2006, p. 129-130.

³¹ A carta foi enviada por Castro Soromenho, de quem voltaremos a falar brevemente ainda neste capítulo. LARA, Lúcio, **Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através dos documentos de Lúcio Lara**, Luanda: Lúcio Lara, 2006, v. 2, p. 92.

³² PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 54-58.

³³ MATEUS, **Memórias do colonialismo e da guerra**, p. 16-19. Segundo Agostinho Mendes de Carvalho “Uanhenga Xitu”, havia cerca de 80 angolanos no Tarrafal; brancos, apenas os quatro citados.

Verifiquei que a minha participação na luta de libertação só podia continuar a partir do exterior. Projectei ir para Portugal para dali poder sair e contactar o MPLA, no exterior. Em 18 de Março de 1962, à noite, embarquei para Lisboa no navio Infante D. Henrique, com a minha mulher, Maria Helena, e o meu filho Mário Jorge, que tinha pouco mais de um ano de idade.³⁴

Com o acelerar dos acontecimentos do início de 1961, com efeito, Lisboa havia-se tornado, ainda mais que antes, o palco tenso para as enormes esperanças e para os não menores perigos experimentados por todos aqueles que sonhavam com a independência de seus países ou com a queda da ditadura em Portugal. O burburinho dos cafés lisboetas era um dos subterfúgios mais utilizados para se furtar temporariamente à vigilância da PIDE e circular informações entre diferentes grupos, como lembra Sócrates Dáskalos, ao inventariar os seus “escritórios” na capital portuguesa:

No “escritório” do Rossio, frente ao café “Nicola”, juntavam-se muitos políticos e agentes secretos, cada grupo utilizando seus esquemas e disfarces para comunicar entre si. [...] Ali encontrei outros desterrados vindos de Angola e também recém-saídos da cadeia: o João Mendes, o Henrique Abranches, o Cerqueira e um “satiagrá” de Goa, de cujo nome me esqueci [...].³⁵

Henrique Abranches era um velho conhecido dos jovens do Café Monte Carlo. De fato, os editores dos abortados *Cadernos Nzamba* tinham-se determinado a publicar um dos números dedicado a seus trabalhos “lá para o extremo sul, em terras de cuanhamas”, versando “sobre música e instrumentos musicais dos povos angolanos daquela região”, que vinham sendo publicados em jornais luandenses — revelando novamente o vínculo entre afirmação literária nacional e preocupação etnográfica que já aponte algumas páginas acima.³⁶

De todo modo, fosse em volta das mesas dos cafés, fosse nas atividades promovidas pela CEI, o certo é que entre 1961 e 1962 um grupo mais ou menos coeso de angolanos brancos foi

³⁴ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 58.

³⁵ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 96. Não era propriamente uma técnica inovadora de contraespionagem, talvez apenas a adaptação prática de uma tradição intelectual que Portugal parece ter importado da França em fins do século XIX. Lembremo-nos do Café Monte Carlo, atrás do liceu, em Luanda. Em Lisboa, o intelectual e líder nacionalista Mário Pinto de Andrade podia ser encontrado, quase todas as tardes, no Café Cister — que, aliás, ainda hoje ostenta orgulhosamente dois retratos de um outro seu frequentador, mais antigo e mais famoso, o romancista Eça de Queiroz. Foi num café no Rato que Lúcio Lara recrutou os estudantes da CEI para o MAC. E o mesmo Café Nicola do Rossio de que fala Dáskalos foi escolhido por Pepetela como local para a entrevista que me concedeu, em 2011.

³⁶ LUANDINO VIEIRA, José apud FERREIRA, **A libertação do espaço agredido**, p. 112. Abranches voltará a essa história mais à frente.

tomando corpo, na forma de uma outra FUA. Foram também amadurecendo um discurso de emancipação nacional muito mais racialmente igualitário e muito mais à esquerda que aquele encampado inicialmente pela organização, o que se reflete nos objetivos listados em seu programa maior, obtido pela PIDE e enviado ao Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola (SCCIA) em junho de 1962.³⁷ Estavam ainda patentes neste documento certas preocupações que desde então acompanharam a atuação política e cultural desses jovens ao longo de muitos anos, e que vale a pena já enunciar aqui. Por exemplo, no capítulo IV, intitulado *Instrução, cultura e educação*, pode-se ler que a FUA tencionava alcançar as seguintes metas:

38 – Reforma imediata do ensino pela adopção dos métodos pedagógicos modernos e científicos e de material didáctico adequado às características nacionais;

39 – Campanha, à escala nacional, com a criação de brigadas de voluntários, para a liquidação mais rápida possível do analfabetismo;

[...]

43 – Criação de institutos científicos e associações culturais, para a coordenação e impulso da actividade de pesquisas científicas, e desenvolvimento das artes e das letras nacionais;

[...]

45 – Apoio e estímulo a todos os órgãos de divulgação cultural e científica bem como a todos os organismos do mesmo carácter;³⁸

E, no capítulo VIII, sobre a *Unidade africana*, somos informados que são objetivos da FUA para a nova nação independente de Angola:

58 – Participação activa nos organismos culturais do Continente Africano na defesa e desenvolvimento das riquezas do património cultural africano;

³⁷ Portugal, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola (PT TT SCCIA), Processos de Informação, cx. 271, proc. 297 (Frente Unida Angolana), ff. 36-57, **Programa e Estatutos**, Lisboa, [ca. maio 1962]. O SCCIA foi um órgão de inteligência criado pelo regime após os eventos do início de 1961 para classificar, avaliar, organizar e analisar as informações sobre a ameaça nacionalista coletadas por diversas esferas, civis e militares, da administração colonial, para uso do primeiro escalão do governo, incluindo o Governador-geral de Angola, o Ministro do Ultramar e o Conselho de Ministros.

³⁸ *Ibid.*, p. 11.

59 – Contribuir para a criação de um Centro de Pesquisas Científicas da África, onde se concentrem os esforços de todas as Nações Africanas, destinado a combater o atraso científico do Continente e a um mais rápido e eficaz estudo dos recursos naturais e seu aproveitamento.³⁹

O programa elaborado pela FUA é precedido de um pequeno texto introdutório, em que os autores fizeram questão de abordar o espinhoso problema, para eles de importância vital, da composição racial do movimento nacionalista. Para justificar sua posição, lançaram mão de considerações sobre o significado da colonização no continente africano, como podemos perceber no trecho citado abaixo:

A África de hoje, não pode regressar ao século XV para, daí, reiniciar o curso brutalmente interrompido pelo colonialismo. Cinco séculos de domínio colonialista alteraram profundamente o panorama angolano, de forma irreversível. As fronteiras, a mestiçagem de raças e de culturas, a presença do branco africano no conjunto populacional, são factores que terão de estar na base da edificação da Nação Angolana.

[...]

Defender o regionalismo, impor o domínio de uma etnia ao conjunto nacional, praticar qualquer forma de racismo, advogar o seccionismo, são tudo formas de luta anti-nacionais, das quais só beneficiam as potências colonialistas. Não se póde combater o colonialismo defendendo os seus próprios princípios.

Só com a participação activa e consciente de tôdas as etnias e camadas sociais existentes no país, numa acção conjunta, verdadeiramente nacional, é possível a conquista da verdadeira independência e a sua consolidação. Só mediante essa mesma unidade nacional é possível garantir a construção do futuro, em bases sólidas, capaz de transformar Angola, do país sub-desenvolvido em que o mantém o colonialismo salazarista português, num país forte e progressivo, proporcionando a felicidade ao seu povo.⁴⁰

Como decorrência dessa evolução histórica e dessa necessidade prática, logo no capítulo I, intitulado *Independência total e unidade nacional*, os autores estabelecem quais devem ser as bases do pertencimento jurídico a um futuro país independente:

³⁹ *Ibid.*, p. 13-14.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 3-4.

3 – A data da independência serão considerados cidadãos angolanos:

a) automaticamente todos os naturais de Angola, de qualquer etnia ou raça;

b) aqueles que não sendo naturais de Angola, mas aqui residam, requeiram, após a proclamação da independência, essa cidadania e lhes seja concedida;⁴¹

Mas, para alimentar esperanças de que um dia esse programa ou aspectos dele chegassem a se concretizar — e mesmo para que pudessem ser levados a sério na cena nacionalista — se requeria, desde logo, sair do ambiente estreito e fortemente vigiado de Portugal. Esse desejo de participação direta foi um dos principais incentivos para a participação na FUA. É novamente Dáskalos quem recorda:

Nesses “escritórios” fui conhecendo: o Ernesto Lara Filho, a Maria do Céu Carmo Reis, o Adolfo Maria, a amiga da Céu, Mimi Marcelino, o Mário João “Berro d’Água”, o Adelino Torres e a Olga Lima. Não me lembro se conheci o Carlos Pestana, “Pepetela”, em Lisboa ou em Paris. Quase todos estudantes, estes jovens estavam grandemente interessados pelos problemas políticos, principalmente relativos às colónias, e todos desejavam participar, sobretudo se conseguissem “dar o salto”, como estava na moda.⁴²

O “salto” era o objetivo maior de quase todos os estudantes das colônias em Portugal. De fato, animados com a aparição pública do MPLA em 1960, e com a subsequente abertura de um escritório da organização em Conacri, e com os eventos de fevereiro e março de 1961 em Angola, os jovens angolanos da “nova vaga” da CEI haviam-se decidido a organizar sua passagem coletiva à guerra de libertação. Por outro lado, se não o fizessem, corriam o risco de irem para a “tropa” (muitos estavam em idade militar, e o recrutamento havia sido ampliado). Nesse caso, enfrentariam o paroxismo de serem embarcados para combater o nacionalismo em Angola de armas na mão. Em abril de 1961, Edmundo Rocha e Graça Tavares foram enviados à França em busca do apoio do MPLA à sua iniciativa — o movimento, cuja atuação era então praticamente restrita à propaganda anticolonial internacional, fez saber aos estudantes que não dispunha naquele momento de condições materiais nem de meios financeiros para promover uma iniciativa de tal envergadura. Através de contatos com estudantes angolanos na Alemanha, que estavam então empenhados na constituição de uma União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN), a iniciativa passou às mãos do

⁴¹ *Ibid.*, p. 6

⁴² DÁSKALOS, *Um testemunho para a história de Angola*, p. 97.

Conselho Mundial de Igrejas, que encarregou uma organização ecumênica francesa, o *Service Oecuménique d'Entraide* (Serviço Ecumênico de Auxílio Mútuo, CIMADE), de promover a fuga em massa. Cem estudantes deixaram Portugal, em dois grupos (o primeiro no dia 16 e o segundo no dia 23 de junho), e foram acolhidos nos alojamentos da CIMADE na Suíça e na França.⁴³

A aproximação entre Adolfo Maria e o novo grupo da FUA se deu nesse contexto. Em suas próprias palavras:

Mal cheguei a esta cidade [Lisboa], contactei Carlos Ervedosa, da CEI (Casa dos Estudantes do Império), e pedi-lhe ajuda para sair de Portugal e ir ao encontro do MPLA. Ervedosa falou-me das dificuldades do momento, porque, depois da "Fuga dos 100", em 1961, a vigilância da PIDE era muito mais apertada e estavam na calha mais saídas. [...] Carlos Ervedosa aconselhou-me a falar com alguns elementos da FUA, que tinham sido deportados de Angola para Portugal.

Tive, portanto, um encontro com Sócrates Dáskalos e João Mendes. [...] O primeiro explicou-me que estavam a preparar a fuga para França, ficando Fernando Falcão em Portugal, como elemento da FUA em ligação com o interior (Angola), enquanto a direcção ia ficar no exílio. Dessa direcção faziam parte eles os dois e procurar-se-ia que fosse dominada por elementos de esquerda. João Mendes acrescentou que a FUA deveria ser um grupo de apoio ao MPLA, uma vez que era impossível uma fusão imediata dos dois movimentos. Mas não seria um movimento concorrente do MPLA, cabendo-lhe fazer propaganda nacionalista em prol da emancipação de Angola. Dei o meu acordo de princípio, pois esta FUA poderia ser muito diferente daquela que tinha nascido em Benguela, uma vez que, agora, a esquerda estava em condições de predominar na cúpula.⁴⁴

Os principais membros da FUA “saltaram” juntos, em meados de agosto de 1962. Atravessaram a fronteira com a Espanha de carro, em uma operação organizada por Carlos

⁴³ ROCHA, **Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo**, p. 188-197. Dos cem estudantes, metade vinha da CEI e a outra metade dos lares protestantes em Lisboa. Havia um corte racial, de origem social e de orientação da formação intelectual muito explícito entre os dois grupos, que se refletiu em uma segunda “fuga”, empreendida pelos estudantes da CEI, em direcção a Acra. Aos protestantes que restaram, foram oferecidas bolsas de estudo nos Estados Unidos e outros países da Europa ocidental. Alguns, como José Lihuca e Pedro Sobrinho, aderiram imediatamente à UPA e seguiram para Léopoldville. Segundo Rocha, a CIMADE contou com o apoio operacional da *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência, CIA) estadunidense.

⁴⁴ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 59.

Ervedosa e Daniel Chipenda; dali tomaram um trem para a França. Era uma operação arriscada — considerando que alguns deles viviam em regime de “residência fixa” em Lisboa. Em alguns casos, essas fugas, que se multiplicaram a partir da “fuga dos cem”, envolviam a falsificação de documentos e difíceis percursos pelas montanhas na fronteira entre a Espanha franquista e a França da V República, a cargo das *réseaux de soutien* comunistas francesas que se haviam organizado para apoiar clandestinamente a guerra de libertação da Argélia, e que agora se punham à disposição da luta pela emancipação de outras partes da África.⁴⁵

Em Paris, além dos membros que tinham fugido juntos de Portugal (Dáskalos, João Mendes, Carlos Morais e Ernesto Lara Filho), a FUA foi sendo ampliada com a chegada, por caminhos diversos, de reforços:

juntaram-se ao nosso grupo os fiéis de Lisboa: o Carlos Pestana (Pepetela), a Maria do Céu Carmo Reis, admiradora de Jorge Amado a tal ponto que preferia que lhe chamassem Quitéria, o João Mário, também conhecido pelo Berro d’Água por já andar de amores com a Quitéria, o Adelino Torres Guimarães, já nessa altura muito organizado e metódico, o Adolfo Maria, que passou a ser um colaborador incansável, conhecedor e disciplinado.⁴⁶

Tanto Artur Carlos Pestana quanto Adolfo Maria saíram de Portugal legalmente. Este último aproveitou-se de uma visita à isolada aldeia natal de seus pais, com quem ficaram provisoriamente sua esposa e seu filho, para solicitar um passaporte em um pequeno posto administrativo, na cidade mais próxima, Vila Real. Imediatamente após a concessão do documento, foi para o Porto e daí para Lisboa, onde ficou abrigado na casa de Carlos Ervedosa. No amanhecer do dia seguinte embarcou em um trem para Paris. O momento mais tenso ocorreu na fronteira com a Espanha, em que as autoridades de ambos os lados faziam, conjuntamente, a conferência dos passaportes. Chegou a Paris cerca de uma semana antes que Dáskalos.⁴⁷

⁴⁵ DÁSKALOS, *Um testemunho para a história de Angola*, p. 103.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 104. João Mário é provavelmente Mário Nobre João.

⁴⁷ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 59-60.

4.3 O discreto charme do exílio

Uma vez reunidos, os jovens da nova FUA passaram a dedicar-se à propaganda e à articulação política. Elaboraram e publicaram uma *Carta aos brancos de Angola*, reuniram-se com intelectuais e políticos franceses, enviaram cartas para chefes de Estado e à ONU, além de organizar uma conferência na Bélgica. A FUA propôs, em uma carta circular, endereçada em outubro de 1962 a todos os movimentos nacionalistas e órgãos de classe angolanos (UPA, MPLA e três organizações menores), a realização de uma reunião para fundar uma frente nacional conjunta, concebida como uma congregação de partidos, e não de indivíduos — o que terminaria por conferir ao pequeno grupo de “fuístas” uma importância bastante ampliada em relação a seus meios e à demografia de suas possibilidades imediatas de representatividade no interior de Angola. Na mesma ocasião, escreveu ao Secretariado Permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sucessora da FRAIN, anexando uma cópia da carta circular e outra de seu programa, e anunciando que passaria a enviar o documento aos governos independentes do continente africano, certamente na esperança de criar um ambiente de pressão pela unificação entre os esforços nacionalistas que lhe pudesse garantir algum nível de participação.⁴⁸

Com todas essas iniciativas, conseguiram provocar um conjunto heterogêneo de reações, em primeiro lugar das próprias redes de apoio locais com cuja ajuda contavam, que estranhavam a existência de nacionalistas africanos brancos.⁴⁹ Adolfo Maria recorda:

De facto, a presença de brancos no nacionalismo angolano era então uma surpresa nos meios intelectuais e políticos europeus. Mas uma surpresa crescentemente positiva à medida que se aprofundavam seus contactos connosco, pois verificavam a nossa total identificação com o nacionalismo progressista negro.

Contudo, quase todos os estudantes angolanos negros e mestiços que estavam refugiados em Paris, principalmente no centro de acolhimento da organização protestante CIMADE, reagiram mal à nossa presença. A ponto de fazerem reuniões e aprovarem uma declaração contra a participação de brancos na luta de libertação e contra a veleidade da FUA participar na luta nacionalista.⁵⁰

⁴⁸ LARA, **Um amplo movimento**, v. 2, p. 465-467.

⁴⁹ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 63.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 60-61.

A imprensa anticolonial de língua francesa também não sabia como classificar esse grupo: para a *Partisans*, haviam de ser *pied-noirs*; para a *Jeune Afrique*, seriam uma terceira força que poderia permitir equacionar as divergências cada vez mais agudas que separavam as duas principais organizações nacionalistas angolanas, o MPLA e a UPA.⁵¹ Ao que parece, as autoridades portuguesas compartilhavam desta última opinião. Embora a imprensa semioficial afirmasse que se tratava de “sol de pouca dura pois o Branco não tem lugar no nacionalismo angolano”,⁵² os órgãos de informação do regime passaram, especialmente a partir da *Carta aos brancos*, a dedicar à FUA uma atenção muito desproporcional em relação à capacidade de organização e mobilização que a entidade efetivamente apresentava.

Com efeito, a possível defecção dos brancos nascidos em Angola do projeto colonial era uma constante preocupação dos responsáveis políticos e administrativos portugueses. No relatório semanal que o SCCIA enviou às altas autoridades lusas no dia 9 de novembro de 1962, por exemplo, consta o seguinte:

Refere-se com certa frequência, embora sem confirmação segura, a formação dum bloco separatista em ANGOLA, de ligações com o MPLA, o qual advogaria a futura independência da Província em comunhão de raças, branca e preta, ideia a qual [*sic*] teriam aderido, inclusivamente, elementos das Forças Armadas.

Consta também existirem em Luanda certos grupos de oposição, anti-comunistas, partidários duma aproximação com MÁRIO DE ANDRADE.

Já se tem afirmado por várias vezes, nestes Relatórios de Situação, que certa percentagem da etnia europeia, ou por descrença do esforço actual, ou por temor, ou por defesa dos seus interesses particulares, encara a possibilidade de entrar em acordo com os líderes dos Movimentos Nacionalistas, particularmente com MÁRIO DE ANDRADE que, apesar de filo-comunista, lhes inspira relativa confiança por estar à margem dos ódios raciais. As notícias supracitadas encontram-se, portanto, na mesma linha de interpretação.⁵³

⁵¹ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 105-107. *Pied-noirs*, literalmente “pés-pretos”, era a designação algo pejorativa dos brancos de cidadania francesa nascidos na Argélia, via de regra politicamente alinhados à direita, retornados à França depois da independência.

⁵² Diário de Notícias, [s.d.] apud *Ibid.*, p. 107.

⁵³ PT TT SCCIA, Relatórios da Situação (003), liv. 115, **Relatório da Situação nº 39, 27OUT a 09NOV62**, Luanda, 9 nov. 1962, p. 7.

Apenas dois meses depois, o SCCIA daria crédito a uma notícia (falsa) segundo a qual o movimento presidido por Mário Pinto de Andrade montara um governo no exílio e apontara Sócrates Dáskalos para o cargo de Ministro da Informação. Consoante a avaliação do autor do relatório, “estamos, sem dúvida, perante um golpe de mestre do MPLA, susceptível de ter graves repercussões psicológicas no espírito de muitos indecisos, europeus e mestiços, desta Província”.⁵⁴ Na mesma ocasião, o SCCIA fez observar às autoridades em Lisboa “um certo recrudescimento nas actividades do FUA”, representado pelo lançamento da *Carta aos brancos*:

“CARTA ABERTA AOS ANGOLANOS BRANCOS”, é o título dum panfleto, no qual se faz um cerrado ataque à Situação, a qual não serve para mais, no dizer do panfleto mencionado, de que ser o meio político que torna possível, aos monopólios metropolitanos, explorarem os que vivem em Angola e as suas riquezas.

Outra notícia refere a existência, no LUSO de diversos indivíduos, os quais, sob a influência do Engenheiro FALCÃO, alimentam ideias emancipalistas.⁵⁵

Três semanas depois, mais notícias da *Carta* e da FUA:

A “Carta aos Brancos de ANGOLA” e o comunicado “O que é a FUA”, foram enviados de WASHINGTON para o Rádio Clube do LOBITO. Julga-se ser uma tentativa de aliciamento dos órgãos de informação.

É de salientar o facto deste partido ter proposto à UPA e MPLA uma reunião para sanar as divergências que os opõem, a fim de que se possa constituir uma Frente Nacional de Libertação, afirmando que faria valorizar o apoio externo e a confiança interna de ANGOLA.⁵⁶

Outros órgãos responsáveis pelo planeamento e execução da estratégia de dominação colonial também preocupavam-se com a atividade da FUA e com a possibilidade de uma unidade de todas as forças nacionalistas. É assim que o Gabinete Militar do Comando-chefe das Forças Armadas de Angola escrevia ao Chefe da Repartição de Gabinete do Governo Geral, em dezembro de 1962, acerca das “acções políticas do inimigo” — as quais se traduziam por uma “recente vivificação do movimento emancipalista FUA”, acompanhada de

⁵⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 45, 22DEZ a 04JAN63**, Luanda, 4 jan. 1963, p. 10.

⁵⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 45**, p. 12.

⁵⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 47, 12JAN a 25JAN63**, Luanda, 26 jan. 1963, p. 12.

um incremento no número de “actividades pretensamente sociais e culturais de alguns ‘grupos’ que se dizem ‘genuinamente angolanos’”.⁵⁷

Embora o Comando-chefe das Forças Armadas fizesse questão de ressaltar não caber aos militares estabelecer uma rede de pesquisa para determinar se a FUA estava mesmo por trás das manifestações culturais suspeitas — solicitando para isso o concurso dos bons ofícios do diretor da PIDE — não podia por dever de consciência furtar-se a apontar o perigo que percebia nessa organização, “que, pelas suas características, será capaz de trabalhar as camadas sociais de craveira mais elevada” no território colonial:

A RMA [Região Militar de Angola] expressa todavia a sua preocupação ao encarar como possível que o IN[imigo], numa fase adiantada da ofensiva subversiva, esteja já a manobrar camadas sociais mais elevadas por forma a recrutar nelas adeptos que acabem por dar incontestável valor jurídico, perante o conceito internacional, ao desejo de auto-determinação.⁵⁸

A FUA era portanto temida pela sua capacidade de compor, com “os partidos extremistas angolanos — particularmente a UPA (negros) e o MPLA (mestiços)”, uma frente representativa das três categorias raciais presentes no terreno.⁵⁹ Mas, na prática, a aproximação entre a FUA e o MPLA apresentava-se muito mais difícil do que temiam as autoridades portuguesas. Certamente, a maior parte dos “fuístas” era francamente simpática ao MPLA, e muitos concebiam mesmo sua participação na FUA como uma etapa provisória de sua integração ao movimento. Entretanto, o MPLA vivia ele próprio sob constantes acusações de ser um movimento de “filhos de colonos”, devido à presença — muito evidente, como pode demonstrar a caracterização incorreta mas muito eloquente feita pelo Comando-chefe das Forças Armadas — de mestiços em suas fileiras. Não surpreende, dessa forma, que o movimento tenha recebido com muita reserva as aberturas da FUA. Uma reunião por muito tempo esperada, à qual o MPLA enviou Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade, resultou em pouca coisa: declarações de boa vontade e de identidade de objetivos, contrapostas à notícia de que o momento não era propício à entrada de brancos na organização.⁶⁰

Dáskalos analisa da seguinte forma o fracasso da aproximação:

⁵⁷ PT TT SCCIA, Processos de Informação, cx. 271, proc. 296, ff. 33-35, **Carta do Gabinete Militar do Comando-Chefe das Forças Armadas de Angola ao Chefe da Repartição de Gabinete do Governo Geral, N° 2710/62**, Luanda, [dez. 1962].

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ *Ibid.*

⁶⁰ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 62-63; DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 107-108.

Durante a reunião os objectivos da FUA não ficaram bem esclarecidos, pois a discussão principal girou à volta da tese apresentada pelos mensageiros, de que a FUA devia ser um "movimento só para Brancos" e teria a obrigação de encaminhar todos os Negros que nela quisessem militar para o MPLA. Eu rejeitei tal tese pois ela contrariava um dos principais objectivos da FUA, que era a multirraciedade e iria facilitar os objectivos da PIDE, que já estava forjando o seu movimento e aproveitar-se-ia de um tal movimento para cavar cada vez mais fundo um fosso entre Negros e Brancos. Mesmo pintado com cores socializantes um movimento só de brancos era uma presa fácil nas mãos da PIDE e dos capitalistas [...].⁶¹

De fato, desde 1959, a questão espinhosa da incorporação de brancos ao MAC era vivamente debatida; em 1962, havia já um contingente considerável batendo às portas da direção do MPLA.⁶² Por outro lado, a “questão de princípio” multirracial levantada por Dáskalos tinha sua legitimidade enfraquecida tanto pelas posições timoratas e algo paternalistas professadas pelos membros originais da FUA, em 1961, quanto pela própria composição do grupo que a representava em Paris. Adolfo Maria considera:

A FUA não era só constituída por brancos. Em Angola, alguns de seus militantes eram mestiços, dos quais o mais conhecido era o poeta Ayres de Almeida Santos. Mas a verdade é que aqueles que estavam ali em Paris em representação da FUA eram brancos (salvo Maria do Céu).⁶³

Em qualquer caso, o certo é que, para os jovens da FUA, uma participação imediata na luta de libertação em consonância com o MPLA estava, de momento, descartada.⁶⁴ Mas os meses passados em Paris não foram um tempo de todo perdido. Na capital francesa, onde ficaram até

⁶¹ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 107-108.

⁶² Quatro cartas trocadas entre Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade, em fins de 1959, buscavam equacionar o problema da participação de José Carlos Horta, estudante moçambicano residente na Alemanha que havia idealizado o projeto da UGEAN, e da esposa portuguesa de Lúcio, Ruth Lara. Ficou decidido que eles — e outros brancos porventura interessados — poderiam ser incluídos eventualmente (mas não à altura) na condição de “colaboradores”. Ver LARA, **Documentos e comentários**, p. 185-196; 206-211; 212-223; 228-233. Muitos dos dirigentes do MPLA tinham de fato esposas portuguesas, que atuaram em diversas esferas do cotidiano da organização, mas que costumam ter sua participação algo silenciada na literatura sobre o nacionalismo. Além de Lúcio e Ruth Lara, havia, entre outros, Agostinho e Eugénia Neto e Adolfo e Maria Helena Maria (a primeira esposa de Amílcar Cabral, também batizada Maria Helena, era igualmente portuguesa).

⁶³ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 62. Dáskalos afirma que o suporte financeiro e operacional prestado pelas redes de apoio francesas teria diminuído consideravelmente depois dessa reunião, sugerindo uma manobra de estrangulamento que não poderia ter outros responsáveis exceto a direção do MPLA. DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 108-109.

⁶⁴ Sobre os diferentes graus de “angolanidade” dos brancos ver as pertinentes considerações de Adolfo Maria em PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 29-40; 50-54.

janeiro de 1963, esses jovens encontraram uma “Angola no exílio”, refinada e literária, representada por figuras de “mais-velhos”, dentre os quais acredito ser de interesse destacar três singulares personagens.

O primeiro deles é naturalmente Mário Pinto de Andrade, que já tivemos a oportunidade de mencionar. Nascido em 1928 no Golungo Alto, Andrade havia sido, durante seu tempo de estudante em Lisboa, provavelmente o principal canal através do qual as preocupações e as formas de expressão relacionadas ao pan-africanismo chegaram a ser difundidas entre os futuros nacionalistas das colônias africanas de Portugal. Envolvido com o movimento da *négritude*, mudara-se para Paris em 1954, e passara a trabalhar na revista *Présence Africaine*, primeiro como secretário, e depois como chefe de redação. Já em 1955 escreveria, sob o pseudônimo de Buanga Fele, a primeira contestação do chamado lusotropicalismo — termo cunhado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre para denotar um suposto modo específico português de se relacionar com os povos não europeus, que a ditadura portuguesa começava a promover como legitimação, para um público internacional, de sua jurisdição sobre os territórios africanos. Ajudou a organizar o I Congresso de Escritores e Artistas Negros, em 1956, em Paris, e participou também do próximo, em Roma, dois anos depois. Intelectual que se viu envolvido pela política, devido à sua relação privilegiada com os meios culturais e políticos anticoloniais e antirracistas (que, aliás, que não se resumiam à França, mas se expandiam por quase toda a África e alcançavam os Estados Unidos), chegou à Conferência de Túnis na qualidade de Presidente do MPLA. A partir de então, além das inúmeras viagens, experimentou uma série de estadias mais ou menos longas pelos diversos países que, com o tempo, vieram a contar com representações e escritórios do MPLA ou da CONCP, da qual foi secretário-geral — mas Paris permaneceu sempre como uma espécie de porto seguro, para onde voltou sucessivas vezes.⁶⁵

Fernando Monteiro de Castro Soromenho nascera em Moçambique, em 1910, de pais portugueses, mas vivera em Angola desde sua infância. Aos 28 anos publicara um primeiro livro de contos, decididamente enquadrado na “literatura colonial”, e construído sobre o costumeiro conjunto de representações sobre o africano e sua tradição que conformava esse gênero literário. Sua vida adulta levou-o, no entanto, a perambular por todo o interior da colônia como recrutador de trabalhadores para a Companhia de Diamantes de Angola

⁶⁵ Além das obras que publicou e das coletâneas que organizou, um bom conjunto de depoimentos e análises sobre Andrade pode ser encontrado em MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.), **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**, Lisboa: Colibri, 2000. Mário Pinto de Andrade ainda percorreria uma longa e produtiva estrada após sua saída de Paris (para onde retornou algumas vezes), com passagens por Rabat, Argel, Lusaka, Brazzaville, Maputo, Bissau e Lisboa. Morreu em 1990, em Londres.

(Diamang), experiência que propiciou uma mudança em sua percepção da colônia e de suas populações, refletida nos três romances publicados depois: *Terra morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A chaga* (1970, póstumo). Sem nunca abandonar completamente aspectos do gênero “colonial”, a denúncia de cunho neorrealista dos absurdos envolvidos na colonização e da hierarquia racial que lhe subjazia renderam-lhe a inimizade das autoridades e o exílio, a partir de 1961. Após um curto termo como professor de literatura portuguesa na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, estabeleceu-se em Paris, onde, muito provavelmente por meio de sua proximidade com Mário Pinto de Andrade, se envolveria no ambiente literário anticolonial que girava em torno da revista *Présence Africaine*, com importantes interfaces na esquerda francesa.⁶⁶

A estada de Soromenho em Paris havia sido possibilitada pelo acolhimento que lhe havia concedido Inocêncio Matoso da Câmara Pires. Nascido em 1896 em Luanda, em uma família de médicos, esse mestiço bem-humorado que ficou conhecido como o “embaixador” angolano em Paris tivera uma existência aventureira. Como estudante, tinha passado por Portugal, Alemanha e França; quando do golpe que implantara a ditadura militar portuguesa, em 1926, seguira para Paris e depois para Madri, com um grupo de intelectuais que circulava em torno da revista *Seara Nova*, e que se tornou um dos núcleos ativos de contestação à lenta consolidação do Estado Novo de Salazar. Durante a guerra civil espanhola, permaneceu em Barcelona, na função de Secretário do Ministro da Economia do Governo da Catalunha. Perdida a guerra, viera para o Brasil, como outros opositores do salazarismo, e aqui vivera durante longo tempo. Na década de 1950, voltara a Angola, e terminara por instalar-se em Paris em 1959. Na sua casa abrigava os nacionalistas em trânsito de todas as colônias portuguesas, e providenciava contatos que pudessem resultar em arranjos de moradia e trabalho. Atuava ainda como representante ex-officio do MPLA em Paris, sendo inclusive responsável pela guarda de parte significativa dos poucos recursos de que o movimento dispunha em agosto de 1961.⁶⁷

⁶⁶ HAMILTON, *Literatura africana*, v. 1, p. 59-65; CHAVES, Rita de Cássia Natal, **A formação do romance angolano : entre intenções e gestos**, São Paulo: Edusp, 1999, cap. 3. Soromenho se transferiu para o Brasil em 1965, onde passou a ministrar a disciplina *Sociologia da África Negra* na Universidade de São Paulo. Até sua morte, em 1968, colaborou com o projeto de uma Enciclopédia Africana, por insistência de Mário Pinto de Andrade. Em 1970, sua esposa, Mercedes, escreveu a Andrade dando notícias da intercessão de Jorge Amado junto à editora Civilização Brasileira para que *A Chaga* fosse publicada, e solicitando sua ajuda para obter a publicação das obras de seu marido na França. Ver PT FMS DMA, Correspondência (06), Soromenho, Fernando de Castro; e PT FMS DMA 06, Soromenho, Mercedes de Castro. Sobre o imaginário sobre o africano vigente em Portugal, ver MOUTINHO, Mário C., **O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961**, Lisboa: Universitárias Lusófonas, 2000; e HENRIQUES, Isabel de Castro, **Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX**, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

⁶⁷ LARA, **Documentos e comentários**, v. 2, p. 145; PINHEIRO, Patrícia McGowan, **Misérias do exílio: os últimos meses de Humberto Delgado**, [s.l.]: Contra-Regra, 1998, cap. 3, n. 2; VELOSO, Jacinto Soares,

O cotidiano dessa “embaixada” foi descrito por Jacinto Veloso, um nacionalista moçambicano que por lá passou em dezembro de 1963:

Ficámos na casa do Câmara Pires, em Paris, apenas alguns dias, porque a residência, que não era muito grande, estava sempre cheia de gente que pernoitava ou fazia as refeições naquele canto que era para todos um verdadeiro refúgio. Havia até uma regra bastante peculiar: se na primeira noite se dormia e comia à vontade, na segunda surgia logo uma pilha de loiça para lavar, juntamente com outras tarefas domésticas a realizar.

Era certamente um grupo grande, o que muito abonava em favor do dono da casa. Ele ajudou muitas pessoas, incluindo a mim e ao João [Ferreira], entre outras coisas a encontrar emprego.⁶⁸

Outro moçambicano, Óscar Monteiro, corrobora a impressão marcante deixada por Câmara Pires nos jovens que passaram por sua casa:

Câmara Pires era um personagem de lenda. Descendente de grandes famílias de Angola, dono de considerável fortuna, ao que diziam havia entregue o que tinha ao MPLA e agia em Paris com representantes do MPLA. Um homem formoso de tez morena, e quando o conheci já com uma farta cabeleira e barba branca, um Hemingway bem patente e bem parecido, deveria ter sido famoso entre as mulheres. Casara com a Viscondessa de Caumont de quem enviuvava. Câmara Pires era um *Compagnon de la Résistance* medalhado, havia participado na resistência contra os nazis. Por isso numa França aliada de Portugal, as suas actividades eram toleradas, a sua casa era modestíssima, na Rua Hippolyte Maindron no 14^{ème} arrondissement (bairro), na altura um quarteirão menos considerado em Paris.⁶⁹

Memórias em voo rasante, [Maputo]: JVC, 2007, p. 54-55.

⁶⁸ VELOSO, **Memórias em voo rasante**, p. 55.

⁶⁹ MONTEIRO, Óscar, De mensageiro a meu herói, **Jornal de Angola online**, 2010 (texto lido a 8 de outubro de 2003 na Embaixada de Angola em Maputo). O nome de Câmara Pires não consta, na verdade, dentre os agraciados com o título de *Compagnon de la Libération* (Companheiros da Libertação), da *Ordre de la Libération* (Ordem da Libertação) francesa, conferida a pouco mais de mil participantes do esforço de libertação francesa da ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial. Ver ORDRE DE LA LIBÉRATION, **Biographies des Compagnons de la Libération**, [sítio internet], disponível em: <http://www.ordredelaliberation.fr/fr_doc/liste_biographie.html>, acesso em: 29 set. 2012. Por outro lado, ele bem pode ter recebido a *Médaille de la Résistance* (Medalha da Resistência), mais comum (62 mil agraciados). Sobre seu casamento aristocrático, não pude encontrar maiores informações, exceto que o nome de família “de Caumont” recua ao século XVI. De sua passagem pelo Brasil, também não encontrei notícia.

A aura de lenda que envolve as memórias em torno de Câmara Pires deve-se, por um lado, à grande familiaridade com que ele aparentava se mover no universo da esquerda francesa, e, por outro, por sua personalidade marcante. Esses dois aspectos transparecem na seguinte anedota, contada, novamente, por Veloso:

Durante a minha estadia em Paris conheci François Mitterrand, que fazia parte de uma associação de orientação socialista. [...] Ele era conhecido do Câmara Pires, que de resto parecia conhecer todo o mundo. Este último era estreitamente vigiado pela polícia francesa e, certa vez, ao ser interrogado, mostraram-lhe fotos minhas, do João e de outros exilados que frequentavam a casa dele, perguntando-lhe o que fazia ele encontrando-se com gente suspeita como nós. [...] Câmara Pires, vendo aquelas fotos todas tão nítidas e bem tiradas, pediu ao polícia algumas para a sua colecção pessoal, ao que o francês aceitou. Eram realmente fotos com alta nitidez e perfeição, que o Câmara Pires mostrava a todos lá em casa dizendo: “Fotos tiradas pelo serviço secreto francês... Vejam lá, não me criem problemas!”.⁷⁰

Adolfo Maria já conhecera dois desses três importantes personagens quando de sua primeira passagem pela capital francesa, em 1959, como recorda:

Em Paris, a pessoa que me atendeu o telefone (no número que levava de Lisboa) marcou encontro no hotel onde eu estava. Apareceu um sorridente e simpático jovem que se apresentou: Marcelino dos Santos. Depois de várias perguntas suas e de longa conversa, disse que viria buscar-me para um encontro com Mário de Andrade. No dia seguinte, subi com Marcelino até umas águas furtadas. Estava ofegante com a subida e emocionado com a perspectiva de conhecer um dos homens que nós então reverenciávamos em Angola. No acanhado aposento, Mário saudou-me cordialmente e apresentou a sua companheira de então, Sara Maldoror, e Castro Soromenho, um bom escritor que Angola teve. [...].

Depois desse encontro estivemos mais vezes juntos. Mário de Andrade levou-me a uma feira de livros da *Présence Africaine*, onde adquiri grande quantidade para levar.⁷¹

Em 1962, após o “salto”, teria a ocasião de conhecer o terceiro:

⁷⁰ VELOSO, **Memórias em voo rasante**, p. 57-58. Câmara Pires morreu em 1966, em Paris.

⁷¹ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 47.

Chegado a Paris dirigi-me ao endereço que me fora dado: era a casa de Câmara Pires, um angolano de uma conhecida família mestiça, que lutara por causas democráticas na Europa, e agora era delegado do MPLA em Paris. Informei-o de como me tinha sido dado o seu endereço, dos contactos que tivera e quais os meus objectivos. Aquele senhor, de fino trato e irresistível humor, acolheu-me cordialmente dizendo: “já não me chegavam os pretos, agora tenho de aturar brancos”. Rimos os dois gostosamente.⁷²

Quando Dáskalos e seus três companheiros de viagem chegaram, cerca de uma semana depois, a acolhida se deu na casa de Castro Soromenho:

Foi uma alegria conhecer o Castro Soromenho, um mais-velho cuja vida em Paris não era fácil, que nos encorajou e encaminhou para o então primeiro e único embaixador de Angola na Europa, o inesquecível Câmara Pires [...].

Câmara Pires era um homem fora de série, um africano mestiço, muito culto, habituado ao convívio com a grande burguesia europeia, que cultivava a ironia, sabia ser severo quando necessário e sabia atender a juventude negra, branca ou mestiça, todos “revolucionários”, que chegava a Paris e precisava do apoio do “embaixador” [...].

Na sua casa de Paris arranjava-se sempre comida e dormida nas grandes aflições. O Câmara não era comunista nem socialista declarado, mas era um homem aberto às ideias de esquerda e como tinha boas relações em Paris safava muita gente de problemas delicados.⁷³

Foi também na casa de Câmara Pires, aliás, que Sócrates Dáskalos, João Mendes e Adolfo Maria se encontraram com Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade para tratar da incorporação da FUA no MPLA.⁷⁴

O tempo em Paris também foi preenchido com experiências de moradia e trabalho coletivos, em ensaios domésticos da nova ordem revolucionária que os jovens da FUA esperavam ajudar a implantar em Angola. Inicialmente as *réseaux de soutien*, garantiram um alojamento coletivo para o grupo. As condições eram precárias, na maioria das vezes, mas havia a liberdade boêmia de Paris contrastando vivamente com o horizonte estreito de Lisboa, e o cosmopolitismo de que se impregnaram, e sem o qual já não poderiam viver depois.

⁷² *Ibid.*, p. 60.

⁷³ DÁSKALOS, *Um testemunho para a história de Angola*, p. 103.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 107.

Adolfo Maria fala de uma Paris algo mítica, quando de sua primeira passagem por lá, em 1959, cujos contornos eram tanto mais marcados quanto mais distantes do ambiente taciturno de Lisboa:

Naquele tempo, o boulevard St. Michel e a rua St. Germain de Près, enfim todo o Quartier Latin, eram literalmente ocupados por jovens estudantes de todos os continentes. Nas ruas, jardins, esplanadas, cafés, conviviam, liam jornais dos mais diferentes quadrantes ideológicos, discutiam. Pares de namorados beijavam-se publicamente. Era uma liberdade que estonteava, era uma mistura de raças linda de se ver!

Nos dez inesquecíveis dias que estive em Paris, inebriado por tanta cultura, beleza e liberdade que ali se usufruía, eu que vinha de uma terra de interditos, opressão e medos gerados pelo monstruoso fascismo-colonialismo, sentia-me um extraterrestre deambulando pelo Universo.⁷⁵

Artur Pestana teve impressões semelhantes:

Quem sai dum país fascista, colonizado, em que tudo é proibido, em que tudo é discriminação... fiquei fascinado com aquela liberdade que se via nas ruas de Paris. [...] Desde namorados de vários países, juntos, de várias cores, que extraordinário! Jornais nos escaparates, os jornais de direita ao lado dos jornais de esquerda, isso para nós era impensável.⁷⁶

Outros nacionalistas de passagem também deixariam registrado o profundo impacto causado pela capital francesa em sua vida. O cabo-verdiano Aristides Pereira passou por lá em 1960, a caminho de Conacri, onde iria reunir-se com Amílcar Cabral e ajudá-lo a estruturar o PAIGC. Ele recorda:

Em Paris cheguei em Setembro e só parti em Outubro. [...] ia lendo algumas coisas, jornais... Para mim era uma coisa louca ver jornais com aquela abertura. Nunca tinha visto coisa igual. [...] Era tudo novidade para mim, estava a sair de Portugal, um país fechado, cinzento.⁷⁷

As redes de apoio e acolhimento de que pôde então dispor se sobrepunham, em grande medida, à dos jovens fuístas — assim como muitas das agruras:

⁷⁵ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 47.

⁷⁶ PEPETELA, **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 19 jun. 2011.

⁷⁷ LOPES, José Vicente, **Aristides Pereira: minha vida nossa história**, Praia: Spleen, 2012, p. 80.

Nessa *démarche* do Marcelino, ele procura uma solução para o meu alojamento. Nisso, ele lembrou-se que o Mário de Andrade tinha saído havia bem pouco tempo para Conakry e habitava umas águas-furtadas lá não sei onde... Também já não sei se ele tinha ou não entregue a casa ou se a companheira dele, a Sara Maldoror, ficou com a casa. O Marcelino procurou contactá-la e soube pela Sara que a casa ainda estava a cargo dela, embora não morasse lá. Tratei, imediatamente, de sair daquela pensãozita e fui para lá. Pelo menos, não pagava renda.

Mas lá as condições eram terríveis. Estávamos no Outono, chovia, não havia casa de banho — para isso eu tinha de descer dois andares. Mas era só o lavabo, não se podia tomar banho, porque não havia sítio para isso. Apesar de tudo, dava-me por feliz por ter aquele canto para estar metido.⁷⁸

Estes eram, lembremo-nos bem, os alojamentos de Mário Pinto de Andrade — as mesmas águas furtadas às quais Adolfo Maria tinha subido com Marcelino dos Santos no ano anterior. Já em 1962, a situação dos jovens agrupados em torno de Dáskalos não era muito melhor, como ele mesmo relata:

Com a chegada do inverno tivemos que mudar de casa e fomos para um apartamento num prédio muito velho onde a “*chauffage*” interior, a carvão, com grossa tubagem esburacada, não conseguia cumprir a sua missão. A Céu foi acomodada num lar perto de nós; o Lara, o Pestana e o Berro ficavam comigo, o Mendes e o Morais acomodaram-se como souberam e Adelino arranhou um quatinho sem casa de banho mas donde podia usufruir do romantismo dos telhados de Paris.⁷⁹

Aparentemente, a abertura ao contraditório nas coisas mais cotidianas, o fascínio exercido pela tradição intelectual francesa e as possibilidades que um mundo colorido, variegado e excitante ofereciam à vivência pessoal de cada um daqueles jovens davam um toque romântico às piores dificuldades. Mesmo nos momentos de maior incerteza, Paris propiciava uma oportunidade de alegria compartilhada. É Dáskalos novamente quem se refere aos entraves encontrados para garantir a continuidade de seu projeto de participação na luta anticolonial:

⁷⁸ *Ibid.*, p. 79.

⁷⁹ DÁSKALOS, *Um testemunho para a história de Angola*, p. 105.

No meio dessas andanças, incertezas e traições, eu andava nervoso, adoentado, só conseguindo alguns momentos agradáveis quando conseguia uns franquitos e reunia a minha claque, a Céu, o Lara, o Pestana e o Berro, num “bistrot” e enfiávamos alguns “ricards” e “du pinard” (vinho tinto em calão francês) [...].⁸⁰

Por outro lado, aprender a cozinhar e fazer disso uma oportunidade para encontros com compatriotas parece ter sido comum entre os nacionalistas das colônias portuguesas em suas estadias, mais ou menos longas, em Paris. No cardápio, sempre a adaptação de iguarias típicas de uma terra natal que haviam deixado para se dedicar à empresa anticolonial, sem saber quando poderiam retornar. Jacinto Veloso relembra:

Foi em Paris que aprendemos a cozinhar coisas simples. [...] Com o tempo aperfeiçoei a arte e [...] até íamos cozinhar caril de galinha em casa de alguns amigos, como o Almeida Matos, com grande sucesso. O João [Ferreira] e eu cozinhávamos para todo o grupo, normalmente aos domingos.⁸¹

Dáskalos também dedicou-se a adquirir familiaridade com o fogão, e também preocupou-se em trazer um certo gosto a Angola para o inverno parisiense:

Dado que os nossos recursos financeiros definhavam a olhos vistos e que os nossos apoiantes eram cada vez menos generosos, todos os do grupo procuraram trabalho, menos o Mendes [...] e eu, que fiquei para arrumar a casa e fazer a cozinha. Nunca tinha cozinhado mas aprendi e tornei-me especialista de caldeiradas e moambadas à minha moda.⁸²

Essa aproximação com Angola — que se dava a partir do contato com alguns de seus mais refinados representantes intelectuais, de experimentos de convivência revolucionária e de saudosas degustações culinárias — era, ao fim e ao cabo, a vivência de um exílio. As expectativas de uma integração imediata na luta de libertação nacional foram em grande medida frustradas. Diante desse afastamento do sonho, alguns dos jovens optaram por abandonar, ou pelo menos adiar indefinidamente, seus projetos de retorno à casa, e as bolsas de estudo universitário que eram oferecidas por apoiadores em muitas cidades europeias podiam servir como uma rota de fuga em direção a um futuro potencialmente promissor, em

⁸⁰ *Ibid.*, p. 109.

⁸¹ VELOSO, **Memórias em voo rasante**, p. 57.

⁸² DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 105.

uma Angola finalmente independente ou em outras paragens. Outros encurtaram seu trajeto, abandonando o engajamento político e negociando, através de suas redes familiares e sociais, o retorno à colônia. Outros ainda — e são esses os que me interessa continuar a acompanhar a partir daqui — buscaram dar um novo passo em direção a seu objetivo: em janeiro de 1963, a FUA abriu oficialmente um escritório em solo africano, na capital da recém-independente Argélia. Para lá marcharam Sócrates Dáskalos e Adolfo Maria, logo seguidos por João Mendes, Mário Nobre João, Artur Carlos Pestana e Maria do Céu Reis.

5 As batalhas de Argel

A escolha não era fortuita: o próprio MPLA estava abrindo uma delegação em Argel (inaugurada em 4 de fevereiro de 1963, com a presença do Presidente da Argélia, Ahmed Ben Bella), assim como diversos outros movimentos de libertação e partidos de esquerda que faziam oposição a governos africanos já independentes. A experiência da guerra de libertação argelina (1954-1962) figurava, de fato, como uma das maiores vitórias mundiais contra o imperialismo, e uma evidência das possibilidades de sucesso da luta armada como caminho para a revolução. Por algum tempo, as esperanças da esquerda africana, mas também da Europa, da América Latina, e mesmo de parte do movimento negro dos Estados Unidos, concentraram-se ali.

E assim, Sócrates Dáskalos e eu fomos para Argel, partindo de Marselha, num gélido dia de Janeiro de 1963, com documentos de identidade argelinos, e no porão de um barco onde se amontoavam pobres emigrantes argelinos, numa viagem de 22 horas.¹

É assim que Adolfo Maria descreve essa nova mudança de endereço. Chegavam à mais nova capital africana com a incumbência de estabelecer um escritório da FUA; algum tempo se passaria, entretanto, até que eles se inteirassem do ambiente argelino e das disputas de poder que se travavam nos corredores do novo governo revolucionário, entre os militares que conduziram a guerrilha no maquis e os líderes políticos que emprestavam à causa o prestígio de terem sido, por longos anos, prisioneiros políticos. Em Argel, muitos anos se passariam, e muitas mudanças no campo do nacionalismo angolano e africano deixariam sua marca nas experiências pessoais que vimos acompanhando.

5.1 O curto verão da FUA

É certo que as *réseaux* das quais Dáskalos não guarda uma lembrança muito simpática tenham sido as responsáveis por providenciar os meios materiais de que os dois emissários da FUA necessitavam para se estabelecer na cidade, inclusive a acolhida inicial, que se deu na casa da

¹ PIMENTA, Fernando Tavares, **Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria**, Porto: Afrontamento, 2006, p. 63-64.

nacionalista egípcia Didar Fawzi.² Era através dessas redes que se providenciavam os arranjos de trabalho e moradia — que, no início, mostraram-se terrivelmente instáveis. Adolfo Maria passou a trabalhar, como topógrafo, para o governo argelino.³ Dáskalos, Mário João e o “desertor português” António Figueiredo seguiram logo para a cidade de Blida, para trabalhar como contadores em uma cooperativa, enquanto Maria do Céu Reis foi albergada na casa de uma certa Leila, de nacionalidade turca (na descrição de Dáskalos, uma “feroz marxista-leninista com laivos de anarquista”). A ela se juntaram, nesta mesma casa, Dáskalos e Adolfo Maria; depois Adolfo Maria saiu e Artur Pestana ocupou seu lugar. Dáskalos e Artur Pestana saíram dali para um apartamento no bairro de Birmandreis, nos subúrbios de Argel, mas o local estava em péssimas condições e eles tiveram de buscar outro abrigo; foram acolhidos na casa de um certo Capitão Jaffar, que era amigo de Leila e responsável por controlar os grupos políticos estrangeiros atuantes na cidade.⁴

O relato de Dáskalos sobre a transplantação da FUA para Argel parece ressaltar uma grande desconfiança e mesmo uma certa dose de “sabotagem política” por parte do MPLA. De fato, ele afirma que a organização da qual era presidente só teria sido aceita pelos meios argelinos após uma intervenção de Agostinho Neto, de passagem por Argel, em fevereiro de 1963, em sua condição de novo presidente do MPLA (uma mudança institucional que analisarei com mais delonga um pouco mais à frente). Ainda segundo Dáskalos, Neto estaria, à altura, propenso a cultivar o apoio da FUA porque a Argélia teria reconhecido o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), proclamado pela FNLA.⁵ Entretanto, o argumento de Dáskalos não se sustenta quando confrontado à cronologia. De fato, embora o GRAE existisse desde março de 1962, só seria reconhecido pela Argélia em agosto de 1963,

² *Ibid.*, p. 64; DÁSKALOS, Sócrates, **Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo**, Lisboa: Vega, 2000, p. 112. Dáskalos afirma que ele e Adolfo Maria ficaram inicialmente alojados na casa de Dinar, egípcia, secretária de Abdelaziz Bouteflika, que ocupava então o cargo de Ministro das Relações Exteriores. Suponho tratar-se da mesma pessoa.

³ MARIA, Adolfo, **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 9 fev. 2011.

⁴ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 112-117. O desertor português referido é provavelmente António Gomes Paula Figueiredo, que assinou, em 1965, uma nota pública de “democratas portugueses” em apoio a Humberto Delgado (declarou, neste documento, ser jornalista). Não confundir com o mais bem conhecido António Simões de Figueiredo, também ligado a Humberto Delgado e também jornalista, que passara a juventude em Moçambique e desde 1960 trabalhava em Londres na denúncia ao colonialismo português. Ver PINHEIRO, Patrícia McGowan, **Misérias do exílio: os últimos meses de Humberto Delgado**, [s.l.]: Contra-Regra, 1998, Apêndice documental A, Documento 18. A narrativa de Pinheiro, que foi parte ativa dos acontecimentos em Argel entre 1962 e 1966, é extremamente parcial e algo ressentida, mas suficientemente precisa quando se trata de personagens e cronologia. Aliás, na década de 1980 a autora daria uma guinada ideológica e seria eleita deputada à Assembleia Nacional de Portugal por um partido de centro-direita. Leila e Jaffar são prenomes muito comuns em todo o Mediterrâneo de fala árabe, o que pesou para que não me fosse possível verificar suas identidades em outras fontes.

⁵ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 112-117.

após a Organização da Unidade Africana (OUA), cuja fundação data de maio desse mesmo ano, assim recomendasse aos seus países-membros.⁶

É possível que houvesse, de fato, dentro da FUA, diferentes níveis de vinculação (tanto ideal quanto prática) com o MPLA. Dáskalos já se ressentia, em Paris, do fato de Adolfo Maria e João Mendes afirmarem a Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade que sua lealdade estava com o movimento — para eles, a FUA provavelmente não era mais que um subterfúgio tático.⁷ Ao que parece, também Artur Pestana via as coisas por esse prisma:

houve uma cisão no fundo, a FUA do interior e a FUA do exterior. A FUA do exterior era uma organização de apoio ao MPLA. Havia problemas na integração de brancos, gente branca, nos movimentos de libertação. O MPLA era o mais aberto, mas, mesmo assim... não por ele propriamente dito, mas pelo que se diria [...], usavam isso como propaganda [...]. E então nós estávamos na FUA, e em Argel [a FUA] era realmente uma dependência do MPLA.⁸

De maneira correspondente, sua transferência para Argel é descrita como uma opção individual diante de possibilidades de bolsas de estudo universitário oferecidas a ele pelos próprios responsáveis pelo MPLA em Paris:

Podia acontecer que algum país desse, por exemplo, três bolsas para tal curso, três bolsas para o outro, e uma pessoa tinha mais ou menos que escolher dentro daquelas opções. Eu por acaso tive sorte. A mim, deram primeiro uma bolsa para a Holanda. E era para Economia Agrária. E eu disse: “não, Economia? Não, não vou para a Holanda”. “Ah, então, Argel”. E eu: “Em Argel, o quê?” “O que quiseres. O que houver lá. Arrisca-te.” [...] E eu fui lá e havia exatamente o que eu queria.⁹

Fosse um projeto autônomo ou uma mera sigla que agregava militantes cuja participação no MPLA era um assunto delicado, o certo é que a FUA atuou, durante os seus primeiros meses em Argel — e apesar da precariedade de alojamento e trabalho experimentada por seus

⁶ Sobre o percurso do GRAE em busca de apoios e reconhecimento internacionais antes da missão da OUA, ver MARCUM, John, **The Angolan revolution**, Cambridge: MIT, 1969, p. 255-263. Sobre o reconhecimento do GRAE pela Argélia, ver PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas, **História de Angola**, 1ª ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 304.

⁷ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 107.

⁸ PEPETELA, **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 19 jun. 2011.

⁹ *Ibid.* Maria do Céu Reis também obteve uma bolsa para estudar sociologia na Universidade de Argel.

integrantes — de forma bastante intensa. Ecos desse trabalho foram captados pelas antenas dos órgãos de inteligência portugueses. Já no primeiro relatório semanal de fevereiro de 1963, o SCCIA notava:

A Frente de Unidade Angolana — FUA — enviou uma delegação ao Congresso Geral dos Trabalhadores Argelinos, supondo-se que o chefe da delegação tenha sido SÓCRATES MENDONÇA DE OLIVEIRA DÁSKALOS, presidente deste partido, que em ARGEL procura exercer a sua actividade profissional.¹⁰

Na semana seguinte, arriscava uma análise de conjuntura com respeito à organização:

Concorde com a orientação que os países africanos, os agrupamentos pan-africanistas e o comunismo e capitalismo internacionais pretendem imprimir quanto à formação de uma frente unida angolana na luta pela independência, o FUA, considerando-se em boa posição para a conquista de apoios internacionais e para a congregação dos interesses partidários, já que se deve julgar acima de qualquer outro e ainda liberto de rivalidades estabelecidas, convocou para o efeito, vários partidos e organizações para uma reunião.

[...]

De notar, não terem sido convidados os partidos de características regionais ou que tem mantido contactos com Portugal.¹¹

O amplo espectro das ameaças à perpetuação do projeto colonial português percebido pelo autor do relatório (países africanos, agrupamentos pan-africanistas, comunismo e mesmo capitalismo internacional) mostra, por um lado, o quanto Portugal começava a ficar isolado na arena internacional, e, por outro, uma certa retórica de vitimização nacional razoavelmente disseminada nos meios administrativos coloniais. A notícia era velha, dos tempos de Paris, e dessa iniciativa da FUA nada havia resultado de concreto; mas, ao mesmo tempo, o trecho ressalta a importância que era atribuída à organização pelas autoridades portuguesas, e também algum ressentimento pela ineficácia da política de infiltração e de fomento a organizações de cunho marcadamente regional que disputavam também, à altura, a legitimidade de falar em nome da população angolana — especialmente nas zonas de fala quicongo. Isso é importante, já que as primeiras menções ao “tribalismo” como um empecilho

¹⁰ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação n° 48, 26JAN a 08FEV63**, Luanda, 8 fev. 1963, p. 10.

¹¹ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação n° 49, 09 a 15FEV63**, Luanda, 15 fev. 1963, p. 8.

à libertação nacional, por parte da FUA tanto quanto do MPLA, não vão se fazer esperar muito tempo.

Uma notícia mais fresca faria parte do primeiro relatório de março, como podemos verificar abaixo:

A Frente da Unidade Angolana, comemorando o dia 04FEV [...] iniciou a publicação dum jornal a que deu o nome de KOVASO, consta de 10 páginas, apresenta-se sob a forma de caderno bem impresso e com bom aspecto gráfico.

Dá especial relevância a um editorial em que define os principais pontos do seu programa político, e publica, na primeira página, as resoluções tomadas pelo CONCP em condenação do racismo, bem como um relato dos esforços dispendidos pela FUA com vista à formação de uma Frente de Libertação, esforços que já foram referidos no R.S. [Relatório da Situação] nº 49.

Além destes artigos, merecem especial destaque:

- O que faz a apologia do Padre JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, presidente do MPLA.
- O que declara muito louvável a deserção do exército nacional, e
- O que faz a apologia da presença do branco numa sociedade angolana post-independência.

De todo o conteúdo da publicação ressalta a concordância dos princípios deste partido com os do MPLA, bem como revela a sua ideologia comunista. O próprio título do jornal (que traduzido significa AVANTE), é o do órgão “oficial” do partido comunista português.¹²

O jornal efetivamente começa por reproduzir, na sua primeira página, uma declaração da CONCP feita no ano anterior, que tem de ser lida no contexto da chamada crise de 1962-1964 do MPLA — a qual envolvia, de um lado, a disputa pela liderança do movimento, e, por outro, a questão da forma e do significado da participação de mestiços nos seus organismos diretores. Teremos ocasião de voltar a isso mais à frente. Por ora, basta observar o modo como a FUA se reapropria dos princípios antirracistas e antitribalistas expressos veementemente pela CONCP para reivindicar um lugar legítimo no seio do nacionalismo angolano:

¹² PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 51, 23FEV a 01MARV63**, Luanda, 1 mar. 1963, p. 8-9.

O Conselho Consultivo da Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas reunido em sessão extraordinária de 13 a 15 de Junho de 1962 em Rabat,

- REAFIRMA solenemente a adesão total da C.O.N.C.P. aos princípios do anti-racismo e do anti-tribalismo e chama a atenção de todas as organizações membros sobre a necessidade urgente de defender estes princípios na prática.
- A C.O.N.C.P. entende que qualquer atitude no seio das organizações membros traduzindo-se por uma posição racista ou tribalista é uma manifestação de oportunismo e uma falsa interpretação da realidade histórica dos nossos Povos.¹³

Em seguida, sob o título *A população branca no contexto nacional*, o jornal experimenta uma análise da posição dos brancos nascidos em Angola diante do nacionalismo, o que apresenta como “um dos problemas mais importantes que se põem na Angola de hoje e, muito especialmente, à Angola de amanhã”. Vale a pena citar longamente, inclusive porque a matéria ocupa a maior parte das dez páginas do jornal:

Enquanto a população branca era constituída na totalidade pelos colonos portugueses que iam a Angola explorá-la e regressavam ao solo pátrio, enriquecidos, para não mais voltar; enquanto os colonos iam e regressavam embora deixando na colónia bens de raiz em exploração, regidos por empregados; enquanto a presença do branco em Angola tinha essa feição sòmente, essa comunidade era efectivamente o explorador estrangeiro e só isso.

Mas com o decorrer dos anos, o branco foi-se fixando e constituindo uma comunidade ligada, dependente e vivendo para o país. Presentemente, a população branca de Angola, divide-se em dois agrupamentos, bastante distintos e gladiando-se mesmo.

Estes dois agrupamentos são:

1. População branca africanizada — Constituída por colonos e seus descendentes, cujos interesses económicos e sentimentos de nacionalidade se situam completamente em Angola;

¹³ PT TT SCCIA, Processos de Informação, cx. 271, proc. 296, ff. 5-9, **Kovaso: órgão da FUA, n. 1**, [Paris?], fev. 1963, p. 1.

2. População branca europeia — Constituída por aqueles que se deslocam a Angola com o único intuito de amealharem o seu “pé de meia” e regressar; pelos funcionários públicos nomeados e enviados pelo Governo Português; e ainda pelos funcionários superiores das empresas cujos accionistas vivem fora de Angola.

A razão do antagonismo entre estes dois agrupamentos da população branca é bem compreensível na medida em que os interesses se opõem. O comerciante, o agricultor ou o industrial fixado sente o desfavor em que é colocado perante as forças económicas estrangeiras, quer de Portugal quer de outro país qualquer; o funcionário, o intelectual, o trabalhador, naturais de Angola, sentem o quanto são preteridos em favor dos enviados pelo Governo Português, mesmo a despeito do seu valor pessoal ser superior, principalmente no respeitante a cargos de direcção.

O primeiro agrupamento é nacionalista pela sua profunda ligação ao país. O segundo é colonialista porque representa e defende os interesses colonialistas.¹⁴

Mas o fato de haver uma parcela da população branca comprometida com o território e com o “sentimento de nacionalidade” não é suficiente para garantir o direito à cidadania do futuro país independente, por força precisamente da forma como o racismo estruturou a dominação colonial. Segundo os articulistas de *Kovaso*:

A população negra de Angola habitua-se a ver na totalidade da população branca o explorador e dominador estrangeiro. É natural esta interpretação, na medida em que: foram os brancos que invadiram o seu solo; foram brancos que durante séculos a exploraram, foram brancos que a exportaram como escravos; foram brancos que a castigaram; foram brancos que sempre a enganaram.

Mas não é concerteza característica da raça branca ser racista ou ser explorador. Estas características são resultantes de certas condições sociais, políticas e económicas de certos grupos de todas as raças. Cinco séculos de pilhagem, de esclavagismo, de barbarismos, constituem hoje um estigma gravado nas populações branca e negra de Angola, que continua a ser explorado pelo colonialismo e que, a não ser travado, levará, concerteza, a uma situação insustentável.

¹⁴ *Ibid.*, p. 2

Na hora actual em que se decide de forma dura é certo, mas definitiva, o futuro de Angola — e esse Futuro, ninguém duvida, é a constituição da Nação Angolana, livre e soberana — há que ganhar direito a ser cidadão da nova Nação.

A população branca que deseja efectivamente fazer de Angola a sua Pátria, porque dentro dela trabalha e vive e deseja continuar, deve lutar por ela, pela sua liberdade, pelo seu Futuro, despojando-se da herança de elite privilegiada que o Passado lhe lega, passando à posição de grupo étnico como outro qualquer existente no país, com os mesmos direitos e deveres.¹⁵

Essa espécie de “cidadania por merecimento” passava, segundo o jornal, pela tomada de posição diante da encruzilhada histórica em que todos os habitantes de Angola se encontravam desde a ruptura do início de 1961. Se isso requeria, no que tange o mundo das práticas, incentivar esse grupo populacional a buscar algum tipo de envolvimento no processo anticolonial, não deixa de ser notável que seja enunciada como necessária, no plano das representações, a mudança de seu estatuto de categoria racial para grupo étnico, implicando a passagem de uma relação verticalizada e hierarquizada para outra, horizontal e igualitária. Para a FUA, a angolanidade dos brancos se colocava no despojamento do racismo (o que era, necessariamente, um processo existencial pessoal), e na compreensão esclarecida e algo estoica da desconfiança da maioria da população (a ser expressa em um vocabulário necessariamente racial). Mais do que isso, o direito à própria angolanidade se jogava na aceitação do fardo de ter de provar aos demais sua entrega à causa nacionalista e, por decorrência, seu desejo de participar em bases igualitárias na comunidade dos cidadãos.¹⁶

Mas o mais certo é que os jovens brancos da FUA estivessem muito na vanguarda de um setor populacional extremamente privilegiado no contexto colonial, cujo vertiginoso crescimento demográfico durante o século XX não deixava de complicar o quadro político com o qual a FUA tinha de lidar. Para já, nunca houve uma solução de continuidade entre o nacionalismo econômico incipiente (com o qual o *Kovaso* ilustrava os interesses divergentes entre brancos estabelecidos na colônia e a máquina colonial em suas esferas públicas e privadas) e o

¹⁵ *Ibid.*, p. 6-7.

¹⁶ Nessa mesma linha, no segundo número do *Kovaso*, de abril de 1963, pode-se ler: “na medida em que as forças da repressão colonialista e ainda a colaboração dada a estas forças por civis, são constituídas por elementos de raça branca, *a luta pela independência teve características racistas*”. Uma das razões para que essas características se mantenham “é a de que a população branca, sendo efetivamente anticolonialista, se mantém num estado de passividade que, neste momento, significa conivência com o colonialismo”. BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.), **Quem é o inimigo?**, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, v. 2, p. 281.

sentimento de angolanidade que envolvia a abdicação da posição sociorracial até então experimentada tanto num nível material quanto num nível existencial.¹⁷ Se esse nacionalismo econômico tinha sido o meio de cultura para a FUA em Benguela e no Huambo, em 1961, rapidamente se distanciava do programa concebido em Lisboa, nitidamente orientado para uma convergência com o MPLA — como, aliás, os responsáveis do SCCIA não paravam de repetir.¹⁸ Essa convergência e a posição publicamente adotada quanto ao direito de cidadania a ser conquistado pela via do mérito nacionalista apontava para os filhos de colonos tocados pela *Mensagem* e mobilizados em torno da Sociedade Cultural de Angola, como o próprio Adolfo Maria. Estes eram, desafortunadamente, muito poucos no conjunto da população branca. De fato, se em Lisboa o ambiente em que circulavam os estudantes das colônias tornou-se, ao longo da década de 1950 e nos primeiros anos da década de 1960, cada vez mais mestiço e negro, em Luanda o efeito foi exatamente o contrário. Entre 1930 e 1970, a capital do território colonial passou de cerca de 50 mil para quase 500 mil habitantes; e, embora os negros representassem a imensa maioria da população nas duas pontas do espectro temporal, houve um perceptível branqueamento, com o número de brancos crescendo duas vezes mais que o número de negros, e com uma marcada diminuição da percentagem de mestiços, que passaram a responder por apenas 8,3% do total. Se, em 1940, havia um branco para cada 4,9 negros em Luanda, em 1970 a razão havia descido a um branco para cada 2,5 negros. Esse processo, certamente, já estava bastante avançado em 1963.¹⁹

¹⁷ As dificuldades, em ambos os níveis, envolvidas nessa abdicação foram, como não podia deixar de ser, tematizadas na literatura angolana. A título de exemplo, as “sânjicas quijilas” de *Nós, os do Makulusu*, de José Luandino Vieira (escrito em 1967 e publicado em 1974), e a onça de *Como se o mundo não tivesse leste*, de Ruy Duarte de Carvalho (1977). Adolfo Maria, em seu depoimento a Fernando Pimenta, traça uma análise muito mais matizada das divisões internas da população branca em relação ao nacionalismo, bem como dos diferentes graus de angolanidade dessa população. PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 29-39, 50-54, 68-70. Por seu turno, Fidel Reis analisou detidamente os significados historicamente atribuídos à categoria branco e o uso feito dela por vários intervenientes no campo conflituoso do nacionalismo angolano, desde o início da guerra anticolonial até a década de 1990. Ver REIS, Fidel Raul Carmo, **Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996): a configuração do campo político angolano - contributo para o estudo das relações raciais em Angola**, Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 16-19, 97-107, 265-271, 321.

¹⁸ “O conjunto [da primeira edição do *Kovaso*] ressalta uma impressionante identidade de pontos de vista com o MPLA, e o seu programa, definido em Editorial, mais acentua as afinidades”, informava uma “breve resenha” sobre a FUA preparada em março de 1963: PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 54, 16 a 29MAR63**, Luanda, 30 mar. 1963, Anexo D, p. 3.

¹⁹ A imigração diminuiu exatamente na segunda metade da década. Ainda assim, o saldo migratório entre 1960 e 1970 fecha por volta de 90 mil indivíduos, segundo FIGUEIREDO, Maria Leonor Menezes Cândido, **O movimento estudantil em Angola nos anos da descolonização (1974-1975)**, Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 14. Os dados demográficos para Luanda foram recolhidos em PEPETELA, Breve resenha do crescimento de Luanda, **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, p. 237-244, 1997, p. 242.

Nessa altura, a maior parte dos brancos que chegavam a Luanda, como ao resto de Angola, era — diferentemente das levas de camponeses iletrados do início do século XX — de portugueses razoavelmente escolarizados, vindos de Lisboa ou outras cidades em algum momento da década anterior, tendendo a empregar-se na operação da máquina colonial, nas várias instâncias da administração ou em empresas comerciais de todo porte. Para esses, a emigração era um projeto de ascensão social e o capital racial, sem grande eficácia em Portugal mas oferecendo amplas possibilidades ao ser mobilizado em Angola, um trunfo mais que considerável.²⁰ Diante desse quadro tão pouco promissor, não espanta que uma das linhas de atuação da FUA tenha sido a de tentar evitar o surgimento de milícias racistas de extrema direita do tipo da *Organisation de l'Armée Secrète* (Organização do Exército Secreto, OAS), de infausta memória na Argélia (onde promoveram inúmeras chacinas e atentados à bomba), e também na França (onde perpetraram uma tentativa de assassinato do presidente da república).²¹ Essa preocupação era especialmente relevante quando trazemos à mente a forma brutal como parte da população branca em Luanda havia reagido ao ataque às prisões em fevereiro de 1961, e o clima geral de acirramento das tensões raciais na colônia como um todo. Não espanta portanto que a FUA se tenha dirigido à “população branca de Angola”, em uma folha volante apreendida pela PIDE em outubro de 1963, nos seguintes termos:

O que tem a perder o empregado de balcão, o engenheiro, o comerciante, o industrial, o funcionário, o topógrafo, o contabilista, o pequeno proprietário, o maquinista do caminho de ferro, o carpinteiro, o médico, o motorista, o pedreiro, o tipógrafo, o enfermeiro, em suma, todos aqueles que honestamente ganham a vida ou podem continuar a ganhá-la?

Sim, o que tem a perder o industrial, o comerciante, o proprietário com a independência? Deixarão de pagar os enormes impostos com que Salazar os sobrecarrega para fazer a guerra e ver-se-ão livres da limitação das suas iniciativas pois a economia angolana deixará de estar sujeita às imposições da indústria e do comércio de Portugal.

²⁰ FIGUEIREDO, **O movimento estudantil em Angola**, p. 14. Essa seria a terceira vaga migratória portuguesa para Angola, que a autora caracteriza da seguinte forma: “uma migração tardia, forte nos anos 50, com redução na 2ª metade dos 60. [...] Para Angola seguiram sobretudo migrantes dos distritos de Lisboa, Porto, Viseu, Guarda, Aveiro e Bragança. Muitos relacionados com o comércio ou com o funcionalismo. Eram novos, em idade activa, normalmente casados, com um grau de instrução mais elevado que o dos metropolitanos (mas menor [que o] dos que iam para Moçambique), de origem social heterogênea, semelhante à comunidade branca britânica na Rodésia do Sul, classe média e média baixa, social e profissionalmente mais qualificada.”

²¹ Ver, por exemplo, DELARUE, Jacques, *Les Officiers Républicains contre l'OAS, Matériaux pour l'histoire de notre temps*, v. 26, n. 1, p. 6-10, 1992.

Por outro lado, um país novo, um país que se liberta, tem necessidade de operários especializados, de professores, de médicos, técnicos e peritos de todos os ramos. Como pode ser nefasta a independência para estes indivíduos que são necessários à construção do país?²²

Tratava-se de estimular o nacionalismo econômico dessa camada populacional, ressaltando o conflito de interesses entre sua atividade profissional e empresarial e o sistema colonial em vigor — concebida, como vimos, em termos de uma passagem “base-superestrutura” um pouco mecânica demais. Mais interessante é a séria advertência que podia ser lida na sequência do texto:

a propaganda fascista é cada vez mais caluniadora e procura criar e atizar ódios. Através da maior parte da imprensa e da rádio faz-se propaganda racista, escondem-se factos, deformam-se notícias. Lacaios da alta finança e do fascismo [...] envenenam a opinião pública. [...]

A par desta preparação psicológica feita por parte da imprensa e da rádio, o governo toma iniciativas para fazer cometer actos irreparáveis à população branca. Assim, cria cursos de defesa da população civil. Esses cursos, parte integrante da campanha de pânico, destinam-se a formar indivíduos que encabeçarão parte da população branca em criminosas acções de repressão sobre as populações negras.

OS ACTOS CRIMINOSOS QUE UNS TANTOS INDIVÍDUOS REALIZAREM COMPROMETERÃO O FUTURO DA MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO BRANCA. POR ISSO ELA TEM DE DEFENDER-SE DESSAS PROVOCAÇÕES.

OS ELEMENTOS MAIS CONSCIENTES DEVEM DENUNCIAR TODAS AS MANOBRAS TENDENTES À FORMAÇÃO DE GRUPOS DE REPRESSÃO E LEVANTAR A OPINIÃO PÚBLICA CONTRA TAIS MANOBRAS.

Devem preparar-se para obstruir e neutralizar a formação de milícias ou a sua actuação.²³

²² PT TT SCCIA Processos de Informação, cx. 271, proc. 296, ff. 23-25, **Folha volante da FUA, nº 1**, [Argel, entre mar. e ago. 1963], p. 1.

²³ *Ibid.*, p. 3, grifos e maiúsculas no original.

Na mesma seara, a conferência dos militantes da FUA reunida em Blida, em setembro de 1963, constatou que, apesar de seus esforços “no sentido de esclarecer a comunidade branca [...] quanto ao verdadeiro significado da independência” e, também, “junto das populações negras quanto aos inconvenientes e incorrecção do problema da independência baseada sobre dados racistas”,

o sentimento racista — em virtude da consciente e criminosa propaganda fascista dos colonialistas portugueses inconscientemente ajudada por certos grupos nacionalistas — continua a deteriorar o problema maior do movimento nacionalista angolano (a unidade de todas as forças nacionalistas na luta comum contra o colonialismo português) e a manter o perigo da criação em Angola de organizações do tipo da OAS [...] ²⁴

Diante disso, os militantes decidiram manter a mesma linha de atuação seguida até aquela altura, resumida pelos seguintes tópicos:

- 1 – Desmistificação da pretensa política de integração, assimilação, missão civilizadora ou reformista do colonialismo português, perante a opinião pública mundial;
- 2 – esclarecimento e consciencialização política da comunidade branca e das populações negras quanto ao verdadeiro conteúdo político da luta de libertação nacional e desmascaramento do reformismo;
- 3 – Combate, por todos os meios, à criação de melícias conducentes à formação de grupos ultras, género OAS, e ao racismo. ²⁵

Não é que à FUA faltassem contatos e apoios no interior de Angola: não só o *Kovaso* era distribuído clandestinamente no território, em envelopes discretos postados através do correio de Luanda, quanto o comunicado citado logo acima foi apreendido em Benguela, pela polícia comum, em novembro. ²⁶ A adesão de parte significativa dos residentes brancos ao projeto colonial e ao exercício por vezes brutal de uma diferença racial sustentada militar e administrativamente nas coisas mais cotidianas revelou-se, todavia, uma limitação muito mais difícil de vencer. Depois dessa conferência de militantes, em que ademais Sócrates Dáskalos se demitiu da presidência da organização, já não houve atividade da FUA. Mas, antes de analisar sua dissolução — que se deveu, além de à incômoda posição de representar uma

²⁴ PT TT SCCIA, Processos de Informação, cx. 271, proc. 296, ff. 20-21, [Comunicado], Blida, 22 set. 1963.

²⁵ *Ibid.*

²⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 52, 02 a 08MAR63**, Luanda, 8 mar. 1963, p. 8.

população branca que tinha, em grande medida, outros planos, aos efeitos da crise pela qual passava o MPLA desde 1962 — penso ser necessário investigar brevemente os termos segundo os quais o MPLA via a FUA e concebia, naquele momento, a integração de brancos nos esforços nacionalistas.

Em 2 de março de 1963, coincidindo aproximadamente com a chegada da FUA em Argel, um estudante branco nascido em Angola de pais portugueses, Jorge Pires, escreveu a Lúcio Lara desde Moscou, onde estudava a língua russa como fase preparatória para ingressar no curso superior de Economia Planificada. No furor de seus dezenove anos, ele desejava convencer os dirigentes do MPLA sobre a conveniência de enviá-lo imediatamente para a guerrilha. Aliás, ele já havia escrito ao Comitê Diretor do movimento em janeiro, afirmando saber que o fato de ser natural de Angola não lhe dava o direito de se intitular angolano, e pedindo a oportunidade de conquistar esse direito, de armas na mão. Era, em resumo, a mesma tese da cidadania por merecimento expressa pela FUA, mas é exatamente sobre a FUA que Jorge Pires deseja interrogar Lúcio Lara. Em suas próprias palavras:

Numa das resoluções referentes à linha política do MPLA que li no Vitória ou Morte [jornal oficial do movimento] vem o seguinte:

“Encorajar a acção de grupos políticos dirigidos por *portugueses progressistas nascidos* em Angola que visem neutralizar o apoio dispensado às forças de repressão pelos colonos, e a lutar pelos objectivos dos movimentos nacionalistas angolanos.”

A conclusão que se pode tirar é que isto é um encorajamento do partido político FUA. Mas para mim, o problema põe-se doutra maneira. Não sou membro da FUA, mas estou como simpatizante do MPLA. Esta resolução é um conselho para todos os brancos aderirem à FUA? Ou é um simples encorajamento à FUA tal como está organizada[?]

Ainda surge outro problema. Actualmente sou considerado como português o que não permite de modo algum ser militante do MPLA e por consequência também não me permite entrar no “maquis”. Sendo este o meu maior desejo é natural que eu pergunte o que fazer? Qual é a ideia do MPLA em relação ao elemento branco?²⁷

²⁷ LARA, Lúcio, **Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através dos documentos de Lúcio Lara**, Luanda: Lúcio Lara, 2006, v. 3, p. 77 (a primeira carta está transcrita à p. 42). Jorge Pires (que é o personagem principal de *O planalto e a estepe*, escrito por Pepetela em 2009) teve mesmo de esperar pelo fim de seu curso e mais um pouco para assumir funções militares no MPLA (e o nome de guerra “Piricas”, pelo qual ficou conhecido). Ele não foi o único a inquietar-se com a classificação dos brancos nascidos em Angola e atuantes no movimento nacionalista como “portugueses progressistas”. Uma carta aberta, assinada

Não eram perguntas muito fáceis de responder. Havia declarações de princípio antirracistas, mas grande variedade nas opiniões sobre sua aplicabilidade prática e, ao longo do tempo, sobre sua conveniência tática. Havia também no interior do MPLA uma enorme desconfiança em relação à FUA — em parte, relacionada com os percebidos nacionalismo econômico e paternalismo político professados por aquele núcleo inicial do movimento, centrado na figura de Fernando Falcão. A esse propósito, suas memórias sobre esse período são bastante expressivas:

Quando os elementos da FUA estiveram na Argélia (...) não houve proximidade com os elementos do MPLA que também se encontravam lá exilados. (...) Achavam bem a FUA, mas entre o “dizer” e o “fazer” foi uma grande distância. Entre eles havia despique. Acusavam-se de estar a proteger reaccionários (...). Éramos bastante marginalizados (...). Os dirigentes da FUA viviam amarfanhados, era uma situação péssima. Não éramos apoiados nem por Portugal nem os movimentos queriam a nossa participação (...). No seio do MPLA havia muita reacção à FUA. Da parte de tipos importantes, um deles o Lúcio Lara. Fazia oposição à FUA.²⁸

Segundo Adolfo Maria, assim que ele e Dáskalos chegaram a Argel, o representante do MPLA, Eduardo Macedo dos Santos, “mostrou-se preocupado com a possibilidade da imagem do MPLA ser afectada se houvesse relações estreitas com os membros da FUA e disse-nos para ser muito discretos”.²⁹ Ora, sendo a discrição naturalmente uma virtude que nenhuma organização nacionalista pode se dar ao luxo de exercer, uma longa entrevista dos membros da FUA, com direito a fotografia, publicada pouco tempo depois no jornal *Alger Républicain*, desagradou terrivelmente a Eduardo dos Santos. Mas o principal problema parecia mesmo estar no cruzamento entre posição de classe, hierarquia racial e protagonismo político dos integrantes da frente e de sua suposta base social. Em um relatório enviado ao Departamento de Segurança do MPLA em Brazzaville em março de 1963, há uma análise

por “militantes angolanos de raça branca”, possivelmente militantes da FUA atuando dessa vez por fora do quadro institucional, defendia de modo veemente seu direito a serem considerados angolanos. A carta foi transcrita em TALI, Jean-Michel Mabeko, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, Luanda: Nzila, 2001, v. 1, p. 454-456. Fidel Carmo Reis analisou as cartas de Jorge Pires e dos “militantes angolanos”, e as diferenças entre suas posições, em **Das políticas de classificação às classificações políticas**, p. 217-224.

²⁸ Entrevista a Fernando Falcão apud FIGUEIREDO, **O movimento estudantil em Angola**, p. 24, supressões no original.

²⁹ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 64. Eduardo Macedo dos Santos era um dos médicos mestiços do MPLA que voltaremos a encontrar logo mais à frente — não confundir com José Eduardo dos Santos, que ocupa desde 1979 o posto de Presidente da República em Angola.

pormenorizada da FUA e da população branca residente em Angola, bem como sugestões quanto ao encaminhamento a dar nas relações do movimento com aquela organização.

Os grupos de colonos nessas circunstâncias [de empreender um nacionalismo econômico] são fundamentalmente os comerciantes (o chamado “bom branco”), funcionários graduados da Administração colonial, topógrafos, intelectuais e um pequeno número de oficiais do Exército. Os principais centros desta oposição são Nova Lisboa, Benguela, Lobito e Luanda.³⁰

A inclusão de “topógrafos”, sozinhos dentre todos os que exerciam profissões técnicas, na lista de categorias produtivas mais propensas ao nacionalismo econômico parece algo inusitada, mas tende a se confirmar na prática (por exemplo, nos casos de João Mendes, Adolfo Maria e Henrique Abranches, embora este nunca tivesse aderido à FUA), por motivos que provavelmente têm a ver com a expansão territorial, desde a década anterior, das infraestruturas da economia colonial. Em todo caso, apresentam-se a seguir, no relatório, as opções que historicamente se colocaram a esses núcleos opositoristas:

A evolução dos acontecimentos desde 1960, principalmente o início da Luta armada em 1961, levou à evidência de que só havia escolher entre uma oposição a Salazar do tipo OAS, isto é, no sentido de manter a dominação colonial em Angola, ou então aceitar o princípio da Independência e de uma direcção política africana de carácter formal [...]. Uma vez que o colono antigo do tipo “bom branco” está económica e socialmente muito afastado da metrópole, a solução do tipo OAS não serve e só poderá seduzir o colono recém-chegado. Em qualquer das hipóteses o colono não põe o problema de um possível regresso a Portugal depois da luta.³¹

Para o analista, toda essa movimentação do nacionalismo econômico convergiu para a criação da FUA, no início de 1961. Entretanto,

A prontidão com que a repressão salazarista agiu leva à conclusão de que a FUA nunca deve ter existido enquanto organização, sendo de duvidar que os diferentes grupos tenham tido qualquer acção clandestina que ultrapasse o aliciamento de novos aderentes, ou a recolha de abaixo-assinados de protesto. Apesar disso é necessário ter em conta que a FUA é expressão de

³⁰ LARA, *Um amplo movimento*, v. 3, p. 104.

³¹ *Ibid.*

razões objectivas, inquietude e ambição da população branca de Angola há muito radicada e que este elemento estático pesará em todas as oportunidades que a luta fornecer. Seus objectivos secretos são a criação de uma espécie de *Commun welth* [sic] englobando Angola, a Guiné e Moçambique e que teria as portas abertas ao Brasil. Aceitam o princípio da Independência de Angola e de uma direcção política africana de assimilados de “pensamento de branco” e que garanta a não-discriminação racial e afaste Angola do caos e das lutas tribais (fonte de informação *Aussenpolitik*).³²

Esta não parece a FUA de Adolfo Maria ou de Artur Carlos Pestana, mas bem podia ser a de Fernando Falcão — exceto talvez pelos objetivos secretos, que parecem um pouco forçados.³³ De fato, o relatório aponta uma descontinuidade operacional entre a FUA tal como foi fundada em Angola e a “direção no exterior” que se encontrava em Argel, mas sua opinião sobre esta (em parte baseada em informações fantasiosas) não era mais abonadora:

Até Março deste ano, este agrupamento estabeleceu confusão nos meios interessados no nacionalismo angolano, apresentando-se como movimento nacionalista englobando também negros e mulatos e o único que tinha o controle dos nacionalistas do Centro e Sul de Angola. Em Conferência de Imprensa, declarações a jornalistas e em manifestos traduzidos em línguas estrangeiras, a FUA apresenta-se como sendo um movimento africano e tendo participado do início da luta armada [...]. Entretanto os efeitos dessa propaganda têm-se feito sentir e a FUA goza de apoios na Bélgica e França, abriu um bureau na América (informação oral de Luís de Almeida) e pretende abrir um outro em Argel, para o que já conta com apoios.³⁴

³² *Ibid.*, v. 3, p. 106, interpolação no original. *Aussenpolitik* (“Política externa”) é o título de uma revista publicada em Hamburgo de 1950 a 1998.

³³ Mas o governo da Libéria, aparentemente de comum acordo com Holden Roberto, cogitara ainda em 1961 a proposta de que a ONU outorgasse ao Brasil um mandato administrativo sobre Angola, para que se pudesse estabelecer um cronograma em direção ao autogoverno e à independência (US NARA DS/CF 753N.00, cx. 1821, doc. 6-561, **United States Embassy in Monrovia, Foreign Service Despatch, 392**, Monróvia, 5 jun. 1961). A ideia de uma ligação privilegiada com o Brasil não era alheia ao conjunto de projeções do nacionalismo econômico branco, muito pelo contrário; já no início do século XIX houvera propostas nesse sentido. Entretanto, é pouco provável que na década de 1960 isso tomasse a forma de qualquer coisa como um objetivo secreto, antes seria uma representação (idealizada, naturalmente) de um modelo desejável de convivialidade inter-racial.

³⁴ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 106. Luís de Almeida era um dos estudantes angolanos na Alemanha que estiveram na raiz da criação da UGEAN, e substituiu Eduardo dos Santos como representante do MPLA em Argel. Filho de pai português e mãe angolana, era um “mestiço de pele escura” segundo Edmundo Rocha, em **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 10 jun. 2011.

O escritório na “América” jamais existiu, mas, segundo Dáskalos, João Mendes chegou a propor ser enviado para os Estados Unidos como representante da FUA. Sua oposição a esse plano teria levado a uma rixa entre os dois dirigentes (Dáskalos não esconde, aliás, em suas memórias, a profunda antipatia que sentia por seu correligionário). De toda forma, ele afirma ter sido informado por Aquino de Bragança, da CONCP, que a FUA era considerada uma colaboradora da CIA — e atribui essa má fama às perambulações de Mendes.³⁵ O relatório não vai tão longe, mas, com efeito, afirma existirem contatos da FUA com organizações anticoloniais dos Estados Unidos que teriam mediado um acordo de cavalheiros entre esta organização e a UPA: os brancos teriam sua integridade física garantida numa Angola independente, fornecendo em contrapartida os quadros técnicos necessários ao funcionamento do país após a retirada dos portugueses — o que possibilitaria à UPA prescindir dos quadros formados pelo MPLA.³⁶ É curioso que um “plano” muito parecido envolvendo a oferta de quadros técnicos tenha sido atribuído à própria CONCP, em colaboração com a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) portuguesa, também sediada em Argel:

O plano era muito simples mas bastante adequado às pretensões de todas as forças envolvidas. A nova Argélia, abandonada por quase um milhão de colonos franceses, carecia dramaticamente de quadros técnicos. A oposição portuguesa no exílio dispunha de médicos, engenheiros e outros diplomados, além de descontentes e mal pagos em Portugal. Além destes havia os “assimilados” das colónias portuguesas, diplomados também, e irrequietos com a onda de nacionalismo africano. Com essa mercadoria os negociantes políticos contaram poder comerciar. Ofereceu-se a Ben Bella esta cooperação técnica, uma cooperação a preço bastante mais em baixo comparada com uma futura e ainda hipotética cooperação francesa.

Em contrapartida, Ben Bella daria todo o apoio à CONCP, em prejuízo de Holden Roberto [presidente da UPA]. E Piteira Santos, como chefe da oposição portuguesa na Argélia, teria finalmente vantagens sobre Cunhal e o resto da oposição.³⁷

Os contornos desse plano teriam sido expostos pessoalmente à autora, a jornalista Patrícia McGowan Pinheiro, por Aquino de Bragança, da CONCP, e pelo trotskista egípcio Michel Raptis, cognominado Pablo, um dos responsáveis, em 1962, pela reunificação da Quarta

³⁵ DÁSKALOS, *Um testemunho para a história de Angola*, p. 116-117.

³⁶ LARA, *Um amplo movimento*, v. 3, p. 106-107.

³⁷ PINHEIRO, *Misérias do exílio*, cap. 2. Álvaro Cunhal foi o líder histórico do PCP no pós-guerra. António Piteira Santos era um dissidente do PCP que dirigiu a FPLN (da qual o PCP também participava) em Argel.

Internacional — os quais se encontrariam, à altura, associados e muito próximos ao presidente argelino, Ahmed Ben Bella. Não me foi possível confirmar (ou, para todos os efeitos, desmentir) a existência de um tal acerto envolvendo a CONCP, a FPLN, os trotskistas e o presidente da república argelina, mas, em todo caso, esse é precisamente o tipo de rumor que se espera encontrar em circulação em um ambiente tão densamente atravessado de atores, ideias e interesses políticos, como era o norte da África nos primeiros anos da década de 1960. Quanto à FUA, com plano ou sem plano, a posição do MPLA deveria saldar-se, na opinião do autor do relatório ao Departamento de Segurança, por um distanciamento precavido:

O MPLA deve encarar desde já uma conduta definitiva relativamente à FUA e que diga respeito ao futuro da população branca de Angola. Da exposição feita e dos factos que cada dia se vão amontoando, impõe-se como primeira precaução, que a FUA seja encarada tal como é: um Movimento de “brancos bons” que querem assegurar o seu futuro em Angola e que, aproveitando-se das condições de luta pela independência comandada do exterior, está tentada a fazer um jogo de oportunismo para manter a supremacia da sua influência durante a luta e na Angola independente. *É prematuro atar qualquer tipo de relações com a FUA antes dela se apresentar na sua verdadeira face*, a não ser que surja uma oportunidade dela colaborar como informadora na luta armada contra os portugueses. Mesmo nessas circunstâncias, a colaboração da FUA deve ser *incondicional*.³⁸

Ao mesmo tempo em que a FUA se instalava em Argel, as autoridades portuguesas recuperavam-se do susto inicial que o surgimento de uma organização nacionalista formada majoritariamente por brancos lhes havia impingido, e passavam a fazer análises mais condizentes com as efetivas capacidades materiais que podiam deduzir da vigilância sobre suas atividades e sobre o impacto delas em Angola. Em uma “breve resenha” preparada sobre a organização em finais de março de 1963, o diretor do SCCIA historia a emergência da FUA em Benguela e a repressão a seus integrantes, bem como a fuga por parte de alguns destes de Lisboa e a constituição de uma direção no exterior. Depois de expor os pontos principais

³⁸ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 107, grifos no original. O relatório prossegue ainda estabelecendo possíveis diretrizes para um trabalho nacionalista aceitável por parte da FUA (efetivamente incorporadas, a julgar pela folha volante e pelo comunicado de Blida que citei mais acima), e expressando sua preocupação de que a FUA pudesse assumir, depois da independência, a defesa da permanência em Angola (“indesejável, senão impossível”) de uma parcela da população branca composta pelos colonatos, desempregados, pequenos artesãos e vendedores ambulantes, além da “multidão de funcionários que têm o seu vencimento orçamentado nos impostos e multas que pesam sobre a população angolana”.

do plano de trabalho que a FUA tornara público em setembro de 1962, a resenha informa que a organização

emite comunicados, elabora panfletos que remete para a Província [de Angola], onde são distribuídos, dá entrevistas aos jornais e busca apoio para os seus desígnios junto de algumas organizações e governos, nomeadamente em ARGEL. Esta actividade, no entanto, não parece digna de nota, face à desenvolvida pelos partidos de maior projecção: MPLA e UPA.

Entretanto, vai tentando conseguir as “boas graças” do MPLA fazendo o “jogo” deste partido na obtenção de uma frente comum.

[...]

Como se verifica através dos objectivos perseguidos pela FUA durante as suas diferentes fases, estes têm evoluído continuamente e desenvolvem-se num sentido cada vez mais extremista.³⁹

O diretor dos serviços de informação teve a gentileza de resumir sua avaliação da FUA, em termos algo ácidos, mas em boa medida acertados, a partir dos dados então disponíveis:

A FUA é um partido que pretende ser uma frente, e nela se albergam os descontentes angolanos de raça branca. Encontra-se ainda em fase evolutiva, sendo de assinalar que tem procurado fazer de tal forma a política do MPLA que é lícito supor-se que se encontra enfeudado a este ou que, confiado na tolerância racial que pelo mesmo é afirmado, pretende beneficiar do prestígio internacional de que o MPLA disfruta para obter a aceitação que a sua condição de branco em ÁFRICA lhe tem impedido de conseguir.⁴⁰

A FUA não teria, como vimos, condições de completar sua evolução. Entre 1962 e 1963 o MPLA passou por seu primeiro grande cisma.⁴¹ Agostinho Neto fugira de Portugal, onde estava em regime de “residência fixa”, em julho de 1962, de barco para o Marrocos, com o apoio organizacional do PCP. Após o que parece ter sido um acordo com o então presidente, Mário Pinto de Andrade, apresentara-se pouco depois aos escritórios do movimento em Léopoldville para assumir a liderança do MPLA — ele era, até então, Presidente de Honra,

³⁹ PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 54, 23 a 29MAR63**, Luanda, 30 mar. 1963, Anexo D, p. 2-4.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 5.

⁴¹ Houve outros dois — um no período de 1972 a 1974, e outro em 1977, já depois da independência. Em todas as três ocasiões, considerações sobre raça e etnia tiveram um papel a desempenhar nos diferendos.

posição a qual lhe havia sido conferida, é bom que se ressalte, muito mais devido à sua condição de preso político ilustre que a uma expectativa real de que ele pudesse vir a presidir a organização em um futuro próximo. Encontrou um comitê diretor em que os mestiços de pele mais clara haviam dado um passo atrás e cedido lugar a militantes negros — o próprio Viriato da Cruz, idealizador do movimento e autor do famoso manifesto, não ocupava mais nominalmente nenhum cargo, embora pretendesse continuar a ser a personalidade de referência nas questões internas. Uma disputa velada entre os dois líderes veio à tona quando Neto convocou uma “Conferência Nacional” à qual Viriato não compareceu e na qual seus apoiadores ficaram isolados; em pouco tempo havia uma “ala Viriato” e em uma “ala Neto” irreconciliáveis.⁴² As razões envolvidas nessa fissão e os debates que a precederam e prepararam importam, e muito, para a análise desenvolvida aqui, como veremos logo mais à frente. Por ora, pretendo limitar-me apenas a apresentar os desenvolvimentos mais importantes.

A maior parte dos militantes do MPLA em Léopoldville tomou o partido de Agostinho Neto. Durante a Conferência Nacional, um novo comitê diretor foi escolhido, com a reintegração de alguns mestiços (a exemplo de Lúcio Lara, que chefiava a delegação do movimento em Conacri), mas garantindo uma maioria negra; por outro lado, como vimos há pouco, os brancos nascidos no território foram categorizados como “portugueses”, e sua reivindicação nacionalista reconvertida em “progressista”. Confirmado na direção pela conferência, Neto passou imediatamente às tarefas de reorganização interna e de ampliação dos apoios internacionais. Mas as coisas não correram nada bem para o movimento nos primeiros meses sob a nova direção. Os acontecimentos se precipitaram. A OUA, fundada em 25 de maio, resolveu tomar a si a unificação dos movimentos nacionalistas angolanos e enviou já no mês seguinte uma “missão de bons ofícios” a Léopoldville para averiguar no terreno as alegações conflitantes das duas principais organizações nacionalistas. Na tentativa de fortalecer as reivindicações do MPLA, em um ato que é considerado por muitos analistas um erro, Neto negociou, com a mediação interessada do governo do Congo-Brazzaville, a criação de uma

⁴² MARCUM, *The Angolan revolution*, v. 1, p. 249-255, 263-267, v. 2, p. 85-99; TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 1, p. 76-89; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *História do MPLA*, [Luanda]: Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 2008, v. 1, p. 225-235, 239-256; BITTENCOURT, Marcelo, *“Estamos juntos”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Luanda: Kilombelombe, 2010, v. 1, cap. 4; PÉLISSIER; WHEELER, *História de Angola*, p. 302-306. Maria do Céu e Fidel Carmo Reis fizeram uma análise pioneira das categorias discursivas envolvidas na crise em O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos, in: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (3.: 1994: LISBOA) (Ed.), *Dinâmicas multiculturais: novas faces, outros olhares*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, v. 7, p. 697-709. A linha de interpretação que eles inauguraram então foi retomada e bastante ampliada na tese de doutorado de Fidel Reis, *Das políticas de classificação às classificações políticas*.

outra frente que pudesse opor à FNLA, que havia sido fundada em 27 de março de 1962 pela reunião da UPA a um pouco representativo Partido Democrático de Angola (PDA). Assim nasceu a breve Frente Democrática de Libertação de Angola (FDLA), com o MPLA à cabeça de outras três organizações menores: a *Ngwizani a Kongo* (Associação dos Originários do Kongo, Ngwizako), o Movimento Nacional Angolano (MNA) e a União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA), aos quais juntou-se em seguida o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA). Houve negociações para a inclusão da Associação dos Povos de Origem Bakongo (Nto'bako), mas elas não foram adiante. O Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), com sede em Brazzaville, participou das discussões iniciais mas não subscreveu a criação da frente.

Ora, enquanto a UNTA funcionava na prática como um apêndice sindical do MPLA, a Ngwizako era uma organização dedicada à restauração do antigo Estado do Kongo sob um rei católico, e tinham um longo histórico de negociação com as autoridades portuguesas. Na verdade, a organização estava vivendo uma cisão interna, e apenas a ala minoritária, desiludida com as possibilidades de mudanças negociadas, aderiu à FDLA. A Nto'bako também tinha uma longa história de colaboracionismo, e opusera-se fortemente à UPA durante o levante de 1961, mas desde então tinha perdido sua utilidade para as autoridades portuguesas e vinha sendo solenemente ignorada em seus apelos de melhoria das condições da população nativa. Aqui também houve um processo cismático, com a facção minoritária negociando sua adesão à frente proposta pelo MPLA, e a liderança oficial embarcando numa campanha de desinformação voltada para o público angolano sobre o caráter da FDLA e sua participação nela. O MDIA havia igualmente embarcado em “negociações” com as autoridades portuguesas. Diante da ausência de perspectiva de qualquer mudança, novamente houve a formação de uma facção que aderiu ao projeto da frente, a despeito da direção. Já o MNA era quase completamente desconhecido à altura, e parecia funcionar também em bases mutualistas, congregando no Congo-Léopoldville os emigrados da zona costeira da região de fala quicongo, correspondente ao antigo principado do Soyo. Interessante notar que as lideranças do MDIA e do MNA haviam passado pela UPA, retirando-se em março de 1961, em um choque com Holden Roberto quanto ao direcionamento dado à organização, particularmente o recurso à luta armada.⁴³

⁴³ Sobre os pequenos partidos surgidos no Congo-Léopoldville entre o fim da década de 1950 e o começo da década de 1960, ver MARCUM, *The Angolan revolution*, v. 1, p. 285-295, 233-236; PÉLISSIER; WHEELER, *História de Angola*, p. 311-316. Sobre a FDLA, ver MARCUM, *The Angolan revolution*, v. 2, p. 80-85; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *História do MPLA*, v. 1, p. 251-255; BITTENCOURT, *Estamos juntos*, v. 1, p. 199-200.

Essa manobra de Neto tinha naturalmente um objetivo imediato mais retórico que prático; mas ela não apenas foi ineficaz em seu intento de angariar a confiança da missão da OUA, como ainda acarretou uma baixa importante para o prestígio internacional e para a unidade do MPLA: Mário Pinto de Andrade, que tinha deixado o caminho livre à ascensão de Neto e passara a se dedicar exclusivamente ao cenário internacional, desvinculou-se publicamente da iniciativa e apresentou, em carta remetida do Cairo, onde se encontrava em funções, seu pedido de desfiliação.⁴⁴

Diante da fragilidade e da incipiência que perceberam no MPLA, especialmente no aspecto militar — e certamente sensíveis às pressões do governo do Congo, oficialmente neutro diante de ambos os movimentos, mas expressando em palavras e atos uma nítida preferência pela UPA — os relatores da OUA recomendaram o reconhecimento, por parte dos países africanos, do GRAE instituído em abril de 1962 pela FNLA como único representante legítimo do povo angolano. Ao mesmo tempo, o grupo de Viriato da Cruz lançava uma “Proclamação aos militantes” em que contestava a legitimidade da eleição de Neto, reivindicava a direção do movimento em nome de um comitê provisório e advogava uma composição com a UPA, no quadro da integração do MPLA à FNLA.⁴⁵

Escolher Neto ou Viriato era, a partir dali, uma questão que se impunha a todo militante ou simpatizante do MPLA. Sócrates Dáskalos escolheu o segundo. Adolfo Maria lembra-se do constrangimento pelo qual passou quando foi levado por Dáskalos aos escritórios do jornal *Révolution Africaine* (“Revolução Africana”), órgão oficial do governo argelino voltado para a política externa, onde trabalhavam Patrícia McGowan Pinheiro e seu marido, Carlos Lança; estes mostraram-lhe então as provas de um extenso artigo que sairia destacado na edição do dia 3 de agosto, contendo um resumo dos trabalhos e as recomendações da comissão de bons ofícios da OUA, além de um comentário extremamente duro sobre as insuficiências do MPLA, no qual se previa ainda sua breve dissolução.⁴⁶

⁴⁴ ROCHA, Edmundo, Viriato da Cruz: itinerário político, in: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.), **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**, Lisboa; Luanda: Prefácio; Caxinde, 2008, p. 167-168. A carta de demissão de Mário Pinto de Andrade e um comunicado que difundiu no Cairo, na ocasião, desvinculando-se da FDLA e também do MPLA, podem ser lidos em LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 261-262. Andrade seria “reintegrado” ao MPLA em agosto de 1964. MARCUM, **The Angolan revolution**, v. 2, p. 169.

⁴⁵ ROCHA, Viriato da Cruz, p. 165-167.

⁴⁶ Em seu depoimento a Fernando Pimenta, Adolfo Maria parece crer que a ida com Dáskalos ao *Révolution Africaine* (durante a qual teve ainda de manter a compostura diante da presença do representante da UPA em Argel, John Pinnock Eduardo) foi posterior à reunião de Blida; entretanto, uma vez que a reunião ocorreu em agosto e o artigo sairia já no dia 3 daquele mesmo mês, o desagradável encontro deve ter sido anterior. PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 67-69; PIMENTA, Fernando Tavares, Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975), in: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE

Ainda em agosto de 1963, os integrantes da FUA reuniram-se na cidade de Blida, para definir a posição da organização quanto ao cisma do MPLA. Diante da recusa da maioria de seus companheiros em seguir Viriato da Cruz, Dáskalos optou por demitir-se do cargo de presidente. Embora não tenha havido votação, um comunicado terminou por ser escrito um mês mais tarde, em que se mantinha a independência nominal da FUA diante dos demais movimentos nacionalistas, embora transformando o comitê diretor no exterior, que até ali compunham, em uma mera representação da suposta FUA no interior de Angola — a qual, devido à pronta repressão portuguesa ainda em 1961, era muito mais uma ideia inspiradora de manifestações nativistas tímidas que propriamente uma organização nacionalista. Dáskalos afastou-se da FUA após essa reunião, assim como Adelino Torres e Mário João Nobre. João Mendes decretaria a dissolução oficial da frente em 1964, mas já nem era preciso; depois de Blida não houve atividade política alguma por parte da FUA.⁴⁷

5.2 Caminhos cruzados

As perspectivas de participação política no processo nacionalista por parte dos jovens brancos em Argel, que já eram estreitas, viram-se, com o desmonte da FUA, drasticamente reduzidas. A situação começaria a mudar com a chegada, no início de 1964, de Henrique Abranches, a quem os membros da FUA tinham visto pela última vez em Lisboa. Nascido em Portugal, chegara à colônia aos quinze anos de idade; seu pai tinha um cargo de responsabilidade no Banco de Angola. Quando a família voltou para Portugal deixou-se ficar. Andou por Luanda, Moçâmedes (Namibe) e Sá da Bandeira (Lubango), onde “fez a tropa” e, pela primeira vez, entrou em contato diretamente com a população angolana. Junto com um grupo de desterrados goeses, procedeu a experiências de mobilização popular inspiradas em Gandhi, na tentativa de convocar um Congresso Nacional Africano em Angola, mas sem resultado. Foi sondado pela FUA, mas recusava os pressupostos implícitos no projeto da frente.⁴⁸ Em suas próprias palavras:

CIÊNCIAS SOCIAIS (8: COIMBRA: 2004), **A questão social no novo milênio**, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 23. Um longo trecho da matéria, intitulada *Angola: le minute de la verité*, foi transcrita em PINHEIRO, **Misérias do exílio**, Apêndice documental B1, Documento 3.

⁴⁷ DÁSKALOS, **Um testemunho para a história de Angola**, p. 118-119; PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 64-68. O comunicado (do qual já citei alguns trechos anteriormente) está disponível em PT TT SCCIA, Processos de Informação, cx. 271, proc. 296, p. 20-21, **[Comunicado]**, Blida, 22 set. 1963.

⁴⁸ LABAN, Michel, Encontro com Henrique Abranches, *in*: **Angola: encontro com escritores**, [Porto]: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, v. 1, p. 300-303.

Nesse momento apareceram outros indivíduos brancos, igualmente revolucionários, com passados brilhantes, às vezes [...]. Havia um, em particular, [...] que, de repente, apareceu com uma tese que me deixou perplexo: é preciso fazer os brancos cumprir um programa um programa revolucionário para conduzir os negros à revolta. [...] Eu achava que só mesmo os negros é que tinham de fazer esse programa revolucionário. [...] Eu pensava: nunca conseguirás obrigar os brancos a cumprir um programa revolucionário, como brancos [...].

Então, o meu amigo e outros fizeram uma organização chamada F.U.A., uma organização “multirracial” (num país unirracial — porque Angola é um país unirracial: tinha vagamente uns brancos, vagamente uns mestiços)...⁴⁹

Voltando a Moçâmedes, envolveu-se com uma organização secreta de auxílio mútuo que se estendia por todo o território cuanhama, dos dois lados da fronteira entre Angola e o Sudoeste Africano (atual Namíbia). Talvez inspirado na Revolta Mau-Mau dos quicuios do Quênia, começou a trabalhar na organização de um levantamento. Porém, ao chegar a Luanda e contatar Mário António (política e literariamente associado, como estamos lembrados, a Ilídio Machado, António Jacinto e Viriato da Cruz), foi informado de que ali não havia condição alguma de promover uma revolta. Logo depois, o 4 de fevereiro pegou a todos de surpresa, e a repressão subsequente promovida pela PIDE desarticulou as redes de informação que deveriam desencadear a revolta do sul. Tentou sair de Angola de carro, pelo norte, mas o levantamento de março o obrigou a retroceder antes de chegar a Carmona (Uíge). Foi preso e mais tarde mandado para Lisboa, com residência fixa.⁵⁰

⁴⁹ *Ibid.*, p. 303. É também possível que o fato de ter nascido e passado a infância em Portugal implicasse uma apropriação muito diferente, por parte de Abranches, do sentir-se angolano. Como vimos, a defesa da própria angolidade estava no cerne do apelo mobilizador da FUA junto aos angolanos brancos, e o *jus soli* sempre foi um componente importante da tradição emancipacionista colonial — não é por acaso que abundam, desde o final do século XIX, expressões correspondentes, tais como “filhos da terra”, “naturais de Angola” ou “filhos de Angola”. Ver ANDRADE, Mário Pinto de, **Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961**, Lisboa: Dom Quixote, 1997; BITTENCOURT, Marcelo, **Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana**, Lisboa: Vega, 1999. Em todo caso, sua recusa em considerar Angola como um país multirracial está plenamente amparada nas estatísticas. Cruzando os números do recenseamento da “população autóctone” de 1960 com os dados de 1970 para Luanda (tomada como representativa da distribuição racial da população nas demais cidades), percebe-se que os brancos deveriam representar, à altura, algo como 2 ou 3% da população total do território, enquanto os mestiços giravam em torno de 1%. SERRANO, Carlos, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 124; PEPETELA, Breve resenha do crescimento de Luanda, p. 242.

⁵⁰ LABAN, Encontro com Henrique Abranches, p. 303-311. A organização do levantamento cuanhama tem, no relato de Abranches, uma cronologia *sui generis*. Ele acontece depois da proposta de adesão à FUA (a qual, podemos supor, só pode ter ocorrido em 1960) e é interrompida pelo 4 de fevereiro de 1961, mas sua viagem para contatar Mário António é datada de 1956. Essa anomalia está certamente relacionada à necessidade de

A nova composição da FUA, conquanto mais à esquerda, também não seduziu Abranches, e ele terminou por dar sozinho o seu “salto”, com a ajuda operacional do PCP. Uma vez em Paris, fez contato com os representantes do MPLA; confrontado com a impossibilidade de ser diretamente incorporado ao movimento, por ser branco, resolveu seguir para Argel e tentar por em prática um outro tipo de combate. Sua proposta de fundar um Centro de Estudos Angolanos foi pronta e entusiasticamente aceita por um grupo de nacionalistas vivendo então na cidade, incluindo Maria do Céu Reis, Artur Pestana, Adolfo Maria e sua esposa, Maria Helena Maria, que havia conseguido sair de Portugal nesse meio tempo, com o primeiro filho do casal, Mário Jorge.⁵¹ Pepetela recorda:

nós aderimos imediatamente, o grupo aderiu, acho que eram oito, os que chegaram, e logo a seguir houve mais quatro ou cinco que aderiram. Ficamos a ter aí uns doze elementos. É claro que esse número era relativo: uns iam, outros vinham, e tal.⁵²

Assim, em maio de 1964, veio a público a Carta Programática do CEA. O preâmbulo desse documento fazia uma exposição das razões que embasavam a criação de uma entidade dessa natureza, que vale a pena analisar com minúcia. Em primeiro lugar, podemos observar um esforço conceitual com vistas a definir o escopo do problema da própria luta de libertação:

Presentemente, o Povo Angolano combate heroicamente contra o colonialismo clássico português, que pretende sufocar a ferro e fogo as suas justas aspirações.

localizar o surgimento do MPLA em 1956, em Luanda: “Isto era em 56, ainda não se falava em MPLA, nem nada disso...” A possibilidade de um levantamento no sul foi de fato referida em uma conferência de imprensa concedida em Nova York, no dia 8 de março de 1960, por dois militantes antirracistas estadunidenses, Frank Montero e William Scheinman, do *American Committee on Africa* (Comitê Americano para a África, ACOA), que haviam acabado de voltar de Angola. O Departamento de Estado norte-americano mandou seus consulados em Luanda e na Cidade do Cabo averiguarem a alegação, mas ambos consideraram a hipótese fantasiosa. A opinião do cônsul em Luanda é ilustrativa: “ocasionalmente no sul há incidentes menores entre africanos extremamente primitivos e portugueses assim como entre os africanos, relacionados a provocações triviais tais como a posse de gado. Não são frequentes nem políticos.” US NARA DS/CF 753N.00, cx. 1821, doc. 4-2360, **Telegram from the United States Consulate in Luanda to the Secretary of State, 52**, 23 abr. 1960. Ver também US NARA DS/CF 753N.00, cx. 1821, doc. 3-1460, **Foreign Service Despatch, United States Embassy in Cape Town, 58**, 14 mar. 1960.

⁵¹ PEPETELA, **Comunicação pessoal**, correio eletrônico, 19 set. 2012; PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 76, 81.

⁵² PEPETELA, **Entrevista**.

No entanto, o imperialismo não se apresenta só sob a forma brutal do colonialismo fascista português. [...] o imperialismo sustenta o colonialismo clássico português mas, ao mesmo tempo, prepara as condições para que a sua dominação em Angola se exerça futuramente sob a forma neocolonialista. [...]

Portanto, o imperialismo é o maior inimigo do Povo Angolano, como aliás de qualquer outro sedento de liberdade. Assim, a luta do povo angolano não terminará com a vitória sobre o colonialismo português. Ela realiza-se já e continuará contra as manobras imperialistas e do neocolonialismo.⁵³

Muito embora a realidade da luta contra o colonialismo estivesse dada, podendo o colonialismo ser percebido (e combatido) de forma praticamente imediata, a vitória contra o imperialismo colocava certas dificuldades inéditas. Se a diferenciação explicitada acima entre colonialismo e imperialismo, no nível conceitual, era suficientemente evidente, o enquadramento das muitas artimanhas da razão imperialista, por sua vez, exigiam um tipo de discernimento mais refinado, baseado na análise metódica de um significativo volume de informações contextuais e específicas. É o que defendia o CEA:

No entanto, a consolidação da luta de libertação, o seu aprofundamento e a criação de condições para se vencer definitivamente o imperialismo não são possíveis sem o conhecimento dos fins a atingir, dos obstáculos a vencer, sem sabermos quem são os nossos inimigos e os nossos aliados. Há que ter sempre presente que o neocolonialismo instala-se facilmente nos países subdesenvolvidos, aproveitando-se do atraso económico e cultural existente, da fraca consciência política das massas trabalhadoras e, na maior parte dos casos, da fraqueza ideológica dos dirigentes nacionais.

Impõe-se um profundo conhecimento das realidades do país. Tem de se conhecer as estruturas sociais e os valores culturais angolanos. É necessário o conhecimento das classes sociais e dos interesses específicos de cada uma delas. É preciso saber enunciar as contradições económicas, sociais e políticas de Angola e estar em condições de lhes dar solução. Tem-se de estudar as consequências da abolição radical das estruturas coloniais e a edificação de um estado livre da influência imperialista onde o problema de estruturas e de quadros se porá com acuidade. É urgente desenvolver a consciência revolucionária das massas angolanas.

⁵³ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 573.

A realização de tais objectivos requer um trabalho sistematizado e um Centro de Estudos, disposto a realizar actividade paralela aos movimentos políticos, é o organismo indicado para o fazer.

Assim nasceu o Centro de Estudos Angolanos que, ao lado dos movimentos progressistas angolanos, se propõe contribuir para a heróica luta do Povo Angolano contra o colonialismo português e o imperialismo, sob todas as suas formas.⁵⁴

Essa necessidade de definir que tipo de independência se pretendia construir em Angola tem certamente a ver com as vexações que os jovens militantes brancos e mestiços vinham experimentando, desde Lisboa, em suas tentativas de integração ao nacionalismo. Ademais, o ano de 1964 parece ter sido um momento-chave (embora não o único) de consolidação e de explicitação dos diferentes projetos de construção nacional em jogo, que envolvia diversos aspectos, desde o alinhamento externo nos planos africano e mundial, passando pelo modelo econômico a ser implantado no país independente, e chegando à posição diante de variáveis raciais e de classe — em outras palavras, uma tomada de posição em relação às grandes clivagens da política africana da década de 1960, que esbocei anteriormente, na seção 3.2. Em termos das organizações que ocupavam o campo do nacionalismo angolano, esse momento-chave foi imediatamente precedido e sucedido por dissidências, coalizões, extinções, conversões individuais de lideranças, reacomodações internas e emergência de novas siglas: além da crise do MPLA, do termo das atividades da FUA e da constituição da FNLA, a UPA atravessará em 1964 uma aguda convulsão interna que culminará, no ano seguinte, na fundação da UNITA por Jonas Savimbi. Mas não nos adiantemos. Por ora, é preciso ressaltar que a preocupação com a análise dos diferentes projetos nacionais que se apresentavam, expressa na Carta Programática pelos fundadores do CEA, era também um reflexo de um posicionamento político decididamente mais marxista que o dos demais agrupamentos nacionalistas angolanos — dos quais o mais à esquerda, o MPLA, era

⁵⁴ *Ibid.*, v. 3, p. 573-574.

concebido como uma organização de tipo “frente ampla”.⁵⁵ A tendência marxistizante do CEA pode ademais ser claramente percebida aqui e ali na enumeração de seus objetivos:

Uma Revolução é um processo científico, nascido e desenvolvido em circunstâncias próprias da evolução histórica de um povo. Para que essa Revolução seja triunfante, — tendo conseguido mobilizar profundamente a generalidade das massas — é necessário que ela seja organizada o mais objectivamente possível, tendo em conta todos os problemas que se põem a essas massas, estudados e resolvidos por critérios científicos. O Centro de Estudos Angolanos utilizará tais critérios e desenvolverá uma actividade militante de esclarecimento das massas angolanas, propondo-se:

- 1) Contribuir para a elevação do nível político e cultural das massas e dos militantes angolanos, de maneira a ajudar o desenvolvimento da luta de libertação e anti-imperialista em Angola, que permitirá o seu acesso a uma independência livre do neocolonialismo:
 - a) participando no esclarecimento das massas e dos militantes angolanos na sua luta contra a opressão imperialista e as correntes nacionalistas oportunistas;
 - b) participando na sua alfabetização e formação cultural tendo presente que a cultura angolana terá de ser revolucionária e científica;
- 2) Recolher e difundir material de estudo de natureza económica, histórica, social e política sobre Angola a fim de contribuir para um conhecimento mais profundo da realidade angolana e tornar possível a

⁵⁵ Adolfo Maria e Henrique Abranches chegariam a cogitar, em 1967, a transformação do CEA no núcleo de um futuro Partido Comunista Angolano no seio do MPLA, mas foram desencorajados por representantes do PCP de passagem por Argel. PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 81. Isso não significa, obviamente, que todos os membros do CEA fossem marxistas, ou que a instituição enquanto tal o fosse. Mas, para além da importância totêmica do comunismo para o anticolonialismo urbano em Angola (de que a fundação de três PCAs em meia década dão suficiente testemunho), havia certamente em Argel um ambiente muito propício a uma aproximação com o marxismo, aliás a partir de perspectivas múltiplas, dada a aglomeração de movimentos, partidos e indivíduos que se distribuíam pelas mais diversas correntes políticas do campo da esquerda. Refletindo sobre o que percebe hoje como limitações da reflexão marxista desenvolvida no âmbito do MPLA durante a luta anticolonial, Adolfo Maria considera: “Aqueles movimentos, os exilados da oposição dos vários países, esses sim, esses discutiam muito entre si. E discutiam entre si modelos; mas também não passavam à ação. Nós estávamos na ação, mas não refletíamos, de maneira que não soubemos fazer a síntese. E quando refletíamos, refletíamos segundo cânones já estabelecidos, quer dizer, éramos pouco inovadores. [...] Íamos buscar a doutrina revolucionária, ou o marxismo — uns seriam mais adeptos do marxismo que outros; outros tinham uma concepção de um certo marxismo [...], mas mesmo a nossa formação em marxismo era um bocado débil [...]. Portanto, nunca idealizamos um modelo, a não ser aquele que era proposto pelo programa do MPLA, que era vago, [...] dava para tudo.” MARIA, **Entrevista**.

realização de análises sobre a situação actual e dos problemas que se porão ao futuro estado angolano e que se põem já à própria estratégia revolucionária.

- 3) Colaborar activamente com os movimentos políticos progressistas e com as organizações estudantis de Angola ou com organizações similares ao CEA para a realização de fins comuns ou a formação de quadros.
- 4) Colaborar com os movimentos políticos progressistas e organizações similares das colónias portuguesas e também de Portugal para a realização de fins comuns, de campanha de denúncia do colonialismo português e do imperialismo, assim como na troca de experiências. O CEA considera que a luta em moldes progressistas contra o colonialismo português será um golpe importantíssimo no imperialismo.
- 5) Desenvolver todos os esforços ao alcance do Centro para a unificação e intensificação da luta anti-imperialista em África.

A influência imperialista continua sendo fonte de opressão na maior parte do continente africano cuja total libertação não pode ser conseguida sem a extirpação total dessa influência.

- 6) Colaborar com os centros similares ou instituições científicas de África para a troca de informações e estudos, permitindo o enriquecimento dos conhecimentos sobre Angola e o continente africano; e trabalhar para a realização de um grande Centro de Investigação Científica Africano. A coordenação da actividade de pesquisa realizada em comum pelos países africanos torna-se cada vez mais urgente.
- 7) Colaborar com os centros culturais e científicos estrangeiros similares organismos culturais científicos da ONU, para a troca de informações e estudos, para a aquisição de material de ordem política, científica ou outras, interessando a actividade e os fins do Centro de Estudos. A concepção de cultura do CEA é universalista, assim como seu conceito de luta anti-imperialista.
- 8) Colaborar com as agências de imprensa, órgãos de informação escrita ou falada, para a propaganda da luta nacionalista e anti-imperialista do Povo Angolano. A mobilização da opinião internacional, sobretudo a

progressista, em favor da luta do Povo Angolano será de grande importância; assim como o desmascaramento do colonialismo português e do imperialismo em Angola.⁵⁶

Para além da preocupação pedagógica explícita no primeiro item, e da pretensão do CEA em se converter numa espécie de *think tank* do nacionalismo “progressista” angolano, perceptível no segundo, o que ressalta da leitura desses objetivos é a sensível preocupação com as guerras de propaganda e com as alianças a serem forjadas em diferentes escalas geopolíticas — em primeiro lugar no quadro angolano (item 3), em seguida no âmbito do império colonial português, incluindo a metrópole (item 4), depois o espaço continental (item 5), e, finalmente, a arena internacional mais ampla (item 8) — para cada uma das quais se colocam tarefas específicas: formação de quadros, trocas de experiência, unificação de uma frente anti-imperialista e conquista da opinião pública global. Os itens 6 e 7, por sua vez, que tratam fundamentalmente da institucionalização de uma cultura angolana no quadro dos organismos culturais africanos e globais, ecoam com certa familiaridade alguns dos tópicos incluídos no programa da FUA elaborado em Lisboa, que examinei brevemente na seção 4.2. Com efeito, quase tudo o que, naquele programa, dizia respeito a objetivos pedagógicos e culturais parece ter sido resgatado em Argel, na construção da proposta e, principalmente, na produção intelectual do Centro, como veremos logo adiante.

O trabalho do CEA era supervisionado por uma Comissão Diretora (CD), responsável pelos trabalhos administrativos e burocráticos, mas seus membros também deveriam chefiar os Grupos de Trabalho (GTs) que concentravam a produção mais propriamente intelectual. A responsabilidade por cada grupo de trabalho era assim caracterizada:

- a) obrigação de manter o grupo em actividade, quer dizer, de produzir trabalho;
- b) obrigação de alargar tanto quanto possível o círculo de colaboradores do grupo;
- c) fornecer material para conferências e outros tipos de imediata difusão;

⁵⁶ LARA, *Um amplo movimento*, v. 3, p. 574-575.

- d) procurar estabelecer, através de uma futura delegação na fronteira de Angola ou por qualquer outro meio, contactos directos com a base, partindo do princípio de que o Centro só será um organismo revolucionário se esses contatos permitirem à base sancionar, criticar e solicitar a actividade do grupo.⁵⁷

A participação no Centro de Estudos Angolanos era aberta a todos os interessados, desde que aprovados pela maioria simples da Comissão Diretora. Com efeito, o tópico na Carta Programática que trata da admissão de sócios evita cuidadosamente os termos que vinham sendo usados para defender ou inviabilizar a participação de brancos no MPLA:

Podem ser membros efectivos do CEA os indivíduos militantes do nacionalismo angolano que estejam de acordo com a Carta Programática do CEA e com as presentes disposições sobre a admissão, deveres e direitos dos membros.⁵⁸

Nem “portugueses progressistas” nem “angolanos de raça branca”. Mas sempre dedicados nacionalistas, integralmente disponíveis, em corpo e espírito, para a causa da libertação de Angola. Se não podiam, de momento, empunhar *Automat-Kalashnikovs*, lutariam com as armas colocadas a seu alcance:

É dever de todos os membros do Centro sujeitarem-se a qualquer espécie de mobilização que o Centro entenda dever fazer, para o cumprimento de missões culturais de grande responsabilidade e projecção, a menos que razões físicas ou politicamente impeditivas possam justificar a recusa.⁵⁹

A Comissão Diretora que iniciou seus trabalhos em maio de 1964 era composta por Artur Pestana, Adolfo Maria, Henrique Abranches, João Vieira Lopes e Mário Afonso de Almeida “Kassessa”. Os dois últimos eram médicos angolanos que haviam participado do projeto do Corpo Voluntário Angolano para a Assistência aos Refugiados (CVAAR), no Congo-Léopoldville. Dentre os primeiros membros efetivos do CEA contavam-se ainda Edmundo Rocha, Carlos Pestana Heineken “Katyana”, Manuel Videira, Gentil Traça e Filipe Amado, todos antigos médicos do CVAAR que haviam conseguido emprego em uma Argélia recém-independente e carente de todo tipo de profissionais especializados. A participação da

⁵⁷ *Ibid.*, v. 3, p. 577.

⁵⁸ *Ibid.*, v. 3, p. 578.

⁵⁹ *Ibid.*, v. 3, p. 579.

comunidade de médicos foi especialmente importante porque as primeiras atividades do Centro dependeram de cotizações entre os sócios, que se comprometiam, nos termos da Carta Programática, a pagar “uma cota mensal mínima de 30 Dinares ou equivalente, e ainda o que a sua consciência lhe ditar em suplemento”.⁶⁰

Mas, para além de ajudarem a viabilizar financeiramente a proposta do Centro de Estudos, os médicos de Argel aportavam também um outro tipo de contribuição, desta vez menos material: sua própria experiência nas fronteiras de Angola, a qual tocava, de forma bastante próxima, o percurso de muitos dos jovens que tinham participado da FUA em Lisboa e Paris.

O CVAAR era uma organização voltada para a atenção aos refugiados angolanos que haviam atravessado a fronteira do Congo-Léopoldville para escapar à brutal repressão das forças coloniais portuguesas, oficiais e oficiosas, desencadeada no norte da colônia após a insurreição de março. Embora fosse estatutariamente independente e apartidária, funcionava, na prática, como um departamento do MPLA. A ideia havia sido gizada em Londres, em dezembro de 1960, na famosa conferência de imprensa na qual o movimento conclamou à ação direta seus supostos militantes no interior (o MINA em que Agostinho Neto tentara juntar os remanescentes do PLUUA, mas que havia sido posto fora de combate com a prisão de seu organizador). Ali, Américo Boavida, médico angolano integrante da delegação do MPLA, obteve a garantia de financiamento da operação, por parte da Cruz Vermelha e de governos social-democratas do norte da Europa. O CVAAR instalou-se em Léopoldville em outubro de 1961, antes mesmo que o MPLA abrisse seus escritórios na capital congoleza.⁶¹

O organismo contava com cerca de trinta enfermeiros e dez médicos, e rapidamente se estabeleceu como uma referência nos campos de refugiados angolanos, que concentravam o grosso da base social de onde as duas maiores organizações nacionalistas, o MPLA e a UPA, esperavam ver sair seus futuros guerrilheiros e apoiadores. De fato, o MPLA no Congo-Léopoldville não era muito mais que o CVAAR (embora essa fosse uma operação de monta), a ponto de vários dos médicos fazerem parte também do Comitê Diretor do movimento.⁶² Por

⁶⁰ Os estudantes pagavam metade da taxa, e militantes em dificuldades financeiras ou vivendo às expensas de organizações nacionalistas podiam ser beneficiados por isenções. *Ibid.*; ver também PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 76-77.

⁶¹ ROCHA, **Entrevista**.

⁶² O MPLA não tinha, na altura, algo que pudesse ser chamado de um dispositivo militar. O primeiro destacamento guerrilheiro que a oficial *História do MPLA* menciona só tinha uma espingarda, oferecida ao guia no final da primeira incursão em território angolano, que se resumiu a constatar os efeitos da tática portuguesa de terra queimada empregada na repressão à revolta de março. Em outubro de 1961, um destacamento congregando a maior parte dos guerrilheiros do MPLA foi aprisionado e depois massacrado por guerrilheiros da UPA, no interior de Angola. A situação começaria a mudar apenas no início de 1963, com a chegada de um grupo que havia passado por treinamento militar na Argélia, no Marrocos e na

sua vez, a UPA, instalada no terreno há muito mais tempo, e contando muitas vezes com fortes vínculos entre seus militantes e os refugiados (que via de regra compartilhavam o quicongo como idioma materno), buscou deslegitimar o trabalho do CVAAR com base no fato de seus médicos serem quase todos mestiços, “filhos de colonos” — uma acusação que, aliás, estendia ao MPLA como um todo.⁶³ No começo de 1963, por exemplo, um dos relatórios produzidos pelo SCCIA repercutia uma das tomadas de posição da UPA diante do movimento rival:

Na “Revista de Imprensa” nº 22 de 11DEZ62, a UPA define a sua posição perante o MPLA e fá-lo abertamente.

Considera-se o representante do interesse dos camponeses, da classe operária, dos estudantes e das mulheres, refuta as acusações de tribalismo que lhe têm sido dirigidas e imputa-se como o único responsável pelo início da revolução angolana.

Acusa o MPLA de ligação com o comunismo e de se apoiar nos civilizados que considera uma minoria não representativa e producto da colonização portuguesa.

Informa ainda que a FNLA aceita a adesão dos restantes partidos e que o seu programa não é diferente do do MPLA.

A última afirmação referida, que é uma usurpação nítida de pontos de vista, não se encontra tão arreigada nos espíritos dos dirigentes da UPA que os impeça de afirmar o seu desdém pelos “productos de colonização portuguesa”.⁶⁴

Não deixa de ser sintomático que o diferendo levantado pelo texto da UPA não o seja em termos de distintos programas, mas antes da composição das respectivas bases de apoio. Ao

Checoslováquia e a fundação do Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA). O primeiro grande carregamento de armas (por volta de quatro toneladas) parece ter sido enviado em maio de 1963 ou pouco depois, de barco, da Argélia para Pointe-Noire. Vinham camufladas de mistura com medicamentos e eram endereçadas ao CVAAR, de acordo com carta do representante do MPLA em Argel, Eduardo Macedo dos Santos, em LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 143-144.

⁶³ ROCHA, **Entrevista**; ROCHA, Edmundo, **Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964)(testemunho e estudo documental)**, Luanda: Kilombelombe, [s.d.], p. 269-272. Sobre a disputa entre UPA e MPLA no começo da década de 1960, ver MARCUM, **The Angolan revolution**, v. 1, cap. 8; TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, p. 76-89; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, v. 1, p. 205-256; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 1, p. 115-140; PÉLISSIER; WHEELER, **História de Angola**, p. 289-311.

⁶⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 48, 26JAN a 08FEV63**, Luanda, 8 fev. 1963, p. 8.

que parece, o alinhamento das organizações nacionalistas angolanas em termos dos lados da guerra fria, que se expressariam necessariamente numa divergência programática nitidamente perceptível, ainda não estava totalmente consolidada, embora esse processo tivesse sido iniciado ainda em 1961.⁶⁵ Aqui, o vocabulário utilizado é basicamente o das categorias sociais (civilizados versus camponeses), mas suas “traduções” raciais são razoavelmente óbvias.

O MPLA contra-atacava qualificando a UPA de organização “tribalista”, vocacionada para a defesa exclusiva dos interesses dos congos — ou, mais precisamente, de uma certa elite conguesa, muito identificada com a família de seu principal dirigente, Holden Roberto. A rigor, a diversidade étnica dentro das fileiras da UPA era, nos primeiros anos da década de 1960, muito maior que a que se podia encontrar no movimento rival. Seu Presidente de Honra, o Cônego Manuel das Neves, era de origem ambundo.⁶⁶ Mas não só: o Ministro de Relações Exteriores do GRAE era Jonas Savimbi (umbundo); o Ministro da Informação era Rosário Neto (ambundo); o Chefe do Estado Maior do seu Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) era José Kalundungu (umbundo, mais precisamente bailundo) e, antes dele, Marcos Kassanga (ganguela), que tinha entre seus comandantes, por exemplo, João Baptista Traves Pereira (cuanhama); José Liahuca (umbundo) dirigia o Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos (SARA), homólogo ao CVAAR; e André Martins Kassinda (também umbundo) era um dos líderes do organismo sindical da UPA, a Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA). Entretanto, aparentemente, a política excessivamente personalista de Roberto na condução do movimento conferia algum grau de verossimilhança às alegações do MPLA — que não deixaram de produzir seus efeitos, como veremos.⁶⁷

⁶⁵ Péliissier acredita que a virada de 1963 para 1964 marca essa consolidação; em um trabalho anterior, analisei o início desse processo a partir da documentação estadunidense. PÉLISSIER; WHEELER, **História de Angola**, p. 305; FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro, Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o Departamento de Estado norte-americano e os movimentos nacionalistas angolanos, 1960-1961, **Afro-Ásia**, n. 38, p. 87-139, 2008.

⁶⁶ O MPLA disputava publicamente esse personagem, afirmando que ele fora uma de suas lideranças históricas em Luanda. Vivendo em Portugal sob vigilância, o próprio cônego jamais se pronunciou a respeito de sua filiação a nenhuma das duas organizações. A disputa certamente está relacionada à reivindicação sobre a paternidade do assalto às prisões em 4 de fevereiro de 1961, um evento em que ele teve um papel inegável.

⁶⁷ Nas palavras do relator do SCCIA: “efectivamente, ao que se sabe, HOLDEN ROBERTO imprimiu à UPA um cunho todo pessoal e o seu demasiado ‘zelo’ de chefe [parece] ter impedido a formação de quadros dirigentes”. *Ibid.*, p. 7. Aliás, não era só o MPLA que utilizava a forte ligação UPA-Congo em seu desfavor. A sequência deste mesmo relatório oferece um excelente exemplo da utilização, pelos portugueses, da tática de divisionismo étnico tão frequentemente denunciada pelos nacionalistas africanos de todos os quadrantes ideológicos: “ROSÁRIO NETO — Ministro da Informação do GRAE — fez uma visita à província de KWANGO, donde voltou com a promessa de apoio das autoridades locais. O facto é de salientar, porquanto a UPA se tem amparado nos bakongos, inimigos dos baiacas, contra os quais lutaram ferozmente por ocasião da concessão da independência ao CONGO (LEO). Julga-se ser possível anular os efeitos destas tentativas de aliciamento, desencadeando uma campanha propagandística que lembre ao [sic] baiacas que as suas autoridades estão ajudando, em seu detrimento, etnias bacongas suas inimigas.” *Ibid.*, p. 7-8. Uma análise inteligente e pormenorizada das menções raciais no discurso conflitivo de ambas as organizações nesse período pode ser lida em REIS, **Das políticas de classificação às classificações políticas**, p. 202-207.

A maior parte dos analistas sustenta que as acusações raciais lançadas pela UPA contra o MPLA mostraram-se, naquela altura, muito mais eficazes que as acusações tribais lançadas no sentido inverso. Para além de uma maior fragilidade do MPLA, isso pode ter acontecido porque a disputa se livrava, afinal de contas, em chão conguel, e o tribalismo dos outros é sempre mais evidente que o próprio.⁶⁸ Por outro lado, enquanto a hierarquia racial garantida pela brutalidade era a base mesma de todo o edifício da dominação colonial, e havia derivado em massacres recentes que atingiram, direta ou indiretamente, a vida de várias dezenas de milhares de pessoas, não havia, no seio das populações de Angola, nenhuma memória de episódios de hostilidade interétnica que pudessem ser minimamente comparáveis, no decurso de três ou mais gerações. O único grande evento sangrento que podia ser atribuído a diferenças étnicas era, de fato, o próprio levante de março em sua perseguição aos “bailundos” — e, aqui, é interessante perceber como essa categoria podia ser compreendida, da parte dos que a tinham identificado como inimiga, como determinada mais pela sua posição na estrutura do domínio colonial na região (e de certa maneira relacionada ao campo da raça) que propriamente pela etnicidade.⁶⁹ Em qualquer caso, em uma batalha que ainda iria se estender por muitos anos, foi o MPLA quem acusou o recebimento do primeiro golpe.

Viriato da Cruz, ele próprio mestiço, mostrara-se, desde cedo, muito sensível aos possíveis ataques que viriam por esse lado. Segundo Edmundo Rocha, o fato de Américo Boavida ter ido a Londres em representação ao MPLA, em dezembro de 1960 — e assim iniciado uma longa e frutuosa contribuição no nacionalismo angolano — era devido à cor de sua pele. Ele substituíra Viriato, que teria desistido de participar no último momento, temeroso de que a presença de um mestiço pudesse gerar desconfiças nos meios anticoloniais britânicos, e colocar em risco a obtenção de apoios materiais que possibilitassem ao MPLA iniciar algum tipo de ação concreta em Angola.⁷⁰

⁶⁸ REIS; REIS, *O MPLA e a crise de 1962-1964*; TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, p. 79-80; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 1, p. 167-168; REIS, **Das políticas de classificação às classificações políticas**, p. 189-190.

⁶⁹ Os “bailundos” eram trabalhadores “contratados” mais ou menos compulsoriamente no planalto central, a região mais populosa do território angolano, para trabalhar em grandes empreendimentos agrários voltados para o mercado externo, em terras expropriadas a seus antigos donos, que haviam sido empurrados dessa forma, e por virtude da política fiscal, em direção à proletarização rural. A capacidade desses camponeses semiproletarizados reivindicarem melhores condições trabalhistas era contra-arrestada pela existência daquele gigantesco exército de reserva à disposição dos administradores coloniais e dos feitores portugueses à frente das fazendas. Os revoltosos buscavam liquidar fundamentalmente os brancos, e em seguida os “calcinhas” e os “bailundos”, que eram como que uma sua extensão.

⁷⁰ ROCHA, **Entrevista**; e **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo**, p. 269-272. Obviamente, a cor da pele não era o único atributo de Américo Boavida, como aliás demonstra seu desempenho nessa conferência, em que conseguiu garantir o financiamento do CVAAR, bem como seu trabalho à frente daquele órgão. Pouco antes de morrer, em um ataque de helicópteros portugueses aos Serviços de Assistência Médica (SAM) do MPLA no Moxico, em 1968, Boavida publicou, no Brasil, um

A “fuga dos cem” estudantes, em junho de 1961, também fora um episódio especialmente carregado de conteúdos raciais. Em primeiro lugar, era significativo que o corte religioso e o corte racial se sobrepusessem de maneira tão precisa; em segundo, que esses dois cortes correspondessem ainda à lealdade a uma organização nacionalista. A CIMADE parece ter tentado, de fato, orientar a totalidade dos estudantes para que aderissem à UPA, ou, quando menos, para que negociassem com a UPA a obtenção de bolsas de estudo ou outros encaminhamentos; os que se recusaram (na maioria mestiços que vinham do ambiente da CEI) ficaram em uma espécie de limbo, sem documentos e restringidos em sua capacidade de contatar gente do MPLA, como Mário Pinto de Andrade, que nessa altura estava em Paris. Em conjunto com os estudantes da Alemanha, envolvidos no projeto da UGEAN, promoveram uma segunda fuga, desta vez dos alojamentos da CIMADE em Paris, em direção a Gana, via Alemanha, com o apoio do advogado francês Jacques Vergès, velho integrante das *réseaux de soutien* à FLN.⁷¹

Viriato mostrou-se inicialmente muito contrariado com o fato de que o MPLA tivesse deixado escapar das mãos a iniciativa da operação. Em um memorando escrito para uso de Lúcio Lara em sua ida a Gana contatar os estudantes, em agosto de 1961, especificou como primeiro ponto:

Pedir ao Vieira Lopes um relatório *escrito* detalhado, concreto e conciso sobre:

- a) Démarches e planos feitos pelo MPLA, em Portugal, para a saída dos estudantes (traçar itinerário geográfico);
- b) Enumeração das dificuldades que encontraram para que o MPLA pudesse realizar sozinho o plano;
- c) Como e por quem chegou o plano ao conhecimento das Missões?
- d) Nomes, categorias e nacionalidades das pessoas que, da parte das Missões, entraram em contacto com o MPLA em Portugal?

Nomes dos militantes que estavam em contacto permanente com os emissários das missões?

livro de denúncia contra o colonialismo português em Angola, que teve depois uma tradução inglesa e uma edição angolana: **Angola: cinco séculos de exploração portuguesa**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

⁷¹ ROCHA, **Angola: contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo**, p. 195-197. Vergès conseguiu passaportes ganenses e vistos coletivos franceses e britânicos que permitiram o livre trânsito do grupo, que viajava disfarçado de conjunto musical, em seu percurso europeu.

- e) Discriminação das formas por que as Missões participaram da saída até Paris.
- f) Tipos de pressões utilizadas pela CIMADE para reter em suas mãos os estudantes?

Até que ponto teve a CIMADE êxito nos seus objectivos?
- g) Nomes dos estudantes que, na altura da saída de Paris, mais colaboravam com a CIMADE.
- h) Que destino reserva a CIMADE aos estudantes que ficaram em França e na Suíça?
- i) Que influência no affaire dos estudantes teve a presença de Gilmore [pseudônimo de Holden Roberto] na Suíça?
- j) Lista de todos os estudantes que estão em Accra (idades, nacionalidades e ramos de estudo. Que pretende cada estudante no presente?)

- 1) *Quais são os planos do Ghana? Como reagem os estudantes a esses planos?*⁷²

A absoluta maior parte dos angolanos que haviam chegado a Acra desejava efetivamente uma integração ao MPLA, como aliás já indicava sua atitude de empreender uma segunda fuga. Eram no entanto muito jovens, sem formação superior completa, e o movimento não tinha de momento meios de empregá-los, de treiná-los militarmente, nem de prover seu sustento. Exceto alguns médicos recém-formados, que foram destacados para Léopoldville para compor a equipe do CVAAR, e um ou outro militante incorporado imediatamente, os demais receberiam bolsas de estudo, a maior parte da União Soviética e em outros países de regime comunista. A obtenção e a distribuição dessas bolsas (e, é claro, o súbito aparecimento de quatro dezenas de potenciais novos sócios) foi o mote para a constituição formal da UGEAN, que já vinha sendo costurada na Alemanha.

Ora, no dia 3 de setembro de 1961, pouco antes da celebração do Congresso constitutivo da UGEAN, que ocorreria em Rabat, três das lideranças envolvidas — Edmundo Rocha, Carlos Rocha “Dilolwa” e Luís de Almeida — receberam uma carta de Viriato da Cruz, de caráter particular (o que foi duplamente explicitado, no cabeçalho e no primeiro parágrafo do corpo do texto), cujo conteúdo vale a pena citar extensamente, por representar uma formulação bastante didática do problema da composição racial dos órgãos dirigentes do nacionalismo angolano, tal como Viriato o percebia:

⁷² LARA, **Um amplo movimento**, v. 2, p. 144, grifos no original (para indicar trechos acrescentados ou sublinhados à mão por Viriato da Cruz). Por outro lado, o jovem militante Gentil Viana comunicou à direção do movimento, em um relatório de sua viagem à Alemanha, o desconcerto geral na França diante da segunda fuga: “As autoridades francesas estão evidentemente ao corrente do desaparecimento de 45 estudantes de Angola [...]. Mas elas ignoram como se pôde realizar esta partida massiva clandestinamente. [...] O próprio General De Gaulle teria ficado chocado por ver a sua polícia tão ridicularizada e que uma manobra de longo alcance, de que ele teria aprovado o princípio, foi reduzida a nada em Paris, sem que ninguém pudesse saber como.” *Ibid.*, v. 2, p. 158.

Estimado Amigo,

Saúde!

Na véspera do Congresso da UGEAN, quero permitir-me discutir contigo, a título estritamente particular, sobre um problema nevrálgico da questão geral de Angola.

É meu parecer que devereis dar uma atenção muito refletida, inteligente e plena de tacto à escolha dos estudantes que comporão à delegação de Angola no Congresso da UGEAN.

Não faço uma ideia exacta que a juventude responsável de Angola vem dando ao aprofundamento, cada vez mais nítido, de fronteiras raciais no seio do povo angolano. Eu considero muito seriamente esse fenómeno e dou-lhe toda a grande atenção que ele merece.

As causas dos aspectos inquietantes, que esse problema está a tomar, são várias, como seguramente sabeis:

- a) A velha tática imperialista de dividir um povo para melhor dominá-lo. Uma das forças estrangeiras que têm, muito habilmente ajudado a realizar essa tática, são as missões protestantes, e particularmente alguns missionários americanos e ingleses que viveram muitos anos em Angola e que gozam de comprovada audiência junto de determinadas camadas activas angolanas.
- b) A ambição de alguns leaders negros angolanos. Estes, para afastar toda a possível competição com naturais de Angola de outras raças, vêm desenvolvendo silenciosamente, e de maneira sistemática e não raro inescrupulosa, uma propaganda contra a presença de elementos não negros em organizações nacionalistas angolanas.
- c) A infelizmente falsa compreensão das massas negras sobre a natureza do colonialismo. É certo que a vulgar identificação, que as massas fazem, do colonialismo com o facto “raça não-negra”, constitui terreno fértil para todas as manobras de divisão do povo.
- d) O idealismo leviano de muitos angolanos de todas as raças que [...] têm ajudado a difundir lirismo[s] que iludem os problemas reais de Angola. Quero me referir aos negros que negam a existência de um contencioso racial em Angola; aos mestiços que, contra a evidência biológica, querem incluir, à força, a comunidade mestiça na

comunidade negra [...]; e aos brancos que, por impaciência, querem já, nesta hora de guerra quente nas colónias, andar de braço dado com os africanos de todas as raças.

- e) A frequente manifestação de ignorância de como evoluem realmente as gentes a partir de concepções falsas para concepções verdadeiras. A existência de todas as comunidades raciais de uma colónia processa-se den[tro] de um velho contexto de opressão [...]. Por conseguinte, é puro idealismo admitir que — [...] sem uma transformação concreta e longa da consciência das gentes — todos [...] possam viver na melhor harmonia e compreensão mútuas.

O MPLA tem sido acusado, às escondidas e por vezes abertamente, de ser uma organização em que dominam os não-negros e os intelectuais (subentenda-se, ainda neste caso, “mestiços e brancos”, dado que a comunidade negra é, incontestavelmente, a maior vítima da política obscurantista do colonialismo). Evidentemente que isso é falso. Mas as falsidades também produzem os seus efeitos, e efeitos muito nocivos. Nós temos sido vítimas de falsidades.

Em face do exposto, gostaria de chamar — como homem, e não como angolano e muito menos como mestiço — a atenção dos não-negros angolanos para a necessidade de um novo comportamento, cuja adopção será talvez útil.

A meu ver, é indispensável, que os não-negros, que estejam sinceramente opostos ao colonialismo e à exploração do homem pelo homem, mostrem uma maior abnegação *desinteressada* (sublinho “desinteressada”) pela libertação de Angola. Seria vantajoso que os não-negros continuassem engajados na luta com toda a alma, mas também com um espírito de *desinteresse* em relação à hierarquia das organizações políticas e também em relação às questões de representatividade (viagens, delegações, etc.), ao problema dos postos do Estado angolano independente de amanhã, etc.

[...] Só assim, a meu ver, se poderão desarmar, honestamente, as desconfianças legítimas e ilegítimas que grassam na sociedade negra a respeito dos não-negros.

No caso concreto do próximo Congresso da UGEAN, é meu parecer que a Delegação de estudantes angolanos deveria ser constituída tanto quanto possível por negros. Considero *decisivo* — para o consolidamento da

autoridade, para afirmação universal da representatividade e para o alargamento da audiência da futura união de estudantes de Angola — que a delegação angolana ao Congresso constitutivo dessa união seja formada por negros, parte dos quais devem ser de Confissão protestante. Permito-me descer aos detalhes: proponho mesmo que o Desidério e a Serafina de Assis (que já está em Rabat) façam parte da delegação.

Meditai no que vos digo, mas agi como achardes melhor.⁷³

Os membros da FUA já tinham chegado (ou os tinham feito chegar) a esse mesmo entendimento sobre a imperiosa abnegação que deveriam demonstrar quanto a posições oficiais e títulos — embora tivessem feito um finca-pé indignado quando lhes disseram que deviam prescindir do título de “angolanos” — bem como sobre a necessidade de conquistar a confiança da maior parte da população do país através de atitudes concretas. O que talvez surpreendesse os jovens que haviam passado pela FUA era vir a saber que também dos mestiços tinham sido exigidas condições semelhantes, o que certamente era algo impensável na altura em que uma maioria de brancos e mestiços circulava pela CEI e pelos cafés de Lisboa, planejando sua adesão ao MPLA.

Em todo caso, os militantes estudantis agiram conforme as sugestões de Viriato da Cruz e a UGEAN ficou tendo uma direção negra. Mas isso não diminuiu o acosso ao MPLA por ser o partido dos “filhos de colonos” e dos “assimilados”, que se intensificou após a transferência do movimento para Léopoldville. No início de 1962, os efeitos da propaganda da UPA nos campos de refugiados se materializaram em uma série de incidentes nos quais os médicos foram hostilizados, alguns chegando a ser agredidos.⁷⁴ Diante desse quadro, a questão da pertinência de uma remodelação do Comitê Diretor do MPLA entrou na ordem do dia. Viriato já conversara, em particular, com seus companheiros de direção, provavelmente em termos semelhantes àqueles com que tinha se dirigido aos estudantes da UGEAN, de modo que não foi ele quem levantou a questão na reunião do comitê celebrada em 21 de maio. Ele fez questão, entretanto, de levar o pedido de demissão individual de um dos médicos para o nível de um debate geral sobre a presença dos mestiços de pele mais clara no órgão diretor. Após acaloradas e por vezes amargas intervenções, prevaleceu sua opinião, contra o voto vencido de Hugo de Menezes e de Mário Pinto de Andrade, que acreditavam que um Comitê Diretor composto apenas por negros e pelos mestiços de pele mais escura não aplacaria a UPA, que

⁷³ LARA, **Um amplo movimento**, v. 2, p. 171-173, grifos no original.

⁷⁴ ROCHA, **Entrevista**. Só houve uma ocasião, entretanto, em que um médico do CVAAR chegou a ser ferido.

passaria a atacar os “negros casados com brancas”, os “doutores” e os “mulatos que estão a dirigir por trás”.⁷⁵

Paradoxal e algo tragicamente, esses mesmos argumentos raciais foram utilizados pelo próprio Viriato da Cruz e por seus apoiadores para desqualificar a nova direção do MPLA, instituída após a Conferência Nacional de dezembro de 1962. Agostinho Neto era casado com uma portuguesa, sua *entourage* era constituída basicamente por gente com formação universitária em Lisboa, e ele foi acusado de esconder os dirigentes mestiços do movimento nas reuniões com a comissão de bons ofícios da OUA, apresentando aos enviados dos governos africanos independentes um MPLA todo negro. Viriato desenvolveu ademais uma classificação sociológica que distinguia, dentro da “pequena burguesia angolana”, os “assimilados-destinados” (ao êxito social, com cursos superiores em Portugal, nacionalistas, mas, em decorrência de sua formação e de sua posição, mais propensos a aceitar soluções de compromisso com a metrópole, bem como um modelo reformista para o pós-independência) e os “assimilados-objecto” (da exploração capitalista, mais próximos às realidades locais, e nacionalistas mais radicais e mais autênticos porque não contemplados por uma solução neocolonial). Dessa forma, de um conjunto de caracterizações sociorraciais, mais ou menos formalizadas, sobre Neto e seus colaboradores mais próximos, o grupo de Viriato parecia querer fazer decorrer a adesão a um projeto neocolonial para o futuro de Angola — fosse em ligação com a antiga metrópole, fosse em obediência a novos senhores que ele passava a denunciar: o imperialismo soviético.⁷⁶

De uma forma ou de outra, com o pretexto da recomendação da OUA para que os governos africanos reconhecessem o GRAE de Holden Roberto como o único representante legítimo do nacionalismo angolano, tanto o MPLA quanto o CVAAR receberam, em novembro de 1963,

⁷⁵ Como se depreende da leitura das atas das reuniões do Comitê Diretor do MPLA, em LARA, **Um amplo movimento**, v. 2, p. 362-377.

⁷⁶ Novamente, a mais cuidadosa análise do confronto verbal entre as alas Neto e Viriato é a de Fidel Reis: **Das políticas de classificação às classificações políticas**, p. 212-216. Muitos dos documentos originais podem ser encontrados em LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 36-38, 65-68, 80-85, 97-98, 142-145, 165-167, 191-194. Edmundo Rocha traça a evolução do pensamento racial de Viriato da Cruz e suas implicações em Viriato da Cruz, p. 159-173. O artigo em que Viriato expôs sua caracterização dos diferentes tipos de assimilados, intitulado *Angola: quelle indépendance?*, pode ser lido em PT FMS DMA, Recortes Imprensa (09), 1960-1969, doc. 04358.008.003, **Révolution**, n. 6, dez. 1964, p. 5-17. O termo “assimilado-destinado” pode implicar também uma alusão sarcástica ao famoso verso de Agostinho Neto em *Sagrada Esperança*: “Eu já não espero / Sou aquele por quem se espera”. A denúncia do “imperialismo soviético” marca uma aproximação chinesa, no contexto do cisma sino-soviético. Com efeito, Viriato terminará por abandonar a disputa e se refugiar na China, em 1965 — lá vivendo, em exílio mais ou menos voluntário, seus últimos anos. De 1963 a 1970, a China buscava de fato um parceiro angolano que encampasse sua posição (e sua oposição à política externa soviética) de maneira explícita, mas não parecia disposta a investir os recursos necessários ao desenvolvimento da guerra anticolonial. Ver JACKSON, Steven F., *China’s Third World policy: the case of Angola and Mozambique, 1961-93*, **The China Quarterly**, v. 142, p. 388-422, 1995.

ordem das autoridades congolezas de encerrar imediatamente suas atividades em Léopoldville. Enquanto a nova direção e os militantes que a apoiavam atravessaram o rio Congo e se instalavam no Congo-Brazzaville — salvos *in extremis* por uma mudança de regime, apenas dois meses antes, que levara este país a engrossar as fileiras dos “radicais” africanos — a maioria dos médicos do CVAAR, mais ligados a Mário Pinto de Andrade que a Agostinho Neto ou Viriato da Cruz, tratou de cuidar de sua própria vida, encetando distintos itinerários de retirada, que terminaram, em grande parte dos casos, levando-os a Argel. Ali, voltaram a se reunir, informalmente, em torno de Mário Pinto de Andrade — configurando um “MPLA oficioso”, sem tarefas nacionalistas claramente atribuídas, em contraste com o MPLA oficial, fiel a Agostinho Neto.⁷⁷

O CEA formou-se portanto na linha de encontro desses dois grupos cujas experiências de integração à luta anticolonial estiveram profundamente relacionadas à raça, oriundos respectivamente da FUA e do CVAAR. Edmundo Rocha, o primeiro dos médicos a chegar a Argel, observa que o problema do racismo se lhe afigurou pela primeira vez em Léopoldville; em Lisboa, o trabalho nacionalista era feito em coletivo sem se levar absolutamente em conta distinções de cor — é de se notar, entretanto, que era uma colaboração principalmente entre brancos e mestiços, já que havia poucos negros no ambiente da CEI. Enquanto esteve em Argel, Rocha viveu na expectativa de voltar a ser incorporado à linha de frente. Conta que chegou a ser indicado pela CONCP para ir como médico para Moçambique, no lugar de um casal de brancos que haviam sido seus colegas de faculdade, e que haviam organizado os serviços sociais da Frelimo na Tanzânia, mas acabaram por ser expulsos do país, em 1965, por conta de tensões raciais. Sua indicação teria sido recusada, entretanto, porque os representantes da Frelimo consideraram que sua pele era clara demais.⁷⁸

Edmundo Rocha e a maior parte dos antigos médicos do CVAAR não permaneceram durante muito tempo vinculados ao CEA numa base cotidiana, especialmente após a chegada a Argel de Hélder Neto, libertado do Tarrafal em 1965 — quem eles acreditavam ser um homem a serviço de Agostinho Neto, colocado em Argel para vigiar os movimentos de Mário Pinto de Andrade e seus próximos.⁷⁹ Outros afastaram-se porque começaram a se reintegrar ao MPLA,

⁷⁷ ROCHA, **Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo**, p. 216, 282-284.

⁷⁸ ROCHA, **Entrevista**. Haveria outro surto de tensões raciais no seio da Frelimo, em 1968, que resultaram novamente na expulsão de brancos da Tanzânia. VELOSO, Jacinto Soares, **Memórias em voo rasante**, [Maputo]: JVC, 2007, p. 65-68.

⁷⁹ ROCHA, **Entrevista**; ROCHA, **Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo**, p. 216, 283. Hélder Neto viria a integrar, após a independência, a Direcção de Informação e Segurança de Angola (DISA), a polícia política do governo do MPLA, que não tardaria a ganhar uma reputação comparável à da PIDE durante a época colonial.

agora no Congo-Brazzaville.⁸⁰ Ainda assim, suas experiências em Léopoldville certamente contribuíram para que os participantes do CEA começassem a se interrogar sobre sua compreensão do jogo que se jogava nas fronteiras, em termos da inescapabilidade da raça e das dificuldades daí derivadas, quer para o desenvolvimento da luta de libertação nacional, quer para a construção da futura nação angolana, que era afinal o problema intelectual que dominava o horizonte de suas iniciativas.

Mas, apesar das dificuldades e incertezas, o Centro de Estudos Angolanos foi concebido, desde o início, como um órgão de informação a serviço do MPLA, ainda que seus estatutos afirmassem explicitamente sua independência em relação a partidos políticos. Essa proclamada autonomia podia bem ser uma maneira prática de evitar um comprometimento imediato com qualquer das facções em disputa, em um momento de grande indeterminação quanto ao futuro do nacionalismo angolano como um todo, e do MPLA em específico. É o que se depreende da descrição da forma como a cesura Neto-Viriato era refletida na capital argelina, por Adolfo Maria:

desde meados de 1963, os simpatizantes e militantes do MPLA (fossem eles adeptos de Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário de Andrade ou outros) viviam uma situação conturbada, nomeadamente em Argel. As dúvidas eram muitas, as certezas eram poucas ou nenhuma. [...] havia contactos de Neto e de Viriato com angolanos no exterior para o reforço de cada uma das suas alas.⁸¹

A Carta Programática do CEA reconhecia, inclusive, as dificuldades do momento e explicitava, no capítulo destinado à ética que deveria reger suas atividades, a esperança de uma superação futura:

As actuais condições em que se desenrola a Revolução angolana, a confusão de certo modo espalhada por indivíduos contra-revolucionários, pelas forças reaccionárias da África e do Mundo, tem tentado criar a divisão entre os angolanos, tem querido fazer de cada angolano um inimigo de outro angolano.

⁸⁰ PEPETELA, *Entrevista*.

⁸¹ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 75.

O Centro de Estudos sente-se no dever de, *depois de uma selecção consciente*, opor-se com todo o vigor a essa manobra, não se deixando arrastar pelo espírito de inimizade e desconfiança, criando pelo contrário condições para o reagrupamento de todos os angolanos.⁸²

Por outro lado, colocar-se inteiramente ao serviço do MPLA era a única maneira que os jovens integrantes do CEA, em especial os oriundos da tão mal reputada FUA, teriam de provar sua lealdade ao movimento e sua adesão incondicional ao projeto de uma Angola governada pela maioria (negra) da população. Esse processo de aproximação institucional é narrado por Adolfo Maria:

Oferecemos os nossos serviços ao MPLA, através de sua delegação em Argel e junto de alguns responsáveis que por ali passavam. [...] No tempo do representante do MPLA, Luís de Almeida, pouco apoio tivemos. Mas o MPLA aceitou os nossos serviços. Com Paulo Jorge e Beto Traça, como representantes, houve colaboração intensa entre o centro e a representação de Argel do MPLA. O apoio explícito do movimento, da iniciativa de Agostinho Neto, contribuiu para consolidar desde logo um certo enquadramento político do CEA, que acabaria por ser integrado no movimento.⁸³

Luís de Almeida era irmão de um dos membros do CEA, o médico Mário Afonso de Almeida, mas isso não significou a possibilidade de um intercâmbio mais proveitoso, como queriam seus proponentes.⁸⁴ É bem possível que a falta de apoio não se devesse à simpatia pessoal dos diferentes responsáveis do MPLA em Argel pelo projeto, mas aos desenvolvimentos da crise iniciada em 1962, e dos efeitos do processo de explicitação dos projetos nacionais, ocorrido ao redor do ano de 1964. Mas, certamente, o eclipse da FUA e o surgimento do CEA foram fatores fundamentais para a continuidade desses jovens no universo do nacionalismo, já que, aos poucos, os níveis de desconfiança, expressos a título institucional ou interpessoal pelo MPLA, paulatinamente diminuíram.

Ainda durante a delegação de Luís de Almeida, o MPLA começara a subvencionar o CEA — o que tinha permitido que dois de seus integrantes, Adolfo Maria e Henrique Abranches, passassem em meados de 1965 à condição de funcionários do Centro em tempo integral. É

⁸² LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 570, grifos no original.

⁸³ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 77-78.

⁸⁴ ROCHA, **Entrevista**.

preciso lembrar ainda que tanto Artur Pestana quanto Maria do Céu Reis, além de participarem ativamente das tarefas do Centro, cursavam, em paralelo, o curso de sociologia na Universidade de Argel.⁸⁵ Progressivamente, o CEA acomodou-se dentre os satélites em órbita firme do MPLA, assumindo um estatuto semelhante aos da UNTA, da UGEAN, da Organização da Mulher Angolana (OMA) e do extinto CVAAR.⁸⁶ Membros do Centro podiam compor delegações do MPLA em eventos oficiais, participar em palestras ou debates públicos promovidos pelo movimento, ou mesmo ajudar em algumas tarefas das organizações nacionalistas de outras colônias portuguesas aliadas sob o guarda-chuva da CONCP, como recorda Pepetela:

por exemplo, o texto de [Amílcar] Cabral, que ele apresentou na Conferência Tricontinental [em Havana, em 1965], sobre a pequena burguesia, foi escrito, à máquina, na sede do MPLA: era o Cabral a ditar, e o Luís de Almeida, que era o representante [do MPLA em Argel] a escrever à máquina, e nós também a revermos, para corrigir as gralhas.⁸⁷

Era já, de fato, uma integração ao movimento, embora sem um estatuto individual definido e bem longe das vistas da maior parte dos militantes, das populações camponesas que se esperava mobilizar e, principalmente, das ácidas críticas da UPA. Com efeito, a tão esperada chamada para a frente de combate ainda teria de esperar alguns anos.

5.3 Café e conspiração

Em maio de 1963, três meses depois da festiva e concorrida inauguração, o escritório da delegação do MPLA em Argel entrava em operação a toda força. Nas palavras do responsável, o médico Eduardo Macedo dos Santos, veterano do CVAAR:

Teremos no próximo sábado dia 4 do corrente o nosso Bureau em condições de funcionar. É possível que vós creiam que eu exagerei um pouco nas despesas que realizei para apetrechar devidamente o nosso Bureau. Entretanto procedi assim porque estou convencido que necessitamos aqui de um Bureau que impressione. Esta capital é actualmente em África o lugar

⁸⁵ MARIA, **Entrevista**; PEPETELA, **Entrevista**.

⁸⁶ Embora a *História do MPLA* não lhe tenha conferido essa mesma importância; de fato, sequer é mencionado. A expressão “satélites” é de René Pélissier.

⁸⁷ PEPETELA, **Entrevista**. Em português europeu, “gralhas” são erros tipográficos.

da maior intriga internacional e que concentra mais representações, jornalistas e observadores estrangeiros. Ora um Bureau devidamente montado talvez possa exercer alguma influência psicológica de que nós poderemos aproveitar.⁸⁸

Parte desse gigantesco e excitante convergir de interesses e de intrigas era um efeito da emergência do Terceiro Mundo como um ator político global, de que falei na seção 3.1. Adolfo Maria resume bem o significado dos “anos 60” para a constituição desse conjunto multiforme de esperanças de transformação revolucionária:

os anos 60 foram uma década extraordinária! Em toda parte: na Ásia, os resultados da Conferência de Bandung começaram a se ver [...] nos finais dos anos 50 [...] e nos anos 60. [...] Em África, foi realmente o “boom”, e não só: [...] no continente americano, por todas as partes, na América Central, na América do Sul — aí a luta passava-se noutra plano, que era o das lutas internas contra as oligarquias dominantes — e, portanto, era uma época revolucionária, com luta armada também no continente americano, luta armada em África, luta armada na Ásia. Era, realmente, o despontar total de tudo. E isso implicava muita discussão, muitos caminhos... Quer dizer, havia receitas, mil receitas para mil revoluções. Era uma coisa espantosa e o debate era muito vivo. Muito vivo.⁸⁹

Argel era um lugar privilegiado; de fato, muitas das páginas da história do nascimento do Terceiro Mundo estavam sendo escritas ali numa base cotidiana. A apoteose da extraordinária luta de libertação levada a efeito pela FLN ao longo de quase uma década chamava a atenção de homens e mulheres de ação, jornalistas e intelectuais de todos os quadrantes da esquerda mundial, e muitos se concentravam na capital argelina como espectadores ou participantes ansiosos pelos próximos passos a serem tomados pelo novo governo. Um velho conhecido dos angolanos, o advogado francês Jacques Vergès (responsável por operacionalizar a segunda etapa da fuga dos estudantes em 1961, de Paris a Acra) para lá tinha seguido com o objetivo de assumir a direção do semanário *Révolution Africaine*, convertido pouco tempo depois de sua chegada em órgão oficial centrado em temas da política continental. Não vinha apenas para passar uma temporada: converteu-se ao Islã, naturalizou-se argelino e ligou-se a uma das heroínas da libertação, Djamila Bouhired. Djamila havia sido ferida, presa e condenada à morte sob acusações de terrorismo em 1957, e salva graças a uma campanha internacional

⁸⁸ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 144.

⁸⁹ MARIA, **Entrevista**.

lançada pelo próprio Vergès e pelo romancista francês Georges Arnaud. Djamilia e Vergès trabalharam juntos no *Révolution Africaine* por alguns anos, e terminaram casando-se em 1965.

Nos corredores do poder, Vergès, tido como um simpatizante do maoísmo, competia por influência com vários outros expatriados, incluindo o trotskista egípcio Michel Raptis “Pablo”, que já teve ocasião de mencionar. O prestígio de Pablo era fruto de ter sido preso, na Holanda, acusado de falsificar moeda a favor da FLN. Depois de ver sua prisão tornada uma *cause célèbre* da imprensa mundial de esquerda e ser finalmente posto em liberdade, seguira para Argel, para ocupar um cargo de conselheiro da Presidência da República.⁹⁰

Novamente é Adolfo Maria quem expressa o que significou compartilhar desse momento denso da história global da esquerda:

a experiência argelina foi extraordinária para nós. Nós vimos como realmente um país que acabou de vencer o colonizador [...] através das armas [...] faz tentativas de começar a governar [...]. Era muito empolgante porque havia a aliança: os estudantes iam fazer trabalho voluntário para as fazendas agrícolas; mecânicos iam reparar os tratores lá [...]. E, por outro lado, afluíram a Argel revolucionários de todo o mundo. [...] A discussão ideológica e política era extraordinária. [...] [Estávamos] trocando experiência com indivíduos de todos os países da América — por exemplo, Brasil: eu estive na casa do Miguel Arraes, e com outros [...]. Depois havia umas lutas tremendas entre [...] várias correntes do pensamento comunista da Europa: italianos, franceses, espanhóis... Revolucionários iranianos... Normalmente tudo de esquerda, ou extrema-esquerda. E opositoristas dos países [...] recém-independentes da África: do Senegal, do Mali, da Costa do Marfim — [...] fizemos amigos, vivíamos como irmãos. [...] Evidente que estavam lá também [organizações] das outras colônias portuguesas.⁹¹

Ao lembrar-se desse período, Pepetela ressalta que a estadia na Argélia foi um momento importante de formação política para os futuros militantes nacionalistas, que passavam por ali enquanto se definia seu destino imediato: a guerrilha, o trabalho nas representações

⁹⁰ PINHEIRO, *Misérias do exílio*, cap. 2. A propósito, a autora e seu marido, Carlos Lança, passaram a integrar a equipe do *Révolution Africaine* pelas mãos de Aquino de Bragança, membro da CONCP que também trabalhava no semanário.

⁹¹ MARIA, *Entrevista*.

internacionais, bolsas de estudo universitário. A extraordinária circulação de informações e experiências ainda impressiona, mesmo depois de tanto tempo decorrido:

todos os movimentos de libertação estavam em Argel — tudo o que era movimento de esquerda, radical, no mundo. Naturalmente, os radicais da Europa [...]; pelas tantas os dos Estados Unidos estavam em Argel; em um momento dado os brasileiros começaram a ir para Argel. Portanto, aquilo era — era um ninho de espiões, sem dúvida alguma — mas sobretudo era um local de contato de gente de todo o mundo.⁹²

Essa contato se processava certamente no nível das representações oficiais de partidos, organizações e governos independentes da África e do resto do mundo, mas talvez a maior parte das trocas se desse num outro ambiente, menos institucional e mais propício:

depois era duma forma informal, [...] aliás era a rua Didouche Mourad, onde por acaso o MPLA tinha a secção, e era perto da Universidade: ali havia três ou quatro cafés em que íamos encontrá-los sempre, ou o representante do movimento de libertação das Ilhas Canárias — que era só um, foi sempre o mesmo, na vida [...] —, ou do Haiti, ou do Níger, ou do Senegal, havia-os de todo lado; o ANC tinha uma forte representação lá também; e, claro, Moçambique, Angola, Guiné.⁹³

Essa circulação intensa (e por vezes tensa) de pessoas, ideias e projetos políticos dava ao cosmopolitismo experimentado em Paris uma outra dimensão, mais vibrante ainda que mais arriscada, ou talvez mais vibrante exatamente por conta do maior risco. Em Argel estava representado cada pedaço da África, mas o sentimento de irmanação evocado por Adolfo Maria não era assim tão forte a ponto de dissolver aquelas grandes linhas que dividiram a política africana na década de 1960, de que falei na seção 3.2. Com efeito, as clivagens principais da política africana se expressavam de maneira muito pragmática: os partidos de oposição ali representados lutavam (institucionalmente ou de armas na mão) contra regimes “moderados” independentes, enquanto os países “radicais” só mantinham representações diplomáticas oficiais, ainda que muito ativas. Os movimentos de libertação, por sua vez, eram oriundos principalmente da África Austral, da “linha de frente” para baixo; e com frequência

⁹² PEPETELA, **Entrevista**.

⁹³ PEPETELA, **Entrevista...** O ANC é o *African National Congress* (Congresso Nacional Africano), da África do Sul.

dava-se o caso de haver mais de um de cada território — a Argélia de todas as revoluções os acolhia a todos, e, muitas vezes custeava seus escritórios locais.⁹⁴

A própria UPA tinha, como já vimos, uma representação em Argel (a cargo de Johny Eduardo Pinnock, em 1963). Um de seus principais suportes era a viúva do grande herói nacional, Frantz Fanon, falecido em Túnis em dezembro de 1961. A Argélia permaneceu apoiando os dois maiores movimentos angolanos mesmo depois da recomendação do GRAE pela comissão de bons ofícios da OUA; os guerrilheiros da UPA seguiram sendo treinados em campos da FLN na Tunísia (a cargo de redes montadas por Fanon e operadas por seus herdeiros políticos), enquanto os do MPLA recebiam instrução de guerrilha em Tlemcen, no noroeste da Argélia, já próximo à fronteira com o Marrocos.

Por outro lado, a convivência com os jovens nacionalistas das outras colônias portuguesas se intensificou. Decerto esse era um dado que vinha já de Lisboa, mas a ideia da indissociabilidade do destino “dos cinco” ficou ainda mais patente em Argel, em que os limites práticos entre as diferentes organizações tendiam a se esfumaçar. Pepetela recorda:

entre o MPLA, a Frelimo e o PAIGC os contatos eram diários, uns sabiam o que os outros tinham escrito [...] antes de sair. [...] havia uma norma: interajuda e solidariedade. Aliás havia a Conferência das Organizações Nacionalistas [...]. A sede era em Rabat. Mas a partir de uma certa altura realmente era Argel [...], em Argel era onde as coisas funcionavam. Havia um representante em Rabat, mas, o trabalho sobretudo era feito em Argel.⁹⁵

Esse trabalho da CONCP era basicamente no sentido de garantir a preponderância das organizações associadas na concessão de apoios internacionais diversos, para o que a imprensa e os contatos com as redes intelectuais e políticas de esquerda na Europa e nos Estados Unidos eram os instrumentos preferenciais.⁹⁶ Além disso, em especial na segunda

⁹⁴ Eduardo Macedo dos Santos refere-se a 15 milhões de dinares já entregues pelos argelinos ao MPLA contra a apresentação de um *budget*, e mais três milhões prometidos para mais tarde. LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 143. Óscar Monteiro fala de um subsídio mensal, que passou de dois mil e quinhentos para quatro mil dinares no final de seu mandato como representante da Frelimo. MONTEIRO, Óscar, De mensageiro a meu herói, **Jornal de Angola online**, 2010.

⁹⁵ PEPETELA, **Entrevista**.

⁹⁶ O notável sucesso desse trabalho pode ser inferido pelo fato de que, mesmo nos meios intelectuais dos Estados Unidos (cujo governo apoiava firmemente a FNLA, embora que por vezes clandestinamente, para não ferir as suscetibilidades lusas), o MPLA era mais bem reputado que a FNLA — por exemplo, nas páginas do *Journal of Modern African Studies*, principal periódico internacional em língua inglesa voltado para temas africanos contemporâneos. Com efeito, a CONCP tinha acesso a importantes redes intelectuais que passavam por Paris e Londres (onde contava com o apoio militante do historiador britânico Basil Davidson), e chegavam aos Estados Unidos (em que se destacava a prestigiosa figura de Immanuel Wallerstein). Além disso, o acesso dos estudiosos estadunidenses ao nacionalismo nas colônias portuguesas

metade da década de 1960, buscava-se articular a posição das organizações dos países sob dominação portuguesa àquelas que lutavam contra os regimes de segregação racial do sul do continente. O representante da Frelimo em Argel, Óscar Monteiro, recorda esse contexto de articulações:

As funções das representações eram de difusão de informação na Argélia e nos países de expressão francesa [...]. Outras funções eram o relacionamento com as autoridades argelinas, nomeadamente pedidos de ajuda financeira directa, coordenação da acção diplomática na OUA e organizações internacionais e outras questões administrativas como passaportes, trânsito de militantes, bilhetes.

[...]

Mas havia um forte engulho. Nesses anos sessenta, o Governo argelino sob a influência de Franz Fanon, com as suas teses legitimadoras da violência dos oprimidos, havia reconhecido o GRAE de Holden Roberto. A sua viúva Josie, colega de Aquino de Bragança no jornal “*Revolution Africaine*”, velava sobre esse património como vestal do templo, até já aos anos setenta.

Tínhamos que mudar a situação: Aquino fez muito por isso ao nível do jornal e da opinião. Mas faltava fazê-lo ao nível institucional. Com [o representante do MPLA] Paulo Jorge, aproveitamos uma convocação de todos os movimentos de libertação para concertar uma revolta daqueles que se auto intitulavam os movimentos de libertação autênticos — e que éramos nós, claro! — MPLA, FRELIMO, PAIGC, ANC, ZAPU, SWAPO contra a “Uholly Alliance” (a aliança ímpia) que eram os outros. Fizemos o representante do GRAE sair da sala.⁹⁷

não ia muito além das representações europeias e de material difundido através da Europa. Pouquíssimos chegaram às pouco praticáveis fronteiras, e mesmo Argel estava um tanto fora de sua rota. Uma interessante exceção é fornecida pelo John Marcum, que escreveu um dos relatos mais equilibrados e mais bem informados sobre o nacionalismo angolano, sendo uma das poucas fontes das décadas de 1960 e 1970 cujo tratamento da UPA não está completamente contaminado pela propaganda rival. Por outro lado, como indica Carlos Serrano, seu tratamento dos setores sociais implicados na formação do MPLA é muito unidimensional. SERRANO, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, p. 74-75.

⁹⁷ MONTEIRO, De mensageiro a meu herói. Há aqui um problema de cronologia, na medida em que Fanon morreu antes de o GRAE ter sido criado, mas ele de fato havia optado pelo apoio à UPA desde a Conferência de Túnis, em janeiro de 1960, e considerava o MPLA como o representante da pequena burguesia urbana, incapaz de mobilizar as massas camponesas. Ver LARA, Lúcio, **Documentos e comentários para a história do MPLA: até fev. 1961**, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 335. De notar que a redação do *Revolution Africaine* devia mesmo ser um local muito animado (não bastassem Jacques Vergès e Djamil Bouhired, Aquino de Bragança, Patrícia McGowan Pinheiro e Carlos Lança, estava ainda lá a Josie Fanon). Paulo Teixeira Jorge foi delegado do MPLA em Argel entre 1966 e 1969, substituindo Luís de Almeida (cf. PT TT SCCIA 003, liv. 132, **Relatório da Situação n° 204, 03MAR a 09MAR66**, Luanda, 11 mar. 1966). A

Nesse contexto politicamente instigante, e continuando os experimentos de convivência e trabalho coletivos inaugurados em Paris, o pequeno grupo de jovens que tinha atravessado a experiência da FUA e agora formava, junto com Henrique Abranches, o núcleo duro do CEA, passou a viver junto a partir de 1964, como lembra Adolfo Maria:

Como é que nós fazíamos? Nós vivíamos em comunidade, alguns de nós. Os médicos [...] estavam então fazendo uma vida profissional [...] trabalhando nos hospitais públicos argelinos. Portanto, esses tinham suas próprias moradias, apartamentos dados pelo governo argelino. Depois, o núcleo que era, digamos, o executivo do Centro de Estudos trabalhava... o Estado Argelino concedeu-nos um apartamento de três assoalhadas [...] Eram dois quartos — quatro divisões, vá, mais a cozinha e a casa de banho. E aí fomos vivendo em comunidade. Alguns de nós, os que trabalhavam, [...] entregavam o dinheiro todo, depois aí nós [...] distribuíamos uma parte para a alimentação e outra parte para dinheiro de bolso de cada um [...]: o que gostava de beber cerveja, bebia; o que gostava de fumar, fumava. [...] Essa comunidade foi-se alargando. Primeiro éramos [...] o Henrique Abranches, eu e a minha mulher, [...] a Maria Helena Maria, depois veio o Pepetela, depois a Maria do Céu, depois veio Jorgelino de Andrade. [...] Mais tarde veio o Hélder Neto, e [...] um estudante senegalês [...] que também nós integramos, porque ele tinha perdido a bolsa, pertencia a um partido da oposição, senegalês, o PAI.⁹⁸

O apartamento no rés-do-chão do número 20 da avenida Dujonchay, onde funcionava ademais o próprio Centro de Estudos Angolanos, tornou-se de certa forma uma outra referência angolana em Argel, para além do escritório oficial do MPLA. Óscar Monteiro também foi um

ZAPU é a *Zimbabwe African People's Union* (União Popular Africana do Zimbábue), e a SWAPO é a *South West African People's Organisation* (Organização Popular do Sudoeste Africano). É interessante observar como o “popular” e o “nacional” eram índices muito eficazes do alinhamento dos distintos movimentos ao longo da linha “radicais”-“moderados”. Contrapostas ao “popular” MPLA, havia a FNLA e mais tarde a UNITA (ambas “nacionais”); a SWAPO enfrentava a *South West African National Union* (União Nacional do Sudoeste Africano, SWANU); enquanto a ZAPU disputava a hegemonia do nacionalismo na Rodésia do Sul com a *Zimbabwe African National Union* (União Nacional Africana do Zimbábue, ZANU), nascida de uma dissidência interna. No fim da década de 1970, a Frelimo viu surgir uma oposição armada, insuflada pelos governos segregacionistas da região, batizada de Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). A exceção à pertinência desse índice é o ANC, porque surgido em época muito anterior às demais organizações. Mas, ao contrário do que afirma Óscar Monteiro, os movimentos “nacionais” eram muito menos articulados entre si que os “populares”, e deles dificilmente poderia ser dito que constituíam uma “aliança”. A Renamo chegou a combater militarmente a ZANU, que por sua vez era apoiada pelo governo da Frelimo em Moçambique. Aliás, a ZANU foi o único dentre os agrupamentos “nacionais” a alcançar o poder político após a independência, mas apenas depois de ter absorvido a ZAPU.

⁹⁸ MARIA, **Entrevista**. O PAI era o principal partido de oposição a Senghor, à parte aqueles criados por Cheikh Anta Diop, conforme seção 3.3 mais acima.

frequentador dessa casa, já em 1968. Como em Paris, os sabores de uma terra natal há muito abandonada propiciavam um bom motivo para reunião:

Estando eu sozinho, pedi e passei a comer em casa dos angolanos, onde viviam o Adolfo Maria e esposa, Pepetela e Maria do Céu Reis e onde comiam também Hélder Neto, [...] o artista e etnólogo Henrique Abranches, Zé dos Kalos, meu antigo com repúblico de Coimbra e economista, e Jorge Pires que, como general, dirigiu a logística das FAPLA.⁹⁹

Em um contexto ainda de exílio, era também natural que algumas das relações institucionais fossem cimentando ou construindo relações pessoais mais íntimas, e extravasassem do âmbito puramente político para aspectos muito cotidianos da vida de cada um. Adolfo Maria narra:

também tínhamos contato muito estreito com o PAICG. Portanto, se íamos à delegação do PAICG, [lá estavam] o Abílio Duarte, a Dulce [Almada Duarte]. [...] A minha mulher [...] ia com ela ajudar a levar, a apanhar o bebê, tudo isso — quer dizer, tínhamos relações também pessoais muito fortes.¹⁰⁰

Nos primeiros anos, Artur Pestana e Maria do Céu Reis complementavam sua rotina de trabalho no Centro de Estudos com as aulas de sociologia na Universidade de Argel, não muito distante de casa, e com os muito frequentados cafés de permeio. Nas palavras de Pepetela:

o curso era sociologia, e era o curso francês. Naquele momento a Universidade de Argel ainda estava muito ligada à universidade francesa. [...] Ali ainda era o esquema francês, era por certificado (o certificado é um conjunto de disciplinas), e nós tínhamos que fazer cinco certificados. Para fazer a licenciatura eram cinco certificados — dos quais, obrigatoriamente, o certificado de Sociologia Geral, e o de Sociologia Aplicada. Esses eram obrigatórios, o resto era optativo.¹⁰¹

Essa ligação ao sistema de ensino superior francês permaneceu por alguns anos após a independência. De fato, a Universidade de Argel tinha sido, durante o período colonial, uma

⁹⁹ MONTEIRO, De mensageiro a meu herói. Jorge Pires é o mesmo estudante branco que cinco anos antes tentava convencer Lúcio Lara e o restante da direção do MPLA a deixarem-no ir combater em Angola para fazer por merecer sua nacionalidade. Teve ainda que esperar outros cinco anos para receber instrução militar. Adolfo Maria encontrou-se com ele na base Kalunga, em Cabinda, em 1973. MARIA, **Entrevista**.

¹⁰⁰ MARIA, **Entrevista**.

¹⁰¹ PEPETELA, **Entrevista**.

das mais importantes instituições francesas de ensino superior. Por outro lado, em um contexto de falta absoluta de quadros técnicos e superiores experimentado pelo país recém-independente, a presença maciça de professores franceses era inescapável:

Eu tive dois professores argelinos, um russo, um italiano, e o resto era francês. [...] O meu curso é um curso da Sorbonne. [...] Aliás, eu fui admitido para fazer o doutoramento na Sorbonne: a partir de Argel, era a Sorbonne. Portanto, era um curso [...] falado em francês. Ainda não havia ensino em árabe na universidade, depois que criaram um curso de árabe — árabe, nós dizemos, árabe clássico. E, mais tarde, lá para 68, 69, começou a haver a arabização, a chamada arabização do ensino [primário e secundário], sobretudo com professores egípcios — mas que tocou a universidade só mesmo [...] muito mais tarde. Aí já não sei muito bem, já não estava lá, fui lá duas vezes.¹⁰²

De fato, a arabização do ensino universitário começaria apenas a partir da reforma do ensino, em 1971, e não estaria completa senão em 1984.¹⁰³ Essa ligação forte com o sistema francês, e sua contraparte na composição do corpo docente, também implicava não haver uma inclinação marxista no currículo do curso, apesar de todo o fervor revolucionário que se verificava nos cafés lá fora:

Não, havia de tudo. Havia alguns [professores] marxistas, sim, mas havia alguns bem capitalistas, sobretudo a Economia. [...] O certificado que [...] tinha escolhido — claro, Economia Política — tinha um professor marxista. Todos os outros eram capitalistas. Todos, todos, todos! O que não foi nada

¹⁰² *Ibid.* “Sorbonne”, nesse recorte cronológico, refere-se ao conjunto da Universidade de Paris, que só foi desmembrada após o maio de 1968.

¹⁰³ Em 1972, uma publicação oficial do Ministério da Informação e Cultura, os objetivos e da arabização, e seus progressos até a altura, são assim caracterizados: “A política de arabização se acompanha portanto muito naturalmente de uma descolonização do ensino. A Argélia independente está empenhada em muito rapidamente descolonizar o ensino por uma série de reformas de programas que toca a todos os níveis, e a descolonizar a história, as mentalidades, por um verdadeiro contraensino que combata os preconceitos e as mentiras inculcadas pelo colonialismo, dando a melhor conhecer aquilo que se queria fazer desprezar, deformar ou ignorar. O conteúdo do ensino foi progressivamente argelianizado: em uma primeira etapa, o ensino de história, geografia, de literatura e de filosofia foi novamente moldado em função do meio físico e humano da civilização árabe islâmica. [...] A argelianização total dos programas das ciências sociais é hoje uma realidade. O ensino da economia política compreende o estudo dos problemas da gestão socialista.” ARGÉLIA. MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA, *La révolution algérienne: réalités et perspectives*, 2. ed. Madrid: Ministère de l’Information et de la Culture, 1972, p. 196. Longe de significar uma virada culturalista, nos termos de um modelo “oriental” ou “étnico” de nacionalismo (ver seção 2.2), essa arabização foi acompanhada de uma “orientação científica e técnica do ensino”, com a total reforma do ensino técnico e mudanças no ensino médio, bem como o aumento do coeficiente “de disciplinas científicas nos diferentes exames e concursos”. *Ibid.*, p. 204. Esse é, aliás, um bom exemplo do argumento, exposto ao longo da seção 3.3, que considera a dicotomia entre modernismo e tradicionalismo uma forma inadequada de analisar o nacionalismo africano.

mau, por exemplo, eu agora compreendo essas crises, porque eu tive uma disciplina que era *Crises econômicas do capitalismo* dada por um capitalista, [...] de maneira que, de vez em quando, não me aperto completamente a ler os jornais, pronto. Só com a coisa marxista não entenderia nada.¹⁰⁴

Por outro lado, a circulação das primeiras produções da teoria da dependência, que formam uma corrente importante da emergência do Terceiro Mundo, só tardiamente alcançou a Argel:

foi mais no fim do meu curso. Eu estava a acabar quando começa a aparecer Andre Gunder Frank, o vosso presidente, o Fernando Henrique [Cardoso]... [...] ou já estava formado [...] quando começa a aparecer isso. Apanhei ainda [...] o [Étienne] Balibar, que era um pouco, na Filosofia, essas ideias, digamos, neomarxistas já — ou pós-marxistas, de preferência [...]. O Balibar eu ainda apanhei como meu professor. Agora, os outros apareciam lá. Samir Amin, por exemplo, [...] estava em Dakar e ia a Argel frequentemente, fazer conferências, debates etc. Mas [...] essas ideias circulavam, sobretudo depois de eu ter [terminado o curso] [...] em 65. [...] Fiquei até 69, portanto, fiquei quatro anos lá a trabalhar, e a trabalhar no Ministério do Plano — a fazer um inquérito sobre a mão de obra. Ainda trabalhei um pouco no censo da população, na parte final mesmo, e depois fui fazer um inquérito sobre a mão de obra. De maneira que tinha muita ligação também com os meios econômicos, era a coisa da mão de obra, emprego, desemprego, e como tinha feito um bocado de Economia e tal, e tinha feito Demografia também (um dos certificados era de Demografia), estava muito ligado a isso, essas novas ideias que apareceram.¹⁰⁵

Por outro lado, a obra das primeiras gerações de historiadores africanos era de acesso mais restrito. Adolfo Maria conhecia-os já de sua passagem por Paris no fim dos anos de 1950, pelas mãos de Mário Pinto de Andrade e da *Présence Africaine*. A revista continuava a chegar a Argel, assim como os lançamentos das *Éditions Maspéro*, casa editorial francesa fundada em 1959 e devotada às causas anticoloniais (inicialmente, a guerra da Argélia). As ousadas propostas de revisão historiográfica de Cheikh Anta Diop, por exemplo, circulavam, mas não eram lidas no quadro das disciplinas da universidade. A literatura africana escrita em francês (e publicada em Paris) chegava com certa facilidade; o mesmo já não acontecia com o que era publicado em inglês. Pepetela recorda:

¹⁰⁴ PEPETELA, *Entrevista*.

¹⁰⁵ *Ibid.*

A [literatura africana em língua] inglesa [chegava] muito menos. Claro, tínhamos acesso por um ou outro membro dum movimento de libertação, [...] da África do Sul, do Zimbábue, da Namíbia [que] também tinha lá sua secção, o Quênia também tinha (o movimento de oposição do Quênia), [...] um ou outro nigeriano que aparecia também por lá, e por vezes havia um ou outro livro em inglês que circulava, mas era sobretudo em francês. Era sobretudo em francês.¹⁰⁶

Essa vinculação dos angolanos ao mundo de fala francesa em Argel é confirmada por Adolfo Maria. Segundo ele, mesmo a literatura mais diretamente política em língua inglesa

chegava; mas era mais, digamos, o mundo francófono, a oposição francófona que estava ali. Não sei quando... desde sempre, desde muito... Não sei se é por ser Argélia, se é porque realmente estavam indo muitas pessoas que [...] tinham estudado em França. Porque também, por exemplo, os centros da oposição da África anglófona estariam mais em Londres, sempre foi um grande centro da discussão sobre — mesmo no tempo colonial — sobre os problemas africanos. O que é certo é que ficava para segundo plano. Quando muito depois começa a aparecer o ANC, e depois nos anos 67 aparece o Black Power americano... mas nós [...] pouca informação tínhamos do setor da África anglófona. Pouca informação tínhamos. E a nossas discussões passavam em torno de literatura, escritos etc. produzidas na África francófona.¹⁰⁷

Apesar da indubitável importância da literatura brasileira modernista para a formação de mais de uma geração de intelectuais angolanos, em Argel esse contato foi temporariamente suspenso, por força de a topografia das redes de distribuição editorial estar tão colada à distribuição global dos poderes coloniais e das línguas nas quais esses poderes eram exercidos. Nas palavras de Pepetela:

o contacto com a literatura brasileira foi anterior. E, aliás, mais em Angola que em Portugal. É curioso, mas, por exemplo, os livros de Jorge Amado, José Lins do Rego, coisa assim, em Angola eram vendidos. Em Portugal eram proibidos. [Mas em Angola] eram [vendidos] livremente! [...] Aí por volta de 58 eu conhecia Jorge Amado e os meus colegas portugueses não

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ MARIA, **Entrevista**. De memória, Adolfo Maria cita, dentre os autores africanos em língua inglesa com que teve contato em Argel, apenas Wole Soyinka.

conheciam, não tinham a mínima ideia. Mas depois em Argel não havia muita literatura ou brasileira ou portuguesa. O que havia mais era o que era publicado em Paris.¹⁰⁸

O circuito da língua determinava, por exemplo, que algumas das discussões mais importantes que se travavam na vanguarda da política radical africana — por exemplo, as posições revolucionárias fortes do periódico ganense *The Spark* — permanecessem desconhecidas para os jovens do CEA.¹⁰⁹ Nesse caso específico, os órgãos portugueses de informação pareciam estar mais atentos. Ainda em março de 1963, o SCCIA informava, sob a rubrica “Aspectos políticos e sociais — situação externa — generalidades”:

Entretanto o Bureau of African Affairs do GHANA, sob a direção de KOFI BATSA, editor-chefe da publicação “VOICE OF AFRICA”, lançou em circulação o jornal semanal “THE SPARK”, cognominado de arauto dos verdadeiros nacionalistas africanos, lutador incansável do combate ao imperialismo, colonialismo e neocolonialismo e defensor intransigente da unidade da ÁFRICA. Como aliás era de se prever a colaboração de comunistas confessos, ilustra as suas principais páginas.¹¹⁰

De maneira semelhante, toda uma produção antropológica da África do Sul e da Rodésia, nas décadas de 1950 e 1960, que começava a redefinir o conceito de etnicidade a partir do encontro com as complexas realidades africanas contemporâneas, parece ter ficado fora do campo de visão dos jovens angolanos — o que, possivelmente, condicionou sua compreensão da problemática do campo étnico tal como começava a surgir em relação a Angola, como veremos adiante.

As razões dessa atinência a uma francofonia de empréstimo iam entretanto mais além do fato geográfico de estarem exilados em Argel, apesar de este ser um condicionamento obviamente importante. O francês era a língua estrangeira ensinada nos liceus, de modo que a maior parte dos angolanos escolarizados era fluente nesse idioma; um percentual muito menor dominava o inglês. Adolfo Maria observa:

¹⁰⁸ PEPETELA, **Entrevista**.

¹⁰⁹ Ives Benot toma *The Spark* como uma das principais vozes da política radical no continente (e talvez a mais próxima de sua própria compreensão sobre os desenvolvimentos históricos então em curso) em seu **Ideologias das independências africanas**, Luanda: INALD, 1981. Um dos fundadores do MPLA, Hugo de Menezes, publicou em *The Spark* um longo artigo, em julho de 1965, intitulado *Angola e a nova estratégia imperialista na África Austral* — disponível em BRAGANÇA; WALLERSTEIN (Orgs.), **Quem é o inimigo?**, v. 3, p. 86-90.

¹¹⁰ PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 54, 16 a 29MAR63**, Luanda, 29 mar. 1963, p. 2.

Eu acho que é a matriz, mesmo. Por exemplo, eu, em Luanda, tomei contato com o jornal *L'Express*, que nesta ocasião era um jornal de centro-esquerda, e que, portanto era o que nos informava sobre a Guerra da Argélia. E, por outro lado, digamos, a França [...] exercia um fascínio muito grande — a cultura francesa — quer em Portugal, nos centros intelectuais portugueses, e por arrastamento, também ali em Angola, em nós. Além disso tínhamos vizinhos que falavam a língua francesa, também, os dois Congos. Eu próprio, como já relatei, quando fui a Paris em 59, fiquei fascinado [...], houve depois o maio de 68, mas naquela época era já espantoso. [...] Tinha mais força que tem hoje no mundo e, além disso, uma tradição já vem de trás que é da parte portuguesa, sobretudo da parte dos intelectuais portugueses [...].¹¹¹

Dados os objetivos do Centro de Estudos Angolanos, a limitação no acesso a novos materiais que se produziam, especialmente os que diziam respeito a Angola, era um sério fator de limitação. Ao se lembrar da circulação de livros e informações naquele período, Pepetela afirma:

nós no Centro, sim, íamos procurar essa bibliografia — para isso é que nós pagávamos cotas. Era exatamente para mandar vir livros, fundamentalmente era isso, e o MPLA também teria [...] representantes aqui ou ali pra mandar... Tínhamos uma biblioteca que para a época não era má; agora, sobre Angola, muito pouco.¹¹²

De fato, o Centro esforçava-se para obter mais material sobre o qual pudesse trabalhar. Em novembro de 1964, por exemplo, lançou uma carta circular (em francês), apresentado os resultados obtidos até então e solicitando “a ajuda dos amigos da Revolução Popular em Angola”, dentre cujas possíveis formas incluíam-se o envio de livros, de informações bibliográficas ou de contribuições escritas para serem publicadas.¹¹³ Uma das soluções encontradas foi garantir a parceria institucional da universidade, como recorda Adolfo Maria:

¹¹¹ MARIA, **Entrevista**.

¹¹² PEPETELA, **Entrevista**. Aqui Pepetela refere-se especialmente à literatura histórica e antropológica sobre Angola. A década de 1960, de fato, viu serem publicadas diversas contribuições, centradas no período pré-colonial, em inglês, francês e holandês. De qualquer forma, uma produção do Centro, em específico (a *História de Angola*), demonstra que seus autores estavam muito ao corrente do que vinha aparecendo nos periódicos internacionais especializados.

¹¹³ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 702.

Nós tínhamos arranjado via Universidade de Argel o encaminhamento de livros, que eram publicados aqui [em Portugal] e que nos interessavam, pela Direcção Geral do Ultramar, pelo Instituto não-sei-quê de Ciências Sociais e Políticas... quer dizer, coisas sobre Angola. Sobre Angola, de toda ordem. Depois recebíamos, encaminhados pela mesma via também, via Argel (ou então via Paris e depois vinha pra nós, não me lembro bem neste momento), mas vinham jornais de Angola.¹¹⁴

Esses jornais, eram, com efeito, a matéria-prima do principal trabalho do Centro:

Nós fazíamos recortes, quer dizer, o jornal vinha, eram assinaladas as notícias, cortava-se — de um modo um bocado primário, mas era aquilo que se usava naquela época, e era tido como muito avançado — e colava-se em pequenas cartolinas A4, e faziam-se ficheiros [...]. Por exemplo, num jornal, uma ficha ia para zona de economia, outra para política [etc.] Depois daí, fazia-se um levantamento, batia-se à máquina, respigava-se qualquer coisa do gênero. [...] Nós tínhamos um ficheiro com fichas pequenas, em que [constavam], por exemplo: “Angola — política”, depois “aparelho militar” [...]. Nós íamos — tudo o que aparecesse: um quartel foi inaugurado, no Leste [o aparelho militar] foi reforçado — [...] íamos à notícia e tirávamos só duas ou três coisas, duas ou três palavras que referenciávamos se quiséssemos, depois colávamos lá... Portanto, era um trabalho tremendo! Isso implicava horas e horas [...] e era essa coisa de informação. [...] Muita informação — tínhamos filas e filas daquelas fichas de cartão. Tínhamos um cartão do que seria hoje o A4, com o jornal colado. E depois tínhamos outras pequenas, que eram fichas de referência.¹¹⁵

Esse trabalho de coleta de informações tinha finalidades essencialmente práticas, como demonstra o exemplo abaixo, citado por Pepetela:

Conseguia-se receber os jornais de Angola. Pronto, chegava muito atrasado, mas aí é que está: para o trabalho de sempre, não era importante, eram mais fontes, serviam até pra fazer levantamentos para a guerrilha. Uma vez nós fizemos, por exemplo, para o Moxico e o Cubango, [...] um roteamento de todos os comerciantes de que tivemos notícia nos jornais, através dos anúncios nos jornais de Angola — o *Diário de Luanda*, o *Província de*

¹¹⁴ MARIA, *Entrevista*.

¹¹⁵ *Ibid.*

Angola — fazíamos levantamento, íamos catalogando, catalogando, e depois conseguíamos tratar de saber se o comerciante tal e tal [...] era importante para o contato das guerrilhas, ou cuidados que se devia ter, ou até para obter ou informações ou material — comida, por exemplo. [...] Então nós fizemos [...] de Cabinda, e da Frente Leste, província a província, das diferentes províncias. E eu depois fui encontrar isso na Frente Leste [...], e ainda serviu! Eram levantamentos preciosos.¹¹⁶

Adolfo Maria lembra que uma extensão dessa tarefa era a catalogação e a resenha dos livros sobre Angola que iam chegando, em busca de informações que pudessem ser referenciadas em publicações ou discursos nos mais variados fóruns internacionais:

E conforme os materiais, também recensões de livros. Ou recensões ou pelo menos o resumo do que estava no livro, recebíamos um livro, quer dizer, é um trabalho de bibliotecário. Um trabalho de bibliotecário, e mais do que de bibliotecário — mas com um fim, de maneira que fosse rapidamente utilizado.¹¹⁷

À parte esse trabalho mais propriamente de informação e inteligência — o qual, guardadas as devidas proporções, espelhava aquele desenvolvido pelo SCCIA em Luanda (embora, ao que parece, nenhum dos órgãos tivesse conhecimento da existência de seu homólogo do outro lado da trincheira) — havia um outro direcionamento, talvez um tanto mais acadêmico, que era levado a cabo através da constituição de grupos de trabalho. Inicialmente, eram cinco grupos, e tinham as seguintes diretrizes:

História e Etnologia: capaz de trabalhar para a elaboração de uma história de Angola e para já analisar as etnias angolanas em proveito de um melhor conhecimento. Assim se formará um arquivo essencial à actividade revolucionária e à construção de um futuro estado angolano progressista.

Sociologia e Economia: capaz especialmente de fazer análises sobre o comportamento dos núcleos sociais resultantes do encontro do factor colonial com o factor regional, de estudar problemas relativos ao trabalho, alimentação, etc., de denunciar e criticar códigos coloniais; de coligir e sistematizar elementos sobre o nível de instrução das diferentes camadas sociais angolanas, quadros existentes e em preparação, equipamento dos

¹¹⁶ PEPETELA, *Entrevista*.

¹¹⁷ MARIA, *Entrevista*.

diversos sectores económicos, do ensino e da saúde, com o fim de possibilitar ou realizar um inventário geral capaz de fornecer elementos para a elaboração de reformas agrárias ou sanitárias, campanhas de alfabetização, desenvolvimento do ensino, selecção de quadros, planos de industrialização e de desenvolvimento de todos os sectores da economia social angolana.

Política e Informação: cujas principais tarefas devem ser: o estudo profundo dos problemas de classes e grupos sociais angolanos, análise do movimento social e político angolano, denúncia de toda a política colonial em curso e luta ideológica activa contra a ameaça pairante do neocolonialismo, denúncia das manobras imperialistas, em todos os campos, participação activa em todas as campanhas de projecção africana ou internacional contra a repressão, contra o racismo, contra o fascismo, etc.

Arte e Literatura: capaz de recolher com a maior largueza possível documentos que revelem o folclore angolano, de forma a torná-lo conhecido e utilizado, quer tentando constituir grupos folclóricos itinerantes, colecções de arte itinerantes, etc., quer pondo-o à disposição dos artistas e escritores angolanos para que edifiquem uma arte moderna verdadeiramente angolana; fomentar a expressão artística e literária onde quer que haja angolanos que manifestem capacidade; divulgar, no seio das massas angolanas, a literatura revolucionária angolana, o que será um contributo inestimável para o “élan” revolucionário dos militantes; divulgação no estrangeiro da arte e literatura angolana.

Instrução e Educação Militante: cujas principais tarefas serão: a elaboração de manuais de alfabetização, de ensino de história, geografia, línguas, que vão de encontro às verdadeiras necessidades e aspirações do povo angolano; manuais de formação política; expansão de propaganda revolucionária pela imagem, através de desenhos, linóleos; divulgação junto das massas angolanas da literatura revolucionária mundial.¹¹⁸

Para além da missão pedagógica autoatribuída, essas diretrizes constituem uma interessante demonstração de como a perspectiva etnográfica perpassava os programas de constituição de saberes sobre Angola, muito explicitamente — quando o conhecimento das diferentes etnias é considerado pré-requisito tanto para o desenvolvimento da guerrilha quanto para a construção de um estado progressista, ou quando o folclore é tomado base para “uma arte moderna

¹¹⁸ LARA, *Um amplo movimento*, v. 3, p. 576-577.

verdadeiramente angolana”, impondo-se a emergência de iniciativas de recuperação, salvaguarda e divulgação — ou de forma mais sutil, subsumida no “fator regional” cujo encontro com a colonização constituiria um dos temas centrais das análises sociológicas e econômicas. Interessante notar também que o domínio da língua portuguesa escrita ocupa aqui um lugar de destaque na elevação cultural da massa dos militantes que o Centro pretendia promover, embora formas não letradas de propaganda cultural e revolucionária sejam explicitamente mencionadas (os desenhos e linóleos, mas também os grupos folclóricos e as coleções de arte itinerantes).

No âmbito da divulgação internacional da luta de libertação angolana, o CEA publicava um boletim bilíngue (em francês e português), intitulado *Angola: Cultura e Revolução*, para distribuição na Argélia e em outros países do norte da África e mesmo da Europa.¹¹⁹ Para os militantes, houve uma variedade maior de iniciativas, a exemplo de cadernos contendo traduções de clássicos do terceiro-mundismo revolucionário: “traduzíamos [Vo Nguyen] Giap, Ho Chi Min etc., traduzíamos também Mao Tse Tung, e isso era uma atividade febril e empolgante”, relembra Adolfo Maria.¹²⁰

Os jovens do CEA dedicavam-se também à feitura de obras que exigiam um esforço mais autoral. Uma delas, que buscava explorar ao máximo a capacidade expressiva da imagem, e assim diminuir os efeitos de uma baixa escolarização formal entre os guerrilheiros sobre a eficácia da propaganda nacionalista, foi uma revista em quadrinhos, publicada em 1967, descrita da seguinte forma pelo jornal tunisiano *Jeune Afrique*:

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) acaba de colocar em circulação, nos territórios ocupados por Portugal, uma brochura destinada a ajudar as massas populares a melhor tomar consciência de sua condição colonial e da luta revolucionária.

Esta brochura, de que reproduzimos abaixo alguns extratos, foi realizada sob a forma de história em quadrinhos, e narra o itinerário de um jovem angolano que se engaja nas tropas do MPLA para participar da luta de libertação de Angola.¹²¹

¹¹⁹ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 78.

¹²⁰ MARIA, **Entrevista**.

¹²¹ PT TT, Serviço de Coordenação e Centralização das Informações de Moçambique (SCCIM), Centro de Documentação (A), Processos de informação sobre organismos subversivos (20), MPLA (28), proc. 1208, **Jeune Afrique [recorte]**, Túnis, 28 set. 1967, f. 526. Não encontrei o original no fundo do SCCIM ou do SCCIA, apenas os pequenos trechos reproduzidos na notícia e recortados pelo SCCIM.

O roteiro e o traço são de Henrique Abranches. Pepetela recorda as agruras de sua participação como autor dos diálogos e letrista:

Contra a escravidão, se chama. Essa é a primeira banda desenhada feita pelo Abranches. Foi feita no Centro de Estudos. [...] E eu passava a vida a dizer: “que sacana!” Porque ele desenhava, e depois — ele é que tinha a história na cabeça — ele desenhava, e depois fazia as bolas, [...] e eu tinha que por um texto que coubesse nas bolas! Então era um bom exercício! Era um bom exercício literário, e eu dizia: “isso aqui não dá pra fazer, olha, isso aqui não vai!” [...] E ele: “Mas é mais ação, o diálogo conta pouco na banda desenhada”. Mas essa foi a primeira: *Contra a escravidão* [...], com a bandeira do MPLA [estampada na capa]. Isso foi impresso em Argel, e depois distribuído... por todos os cantos: fronteiras, tudo. [...] E que, curiosamente, aparece também entre os presos [...] da PIDE [...], ouve-se falar duma coisa assim dum branco [a fazer uma publicação do MPLA], e há uma confusão: “mas um branco, aquilo, não-sei-quê, pá”. Mas quando aquilo é que é distribuído calha bem até para se ver que no MPLA havia também brancos lutando [...].¹²²

Dos atritos por conta da existência de um órgão composto majoritariamente por brancos produzindo conhecimento sobre Angola, e dirigindo-se diretamente aos guerrilheiros do MPLA para melhor esclarecê-los quanto à luta, tratarei um pouco mais à frente. Por ora, importa observar como a atuação do Centro nesse sentido era complementada por uma preocupação em relação à muito pequena extensão do letramento em língua portuguesa. Foi com base nessa preocupação que surgiu um material destinado à alfabetização de adultos, composto por um manual e um guia do alfabetizador. Adolfo Maria comenta:

Este material era uma interessante síntese de duas grandes experiências de alfabetização. Uma, a inovadora experiência de Paulo Freire na alfabetização das zonas rurais do Brasil, no tempo do governo de Goulart, até ao golpe militar que ali instaurou a ditadura. A outra era a experiência cubana onde, com recurso a milhares de estudantes submetidos a uma prévia preparação de alfabetizadores, se tinham alfabetizado milhões de pessoas. Em Argel nós conhecemos Miguel Arraes (ex-governador de Pernambuco) e o seu grupo, exilados brasileiros a quem o governo argelino dera abrigo. Alguns desses elementos tinham participado na alfabetização e conversámos com eles sobre a sua maravilhosa experiência, mas foram moçambicanos vindos de Paris

¹²² PEPETELA, *Entrevista*.

([Jacinto] Veloso e [João] Ferreira) que nos deram o próprio método de Paulo Freire. Decidimos passar à acção e elaborámos um manual com textos baseados no método de Freire e um guia com textos de formação para ser utilizado na preparação de animadores da alfabetização, os alfabetizadores. O governo argelino encarregou-se da sua impressão (aos milhares) e enviou os livros num navio, com outras ajudas, para Ponta Negra.

O Manual de Alfabetização, profusamente ilustrado, foi sobretudo o resultado do esforço de Artur Pestana. Eu elaborei os textos do Guia do Alfabetizador. Mas, tal como as outras, estas foram obras colectivas em que todos os membros do CEA se empenharam e executaram mil e uma tarefas. O MPLA recebeu mais tarde um prémio da UNESCO por este trabalho.¹²³

Um terceiro produto do CEA digno de nota é a brochura *História de Angola*, de 1965 — também lançado, como os outros materiais analisados acima, com o selo do MPLA. É novamente Adolfo Maria quem relata:

Ainda no âmbito das publicações, destaco obras de grande fôlego. A primeira foi a História de Angola, onde o trabalho fundamental foi de Henrique Abranches, mas não deixou de ser um trabalho colectivo dos membros do CEA, desde as tarefas gráficas à elaboração de alguns textos (Pestana) e a introdução — o materialismo histórico (eu).¹²⁴

Pepetela confirma a liderança de Abranches no desenvolvimento desse projeto:

a ideia de fazer uma História de Angola foi dele. Eu colaborei, o Adolfo colaborou, mas foi fundamentalmente o Abranches. Nós aparecemos como coautores, pronto. Sim, [...] a parte da Lunda eu escrevi, a parte do Cuanhama eu escrevi, de fato.¹²⁵

¹²³ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 78-79. Quanto ao influxo da imprensa cubana em Argel, Pepetela atesta: “Chegava muita literatura (assim, muita, muita) de Cuba. O *Gramma*, o boletim dos rebeldes, os discursos todos do Fidel (e eram muitos, [...] ele fala muito!), [...] o diário do Che Guevara, de Cuba recebíamos muita coisa”. PEPETELA, *Entrevista*. Cuba havia prestado um significativo auxílio à FLN durante toda a guerra anticolonial; de fato, em outubro de 1962, no primeiro giro internacional de Ahmed Ben Bella no comando da Argélia, ele tinha visitado Havana logo após passar por Washington, o que causou um grande furor na imprensa estadunidense e um terrível desconcerto em uma administração que tentava se aproximar dos novos Estados africanos sem ameaçar a solidez de sua “aliança atlântica” anticomunista. O presidente John F. Kennedy, “perplexo” não sabia se se tratava de “irremediável ingenuidade ou insulto calculado”. Ver GLEIJESES, Piero, *Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill: University of North Carolina, 2002, p. 30-52.

¹²⁴ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 78. A obra foi republicada, em Portugal, após a independência: CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS, *História de Angola*, Porto: Afrontamento, 1975.

¹²⁵ PEPETELA, *Entrevista*.

Era o primeiro trabalho historiográfico escrito em língua portuguesa que assumia algo que poderia ser descrito como uma “perspectiva africana” para o passado angolano, o que se refletia em muitos de seus aspectos estruturais: no “sentido da colonização” (para usar um conceito da historiografia brasileira); na seleção dos fatos históricos e seu encadeamento; nas interpretações sobre o significado dos eventos mencionados e das ações dos diferentes participantes envolvidos; mas também na própria periodização e no enquadramento geográfico, completamente inovadores. Não é pouco mérito, inclusive se tivermos em mente que a *História de Angola* do CEA é contemporânea de outro livro, mais famoso, que também buscava resgatar o “ponto de vista do colonizado”: trata-se da obra de Georges Balandier sobre o antigo Reino do Kongo, em que o autor se esforça para caracterizar o conjunto de contatos entre este reino e os portugueses como a história da instauração do fato colonial.¹²⁶

A lenta imposição da situação colonial era também a linha central da narrativa da *História de Angola*, e a ênfase recaía sobre a resistência dos diversos atores locais contra a penetração portuguesa (fortemente associada à captura e ao tráfico de escravos, bem como à disseminação da escravidão em próprio solo angolano). A obra adota a noção de “ciclos” — hegemônica, à altura, na historiografia brasileira — para construir enquadramentos espaçotemporais, dados pela progressiva e diferencial incorporação dos diversos espaços africanos que viriam a compor o território da Angola contemporânea à economia colonial, do estabelecimento inicial de trocas comerciais e culturais ao passo último da perda da soberania política. Assim, o leitor é levado pelo território da futura nação através dos ciclos do Kongo, do Kuanza, do Kuango, do Planalto, do Mataman, do Ovambo, da Lunda e do Kuando-Kubango, com interlúdios em que se analisa o progressivo desenvolvimento de uma sociedade e de uma economia particulares no interior da colônia portuguesa de Angola.

A quantidade de informações históricas coletadas e referidas na obra demonstram que seus autores estavam muito atentos e razoavelmente bem informados sobre a literatura erudita produzida em todo o mundo sobre a história pré-colonial da África central; o enquadramento explicativo, por outro lado — dominado por um marxismo muito evolucionista e pela necessidade de produzir heróis angolanos ligados a eventos de resistência armada a um projeto colonial entendido algo anacronicamente — terminava por revestir a *História de*

¹²⁶ BALANDIER, Georges, **Daily life in the Kingdom of the Kongo: from the sixteenth to the eighteenth century**, New York: Pantheon, 1968 (a primeira edição em francês é de 1965). Balandier, estamos lembrados, foi também o primeiro promotor do conceito de Terceiro Mundo no campo da Demografia, e estava ainda interessado nas grandes divisões da política africana na década de 1960. Cf. Le “Tiers Monde” : sous-développement et développement — Présentation d’un cahier de l’I.N.E.D, **Population**, v. 11, n. 4, p. 737-741, 1956; e Remarques sur les regroupements politiques africains, **Revue Française de Science Politique**, v. 10, n. 4, p. 841-849, 1960.

Angola de um esquematismo muito pronunciado. Com a vantagem do tempo decorrido, Adolfo Maria analisa as limitações e as realizações desse trabalho com muita clareza:

As fraquezas científicas da obra advêm (entre outras) dos objectivos políticos que presidiram à sua elaboração. O objectivo principal era dar aos angolanos a ideia de grandeza do povo e da nação angolanos! Neste sentido, tudo tinha de se encaixar, pelo que a própria interpretação das fontes estava viciada à partida. A história era feita à medida do que se queria — era uma história para militantes. Criou-se uma gesta! Ao mesmo tempo, o propósito da História de Angola era o de produzir algo diferente do que até então fora produzido, algo do ponto de vista do colonizado. Com base em certas narrações, extraímos o que mostrava a resistência dos povos africanos à penetração do domínio colonial. Fomos ver o passado com os olhos diferentes dos historiadores coloniais, que, até então, legitimavam a colonização. Simultaneamente, procurámos exemplos de resistência do passado como encorajamento para a luta de libertação nacional de Angola.¹²⁷

Em parte pelo papel de circulação de informações sobre Angola que assumiu ao longo dos pouco mais de cinco anos em que funcionou em Argel, o Centro de Estudos Angolanos tornou-se de fato um catalizador de discussões e debates que cobriam uma ampla gama de assuntos, mas sempre ligados aos caminhos das independências e das revoluções africanas e no restante do Terceiro Mundo em ascensão. Como se lembra Adolfo Maria:

Como nós refletíamos muito então, e como éramos um país que, nesse momento, estava em guerra e era onde, realmente, os acontecimentos eram mais quentes, [...] os outros companheiros dos outros países gostavam muito de conversar conosco. Então, punham muitas perguntas e tudo isso, e nós estávamos informados, não só por estarmos em contato com a direção do movimento [mas também pelo contato] com a guerrilha — que, mesmo à distancia, guerrilheiros [...] passavam por ali, ou para serem formados [em cursos militares], ou porque [...] passavam por ali para depois seguirem, e conversávamos muito. [...] Além disso, por fim, ficávamos em casa a discutir até [tarde]... muito, com vários companheiros argelinos. Nós discutíamos a própria revolução argelina, o caminho que ela estava a tomar, é evidente. Não podíamos envolver, mas às vezes era difícil... quer dizer,

¹²⁷ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 80.

envolvíamos na discussão, mas às vezes quase éramos solicitados a envolver-nos na política, [o] que nós não queríamos [porque] íamos por em causa o nosso objetivo, que era a nossa luta de libertação.¹²⁸

O CEA não promovia eventos públicos, mas eram notáveis as intermináveis conversas entre os sócios do Centro, ou entre amigos que se iam fazendo no ambiente febril da capital de todas as revoluções — conversas que certamente resultaram, para esses jovens, no acúmulo de uma erudição de tipo revolucionário que marcaria suas produções intelectuais futuras. Pepetela conta que, embora o objetivo principal do CEA fosse voltado para publicações,

de fato, nós tínhamos conversas lá. [...] Eram os angolanos. Por vezes, sim, convidávamos uma ou outra pessoa. Eu lembro-me de um camarada [...] do Níger (não me lembro [o nome]), da oposição, [...] e que depois faleceu. Fez lá uma conversa conosco, a explicar exatamente a situação do Níger [...]. E depois, lembro-me dum russo, fui eu até que o convidei, era meu professor de Economia Política na universidade, e foi lá para discutir conosco alguns problemas que nós tínhamos dúvidas sobre o pensamento de Marx — e de fato reais porque Marx não desenvolveu muito, então discutimos com ele. E depois havia um [...] historiador francês — esse é importante; é, provavelmente, o historiador mais importante de todo o colonialismo português em Angola — René Pélissier. Esteve lá conosco, coisas que nós não sabíamos da história de Angola, estávamos na altura a escrever a *História de Angola*, e então discutimos bastante com ele. Era mais assim nesse quadro, de discussão só com dez, doze pessoas — não [era], digamos, debate.¹²⁹

Mas, curiosamente, apesar da preocupação etnográfica expressa no direcionamento dos trabalhos do CEA — e refletida, por exemplo, na coincidência entre os “ciclos” em que foi estruturada a narrativa da *História de Angola* com os territórios dos grandes grupos etnolinguísticos presentes no interior das fronteiras do país — o significado exato da etnicidade para o jogo político e para a prática da luta anticolonial não estava ainda muito claro. Isso fundamentalmente porque, ao mesmo tempo em que o MPLA, na frente de batalha,

¹²⁸ MARIA, *Entrevista*.

¹²⁹ PEPETELA, *Entrevista*. Os debates públicos eram conduzidos no quadro do MPLA, e não do CEA, mesmo quando eram membros do CEA a representar o movimento: “ou o delegado do MPLA, ou um de nós que o delegado escolhia para debater — por exemplo, quando Che Guevara esteve lá, quando houve a reunião econômica dos países do Terceiro Mundo, Che Guevara esteve a representar Cuba. Aí sim, que era uma delegação do MPLA, e nós fazíamos parte; dois ou três de nós fizemos parte da delegação. Mas aí já era diferente. Não era o Centro de Estudos. Era o MPLA.”

insistentemente taxava a UPA de “tribalista”, caracterizando as lealdades étnicas como um dos principais empecilhos à construção de um sentimento nacional e à eficácia da luta armada, recusava-se por outro lado a admitir que pudesse vivenciar o mesmo tipo de problema em suas próprias fileiras. Era como se a adesão ao MPLA correspondesse a uma tomada de consciência, que colocava firmemente o militante no campo do pertencimento à nacionalidade em sua versão “progressista” — o que excluía, por definição, a sobrevivência de lealdades “tribais” ou o recurso ao tratamento diferencial de pessoas baseado em sua origem étnica.

O depoimento de Pepetela demonstra uma preocupação difusa com o tema do “tribalismo”, mas também um esforço de negação bem estruturado por parte da maior parte dos responsáveis do MPLA:

Falávamos, nós falávamos muito sobre isso, era muito importante, e era uma experiência, digamos, [...] que nós tínhamos em casa. Nas independências africanas, o tribalismo tinha uma influência negativa muito forte, nós víamos as coisas no Congo, nossos camaradas tinham vivido lá mesmo as coisas no Congo. Nos dois Congos. Na Guiné, os camaradas da Frelimo, os camaradas do PAIGC diziam como é que eram as coisas [...]. Depois disso tinha a própria Argélia e o problema da Cabília, [...] e começava a haver alguma teorização sobre isso. [...] Há o Albert Memmi, que toca, não no *Retrato do colonizado e colonizador*, mas num [...] artigo, aparece numa revista que é a *Révolution. A Révolution* também começa [a tratar desse tema], a *Afrique-Asie*, essas revistas... Bom, e nós tínhamos a própria experiência, embora os nossos dirigentes que apareciam em Argel minimizavam todo o problema. Talvez, não sei, para não nos preocupar, os que estávamos fora, para não preocuparem muito sobre esse assunto [...]. Houve todo o problema do CVAAR, [...] houve todo aquele problema que era não só racial, mas também tribal, regional — pelo menos, regionalista. E então: “não, tem ali no norte; umas partes têm, mas depois não há assim grandes problemas”. Realmente, era a tendência. Só o Neto é que dizia: “sim, tem sim. Há. Agora, isso vamos superar. Vamos conseguir superar”.¹³⁰

O verdadeiro impacto da etnia para o desenvolvimento da luta anticolonial e para a construção futura de uma Angola igualitária se fez sentir, para os jovens ligados ao CEA, apenas quando chegaram às fronteiras de seu país — e então se fez sentir de uma maneira avassaladora. Isso foi em fins de 1969, quando os jovens do CEA foram finalmente deslocados para a Segunda

¹³⁰ PEPETELA, **Entrevista**. Não consegui localizar o artigo de Albert Memmi a que Pepetela se refere.

Região Político-Militar do MPLA, correspondente ao enclave de Cabinda, no litoral entre os dois Congos. Adolfo Maria e Artur Pestana haviam aproveitado uma passagem de Agostinho Neto por Argel, em meados do ano, para solicitar diretamente ao presidente do MPLA sua transferência para a guerrilha. É Adolfo Maria quem narra:

Na sequência dessa reunião, chegou-nos de Brazzaville uma ordem de serviço presidencial, em Setembro de 1969: “O CEA é transferido para Brazzaville. Os camaradas Adolfo Maria, Artur Pestana e Maria do Céu Carmo Reis são imediatamente transferidos para Brazzaville”.¹³¹

Esse novo passo na direção do fim de um exílio começado já um bom número de anos antes aprofundou velhas questões e fez surgir novas, em contato com a realidade cotidiana dos combates e das necessidades de criar estruturas de educação, saúde e comunicação social nas áreas de atuação da guerrilha — atividades para as quais foram destinados pela direção. A forma como a vida nessas fronteiras foi vivida, e as outras fronteiras, mais duras, que se apresentaram então, serão analisadas mais detidamente no próximo capítulo.

¹³¹ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 87.

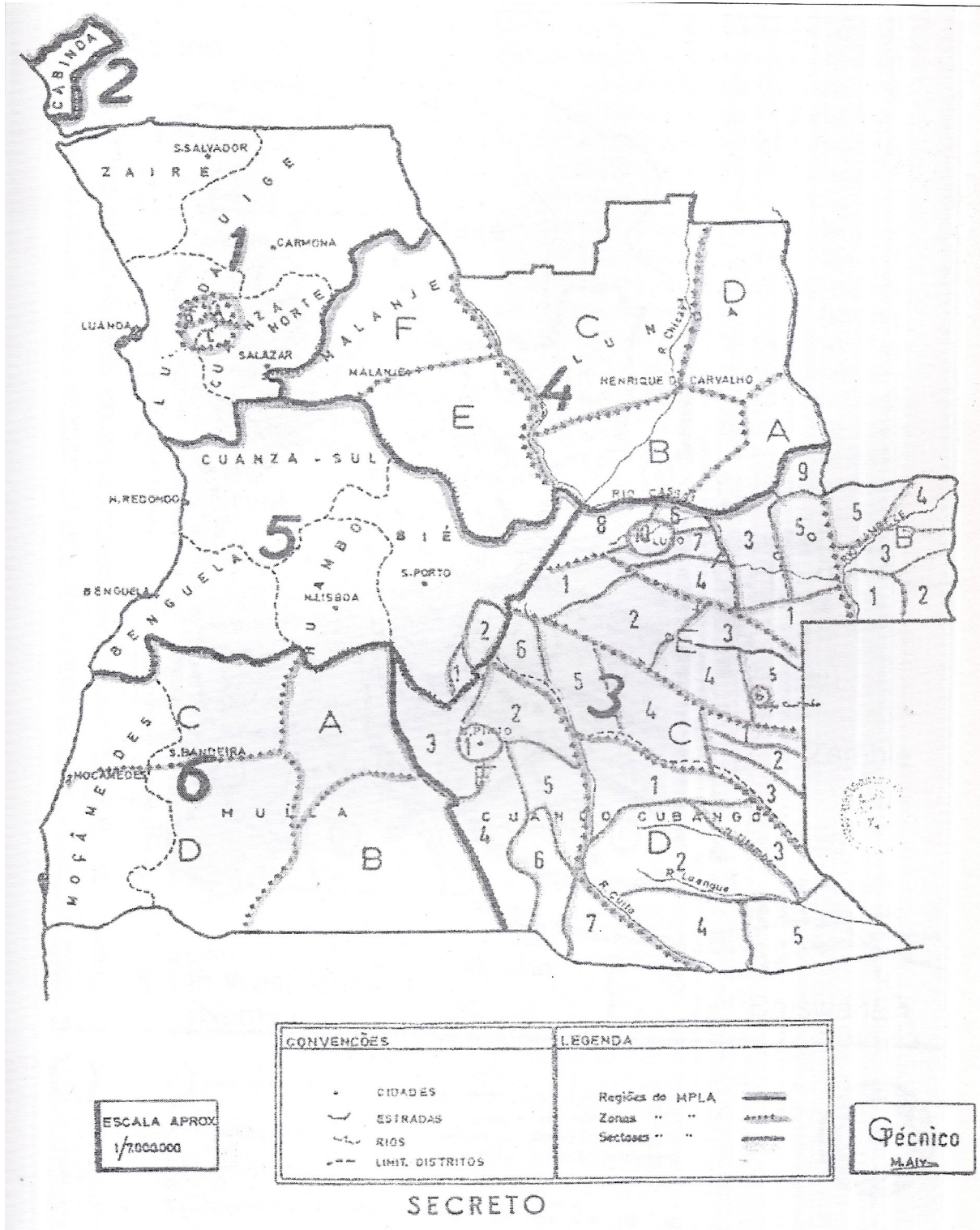


Ilustração 4: Regiões político-militares do MPLA¹³²

¹³² Gabinete Técnico da PIDE, Relatório extraordinário 11/71, MPLA: apoios externos apud BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 2, p. 14. As Regiões 1 e 2 correspondem à Frente Norte; as de número 2 e 4 correspondem à Frente Leste; e as Regiões 5 e 6 à Frente Centro.

6 Fronteiras

A entrada em cena de Agostinho Neto (e o eclipse de Viriato da Cruz) representou, para os brancos e mestiços de pele mais clara, a possibilidade de uma integração mais efetiva ao MPLA, em um futuro não muito distante. Por outro lado, ligou-os de forma mais direta à figura do presidente, de cujo apoio dependia, em última instância, a legitimidade de sua participação na luta de libertação. Em relação ao que considera ser a fragilidade de Viriato da Cruz diante das acusações da UPA, Adolfo Maria observa:

quando o Agostinho Neto toma as rédeas do MPLA, ele tem uma outra credibilidade e outra autoridade para impor, para não ficar prisioneiro dessas acusações da UPA. É universitário, ele é negro, ele até é protestante como Holden, [...] é um homem prestigiado intelectualmente. E é verdade que o Dr. Neto foi aquele que, embora não tivesse nunca ficado exposto nos documentos do MPLA, [...] foi buscar brancos para trabalhar no MPLA enquanto eles estavam meio escondidos, a estudar na União Soviética ou na Albânia ou coisa assim.¹

Com efeito, Neto se afezrou, ao longo de toda a sua vida, a um princípio antirracista absoluto que não admitia “recuos táticos” como o proposto por Viriato da Cruz.² Mas sua capacidade simbólica de avalizar a participação de brancos e mestiços no movimento nacionalista angolano não teria efeitos imediatos nem homogêneos. Lembremos que a mesma Conferência Nacional do MPLA, em 1962, que confirmou o nome de Agostinho Neto como presidente da organização e reincorporou à direção alguns mestiços (especificamente Iko Carreira, Lúcio Lara e Aníbal de Melo), também recusou aos brancos nascidos na colônia a aplicabilidade automática do *jus soli*, denominando-os, não “angolanos”, mas “portugueses progressistas nascidos em Angola” (cf. seção 5.1 acima).

Entre a ascensão de Agostinho Neto ao comando do MPLA e a efetiva incorporação dos jovens do CEA às frentes de combate e às estruturas comuns do movimento, passaram-se sete longos anos, durante os quais as disputas em torno das categorias sociorraciais e étnicas foram especialmente intensas no campo do nacionalismo angolano como um todo. Um breve resumo desse atribulado percurso será apresentado em seguida, antes de continuarmos a seguir o caminho desses jovens pelas fronteiras de Angola.

¹ MARIA, Adolfo, **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 9 fev. 2011.

² Que Jean-Michel Mabeko Tali chega a qualificar de voluntarista em **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, Luanda: Nzila, 2001, v. 1, p. 82.

6.1 Pé dentro, pé fora

Os serviços de informação portugueses acompanhavam com muito interesse e alguma ansiedade a crise que se instalou no MPLA a partir de 1962. Desde então, mostraram-se prontos a captar os mínimos sinais de divisão interna e ávidos por prever os desenvolvimentos futuros do campo nacionalista, de maneira a tentarem antecipar-se e melhor planejar o seu combate. Com algum atraso, em janeiro de 1963 o SCCIA relatava:

Convém [...] referir [...] fortes desinteligências no seio do MPLA, a ponto de elementos proeminentes do partido (quatro médicos, segundo consta, entre eles os Drs. VIRIATO DA CRUZ e EDUARDO SANTOS) terem pedido a demissão voluntária do MPLA. Não se sabe, de momento, as causas dessa cisão.³

Esse interesse das autoridades portuguesas não era de estranhar, dada a natureza de seu trabalho. Menos óbvio, embora muito interessante, é o fato de que muitas das notícias processadas pelo SCCIA caracterizassem as diferentes facções e as tendências divergentes no seio do MPLA em termos de sua suposta política racial. Por exemplo, neste relatório do começo de março, quando a visão do SCCIA sobre a cisão do movimento em duas alas mostrava-se notavelmente imprecisa:

Confirmam-se entretanto as divergências existentes no seio deste partido, [...], que levaram já à constituição de duas facções.

É de importância notar e digno de ser explorado, o facto dessas divergências serem de carácter racista, dado que o MPLA sempre se tem orgulhado da sua intenção de constituir em ANGOLA uma sociedade multi-racial.

A facção racista é chefiada pelo Dr. AMÉRICO BOAVIDA, enquanto que a não racista, ou menos acentuadamente racista, é encabeçada pelos Drs. AGOSTINHO NETO e EDUARDO SANTOS. Esta última facção é a que agrupa mais adeptos, pelo que o Dr. BOAVIDA está, politicamente, bastante isolado.⁴

Também a possibilidade de reintegração de Mário Pinto de Andrade ao movimento (que se daria em 1964, sem alterações imediatas no balanço interno do poder), foi alvo de muitas

³ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 45, 22DEZ a 04JAN63**, [Luanda], 4 jan. 1963, p. 11.

⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 51, 23FEV a 01MAR63**, [Luanda], 1 mar. 1963, p. 8.

elucubrações por parte dos funcionários do SCCIA. Se, em 1962, eles tinham medo de que os brancos angolanos aderissem ao MPLA porque Andrade, “apesar de filo-comunista, lhes inspira relativa confiança por estar à margem dos ódios raciais”⁵, em setembro de 1964 pareciam acreditar em uma guinada radical por parte do intelectual angolano:

Continua envolta em acentuado silêncio a possível actividade já desenvolvida por MÁRIO DE ANDRADE após a sua anunciada “reintegração” no MPLA, não havendo ainda indícios que nos autorizem a confirmar uma alteração à linha de rumo do partido, para o campo da negritude, a qual parece contudo provável [...].

[...]

ANDRADE, com a nova política que lhe é atribuída — anti-branca e panafricanista — procurará, caso a mesma se confirme, atrair a si as simpatias dos Estados Africanos e desviar do GRAE os mesmos. [...]

Mas é de admitir a hipótese de MÁRIO DE ANDRADE, a ser verdadeira a notícia de que vai orientar a doutrina do seu movimento para o campo do “racismo negro” e não segundo a tradicional linha plurirracial que de certo modo o vinha definindo, neste aspecto, esteja a servir-se de maquiavelismo político, de estratagema até que adquira força suficiente para “rever” essa política, quando julgar oportuno.⁶

E, em abril, quando a liderança de Agostinho Neto se via encurralada entre dois fogos, o da UPA e o do grupo de Viriato da Cruz — ambos fazendo uso extensivo de acusações que mobilizavam categorias sociorraciais como forma de por em causa sua legitimidade nacionalista — o SCCIA observava:

Está este partido procurando anular as acusações que contra si formulam os movimentos políticos que lhe são adversos, fazendo crer que a condição mestiça e o alto grau de cultura da maioria dos seus dirigentes não são motivos que possam iligitimar [*sic*] o seu direito de representar os povos genuinamente africanos e por eles batalhar, como movimento verdadeiramente “africano” e verdadeiramente “nacionalista”.

⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 114, **Relatório da Situação n° 39, 27OUT a 09NOV62**, [Luanda], 9 nov. 1962, p. 7.

⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 124, **Relatório da Situação n° 127, 10 a 16SET64**, [Luanda], 16 set. 1964, p. 10.

A atitude defensiva assumida pelo MPLA, e a tentativa que o mesmo faz para se tornar simpático à maioria negra, parecem indicar um certo abaixamento da sua combatividade, ao qual não devem ser estranhos nem os seus desaires no campo militar [...], nem tampouco a falta de apoio por parte do Governo do CONGO LEO, em particular, e dos Governos negros em geral. Julga-se que seria este o momento mais oportuno para fazer incidir sobre este movimento uma intensa acção de descrédito tanto interna como externamente, anulando deste modo, a corrente de simpatia que o partido obteve junto de certos sectores europeus e da massa africana mais evoluída de ANGOLA, com a promessa duma política de multirracialidade, implantada sob a sua égide.⁷

Para além da espantosa confusão acerca do que significava a “negritude” à qual Mário Pinto de Andrade estivera associado por meio da *Présence Africaine* — e o desconhecimento patente de seu distanciamento político em relação a Senghor — o que essa série de avaliações demonstra é o tamanho da ameaça que as autoridades portuguesas percebiam ser colocada pela simples enunciação de um projeto nacional multirracial, como o encampado anteriormente pela FUA. Se antes tinham dado àquela organização uma atenção desproporcional à sua representatividade e a seus meios, agora concentravam-se em evitar que o MPLA se tornasse o partido de eleição de “certos sectores europeus e da massa africana mais evoluída”, tornando aceitável, para essas camadas, a ideia de uma independência política incondicional com governo majoritário.

Mas, apesar das declarações de princípios antirracistas que Agostinho Neto conseguiu fazer incluir nas resoluções da Conferência Nacional de dezembro de 1962, permanecia o fato da exclusão dos brancos nascidos em Angola não apenas da integração ao movimento nacionalista, mas do próprio direito à nacionalidade. O antirracismo encampado pelo MPLA na conjuntura difícil de Léopoldville parece de fato ter sido colocado em campo com o objetivo primário de salvar os mestiços, ainda que às custas dos brancos. Uma carta aberta escrita pelo novo Vice-presidente do MPLA, o pastor protestante negro Domingos Francisco da Silva, em junho de 1963, evidencia de forma bastante explícita esse gambito proposto pelo movimento:

A CALÚNIA DESMASCARADA

⁷ PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 56, 06 a 12ABR63**, [Luanda], 12 abr. 1963, p. 8.

Não há mentira mais nojenta e mais digna de desprezo do que essa que acusa, [o] MPLA como partido de brancos ou de mulatos!

O mundo inteiro e todos os homens de são moral e alto critério, dentro e fora da Nação Angolana o sabem, através dos nossos programas, dossiers profusamente espalhados e conferências, assim como numerosos visitantes do nosso Bureau que o MPLA é um partido genuinamente angolano, formado só por angolanos e lutam conscientemente para a libertação da sua Pátria escravizada há 500 anos.

Não se encontra também no nosso Departamento de Assuntos Sociais promiscuidade de nenhum elemento branco como aliás [se] verifica nos outros partidos. Todo visitante honesto sabe que essa é a expressão da verdade.⁸

À enfática declaração de genuinidade do MPLA corresponde uma contra-acusação de que são os partidos rivais os que contam com a presença de brancos — donde se pode concluir que “brancos” e “angolanos” são categorias de pertencimento mutuamente exclusivas. O Reverendo Domingos da Silva esforça-se, com efeito, na sequência de sua carta aberta, para justificar o direito à angolanidade de duas outras categorias sociorraciais. Quanto à elite negra escolarizada, da qual Agostinho Neto é o mais bem acabado exemplo, acusada pelos portugueses ou por alguns de seus rivais angolanos de ser comunista, o documento obtempera:

O termo comunista foi pela primeira vez trazido ao nosso conhecimento pela gestapo portuguesa (PIDE). Forjava este termo à volta da vítima, quando não dispunham de outras razões para a impelir nas suas malhas.

Comunista é a acusação mais barata e de resultados mais frutuosa de que se serviam os colonialistas para se desembaraçar dum angolano ou dum calcinhas. Trata-se dum negro educado à custa de sacrifícios do País!⁹

Conquanto isto fosse, em grande medida, verdadeiro — toda contestação à ordem, nas colônias como na metrópole, era automaticamente taxada de comunista ou a serviço dos comunistas pelas autoridades portuguesas — não seria o caso de Agostinho Neto, que sabia perfeitamente o que era o comunismo desde suas primeiras aventuras no MUD-J em Lisboa.

⁸ LARA, Lúcio, **Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através dos documentos de Lúcio Lara**, Luanda: Lúcio Lara, 2006, v. 3, p. 191-192.

⁹ *Ibid.*, v. 3, p. 192.

Independente disso, o mais importante nessa passagem me parece ser a forma como o “calcinhas” deixa de ser um termo pejorativo para tornar-se uma encarnação da resistência e dos esforços tenazes; o portador do poder concedido por um ato sacrificial promovido por um coletivo à escala da entidade política que se buscava então conjurar: “sacrifícios do País!”

Mas, se a defesa da participação de negros com formação superior universitária na metrópole era facilitada pela incontornável identificação racial, o caso dos mestiços oferecia maiores complicações:

OS MULATOS NO MPLA

Queremos ser sinceros na nossa afirmação. Existe de facto no seio do MPLA uma pequenina percentagem de mulatos, como os há também na UPA e noutros partidos angolanos. Esta é uma verdade que ninguém de qualquer partido o poderá negar sem cair em terrível contradição. Mas os nossos poucos mulatos que se encontram no seio do MPLA valem tanto em matéria de patriotismo como os seus irmãos negros. Irmãos disse, porque são filhos das nossas irmãs de raça. Têm qualidades que os recomendam à nossa aceitação¹⁰

Meio-irmãos, aceitos desde que provem seu valor. Aqui trata-se, novamente, de um tipo de nacionalidade por merecimento que já vimos ser exigido dos brancos da FUA, mas ligeiramente facilitada, já que se pressupõe sempre a possibilidade de se tomar o partido do lado certo no conflito entre suas duas afiliações raciais. Domingos da Silva vai buscar à história três casos em que mestiços estiveram comprometidos com a denúncia da opressão racial, com a preparação da ruptura anticolonial, e com a evitação de um massacre no quadro da repressão à revolta no norte, e encerra da seguinte maneira sua argumentação:

É assim que se explica a presença deste grupo de compatriotas mestiços no seio do MPLA. Quem ousará condenar este grupo que justifica de modo eloquente o seu patriotismo? Creio eu que existe mestiços no seio de todos os partidos sem que as suas acções precedentes os recomendassem. Esta é a evidência da verdade a desafiar a todos os adutores e traidores que se chafurdam na lama de acusar e intrigar um partido sob todos os títulos o mais aceitável e mais nacionalista!¹¹

¹⁰ *Ibid.*, v. 3, p. 193.

¹¹ *Ibid.*, v. 3, p. 194.

Essa defesa veemente do direito à participação de negros escolarizados e mestiços no MPLA respondia aos termos sociorraciais mobilizados pela UPA e pelos portugueses, mas também pelo grupo em torno de Viriato. Por exemplo, como resultado de uma polêmica pelo controle dos recursos financeiros do movimento, o grupo em torno de Agostinho Neto havia acusado Graça Tavares de desvio de fundos e votado sua expulsão. Indignado, em 28 de fevereiro de 1963 Tavares escreveu a Lúcio Lara (que considerava o autor da acusação), defendendo a legalidade de seus atos, e contra-atacando com a denúncia das “manhas” que o “grupo-classe” estaria preparando contra “honestos angolanos sem títulos [universitários] mas dispostos a sacrificar-se”. Segundo ele:

mais não quero senão a liberdade verdadeira de Angola. Não quero a troca de poderes para portugueses pintados de preto ou mulato. Não aceito dar o meu lugar aos enteados de Angola. Hoje duvido da honestidade de muito filho do colono, ele não é mais que o produto do pai. Qual foi o ambiente que o modificou? De Portugal?... Não aceito as palavras mansas dos pretos vendidos ao imperialismo, que directa ou indirectamente receberam deles favores porque se os cães são reconhecidos aos seus donos como não o serão homens.¹²

Para os mestiços, por sua vez, a defesa da exclusão dos brancos podia funcionar como uma tomada de posição ao lado dos seus “irmãos” negros, no dizer do Reverendo Domingos da Silva, aplainando as diferenças em face de um oponente comum. Nesse sentido, o CEA de Argel era um alvo fácil. Se não era muito visível desde Angola e suas fronteiras, estava bem à vista da comunidade estudantil matriculada em diversas cidades da Europa com bolsas obtidas pela UGEAN. Adolfo Maria recorda:

Ora, os estudantes universitários que estavam na Europa, na UGEAN, [...] que englobava todos os estudantes dos países que eram então colônias portuguesas — daí foi de onde vieram mais resistências [ao trabalho do CEA], [...] precisamente porque se punha o problema da nossa legitimidade. [...] Nessa luta de legitimidades, interessava afastar aqueles que era mais fácil afastar, portanto pondo em causa o seu próprio estatuto de nacional. E coisa que me espantava, porquanto muitos dessas pessoas que tomaram posição eu tinha convivido com elas em Angola, quer no Liceu, quer na vida [...].¹³

¹² *Ibid.*, v. 3, p. 65-66.

¹³ MARIA, *Entrevista*.

Aquela experiência de convívio alargado que o liceu parecia ser capaz de fazer extrapolar para a sociedade angolana no seu todo demonstrava aqui os seus limites, na fratura tripartite que incidiu sobre a base social de apoio ao MPLA durante a década de 1960, e que condicionou, em grande medida, a permanência dos brancos e dos mestiços de pele mais clara longe das frentes de combate. Ainda em Argel, no próprio Centro, Adolfo Maria teria de enfrentar a hostilidade de outros membros do MPLA:

até pessoas que foram visitar o Centro, e que tivemos uma conversa — estava presente o Luís de Almeida. Chamava-se Isaac, e foi uma conversa muito tensa, porque ele estava a questionar [a participação dos brancos], mesmo em frente ao Luís de Almeida, e eu respondia, “mas, pá, porque eu acho que não é assim”, e ele em um momento disse: “pá, mas por que é que me mandas calar aqui?” [...] Portanto, era um período de tensão que alguns de nós verificamos pessoalmente.¹⁴

Mas o problema já vinha se delineando desde antes. Ao que parece, o grupo de estudantes que ficou retido na CIMADE, em 1962 (quase que exclusivamente composto por mestiços, de pele mais ou menos escura), havia tido tempo de discutir essa questão, e chegado a uma posição de enfática recusa da participação de brancos fosse na luta nacionalista, fosse na Angola do futuro. Novamente é Adolfo Maria quem recorda:

há um papel mesmo que diz [...] “não queremos mais ver brancos em [Angola]. [...] “On en a marre” — “já estamos fartos”, em francês. “On en a marre”: “já estamos fartos”, pronto. Essa frase ficou-me, eu li o papel. E até conhecia [o autor], o Virgílio Pedro Gomes, conhecia-o de Luanda, e depois quando, em 75, ainda estive com ele em Luanda, não passou a nada. Nada se tinha passado. Já éramos todos outra vez irmãos.¹⁵

O próprio Agostinho Neto faria uma exposição das dificuldades enfrentadas por ele em sua determinação de abrir o movimento à participação de brancos e mestiços, em uma carta enviada ao jornalista Carlos Veiga Pereira, em 6 de dezembro de 1963. Pereira era branco, nascera em Angola e era um antigo frequentador da CEI, ainda nos tempos dos “mais-velhos”, além de ativista do MUD-J. Iniciara sua carreira na imprensa portuguesa em meados da década de 1950, e saíra de Portugal após ter sido preso, em 1962, por envolvimento numa tentativa de golpe contra Salazar. Aparentemente, tinha havido uma troca prévia de

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ *Ibid.*

correspondência, em que o jornalista pleiteara sua incorporação ao MPLA. Agostinho Neto respondeu nos seguintes termos:

Quanto à tua participação, finalmente me parece possível, daqui a uns meses, poder solicitá-la. (Esta sanzala africana em que nos metemos é o mais espantoso dos mundos!) Vê só:

1 — Sou suspeito de ter fugido de Portugal com o auxílio da PIDE (Holden + Viriato).

2 — Sou suspeito de contactos com o governo fascista de Salazar, uma vez que a minha mulher (BRANCA!) escreve para a minha sogra, que por sua vez... compreendes? (Holden + Viriato + Mário).

3 — Sou suspeito de favorecer os portugueses em Angola, por advogar a participação de angolanos brancos na luta (Holden + Viriato + Mário + muitos anónimos).

4 — Sou suspeito de manter contactos directos com Salazar... eu ainda não percebi porquê.

Nesta situação, só um imbecil como eu, continua a defender a “vossa” participação na luta.

Mas garanto-te que (neste particular) a vitória não vem longe, e então voarei a Paris para falar convosco. Acredita que eu desejo-o com todas as minhas forças, e lutarei sempre por aquilo que me parece justo.¹⁶

Apesar do otimismo demonstrado, Carlos Veiga Pereira jamais seria incorporado ao MPLA. Permaneceu em Paris, sempre trabalhando na imprensa, até o fim da ditadura portuguesa, quando retornou a Portugal e permaneceu envolvido com órgãos de classe no âmbito do jornalismo. A responsabilidade de Mário de Andrade na configuração de um ambiente carregado de suspeitas em relação à chegada de Agostinho Neto a Léopoldville, por outro lado, não é respaldada pelo conjunto da documentação — embora Andrade de fato se opusesse, àquela altura, à incorporação dos brancos que estavam em Argel.¹⁷ Essa atribuição, feita por Neto nesta carta, podia ser simplesmente uma tentativa de se contrapor à desautorização pública implicada na forma como Andrade escolhera se desvincular do movimento, após a montagem da FDLA.

¹⁶ LARA, *Um amplo movimento*, v. 3, p. 341.

¹⁷ BITTENCOURT, Marcelo, “*Estamos juntos*”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974), Luanda: Kilombelombe, 2010, v. 1, p. 191.

Em todo caso, Agostinho Neto parecia estar já perfeitamente ciente de que havia um certo número de quadros angolanos brancos e mestiços de pele clara de cuja formação escolar, experiência profissional e entusiasta dedicação à libertação de Angola o movimento que dirigia e o futuro país independente não podiam se dar o luxo de prescindir. Sem prejuízo da sinceridade de seu antirracismo, Neto também parecia ter bastante claro de que a integração desses quadros só seria possível quando caucionada por seu prestígio pessoal e por seu capital político individual — que incluía, obviamente, o fato de sua própria adscrição racial.

É nesse contexto que a FUA parece ressurgir das cinzas. A partir de 1963, o SCCIA começara a se preocupar com a utilização que as organizações nacionalistas podiam começar a fazer das ondas de rádio emitidas desde os países limítrofes. Com efeito, a Rádio Brazzaville, um departamento da *Radiodiffusion-Télévision Française* (Radiodifusão-Televisão Francesa RDTF), mantinha, desde a época colonial, um noticiário em língua portuguesa muito escutado em Angola. Depois da independência, o governo congolês criou a Rádio Nacional do Congo, mas a Rádio Brazzaville permaneceu operando — as duas emissoras dividiam o tempo de antena. Em abril de 1963, o SCCIA informou:

Com a transição para a estação de Radiodifusão [*sic*] Francesa em BRAZZAVILLE, de ERNESTO LARA, Filho, elemento dirigente da FUA até há pouco em PARIS, logrou este partido alcançar um dos principais centros de difusão de noticiário em língua portuguesa dirigido ao ultramar e que e ANGOLA conta com grande número de auditores.¹⁸

A notícia não era exata: Lara Filho havia-se desligado da FUA em Paris e viajara a Brazzaville por sua própria conta, possivelmente a partir de um contato com Carlos Veiga Pereira, que trabalhava na RDTF. Pouco tempo depois, Lara Filho voltaria a Luanda, por força de uma iniciativa local do Governo-geral de Angola de repatriar antigos dissidentes que se comprometessem a abandonar a política.¹⁹ O acesso do MPLA à rádio ainda se faria esperar até setembro de 1964, quando o SCCIA prontamente relatou que, “tal como se previa”, o movimento passara a emitir desde Brazzaville “sua propaganda anti-portuguesa de mistura com ataques à UPA”.²⁰ Depois da independência da Zâmbia, o MPLA passaria a duplicar sua

¹⁸ PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 57, 13ABR a 19ABR63**, [Luanda], 19 abr. 1963, p. 9.

¹⁹ A manobra visava o novo núcleo dirigente do MPLA. Agostinho Neto e Lúcio Lara tiveram reuniões com um certo Capitão Demyon, mas exigiam a permissão para que o MPLA pudesse funcionar em Angola como um partido político, que obviamente foi negada. ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.), **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**, Lisboa; Luanda: Prefácio ; Caxinde, 2008, p. 435-443.

²⁰ PT TT SCCIA 003, liv. 124, **Relatório da Situação nº 129, 24 a 30SET64**, [Luanda], 30 set. 1964, p. 8. O programa do MPLA veio a chamar-se *Angola Combatente*, e seus dois primeiros programadores, que

programação, transmitindo também a partir de Lusaka e ampliando significativamente a área alcançada por suas antenas em Angola; haveria ainda um programa veiculado na emissora oficial da Tanzânia, mais voltado para o público externo.

Já na primeira semana de outubro, o SCCIA informava, em relação ao MPLA:

Ao contrário do que deu a entender, aquando da reintegração de MÁRIO DE ANDRADE, em que se assinalou o triunfo da “ala esquerda” [...] a sua propaganda através do programa “A Voz do MPLA” emitido pela Rádio Nacional de BRAZZA, orienta-se agora no sentido de chamar a si, além dos autóctones do Sul, em especial, os mestiços e os “brancos progressistas”, embora insista mais naqueles do que nestes últimos. [...] “A Voz do MPLA” aludiu agora à FUA, enaltecendo a actuação deste movimento político-subversivo e dando-o como aliado na pretendida unificação dos “partidos” para a luta contra o “inimigo comum”. Esta referência leva a supor que a FUA procure, uma vez mais, reactivar-se em ANGOLA.²¹

E, na semana seguinte:

No respeitante à “colaboração radiofónica” da URSS, na sua “barragem” para a África, verifica-se que a RÁDIO CENTRAL DE MOSCOVO está agora a intensificar a sua campanha pró-MPLA, enaltecendo o seu “revigoramento” e pondo em foco a “aliança” ideológica que diz existir, no quadro dum estreito entendimento de princípios e de objectivos a atingir, entre aquele movimento político-subversivo e a FUA, movimento “representativo” dos “brancos progressistas”. Não se dispõem, por enquanto, de dados que permitam avaliar se existe ou não esta “cooperação”.²²

Entretanto, de há muito que não havia mais FUA alguma operando quer no interior de Angola, quer no exterior. É possível que o MPLA mencionasse a organização extinta como um referente multiforme à insatisfação branca em Angola, na esperança de captar a simpatia dos “brancos progressistas” do centro e do sul do país, onde tinha, em princípio, poucos simpatizantes. Aliás, a substituição do ofensivo “portugueses progressistas” (atribuído aos nacionalistas angolanos brancos pela Conferência Nacional de 1962) por “brancos progressistas” é um deslocamento sutil, mas muito eloquente.

acumulavam também a função de locutores, foram Iko Carreira e Aníbal de Melo. CARREIRA, Iko, **Memórias**, Luanda: Nzila, 2005, p. 84.

²¹ PT TT SCCIA 003, liv. 124, **Relatório da Situação n° 130, 01 a 07OUT64**, [Luanda], 7 out. 1964, p. 11.

²² PT TT SCCIA 003, liv. 124, **Relatório da Situação n° 131, 08 a 14OUT64**, [Luanda], 14 out. 1964, p. 13.

A declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul, feita pela minoria dos colonos brancos em seu próprio proveito e excluindo dos direitos políticos a maioria negra seria uma fonte de preocupação adicional para os movimentos de libertação a partir de 1965. Com efeito, em novembro o SCCIA reportava, acerca do Presidente do GRAE:

HOLDEN deslocou-se à República Federal dos CAMARÕES, onde foi recebido pelo Chefe do Governo. Volta ali a exteriorizar a sua inquietação perante o futuro da luta que vem conduzindo contra a presença de PORTUGAL em África, que, em seu entender, é susceptível de levar os portugueses de ANGOLA a adoptar comportamento idêntico ao exemplo da RODÉSIA.²³

Já no início de 1966, seria a vez do MPLA expressar sua recusa a qualquer solução que não entregasse o poder à maioria negra:

Em “comunicado” difundido de BRAZZAVILLE e inserto no jornal argelino “LA REPUBLIQUE” de 22NOV65, o MPLA protestou contra a proposta formulada pelo Engº. CUNHA LEAL, no sentido duma autodeterminação “a prazo” (15 a 20 anos) para o ultramar português e a constituição dum governo autónomo de transição, no qual metade dos membros seriam europeus.

O MPLA considera “inaceitável” tal proposta, equivalente ao “neo-colonialismo”.²⁴

Mas os brancos de Angola permaneceram, em sua maioria, pouco propensos a embarcar em uma aventura à moda rodesiana. O MPLA continuava tentando atrair a si esse contingente populacional, embarcando numa campanha de demonização da UPA e de seu líder máximo. Em setembro de 1966, por exemplo, o SCCIA informava:

Rádio MOSCOVO, na emissão de 16AGO66, através da crónica dum seu “observador”, faz a apologia dos “princípios democráticos” do MPLA, destacando-se em especial a posição deste perante o futuro das populações numa ANGOLA “independente”, sublinhando que dirigentes do MPLA assinalam que a exigência de HOLDEN ROBERTO, de “expulsar do país todos os brancos e mulatos é errada e absurda”; “não se pode confundir os

²³ PT TT SCCIA 003, liv. 131, **Relatório da Situação nº 189, 18 a 24NOV65**, [Luanda], 24 nov. 1965, p. 7.

²⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 131, **Relatório da Situação nº 198, 20 a 26JAN66**, Luanda, 28 jan. 1966, p. 5.

colonialistas com os operários, camponeses e os intelectuais progressistas brancos para os quais ANGOLA não é campo de pilhagem mas sim uma segunda Pátria”.²⁵

Trata-se, fundamentalmente, do mesmo discurso encampado pela FUA no primeiro número de *Kovaso*. Mas, se para o mundo externo e especialmente para dentro de Angola o MPLA fazia questão de se representar como o campeão da tolerância entre os diferentes grupos sociorraciais que desejavam fazer de Angola o seu lar, no âmbito interno a situação era mais complicada. Aparentemente, a participação dos mestiços na direção do MPLA em Brazzaville continuava sendo, quatro anos depois de sua recondução pelas mãos de Agostinho Neto, uma fonte de atritos e de desconfianças. Em julho de 1966, o SCCIA registrou rumores que as seguidas interrupções na transmissão do programa radiofônico do MPLA pela emissora oficial do Congo-Brazzaville (a última das quais tinha durado um mês) deviam-se à “falta de simpatia e desconfiança do governo [congolês] para com elementos euro-africanos na Direcção do ‘movimento’”.²⁶ Na mesma linha, e numa data próxima, o SCCIA reportou que

Em 29JUL66, realizou-se na sede do “movimento” uma reunião presidida por AGOSTINHO NETO, em que foram abordados “problemas da organização”. As preocupações dominantes que sobressaem através das afirmações produzidas, denotam empenho em:

- a. Estabelecer um clima de cooperação e entendimento entre os africanos e euroafricanos, abolindo os preconceitos raciais existentes. As declarações de AGOSTINHO NETO a este respeito são claras: “nós ainda não acabamos também com os preconceitos raciais; subsistem em diversos elementos negros sentimentos de xenofobia e nos elementos mestiços o isolacionismo e o agrupamento entre si, o que favorece o racismo” [...]”²⁷

²⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 133, **Relatório da Situação nº 230, 31AGO a 07SET66**, Luanda, 9 set. 1966, p. 12.

²⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 133, **Relatório da Situação nº 223, 13JUL a 20JUL66**, Luanda, 22 jul. 1966, p. 12.

²⁷ PT TT SCCIA 003, liv. 133, **Relatório da Situação nº 226, 04AGO a 10AGO66**, Luanda, 12 ago. 1966, p. 11. Ao que parece, os serviços de informação portugueses tinham melhorado consideravelmente o alcance e a eficiência de suas redes de informação desde a implantação do SCCIA. Essa e outras notícias repercutidas a partir dessa altura demonstram uma efetiva infiltração portuguesa nos principais movimentos de libertação angolanos. Por sua vez, o termo “euro-africanos” para designar os mestiços parece representar a busca, por parte do responsável pela produção dos relatórios da situação, de um vocabulário mais “neutro” em relação às categorias da hierarquia racial em vigor na colônia. Com efeito, a partir de março de 1966 o SCCIA torna-se mais técnico, descolando-se por vezes muito marcadamente do senso comum colonial a ponto de criticar a atuação da administração e o governo local. Os relatórios começam a dar uma atenção muito mais detalhada às ações militares e ao controle dos deslocamentos da população, província a província, o que reflete a ampliação do teatro de operações possibilitada pela independência da Zâmbia no ano anterior, e uma orientação mais militar dos próprios serviços de informação.

Ainda alguns anos mais tarde, em 6 de junho de 1968, portanto um ano antes da transferência dos membros do CEA para as fronteiras de Angola, Agostinho Neto trataria demoradamente desse assunto em público, no programa radiofônico que o MPLA transmitia desde Dar es Salam. Vale a pena citar longamente:

Um dos problemas que foi mais debatido nestes últimos tempos foi o da presença nos nossos territórios de portugueses ou de descendentes de portugueses cujos ideais coincidem com os nossos, cuja vida foi também dedicada ao combate contra o fascismo em Portugal, que compreendem e aceitam o direito dos povos das colónias portuguesas a tornar-se independentes e a governar-se como qualquer outro povo soberano.

Neste capítulo, notámos por vezes reacções negativas por parte de alguns dos nossos combatentes e dos nossos amigos. E estas atitudes negativas não podem senão prejudicar o sucesso da nossa luta de libertação. Falo do problema racial.

No nosso país estamos em vias de travar uma guerra racial. O nosso objectivo [não] é combater o homem branco, apenas porque é branco. O nosso objectivo é combater aqueles que apoiam o regime colonial. [...]

Consequentemente, se alguns dos nossos combatentes conservam ainda a ideia da luta contra o branco é necessário que seja imediatamente substituída pela ideia da luta contra o colonialismo e contra o imperialismo, da luta contra a opressão, pela liberdade e pela dignidade de todos os homens do mundo.²⁸

Os dois meses ao fim dos quais Neto esperava, em 1962, ser capaz de superar as resistências no seio do MPLA à participação de brancos tornaram-se, como vimos, sete longos anos. Mas, se as acusações raciais da UPA formuladas desde 1961 tiveram um efeito não apenas demolidor, como também especialmente durável, o revide do MPLA, que se expressou em acusações de racismo e tribalismo contra seu rival, não deixaram de ter consequências de vulto. A crise que se saldou pela saída de Viriato da Cruz foi de fato o resultado de um golpe muito bem assestado sobre uma organização que vivenciava uma série de outros problemas; mas logo a seguir a UPA acusaria o recebimento do contragolpe, ao se perceber envolvida em uma crise de proporções ainda maiores do que aquela experimentada pelo movimento dirigido por Agostinho Neto.

²⁸ BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.), **Quem é o inimigo?**, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978, v. 2, p. 276-278.

6.2 Os tribalistas

Já tive ocasião de observar que, em termos de diversidade de origens étnicas em seus quadros diretores, nos primeiros anos da década de 1960, a UPA e o GRAE superavam com enorme vantagem o MPLA, cuja base social estava muito restrita ao entorno de Luanda e ao ambiente da fronteira norte — envolvendo congueses emigrados, mas principalmente ambundos e gente das grandes e pequenas cidades do entorno de Luanda, geralmente relacionados também a uma origem ambundo mais ou menos próxima em termos geracionais. Sua anterioridade temporal, a maior representatividade étnica de seus dirigentes, e o reconhecimento internacional por parte da OUA, ao mesmo tempo, projetavam a UPA e o GRAE em praticamente todas as regiões de Angola.

Na Rodésia do Norte sob governo de transição para a independência, por exemplo, três organizações de auxílio mútuo de base étnica, a *Ukwashi wa Chokwe* (quioco), a *Vilanga Va Kambungo* (luchaze) e a *Chijilochalimbo* (luena) disputavam a liderança na instalação de um comitê local da UPA desde janeiro de 1962. Em 13 de março de 1964, um comitê oficial (avalizado por Holden Roberto) iniciou suas atividades em Lusaka, obtendo a unidade das três facções sob a chefia de um umbundo. Já no Lobito, um certo Comité Secreto Revolucionário do Sul de Angola (CSRSA), reunindo nacionalistas negros e um ou outro remanescente da FUA do interior, aguardava, na clandestinidade, uma oportunidade de agir. Em maio de 1963, o CSRSA tornou-se a União Nacional dos Africanos do Sul de Angola (UNASA), que — rejeitando o MPLA por considerá-lo responsável pela forma inconsequente como havia sido lançado o levante de 4 de fevereiro de 1961, e pela sangrenta repressão que a ele se seguiu — colaborou ativamente com a UPA com informações sobre as movimentações militares portuguesas em todo o centro-sul do território. A direção da UNASA expressou sua satisfação pelo reconhecimento do GRAE por parte da OUA, e enviou um de seus dirigentes a Léopoldville para negociar sua adesão à FNLA, em novembro de 1963. Também em Élisabethville (atual Lubumbashi), capital do Catanga — que acabara de ser reintegrado à jurisdição de Léopoldville após a tentativa de secessão iniciada em julho de 1961 — onde se concentrava uma expressiva comunidade de angolanos emigrados do centro e do leste do território, a UPA abriu um escritório, no início de 1963, e arregimentara cento e cinquenta voluntários para receber treinamento militar no campo de Kinkuzu, cedido pelo governo do Congo-Léopoldville em junho de 1962.²⁹

²⁹ MARCUM, John, *The Angolan revolution*, Cambridge: MIT, 1969, v. 2, p. 105-113.

Povos Bantos					
Corrente em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa	Corrente em português	Correcta em português	Correcta em língua nativa
Grupo Conguês (Língua = Quicongo) (Bakongo — Kikongo)			Grupo Ganguela (Língua = Tchiganguela) (Ngangela — Tchigangela)		
1 – Maiombe	Iombes	Bayombe	52 – Luimbés	Luimbés	Malwimbi (Valwimbi)
2 – Bavis	Vilis	Bavili	53 – Gongueiros	Gongueiros	Vangongelo
3 – Bassundis	Sundis	Basundi	54 – Nembas	Nhembas	Vanyemba
4 – Baluangos	Luangos	Balwango	55 – Ganguelas	Ganguelas	Vangangela
5 – Balingis	Linges	Balinji	56 – Ambuelas	Ambuelas	Vambwela
6 – Bacongos	Congos	Bakongo	57 – Luenas	Luenas	Malwena (Tulwena ou Baluvale)
7 – Bauoios	Uoios	Bawoyo	58 – Luchazes	Luchazes	Balutchazi
8 – Bassolongos	Solongos	Basolongo	59 – Bundas	Bundas	Vambunda
9 – Baxicongos	Congos	Baxikongo	60 – Bacangalas	Bacangalas	Vankangala
10 – Bazombos	Zombos	Bazombo	61 – Camaches	Camaches	Vamachi
11 – Bacanos	Canos	Bankanu	62 – Vaiauma	Iaumas	Vayahuma
12 – Bassossos	Sossos	Bansoso	63 – Valuios	Luios	Valuyo
13 – Maiacas	Iacas	Bayaka			
14 – Mussucos	Sucos	Basuku			
Grupo Ambundo (Língua = Quimbundo) (Ambundu — Kimbundu)			Grupo Herero (Língua = Tchihelero) (Helelo — Tchihelero)		
15 – Dembos	Dembos	Jindembu	64 – Dimbas	Dimbas	Ovandimba
16 – Maungos	Hungos	Bahungu	65 – Chimbas	Himbas	Ovahimba
17 – Calandulas	Landulas	Balandula	66 – Chavívuas	Chavívuas	Ovatshyavikwa
18 – Negolas	Angolas	Ngola	67 – Cuanhocas	Cuanhocas	Ovakwanyoka
19 – Gíngas	Gíngas	Njinga	68 – Mucubais	Cuvas	Ovakuvale
20 – Hólos	Hólos	Aholo	69 – Guendelengos	Guendelengos	Ovangedelengo
21 – Bondos	Bondos	Mbondo			
22 – Bãngalas	Bãngalas	Imbangala	Grupo Nhaneca-Humbe (Língua = Olunianeca) (Nyaneke-Humbi — Olunyaneka)		
23 – Quissamas	Quissamas	Isama	70 – Mumuilas	Muilas	Ovamwila
24 – Libolos	Libolos	Lubolo	71 – Gambos	Gambos	Ovangambwe
25 – Hacos	Hacos	Haku	72 – Humbles	Humbles	Ovankumbi
26 – Songos	Songos	Asongo (Masongo)	73 – Dongoenas	Dongoenas	Ovandongwena
27 – Quibalas	Quibalas	Ibala	74 – Hingas	Hingas	Ovahinga
28 – Mussendes	Sendes	Musende	75 – Cuâncuas	Cuâncuas	Ovawkankwa
Grupo Lunda-Quioco (Língua = Lunda e Quioca) (Lunda-Tchokwe)			76 – Handas da Mupa	Handas	Ovahanda
29 – Lundas	Lundas	Tulunda	77 – Handas do Quipungo	Handas	Ovahanda
30 – Quiocos	Quiocos	Tuchokwe	78 – Quipungos	Quipungos	Ovatshipungu
34 – Cacongos	Congos	Tukongo	79 – Quilengues-Humbes	Quilengues-Humbes	Ovatshilenge-Humbi
35 – Camatapas	Matapas	Tumatapa	80 – Quilengues-Musós	Quilengues-Musós	Ovatshilenge-Muso
36 – Xinges	Xinges	Maxinji			
37 – Minungos	Minungos	Tuminungu	Grupo Ambo (Língua = Tchicuanhama) (Ambo — Tchikwanyama)		
Grupo Luba (Língua = Tchiluba) (Baluba — Tchiluba)			81 – Evales	Vales	Ovavale
31 – Bena Mai	Mai	Bena-Mayi	82 – Cafinas	Cafinas	Ovakafina
32 – Bena Lulua	Lulua	Bena-Lulwa	83 – Cuanhamas	Cuanhamas	Ovakwanyama
33 – Baluba	Luba	Baluba	84 – Cuamatos	Cuamatos	Ovakwamatwi
Grupo Ovimbundo (Língua = Umbundo) (Ovimbundo — Umbundo)			85 – Dombondolas	Dombondolas	Ovandombola
38 – Amboins	Boins	Vambwi	Grupo Xindonga		
39 – Pindas	Mupindas	Vampinda	86 – Cuangares	Cuangares	Vakwangali
40 – Seles	Seles	Vansele	87 – Candundos	Dundos	Vandundo
41 – Sanjes	Sanjis	Ovisanji	88 – Cussos	Cussos	Vakuso (Mambukuso)
42 – Bailundos	Bailundos	Vambalundu	89 – Vanhengos	Nhengos	Vanyengo
43 – Dombes	Dombes	Vandombe	90 – Diricos	Diricos	Ovadiliko (Vadiliko)
44 – Quiacas	Quiacas	Vatchiaka			
45 – Huambos	Huambos	Vawambu	Povos não Bantos		
46 – Bienes	Vienes	Vavihé	91 – Cuisses	Cuisses	Ovakwisi
47 – Hanhas	Hanhas	Vahanya	92 – Cuepes	Cuepes	Ovakwepe
48 – Cacondas	Cacondas	Vakakonda	93 – Cungues (Bochimanes)	Cungues	!Kung
49 – Galangues	Galangues	Vangalangi			
50 – Sambos	Sambos	Vasambo			
51 – Gandas	Gandas	Vanganda			

Ilustração 5: Formas correntes e corretas de etnônimos presentes em Angola³⁰

³⁰ Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA), 1974, apud BITTENCOURT, *Estamos juntos*, v. 1, p. 101.



Ilustração 6: Carta étnica de Angola, segundo J. Ferreira Diniz e Mesquitela Lima, 1970³¹

As perspectivas eram realmente muito boas: qualquer observador bem informado não exitaria em prognosticar que muito brevemente a FNLA, sob a liderança da UPA, estaria em posição de unificar o conjunto das populações angolanas e conferir realidade à alegação de que o GRAE era seu único e legítimo representante. Entretanto, como sabemos, nada disso aconteceu. As causas para o fracasso da FNLA são de várias ordens, mas aqui interessa

³¹ SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*, Luanda: Kilombelombe, 2008, p. 122.

perceber a maneira como a utilização política da etnicidade — o famoso “tribalismo” — foi um fator-chave desse processo, mas não da maneira retratada pelas explicações estabelecidas, que pressupõem uma UPA intrinsecamente tribal, tradicionalista e arcaizante à partida. Em outras palavras, trata-se aqui de acompanhar o processo pelo qual a percepção social da UPA transformou-se tão radicalmente ao longo de tão pouco tempo.³²

Em fevereiro de 1962, o comandante da UPA João Baptista Traves Pereira, de origem cuanhama, foi morto em um confronto armado perto de Bembe. A direção da UPA lamentou o ocorrido e responsabilizou os portugueses, mas poucos dias depois o Chefe do Estado-Maior da UPA, Marcos Kassanga, de origem ganguela, demitiu-se e deu uma conferência de imprensa, na companhia do Secretário-geral da LGTA, na qual acusavam Holden Roberto de desvio de fundos e de ter ordenado o assassinato do comandante João Baptista, além de ser pessoalmente responsável pelo massacre do destacamento guerrilheiro do MPLA em outubro de 1961, e pela morte de oito mil angolanos durante o levante de março daquele ano — todos esses atos motivados pelo “tribalismo”.³³

Essa foi, de fato, a primeira alegação de que a perseguição aos “bailundos” durante a revolta camponesa do norte tivera uma conotação de conflito étnico. A partir daí, a caracterização da UPA, ou de Holden Roberto, como essencialmente tribalista e racista vai-se tornar a pedra de toque de toda a propaganda do MPLA. Em 26 de março, por exemplo, o movimento fez circular um comunicado por Léopoldville no qual repercutia as “revelações” de Kassanga e Kassinda, e desfiava o seguinte rosário de acusações:

Sendo descendente de famílias de S. Salvador (Angola), Holden recrutava, a troco de promessas de mando político na Angola independente, gentes de S. Salvador para seus principais agentes no interior da colónia. Ele fomentava uma política de hegemonia dos povos do distrito do Congo sobre os de

³² Referindo-se às tendências de balcanização ao longo da história recente de Angola, Iko Carreira admite que “a maior parte das organizações independentistas eram por princípio multiétnicas”, revertendo para o tribalismo por força da lógica de construção de seus apoios sociais. CARREIRA, **Memórias**, p. 153. Já Carlos Serrano afirma, ao contrário, que as organizações eram a princípio marcadamente étnicas, mas que o MPLA conseguiu, a partir de 1966, expandir seu recrutamento e alcançar uma representatividade nacional, enquanto a UPA e a UNITA não teriam sido capazes de dar esse passo. SERRANO, **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**, p. 169-176. A leitura da documentação me leva a concordar com parte de ambos os argumentos: em 1962 a UPA estava muito bem encaminhada no sentido de obter uma representatividade nacional, enquanto o MPLA tinha uma base de recrutamento muito restrita a certas categorias étnicas e sociorraciais. Quero sugerir que a reversão da trajetória da UPA não foi uma função de diferenças sociais preexistentes, mas foi o resultado (inadvertido, ao menos em parte) de disputas simbólicas em que houve participação ativa do MPLA. Ao mesmo tempo, a ideia muito difundida de que o MPLA estava por princípio imune ao tribalismo, ao racismo e ao regionalismo, não se sustenta na prática, como veremos.

³³ BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 1, p. 167-170; PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas, **História de Angola**, 1ª ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 290.

outras regiões de Angola. Ele incitou a liquidação física dos angolanos do Sul residentes no Norte de Angola. Porque conhece mal a língua portuguesa, Holden Roberto, falho do senso de realidades, desenvolveu uma campanha para impor a língua francesa na Angola independente.

[...]

Mau político e manobrando cegamente a arma do racismo, Holden teve a ousadia de, durante a XVI sessão da Assembleia-Geral da ONU, defender, perante o grupo afro-asiático, a sua política de genocídio em relação à comunidade mestiça de Angola.³⁴

A constituição da FNLA, em 27 de março, e a formação de um “governo no exílio”, no início de abril, legaram em grande medida as acusações de Kassanga e Kassinda ao segundo plano. Mas a cartada tribal não deixaria mais de ser jogada. A própria constituição da FDLA pode ser vista como uma dessas cartadas. De fato, o então presidente do Congo-Brazzaville parecia manejar muito bem algo que poderíamos chamar de “tribalismo de fronteira”, interessado como estava no destino do enclave de Cabinda, visando uma potencial anexação futura, ou — mais importante — garantias de que o governo de Léopoldville disso não lançasse mão. Não temos como saber o quanto Agostinho Neto estava ciente, ao embarcar na aventura da constituição da FDLA, dos potenciais efeitos tribalistas de sua manobra. Em todo caso, a frente significou o alinhamento contra a UPA de meia dúzia de organizações cuja lógica associativa estava fortemente relacionada às subdivisões das identificações étnicas e religiosas dentro do espaço conguês mais abrangente — que diferenciavam cabindas de solongos de zombos de congueses de São Salvador (*baxikongo*), por um lado, e católicos de protestantes, de outro. Essa lógica de identificação étnica e religiosa de pequeníssima abrangência geográfica e social estivera, sem sombra de dúvida, no nascimento, em 1954, de uma UPNA que representava a insatisfação política dos *baxikongo* protestantes diante de eleições para o cargo largamente simbólico de rei do Kongo em que os portugueses tradicionalmente impunham seu candidato. Mas desde então a UPA percorrera um longo caminho de superação dessa lógica, a ponto de ser reconhecida em muitas partes de Angola como a organização mais representativa da maioria da população (negra) do território como um todo. Ao longo desse processo, o próprio Roberto tinha já forçado a demissão, em outubro de 1960, de dezessete membros de um comitê central formado exclusivamente por *baxikongo* e zombos, que haviam tentado afastá-lo da presidência — incluindo seu próprio tio, Manuel Barros Nekaka,

³⁴ LARA, *Um amplo movimento*, v. 3, p. 282-283.

considerado o fundador da organização.³⁵ Já vemos que o alegado favorecimento dos “parentes” por parte da direção da UPA tinha lá os seus limites.

Em sua *Revista de Imprensa*, divulgada em 11 de dezembro de 1962, o GRAE fez talvez sua mais completa defesa contra as acusações que começavam a ser repetidas contra si:

A base da FNLA assenta essencialmente nos camponeses negros recrutados para o trabalho forçado, defraudados das suas terras e classificados como “não-civilizados” pelo governo racista de Salazar.

93% da população total de Angola compõem-se desses camponeses. [...]

Seria ridículo pretender que o tribalismo constituía o factor decisivo na iniciação da luta [em março de 1961]. O facto deve-se, na realidade, a razões geográficas: a única fronteira aberta era a do Congo que separava os bacongos angolanos dos bacongos congolezes: os imperialistas dominavam os outros territórios que têm fronteira comum com Angola (Catanga, Norte da Rodésia e Sudoeste Africano). [...]

Os esquerdistas europeus (partidários do MPLA [...]) devem compreender que esta situação da guerra que é simultaneamente “camponesa e do norte”. Verificando que a insignificância do MPLA no interior de Angola no capítulo militar deriva das suas raízes centrais e urbanas na região de Luanda, a capital, recrutaram especialmente os seus membros entre a população angolana considerada “civilizada” pelo regime colonial: os mestiços e “assimilados” (cujo número ascendeu respectivamente a 26.000 e 30.000, em 1950).³⁶

O coração da reivindicação de legitimidade por parte da FNLA repousava em sua ênfase na enorme desproporção entre a população negra e os contingentes urbanos que compunham a base social inicial e a direção do MPLA — algo, aliás, com que Henrique Abranches estaria pronto a concordar, em sua caracterização de Angola como um país unirracial que tinha “vagamente” uns brancos e mestiços.³⁷ Nesse aspecto, o que a FNLA calava (e o MPLA nunca explorou politicamente) é o fato de que as lideranças da UPA eram urbanas e “civilizadas” na

³⁵ REIS, Fidel Raul Carmo, **Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996): a configuração do campo político angolano - contributo para o estudo das relações raciais em Angola**, Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 177-178.

³⁶ BRAGANÇA; WALLERSTEIN (Orgs.), **Quem é o inimigo?**, v. 1, p. 154-155.

³⁷ LABAN, Michel, Encontro com Henrique Abranches, *in*: **Angola: encontro com escritores**, [Porto]: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, v. 1, p. 281-327.

mesma proporção que seus rivais “esquerdistas” (embora não fossem mestiças) — e, nesse capítulo, nenhum dos dois grupos podia alegar uma identificação “natural” com o campesinato negro de Angola, independente de suas origens étnicas. De resto, o argumento geopolítico de que o Congo era o único espaço para o início da guerra é inescapavelmente verdadeiro, embora não diga tudo: o acesso ao Congo e a suas redes de auxílio mútuo (no nível social mais baixo) ou de poder (no nível social mais alto) derivavam, efetivamente, de uma implantação étnica. Em qualquer caso, a versão de uma UPA essencialmente racista e tribalista ia ganhando terreno. Em janeiro de 1963, por exemplo, o SCCIA informou:

A UPA, organização de características racistas que excluía até as etnias negras não bacongas, está procurando modificar estes princípios em face dos constantes ataques que lhe tem sido movidos, e dos possíveis prejuízos que o facto lhe tinha acarretado no campo interno e internacional. Através de panfletos e de cartas particulares recentes, declara desejar a colaboração de todos os indivíduos de qualquer raça ou credo, levando a sua “condescendência” ao ponto de admitir até a coexistência com os portugueses europeus, visto que “a história não pode recuar”.

Rejeita as acusações de racista e atribui-as a tentativas de descrédito lançadas pelos partidos políticos favoráveis aos portugueses.³⁸

Como já vimos, as autoridades administrativas portuguesas eram muito propensas a taxar de racista qualquer reivindicação que aludisse ao seu próprio racismo, implícito na dominação colonial, invertendo os termos da responsabilização histórica. De qualquer forma, a imagem de uma UPA como partido etnicamente restrito está muito bem consolidada, apesar das afirmações em contrário difundidas pelos órgãos de informação à disposição de Holden Roberto, cujos enunciados são aliás tomados com muita desconfiança, quase sarcasmo, pelo relator português.³⁹

Em março de 1963, a UPA parecia estar começando a ir para a defensiva em relação à tríade tribalismo-regionalismo-racismo, apesar de sua inegável vantagem no terreno e também no plano simbólico, que lhe colocaria no colo, pouco tempo depois, o reconhecimento do GRAE por parte da OUA. O SCCIA registrou, sobre o MPLA:

³⁸ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 46, 04JAN a 11JAN63**, [Luanda], 12 jan. 1963, p. 7.

³⁹ Nessa época, os relatórios do SCCIA são muito colados ao senso comum colonial, o que se reflete numa rica adjetivação e numa carga emocional que deixa, por vezes, transparecer um certo tom indignado frente ao que poderia ser percebido como a ingratidão dos nacionalistas. Como já observei, isso mudaria a partir de 1966, em consonância com uma orientação mais militar dos serviços.

O boletim “VITÓRIA OU MORTE”, editado quinzenalmente pelo partido, continua uma propaganda maciça conducente a intensificar a luta contra a presença portuguesa em ANGOLA.

Paralelamente, o mesmo órgão, insere um ataque aos líderes “fantoques” que procuram dividir o povo e que fomentam o tribalismo e o regionalismo, visando, como é óbvio, a UPA.⁴⁰

E, no mesmo relatório, poucas páginas depois, sobre a UPA:

[Durante as comemorações do 15 de março,] HOLDEN, por sua vez, depois de nos dirigir com a habitual violência as costumadas diatribes, afirmou que nem os nacionalistas angolanos nem a ÁFRICA são racistas.

Referindo-se à eventual continuação dos portugueses em ANGOLA, afirmou que sua presença será tolerada na medida em que forem favoráveis aos anelos dos emancipalistas.⁴¹

Em um determinado nível, tanto a UPA quanto o MPLA tinham de debruçar-se sobre considerações étnicas, ligadas à premente necessidade de se fazerem entender pela grossa maioria da população angolana, que não tinha mais que noções das línguas coloniais, fosse o português ou o francês.

Por exemplo, as festividades promovidas pela FNLA para comemorar o segundo aniversário da revolta de março de 1961 seguiram o roteiro abaixo:

- 1 — Hino Nacional da República do CONGO (LEOPOLDVILLE)
- 2 — Canção Patriótica
- 3 — 1 Minuto de silêncio pelos mártires da Pátria, tombados no campo de honra
- 4 — Apresentação do Primeiro Ministro da República do CONGO e demais membros do seu governo, por EMANNUEL KOUNZIKA, Vice-Presidente do GRAE, da FNLA e do PDA.
- 5 — Alocução do Primeiro Ministro CYRILLE ADOULA

⁴⁰ PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação n° 54, 16 a 29MAR63**, [Luanda], 29 mar. 1963, p. 13.

⁴¹ *Ibid.*, p. 15.

6 — Versão para português da alocução do Primeiro Ministro ADOULA por ROSÁRIO NETO, Ministro da Informação do GRAE e Vice-Presidente da UPA

7 — Agradecimentos dos refugiados angolanos ao Governo e Povo Congolês, por HENDRIK NETO

8 — Alocução em KIKONGO, por ANDRÉ MASSADI, Presidente do Conselho Nacional da FNLA e do PDA

9 — A Mulher Angolana na Revolução, pela Sr^a. D. L. GOURGEL

10 — Alocução em Umbundo, por CRUZ CHISSEVA

11 — Alocução em Quimbundo, por FERNANDO GOURGEL, 2º Secretário de Estado do Armamento, do GRAE

12 — Discurso de encerramento por HOLDEN ROBERTO, Presidente da UPA e da FLNA [*sic*] e Primeiro Ministro do GRAE.⁴²

Português, francês, quicongo, umbundo, quimbundo. Uma cobertura básica, mas que dava conta da maior parte da população angolana. O MPLA, por sua vez, apostava nas ondas de rádio para ampliar sua penetração no interior de Angola. Em vista disso, distribuiu em fins de 1964 um questionário entre os refugiados angolanos no Congo-Brazzaville e na Zâmbia, em que pediam uma opinião sobre a qualidade, utilidade, duração e mesmo a ordem das partes de seus programas, mas reservando um espaço significativo à qualidade da locução:

⁴² PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 54, 16 a 29MAR63**, [Luanda], 29 mar. 1963, Anexo C, p. 1.

5. A locução (o falar e a voz)

tem sido:

Português:	Bom.....	Regular.....	Mau.....
Kikongo:	Bom.....	Regular.....	Mau.....
Kimbundo:	Bom.....	Regular.....	Mau.....
Umbundo:	Bom.....	Regular.....	Mau.....
Fiote:	Bom.....	Regular.....	Mau.....
Tshokwe:	Bom.....	Regular.....	Mau.....

[...]

(1) Responda com um SIM à resposta que julgar justa.⁴³

Os relatores portugueses entenderam imediatamente do que se tratava:

Pela análise dos grupos etno-linguísticos nela citados parece depreender-se que, “grosso-modo”, e segundo este ponto de vista (não se considera a língua portuguesa) tal cobertura radiofónica em línguas nativas não é susceptível de ser entendida na zona a Sul do paralelo de 14°S, em especial, não abrangendo portanto os distritos de MOÇÂMEDES, CUANDO-CUBANGO e cerca de 50% do distrito da HUÍLA. Concomitantemente, são estas as regiões de ANGOLA onde a língua portuguesa não exerce, por enquanto, relevante cobertura. É de presumir pois, que o MPLA, que deve ter dificuldade em encontrar locutores válidos nos dialectos falados em tais regiões, não logre penetrar psicologicamente nessas populações nos tempos mais próximos, o mesmo não se verificando quanto aos internados no Forte ROÇADAS e em MISSOMBO.⁴⁴

A UPA tinha, efetivamente, sérios problemas relacionados ao controle excessivamente personalista que seu presidente insistia em manter sobre os menores aspectos da organização. Havia, de fato, e talvez muito a propósito, muito poucos militantes da UPA com algum nível de formação escolar — mas, até aí, esse era um problema geral, menos grave no MPLA exatamente por conta da adesão de um número muito mais expressivo de mestiços, que

⁴³ PT TT SCCIA 003, liv. 125, **Relatório da Situação nº 142, 24 a 30DEZ64**, [Luanda], 30 dez. 1964, p. 9.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 9-10.

tipicamente usufruíam melhores condições de acesso à escolarização formal que a maioria negra. Entretanto, apesar dos esforços do Presidente do PDA e Vice-presidente do GRAE, Emanuel Kunzika, e da insistência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas Savimbi, em novembro de 1963 Holden Roberto deixou morrer a possibilidade de construção de uma escola de formação de quadros para seus militantes — para a qual Savimbi já havia obtido recursos e pessoal capacitado, por meio de seus contatos na Suíça, onde estudara.⁴⁵

Além disso, os estragos causados pela saída de Marcos Kassanga e André Kassinda não ficaram pelas “revelações” de março. A dupla rumou para Élisabethville, onde fundou a União Nacional de Angola (UNA), organização que passou a disputar à UPA a lealdade da comunidade angolana imigrada, na maioria de origem umbundo, luenta, lunda e quioco. Suas alegações de que a UPA era um movimento “racista, tribalista e extremista” parecem ter alcançado algum nível de repercussão, haja vista que a UPA preocupou-se em deslocar dois de seus principais quadros em julho de 1963 — o próprio Jonas Savimbi e o jovem presidente da UNEA, Jorge Valentim, para fazer frente ao desafio da UNA. Savimbi obteve das autoridades congolenses a prisão de Kassinda, mas os demais dirigentes da UNA conseguiram se refugiar na Rodésia do Norte e retomar ali seu trabalho de descrédito da UPA.

Jorge Valentim passou a se ocupar diretamente do escritório em Élisabethville em agosto, no quadro de um plano, concebido por ele e Savimbi, que incluía a implantação de um novo campo de treinamento militar no Catanga, com os voluntários que estavam recebendo formação em Kinkuzu, de modo a possibilitar a abertura de uma nova frente na guerra de libertação, surpreendendo os portugueses. Entretanto, Holden Roberto deixava, mais uma vez, morrer de inanição a iniciativa: em 25 de janeiro de 1964, Valentim escreveu ao líder da UPA informando que o escritório do Catanga estava a ponto de fechar por falta de dinheiro, e solicitando o envio urgente de recursos. Nunca obteve resposta.⁴⁶

Roberto estava, provavelmente, e com muita razão, um tanto cioso da meteórica ascensão de Jonas Savimbi, seu antigo *protegé*, que a partir de 1963 começou a manobrar dentro da FNLA

⁴⁵ MARCUM, *The Angolan revolution*, v. 2, p. 101-102. O MPLA tinha aberto a sua Escola de Formação de Quadros em 28 de fevereiro. O SCCIA informava que o movimento julgava essa instituição “de interesse primário e imprescindível ao desenvolvimento da sua máquina”; a Escola promovia “a instrução de ‘monitores políticos’ futuros ‘Comissários políticos’, através dum curso, cuja duração total não excederá dois meses e no decurso do qual serão ministrados, por três fases sucessivas, lições práticas e teóricas sobre problemas de estruturas orgânicas; de luta de guerrilhas; da guerra revolucionária travada em ANGOLA e noutros pontos do continente africano; da história e geografia de ANGOLA e finalmente, numa forma mais ampla, serão dadas lições sobre: ‘regimes políticos’, sobre a trilogia da actualidade (imperialismo, colonialismo e neocolonialismo), e ainda sobre subdesenvolvimento e história de ÁFRICA”. PT TT SCCIA 003, liv. 116, **Relatório da Situação nº 57, 13ABR a 19ABR63**, [Luanda], 19 abr. 1963, p. 8.

⁴⁶ *Ibid.*, v. 2, p. 105-107; PÉLISSIER; WHEELER, *História de Angola*, p. 292-293.

para formar uma tendência, da qual seria naturalmente o líder, para disputar a direção. Não que isso fosse propriamente uma novidade: duros conflitos pela chefia da organização nacionalista era exatamente o que o MPLA já vinha experimentando desde o ano anterior. Mas não deixa de ser curioso que, enquanto no MPLA a confrontação se deu em torno do osso das categorias de adscrição racial lançado pela UPA, na FNLA a disputa seguiu o roteiro traçado pelo MPLA de uma hostilidade interétnica quase atávica. E isso, quando os ressentimentos entre “tribos” apontavam para desentendimentos ocorridos há duzentos ou até quinhentos anos — no exemplo fornecido por Adolfo Maria, trocas de acusações do tipo: “você é que permitiram a entrada dos portugueses, você é que foram intermediários no comércio português”.⁴⁷ Não é à toa que uma interpretação etnicizante do massacre dos “bailundos” em março de 1961 foi tão seguidamente enfatizada pela propaganda anti-UPA.

Em uma carta a Jonas Savimbi, posterior, um arrependido Florentino Duarte, representante demissionário da FNLA no Cairo, faz um inventário das alegações que teria ouvido a respeito de Holden Roberto, e que o teriam levado a alinhar-se à tendência de oposição que vinha sendo construída dentro da organização nacionalista:

Conheces bem as razões que me levaram a deixar o Cairo, quando me foi revelado por ti próprio o carácter aventureiro, separatista e incoerente da tua política [...]. Política na qual tinhas conseguido engajar-me acusando o Presidente Holden Roberto, então ausente, dos seguintes factos, imediatamente a seguir à minha chegada a Léopoldville a 29 de Novembro de 1963.

a) que o Presidente, em colaboração com Rosário Neto, Ministro da Informação, Pio Amaral Gourgel, secretário de Estado para o armamento e Emanuel Peterson, secretário de Estado do interior, tinha mandado massacrar milhares de “Angolanos do Sul” e dois comandos do MPLA (um dos quais era mestiço).

b) que o Presidente era tribalista porque só tinha enviado jovens [de São] Salvador para a Argélia para receberem treino militar.

c) que o Presidente se recusou sempre a incluir os soldados do PDA no ELNA.

d) que o Presidente é anti-mestiço na essência, e por isso falaste-me do seu discurso de 1961 na ONU.

⁴⁷ MARIA, Entrevista.

e) que o Presidente guarda os fundos para ele em bancos estrangeiros em vez de os pôr à disposição da Revolução.

f) que não é partidário da extensão da luta armada em toda Angola nem do alargamento das relações diplomáticas.⁴⁸

Com uma ou outra adição, trata-se basicamente da mesma lista de “revelações” feitas por Marcos Kassanga e André Kassinda e muitas vezes repetidas pelo MPLA desde o ano anterior, só que, desta vez, mobilizadas por dentro. A “isca” tribal tinha sido mordida; os descontentamentos em relação à gestão insuficiente e demasiado personalista de Holden Roberto passariam a assumir, cada vez mais, o aspecto de uma confrontação étnica.

O campo de treinamento de Kinkuzu seria o palco do primeiro enfrentamento étnico real no seio da FNLA. Já no início de 1963, o SCCIA registrava boatos de favorecimento “tribalista”:

parece que, precisamente neste campo, existe uma disciplina rígida, aliás única forma de anular um patente descontentamento resultante de tratamento diferenciado em função do partido ou da tribo a que pertencem os “soldados”, recebendo os maiores benefícios os elementos da UPA em detrimento dos do PDA, ou de outros movimentos, e os naturais de LUANDA e S. SALVADOR em relação a quaisquer outros.⁴⁹

Perto do fim do ano, a tensão tornou-se tiroteio. Deolinda Rodrigues, trabalhando em um dispensário do CVAAR perto do campo de Kinkuzu, escreveu a Lúcio Lara em 3 de dezembro: “Houve bulha na base de Kinkouzou — umbundos contra kikongos, na semana passada. Houve mortos (uns dizem 21 outros 25), mas os próprios donos dizem que ‘só houve confusão, mas não houve mortos’.”⁵⁰

No ano seguinte, a FNLA começaria a se esfacelar ao longo de linhas étnicas. Savimbi abandonaria o movimento oficialmente a 16 de julho de 1964, seguido de José Lياهو, diretor do SARA, no dia 24 do mesmo mês. Mas, já alguns dias antes, a notícia começava a circular. Florentino Duarte, escrevendo a Savimbi em 15 de julho, observa:

li ontem com estupefacção, na publicação intitulada “*Sous le Drapeau du Socialisme*” (Julho-Agosto), cujo principal responsável é Michel Raptis conhecido por Pablo, residente em Argel, o seguinte extracto da intervenção

⁴⁸ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 617-618.

⁴⁹ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação nº 51, 23FEV a 01MAR63**, [Luanda], 1 mar. 1963, p. 22.

⁵⁰ LARA, **Um amplo movimento**, v. 3, p. 339.

da delegação do MPLA junto ao “Comité dos 9” [Comitê de Descolonização da OUA] a 3 de Junho de 1964: “Cinco membros dirigentes da FNLA, dentre os quais dois “Ministros”, enviaram-nos emissários, nas últimas semanas, com vista a uma adesão ao MPLA. Trata-se dos Srs. Jonas Savimbi, Dr. José Liauca, Jorge Valentim (antigo representante do “Grae” no Katanga), Alexandre Taty (ministro da Defesa) e Florentino Duarte (representante da FNLA no Cairo).”⁵¹

Florentino Duarte já se distanciara de Savimbi, quando este tentara obter sua adesão ao projeto de um Partido de Acção Revolucionária Angolano (PARA), que aliás não saiu do papel. Na carta, acusa-o de ter passado “da organização de uma tendência para uma conspiração, de conspiração para oportunismo, de oportunismo para incoerência e de incoerência para contra-revolução objectiva” e rejeita qualquer nova tentativa de aproximação. Savimbi rondou por algum tempo o MPLA — como aliás já fizera antes de aderir à UPA — mas terminou por desistir de uma adesão ao movimento, estabelecendo um breve agrupamento batizado de Amigos do Manifesto Angolano (AMANGOLA). Alexandre Taty permaneceria na FNLA até junho de 1965, quando tentou um golpe de força: no dia 21, manobrou, sem sucesso, para destituir Holden Roberto; dois dias depois, junto com André Kassinda (que fora libertado), e apoiado por um pequeno destacamento de guerrilheiros, saqueou os escritórios do GRAE e levou embora os arquivos.⁵²

A disposição do antigo grupo de dirigentes que havia abandonado a UPA de concentrar-se em torno de Savimbi e propor um caminho autônomo em relação também ao MPLA complicou, como bem sabemos, o jogo da descolonização em Angola. As autoridades coloniais portuguesas, por sua parte, ficaram contentíssimas com a configuração fragmentária a que o campo do nacionalismo angolano havia chegado. A lista que fizeram em setembro de 1965 é, de fato, um testemunho bastante evidente:

Para se fazer uma ideia do divisionismo que afecta os chamados meios “emancipalistas angolanos” a seguir se indicam os vários partidos político-subversivos e outras agremiações em que se agrupam os que se dizem naturais desta Província, e vivem nos países que lhe são limítrofes:

⁵¹ *Ibid.*, v. 3, p. 616. A menção a Pablo no comando de uma publicação periódica em Argel é uma boa indicação da importância do trabalho de conquista de corações e mentes que se desenvolvia ali.

⁵² PÉLISSIER; WHEELER, **História de Angola**, p. 296. Péliissier acredita que a operação pode ter sido preparada pela PIDE, pois, ao que parece, “dois europeus” participaram do assalto. Isso não seria improvável, já que Taty e seus guerrilheiros passariam a lutar, em Cabinda, do lado português, como Tropas Especiais (TE). Ver ainda MATROSSE, Dino, **Memórias e reflexões**, Luanda: Nzila, 2008, p. 107-133.

I – “MOVIMENTOS POLÍTICO-SUBVERSIVOS”

a) Sede no CONGO-LEO

ATACAR ou ATCAZ – ASSOCIAÇÃO DOS QUIOCOS DO CONGO,
ANGOLA E ZÂMBIA

CUNA – COMITÉ DE UNIDADE NACIONAL ANGOLANO

MDIA – MOVIMENTO DE DEFESA DOS INTERESSES DE ANGOLA

NGWIZAKO – NGWIZANI A KONGO (Associação dos Originários do
CONGO)

N'TO-BAKO – ASSOCIAÇÃO DOS POVOS DE ORIGEM BACONGA

PDA – PARTIDO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA

PNA – PARTIDO NACIONAL ANGOLANO

RCCKP – ASSOCIAÇÃO DOS CHEFES COSTUMEIROS DO CONGO
PORTUGUÊS

UNA – UNIÃO NACIONAL DE ANGOLA (EVILLE)

UPA – UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA

JMAE – JUNTA MILITAR ANGOLANA NO EXÍLIO

b) Sede no CONGO-BRAZZA

ALIAMA – ALIANÇA DOS MAIOMBES (CABINDA)

AMANGOLA – AMIGOS DO MANIFESTO ANGOLANO

CAUNC – COMITÉ DE ACÇÃO DE UNIDADE NACIONAL
CABINDENSE

MLEC – MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO ENCLAVE DE CABINDA

MNA – MOVIMENTO NACIONAL ANGOLANO

MPLA – MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

[...]

VI - “FRENTES COMUNS” OU MOVIMENTOS ASSOCIADOS

a) Sede no CONGO-LEO

CPA – CONSELHO DO POVO ANGOLANO

CPNIA – CONSELHO PARA A NEGOCIAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
DE ANGOLA

FNLA – FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

FPIKP – FRENTE PATRIÓTICA PARA A INDEPENDÊNCIA DO CONGO
PORTUGUÊS

a) Sede no CONGO-BRAZZA

FLEC – FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO ENCLAVE DE CABINDA⁵³

Haveria que separar, no jogo nacionalista, os verdadeiros participantes, e por de parte as pequenas agremiações que pouco mais eram que siglas — algumas das quais criadas ou mantidas precisamente por incitação da inteligência portuguesa operando em Angola e em suas fronteiras. Pouco menos de um ano depois, de fato, o campo assumiria uma nova configuração, muito mais estável, como uma disputa tripartite entre MPLA, UPA e UNITA — com a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), reunindo MLEC, Comité de Acção de Unidade Nacional Cabindense (CAUNC) e Aliança dos Maiombes (ALIAMA), mantendo-se, graças ao apoio do governo congolês, como um espectador interessado, com uma meta secessionista muito bem definida.

Para os efeitos desta pesquisa, o maior interesse reside em observar como a justificação para a “terceira via” proposta por Savimbi era dada, ela também, em termos do combate ao tribalismo. O SCCIA nos informa que a UNEA, órgão estudantil ligado à UPA, mas sobre o qual o agora dissidente Jorge Valentim ainda mantinha grande influência,

Através da sua secção na HOLANDA, publicou mais um número (referente a FEV66) de “ANGOLA 66”, que intitula de “jornal do povo” e é escrito em português, inglês e francês.

[...]

Finalmente focam-se alguns dos principais pontos duma entrevista concedida por JORGE ALICERCES VALENTIM, que representou o GRAE em EVILLE [...]:

Os actuais “movimentos” políticos angolanos são essencialmente de carácter tribal, sob o ponto de vista básico, e influenciam apenas uma pequena parte da população angolana de SÃO SALVADOR, MAQUELA DO ZOMBO e LUANDA. Dois terços da população não está representada fora de ANGOLA e crê em JONAS SAVIMBI.⁵⁴

⁵³ PT TT SCCIA 003, liv. 129, **Relatório da Situação nº 177, 26AGO a 01SET65**, [Luanda], 1 set. 1965, p. 9-10.

⁵⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 132, **Relatório da Situação nº 206, 16 a 23MAR66**, Luanda, 25 mar. 1966, p. 10-11. O mesmo relatório informa que Holden Roberto já tinha conseguido a substituição de Valentim por um estudante de sua confiança que residia nos Estados Unidos como Presidente da UNEA, que logo retornaria à sua órbita normal.

Apenas uma semana depois, é a vez de o MPLA oferecer a sua versão nas páginas do relatório do SCCIA:

O MPLA, na sua emissão de 27MAR66, formula um ataque directo à acção de JONAS SAVIMBI acusando-o de “tentar reunir à sua volta os compatriotas do Sul”, recorrendo ao que classifica de “propaganda tribalista” que — acrescenta — “certamente aprendeu a utilizar na UPA”.⁵⁵

Mas, curiosamente, também a FNLA passaria a utilizar a acusação de tribalismo contra seus oponentes. Em 16 de dezembro de 1968, seu programa de rádio transmitido a partir de Léopoldville, *A Voz de Angola Livre*, informou que John Eduardo Pinock — antigo representante da UPA em Argel e agora alçado a Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros do GRAE, em substituição a Savimbi — convocara uma conferência de imprensa na qual apresentara dois antigos guerrilheiros da UNITA que haviam abandonado aquela organização para se integrar à FNLA. Segundo o relato do SCCIA, Pinock

atacou os movimentos pouco representativos que levariam a rebeliões tribais. Estes movimentos não são movimentos de libertação [, disse]. A adesão de 144 combatentes da UNITA prova que o GRAE é movimento que representa o povo. Afirmou que a UNITA é um movimento tribal.⁵⁶

Definitivamente, o fogo do tribalismo tinha pegado no capim das vastas savanas de Angola, e o MPLA não deixaria de se queimar. Mas nos últimos anos da década de 1960 a vitória era de Agostinho Neto. Após uma intensa campanha diplomática, e posta diante de uma FNLA em desagregação e de um MPLA que se reorganizara a ponto de conduzir operações de guerrilha em Cabinda e manter viva a insurgência nos Dembos (respectivamente na 2ª e na 1ª Regiões Político-Militares, que juntas compunham a Frente Norte), além de abrir uma nova Frente Leste, a OUA nomeou uma nova comissão, em 1967, que recomendou a retirada do reconhecimento dos Estados africanos ao GRAE como único representante legítimo do povo angolano. A FNLA era, também, instada a aceitar a formação de uma frente com o MPLA.⁵⁷

⁵⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 132, **Relatório da Situação nº 207, 23 a 30MAR66**, Luanda, 1 abr. 1966, p. 11.

⁵⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 141, **Relatório da Situação nº 354, 19 a 25JAN69**, Luanda, 26 jan. 1969, Anexo A, p. 2.

⁵⁷ MARCUM, **The Angolan revolution**, v. 2, p. 207; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, [Luanda]: Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 2008, v. 2, p. 20-24. Uma detalhada narrativa da implantação e do cotidiano da Frente Leste foi feita por Dino Matrosse, em MATROSSE, Dino, **Memórias (1961-1971)**, 2. ed. Luanda: Nzila, 2005.

É nesse contexto de acirrada disputa, que envolvia de maneira tão entranhada categorizações raciais e étnicas, que os jovens do CEA chegariam às fronteiras de Angola para assumir seus postos em uma guerra na qual recorreriam a vários tipos de arma, como veremos a seguir.

6.3 Palavras e balas

A derrota no plano da política africana imposta ao GRAE pelo MPLA em 1967 possibilitou uma maior margem de manobra às suas lideranças; ao mesmo tempo, a ampliação dos esforços na Frente Leste acarretava a duplicação das estruturas de saúde, educação, organização e informação instaladas no Congo-Brazzaville, exigindo em consequência o afluxo em grande número de quadros com formação liceal ou superior. Era a oportunidade para a incorporação dos brancos e mestiços de pele mais clara que haviam permanecido, ao longo de toda a década, aliados das frentes de batalha, em Argel e outras cidades africanas e europeias.

Segundo Pepetela, a eficácia das acusações raciais lançadas contra o MPLA diminuiria drasticamente em função dessa nova legitimidade alcançada pelo movimento. No início da década de 1970, esse tipo de propaganda por parte da FNLA

já não era tão forte. Entretanto o MPLA foi reconhecido pela OUA. [...] O MPLA era o que se apresentava realmente voltado para a guerra, era o que estava a fazer a guerra. A FNLA, numa certa [altura], [...] já não fazia a guerra. [...] E aí, o que o MPLA achava, a África aceitava.⁵⁸

A chegada dos jovens do CEA a Brazzaville, em 1º de outubro de 1969, não foi, portanto, um movimento isolado — quase todos os militantes que estavam até ali na retaguarda foram encaminhados, entre 1968 e 1969, para uma das frentes de combate ou para cursos de formação militar no exterior, como forma de suprir as demandas resultantes da intensificação das ações de guerrilha na Frente Leste.⁵⁹ Adolfo Maria lembra:

⁵⁸ PEPETELA, *Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo*, Lisboa, 19 jun. 2011.

⁵⁹ Sobre a abertura da Frente Leste e as dificuldades aí encontradas, ver TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 1, p. 111-133; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *História do MPLA*, v. 1, p. 313-318; BITTENCOURT, *Estamos juntos*, v. 2, p. 21-147.

Nós recebemos com júbilo a ordem de partida, porque pensávamos que iríamos finalmente para a frente de combate. Mas, quando chegámos ao Congo, verificámos que as razões da nossa transferência prendiam-se somente com a falta de quadros que ocorrera em Brazzaville, após a deslocação de muitos deles para o Leste.⁶⁰

Apesar de uma dose de decepção inicial, devido à precariedade em que encontraram as estruturas do MPLA no Congo-Brazzaville, os jovens do CEA entregaram-se imediatamente ao trabalho. A sede principal do movimento localizava-se no bairro de Mpila, nos arredores da capital, e a cidade de Dolisie, mais perto da fronteira, concentrava os efetivos militares e os serviços sociais que deveriam ser o embrião dos sistemas públicos de educação e saúde a serem generalizados depois da independência.

Em ambos os espaços, a presença de uma comunidade de angolanos emigrados, de diversas proveniências e tendo percorrido caminhos ainda mais diversos. Essa presença angolana forte refletia-se em convivialidades em que as casas dos responsáveis tornavam-se extensões do MPLA — e, certamente, a noção de uma “família MPLA” ganha uma materialidade toda especial em virtude desse tipo de situação. Adolfo Maria lembra, por exemplo: “meus filhos cresceram lá, na casa do [Lúcio] Lara”.⁶¹ Seu filho mais velho e Vanda Lara, filha do segundo homem na hierarquia do MPLA, eram colegas de infância. A casa era frequentada também por um rapazote chamado Jean-Michel Mabeko Tali, que se ligou à família de Lúcio Lara e seguiu para Angola depois da independência, antes de tornar-se um dos primeiros historiadores a abordar sistematicamente as dissidências internas do MPLA. Foi também em Mpila que Sara Maldoror, então companheira de Mário Pinto de Andrade, dirigiu em 1972 o longa-metragem *Sambizanga* — a partir de um roteiro escrito por Andrade e Maurice Pons, baseado no romance *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira — falado em português e quimbundo, e utilizando como atores os próprios refugiados angolanos.⁶²

Para Dolisie seguiram Artur Pestana e Maria do Céu Carmo Reis, que terminaram dedicando-se à área da educação. Pepetela recorda sua trajetória nesse campo:

⁶⁰ PIMENTA. *Angola no percurso de um nacionalista...*, p. 88.

⁶¹ MARIA, *Entrevista*.

⁶² MALDOROR, Sarah, *Sambizanga*, [s.l.]: Isabelle Films, 1972. O MPLA comemoraria, em agosto, o sucesso do filme no Festival de Cinema de Cartago, na Tunísia. PT TT SCCIA 003, liv. 155, **Relatório da Situação n° 547, 300800SET a 070800OUT72**, Luanda, 12 out. 1972.

fui trabalhar no Departamento de Informação, com participação simultânea na guerrilha. Pouco a pouco, foram-me pedindo coisas para a Educação (feitura de livros). Como em Argel eu tinha feito o Manual de Alfabetização [...], pediram-me para escrever outros livros didáticos. Fiz alguns, sobretudo de ensino do Português, de História e de Formação Política. E acabei o meu tempo em Cabinda como responsável pelo sector de educação de toda a Frente.⁶³

As primeiras experiências escolares do MPLA datavam do início de 1963, ainda do outro lado do Rio Congo. De acordo com o SCCIA,

Ainda no cumprimento do programa estabelecido, este partido abriu a sua primeira escola em LEO. Pretende que a mesa seja frequentada por crianças brancas, mestiças e pretas e propõe-se ensinar o português visto que, afirma, a língua portuguesa é independente da política.⁶⁴

Crianças brancas, como já vimos, não havia. Por outro lado, a promoção do português como língua de intercomunicação nacional seria recorrente na história do MPLA — além de ser um idioma equidistante de todas as línguas angolanas (e portanto de valor nulo para o tribalismo), o português também era com frequência utilizado em contraposição ao francês, muitas vezes associado a Holden Roberto e sua caracterização como estrangeiro. A enorme discrepância observável nos níveis de acesso ao português escrito e sua norma culta por parte dos distintos grupos populacionais angolanos — com clara vantagem para os setores urbanizados residentes em Angola que constituíam boa parte dos estratos superiores do MPLA — não era entretanto problematizada em suas implicações políticas, embora fosse, com frequência, ressaltada como evidência da incapacidade ou da hipocrisia da “missão civilizadora” portuguesa.

Em todo caso, esse primeiro projeto, tão explicitamente antirracista talvez por conta do contexto da disputa entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz, não teria continuidade, imediatamente abalado pela fragilização do movimento, que culminaria com a proibição de suas atividades no país. Em 1965, já melhor implantado no Congo-Brazzaville, o MPLA inauguraria o Internato 4 de Fevereiro, em Dolisie — com instalações precárias, não mais que um barracão de tábuas agrestes e teto de folhas de amianto. Há que reconhecer que a educação foi sempre uma das grandes preocupações do MPLA, e que houve tentativas sérias de pensá-

⁶³ PEPETELA, **Comunicação pessoal**, correio eletrônico, 19 set. 2012.

⁶⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 115, **Relatório da Situação n° 50, 16 a 22FEV63**, [Luanda], 22 fev. 1963, p. 6.

la como “elemento estratégico da luta nacional de libertação”, como rezava o título de um artigo publicado por Lúcio Lara na Zâmbia, provavelmente em 1969.⁶⁵ Mas a prática pedagógica estava cotidianamente sujeita aos sabores (e dissabores) das demandas da guerra, o que resultava num alto nível de improvisação.

O que, para dois jovens cheios de ideias e entusiasmo, podia representar uma oportunidade a ser imediatamente explorada. Mesmo no trabalho de todo dia do Internato 4 de Fevereiro, as experiências com a produção cultural feitas em Argel ganhavam uma materialidade há muito tempo buscada e desdobravam-se em uma série de iniciativas inovadoras. Adolfo Maria recorda que “Maria do Céu concebeu e aplicou um modelo de aulas sob a forma de sociodramas para pioneiros” (alunos da escola primária, concebidos também como futuros guerrilheiros), “com excelentes resultados pedagógicos”.⁶⁶ Além disso, ela e Pepetela — nome que Artur Pestana adotara ao iniciar seu engajamento militar — idealizaram, em 1971, um sistema de ensino secundário destinado aos guerrilheiros, que condensava os sete anos normalmente requeridos em apenas quatro.⁶⁷ Adolfo Maria observa:

Não é que não fosse produzido trabalho teórico de formação. Era simplesmente que não havia estrutura, nem havia *modus faciendi* adequado. Nós tínhamos inclusive pessoas que dominavam mal a língua portuguesa, e muitos analfabetos. Outra coisa que, felizmente, estou contente por ter contribuído, [...] foi num período em que Pepetela e outros ativaram o Ensino Secundário. Havia camaradas que estavam lá desde 61, portanto há 8 anos fora da [escola]. Tinham chegado ali com a 2ª classe primária, continuavam com ela. Tinham chegado com a 4ª classe, continuavam. Eram analfabetos, continuavam analfabetos.⁶⁸

A equipe do Internato 4 de Fevereiro produzia materiais didáticos no formato de fichas, que eram enviados a outros locais no Congo e em Cabinda onde o MPLA tinha gente com maior escolaridade, que pudesse assumir o papel de professores.⁶⁹

⁶⁵ Em ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO, **Lúcio Lara Tchiweka 80 anos: imagens de um percurso**, Luanda: Associação Tchiweka de Documentação, 2009, p. 109-111 há uma fotografia do dia da inauguração. O artigo de Lúcio Lara sobre a educação é mencionado em um depoimento de Pepetela aos organizadores do livro, mas não me foi possível localizá-lo.

⁶⁶ PIMENTA, Fernando Tavares, **Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria**, Porto: Afrontamento, 2006, p. 93.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 92-93.

⁶⁸ MARIA, Entrevista.

⁶⁹ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 92-93.

Nós tínhamos depois núcleos de professores conforme as habilitações. Lá no Mpila, onde estava o SRT [Serviços de Rádio e Telecomunicações] e o Departamento de Informação e Propaganda, nós os que tínhamos mais [escolaridade] éramos professores. Foi professora a minha mulher, fui professor eu, foi professor o José Eduardo dos Santos (que agora é o Presidente), foi professor o Fernando Paiva, [...] o [Evaristo Domingos] Kimba, por aí afora...⁷⁰

O sistema fora exaustivamente discutido e aperfeiçoado em encontros com Lúcio Lara e sua esposa, Rute Lara, que ocupava o posto de professora em um liceu de Brazzaville — sua participação no MPLA tendo ficado sempre restrita à condição extraoficial de “colaboradora”, como aliás a de outras esposas portuguesas de nacionalistas. Em todo caso, Adolfo Maria observa que, “apesar da gritante falta de meios de toda a ordem, aquele programa foi aplicado e recebido com entusiasmo por guerrilheiros e militantes que não tinham ensino sistematizado”.⁷¹

Adolfo e Maria Helena Maria, por sua vez, ficaram no Mpila, nos arredores de Brazzaville, responsáveis pelo CEA, que passou a funcionar como uma entidade de suporte ao programa radiofônico do MPLA, *Angola Combatente*, para cuja direção Adolfo Maria fora designado.⁷² Na opinião de seu novo responsável, diante da situação de prolongada apatia e desmobilização da guerrilha na Frente Norte, esse trabalho tinha uma importância especial, já que podia funcionar como “um poderoso instrumento de formação e mobilização revolucionária” — em especial porque estava, precisamente naquela altura, sendo autorizado a se expandir, como lembra Adolfo Maria:

Era, até então, emissão bi-semanal de 15 minutos, mas o governo congolês acabara de autorizar o MPLA a ter uma emissão diária, com um período de cerca de 20 a 30 minutos de duração. Portanto, tivemos de desenvolver grande actividade logo que chegámos ao Congo. Além do reforço dos programas em língua portuguesa, alargou-se o leque de emissões em línguas

⁷⁰ MARIA, Entrevista.

⁷¹ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 93.

⁷² *Ibid.*, p. 88-89. Todo o material produzido pelo CEA em Argel foi trazido para Brazzaville. De lá, seguiu para Luanda na altura da independência, e provavelmente terminou sendo incorporado ao arquivo do MPLA. PEPETELA, **Entrevista**. Os primeiros responsáveis pelas emissões haviam sido deslocados para a Frente Leste. Aníbal de Melo, ainda em 1965, assumiu o posto de Coordenador da 3ª Região Político-Militar (a primeira a ser aberta no leste). Iko Carreira seguiu para o leste como responsável pelas Relações Exteriores, em abril de 1968. Depois de uma breve passagem pela Zâmbia, chegou ao campo Mandume III, onde estava instalada a direção, em junho. CARREIRA, **Memórias**, p. 84, 96-99.

angolanas: o Umbundo e o Tshokwe juntaram-se ao Kimbundo, Kikongo e Fiote, que já existiam, em emissões alternadas. Houve que formar rapidamente camaradas para redacção e locução.⁷³

A necessidade de emissão em diversas línguas locais aponta tanto para o fraco desempenho das sucessivas administrações coloniais em generalizar o uso do português em Angola quanto para a demarcação de fronteiras étnicas que se prestavam a diversos tipos de mobilização política, com as quais os jovens do CEA viriam a se deparar ao longo de sua estadia, por assim dizer, às portas de casa. Em particular, a incorporação dos idiomas tchichokwe e umbundo respondia, muito provavelmente, à necessidade de trazer para sua órbita os habitantes do leste e do planalto, respondendo à criação da Frente Leste mas também à necessidade de disputar o apoio dessas populações à UNITA.⁷⁴

Os serviços de informação portugueses acompanhavam, como já mencionei, as emissões radiofônicas do MPLA. A partir de 1968, esse acompanhamento tornou-se meticuloso, com quadros sínteses mensais cobrindo as emissões tanto a partir de Brazzaville quanto a partir de Lusaka (de 1970 em diante, os quadros sínteses passariam a ser produzidos semanalmente). Interessavam não só os comunicados de guerra, as instruções aos militantes e a abordagem dos temas políticos e sociais angolanos, mas também os idiomas utilizados nas emissões, o alcance e as condições de escuta nas diversas partes do território da colônia. A documentação portuguesa deixa patente a vantagem do MPLA nesse quesito frente à FNLA, que tinha um tempo de antena muito mais exíguo na Rádio Léopoldville, e um alcance geográfico muito menos abrangente em Angola, além de resumir suas emissões a francês, português e quicongo.⁷⁵

⁷³ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 90.

⁷⁴ Em 1964, aparentemente, havia transmissões em quase todas as línguas angolanas principais, exceto as do extremo sul. Pode ter havido uma desarticulação antes da chegada de Adolfo Maria por conta da transferência desses locutores para Lusaka.

⁷⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 139-155; cx. 156-159.

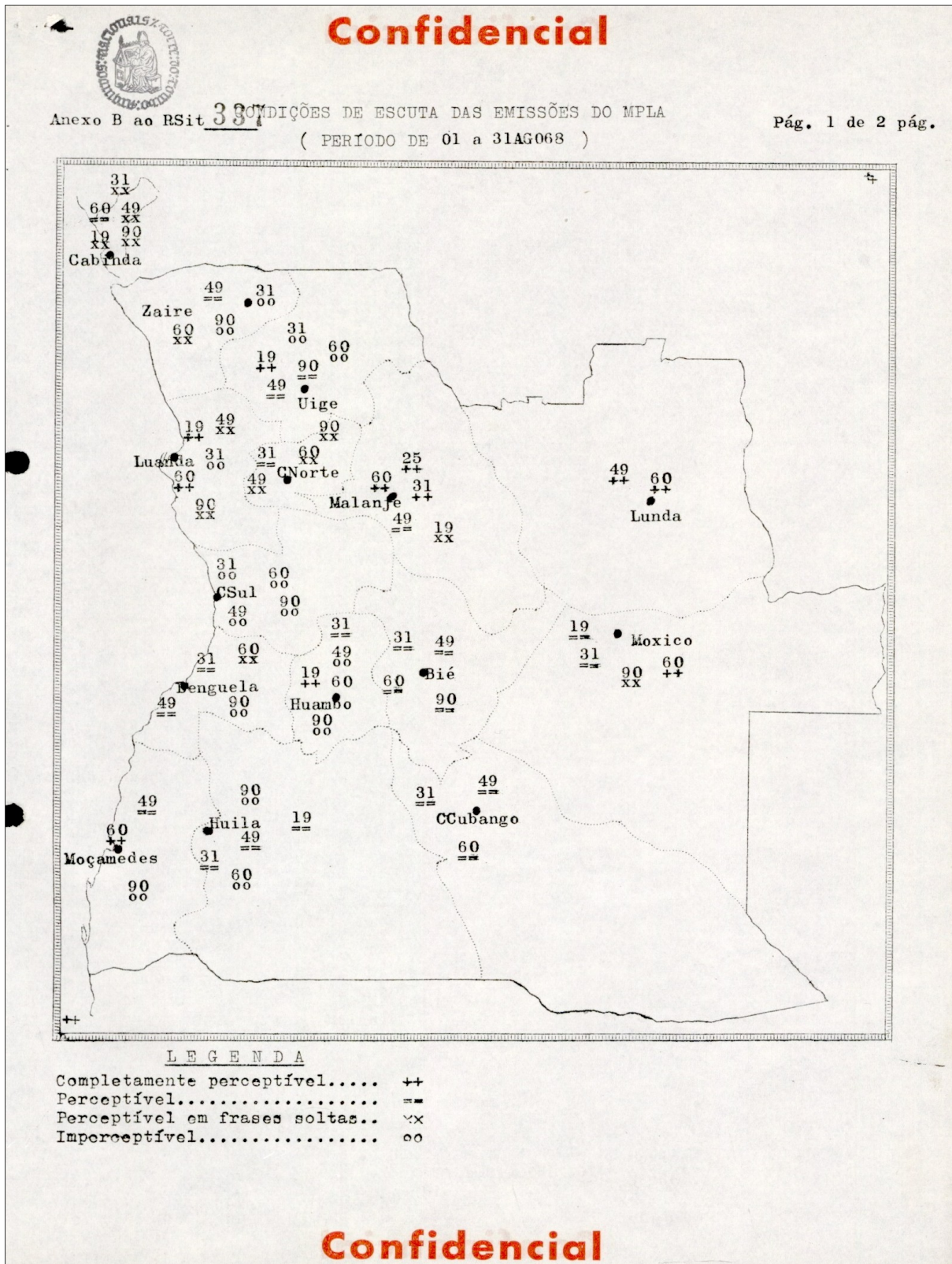


Ilustração 7: Condições de escuta das emissões do MPLA, agosto de 1968.⁷⁶

⁷⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 140, Relatório da Situação nº 337, 22 a 28SET68, Luanda, 29 set. 1968, Anexo B, p. 1.

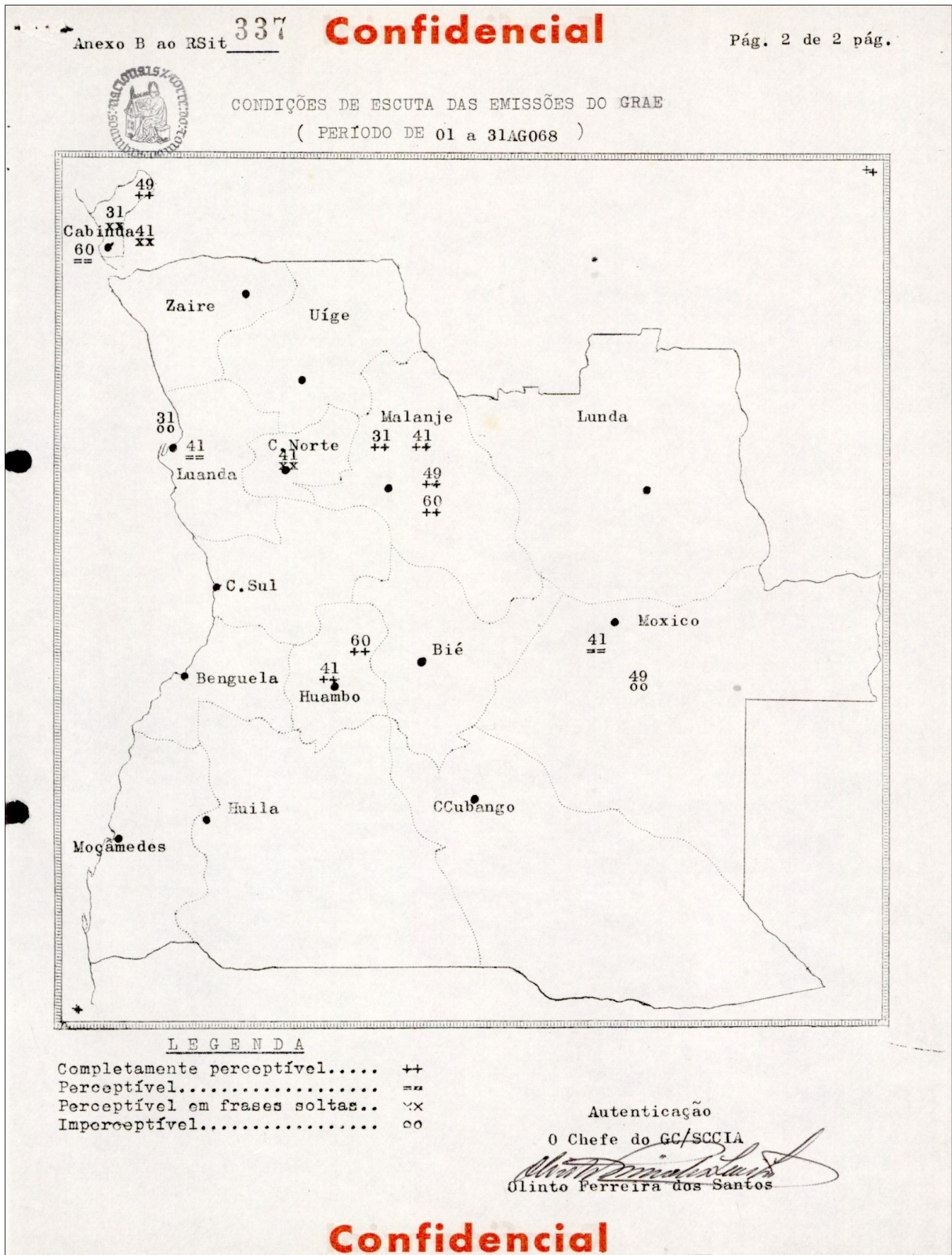


Ilustração 8: Condições de escuta das emissões da FNLA, agosto de 1968.⁷⁷

⁷⁷ Ibid., Anexo B, p. 2.

Através de *Angola Combatente*, o MPLA tivera a preocupação de preparar o terreno para a chegada de brancos à frente, que se avizinhava. Em 12 de junho de 1968, Agostinho Neto ocuparia os microfones para insistir que a guerra de libertação não era “do preto contra o branco”, repetindo os mesmos argumentos que já vimos ser utilizados em sua alocução de Dar es Salam, na semana anterior, mas lançando mão de uma linguagem bem mais direta, que sugere um público-alvo menos escolarizado e talvez menos versado na língua portuguesa. No dia 28 do mesmo mês, o programa do MPLA voltava a acusar Holden Roberto de ser pessoalmente responsável pelo massacre de angolanos mestiços e pretos evoluídos”.⁷⁸ Já em 19 de julho, segundo o SCCIA, a *Angola Combatente* havia tematizado a “cooperação de elementos da população europeia, da Província, desafectos do regime”. Sua “argumentação básica” seria assim descrita:

Essa colaboração de europeus com o MPLA não é nova, tendo-se verificado já no antecedente.

Essa colaboração deve repetir-se agora, pois a luta que o MPLA trava é a mesma em que o povo português está empenhado contra a opressão do regime de SALAZAR.⁷⁹

Era uma expressão de boa vontade em geral, certamente, que abrangia a oposição portuguesa na metrópole e em Argel, os colonos imigrados nas duas últimas décadas (e, principalmente, seus filhos), além de oficiais e soldados portugueses lotados em Angola que podiam ter começado a nutrir sentimentos de oposição ao regime na metrópole. Mas, em todo caso, reforçava a mensagem de que a guerra de libertação não era afinal de contas um assunto de oposição racial — haveria brancos que podiam muito bem estar do lado dos nacionalistas.

Quando Adolfo Maria assumiu a programação radiofônica do MPLA em Brazzaville, a raça já não era tanto um problema do MPLA quanto da FNLA e da UNITA — caracterizadas como organizações que baseavam sua legitimidade na força dos vínculos étnicos e no ressentimento em relação a brancos e mestiços. Com efeito, *Angola Combatente* passou a transmitir “uma série de artigos sobre o tribalismo, e também sobre o racismo, e o perigo das divisões com base no tribalismo”.⁸⁰ Parte do material transmitido era mais tarde reorganizado e impresso,

⁷⁸ PT TT SCCIA 003, liv. 139, **Relatório da Situação nº 334, 01 a 07SET68**, Luanda, 8 set. 1968, Anexo C, p. 1-3.

⁷⁹ PT TT SCCIA 003, liv. 140, **Relatório da Situação nº 339, 06 a 12OUT68**, Luanda, 13 out. 1968, Anexo A, p. 2.

⁸⁰ MARIA, **Entrevista**.

seja como a revista periódica *Vitória ou Morte*, seja como a publicação esporádica *Cadernos Angola Combatente*.⁸¹

A atividade era febril, e os serviços de informações portugueses dão conta de uma rápida reestruturação da programação a partir de 5 de outubro, quando as emissões passam a ser diárias.⁸² Há uma boa dose de continuidade em relação aos programas que já vinham sendo feitos, mas também algumas novidades. Em primeiro lugar, os ataques à tríade colonialismo-imperialismo-neocolonialismo tornam-se mais frequentes e mais duros, incluindo acusações diretas contra os Estados Unidos, “movimentos fantoches” contrarrevolucionários e mesmo a regimes africanos que deixaram seus países independentes sucumbirem ao neocolonialismo — todos, menos “cinco ou seis”. Além disso, a quantidade de transmissões que incluem trechos em línguas nacionais angolanas cresce de cerca de 50% para uma faixa entre 80 e 100%, nas comparações mensais calculadas pelo SCCIA.⁸³

É interessante notar que, até meados do ano seguinte, a equipe dos serviços de informações portugueses responsável pela escuta das emissões radiofônicas dos movimentos nacionalistas não dispusesse de tradutores — com efeito, são comuns observações como: “parte desta emissão foi feita em quicongo. Ignora-se o seu teor”, ou, a partir de outubro de 1969, quando foram incluídos idiomas do leste e do planalto central de Angola: “parte desta emissão foi feita em dialecto não identificado pela escuta. Ignora-se o seu teor”.⁸⁴ Essa incompetência linguística era especialmente curiosa em vista do fato de que a administração colonial tinha começado a emitir trechos da programação de sua emissora oficial em línguas nacionais, como aliás notava *Angola Combatente*, em 11 de outubro, de acordo com o registro do SCCIA:

A opressão também impôs aos angolanos valores culturais estrangeiros e falsos.

Um exemplo disso é a Voz de Angola, emissora da PIDE, que transmite programas em dialectos, acção que até agora seria considerada subversiva.

A música que esta emissora transmite nada tem que ver com a realidade angolana.⁸⁵

⁸¹ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 92.

⁸² PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação nº 398, 23 a 29NOV69**, Luanda, 30 nov. 1969, Anexo A, p. 2.

⁸³ PT TT SCCIA 003, liv. 143-144.

⁸⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 144.

⁸⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação nº 398, 23 a 29NOV69**, Luanda, 30 nov. 1969, Anexo A, p. 4.

Houve também uma preocupação em disseminar, através das ondas de rádio, a produção intelectual do CEA, acumulada em Argel ao longo dos cinco anos anteriores. Notícias sobre a resistência armada no Vietnã, como a que foi veiculada logo a 2 de novembro, eram frequentes — assim como notícias de outros campos de batalha globais da descolonização e da guerra fria eram razoavelmente frequentes. Mas, a 21 de novembro, os ouvintes de *Angola Combatente* foram brindados com trechos selecionados de *Guerra do povo: exército do povo*, do general Vo Nguyen Giap, que o CEA traduzira em Argel. Outros trechos foram lidos em 29 de novembro e 21 de dezembro, conforme os relatórios do SCCIA.⁸⁶

A *História de Angola* teria também um grande destaque. Já em 11 de outubro, *Angola Combatente* advertia:

Estudando a nossa história, o povo angolano conhecerá os factores que fizeram de ANGOLA uma nação, bem como a sua resistência ao colonialismo português e a necessidade de lutar contra o tribalismo e o regionalismo, pois estes ajudaram a ocupação colonial.⁸⁷

A partir daí, semanalmente, sempre aos sábados, um pequeno trecho de *História de Angola* publicado pelo CEA era apresentado aos angolanos pelo rádio, em uma linguagem simplificada, mas mantendo o ponto de vista do colonizado, a estrutura em ciclos cronológicos de incorporação dos diferentes espaços à economia colonial, e a afirmação de que a progressiva ampliação da base social de resistência à colonização era o que dava sentido à história angolana. O SCCIA não entendeu, a princípio, o alcance da iniciativa, limitando-se a anotar, a 18 de novembro, que o MPLA tinha tematizado a “História do Reino do CONGO”. Isso logo mudaria: a partir do sábado seguinte, dia 25, os principais tópicos de cada episódio passaram a ser anotados, de forma resumida: “História do Reino do CONGO. Os portugueses vieram fazer comércio, mas começaram a intrigar e provocaram guerras, para obterem mais escravos. Por outro lado, desorganizaram a vida económica do Reino.”⁸⁸ No último episódio de novembro, o programa de *Angola Combatente* começava com a seguinte afirmação: “Os portugueses acusam-nos de falsear a história de ANGOLA. Não lhes chega a opressão física. Precisam também de sugar os valores da nossa história.” — um sinal de que a

⁸⁶ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação n° 400, 14 a 20DEZ69**, Luanda, 21 dez. 1969, Anexo B, p. 9, 11; e **Relatório da Situação n° 405, 11 a 17JAN70**, Luanda, 18 jan. 1970, Anexo B, p. 7.

⁸⁷ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação n° 398, 23 a 29NOV69**, Luanda, 30 nov. 1969, Anexo A, p. 5.

⁸⁸ *Ibid.*, Anexo A, p. 8.

administração colonial reconhecera o potencial simbólico de uma reinterpretação do passado angolano nessas bases, e se tinha movimentado no sentido de desautorizá-la.⁸⁹

As emissões continuaram ao longo das semanas seguintes, cobrindo o “ciclo do Kongo” (11 e 25 de outubro, e 1º de novembro), o “ciclo do Kwanza” (8, 15, 22 e 29 de novembro, e 6 de dezembro) e a implantação da colônia portuguesa em Angola (13 e 20 de dezembro). O livro já punha uma grande ênfase nas “coligações” formadas entre diferentes povos africanos para barrar o avanço da penetração portuguesa entre os séculos XV e XVII, nomeadamente aquelas lideradas por “NGOLA QUILOANGE” e pela “rainha GINGA”.⁹⁰ O programa ia mais longe, caracterizando o fracasso de tais coligações como reflexos da “intriga”, do “tribalismo” e do “regionalismo”. Alguns exemplos bastarão:

Após chegarem ao REINO DO CONGO, os portugueses, fingindo-se amigos, foram-se infiltrando no país. Comerciam e serviam-se dos padres que espalhavam a intriga e a confusão. O reino foi enfraquecendo e os portugueses ocuparam-no militarmente. Porém, o povo nunca esqueceu a sua independência. Hoje, o povo do antigo REINO DO CONGO, isto é, a nação angolana, luta contra o colonialismo português.

O tribalismo e o regionalismo podem atrasar a luta de libertação.⁹¹

Os portugueses atacaram o reino do DONGO e venceram porque os povos estavam desunidos e os invasores dispunham de armas de fogo.

Porém, alguns povos não se submeteram ao jugo português e, mesmo vencidos, revoltaram-se.⁹²

A Restauração de ANGOLA mais não foi do que a restauração do comércio de escravos, cuja falta se fazia sentir no BRASIL. Após aquele evento, PORTUGAL subjugou os reinos do CONGO, DONGO, MATAMBA e CASSANGE, mas o povo revoltava-se constantemente.

Angolanos, unamo-nos todos na luta pela independência nacional completa, em torno do MPLA.⁹³

⁸⁹ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação nº 400, 14 a 20DEZ69**, Luanda, 21 dez. 1969, Anexo B, p. 11.

⁹⁰ *Ibid.*, Anexo B, p. 9, 11. A grafia dos nomes é aquela utilizada pelo SCCIA.

⁹¹ *Ibid.*, Anexo B, p. 1.

⁹² *Ibid.*, Anexo B, p. 6.

⁹³ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação nº 405, 11 a 17JAN70**, Luanda, 18 jan. 1970, Anexo B, p. 5.

O tribalismo e o regionalismo estavam mesmo na mira de *Angola Combatente*. Em dias alternativos, e de modo a aproveitar o impacto que podiam estar provocando em sua audiência as lições de história colonial, nas quais o assunto da divisão dos oprimidos continuamente voltava à baila, o locutor aproveitava para discutir o problema com mais delonga, sempre conclamando as gentes de Angola a se postarem juntas sob a bandeira do MPLA:

É necessário que o tribalismo e o regionalismo sejam banidos e o povo se mantenha unido, para enfrentar os colonialistas, que o procuram dividir. Sempre que o povo combateu unido, os colonialistas foram derrotados.

Os fantoches contra-revolucionários, no exterior, utilizam o tribalismo.

O MPLA, o partido de todo o povo, luta contra o colonialismo e o tribalismo.⁹⁴

Historia magistra vitae, e o MPLA afirmava ter aprendido. No começo de dezembro, nova investida, de muitas outras que viriam:

O povo angolano criou a nação angolana durante 5 séculos de resistência à ocupação colonial portuguesa. Com a resistência, os angolanos foram compreendendo que só a unidade poderia opor uma força eficaz ao colonialismo.

A luta de libertação levou os angolanos a conhecerem-se melhor e a compreenderem que as diferenças entre angolanos apenas beneficiam os opressores.

Os colonialistas servem-se do tribalismo, do regionalismo e do racismo, para tentarem criar divisões entre os angolanos. Por isso o MPLA combate o tribalismo, o regionalismo e o racismo.⁹⁵

O esquema é familiar. Trata-se, em linhas gerais, do mesmo pensamento sobre uma etnicidade mais ou menos estimulada pela administração colonial, que se dissolve na experiência da igualdade diante da opressão e dos esforços práticos com vistas a sua superação, dando lugar ao sentimento de pertença à nação como um todo — tal como enunciado por Amílcar Cabral e analisado na seção 3.5 acima. Mas era ainda, claramente, uma formulação exclusivamente

⁹⁴ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação nº 400, 14 a 20DEZ69**, Luanda, 21 dez. 1969, Anexo B, p. 8.

⁹⁵ PT TT SCCIA 003, liv. 144, **Relatório da Situação nº 405, 11 a 17JAN70**, Luanda, 18 jan. 1970, Anexo B, p. 3.

teórica. De fato, enquanto experiência pessoal, o tribalismo não se havia apresentado em força aos membros do CEA até depois de sua chegada a Brazzaville. Considerando o fato de não terem tido uma noção mais exata da importância do fenômeno e de suas lógicas de operação ainda em Argel, Adolfo Maria pondera:

se calhar não tínhamos a noção do quão era vivo o tribalismo — ou, antes, de como era fácil manipulá-lo. Primeiro [...] a nossa origem era urbana, portanto a nossa visão da sociedade angolana, por muito que estudássemos, por muito que conhecêssemos — nós, alguns conheciam; eu conhecia bem o que chamávamos “o mato”, o interior — mas não tínhamos chegado àquelas sutilezas de perceber a importância digamos, da divisão, por mais que, na aparência, tudo parecia unido. Depois, só quando a gente estava lá no meio a conviver, é que via sutilezas extraordinárias.⁹⁶

Essas sutilezas, entretanto, eram percebidas muito explicitamente em termos de sua utilização política nos níveis mais locais do cotidiano da guerrilha. Segundo Adolfo Maria:

eram manipulações de chefes locais, de chefes ou de pessoas com prestígio local, portanto, quando não era chefe tribal, era fulano, assimilado, mas da região quimbundo. Na mesma região quimbundo, os de Nambuanguo contra os Dembos [...]. Havia lá, quando estávamos nas bases do MPLA na Zona Norte, na 2ª Região, uma clara [divisão] — eles uniam-se quando era contra os quicongos [...]. Há três [grupos]: catetes, que eram mais ou menos da zona do presidente, à volta de Luanda; mas de Catete aos Dembos vão mais de 50 ou 70 quilômetros, e dos Dembos ao Nambuanguo mais uns 70 ou 100 quilômetros. Ah, e havia também Malange! Isso dentro da área do quimbundo. No quicongo — aliás, nós tínhamos poucos quicongos, muito poucos nessa altura — não me deu para perceber. Foi mais tarde que vim a ver, depois também estudando, [...] diferentes centros: Maquela do Zombo, os de Ambrizete, os do Uíge, e até São Salvador, que é Mbanza Kongo.⁹⁷

Para Adolfo Maria, analisando as coisas retrospectivamente, a intrusividade do tribalismo e sua resiliência podem ser explicados por insuficiências de toda ordem na organização do movimento, desde a garantia da sobrevivência dos guerrilheiros até as estratégias de formação política. Segundo ele:

⁹⁶ MARIA, *Entrevista*.

⁹⁷ *Ibid.*

Ao fim e ao cabo, quando há queixa contra alguma coisa, quando uma pessoa está queixoso de alguém ou de alguma coisa ele normalmente procura um bode expiatório, raras vezes ele vai na direção certa. E assim, eles estavam a desagrar com o MPLA, a direção do movimento não possibilitava melhores condições de vida, deixava passar os guerrilheiros fome, e então ia, atribuía: “por que [isso acontece]?”, “ah, porque aquele comandante é quicongo”. O comandante não tinha nada a ver com aquilo [...], mas pronto: “ah, porque aquele não sei quê”.

A carência de condições básicas de existência e a precariedade da vida na guerrilha estariam na base de uma série de improvisos que tinham suas possibilidades de sucesso dependentes de um aval por parte de alguém com mais poder, restrito que fosse, na hierarquia militar — o que terminava por levar à constituição de redes de clientela, as quais podiam perfeitamente se estruturar ao longo das linhas propiciadas pelas categorias e subcategorias de afiliação étnica de que o depoimento mais acima dá exemplos. Adolfo Maria recorda:

Havia indivíduos, por exemplo, que desenvolviam lavras, individuais, enquanto a lavra coletiva do movimento era pequena. [...] Eu, quando estive na base Esperança, comecei a ver aquelas lavras todas: “esta é a de Fernando, do Marcelino, esta é a de não sei quê”, e eu disse: “e a lavra do MPLA?”, “ai, é esta” — que era a mais pequena de todas. E eles, inclusive [...], quando chegava aí à altura das colheitas, [diziam:] “Camarada Adolfo, nós vamos a Dolisie” — “Nós quem?” — “Este, este e este” — “Mas, péra, [...] que acabaram os nomes e tal”, porque [o guia de marcha] era feito à mão, letra a letra de chumbo, e eles diziam: “Camarada, tem de ir, temos de ir”, porque iam fazer a colheita. Mandioca, lá da lavra. [...] Quer dizer, mal resolvidas as condições materiais das pessoas.⁹⁸

Essa situação era, na opinião de Adolfo Maria, fruto das limitações da condução da luta de libertação pela direção do movimento, e seria perceptível em muitas esferas do cotidiano dos angolanos no Congo. Por exemplo, em relação ao próprio trabalho de formação política, a que o MPLA sempre procurara dar visibilidade e prioridade — lembremos da Escola de Formação de Quadros, inaugurada em 1963, em Léopoldville.

⁹⁸ *Ibid.*

Daí que as reuniões, conforme [essa lógica da manipulação política da etnicidade], descambassem sempre em acusações individuais, e tudo isso. Ora, isso não dá pra ver as questões, não dá pra resolver, ou pelo menos pra elucidar as questões [colocadas] ali. Só a questão do “Abaixo o tribalismo”, “Abaixo o racismo” etc.. Eram slogans! Mas a explicação deles, o porquê, e como é que se tem de ser, e por que é que se tem de ser antirracista e antitribalista?⁹⁹

Mas, longe de se deixar abater pela constatação prática dos limites que travaram cotidianamente a luta de libertação, os jovens do CEA dedicaram especial entusiasmo a suas tarefas, confiantes no poder da informação, do conhecimento e de sua democratização. Uma de suas primeiras iniciativas foi organizar um curso de formação política para os quadros em posições de chefia (comandantes e comissários políticos das bases guerrilheiras e da 2ª Região, além de responsáveis por atividades de apoio).

O programa e o manual foram desenvolvidos por Pepetela e Maria do Céu e, assim, realizou-se um Curso de Formação Política, no início de 1970, em Dolisie, que reforçou a capacidade da maioria desses quadros.

Alguns deles lançaram-se de imediato em iniciativas para combater os erros e para reforçar a implantação de bases guerrilheiras no território de Cabinda, em vez de as termos na fronteira. Em breve, uma base guerrilheira foi instalada em pleno Mayombe.¹⁰⁰

Mas foram exatamente esses avanços que criaram novas complicações, logo enredadas pela lógica do “tribalismo” e do “racismo”, como lembra Adolfo Maria:

Depois daquele curso político, alguns quadros passaram a ser mais exigentes em relação à organização. Sobressaíram os comandantes e comissários políticos das bases que eram kikongos, embora a esmagadora maioria dos guerrilheiros e militantes fosse kimbundu, das regiões de Nambuanguo, Dembos e Catete. Ora, isto foi o ponto de partida para, mais tarde, haver um movimento contestatário reaccionário, conduzido pelos dirigentes instalados no *status quo*, numa rotina miserabilista. Afirmavam eles que “existia uma aliança tribal branca-kikongo contra os outros, com o objectivo de mandar naquela região”. Mexendo os cordelinhos dessa contestação estava o alto

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 93.

dirigente da Comissão Directiva da II Região, Miranda Marcelino, natural de Nambuangongo, um indivíduo acusado de corrupção em inquérito dirigido por Lúcio Lara e que viria a ser suspenso de suas funções.¹⁰¹

Essa articulação entre um exercício de poder de natureza clientelista por parte de quadros médios da hierarquia militar, por um lado, e, por outro, a tendência à expressão de variados tipos de descontentamento da base guerrilheira segundo um vocabulário de divisões e subdivisões étnicas — o “tribalismo” — era um problema muito presente no cotidiano do MPLA, apesar das frequentes declarações de princípios universalistas feitas por seus responsáveis nos fóruns internacionais e na imprensa, e da atribuição desse terrível pecado sempre aos seus oponentes políticos. Em contraposição, a raça parece ter sido, à altura, um problema muito menos espinhoso. Na opinião de Pepetela:

Eu acho que a questão racial foi ultrapassada rapidamente. É claro que houve preocupação no princípio de escolher as pessoas. Tinham que ser pessoas que não podiam falhar, porque qualquer falhanço seria logo colado à pele. Então escolhiam as pessoas, provavelmente bem. Bem, aí eu não posso falar muito porque eu fui logo um dos primeiros, o primeiro a ser escolhido pra ir pra o Congo, e o [Antônio José] “Tozé” Miranda foi o primeiro a ser escolhido para o leste [...]. Mas realmente não houve casos — houve casos de um ou outro mestiço que não se portou muito bem; mas aí os mestiços eram muitos, e já estava superado o problema. Com relação aos brancos, os primeiros que foram, não houve problemas. Não se portaram mal. [...] Depois apareceram outros e tal, e não tenho notícias de alguém que tenha se portado mal — o que ajudou imenso a superar.¹⁰²

Primeiro branco a receber treinamento militar em Cabinda e a compor um destacamento de guerrilha, sua incorporação foi antecedida de uma caução explícita do presidente do MPLA:

Quando eu fui para lá para Cabinda, o Neto passou primeiro nas bases, dizendo: “Vem aí um branco, é da minha inteira confiança”. Ou seja, no princípio ele fez isso. Depois já não precisava de o fazer [com relação a novos guerrilheiros brancos], eram outros que faziam. De todo modo havia sempre um aviso.¹⁰³

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 94.

¹⁰² PEPETELA, *Entrevista*.

¹⁰³ *Ibid.*

Finalmente os brancos poderiam se submeter ao ordálio da nacionalidade para o qual vinham se preparando e pelo qual vinham ansiando há tanto tempo. O desafio não era tanto, naquele ponto, uma rejeição explícita, por parte dos guerrilheiros, à participação de brancos e de mestiços nas operações de guerra, mas a grande dose de estranhamento e desconfiança inicial, que tendia entretanto a desaparecer à medida que os indivíduos concretos demonstravam sua seriedade e seu comprometimento com o movimento de libertação. Pepetela relembra:

E as pessoas sabiam, tinham ali os exemplos. [...] É claro no princípio com alguma desconfiança, é normal. E nós estávamos mais do que preparados para isso. [...] A minha primeira conversa era sempre: “Olha, vocês não têm que acreditar no que eu digo, vocês estão a ver minha cor, portanto, posso estar aqui e ser um infiltrado. Mas pode ser que eu não seja, pode ser que o Neto tenha razão”.¹⁰⁴

Essa desconfiança tendia a reverter para o vocabulário preferencial da raça, e era preciso estar sempre atento para desmontar associações automáticas entre a cor da pele mais clara e a cumplicidade com a dominação colonial:

Porque, quando havia qualquer problema, diziam: “Não, péra! Aí: esse é filho de colono”. Porque há um [...] ditado banto que diz: “filho de cobra é cobra”. Bom. Pode ser usado pra tudo o que se quiser, mas pode ser usado sobretudo para dizer “branco, filho de colono é colono”. Tá bom. E agora eu dizia: “Esse ditado tá errado. Tá certo para a cobra, tá certo para o cão, tá certo para o elefante: filho de elefante é elefante. Agora, filho de colono pode ser revolucionário”.¹⁰⁵

Pepetela não experimentou episódios de hostilidade racial como aqueles vividos pelos médicos do CVAAR, no Congo-Léopoldville. Para ele, a fronteira racial funcionava, na altura, de uma forma bem diferente, como relata:

Em relação ao Congo [...] a questão racial funcionava até ao contrário. Era muito curioso. Eu lembro-me que uma vez... [...] Nas bases, claro, só bebíamos água; mas, chegávamos à fronteira, era cerveja. Então, nunca pagávamos cerveja. Nós entrávamos no primeiro bar e ofereciam-nos cerveja. Havia sempre alguém, e aquilo era assim: nós sentávamos, por exemplo, em três — três angolanos ou quatro. Sentávamos. Fardados, [...]

¹⁰⁴ *Ibid.*

¹⁰⁵ *Ibid.*

ou à civil, dependia; mas nunca totalmente à civil, havia qualquer coisa de militar... ou as botas, ou o cinturão, havia sempre qualquer coisa, uma pistola escondida... [...] E então faziam só sinal, quer dizer: “bebam, que nós tomamos conta”. E então, uma vez, [...] um desses amigos que pagavam-nos a cerveja sentou-se à nossa mesa. Ele: “Ontem houve um combate. Nós ouvimos daqui, houve muitos tiros.” [...] Nós dissemos que ele estava à frente do comandante, que um destes jovens era o comandante da operação, e o jovem disse: “sim, sim, nós atacamos aí o Forte Miconje” — que é o mais perto da fronteira, portanto se ouvia da fronteira o rebentamento, o bombardeamento — “sim, atacamos o Miconje”. E ele olhou pra mim: “Écoutez-moi. Mais vous attaquez même les blancs?”, “você atacam mesmo os brancos?”, “sim, claro, ó pá, eles são brancos, mas também há pretos lá no meio, do lado colonial há pretos e tal”. E ele: “você têm a coragem de atacar os brancos?”. “Claro que temos essa coragem”. “Mon dieu, han?” Quer dizer, [...] era o contrário, o branco era o deus.¹⁰⁶

Havia também aspectos práticos que precisavam ser levados em consideração. Por exemplo, durante as operações de guerrilha, Pepetela jamais podia ir no início da fila, e tinha de esconder o rosto tanto quanto possível (descendo o quepe mais que o usual e deixando a barba crescer, por exemplo). Caso contrário, havia a possibilidade de, num encontro não planejado com outro destacamento guerrilheiro, seu grupo ser tomado como parte do exército colonial, cujos destacamentos eram muito frequentemente compostos por um oficial branco comandando um número variável de soldados angolanos negros.

A narrativa de Pepetela sobre a ausência de hostilidade racial na guerrilha é confirmada por um certo número de outras fontes. Iko Carreira, por exemplo, afirma, em suas memórias: “Estive na luta de libertação 14 anos e cerca de 9 meses e, apesar do tom da minha pele, nunca fui alvo directo de qualquer manifestação de intolerância racial, antes pelo contrário, fui sempre acarinhado e encorajado.”¹⁰⁷ Mas haveria, especialmente na Frente Norte, situações-limite em que a raça emergiria como fator relevante de disputas internas que envolveram o uso da força, como veremos logo à frente.

Em face das limitações da guerrilha, a saída era confiar na capacidade de criar novas formas, além de novos conteúdos. O entusiasmo com que esses jovens se dedicavam a suas tarefas pedagógicas não podia esconder, entretanto, o profundo desencanto que a vivência da situação

¹⁰⁶ PEPETELA, *Entrevista*.

¹⁰⁷ CARREIRA, *Memórias*, p. 153.

de precariedade, imobilismo e, em alguns casos, incompetência e corrupção lhes tinha causado. Em um primeiro momento, a saída encontrada foi o recurso a Agostinho Neto, a quem, no fim das contas, eles deviam a possibilidade de sua efetiva incorporação ao MPLA. O desinteresse ou a incapacidade de Neto de tomar providências efetivas em relação aos problemas que os jovens lhe apontavam foi o primeiro passo para um afastamento crítico em relação à direção do movimento, e que viria a resultar, para alguns, numa dissidência aberta, uns poucos anos mais tarde. Por outro lado, confrontados com a dura realidade da Frente Norte, alimentavam seus sonhos de conquista da independência com o que ouviam sobre a Frente Leste, onde a guerra estaria, segundo as notícias que chegavam, avançando bem, com o apoio decidido das populações camponesas.¹⁰⁸ Adolfo Maria narra:

A Frente Leste, pra nós, era o sítio onde realmente havia uma luta a sério. Mas eu já tinha ficado desiludido quando, junto do Neto [em 1972], eu lhe disse: “Neto, manda-me para a Frente Leste, não tenho nada mais que estar aqui”, “E tu julgas que no Leste as coisas são diferentes?” Eu fiquei espantado.¹⁰⁹

Talvez Pepetela tenha sido mais convincente ao pleitear seu caso a Agostinho Neto. O fato é que foi enviado para um curso militar na Romênia, e, em seguida, após uma breve estadia em Brazzaville, seguiu para o Leste, junto com o comandante Bolingo, um de seus antigos alunos congueses no curso de formação política.

Nas vastas planícies do leste, Pepetela dividia-se entre o militar que queria ser e o pedagogo que lhe demandavam. Ele recorda:

Quando fui para a Frente Leste (1972) também me agregaram funções na educação, para além das minhas “normais” (comissário, organizador da população, por vezes relator das operações militares). Acabei aí também como director do Centro Escolar Augusto Ngangula e responsável pelo DEC (Departamento de Educação e Cultura).¹¹⁰

Augusto Ngangula era um mártir do MPLA, um pioneiro que, capturado pelas tropas portuguesas, havia preferido morrer selvagememente a revelar a localização de sua escola no *maquis* — uma história incansavelmente repetida por Adolfo Maria nas emissões de *Angola Combatente*. Mas o heroísmo trágico que era orgulhosamente propagado como instrumento da

¹⁰⁸ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 92-95.

¹⁰⁹ MARIA, *Entrevista*.

¹¹⁰ PEPETELA, *Comunicação pessoal*.

mobilização da resistência popular não conseguia esconder a nova desilusão de quem tomava contato com o aspecto da luta de libertação no leste. Adolfo Maria afirma ter recebido cartas tanto de Pepetela quanto de Bolingo, dando conta de uma realidade muito distante do sonho acalentado:

O Pepetela escrevia e dizia: “Olha, quando eu ouço falar de zonas libertadas sorrio amargamente. Como é que estamos a enganar o povo! O povo angolano não merece isso” etc. Eu mandei-lhe umas cartas, com uma letra miudinha, que como sempre, escrevíamos, e ele mandou-me pelo menos umas três cartas, bilhetes e cartas, que chegavam.¹¹¹

De fato, a tensão no leste tinha uma face étnica muito bem definida. A implantação do MPLA na região tinha-se dado pela transferência de comandantes militares e quadros da Frente Norte, em sua maioria ambundos ou congueses. Os guerrilheiros e a população do leste em geral ressentia-se de ser comandada por gente que eles chamavam de *kamundongo* (“os do Ndongo”, principal formação política da região ambundo entre os séculos XVI e XVIII). Em 1969, essa tensão havia tomado a forma de um motim, liderado por um guerrilheiro cognominado Jibóia. Apesar de abafado o levante, as clivagens seguiam muito bem demarcadas quando Pepetela chegou à região, alguns anos mais tarde. Ele relembra:

Os primeiros comandantes — e até quase até o fim... pode-se dizer até o fim — os chefes principais eram do norte. Eles é que eram mais politizados, mais preparados, tinham estudado mais etc.; com algumas exceções, que eram gente do centro — Benguela, umbundo [...]. Só que esses não eram muito numerosos. [...] Esses ovimbundo eram considerados [...] do sul. [...] E ainda por cima, por exemplo, em relação ao umbundo, quem falasse umbundo ao fim de um mês tava a falar *mbunda*. E quem falasse *mbunda* falava *luvale*, *luchaze*, etc.. Aprendi *mbunda*, aprendi *luvale* e *luchaze* ao mesmo tempo. [...] E, a princípio, essas línguas do leste, com exceção do *chokwe*, [...] são realmente um umbundo um pouco simplificado. Os que sabiam umbundo, aprendiam, apanhavam logo a língua, ficavam logo a falar, e tal, eles eram quase que imediatamente aceitos. Os do norte tinham mais dificuldade. E alguns até nem faziam nenhum esforço por aprender — eles impunham o português como língua. E aí eu, por ser do sul, aprendi logo o

¹¹¹ MARIA, *Entrevista*.

umbundo. Foi a minha primeira preocupação. [...] Para já, eu também tinha um tradutor, mas eu não queria, eu não deixava. Eu obrigava-me mesmo com o meu grupo a falar em *mbunda* para eu aprender.¹¹²

A divisão étnica na Frente Leste seguia um padrão norte *versus* sul:

Na Frente Leste [...] havia problemas entre etnias, e particularmente entre as etnias do centro-este-sul e as do norte [...]: umbundo, não-sei-quê, contra quimbundo e quicongo — e cabinda, cabinda entrava como norte — eram os do norte. Eu era do sul, considerado do sul. Mas [...] não por ser do sul. Por exemplo, “Tozé” Miranda, o médico, que é mais do sul do que eu, que é do Lubango, [...] foi considerado do norte. E eu até fui dizer: “Peraí, ele é até mais do sul do que eu. Que história é essa?” Claro, sul e norte era uma questão sociológica, não era propriamente geográfica. Era um problema de poder.¹¹³

Nesse caso, a familiaridade proporcionada pelo domínio do idioma local — ou, o que talvez fosse o mais importante, pela disposição demonstrada em aprender esse idioma — era o que podia determinar o pertencimento étnico. No caso de “Tozé” Miranda, nascido no Lubango mas *kamundongo* nas lógicas de pertencimento do leste,

ele tinha um ótimo trabalho como médico, e penso como ele se despachava... talvez, não sei, devia saber o mínimo, claro, para a profissão e tal. Mas tinha um enfermeiro que falava português, se calhar trabalhava sempre com ele próximo — era mais fácil, falava em português e o enfermeiro traduzia.¹¹⁴

Mas, fosse no leste, fosse no norte, a situação evoluiu muito mal no interior do MPLA entre 1972 e 1974. Militarmente, o quadro era mesmo muito ruim.¹¹⁵ E, mais uma vez, raça e etnicidade forneceriam o vocabulário em torno do qual se organizariam as insatisfações, os agrupamentos e as demandas. Em março de 1972, como relata Adolfo Maria,

¹¹² PEPETELA, *Entrevista*.

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ *Ibid.*

¹¹⁵ Sobre os últimos anos da guerra anticolonial e as contestações à direção do MPLA nas Frentes Norte e Leste, ver MARCUM, *The Angolan revolution*, v. 2, p. 197-205; 212-214; 248-253; TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 1, cap. 3-4; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *História do MPLA*, v. 2, cap. III-VI; BITTENCOURT, *Estamos juntos*, v. 2, cap. VI-VII; PÉLISSIER; WHEELER, *História de Angola*, p. 356-358.

[o comissário político] Valódia, natural de Nambuangongo, vindo do interior, da 1ª Região, [...] dirigiu-se à delegação do MPLA em Brazzaville, chefiando um grupo, e prendeu Lúcio Lara, acusando os mestiços e os brancos dos problemas do MPLA. As autoridades congoleesas entrevistaram e Lara foi libertado. Mas seguiu-se um período de enorme turbulência que acabou numa assembleia regional da 1ª e 2ª regiões, onde os ataques a mestiços e brancos foram a tônica e onde se aprovaram resoluções racistas contra os brancos. Eu e a minha mulher, Helena Maria, fomos obrigados a abandonar a rádio Angola Combatente, a não participar nas reuniões de militantes, tendo passado a fazer actividade só no Centro de Estudos.¹¹⁶

É patente o contraste entre esses sucessos e narrativas como a de Pepetela e a de Iko Carreira, que apontam para a dissolução das tensões raciais na guerrilha. Mas é preciso considerar que nem Adolfo Maria nem Lúcio Lara eram militares, e uma das queixas dos combatentes era exatamente que a maioria dos mestiços e brancos não arriscava suas vidas nas operações de guerrilha, permanecendo no conforto (relativo, mas em todo caso muito mais bem protegido) de Dolisie ou Brazzaville. Nesse sentido, a situação de mestiços e brancos que integravam destacamentos militares implicava uma perspectiva necessariamente diferente sobre o fenómeno: uma espécie de “camaradagem de armas” podia efetivamente apagar as diferenças de cor de pele, mesmo quando os brancos e mestiços tendiam, por força de sua formação escolar inicial, a galgar facilmente postos de comando. Lúcio Lara, por outro lado, como principal responsável do MPLA em Brazzaville e um dos homens mais poderosos dentro do pequeno círculo em torno de Agostinho Neto, era um alvo natural para quem quer que se propusesse canalizar a insatisfação popular com objetivos políticos — e assim permaneceu, mesmo depois da independência.

Mas, fosse a raça um fator central ou periférico nas dissensões internas, o certo é que o MPLA esteve, entre 1972 e 1974, novamente a ponto de se esfacelar. Imobilizado militarmente, sacudido por correntes contrárias à direção que muitas vezes apelavam para a raça ou para a etnia como forma de identificar seus opositores internos, o movimento embarcou em uma metodologia de crítica interna proposta por Gentil Viana, um jovem quadro recém-retornado da China, conhecida como Movimento de Reajustamento. Longe de resolver os problemas internos, as manobras da direção e de seus opositores para controlar os rumos do Reajustamento terminaram por levar à consolidação de três correntes: a da direção, a Revolta do Leste (herdeira das reivindicações de Jibóia, sob o comando a princípio relutante de Daniel

¹¹⁶ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 100.

Chipenda, um dos poucos umbundos nos altos escalões do MPLA) e a Revolta Activa (que reunia os jovens envolvidos com o Reajustamento, incluindo Gentil Viana, além de figuras ilustres dos primeiros tempos da luta anticolonial, como Mário Pinto de Andrade, seu irmão, o Padre Joaquim Pinto de Andrade, o Reverendo Domingos da Silva e Hugo de Meneses).¹¹⁷

Se, por um lado, a derrubada da ditadura em Portugal, em 25 de abril de 1974, abria a possibilidade da independência e do retorno a casa daqueles jovens que haviam “dado o salto” há doze anos, por outro colocava antigos companheiros em lados opostos numa crise interna que assumiu, exatamente pelo delicado da situação política, uma dimensão ainda mais ampla. Dentre os antigos participantes do CEA, alinharam-se na Revolta Activa Maria do Céu Carmo Reis, Adolfo Maria e Maria Helena Maria, além dos médicos Manuel Videira e João Vieira Lopes. Pepetela, Henrique Abranches, Hélder Neto e outros renovaram seus votos de lealdade à Agostinho Neto e à direção.

6.4 À la veille d’un orage, et après

Os primeiros cinco anos após a queda da ditadura portuguesa foram extremamente atribulados em Angola, e muito do que aconteceu permanece envolto em incerteza, silêncios incômodos, extensos tabus e amargas trocas de acusações. Um dos fatores que contribuem para isso é, certamente, o fato de que muitos dos participantes e testemunhas mais ativos desses anos nebulosos são ainda hoje personagens importantes do mundo da política e da cultura (ou, muito frequentemente, de ambos). E, embora em alguns campos já se possa ter uma visão geral razoavelmente segura, no nível dos detalhes a sucessão confusa de golpes e contragolpes, e de alinhamentos e rupturas, dificulta a percepção do que de fato estava a passar. Está obviamente fora do escopo deste trabalho tentar determinar, como realmente aconteceu, a história desses anos acidentados. Aqui, limito-me a indicar os contornos gerais dos desenvolvimentos mais relevantes, do ponto de vista da linha de análise que viemos seguindo ao longo dessas páginas.

O golpe de 25 de abril de 1974 foi cercado de muitas incertezas quanto ao futuro das colônias, mas em pouco tempo consolidou-se a determinação do Movimento das Forças Armadas (MFA), agrupamento político responsável pelo levante, de negociar com os movimentos de libertação as independências incondicionais e num curto espaço de tempo, apesar das

¹¹⁷ Sobre as “revoltas” de 1972 a 1974 e o Reajustamento, ver TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 1, cap. 3-4 ; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 2, p. 153-217.

tentativas feitas pelo novo Presidente da República, o antigo governador militar da Guiné-Bissau, general António de Spínola, de estimular a população branca das colônias a atuar politicamente para assegurar a instituição de algum tipo de relação privilegiada dos novos países com Portugal. Afastados os partidos políticos brancos incipientes e o próprio Spínola — que deu lugar ao Marechal Francisco da Costa Gomes na presidência ainda em 30 de setembro — as conversações puderam começar. Guiné-Bissau e Cabo Verde, Moçambique, e São Tomé e Príncipe não representavam grandes problemas, uma vez que, tivessem experimentado guerras de libertação ou não, havia para cada um desses territórios apenas um movimento nacionalista representativo com que negociar. Em Angola, a configuração tripartite do campo nacionalista exigia uma abordagem diferenciada.¹¹⁸

A situação era ainda mais complicada pelas dissidências internas do MPLA, que seus parceiros regionais tentaram, a todo custo, sanar — sem nenhum sucesso. Em todo caso, após o falhanço do congresso de delegados das três facções reunido em Lusaka, em agosto de 1974, Agostinho Neto conseguiu garantir a fidelidade da maior parte dos militantes e, o que era mais importante naquele momento, o apoio da diplomacia africana e o reconhecimento do governo revolucionário português. A Revolta do Leste elegeria Daniel Chipenda Presidente do MPLA após a retirada das duas outras delegações de Lusaka; fechados os canais internos de comunicação com o grupo de Neto, Chipenda buscava um alinhamento com a FNLA — espelhando uma trajetória já percorrida por Viriato da Cruz, uma década antes. Por sua vez, a Revolta Activa, que praticamente não tinha implantação militar, optou por continuar a fazer o debate político que propunha — centrado na crítica ao que qualificavam de autoritarismo de Agostinho Neto e na necessidade de uma maior democracia interna — por dentro do MPLA. No final de 1974 as organizações nacionalistas abriram representações em Luanda e outras cidades angolanas; em janeiro do ano seguinte, formava-se um governo provisório com representantes dos três movimentos e do governo português.¹¹⁹

¹¹⁸ MACQUEEN, Norrie, **A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império**, Mem Martins: Inquérito, 1998; PINTO, António Costa, **O fim do Império português: a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975**, Lisboa: Horizonte, 2001; GLEIJESES, Piero, **Conflicting missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**, Chapel Hill: University of North Carolina, 2002, p. 230-245; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, v. 2, p. 169-171. A FUA reaparece nessa altura, pelas mãos de Fernando Falcão, como um partido representativo dos brancos angolanos, a serem considerados nas negociações na condição de minoria étnica. Traços dessa mobilização foram captados em PT TT SCCIA, Processos de Informação, cx. 271, proc. 297, ff. 59-60, **Relatório de notícia nº 3172/6746-74/GAI**, Luanda, 6 set. 1974. Uma boa análise sobre as razões da ineficácia de uma tal estratégia foi feita por Adolfo Maria em PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 128-140.

¹¹⁹ TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 2, cap. 11-12; BITTENCOURT, **Estamos juntos**, v. 2, p. 240-255; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, **História do MPLA**, v. 2, p. 173-175, 179-190.

Esse governo estava entretanto destinado a não governar. A fragilidade interna do MPLA levou os dois outros movimentos a acreditar que poderiam facilmente derrotá-lo militarmente antes da data estipulada para a independência, 11 de novembro. É possível que, por conta da saída de Chipenda, os contingentes guerrilheiros do MPLA estivessem reduzidos a não mais que mil homens armados e organizados em fins de 1974. Seus reforços vieram dos antigos defensores da secessão do Catanga (que haviam sido mantidos em território angolano como trunfo contra o governo do Congo-Léopoldville, e que foram incorporados pelo MPLA para barrar uma expansão rápida da FNLA no leste) e dos soldados e oficiais de baixa patente do exército colonial — angolanos, mas também alguns dos nascidos em Portugal. Mas o reforço mais importante, de longe, veio da recepção triunfal que lhe foi oferecida pela população de Luanda. Na capital e maior cidade do país, a legitimidade do MPLA abarcava a quase totalidade da sociedade colonial urbana, atravessando camadas sociais dos musseques aos escritórios da administração pública, passando pelos liceus e pela universidade. Depois de iniciadas as hostilidades, houve um forte êxodo dos brancos, e FNLA e UNITA foram expulsas da capital. Em março, o conflito iniciaria uma nova fase, internacionalizada: o *South African Defence Force* (Força de Defesa Sul-Africana, SADF) fez uma série de pequenas incursões no extremo sul de Angola, para impedir a implantação de bases da SWAPO que poderiam, a partir daí, ter um acesso muito mais efetivo à Namíbia. Em julho, o exército do Zaire (antes Congo-Léopoldville) entraria pelo norte para apoiar as forças da FNLA; em outubro, uma coluna de tanques do SADF tomou o caminho do norte, passando por Benguela — em ambos os casos, o objetivo era o controle da capital no dia marcado para a independência. O MPLA contou com a ajuda decisiva de Cuba, que enviou não apenas instrutores militares como milhares de soldados que se envolveram diretamente nos combates. A guerra colonial tinha emendado em uma guerra civil com participação militar direta de outros países, mas em 11 de novembro, quando a bandeira portuguesa foi arriada, foi a do MPLA que tremulou no seu lugar.¹²⁰

¹²⁰ MARCUM, *The Angolan revolution*, v. 2, p. 241-281; BIRMINGHAM, David, *Frontline nationalism in Angola & Mozambique*, Trenton: Africa World, 1992, p. 46-52; TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 2, cap. 9-10; GLEIJESES, *Conflicting missions*, p. 246-327; BITTENCOURT, *Estamos juntos*, v. 2, p. 259-265; MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, *História do MPLA*, v. 2, p. 175-179, 199-242; PÉLISSIER; WHEELER, *História de Angola*, p. 358-362. Sobre a participação cubana na guerra civil em Angola, ver GLEIJESES, Piero; RISQUET, Jorge; REMÍREZ, Fernando, *Cuba y África: historia común de lucha y sangre*, La Habana: Ciencias Sociales, 2007. Uma narrativa sobre o envolvimento da CIA na internacionalização do conflito, feita pelo chefe da operação secreta, pode ser lida em STOCKWELL, John, *A CIA contra Angola*, Lisboa; Luanda: Ulmeiro; União dos Escritores Angolanos, 1979. Para uma versão partidária da FNLA, ver CASCUADO, Fernando Luís da Câmara, *Angola, a guerra dos traídos*, Rio de Janeiro: Bloch, 1979.

O MPLA era então quase uma unanimidade em Luanda. Mas o que era exatamente o MPLA estava aberto às mais diversas interpretações — algumas delas, implicando posicionamentos muito mais à esquerda, ou, pelo menos, muito mais definidos em termos de uma opção ideológica, que a direção estava disposta a tomar. Com efeito, o MPLA já era praticamente dono de Luanda antes mesmo da chegada de sua delegação à cidade. Comitês de bairro que haviam sido organizados para barrar surtos de violência branca nos musseques passaram a funcionar em defesa da organização. As efêmeras mobilizações sindicais que se multiplicaram desde a derrubada da ditadura empunhavam a bandeira do MPLA — e isso desde o desfile de 1º de maio, uma semana depois do derrube da ditadura, durante o qual simpatizantes do MPLA travaram uma batalha campal contra a polícia. O movimento estudantil, que vinha-se organizando de forma tímida e fazia circular em alguma medida os debates e as diferentes posições e modelos revolucionários então em voga, saíra à luz do sol com muito ímpeto já no dia 30 de abril, na forma de uma Comissão Pró-Associação de Estudantes da Universidade de Luanda (Pró-AEUL) e, mais tarde, de uma Comissão Pró-Associação dos Estudantes do Ensino Secundário de Luanda (Pró-AEESL). Em favor do MPLA, esses dois ensaios de organização promoveram uma sequência ininterrupta de manifestações, greves estudantis e ocupações dos prédios escolares, inviabilizando completamente o exercício de Jerónimo Wangá, da UNITA, como Ministro da Educação do Governo Provisório. Nisso eram apoiados por parte significativa dos professores, que se mobilizaram também, já no dia 5 de maio, em torno de uma Comissão Pró-Sindicato dos Professores de Angola.¹²¹

A Luanda chegaram ainda, bem antes da delegação do MPLA, os antigos nacionalistas e agitadores culturais que haviam sido presos ao longo da década de 1960, e que haviam sido enviados a campos de concentração no arquipélago de Cabo Verde. Manuel Pedro Pacavira, preso em Luanda de 1960 a 1967, e depois no Tarrafal, entre 1969 e 1974, recorda a sua chegada a Luanda, no início de maio de 1974:

Os presos provenientes do Tarrafal chegaram a Luanda num voo da Força Aérea Portuguesa, às primeiras horas da manhã de um certo sábado radioso, a anunciar uma entrada precipitada do cacimbo, tendo sido levados em camiões da tropa colonial para a Casa de Reclusão, na Baixa [...]. Os guardas da prisão perguntavam-se sobre a proveniência dessa remessa de presos, o que estavam ali a fazer e para onde iam. Quanto a chefias, nada de nada, nenhuma patente aparecia. [...] Passaram-se mais algumas horas e

¹²¹ TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 2, p. 48-51; FIGUEIREDO, Maria Leonor Menezes Cândido, *O movimento estudantil em Angola nos anos da descolonização (1974-1975)*, Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 25-45.

chegaram ordens para todos serem libertados e virarem-se como pudessem. Assim mesmo, sem guias de soltura, sem nada. Ninguém estava a acreditar.¹²²

O relato de Pacavira permite formar uma ideia do clima de confusão geral e de progressiva dissolução da autoridade e da capacidade repressiva portuguesa em Luanda. Não admira que, de um lado, as demandas há tanto tempo reprimidas de diversos setores e camadas sociais ganhassem as ruas; e, de outro, surtos de violência racial tivessem tido lugar, na forma de milícias armadas organizadas por colonos, a tentar repetir os massacres de 1961. De toda forma, os recém-chegados do Tarrafal e de outros campos logo reativaram suas redes dos tempos da clandestinidade e, diante da ebulição social que tinham diante dos olhos, enviaram Pacavira a Brazzaville para contatar os responsáveis e receber instruções. Na volta, arregimentaram centenas de jovens para receber treinamento militar no Centro de Instrução Revolucionária (CIR) Kalunga, em Dolisie. Quinze outros, que já tinham o ensino superior concluído, foram enviados aos campos de treino da Argélia.¹²³

Também António Jacinto, que havia sido libertado do Tarrafal em 1972 e colocado em regime de residência fixa em Lisboa, conseguira fugir e integrar-se ao MPLA no Congo-Brazzaville, sendo nomeado responsável pelo CIR Kalunga. Seu comissário político era o idealizador do CEA e da *História de Angola*, Henrique Abranches, que foi, finalmente, deslocado de Argel, onde tinha ficado durante todos esses doze anos. De fato, depois do 25 de abril o MPLA chamou às fronteiras todos os seus militantes que por um motivo ou por outro não haviam sido ainda incorporados à guerrilha.¹²⁴ Pepetela, que sempre mantivera correspondência com Abranches, diz nunca ter conseguido saber o porquê de seu colega e amigo não ter sido chamado antes. “Se ele era necessário, necessário na fronteira, por que é que não estava lá?”

Agora: por quê, não sei. Talvez, por ser um pouco mais velho... não sei por que razão, realmente não sei qual foi a razão que fez com que a direção nunca o puxasse. Não, houve outro mais novos, por exemplo, o Arnaldo, que também ficou sempre em Argel, nunca foi chamado para a guerrilha...

¹²² PACAVIRA, Manuel Pedro, **Angola e o movimento revolucionário dos capitães de abril em Portugal: memórias 1974/76**, [s.l.: s.n., s.d.], p. 34-35.

¹²³ *Ibid.*, p. 46-47.

¹²⁴ Pepetela situa a chegada de Abranches, assim como a de Jacinto, após a derrocada da ditadura portuguesa. Mas Jacinto fugira de Portugal imediatamente após lá pisar os pés, e outras fontes datam de 1973 a ida de Abranches para a guerrilha. MARQUES, Irene Guerra, Nota biográfica, in: **Henrique Abranches: o homem dos sete talentos**, Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 13-14.

[...] Não sei realmente quais foram as razões... não problemas ideológicos, não havia nenhum problema ideológico... não sei, talvez a direção achou que seria o mais prático... Sei lá, não sei... francamente não. Ou... algum preconceito... criado por alguém na direção. Está aí, algum preconceito, sei lá, ou porque bebe, ou por isso, ou porque aquilo, ou porque gosta muito de mulher, ou porque não gosta de mulher, ou porque não sei... Não sei. Realmente, nunca consegui perceber, e ele próprio — eu falei disso várias vezes com Abranches, [...] e ele também não percebia, e isso doía-lhe. E ele não percebia, e eu dizia: “olha, eu nunca ouvi nada, e eu perguntei, várias vezes, em vários círculos, e nunca ouvi nada, nenhuma explicação”.¹²⁵

Em Argel, Abranches envolvera-se bastante na cena cultural, alternando produções gráficas e a lenta escrita de romances que só viria a publicar mais tarde com trabalhos esporádicos para o governo argelino — como o de formação prática de topógrafos para trabalhar em projetos de reforma agrária.¹²⁶ Essa experiência múltipla de produção cultural seria importante, mais tarde, para sua atuação em Angola depois da independência. Pepetela ressalta:

Ele era um homem de cultura, fundamentalmente um homem de cultura. [...] O Abranches depois foi o criador da banda desenhada argelina — e a angolana, mais tarde. [...] Mas na Argélia foi ele, é o criador da banda desenhada argelina. [...] Ele ficou a dirigir [um grupo de jovens artistas interessados], ele ensinava, e corrigia etc. E depois criaram uma revista em Argel.¹²⁷

Nas fontes argelinas, o nome de Henrique Abranches é transcrito como Georges Abranche Texeira, dito “Kapitia”. O *nom de plumme* escolhido é o mesmo do personagem principal de seu romance *A Konkhava de Féti*, que seria publicado em 1981. Seus alunos, responsáveis pelo lançamento, em 1969, da revista *M’quidech*, que narra as aventuras do personagem de mesmo nome, são considerados os heróis fundadores dos quadrinhos nacionais na Argélia.¹²⁸

Apesar do ostracismo a que aparentemente sentiu ter sido relegado pelo MPLA, Abranches atendeu imediatamente ao chamado do movimento. De Dolisie seguiu para Luanda junto com

¹²⁵ PEPETELA, *Entrevista*.

¹²⁶ PIRES, Jorge, Revolucionário no sentido lato do termo, *in*: MARQUES, Irene Guerra (Org.), **Henrique Abranches: o homem dos sete talentos**, Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 47-50.

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ MOLITERNI, Claude, La bande dessinée arabe, *in*: SALON EURO ARABE DU LIVRE (7.: 2003: Paris), **[Anais]**, Paris: Institut du Monde Arabe, 2003; SLIMANI, Leila, Du français à l’arabe dialectal, **Jeune Afrique**, Dossier Bande dessinée: oublier Tintin. 2009.

a delegação oficial, para dirigir a Escola de Oficiais-Comandos e de Telecomunicações. Ao lado do seu velho conhecido de Argel, Mário Afonso de Almeida “Kassessa”, seria o negociador do MPLA com os portugueses no episódio da Vila Alice, em que a tropa colonial quase provocou uma confrontação em larga escala com as forças do movimento.¹²⁹

Mas, em 1974 e 1975, foram poucos os simpatizantes do MPLA que agiram segundo orientações explícitas da direção. A maior parte das atividades e manifestações que levantavam a bandeira do movimento ao longo de 1974 foi espontânea, e baseada em expectativas às vezes pouco realistas sobre quais eram as efetivas capacidades da organização, ou seu verdadeiro perfil político-ideológico. Sobre esse aspecto, é bem possível que a atuação de Adolfo Maria à frente do Angola Combatente, desde 1969, tivesse ajudado a construir nos ouvintes de Luanda uma imagem do movimento bem mais à esquerda do que ele realmente estava. De toda forma, desse caldo de cultura política que era a Luanda de todas as mobilizações, foram começando a se estruturar, por fora do quadro estrito dos partidos e movimentos nacionalistas, os “comités de acção”. Nesse ponto vale a pena citar Jean-Michel Mabeko Tali, que, além de ter sido o primeiro historiador a tratar do papel desses pequenos, mas muito ativos, agrupamentos, foi também testemunha de sua breve existência:

Na sua história comum, todos os “Comités” nasceram, depois do 25 de Abril de 1974, como bases de apoio à Primeira Região político-militar do MPLA. Certos ex-presos políticos — como, em especial, Manuel Pedro Pacavira, Hermínio Escórcio ou Bernardo de Souza — promoveram a formação dos primeiros “Comités”. Mas isso decorreu de um modo disperso, de modo que havia um “Comité” por cada figura importante: um “Comité Pacavira”, um “Comité Escórcio”, um “Comité” de antigos presos políticos de Angola, à volta de Aristides Van-Dúnem, assim como um “Comité 4 de Fevereiro”, que reunia, essencialmente, sobreviventes da sublevação de 4 de Fevereiro de 1961. Cada um operava na sua zona residencial, mas todos em nome do MPLA e de Agostinho Neto.

Apareceram depois correntes mais radicais e mais organizadas, movimentadas por uma nova geração de activistas e que deram um tom mais ideológico a esta forma de organização. Foi essa nova geração que criou os “Comités Amílcar Cabral” (CAC), os Comités “Henda”, “Talahadi”, “Ginga”, etc. — para mencionar apenas os mais conhecidos. Esses novos órgãos de apoio ao MPLA assinalaram uma viragem verdadeiramente

¹²⁹ LARA, Paulo, A tua passagem pelas FAPLA, in: MARQUES, Irene Guerra (Org.), **Henrique Abranches: o homem dos sete talentos**, Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 61-64.

*qualitativa neste processo, visto que foi realmente por eles que se impôs um verdadeiro debate ideológico, inclusive no próprio MPLA, em redor dos problemas do momento — as divisões no interior do nacionalismo angolano, os problemas gerais relacionados à independência, a natureza desta, o tipo de Estado a instaurar, etc.*¹³⁰

Ideologicamente, esses comitês — profundamente ligados à dinâmica do movimento estudantil — dividiam-se grosso modo entre tendências “soviéticas”, “maoistas” e “albanesas”, muito embora houvesse, de fato, muito pouca clareza sobre o significado real das diferentes opções envolvidas. Rui Pena Pires, um dos principais articuladores dos CAC, recorda a respeito de suas inclinações políticas à altura:

*Éramos maoistas na interpretação romântica e revolucionária do [maoismo] de 68. (...) Era um grupo maoista sui generis que misturava O Livro Vermelho do Mao com O Combate Sexual da Juventude do Wilhelm Reich (...). Era maoista porque tinha que ser alguma coisa. Achávamos que o PCP era muito reformista (...).*¹³¹

O fato é que, depois de assegurado o controle da capital, esses pequenos mas muito barulhentos grupos que tendiam à extrema esquerda começaram a se tornar uma fonte de embaraços para a direção do MPLA, que passou a tentar dissolvê-los, incorporando seus principais animadores ou, no caso de isso não ser possível, perseguindo-os.

Foi nesse contexto que os jovens do CEA chegaram, finalmente, à Angola que tanto tempo atrás tinham deixado. Para os que se tinham alinhado na Revolta Activa, a volta significava um imenso trabalho a ser feito, e também sérios riscos a serem enfrentados, como recorda Adolfo Maria:

*Em Setembro de 1974, Maria do Céu Reis entrou no país com um nome falso e fez vários contactos em Luanda [...]. Depois de ter regressado ao Congo, voltou a Luanda com Hugo de Menezes em Novembro onde assistiram à chegada oficial do MPLA (a delegação oficial chefiada por Lúcio Lara) e foram alvo de provocações e de ameaças físicas.*¹³²

¹³⁰ TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 2, p. 52-53.

¹³¹ apud FIGUEIREDO, *O movimento estudantil em Angola*, p. 82-83, supressões no original. Na primeira frase da citação no original lê-se “Maio” em lugar de “maoismo”, como consta da transcrição completa da entrevista, anexa à dissertação mas não paginada.

¹³² PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 125.

De lá, Maria do Céu Reis escreveu a Mário Pinto de Andrade, em Paris, uma carta pessoal — eles foram desde então companheiros, e também parceiros acadêmicos, até a morte de Andrade, em 1990 — em que procurava traçar as linhas gerais do jogo político que se estava a desenhar em Angola.

Luanda, à la veille d'un orage

Communiquée ou pas voici la question. As barreiras têm sido múltiplas, humanas e naturais. [...]

A situação política em Angola é complexa. O jogo das multinacionais (Gulf-Oil e ENI é o determinante). A propósito... o velho turco esteve já cá com o projecto económico para Angola em que a ENI aparece com os seus tentáculos. O modelo real ou formal de direcção foi pura e simplesmente transposto para o interior. Claro que a situação à quelques exceptions pois continua a ser a mesma: não definição de métodos de trabalho, inexistência de colegialidade nos centros de decisão, ausência total de prática democrática. [...] O fenómeno “Netismo” e o “Ben-Bellismo” têm grandes analogias — a linguagem de esquerda de uma pequena burguesia e a sua impossibilidade prática de realizar [...] o seu programa ideológico. [...]

Nega

Manda pelo Rui se possível o livro de [Abdou] Moumoni “[L’]Éducation en Afrique”. Como vou dar aulas na Universidade de Economia na cadeira “Introdução às Ciências Sociais” vê se há aí algo que interesse ou mande-me uma bibliografia dos livros que podem interessar.¹³³

Os membros da Revolta Activa haviam criado um conjunto de codinomes para personagens políticos importantes da época: Agostinho Neto era o “tio”; Lúcio Lara era o “primo”; Marien Ngouabi, Presidente do Congo-Brazzaville, era o “soba”. O “velho turco” a quem Maria do Céu Reis se refere era o escritor Arslan Humbaraci. Segundo Adolfo Maria,

Humbaracci era uma misteriosa personagem que apareceu subitamente naquela época (pelo menos para nós) com eventuais ligações a interesses petrolíferos, a polícias secretas (francesas, italianas?), em suma um aventureiro internacional.¹³⁴

¹³³ PT FMS 06, VÁRIA, doc. 04326.005.002, **Carta de Nega a Mário de Andrade**, Luanda, [s.d.].

¹³⁴ MARIA, Adolfo, **Comunicação pessoal**, correio eletrónico, 18 set. 2012. O nome aparece grafado alternadamente Humbaraci e Humbaracci.

Foi possivelmente um acaso que Humbaraci fosse desconhecido para os jovens que participaram do CEA; de fato, o escritor turco estivera na Argélia (outro país rico em petróleo vivendo uma revolução), e escrevera *Algeria: a revolution that failed* (*Argélia: a revolução que fracassou*), publicado simultaneamente em Londres e Nova York em 1966. Não era seu primeiro trabalho: já em 1958, em Londres, publicara *Middle East indictment: from the Truman doctrine, the Soviet penetration and Britain's downfall to the Eisenhower doctrine* (*Acusação do Oriente Médio: desde a doutrina Truman, a penetração soviética e a derrocada da Grã-Bretanha até a doutrina Eisenhower*). Sua proximidade com Agostinho Neto parece ter derivado de uma relação privilegiada com Kenneth Kaunda e Julius Nyerere; em todo caso resultou em um novo livro, em parceria com Nicole Muchnik, intitulado *Portugal's African Wars: Angola, Guinea-Bissao, Mozambique* (*As guerras africanas de Portugal: Angola, Guiné-Bissau, Moçambique*), publicado em 1974, em Londres e Nova York, depois do 25 de abril mas antes da renúncia de Spínola à presidência. O tom do livro é de acusação contra o apoio do Ocidente aos regimes de minoria branca do sul do continente africano, e de celebração do heroísmo e da justiça última dos movimentos de libertação da CONCP e seus aliados no Sudoeste Africano, Rodésia do Norte e África do Sul.¹³⁵

Fosse ou não Humbaraci o contato entre a direção do MPLA e as companhias petrolíferas que tinham interesses em Angola, o certo é que houve negociações bastante proveitosas para ambos os lados: apesar de o governo dos Estados Unidos apostar todas as suas fichas na FNLA e na UNITA, a Gulf Oil continuou pagando mensalmente os royalties de suas atividades na costa de Cabinda ao governo de transição (sendo que o ministério responsável, o das Finanças, estava nas mãos do MPLA). Eram valores expressivos, de que o movimento necessitava urgentemente para fazer frente à situação de guerra civil instaurada desde março. O MPLA garantia que não tinha intenções de nacionalizar a exploração de petróleo em um futuro próximo, pela simples razão de que não dispunha de quadros técnicos para assumir a produção. Só em fins de novembro, por exigência direta do Presidente dos Estados Unidos, a petrolífera suspendeu os pagamentos, com o pretexto que Angola não tinha um governo reconhecido internacionalmente. Entretanto, recusou-se a entregar o dinheiro à FNLA ou à UNITA, tal como lhe vinha sendo exigido.¹³⁶ De toda forma, esses acertos, fechados nos bastidores, ampliavam consideravelmente os recursos de uma direção resoluta em sua decisão

¹³⁵ HUMBARACI, Arslan; MUCHNIK, Nicole, **Portugal's African wars: Angola, Guinea Bissao, Mozambique**, [s.l.]: Third Press, 1974. Nicole Muchnik, é uma jornalista e artista plástica nascida na Tunísia e atualmente radicada na Espanha, envolvida, na década de 1960, com o movimento feminista francês.

¹³⁶ STOCKWELL, **A CIA contra Angola**, p. 217-218; GLEIJESES, **Conflicting missions**, p. 312; MACQUEEN, **A descolonização da África portuguesa**, p. 233.

de afastar qualquer tipo de contestação a seu protagonismo. Ao mesmo tempo, reforçavam a certeza, por parte dos membros da Revolta Activa, de que as possibilidades de sucesso de um processo dialogado de democratização interna, tal como propunha seu manifesto, eram praticamente nulas.

Entre dezembro de 1974 e o início de 1975, a maior parte dos membros da Revolta Activa que estava no Congo-Brazzaville retornou a Luanda. Adolfo Maria, sua esposa e mais dois companheiros viajaram juntos, de avião. Em suas palavras:

Na aproximação a Luanda, procurávamos pontos de referência, em particular a baía. Deslocávamos de janela para janela no avião para melhor ver a aproximação, o que causou espanto entre os passageiros. Já muito perto de Luanda, vislumbrámos finalmente a baía — esplendorosamente refulgente à luz do sol — essa baía à qual estávamos tão ligados desde a nossa meninice. [...]

Já em terra, fui-me apercebendo das profundas modificações que Luanda sofrera. No aeroporto havia muito mais movimento do que aquele que eu conhecia: o grande vai e vem de aviões (de carreiras internas e externas) e de pessoas deixaram-me aturdido. Na cidade o trânsito tinha se multiplicado exponencialmente e havia toda uma série de novas avenidas, prédios altos e lojas... Aquela era uma outra Luanda, o cosmopolitismo era visível, a paisagem humana também bem diferente da de treze anos atrás. Senti um certo *dépaysement*.¹³⁷

Como dissidentes, não podiam contar com o suporte financeiro do MPLA; entretanto, não tiveram problemas em conseguir empregos nos serviços públicos, onde se promovia uma rápida angolização da administração, aliás incontornável, diante da intensificação do êxodo dos brancos entre abril e novembro de 1975. Os médicos, como Hugo de Menezes, João Vieira Lopes e Manuel Videira, não tiveram dificuldades em serem admitidos nos hospitais da capital. Joaquim Pinto de Andrade, por sua vez, tornou-se o diretor do Centro de Investigação Pedagógica (CIPIE) da Secretaria Provincial de Educação, e integrou em sua equipe Maria do Céu Carmo Reis e Maria Helena Maria. Gentil Viana passou a dar aulas na Faculdade de Economia da Universidade de Luanda, função que acumulava com um emprego no Conservatório do Registro Automóvel. Fernando Paiva obteve uma colocação nos Serviços de Aeronáutica Civil. Por sua vez, Adolfo Maria foi empregado no Centro de Documentação dos

¹³⁷ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 126.

Serviços de Planejamento da Secretaria Provincial (logo transformado em Ministério do Planejamento, a cargo do MPLA durante o Governo Provisório). Ele e Amélia Mingas também davam aulas nos liceus luandenses.¹³⁸

Por algumas semanas, prosseguiram com os contatos políticos, sem registrar sucesso algum. A ameaça militar representada pela fenomenal coalizão que o MPLA tinha de vencer — a FNLA, a UNITA, o exército do Zaire, o SADF, a CIA e ainda mercenários recrutados na África do Sul, na comunidade cubana anticomunista e em várias capitais europeias — colocavam em segundo plano qualquer demanda por mais colegialidade nas decisões do movimento. O clima geral de união em torno da direção do MPLA, apesar do reconhecimento de problemas na condução do movimento, pode ser percebido no seguinte depoimento de Adolfo Maria:

Fiz uma viagem até Benguela, onde contactei o Sócrates Dáskalos. Ele tinha sido nomeado Governador do distrito de Benguela, possivelmente por indicação de Agostinho Neto. Anteriormente, de passagem por Brazzaville, Sócrates teve contactos connosco e aparentemente estava de acordo com as nossas posições. Passei um dia e uma noite no Palácio do Governo de Benguela, onde vivia o Sócrates. Tentei ver que possibilidades havia de desenvolvimento da Revolta Activa em Benguela e no Lobito, mas Sócrates Dáskalos mostrou-se algo evasivo e disse-me que, no distrito de Benguela, a questão que se punha para os militantes do MPLA era a luta contra a UNITA e contra os próprios seguidores de Chipenda. Portanto, a Revolta Activa não teria chances de ali se implantar.¹³⁹

Poucas semanas depois da chegada de seus militantes a Angola, a Revolta Activa abandonaria a maior parte de suas reivindicações e passaria a buscar uma reintegração de seus membros ao MPLA, em bases individuais, em troca de uma simples declaração de princípios por parte da direção. As negociações, entretanto, não foram fáceis. Em uma das muitas reuniões ocorridas entre o início de 1975 e abril de 1976, Maria do Céu Reis teve de encarar, do outro lado da mesa, seu antigo companheiro de projetos, Pepetela, convertido em “um duro da delegação” enviada por Agostinho Neto.¹⁴⁰ Finalmente, em 13 de abril de 1976, confrontado com um ambiente político extremamente volátil nas cidades, Agostinho Neto ordenou a prisão dos antigos membros da Revolta Activa, em um documento assinado por todos os membros do

¹³⁸ *Ibid.*, p. 126-127.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 128.

¹⁴⁰ MARIA, *Entrevista*.

bureau político.¹⁴¹ Maria do Céu Reis estava fora de Angola, em companhia de Mário Pinto de Andrade. Juntos, tiveram de encarar um novo exílio, ainda mais longo que o primeiro. As atividades acadêmicas, como ativistas, professores universitários e pesquisadores, levaram-nos a muitos lugares, dentre os quais Portugal, França, Guiné-Bissau e Moçambique. Maria do Céu Reis esteve também no Brasil, e escreveu sobre aspectos em geral pouco abordados do nacionalismo angolano, com foco nos problemas da representação, mas seus trabalhos não têm, infelizmente, recebido o destaque que merecem. Adolfo Maria teve a sorte de escapar da prisão ao ser avisado que Hélder Neto, seu antigo companheiro de CEA e agora quadro da nova polícia política, a DISA, telefonara para alguns conhecidos para descobrir onde trabalhava. Manteve-se escondido em Luanda, praticamente incomunicável, por dois anos e meio, até ser decretada a anistia dos participantes da Revolta Activa, em novembro de 1978. Dali seguiu para Lisboa, onde se engajaria em projetos editoriais e na imprensa. No final da década de 1980, Mário Pinto de Andrade, Adolfo Maria e Gentil Viana criariam ainda, em Lisboa, um Grupo de Reflexão, em busca de saídas para a guerra civil angolana, mas não tiveram muito sucesso em ter suas propostas ouvidas — a guerra civil era sempre invocada para desautorizar qualquer questionamento da unidade em torno da posição oficial do MPLA.¹⁴² Adolfo Maria vive hoje em Portugal; e Maria do Céu Reis voltou a Luanda, onde é professora universitária.

O caminho de Pepetela foi bem diverso. Chegou à capital angolana em 1974, na qualidade de responsável pelo Departamento de Educação e Cultura (DEC), cargo que ocupava na Frente Leste. “Em Luanda, fugi de novo da educação e fui director do DOP (Departamento de Orientação Política)”.¹⁴³ Nos meses confusos em torno da independência, Pepetela aproximou-se dos CAC.¹⁴⁴ Em suas palavras:

Eles queriam uma figura de proa para aparecer como o líder, mas eu não tinha vontade de liderar nada. Estávamos de acordo com muitas coisas, no princípio, na análise que fazíamos da situação política e militar. Mas eles já tinham a ideia da criação de um partido à parte (que veia a ser a OCA — Organização Comunista de Angola). Quando ficou claro que ia haver uma guerra a sério contra os outros movimentos, eu só podia estar do lado do meu movimento, o MPLA. [...] E não quis fazer parte da OCA, que condenava a

¹⁴¹ PIMENTA, *Angola no percurso de um nacionalista*, p. 140-146; 154-156.

¹⁴² *Ibid.*, p. 162-173.

¹⁴³ PEPETELA, *Comunicação pessoal*.

¹⁴⁴ FIGUEIREDO, *O movimento estudantil em Angola*, p. 81.

guerra, numa atitude que para mim na altura era suicida. Se não combatêssemos íamos dar o poder ao Mobutu, aos sul-africanos do apartheid e seus aliados internos.¹⁴⁵

Em junho de 1975, seguiu para o sul como membro do Estado Maior da Frente Centro, e envolveu-se nos combates entre as forças dos distintos movimentos pelo controle de Benguela, segunda maior aglomeração urbana do país e sua cidade natal, e da vizinha Lobito, que concentrava a atividade portuária da região.¹⁴⁶ Nesse ponto voltamos a ter o relato de Sócrates Dáskalos, governador de Benguela nomeado pelo governo de transição:

Apareceu-me um guerrilheiro fielmente barbudo, [...] decidido e autoritário, um homem a comandar homens em plena guerra, que era afinal o frágil e indeciso rapaz que em tempos não muito distantes comungara comigo na utopia que fora a FUA [...].¹⁴⁷

O apoio maciço da população urbana estava aqui também claramente com o MPLA. Em Benguela, após duros combates, a guarnição da FNLA terminou por se render. Mas, nas palavras de Dáskalos,

esta rendição só foi aceite depois de uma bazófia do comandante Pepetela que, face às reticências dos fenelosos, disse-lhes: “ou vocês se rendem ou eu faço funcionar o nosso dispositivo e tudo que é vosso vai pelos ares!”... Depois da rendição perguntei ao Pepetela qual era o dispositivo e ele confessou-me que não existia!¹⁴⁸

O controle militar de Benguela, entretanto, não ficou por muito tempo nas mãos do MPLA. A 14 de outubro, uma coluna de cavalaria motorizada sul-africana invadira; duas semanas depois, era senhora de todo o sul, incluindo Moçâmedes (Namibe) e Sá da Bandeira (Lubango). Em 6 de novembro, Benguela cairia. No dia seguinte, Lobito. A ofensiva seria parada, na altura de Porto Amboim, pela espetacular escalada da presença cubana, no espaço de poucos dias.¹⁴⁹ Pepetela seguira as ordens de resistir no sul até a independência e em

¹⁴⁵ PEPETELA, **Comunicação pessoal**, correio eletrônico, 27 out. 2012.

¹⁴⁶ PEPETELA, **Comunicação pessoal**, correio eletrônico, 19 set. 2012.

¹⁴⁷ DÁSKALOS, Sócrates, **Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo**, Lisboa: Vega, 2000, p. 125.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 193.

¹⁴⁹ GLEIJESES, **Conflicting missions**, p. 300-308, 312-316.

seguida recuar para Luanda, onde chegou a 13 ou 14 de novembro de 1975.¹⁵⁰ “Depois da independência arrumei a arma e nunca mais lhe peguei”, relembra.¹⁵¹

Em Luanda, Pepetela passaria a se dedicar, tal como Henrique Abranches, à institucionalização da cultura nessa Angola a que finalmente chegara. Imediatamente foi envolvido nas articulações para a criação da União dos Escritores Angolanos (UEA). Em suas próprias palavras:

O Luandino [Vieira] teve a ideia, e falou com o [Fernando] Costa Andrade “Ndunduma”, e com o Arnaldo Santos. E eles começaram a conversar sobre isso, e tal, e: “quem mais? quem mais?” — “Manuel Rui Monteiro”. Eram pessoas que já tinham publicado qualquer coisa, e que estavam em Luanda. Então, entretanto, os sul-africanos atacaram [...], eu estava em Benguela, recuei, cheguei a Luanda. Quando cheguei a Luanda, eles disseram: “oh, e o Pepetela” — que eu já tinha publicado *As aventuras de Ngunga* na guerrilha. E então, os cinco [...] escrevemos um manifesto, o tal manifesto. [...] A proclamação foi feita no dia 10 de dezembro, mas a escrita foi em novembro. [...] Devo ter chegado a 13 ou 14, eles devem ter falado comigo a 15 ou 16 [de novembro], foi por aí. Nessa segunda quinzena foi escrito o manifesto.¹⁵²

O processo de constituição da UEA foi pensado, de certa forma, como uma possibilidade de reaproximação de antigos companheiros que as vicissitudes da longa guerra de libertação tinham afastado. Pepetela recorda:

Todos aqueles que se considerassem escritores aderiam — bastava [...], e eram os fundadores. A partir daí, tinha que ter obra publicada, um livro publicado para ser membro. E portanto, aderiram quarenta e tal, aqueles que foram contatados, que conseguimos contatar. Não conseguimos contatar o Viriato da Cruz que estava na China — [...] ele não aderiria, mas nós quisemos contatar. Quando achamos o Mário de Andrade — que não aderiu, e que nós deixamos o lugar pra ele assinar um dia, porque dissemos: “ah, esse será sempre um fundador, mesmo se não aderiu no momento”. Às vezes

¹⁵⁰ PEPETELA, **Entrevista**.

¹⁵¹ PEPETELA, Não se festeja a morte de ninguém: entrevista a Rita Silva Freire, **Revista Caju**, 47, 30 dez. 2011.

¹⁵² PEPETELA, **Entrevista**.

quando falam do Mário esquecem esse pormenor, são injustos em relação à União dos Escritores, ele ainda foi convidado, ele é que não aderiu, e nós deixamos o espaço.¹⁵³

Mas havia nessa proposta de reintegração, afinal, um quê de submissão. De fato, quem discursou no dia 10 de dezembro de 1975, quando a UEA foi proclamada, foi Agostinho Neto. Em 1977, Neto assumiria a presidência da Assembleia Geral do órgão — fato marcado por novo discurso. Em 1979, mais um discurso seu assinalaria a posse da direção eleita. Nessas três ocasiões, seus enunciados apontavam muito claramente para o estabelecimento de uma agenda e de uma orientação para a literatura angolana, que deveria se inserir profundamente na cultura angolana até se tornar dela “um reflexo” — operando, em uma equação que já vimos ser enunciada por Amílcar Cabral, a partir da seleção dos traços culturais das “várias nações angolanas, hoje fundidas numa”.¹⁵⁴

Mas, se aos membros extraviados da “família MPLA” se apontava um lugar, ainda que subordinado à autoridade cuja contestação fora mesmo a causa de seu extravio, a participação de alguns escritores que trabalharam em Angola durante o regime colonial já foi mais contestada:

Houve por exemplo, uma questão sobre o Óscar Ribas. Havia pessoas que diziam: “ó pá, deixe estar, ele tem todas as condecorações do governo colonial, sempre foi mais ou menos defensor do Estado” — entre os cinco, [foi] entre os cinco que [se] escolheram todos. E, eu já não me lembro muito bem, provavelmente eu era o radical lá do grupo, porque eu era contra. Provavelmente. Mas a maioria achou que: “não, [...] temos que puxar, temos que puxar”, e foi puxado, e o Oscar Ribas aceitou. E aí, sim, talvez por um arrependimento, foi o Luandino e eu [que] fomos à casa do Oscar Ribas convidá-lo.¹⁵⁵

Os cinco propositores permaneceram à frente da nova instituição, na qualidade de Comissão Instaladora, até fins de 1976, quando houve eleições. Pepetela não participou da primeira

¹⁵³ *Ibid.*

¹⁵⁴ NETO, Agostinho, **...Ainda o meu sonho... (discursos sobre a cultura nacional)**, Lisboa: 70, 1980, p. 11-19, 21-36, 37-51. Uma interessante avaliação sobre os primeiros anos da UEA, que não perde sua importância por sua adesão a esse mesmo projeto de uma literatura nacional, pode ser lido em: HAMILTON, Russel, **Literatura africana: literatura necessária**, Lisboa: 70, 1984, v. 1, cap. 7.

¹⁵⁵ PEPETELA, **Entrevista**. Sobre o lugar de Óscar Ribas na literatura angolana, ver CHAVES, Rita de Cássia Natal, **A formação do romance angolano: entre intenções e gestos**, São Paulo: Edusp, 1999, cap. 4; HAMILTON, **Literatura africana**, v. 1, p. 72-75.

direção eleita da UEA porque tinha sido chamado para compor o governo, trabalhando junto com António Jacinto, então Ministro da Educação. Ele relembra:

Quando fui para o governo, levava a missão explícita de reformular o ensino e criar uma escola propriamente angolana, cortada da tradição colonial. Foi o que fizemos, com novo sistema de ensino, métodos e manuais novos feitos por angolanos, nacionalistas e progressistas. [...] Na fase da reformulação, foi adaptado o Manual que eu tinha feito em 1966 em Argel, para as condições de um país independente, embora a estrutura e o método fossem os mesmos, baseados em parte no método Paulo Freire (o qual aprovou a adaptação de 1977) e no Manual cubano (pois o método Paulo Freire dispensava manual mas exigia alfabetizadores com um nível cultural que não tínhamos).¹⁵⁶

Em 1982, Pepetela abandonaria o governo para se dedicar à literatura, e também, em menor medida, ao teatro. A partir daí ocuparia diversos cargos na UEA (Secretário para as Relações Exteriores, Presidente da Comissão Directiva, Presidente da Assembleia Geral).¹⁵⁷ Entre 1983 e 2009, atuou como professor universitário em Luanda.¹⁵⁸ Atualmente divide seu tempo entre Angola e Portugal.

Henrique Abranches teria uma carreira ainda mais voltada para o trabalho de institucionalização da cultura angolana. Além de membro da UEA, ele esteve na origem de outra importante associação artística, a União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP):

uns tempos depois [da proclamação da UEA], o Abranches e o Rui de Matos — que era escultor, sobretudo — com o [Víctor Teixeira] “Viteix” — que estava em Paris, [e dali] foi para Luanda — esses são os três dinamizadores da UNAP. [...] Aliás, o Costa Andrade, o Abranches e o Rui de Matos e o Matondo [Afonso “Bonga”], os quatro, fizeram a primeira exposição coletiva [...]. Os quatro [eram] membros do MPLA — quer dizer, tinham participado na luta de libertação de alguma forma. Então essa [...] foi a primeira exposição coletiva em Angola. E [foi] por volta desta altura que foi criada a UNAP.¹⁵⁹

¹⁵⁶ PEPETELA, **Comunicação pessoal**.

¹⁵⁷ *Ibid.*

¹⁵⁸ PEPETELA, Não se festeja a morte.

¹⁵⁹ PEPETELA, **Entrevista**. Outra fonte indica apenas a participação dos três primeiros artistas citados. A exposição chamava-se “Da luta de libertação ao partido”, e foi aberta a 3 de fevereiro de 1979, como parte das comemorações oficiais do início da luta armada. Agostinho Neto faria o discurso de abertura, que pode ser lido em NETO, **...Ainda o meu sonho...**, p. 53-62.

Abranches seria também o Director Nacional de Museus e Monumentos até 1979, quando parte para criar e dirigir o Laboratório Nacional de Antropologia, por meio do qual leva a cabo uma série de projetos etno-históricos e arqueológicos, mas não abandona seus objetivos museológicos. Com efeito, é o criador de uma série de museus, dentre os quais o Museu Nacional de Antropologia, em Luanda, e o Museu Nacional de Arqueologia, em Benguela. Professor universitário, permanece dedicado às artes plásticas, à criação de uma escola de quadrinistas (que lançaria a primeira revista de quadrinhos angolana, o *Jornal do Man'kiko*, em 1993), à política cultural e à literatura. Publicou dois importantes livros de ensaios na década de 1980, tratando da relação entre história, cultura e patrimônio, além de artigos com temas que vão da literatura à tradição oral, passando pela arqueologia. A maior parte de seus romances, entretanto, só veria a luz ao longo da década seguinte.¹⁶⁰ Abranches faleceu em 2004.

Nem Maria do Céu Reis, fora do país, nem Adolfo Maria, isolado em seu esconderijo em Luanda, poderiam acompanhar os acontecimentos trágicos de maio de 1977, sem sombra de dúvidas a parte mais envolta em incertezas de toda a história angolana recente: tentativa falhada de golpe de Estado ou “insurreição desarmada de massas”. Seu principal protagonista, Nito Alves, era um dirigente da 1ª Região Político-Militar, que havia alcançado proeminência durante o Congresso de Lusaka, ao fazer uma defesa intransigente da liderança de Agostinho Neto contra a Revolta do Leste e a Revolta Activa. Daí passou ao Comitê Central do MPLA e a Ministro da Administração Interna. Nos meses tumultuados em torno da independência, atuou fortemente junto aos comitês de bairro no processo de sua transformação em órgãos do “poder popular” — segundo seus defensores, o Estado na República Popular de Angola deveria ser constituído por uma hierarquia de assembleias territoriais em que cada instância elegeiria representantes para a instância superior, até à Assembleia Nacional.¹⁶¹

Nesse processo, e amparando-se principalmente em suas leituras de Lênin, Nito Alves identificou uma série de inimigos políticos. Os primeiros foram os CAC. Nito Alves combateu-os através de meios de comunicação oficial, a que tinha acesso, e na prática da

¹⁶⁰ MARQUES, Nota biográfica.

¹⁶¹ Uma exposição equilibrada dos principais fatos relacionados a essa dissidência, embora deixando ainda muito por contar, foi feita de forma pioneira por Jean-Michel Mabeko Tali, em **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 2, p. 181-227. Mais recentemente, é preciso mencionar a publicação de MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, **Purga em Angola: o 27 de maio de 1977**, 5. ed. Alfragide: Texto, 2010. Esse livro traz de fato algumas contribuições relevantes para o estudo dessa passagem tão inquietante da história angolana, mas um tom excessivamente conspiratório, uma fúria iconoclasta pouco objetiva e a apresentação quase sempre acrítica de testemunhos e versões não verificadas e muitas vezes de segunda mão comprometem fundamentalmente seu alcance. Ver ainda ANGOLA. CONSELHO DA REVOLUÇÃO, **Lei do poder popular: lei nº 1/76 (Diário da República nº 29, 1ª série, de 1976)**, Luanda: INA, 1976.

política cotidiana, por meio de uma aliança com os Comitês Henda, a partir de um dado momento liderados por Sita Valles, que abandonara seu curso e sua militância estudantil em Lisboa para voltar à sua Angola natal na altura da independência, integrando-se no Departamento de Organização e Massas (DOM) do MPLA. Os CAC terminaram dissolvendo-se, com parte de seus membros integrando-se ao movimento em bases individuais, outros deixando definitivamente Angola em direção a Portugal. Alguns, entretanto, foram presos, principalmente aqueles que se haviam dedicado à criação da OCA.¹⁶²

O segundo alvo foi a Revolta Activa. Em 28 de março de 1976, na volta de um curto período de formação que tivera na União Soviética, o astro ascendente do MPLA defenderia, num comício amplamente repercutido nos meios oficiais de comunicação, a necessidade de eliminar os membros da corrente oposicionista. Nito Alves chegou a participar de reuniões de negociação, como emissário do MPLA. Adolfo Maria recorda uma ocasião particularmente tensa, quando foi exigida aos membros da Revolta Activa uma autocrítica pública como condição para o reingresso no movimento.

Perante a nossa resposta [de que não havia razão para tal], a tensão subiu muito entre Nito Alves e Monimambo. Este, de dedo em riste e fuzilando com o olhar Nito Alves, disse-lhe mais ou menos isto: “Quem és tu, camarada, para exigir de mim uma autocrítica?! Mete na tua cabeça que nunca vais ter o prazer de ver-me fazer uma autocrítica perante ti!”. De certa forma, Monimambo, comandante do MPLA desde 1961, kikongo, ajustava contas com Nito Alves, que integrara a 1ª Região Militar como professor, vindo de Luanda, em 1969. Nito Alves tinha rapidamente ascendido a comissário político, substituindo Miro (Casimiro), que o Comando dessa 1ª Região tinha feito enforcar, em 1970/1971 — Comando de que então Nito Alves já fazia parte. Os olhares de Monimambo e Nito Alves eram de profundo e mortífero ódio. Sentimos, pela expressão de Nito Alves, que o problema era insolúvel. Terminara a reunião, foi glacial a despedida.¹⁶³

Os integrantes da Revolta Activa foram encontrar as prisões já ocupadas por membros do CAC e da OCA; em junho de 1976, quando ocorreram as eleições para os órgãos do poder popular, essas duas organizações foram proibidas de apresentar candidatos, por serem

¹⁶² FIGUEIREDO, **O movimento estudantil em Angola**, p. 91-92. A mesma autora publicou recentemente uma biografia de Sita Valles: FIGUEIREDO, Leonor, **Sita Valles : revolucionária, comunista até à morte, 1951-1977**, Lisboa: Alêtheia, 2010.

¹⁶³ PIMENTA, **Angola no percurso de um nacionalista**, p. 143.

consideradas de natureza contrarrevolucionária.¹⁶⁴ A partir daí, Nito Alves tinha por trás de si o apoio de grande parte das assembleias de base, além de aliados bem posicionados em vários órgãos do MPLA. Nesse momento, identificou o seu terceiro inimigo, desta vez não congregado em uma sigla, como os anteriores, mas disperso nas próprias estruturas de poder do movimento e do Estado angolano: a aliança tática contrarrevolucionária que alegadamente unia maoísmo e social-democracia, corporificada na figura de Lúcio Lara e diversos outros integrantes do que poderíamos chamar de “direção histórica” da organização.¹⁶⁵ Essa direção, entretanto, achou que bastava. Após meses de disputa por influência em praticamente todas as esferas da vida pública angolana, dos muceques aos órgãos do MPLA e do Estado, Nito Alves foi formalmente acusado de promover o “fraccionismo” em outubro de 1976, com base em informações da DISA. Seus apoiantes foram afastados dos cargos na estrutura do movimento e do Estado, e os órgãos do poder popular foram considerados ilegítimos. A disputa continuou no interior do Comitê Central, e a 21 de maio de 1977 Nito Alves e José Van Dúnem foram afastados de suas funções — o que foi comunicado aos militantes da base do movimento pelo próprio Agostinho Neto, em um comício promovido nesse mesmo dia.¹⁶⁶

O que aconteceu exatamente no dia 27 de maio de 1977 ainda está longe de ser ponto pacífico. Mas é certo que a “viragem repressiva” impetrada então pelo MPLA condicionou todo o futuro desenvolvimento da sociedade política em Angola. Condição também a transformação, pouco depois, do caráter do MPLA, de frente ampla para um partido marxista-leninista. A tomada do poder fracassara diante do apoio decisivo das tropas cubanas estacionadas em Luanda a Agostinho Neto, em movimentações a que os soviéticos assistiram sem mexer um músculo. Nito Alves, o homem dos soviéticos no MPLA, estava morto; os soviéticos, por sua vez, receberam o MPLA em seu colo.¹⁶⁷

Em que medida a raça esteve envolvida nesses acontecimentos? Tali descreve a força do apelo nitista nos muceques de Luanda como resultante de seu “discurso populista pan-negro”,

¹⁶⁴ FIGUEIREDO, **O movimento estudantil em Angola**, p. 91-92.

¹⁶⁵ Tali, ao analisar as tendências políticas presentes então no interior do MPLA, identifica, além dos nitistas, os pragmatistas, mais ou menos correspondentes à direção histórica, onde se localizava o próprio Agostinho Neto, de base marxista mas observando a primazia das condições locais no planejamento das ações do Estado; uma extrema esquerda abafada, ancorada em um marxismo mais estrito, mas fragilizada pela repressão aos CAC; e um grupo “tradicionalista”, presos políticos remanescentes da agitação de fevereiro de 1961 em torno de Luanda, muito marcados por uma solidariedade étnica *ambundo*, mais especialmente centrada na região do Catete, de onde vinha o próprio Neto. TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 2, p. 197-202.

¹⁶⁶ *Ibid.*, v. 2, p. 202-205. Nito Alves escreveu um longo documento especificando as bases de sua posição, para apresentar, a título de defesa. Ver ALVES, Nito, 13 teses em minha defesa, *in*: ASSOCIAÇÃO 27 DE MAIO (Org.), [Sítio internet], Barcarena: Associação 27 de Maio, 2008.

¹⁶⁷ TALI, **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**, v. 2, p. 218-247.

voltado contra brancos, mestiços e cooperantes estrangeiros, ainda que de forma implícita. Já Fidel Reis, confrontando diversas fontes, acredita que os conteúdos raciais, embora estivessem presentes, foram marginais para o desenvolvimento da crise, embora tenham sido utilizados pelo MPLA de modo a justificar a repressão. Ainda segundo Reis, entre 1977 e o fim do regime socialista de partido único, em 1990, o jogo de classificações para definir o pertencimento e a exclusão à nação e ao MPLA deixaria de ser feito em termos de adscrições raciais, em prol de uma identificação com o partido e com a adesão à linha proposta por seus órgãos diretivos.¹⁶⁸

De fato, já no texto dos acordos do Alvor, assinado pelo governo revolucionário português e pelos três movimentos de libertação angolanos, as partes comprometiam-se a observar um direito à nacionalidade baseado exclusivamente sobre o *jus soli*, admitindo ainda a possibilidade de naturalização para aqueles que, tendo nascido em outro lugar, residissem em Angola à data da independência.¹⁶⁹ A lei da nacionalidade, promulgada pelo MPLA ainda às vésperas da independência, logo a seguir à proclamação da lei constitucional, seguia basicamente os mesmos princípios, com algumas modificações: eram cidadãos todos os nascidos em Angola ou filhos de pai e mãe angolanos, ainda que nascidos no estrangeiro (artigo 1º); podiam requerer a cidadania aqueles residentes há mais de dez anos, ou os cônjuges de cidadãos angolanos residentes há mais de três anos no país (artigo 3º). Por outro lado, a questão do merecimento da cidadania, que sempre pontuou os debates no interior do nacionalismo angolano acerca dos direitos de brancos e mestiços, terminou por achar o seu espaço na legislação, ainda que não relacionada explicitamente à raça.¹⁷⁰ O artigo 4º advertia:

Será negada a cidadania angolana ou retirada a que tenha sido concedida por desconhecimento dos factos que se integrem na injunção do presente artigo aos indivíduos que, singular ou colectivamente, cometerem crimes de homicídio contra a população civil angolana e aos que, pessoal e voluntariamente, tenham praticado actos de oposição à luta de libertação nacional, integrando ou prestando serviços a organizações repressivas do regime colonial, e ainda os que tenham integrado organizações clandestinas criadas com o fim de contrariar o processo de descolonização.¹⁷¹

¹⁶⁸ *Ibid.*, v. 2, p. 214; REIS, **Das políticas de classificação às classificações políticas**, p. 280-289.

¹⁶⁹ REIS, **Das políticas de classificação às classificações políticas**, p. 268.

¹⁷⁰ ANGOLA, **Lei constitucional — Lei da nacionalidade**, Luanda: INA, 1975, p. 21.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 22.

O contraponto a essa restrição vinha no artigo 6º: “Serão considerados angolanos de pleno direito os não naturais de Angola que, preenchendo ou não os requisitos referidos no artigo 3º, hajam prestado relevantes serviços à luta de libertação nacional.” A Henrique Abranches, por exemplo, a cidadania angolana foi concedida, nos termos desse artigo, ainda em 1976.¹⁷²

Mas há certamente uma disputa em torno da memória social aqui, e a raça encontra nela um lugar de destaque. Em primeiro lugar, é preciso considerar a lista de membros do MPLA a quem Nito Alves acusava, em suas *13 teses em minha defesa*, de serem membros da contrarrevolução: além de Lúcio Lara, os ministros Saidy Mingas (Finanças) e Iko Carreira (Defesa); Manuel Pedro Pacavira e Carlos Alberto Van Dúnem; os escritores Costa Andrade “Ndunduma” (*Jornal de Angola*), João Melo (*Rádio Nacional de Angola*), Henrique Abranches e Pepetela; Paulo Mungungu da Silva “Dangereux” e Júlio de Almeida “Juju”, ambos do Estado-Maior das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA); além de Hélder Neto, Henrique Santos “Onambwé” e João Rodrigues Lopes “Ludy Kissassunda”, os três da DISA — cinco brancos e três mestiços de pele clara. E eram precisamente estes (com a exceção de Hélder Neto) os que seriam ainda acusados de estarem envolvidos na preparação de um golpe de Estado, em articulação com Joaquim Pinto de Andrade, mestiço, principal figura pública da Revolta Activa. De forma semelhante, há uma forte presença de brancos e mestiços de pele clara dentre os acusados de terem participado da “comissão das lágrimas”, que supostamente teria interrogado os presos políticos com maior formação escolar: aí são novamente citados Pepetela, Henrique Abranches, Ndunduma, Onambwé e Iko Carreira, e mais Manuel Rui Monteiro, Luandino Vieira e Paulo Teixeira Jorge (que fora representante do MPLA em Argel), entre outros.¹⁷³

Até onde me foi dado constatar, Pepetela foi o único dentre os acusados que respondeu publicamente a essas acusações.

A minha participação foi apenas de informação. [...] Eu não falo muito sobre isso, não quero falar, não gosto de falar. Porque quem sabe a verdade, quem sabe de tudo o que se passou, é o MPLA. [...] Quem pode juntar o material suficiente e explicar [o que aconteceu] é o MPLA. [...]

¹⁷² *Ibid.*; MARQUES, Nota biográfica, p. 13.

¹⁷³ MATEUS; MATEUS, **Purga em Angola**, p. 68-71, 126-129; ver também ALVES, 13 teses. Quanto à “Comissão das lágrimas”, Mateus baseia suas acusações em artigos de um jornal angolano contemporâneo, *Folha 8*, e no depoimento de quatro pessoas que estiveram presas: o coronel José Inácio da Costa Martins (antigo membro do MFA, que se refugiara em Angola em novembro de 1975), Maria da Luz Veloso (ex-assessora de Agostinho Neto), o historiador Carlos Pacheco e o psiquiatra António José Marques (ambos estudantes, na altura). Os dois últimos afirmam terem sido interrogados por Pepetela, entre outros citados.

Há muita coisa que eu não conheço. Vim a saber há pouco tempo que havia várias comissões, por exemplo. As pessoas do outro lado, que sofreram a repressão que existiu, confundem tudo numa mesma comissão.¹⁷⁴

Pepetela reconhece ter participado apenas na seleção de depoimentos a serem publicados na imprensa, e afirma desconhecer, à época, a ocorrência de torturas e fuzilamentos sumários:

Não se sabia... Havia zunzuns, havia muitos presos, era o que se sabia. Pensava que ia haver um julgamento, como tinha havido para os mercenários [capturados durante os confrontos em torno da independência]. Afinal não houve julgamento nenhum.¹⁷⁵

É certo que a virada repressiva do MPLA deu azo a todo tipo de acerto de contas pessoais, que houve uma perseguição generalizada aos jovens que haviam despertado para a participação política, especialmente os dos muceques, e ainda que essa repressão sangrenta — sejam os mortos contados às centenas, milhares ou dezenas de milhares, conforme as várias versões — sacralizou uma prática autoritária do Estado angolano que ainda hoje é uma de suas mais marcantes características.¹⁷⁶ Mas é interessante perceber como, mesmo depois que o êxodo massivo de brancos tornou a raça em Angola um fenômeno demográfico meramente residual em termos estatísticos, verificou-se a existência de uma correlação forte entre as velhas categorias raciais da hierarquia colonial e as novas categorias do “socialismo científico”: “pequeno-burguês” e “contrarrevolucionário” sendo adscrições acusatórias que tinham tanto mais eficácia quanto mais clara fosse a cor da pele do alvo. Se a nacionalidade dos brancos angolanos estava já sacramentada na legislação, o reconhecimento de sua angolanidade — cada vez mais identificada com o projeto de poder hegemônico da direção do MPLA — permanecia, em boa medida, uma concessão condicional.

* * *

A tempestade que Maria do Céu Reis pressentira ao chegar a Angola desabou, de fato. A unidade do pequeno grupo que havia fundado o CEA, em Argel, não pôde jamais ser

¹⁷⁴ PEPETELA, Não se festeja a morte.

¹⁷⁵ *Ibid.*

¹⁷⁶ TALI, *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 2, p. 222-224.

recuperada. E, indício interessante, enquanto os “dissidentes” obrigados a um novo exílio orientaram sua produção intelectual no sentido de uma análise crítica da sociedade angolana e dos mecanismos do poder que condicionavam a permanência da guerra e a impossibilidade de cumprir o programa humanista e igualitário dado à partida, os que ficaram em Angola dedicaram-se à tarefa de construir um sentimento de pertença nacional através de um esforço mitográfico — mesmo que suas atividades não se resumissem a isso, e mesmo que houvesse posteriormente rupturas entre o sentido desse esforço e o projeto de hegemonia política do MPLA, a cuja defesa se dedicaram de forma tão completa até os primeiros anos da década de 1980.

O recorte cronológico escolhido para este trabalho repousa exatamente nessa ruptura, difícil de localizar com precisão, mas mesmo assim muito claramente perceptível no tipo de crítica social que emerge, tateante, nos contos de *O cão e os caluandas*, de Pepetela (escritos entre 1978 e 1983, e publicados em 1985) ou nos traços de *Man’kiko* (que, apesar de só vir a público em 1993, é um projeto iniciado por Henrique Abranches ainda em 1986). Não é que a nação — e o processo politicamente ativo de sua construção — deixe de ser o centro das preocupações intelectuais desses dois autores, muito pelo contrário. Também não há o mais leve vacilo na adesão pública de qualquer um dos dois ao MPLA. Mas é que sua interpretação da nação e das coletividades que a fazem abandona um certo esquematismo e, principalmente, o aspecto normativo forte que caracterizava o jogo das categorias identitárias em momentos anteriores. Que esse corte corresponda ao início da passagem para uma posição pós-colonial, tal como definida por Appiah — a qual Pepetela completaria, aliás, de modo mais cabal que Abranches — não é com certeza um acidente.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Inocência Mata localiza essa viragem na obra *A geração da utopia*, de 1992. MATA, Inocência, *A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns*, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 43-72; e também **Ficção e história na literatura angolana: o caso de Pepetela**, Luanda: Mayamba, 2010, p. 34-42. Quero crer que ela inicia já nesse momento, com o *Cão e os caluandas*, e avança decididamente com *Lueji, o nascimento de um império* (1988) — mas é de fato em *A geração da utopia* que uma condição pós-colonial é expressa de forma mais característica. De notar que Appiah integra em sua conceituação de pós-colonial o descomprometimento dos romancistas com a nação, que será substituída pela referência à África. Mas eu tenho dúvidas se esse abandono da nação (que não ocorrerá na literatura de Pepetela, por exemplo) é mesmo uma característica intrínseca e estruturalmente necessária para o conceito; ou se o problema fundamental não está tanto na nação quanto no Estado. Segundo essa linha, o deslizamento nação-África observado por Appiah seria apenas uma representação parcial do fenômeno de deslizamento etnia-nação-África-Terceiro Mundo-humanidade, que não seria específico do romance pós-colonial, mas um dado de duração mais longa nas enunciações africanas — e não apenas as literárias. Num outro registro relacionado a essas escalas, o da crítica, ver MATA, Inocência, *Even Crusoe needs a Friday: os limites dos sentidos da dicotomia universal/local nas literaturas africanas*, **Gragoatá**, n. 19, p. 11-26, 2005.

PARTE III

A letra, com sangue

7 Um certo ponto de vista

O objetivo desse experimento de leitura é o de explorar as vias abertas por uma “contextualização densa” de sua produção — para parafrasear um lema da moda na (já um tanto fora de moda) virada linguística. Não buscarei passar em revista a fortuna crítica acumulada, no Brasil e em Portugal, sobre a obra de Pepetela, mesmo porque isso exigiria a escrita de um outro volume. Recomendo entretanto a leitura do muito que se tem produzido, e espero apresentar uma contribuição a mais, a partir de um ponto de vista ligeiramente diferente, condicionado por minha qualidade de perpétuo estrangeiro no país dos estudos literários. De fato, muitos dos aspectos e características de que me valho para estruturar essa contribuição já haviam sido apontados individualmente por outros críticos, que não serão citados e discutidos caso a caso, como seria certamente mais proveitoso fazer, unicamente por questões de espaço. Isso não me exime, é claro, de reconhecer aqui o inestimável valor de suas observações e a acuidade de suas análises, que me guiaram nesta empreitada em que me lancei.¹

Os romances que escolhi analisar, *Mayombe e Yaka*, não são os primeiros romances de Pepetela, nem os únicos escritos ou publicados no período abrangido por este estudo — houve ainda *Muana Puó* (escrito em 1969, em Argel, e publicado em 1978); *As aventuras de Ngunga* (escrito na Frente Leste, em 1972, e publicado no ano seguinte pelo MPLA, como recurso didático utilizado na alfabetização de crianças e adultos); as peças teatrais *A corda* (escrita em 1976 e publicada dois anos mais tarde) e *A revolta da Casa dos Ídolos* (escrita em 1979 e publicada no ano seguinte); e o livro de contos *O cão e os caluandas* (escritos de 1978 a 1983, e publicados em 1985). A opção por esses dois é portanto uma opção interessada. Já veremos por que.

¹ Há, em especial, duas obras dedicadas exclusivamente a Pepetela a cujo auxílio recorri diversas vezes ao escrever este trabalho: o conjunto de dados biobibliográficos, depoimentos e artigos reunidos por Rita Chaves e Tânia Macedo, e o livro resultante da tese de doutoramento de Inocência Mata. CHAVES, Rita de Cássia Natal; MACÊDO, Tania (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, São Paulo: Ateliê, 2009; MATA, Inocência, **Ficção e história na literatura angolana: o caso de Pepetela**, Luanda: Mayamba, 2010. Segundo um levantamento feito em março de 2008 e publicado por Rita Chaves e Tânia Macêdo, haviam sido defendidas 45 teses e dissertações sobre a obra de Pepetela nas universidades brasileiras, e havia outras 11 em andamento.

7.1 Um por todos, e todos contra a tribo

Mayombe tem uma história editorial interessante. Dentre os livros escritos por Pepetela, é o que teve mais edições (quatro em Angola, uma no Brasil e dezesseis em Portugal) e traduções (alemão, inglês, sendo a primeira edição nesta língua publicada no Zimbábue, búlgaro, servo-croata, italiano, espanhol e japonês).² Mas, apesar de ter sido escrito em 1971, entre as bases do Congo, Dolisie e Brazzaville, só viria à luz em 1980. Inicialmente, Pepetela não pensara em publicá-lo, como declarou a Carlos Serrano:

Escrevi porque tinha necessidade de escrever. Estava em cima de uma realidade que quase exigia que eu escrevesse. Escrevendo eu compreendia melhor essa realidade; escrevendo eu atuaria também melhor sobre a própria realidade. Não quanto à obra escrita, mas pela minha atuação militante para melhor compreensão dos fenômenos que se passavam.³

Isso conferiu à narrativa uma característica particular:

Esse livro foi escrito em total liberdade, até porque não tinha pretensão de o publicar. [...] Ele foi acompanhando a minha vida nessa época de Cabinda e por isso tem muitas influências verídicas, embora as personagens não correspondam a pessoas reais. Uma ou outra tem traços que a um momento dado até confundiram os intervenientes, mas eram apenas um traço aqui, outro traço ali.⁴

Em *Mayombe*, com efeito, diversos temas até então vistos como tabus dentro do MPLA são explicitados e tratados com um nível bastante elevado de crítica, embora se mantivesse uma orientação claramente pedagógica, centrada precisamente na identificação das maneiras adequadas de lidar com tais assuntos espinhosos. Antes disso, já *As aventuras de Ngunga* (segundo colocado dentre os livros de Pepetela em número de edições e traduções) circulara como folhetim, entre 1974 e 1975, nas páginas de *Cultura (II)*, e em 1976 ganhara sua primeira edição comercial, simultaneamente pela UEA (para Angola) e pelas Edições 70 (para Portugal). Sobre o processo de publicação das obras que escrevera até então, Pepetela recorda:

² CHAVES; MACÊDO (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, p. 22.

³ SERRANO, Carlos, O romance como documento social: o caso Mayombe, **Via Atlântica**, n. 3, p. 132-139, 1999.

⁴ Entrevista a Aginaldo Cristóvão apud CHAVES; MACÊDO (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, p. 40 (a fonte referenciada, na internet, parece não mais existir).

Dei para publicação o *Muana Puó*, que saiu em 1978. Entretanto, tinha passado a limpo o *Mayombe*, que dei a ler ao Presidente Agostinho Neto. Ele encorajou-me a publicar e falou também com o Luandino (SG [Secretário-geral] da UEA) sobre os méritos do livro e necessidade de publicação. Demorou por razões burocráticas e editoriais, saindo só em 1980, com Neto já morto.

Levantou-se alguma celeuma, porque o livro reduzia um pouco a historicidade de todos quantos participaram da guerrilha. Houve quem não gostasse de voltar para o pedestal humano. Tentaram fazer um inquérito, mas como havia testemunhas que afirmavam ter o Presidente Neto apoiado o livro, a coisa acalmou.⁵

Quanto a esse “passar a limpo”, feito já depois da independência, vale a pena mencionar o depoimento de Adolfo Maria, que foi um de seus primeiros leitores:

Obrigatoriamente, fui. Fui porque éramos muito amigos, e eu fiz até a crítica dele, eu li o *Mayombe* escrito à máquina, que escrevia naquele tempo. Máquina com folha com papel químico, se já não faz mais isso. [...] Metia-se uma folha de papel normal [...] e duas folhas de uma espécie de papel de seda, fininho. E entre elas, um papel químico. [...] E, portanto, isso dá pra fazer três, quatro cópias — pelo menos a segunda e a terceira eram legíveis. [...] Eu li uma das cópias. [...]

E mais que esse *Mayombe*, ele quando foi pra o Leste deixou-me guardado. Quando cheguei a Luanda — [...] estávamos em campos opostos, mas nunca deixamos de ter relações — ele perguntou-me: “tu tens ainda? que o meu... perdi o meu”. E eu dei-o.

E eu gostava de ter esse manuscrito, hoje — para comparar com aquilo que foi publicado. Porque li o *Mayombe*, este *Mayombe*, impresso, tem menos força do que o manuscrito que eu li. Nos conflitos de pessoas etc., nos

⁵ PEPETELA, **Comunicação pessoal**, correio eletrônico, 19 set. 2012. Pepetela continua: “Quando publiquei *O Cão e os Caluandas*, em 1985, já não tinha esse para-que-das e as ameaças foram maiores!!! Mas o livro saiu e foi sendo reeditado, talvez com mais medo por parte do editor!”. Sobre o aval (mais um) de Agostinho Neto, Leonel Cosme destaca: “Agostinho Neto deu-lhe o *imprimatur*, [...] significando, para o Movimento e toda a gente, que a denúncia subtil do tribalismo, por parte de um incondicional do MPLA, como era considerado Pepetela [...], tinha objectivos pedagógicos e não se confundiria, sequer como *aviso*, com as asserções mais ‘reaccionárias’ de que o MPLA não se livraria dos cismas étnicos comuns a quase toda a África subsariana e de que a construção de um Africano Novo, tendo por paradigma o Homem Novo, moldado na forja e na bigorna do marxismo, seria uma utopia”. COSME, Leonel, A obra incompleta de Mário Pinto de Andrade, in: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.), **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**, Lisboa: Colibri, 2000, p. 134.

conflitos d'alma, de espírito, [...] a trama era mais complicada e, digamos, a crítica do ambiente e do contexto era mais explícita. [...] Fiquei com a sensação, e depois disse: “que pena, se tivesse o manuscrito, podia comparar”. Mas pronto, ele foi lá buscar, e aquilo era dele, e eu dei. “Tu trouxeste? Tu guardaste?” — “Trouxe.” — “Ah!”. Pronto.⁶

Não seria improvável que alguns aspectos fossem mesmo retrabalhados, e certas críticas moderadas, de modo a reforçar a intenção pedagógica da obra. Em um sentido semelhante, há, também, certas passagens que soam estranhamente premonitórias para um romance de 1971 — considerando-se a “tempestade” da independência — e que podem ter sido, se não inscritas, reescritas, nessa segunda metade da década de 1970. Com efeito, à primeira vista é surpreendente o quanto as críticas à condução do movimento e à burocratização e engessamento, expressas pelos diferentes personagens, se aproximam das formulações da Revolta Activa (cujos membros foram “anistiados” pelo próprio Presidente Agostinho Neto, em 1978); e também como uma certa tendência a discutir o balanço de poder nos relacionamentos interpessoais num nível micropolítico apontam para aquela curiosa mistura de Mao e Reich que caracterizava o universo social do qual emergiram os CAC. Por outro lado — e o mais inquietante — certas alusões a uma futura necessidade estrutural de constituição de um partido único e do surgimento de órgãos de repressão política que se voltariam inelutavelmente contra o próprio corpo social da nova nação sugerem, algo macabramente, os acontecimentos de 27 de maio de 1977. Por mais interesse que tenha, entretanto, uma análise atenta dessas passagens está fora do escopo deste trabalho, e ficará, aqui, apenas sugerida.

O fato é que *Mayombe* saiu, em 1980, e desde então sua interpretação tem despertado diversas leituras.⁷ Aqui o que proponho, portanto, é uma leitura a mais — uma leitura interessada de

⁶ MARIA, Adolfo, **Entrevista concedida a Fábio Baqueiro Figueiredo**, Lisboa, 9 fev. 2011.1

⁷ Uma pequena lista de algumas dessas possibilidades: HANGANU, Mariana Ploae, La matrice nationale dans la prose angolaise contemporaine, tout particulièrement dans *Mayombe* de Pepetela, in: COLLOQUE INTERNATIONAL LES LITTÉRATURES AFRICAINES DE LANGUE PORTUGAISE (1.: 1984: PARIS), **Les Littératures africaines de langue portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale: actes du Colloque International: Paris, 28-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984**, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985, p. 73-77; SERRANO, O romance como documento social; PADILHA, Laura Cavalcante, Lugares assinalados ou algumas imagens espaciais na ficção de Pepetela, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 311-334; ROSÁRIO, Lourenço do, O Homero angolano, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 335-339; SECCO, Carmen Lúcia Tindó, *Mayombe*: os meandros da guerra e os “feitiços” do narrar, in: **A magia das letras africanas: ensaios escolhidos sobre as literaturas de Angola e Moçambique e alguns outros diálogos**, Rio de Janeiro: Barroso: Abe Graph, 2003, p. 36-43; MATA, Inocência, Pepetela e a sedução da história, in: **Laços de memória & outros ensaios sobre literatura angolana**, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006, p. 51-68; SANTILLI, Maria Aparecida, O romance angolano: marcos e

historiador, mais preocupada com a maneira como as categorias de identificação coletiva são trabalhadas, em relação ao plano de fundo da longa luta de libertação nacional. Vamos a ela.

Os guerrilheiros da base do MPLA na floresta do Mayombe, no interior de Cabinda, são os personagens principais desse romance. Mais que personagens, na verdade, já que, seguidamente, a meio da trama, eles se intrometem no discurso do narrador onisciente, tomam a palavra e fornecem versões alternativas do que está a passar. Essa plurivocidade, muito característica da obra de Pepetela, em *Mayombe* pode vir na forma de discurso livre indireto ou cuidadosamente separada do corpo da narrativa, tanto em termos da diagramação (em itálico e abrindo uma nova página) quanto do enunciado, em que os narradores-personagens se apresentam antes de falar. Nem todos, para dizer a verdade: a expressão do Comandante Sem Medo mistura-se sempre à voz do narrador exclusivamente pela via do discurso livre indireto, que por vezes assume mesmo a primeira pessoa. O Comissário Político, interlocutor privilegiado de Sem Medo, também não toma a palavra.

Em termos de sua estrutura, *Mayombe* é concebido como um espelho transformador. Dividido em cinco capítulos, o primeiro (*A missão*) e o último (*A amoreira*) narram ações militares, momentos críticos cujos efeitos serão duradouros; o segundo (*A base*) e o quarto (*A surucucu*) são dominados pelo cotidiano, que engendra conflitos a serem resolvidos posteriormente. O terceiro capítulo (*Ondina*) é o ponto de inflexão da intriga, e o cerne da máquina dramática que transforma o segundo capítulo no quarto, e o primeiro no quinto. E um epílogo.

Minha leitura é a de que *Mayombe* trata de duas transformações entremeadas e indissociáveis. De um lado, a transmutação de sentimentos “tribais”, que conduzem a dissensões internas e ameaçam inviabilizar a guerrilha, em um sentimento de pertença nacional. De outro, a criação do “Novo Homem”, cavalo de batalha do terceiro-mundismo revolucionário, que se desenrola no plano individual mas implica a possibilidade de uma dramática reorganização social. No fundo, são o mesmo processo: a guerra anticolonial em *Mayombe* é a luta pela emancipação do povo e a luta pela libertação do homem — ambos, povo e homem, construindo-se a si mesmos no processo. No seu aspecto social mais amplo, trata-se de uma história exemplar, e, também de um exercício de demonstração de um conjunto de concepções associadas sobre o que a etnia é, e como as relações étnicas funcionam — mas, principalmente, o que ela deve

marcas, in: LEÃO, Angela Vaz (Org.), **Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa**, Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 341-361; CHAVES, Rita, *Mayombe: um romance contra correntes*, in: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, São Paulo: Ateliê, 2009, p. 125-139.

ser e como deve se transformar para que a nação possa emergir, em um esquema geral que já vimos ser descrito, num outro nível de análise, por Amílcar Cabral, na seção 3.5.

Mas começemos pela raça. Apesar da participação direta de Pepetela na guerrilha no Mayombe, e da presença de militantes brancos circulando entre Dolisie e Brazzaville, o único branco no romance é um motorista de caminhão português cuja participação se resume a fugir de uma emboscada armada pelos guerrilheiros. Há entretanto um personagem mestiço — o professor da base, Teoria — que concentrará muito do que girava em torno da presença branca na guerrilha. Aliás, o Comandante dirá mesmo a Teoria, a uma dada altura:

É bom falar, é bom conversar com um amigo, a quem se abre o coração. Sempre que estiveres atrapalhado [quanto à questão racial] vem ter comigo. A gente papeia. Guardar para si não dá, só quando se é escritor. Aí um tipo põe tudo num papel, na boca dos outros.⁸

Estamos pois avisados. Teoria é de fato o primeiro guerrilheiro a tomar da palavra e falar. Tendo ferido o joelho durante a marcha, recusa-se a voltar à base. E pensa:

Sabia que não era um guerrilheiro excepcional, nem mesmo um bom guerrilheiro. Mas insistira. Era o seu segredo. Da mesma maneira que impusera ao Comando a obrigatoriedade de ele fazer guarda como os outros guerrilheiros, embora o seu posto de professor da Base o libertasse dessa tarefa. Teoria era mestiço e hoje já ninguém parecia reparar nisso.⁹

Teoria luta para “arranjar no Universo maniqueísta o lugar para o talvez”.¹⁰ Essa luta é feita de uma superação individual, uma preocupação de “portar-se bem” todo o tempo, como para se penitenciar:

Ofereço-me sempre para as missões, mesmo contra a opinião do Comando: poderia recusar? Imediatamente se lembrariam de que não sou igual aos outros. [...] É a alienação total. Os outros podem esquivar-se, podem argumentar quando são escolhidos. Como o poderei fazer, eu que trago em mim o pecado original do pai-branco?¹¹

⁸ PEPETELA, **Mayombe**, ed. esp. comemorativa. Luanda: UEA, Endiama, 1989, p. 44-45. Esta edição, aliás, não aparece no levantamento feito por Rita Chaves e Tania Macêdo em **Portanto... Pepetela**, p. 21-27.

⁹ PEPETELA, **Mayombe**, p. 17.

¹⁰ *Ibid.*, p. 18.

¹¹ *Ibid.*, p. 23.

Mas essa postura é criticada pelo Comandante, que a atribui a um “complexo racial”, cuja superação permitiria a Teoria “tirar o xanguê de vez em quando”, sem que isso lhe pareça uma diminuição aos olhos dos outros. Isso porque o problema de sua participação na guerrilha estava superado, segundo Sem Medo: “Dás demasiada importância ao que os outros pensam de ti. Hoje, tu já não tens cor, pelo menos no nosso grupo de guerrilha estás aceite, completamente aceite.”¹²

Mas a cor da pele continuava a ser, de fato, um marcador muito eficaz para discriminar aliados de inimigos. Pepetela tivera que deixar crescer a barba e enfiar bem o quepe na cabeça, pois se topasse inadvertidamente com um outro destacamento do MPLA, seria imediatamente tomado como inimigo. Algo parecido ocorre aqui: um mal-entendido faz crer a Sem Medo e a um grupo de guerrilheiros que a base foi atacada e se encontra em poder dos portugueses. Preparando o contra-ataque, progride com uma coluna ao longo do rio para tomar posição, ainda escuro, logo antes de raiar o dia.

Iam dobrar a última curva. Bastaria avançar mais vinte metros e o leque estaria naturalmente formado. Sem Medo e Mundo Novo fizeram a curva. Estacaram de repente. A quinze metros deles estava um homem claro, lavando-se no rio. Um mulato, pensou Sem Medo. [...]

Esperar não podiam: se um tuga se lavava, outros viriam a seguir. [...]

Avançaram mais lentamente ainda, a AKA em posição de fogo. Era um mestiço, não havia dúvidas. [...] Se eu pudesse chegar até ele e apunhalá-lo, tudo estaria salvo. Não podia avançar mais, ele aperceber-se-ia. Sem Medo mandou estacar e fez sinal para que os guerrilheiros subissem a ladeira. Fariam fatalmente barulho. Quando o soldado se virasse, ele matá-lo-ia. [...]

[...] O mulato ouviu o barulho duma pedrinha rolando na falésia e virou-se. Sem Medo apertou a AKA.

O homem viu os guerrilheiros, viu a AKA de Sem Medo apontada para ele e ficou apático [...]. Sem Medo reconheceu nele Teoria.¹³

Reconhecimento verdadeiramente aristotélico; o “mulato” que se classificou automaticamente como inimigo era afinal um camarada, um membro da comunidade guerreira que se internara na floresta para fazer nascer a nação.

¹² *Ibid.*, p. 45-46.

¹³ *Ibid.*, p. 200-201.

Mas essa comunidade guerreira encontra-se afinal cindida, na caracterização de Pepetela, por um insidioso conflito que se estabelece em linhas “tribais”. De um lado, há a distância e a desconfiança estabelecida entre o “povo de Cabinda” e os guerrilheiros. De outro, a animosidade entre guerrilheiros ambundos e congueses, que constituem, juntos, a ampla maioria do contingente, tanto na base como na retaguarda, em Dolisie. Alimentando essas divisões, problemas de condução da luta e falta de instruções superiores. É o Comandante quem introduzirá na trama esses problemas:

É preciso dinamizar as coisas. Já estivemos parados demasiado tempo, à espera de instruções. É a nós que compete tomar a decisão. Só a acção pode pôr a nu as faltas ou os vícios da organização. Porque é que noutras regiões a guerra progride e aqui não cessa de recuar? Porque não temos estado à altura, nós, o Movimento. Culpa-se o povo, que é traidor. Desculpa fácil! É o povo daqui que é traidor ou somos nós incapazes?¹⁴

Entre os guerrilheiros há um único cabinda, Lutamos, que padece da desconfiança aguda dos demais, e, em especial, o do Chefe de Operações (que compõe, junto com o Comandante e o Comissário Político, o Comando do destacamento). Na primeira ação militar descrita no livro, os guerrilheiros retêm os trabalhadores de uma exploração madeireira que atacaram, e levam-nos pelas trilhas até perto da fronteira, de modo a despistar os portugueses que certamente os interrogarão. Numa parada da marcha, passa-se a seguinte cena:

Almoçaram ali mesmo, os guerrilheiros e os trabalhadores. As gamelas foram passadas de mão em mão. Um trabalhador tinha um maço de cigarros, que distribuiu pelos guerrilheiros. As palavras soltaram-se, deitados perto do Lombe, e só então os trabalhadores descobriram que Lutamos também era de Cabinda.

Pronto, pensou Sem Medo, viram que há um deles entre nós, já têm confiança. O tribalismo às vezes ajuda. Mas que tem o Das Operações que está tão atento à conversa? Ah! Tenta captar o que diz Lutamos, espiar se não trai. Com que prazer este tipo não comeria o Lutamos, frito com óleo de palma...¹⁵

Lutamos já se havia indisposto com os demais a respeito do tratamento a dar aos trabalhadores que certamente seriam encontrados:

¹⁴ *Ibid.*, p. 20.

¹⁵ *Ibid.*, p. 34.

— Camarada Comandante, o camarada Verdade acha que devíamos apanhar os trabalhadores da exploração e fuzilá-los, porque trabalham para os colonialistas. Disse que é isso o que se decidiu fazer.

O Comandante sentou-se e meteu a colher na tampa da gamela, sem responder. O Comissário encostou-se a uma árvore, comendo, observando o grupo.

— Deixa lá, pá! — disse Muatiânvua. — Esses trabalhadores são cabindas, por isso é que te chateias. Mas são mesmo traidores, nem que fossem lundas ou kimbundos...

[...]

Milagre esperou a reacção de Lutamos. Como este, ofendido, não repondia, Milagre falou para o Comissário:

— Que é que o camarada Comissário pensa?

— Penso que devemos partir, por isso não há mais papos. Discutiremos depois. Mas ai de quem tocar num trabalhador ou num homem do povo sem que se dê ordem. Ai dele!¹⁶

À identidade étnica, que divide, o Comissário opõe a identidade de classe, que poderia unir guerrilheiros e a população. Falando aos trabalhadores na esperança de conquistá-los para o apoio ao MPLA, o Comissário insiste:

Os tugas dizem que somos bandidos, que matamos o povo, que roubamos. Fizemo-vos mal? Matámos alguém? Mesmo o branco, podíamos matá-lo, não quisemos. Não somos bandidos. Somos soldados que estamos a lutar para que as árvores que vocês abatem sirvam o povo e não o estrangeiro. Estamos a lutar para que o petróleo de Cabinda sirva para enriquecer o povo e não os americanos.¹⁷

Mas, até o advento do capítulo central, é a identidade étnica a que vai determinar o jogo das relações no mundo da guerrilha. É novamente o Comandante que nos informa:

¹⁶ *Ibid.*, p. 24.

¹⁷ *Ibid.*, p. 38.

Sem Medo escutava, mas estava também atento aos comentários do resto dos guerrilheiros. Estes dividiam-se grosso modo em dois grupos: os kimbundos, em torno do Chefe de Operações, e o grupo dos outros, os que não eram kimbundo, os kikongos, umbundos e destribalizados como Muatiânvua, filho de pai umbundo e mãe kimbunda, nascido na Lunda. Mundo Novo era de Luanda, de origem kimbundo, mas os estudos ou talvez a permanência na Europa tinham-no libertado do tribalismo.¹⁸

Essa divisão orienta-se, de um lado, para a eleição de um líder para a facção “tribal”, e, de outro, para a mobilização de registros históricos de inimizade entre os diferentes grupos étnicos.

Na base, os problemas de condução do movimento contribuem para o acirramento das tensões. André, o responsável do MPLA em Dolisie, manda mais voluntários, jovens demais e mal treinados, mas não manda suprimentos. A fome, como se sabe, é má conselheira, e os guerrilheiros passam a discussões nervosas sobre um suposto desentendimento entre o Comissário e o Comandante. A dada atura, a hostilidade “tribal” invade os discursos. Kiluanje considera:

— Viste como o Comissário ficou zangado? — perguntou Milagre. — Se ele ficou assim, é porque o Comandante estava mesmo errado. O Comissário não fica zangado à toa!

— Porque o Comissário nunca erra? — disse Pangu-Akitina.

— Não é isso que eu estou a falar — disse Milagre. — Mas tu, lá porque és kikongo, só queres defender o Comandante.

— Ai é? E porque é que vocês o atacam? Porque são kimbundos...

— É melhor travar aí a discussão, camaradas — disse Teoria.

Ninguém lhe ligou importância.

— Nos Dembos — disse Milagre — um tipo como o Sem Medo já não vivia. Já o tínhamos varrido!

— Como varreram os assimilados e os umbundos em 1961 — disse Pangu-Akitina. — Mas isso não parou aí. Ainda vai haver muitas contas a ajustar.

— Camaradas, parem por favor — gritou Teoria, metendo-se no meio.

¹⁸ *Ibid.*

— Vocês julgam que vêm aqui fazer como na UPA? — disse Milagre. — O vosso partido é a UPA, o partido dos kikongos. Vieram aqui sabotar, estão a trabalhar para o imperialismo.

A discussão se acirra até que Pangu-Akitina ameace:

— Nós varremos muitos de vocês no passado. Os Dembos e Nambuangongo pagavam imposto ao Rei do Congo. Vocês eram nossos escravos, como é que falam agora?¹⁹

Aqui referências históricas muito antigas, como a submissão dos Estados ambundos ao reino do Congo, rompida já no século XVI, misturam-se à inescapável referência ao março de 1961. Entretanto, Pepetela toma o cuidado de não fazer uma atribuição étnica dos massacres de “assimilados e umbundos”; de fato, é Pangu-Akitina (um congues) quem acusa um originário da floresta dos Dembos (em território ambundo) de participado igualmente no massacre. O depoimento do Chefe de Operações é bem elucidativo:

Nos Dembos, os homens viviam miseráveis em meio da riqueza. O café estava em toda parte, abraçado às árvores. Mas roubávamos nos preços, o suor era pago por uns tostões sem valor. E as roças dos colonos cresciam, cresciam, cresciam, atirando as nossas pequenas lavras para as terras mais pobres.

Por isso houve Março de 61.

Eu era criança, mas participei nos ataques às roças dos colonos. Avançava com pedras, no meio de homens com catanas e alguns, raros, com canhangulos. Não podíamos olhar para trás: os kimbandas diziam que, se o fizéssemos, morreríamos. As balas dos brancos eram água, diziam eles. Depois da independência renasceriam os que tinham caído em combate. Tudo mentira. Hoje vejo que era tudo mentira.

[...] Foram os kikongos que vieram mobilizar-nos, que trouxeram as palavras de ordem do Congo de avançar à toa, sem organização. Os kikongos querem reconstruir o antigo reino do Congo. Mas esqueceram que os Dembos e Nambuangongo sempre foram independentes do Congo. Pelo

¹⁹ *Ibid.*, p. 94-95.

menos, a partir duma certa altura. Isso disseram-me os velhos dos Dembos e isso diz a história do MPLA. Porquê o Reino do Congo e não o Ndongo e não os Dembos?²⁰

Os ambundos ressentem-se de uma “invasão” conguesa ao MPLA. O ambundo Milagre, refugiado da repressão portuguesa de 1961, que lhe tirara o pai, explica:

Eu fugi de Angola com a mãe. Era um miúdo. Fui para Kinshasa. Depois vim para o MPLA, chamado pelo meu tio, que era dirigente. Na altura! Hoje não é, foi expulso. O MPLA expulsa os melhores, só porque eles se não deixam dominar pelos kikongos que o invadiram. Pobre MPLA!²¹

Mas há os “destribilizados”. Teoria, pelo fato de um nascimento mestiço — assim como Muatiânvua, num outro registro. Também os que se encontravam em minoria, como o próprio Lutamos ou o umbundo Ekuikui. Já outros seriam destribilizados por formação intelectual e convicção ideológica. Diria o Comandante ao Comissário:

— Eu sou kikongo? Tu és kimbundo? Achas mesmo que sim?

— Nós, não. Nós pertencemos à minoria que já esqueceu de que lado nasce o Sol na sua aldeia. Ou que a confunde com outras aldeias que conheceu. Mas a maioria, Comandante, a maioria?

— É o teu trabalho: mostrar tantas aldeias aos camaradas que eles se perderão se, um dia, voltarem à sua. A essa arte de desorientação se chama formação política!²²

Poucos já estão, como vimos, suficientemente desorientados. É Muatiânvua quem diz ao Comandante:

— O que se passa é que está a haver agitação na Base. Uns dizem que se não há comida é porque a Direcção não faz confiança no Comando da Base, que está dividido. Outros que porque o Comandante não serve e não faz acções que justifiquem a comida. Outros, esses são poucos, dizem que a culpa é dos civis e que é preciso mudar as coisas. Há os que são pelo Comandante, os

²⁰ *Ibid.*, p. 195. A *História de Angola* produzida no CEA reverbera em Mayombe não apenas nesta fala, mas também nos nomes dos guerrilheiros, boa parte deles retirados das revoltas antiportuguesas do passado que pontuavam a narrativa dos vários “ciclos” que se espalhavam ao longo do tempo e do espaço para constituir o território angolano: Kiluanje, Ekuikui, Pangu-Akitina, Muatiânvua...

²¹ *Ibid.*, p. 36.

²² *Ibid.*, p. 22.

kikongos; os que são pelo Comissário contra o Comandante; os que são pelo Chefe de Operações contra o Comissário e o Comandante; os que são pelo Chefe de Operações e o Comissário contra o Comandante; enfim, são esses...

Sem Medo sorriu tristemente.

— E os que são pelo Comandante, sem serem kikongos, ou pelo Comissário, sem serem kimbundos?

— Há, mas, eh pá, são poucos!²³

Tanto o Comissário e o Comandante percebem a configuração do campo em linhas étnicas, mas obviamente recusam-se a assumir o papel de líderes das respectivas facções, trabalhando juntos, com o apoio dos destribalizados, para manter o Comando unido. Aqui, a imbricação entre tribalismo e disputas de poder fica bastante explícita, como no trecho a seguir:

— O Das Operações está a trabalhar na sombra — disse o Comissário. — Toda a tarde estive em conferência com os kimbundos, até mesmo com o Teoria... Chamou-o a sós!

— Ah bom? O tribalismo nele é mais forte que o racismo? Não o pensava.

— Não é o tribalismo. É a ambição.²⁴

Considerando a possibilidade de forçar a substituição de André, o responsável do MPLA em Dolisie, a relação entre etnia e clientelismo volta a ser invocada. Diz o Comandante:

— [...] Haveria coisa mais fácil que levar os guerrilheiros até Dolisie para os prenderem? Brincadeira de crianças! [...]

— Porque não a pões em prática?

— Quais seriam os guerrilheiros que não o fariam? Só os kikongos. Mas mesmo esses também marchassem, se eu os convencesse.

— Não sei. O André dá-lhes sempre dinheiro às escondidas, quando vão a Dolisie.

— Aí é que está! Nem a todos. O próprio Pangu-Akitina se queixa.²⁵

²³ *Ibid.*, p. 101-102.

²⁴ *Ibid.*, p. 113.

²⁵ *Ibid.*, p. 124-125.

A imperfeição da correlação entre etnia e favorecimento sugere que não se trata tanto de uma lógica “tradicional” atávica qualquer, mas de cálculo político e construção ativa de lealdades. Certamente elas tendiam ao recurso a marcas de diferença identitária étnicas; elas estavam, por assim dizer, à mão, e muito na moda. De qualquer forma, os responsáveis desistem da ideia por não quererem promover atos de indisciplina, por mais justos que fossem seus motivos (na vida real, como vimos na seção 6.3, o Comandante Valódia reuniria seus guerrilheiros, em 1972, e desceria a Brazzaville para prender o próprio Lúcio Lara, pondo-se à frente de uma insatisfação que assumiu linhas raciais, mais que étnicas).

Lutamos, guerrilheiro cabinda, responde ao Comandante sobre a desconfiança que inspira ao Chefe de Operações:

O Chefe de Operações não pode comigo, desconfia mesmo de mim, mas isso é normal. O povo daqui não apoia, homem de Cabinda é logo traidor... Mas ele é bom militar e um dia vai compreender. Eu só quero que a luta avance, por isso penso é preciso fazer a unidade do Comando e obrigar a Direcção a pôr outro responsável em Dolisie. Só assim a luta pode avançar. Esse povo não é traidor, mas precisa de ver a guerra está a sair mal ao tuga. O povo apoia o que tem razão, mas quando o que tem razão mostra que é forte. Os civis dizem em Dolisie não se deve enviar comida porque nós não fazemos guerra e que o Comando está dividido por tribalismo e ambição...²⁶

Mas como destribilizar? O processo de urbanização, obrigando à construção de novas solidariedades alternativas aos laços étnicos, ao lado da generalização do português como língua franca, é apontado ao longo do texto como uma das formas de acelerar esse desenvolvimento. Mas apenas o avanço da própria luta pela independência nacional poderia desmontar os sustentáculos do tribalismo dentro do MPLA — a ligação com o restante do povo, de quem os guerrilheiros do Mayombe estão afastados, é ao mesmo tempo a finalidade da ação política e o meio através do qual se obteria a independência, entendida em sentido amplo, indissociável da formação de um sentimento nacional.

O depoimento do Chefe do Depósito, um mais-velho de Dolisie, mostra como a experiência da guerra pode afetar a percepção do tribalismo:

Lá em Quibaxe, eu já era homem e casado, quando começou a guerra. Camponês sem terra, trabalhava na roça dum colono. Entrei na guerra, sabendo que tudo o que fizesse para acabar com a exploração era correcto. E

²⁶ *Ibid.*, p. 102.

tudo fiz. Mas não foi tão rápido como se imaginava. Os traidores impediram a luta de crescer. Traidores de todos os lados. É mentira dizer que são os kikongos ou os kimbundos ou os umbundos ou os mulatos que são os traidores. Eu vi-os de todas as línguas e cores. Eu vi os nossos próprios patrícios que tinham roças quererem aproveitar para aumentar as roças. E alguns colaboraram com a Pide.

[...]

Já sou velho, já vi muita coisa. As palavras têm valor, o povo acredita nas palavras como deuses. Mas aprendi que as palavras só valem quando correspondem ao que se faz na prática.

Sem Medo fala como age. É um homem sincero. Que me interessa a língua que falaram os seus antepassados?²⁷

Conquanto a lógica da narrativa esteja muito próxima das formulações que vimos serem sistematizadas por Amílcar Cabral na seção 3.5, não deixa de haver alguns distanciamentos, muito interessantes, aliás. Talvez o mais ilustrativo seja a posição de Muatiânvua. Um *lumpen*, na caracterização do Comandante, “ladrão, marinheiro, contrabandista, guerrilheiro, sempre à margem de tudo”, em suas próprias palavras — aqui estamos longe do tradicional desdém com que o pensamento comunista, desde Marx, tratou essas camadas sociais desenquadradas e talvez não enquadráveis; longe também de Cabral, que afirmava que esses estratos, na Guiné, tinham-se revelado dos mais reacionários, menos interessados na luta de libertação e, com frequência, dispostos a trabalhar para os órgãos de repressão como informantes. Laivos de um anarquismo existencialista que diversas vezes Pepetela atribui a seu Comandante Sem Medo, quem sabe se não colocando palavras na boca dos outros. Da boca de Muatiânvua podemos ouvir:

Onde eu nasci, havia homens de todas as línguas vivendo nas casas comuns e miseráveis da Companhia. Onde eu cresci, no Bairro Benfica, em Benguela, havia homens de todas as línguas, sofrendo as mesmas amarguras. O primeiro bando a que pertenci tinha mesmo meninos brancos, e tinha miúdos nascidos de pai umbundo, tchokue, kimbundo, fiote, kuanhama.

²⁷ *Ibid.*, p. 172.

As mulheres que eu amei eram de todas as tribos, desde as Reguibat do Marrocos às Zulu da África do Sul. Todas eram belas e sabiam fazer amor, melhor umas que outras, é certo. Qual a diferença entre a mulher que esconde a face com um véu ou a que o deforma com escarificações?

Querem hoje que eu seja tribalista?

De que tribo?, pergunto eu. De que tribo, se eu sou de todas as tribos, não só de Angola, como de África? Não falo eu o swahili, não aprendi eu o haussa com um nigeriano? Qual é a minha língua, eu, que não dizia uma frase sem empregar palavras de línguas diferentes? E agora, que utilizo para falar com os camaradas, para deles ser compreendido? O português. A que tribo angolana pertence a língua portuguesa?

[...]

Eu, Muatiânvua, de nome de rei, eu escolhi a minha rota no meio dos caminhos do Mundo, eu, ladrão, marinheiro, contrabandista, guerrilheiro, sempre à margem de tudo (mas não é a praia uma margem?), eu não preciso de me apoiar numa tribo para sentir a minha força. A minha força vem da terra que chupou a força de outros homens, a minha força vem do esforço de puxar cabos e dar à manivela e de dar murros na mesa duma taberna situada algures no Mundo, à margem da rota dos grandes transatlânticos que passam, indiferentes, sem nada compreenderem do que é o brilho-diamante da areia duma praia.²⁸

É precisamente a fala de Muatiânvua que introduz o ponto da trama que os dois planos de transformação de que falei acima se intersectam, e em que se dá a inflexão. É a relação interpessoal entre o Comissário, em seu doloroso percurso de se tornar um Homem Novo, e sua noiva, Ondina, a professora da base, que servirá de catalizador para a mudança. Ondina é representada fora do quadro étnico — crescida nos muceques de Luanda, ela é uma mulher antes de tudo. E, dentre tantas vozes, ela é a única mulher que fala no romance. É no terceiro capítulo, que leva o seu nome, que se dá a transformação. É através dela que finalmente conhecemos o nome do Comissário Político: João. E será através dela que conheceremos afinal sua identidade — uma identidade que vai ser criada a partir do embate entre eles, e entre João e Sem Medo, seu modelo.²⁹

²⁸ *Ibid.*, p. 115-116.

²⁹ Até onde me foi dado pesquisar, não existe uma leitura de Mayombe concentrada na figura feminina. Aliás, seria interessante fazer essa leitura levando em conta a categorização proposta por Maria do Céu Carmo Reis em *Representation sociale de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la generation des années 50 en*

O estopim é a impossibilidade de uma vida comum entre João e Ondina dar certo, face à maior experiência dela e o desequilíbrio de poder que isso instaura na relação — um ponto existencialista da narrativa, tanto em termos de tema quanto de tratamento, que aparece também na história que Sem Medo conta a João sobre seu amor de juventude, e que aponta decididamente para a trama de *Muana Puó*. Ondina, inquieta e insatisfeita, termina tendo um encontro sexual com André, o responsável do movimento em Dolisie, que é descoberto e provoca um escândalo. Ora, André é justamente a representação do responsável que está menos preocupado com o sucesso da guerrilha, e mais com uma prática clientelista do poder, estruturada na base dos pequenos favorecimentos concedidos segundo linhas de pertencimento étnico. Mas isso não é tudo:

André era kikongo e Ondina noiva dum kimbundo. Não é preciso ser feiticeiro para adivinhar o clima que reinará em Dolisie, pensou Sem Medo. O André enterrou-se definitivamente. Enquanto tinha amantes congolezas, as pessoas murmuravam mas não ousavam agir. Agora era diferente.³⁰

Um membro da direção em Brazzaville virá para instaurar um inquérito e proceder à substituição de André (numa reminiscência do inquérito dirigido por Lúcio Lara contra Miranda Marcelino, de que dá notícia Adolfo Maria). Ondina, por sua vez, escreve para João propondo o rompimento, e pede sua transferência para o leste; João, entretanto, acredita ser capaz de reatar. Quanto a isso, Ondina e Sem Medo debatem:

— O João não compreende ou não quer compreender. [...] O problema é que entre nós dois as coisas não podem ir. Sou mais madura que ele. Terei tendência a dominá-lo. Outra vez acontecerá o mesmo e ele será capaz de aceitar. Não é justo! [...]

— O problema está aí. É que tu és mesmo mulher para ele, e o João sabe-o. Não para o João que conheceste, mas para o João que fizeste germinar, o que está a nascer.³¹

Para forjar-se uma personalidade, João terá que se libertar de sua dependência em relação a Ondina, a fim de estar apto a construir com ela, em um outro momento, uma relação que não passe pela dominação de nenhum dos lados. Ao mesmo tempo, deverá buscar sua autonomia ética, passando a ser seu próprio referencial, para o que deverá desconstruir sua visão da

Angola, *África*, v. 10, p. 140-161, 1987.

³⁰ PEPETELA, *Mayombe*, p. 128.

³¹ *Ibid.*, p. 162-163.

personalidade que tinha sido até então seu modelo — O Comandante Sem Medo. Irritado com o amigo por não se dispor a agir em favor da reconciliação, João parte para o Mayombe, disposto a assumir a responsabilidade de comandar o ataque a um acampamento português que nesse meio tempo fora instalado perto da base. É a construção de um Homem Novo *sui generis*, na verdade, em que o individualismo burguês não é contra-arrestado pelo mergulho no coletivismo, mas pelo recurso a um outro tipo de individualismo, de cunho existencial, coletivista no sentido da busca por uma equipotência generalizada. É preciso libertar-se dos mitos — não só aqueles contra os quais Sékou Touré investia em seus discursos — mas também os que modelam a relação dos combatentes com o próprio movimento de libertação. As palavras do Comandante, mais uma vez, explicam, sobre as razões que levam os homens a lutar:

Eu sei, por exemplo, que todos temos bem no fundo de nós um lado egoísta que pretendemos esconder. Assim é o homem, pelo menos o homem actual. Para que serviram séculos ou milénios de economia individual, senão para construir homens egoístas? [...] Por isso é necessário mostrar-lhe sempre que o pouco conquistado não chega e que é preciso prosseguir. Isso impedir-me-á de continuar? Porquê? se eu sei isso, a frio, e mesmo assim me decido a lutar, se pretendo ajudar esses pequenos egoístas contra os grandes egoístas que tudo açambarcaram, então não vejo porque haveria de desistir quando outros continuam.³²

João, o homem, talvez já esteja pronto. Mas a trama não se encerra aí — não basta a libertação do homem, quando o povo continua subjugado — e, ao novamente ampliar-se, retoma o dilema da identidade étnica transitando para a identidade nacional. Enquanto as transformações pessoais de João se desenrolam, o povo de Cabinda, mobilizado pela ação guerrilheira narrada no início do livro, começa a aderir à ideia de independência. Um dos trabalhadores encontrados na primeira missão chega a Dolisie para fazer contato, conta que em seu povoado passaram a ouvir *Angola Combatente*, que entenderam e concordam com a mensagem do movimento: quer ser guerrilheiro, outros querem trabalhar para o MPLA dentro das povoações.

Há entretanto uma confusão: um pequeno grupo de guerrilheiros em patrulha que havia ouvido, de longe, tiros e gritos chega a Dolise acreditando que a base fora atacada. Sem Medo e o Chefe do Depósito promovem uma mobilização imediata de todos os guerrilheiros e civis

³² *Ibid.*, p. 75-76.

angolanos em Dolisie, e partem para o resgate. Correndo a toda velocidade num jipe que vai levá-los até a fronteira, Sem Medo tenta obter mais informações:

— E o Chefe de Operações? E o guarda? — perguntou o Comandante, quase gritando para se fazer ouvir.

— Encontrei-o — disse Vewê. — O guarda ficou com ele, eu vim avisar. O Chefe de Operações está à sua espera na cascata. Ele disse logo que o camarada Comandante ia vir com um reforço, não se ia deixar ficar em Dolisie à espera do mujimbo.

— E que reforço! Viste como todos se ofereceram? Esqueceram as tribos respectivas, esqueceram o incómodo e o perigo da acção, todos foram voluntários — bateu na perna de Vewê. — É por isso que faço confiança nos angolanos. São uns confusionistas, mas todos esqueceram as makas e os rancores para salvar um companheiro em perigo. É esse o mérito do Movimento, ter conseguido o milagre de começar a transformar os homens. Mais uma geração e o angolano será um homem novo. O que é preciso é acção.³³

Uma vez que o Homem Novo esteja a postos, ele galvaniza a mobilização revolucionária que apaga as distinções étnicas frente ao inimigo comum. O Chefe de Operações, por exemplo, reconhecerá:

Mas Sem Medo é um homem. Quando combate, tem o mesmo ódio ao inimigo que eu. As razões são diferentes, mas os gestos são os mesmos. Por isso o sigo no combate.³⁴

E mais tarde:

Hoje, Sem Medo ganhou apoio dos guerrilheiros da Base e dos de Dolisie. Não se fala de outra coisa, só se fala do Comandante. Esqueceram que ele é kikongo, só vêem que ele é um grande Comandante.

Se todos assim pensam, sobretudo o Chefe do Depósito, que já é um mais-velho, talvez então seja verdade. Começo a pensar que fomos injustos para ele.³⁵

³³ *Ibid.*, p. 189.

³⁴ *Ibid.*, p. 196.

³⁵ *Ibid.*, p. 206.

Não houvera ataque, mas disparos acidentais e um enorme mal entendido. O Comandante, em todo caso, fica na base para participar do ataque ao acampamento português, mas delega o comando a João. A direção do movimento pretende promover o Comissário a Comandante, em substituição a Sem Medo, que seria deslocado para abrir uma nova frente de luta. Militarmente, é um treino. Para a ação dramática, entretanto, trata-se de outra coisa. É já um novo homem o João que avança à frente dos guerrilheiros; é já uma ideia de Angola que investe contra o acampamento português. Para ambos, o combate será um batismo de fogo, um rito de passagem que corporifique o limiar de um estágio da vida, o passar do tempo, a sucessão de gerações.

Uma disputa surda se estabelece em meio às balas — João procurará demonstrar uma coragem superior à de Sem Medo, terminará em uma situação de risco. Ele se colocara, dentro de um talude, de frente a uma fileira inimiga, sustentando sozinho o fogo e isolado do restante dos guerrilheiros, que só conseguem passar ao assalto e protegê-lo após o avanço a peito descoberto primeiro de Lutamos, o cabinda solitário, depois de Sem Medo. Ambos terminam mortos.

Militarmente, a narrativa termina com uma vitória, mas há duas baixas. Novamente nas palavras do Chefe de Operações:

— Lutamos, que era cabinda, morreu para salvar um kimbundo. Sem Medo, que era kikongo, morreu para salvar um kimbundo. É uma grande lição para nós, camaradas.³⁶

Não deixa de ser interessante que Pepetela tenha escolhido retratar um processo que coloca em evidência o tribalismo sendo exercido por ambundos — que, a partir de uma passagem sacrificial, envolvendo a morte de homens de outros grupos étnicos, alcançam o reconhecimento de si e dos outros como angolanos. Mais interessante ainda quando se recorda que, no mais das vezes, “tribalismo” era um defeito de caráter que atingia fundamentalmente as outras etnias (congueses e umbundos), em sua associação com as organizações nacionalistas rivais, respectivamente a FNLA e a UNITA.

De toda forma, se Mayombe ataca fundamentalmente os problemas internos do MPLA em sua progressão para se tornar um movimento efetivamente representativo em âmbito nacional, não deixa de espicaçar, sempre que pode, o inimigo mais importante do momento. As alusões à UPA são centradas no março de 1961 em sua caracterização “obscurantista”, à sua

³⁶ *Ibid.*, p. 227.

irrelevância em termos de representatividade, e ainda a desvios de recursos. Mas, se a UPA é retratada como uma organização essencialmente étnica e arcaizante — a crença nas balas dos brancos transformando-se em água sendo a imagem mais bem acabada dessa atribuição — o próprio Pepetela recupera, por outro lado, a simbologia dos inquices (*minkisi*, sing. *nkisi*), representações esculpidas de antepassados míticos enterradas junto a árvores, disseminados em toda a região do antigo reino do Kongo. Será, nos mesmos termos preconizados por Cabral, uma recuperação seletiva de traços culturais locais colocada a serviço da construção da nação. Os corpos de Lutamos e Sem Medo serão enterrados, por um João que ascende a uma nova lucidez e pelos demais guerrilheiros, ao pé duma imensa amoreira, como aquelas representações esculpidas de antepassados míticos que conferiam poder, saúde e identidade às comunidades rurais do norte angolano. Inquices de Angola, inquices do Homem Novo — é isso o que a complexa máquina simbólica tramada por Pepetela os torna afinal.

7.2 Corpo da nação, suplício do colono

Entre *Mayombe* e *Yaka* um bom tempo se passou. Em 1976, Pepetela havia escrito sua primeira peça, *A corda* (publicada, junto com *Muana Puó*, em 1978), sobre os lados internos em disputa e seus aliados externos, durante o tempo tumultuado da independência. Em 1979, terminou uma segunda incursão pela dramaturgia, com *A revolta da casa dos ídolos* (publicada, junto com *Mayombe*, em 1980), retomando pela primeira vez uma referência a um evento histórico presente na *História de Angola* produzida em Argel como mote principal — ainda que isso viesse acompanhado do abandono, de certo modo, de uma preocupação estritamente realista, uma vez que Pepetela assumia uma perspectiva mitográfica da revolta em questão como um de seus dados fundamentais, admitindo, pela boca de um “apresentador”, estar a apresentar uma versão que, no limite, tinha a necessidade de se distanciar dos fatos como os historiadores os registraram, para pôr em cena as mais importantes personagens anônimas, “que talvez tenham vivido”. Desde a escritura desta peça, Pepetela prosseguiria o trabalho nos contos de O cão e os caluandas, mas só retornaria ao romance em 1983, após demitir-se do Ministério da Educação, precisamente com *Yaka* — publicado no Brasil em 1984, e no ano seguinte em Angola.³⁷

³⁷ CHAVES; MACÊDO (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, p. 17-18. A íntima relação entre história e a escrita de Pepetela foi o tema da tese de doutorado de Inocência Mata, tornado livro em **Ficção e história na literatura Angolana**; ver ainda, da mesma autora, Pepetela e a sedução da história; e Pepetela: a releitura da história entre gestos de reconstrução, *in*: **Laços de memória & outros ensaios sobre literatura angolana**, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006, p. 69-84.

Yaka recebeu muito menos atenção que *Mayombe*: além das edições brasileira e angolana, quatro edições em Portugal até 2008, e traduções em alemão, francês e inglês.³⁸ Mas foi o fruto, ainda que concebido sob condições especialmente dolorosas, de um ano de dedicação exclusiva à literatura. Pepetela recorda:

Fiquei um ano só a escrever o *Yaka*. Estava com uma hérnia discal. Tive que escrever de pé. Só podia estar de pé ou deitado: sentado é que não. Ficava uma hora, hora e meia a escrever. Depois deitava-me meia hora a pensar no que tinha escrito e no que ia escrever. Escrevia umas cinco, seis horas por dia.³⁹

Tal como *Mayombe*, *Yaka* despertou a possibilidade de uma série de interpretações críticas, e chegou mesmo a suscitar debates sobre sua condição de romance histórico ou sua pertinência à categoria de romance colonial.⁴⁰ Sobre o livro em si, o autor afirma:

Eu me preocupo muito nesse livro com a possibilidade de alguém vindo da sociedade colonial dar o “salto”. Aparece uma personagem que dá o “salto” e que depois luta contra os sulafricanos, até. Mas não me demoro muito a estudar os fatores que criam esta mudança, esta opção.⁴¹

De fato, *Yaka* fala muito pouco dos fatores sociais ou psicológicos que podem determinar a adesão pessoal de um filho de colonos ao projeto de uma Angola independente governada pela maioria negra; entretanto, o livro é precisamente uma investigação das condições de possibilidade de um evento desse tipo, na forma de uma outra história exemplar. Se há uma tese neste romance, é a de que o descendente branco de colonos portugueses pode, sim, construir de forma legítima seu pertencimento à nação angolana, desde que se suicide socialmente.

³⁸ CHAVES; MACÊDO (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, p. 23.

³⁹ PEPETELA, Não se festeja a morte de ninguém: entrevista a Rita Silva Freire, **Revista Caju**, 47, 30 dez. 2011.

⁴⁰ KANDJIMBO, Luís, *Yaka: a ficção e o estatuto da história ou um romance colonial?*, in: **Apologia de Kalitangi: ensaio e crítica**, Luanda: INALD, 1997, p. 47-65; ROSÁRIO, O Homero angolano; MARTIN, Vima Lia, *Formulações utópicas em Yaka*, de Pepetela, e *Levantado do chão*, de José Saramago, in: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.), **A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**, São Paulo, Luanda: Cultura Acadêmica, Nzila, 2007, p. 395-406; OLIVEIRA FILHO, Jesiel Ferreira, **Raça e poder em textos e contextos luso-angolo-brasileiros: articulações estratégicas**, Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008; SANTILLI, Maria Aparecida, *Fatos da vida, feitos de ficção*, in: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (Orgs.), **Portanto... Pepetela**, São Paulo: Ateliê, 2009, p. 101-112.

⁴¹ SERRANO, O romance como documento social.

Mais uma vez há uma significativa convergência entre Pepetela e o pensamento político de Amílcar Cabral, em suas formulações sobre a necessidade do suicídio social da pequena burguesia nativa, no caso da Guiné composta por negros e mestiços, em geral com ascendência cabo-verdiana, correspondentes àquele grupo social heterogêneo, formado por trabalhadores não braçais envolvidos nos vários ramos, públicos e privados, da máquina colonial, de que falei na seção 3.2. Preocupava sobremaneira os meios de obter a dissolução desse grupo no campesinato e no proletariado, para que a almejada revolução social não fosse desviada para um regime dominado por uma burocracia orientada para a perseguição de seus próprios interesses de classe — com efeito, Cabral duvidava que esse suicídio de classe pudesse se dar na base do mero voluntarismo, mas em todo caso remetia a discussão para o pós-independência.⁴² No caso de Angola, a história da imigração portuguesa colocava em relevo, além da pequena-burguesia mestiça e negra, essa outra camada de brancos nascidos na terra, cujo pertencimento à própria nação foi sempre objeto de disputa, cuja distinção da maior parte da população angolana se dava muito mais em termos de raça que de classe. O mais original em *Yaka* é exatamente a forma pela qual Pepetela pretende operar esse suicídio: o branco, para se tornar angolano, deve se “tribalizar”.

O romance conta a saga de uma família branca fundada por Óscar Semedo, degredado para Angola na segunda metade do século XIX (por ser republicano, ele afirma, como todos os outros; por crime comum, sussurra-se, também como todos os outros). Em 1890, entre o presídio do Capangombe, onde Óscar havia cumprido sua pena, e Benguela, onde pretende se instalar, começam a narrativa e a vida de Alexandre Semedo. A narrativa estrutura-se em cinco capítulos, e em séries de vozes, temas e significados que vão variando ao longo da narrativa. A primeira dessas séries une a *Nota prévia* que explica o título do livro aos títulos e epígrafes dos capítulos, organizados cronologicamente. Vale a pena observar a chave que o autor fornece, à partida:

Yaka, Mbayaka, jaga, imbangala?

Foram uma mesma formação social (?), Nação (?) — aos antropólogos de esclarecer. Certo é que agitaram a já tremeluzente História de Angola, com as suas incursões ao Reino do Congo [...]. Na Matamba, deram força à

⁴² CABRAL, Amílcar, **Cabral ka muri**, Portugal: Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do Comité Central do PAIGC, 1983, v. 7; publicado também em **Textos Amílcar Cabral**, Lisboa: Nova Aurora, 1974, v. 1, p. 23-36; e em **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**, Lisboa: Seara Nova, 1977, v. 1, p. 101-107. Ver ainda DAVIDSON, Basil, On revolutionary nationalism: the legacy of Cabral, in: SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL (1.: 1984: PRAIA), **Continuar Cabral**, [Praia]: PAIGC, 1984, p. 83-126.

legendária Rainha Njinga (ou Nzinga), que empurrou o exército português até o mar. Talvez Njinga fosse yaka? A hipótese ainda não morreu. Os ditos guerreiros, que por comodidade chamo de yaka, desceram para o sul e já no Centro ocidental de Angola aprisionaram o inglês Battel que deles conta coisas de estarrecer — ingratidão do inglês, pois até o deixaram vivo para poder contar a estória. Tiveram influência certa no dito Reino de Benguela, formaram chefias nas terras dos Muila, Gambo, já lá bem no Sul, irrequietamente voltaram a subir, formaram chefias no Planalto Central, em Caconda, Huambo, Bailundo, Bié...

E o círculo yaka ficou fechado nesses séculos antigos.

Criadores de chefias, assimiladores de culturas, formadores de exércitos com jovens de outras populações que iam integrando na sua caminhada, parecem apenas uma ideia errante, cazumbi antecipado da nacionalidade.

Mas não é deles que trata este livro, só duma estátua.

E a estátua é pura ficção. Sendo a estatuária yaka riquíssima, ela poderia ter existido. Mas não. Por acaso. Daí a necessidade de a criar, como mito recriado. Até porque só os mitos têm realidade. E como nos mitos, os mitos criam a si próprios, falando.⁴³

A orientação mitográfica já enunciada em *A revolta da casa dos ídolos* é aqui retomada, como vemos, em um esforço de criação e recriação que procura englobar o território correspondente às fronteiras de Angola traçadas pelos colonizadores, ressaltando a interpenetração de grupos étnicos e culturas, e o advento de líderes que se opunham à presença portuguesa — em um movimento geral que retoma mais uma vez a *História de Angola* do CEA. A menção aos yaka, ou iacas, ou “jagas”, ou *imbangala*, é extremamente significativa por essa “identidade” estar no centro de um dos mais importantes debates historiográficos do século XX sobre a África Central pré-colonial, a famosa “controvérsia jaga” e seus vários desdobramentos. Em jogo, quem eram os “jagas” que invadiram o Reino do Kongo, quem eram os “jagas” que fundaram o Reino do Kasanje, quem eram os “jagas” que se espalharam por toda Angola e estabeleceram sistemas políticos que rompiam com a *kijila* da lógica linhageira vigente, assimilando (e transformando) tecnologias de legitimidade política (do *lukano luba* à *mbwela libolo*), instituições sociais (como o *kilombo umbundo*) e, principalmente, jovens retirados à força das aldeias de seus pais para compor seus temíveis exércitos, cuja incorporação passava

⁴³ PEPETELA, *Yaka*, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985, p. 13-14.

tanto por transgressões rituais do parentesco quanto por batismos de sangue — e, especialmente, a quem competiu nomeá-los a cada uma de suas fulgurantes aparições, e por quais motivos.⁴⁴

Esse “cazumbi antecipado da nacionalidade” é portanto o referente perdido no tempo (e, a partir daí, não mais referenciado) do veículo escolhido para operar miticamente e através da fala a criação da nação contemporânea: a estátua iaca. A série iniciada por essa *Nota prévia* estende-se pelos títulos, epígrafes e marcações cronológicas dos capítulos. A *boca (1890/1904)*, atribui à “sabedoria antiga” a epígrafe “A boca dá a vida, dando o nome”, e concentra-se no nascimento de Alexandre Semedo (que introduz uma segunda série, da qual falarei mais adiante), na descrição da sociedade colonial de Benguela e nas notícias distantes da campanha contra o Bié, para vingar a morte de Silva Porto, do levante dos bailundos de Mutu-ya-Kevela, e da revolta dos cuamatos e cuanhamas. *Os olhos (1917)*, traz como epígrafe o “dito dos mais velhos” “Nos olhos estão as luzes e as lágrimas”, e gira em torno das relações raciais em Benguela (introduzindo uma terceira série, a dos reconhecimentos incompletos ou socialmente inviáveis e as reviravoltas trágicas que eles acarretam, à qual voltarei), e das notícias, agora mais próximas, da revolta dos boins, sumbes e seles. *O coração (1940/41)*, traz como epígrafe o depoimento, “muitos anos mais tarde”, de Ondomba, uma das personagens a quem não se dá voz na narrativa: “Nenhuma bala conseguiu de entrar no coração dele”. Este capítulo trata do posicionamento da família de Alexandre Semedo no sistema colonial, e das notícias da revolta dos cuales — primeira

⁴⁴ Os “jagas” apareceram na historiografia justamente quando o processo de independência dos países africanos ganhou velocidade, e alguns dos mais importantes periódicos internacionais voltados para temas africanos foram fundados, no início da década de 1960, e seguiram sendo tematizados até 1981. Ver, em especial, CHILDS, Gladwyn M., The peoples of Angola in the Seventeenth Century according to Cadornega, **The Journal of African History**, v. 1, n. 2, p. 271-279, 1960; VANSINA, Jan, The foundation of the Kingdom of Kasanje, **The Journal of African History**, v. 4, n. 3, p. 355-374, 1963; CHILDS, Gladwyn M., The Kingdom of Wambu (Huambo): a tentative chronology, **The Journal of African History**, v. 5, n. 3, p. 367-379, 1964; BIRMINGHAM, David, The date and significance of the Imbangala invasion of Angola, **The Journal of African History**, v. 6, n. 2, p. 143-152, 1965; VANSINA, Jan, More on the invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda, **The Journal of African History**, v. 7, n. 3, p. 421-429, 1966; CHILDS, Gladwyn M., The chronology of the Ovimbundu Kingdoms, **The Journal of African History**, v. 11, n. 2, p. 241-248, 1970; BIRMINGHAM, David, Tradições, migrações e canibalismo, in: **Portugal e África**, Lisboa: Vega, 2003, p. 73-80 (publicado originalmente em 1971); MILLER, Joseph C., The Imbangala and the chronology of early Central African History, **The Journal of African History**, v. 13, n. 4, p. 549-574, 1972; Requiem for the “Jaga”, **Cahiers d’Études Africaines**, v. 13, n. 49, p. 121-149, 1973; Nzinga of Matamba in a new perspective, **The Journal of African History**, v. 16, n. 2, p. 201-216, 1975; **Kings and kinsmen: early Mbundu states in Angola**, Oxford: Clarendon, 1976; Thanatopsis, **Cahiers d’Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 229-231, 1978; THORNTON, John K., A resurrection for the Jaga, **Cahiers d’Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 223-227, 1978; MILLER, Joseph C., Kings, lists, and History in Kasanje, **History in Africa**, v. 6, p. 51-96, 1979; HILTON, Anne, The Jaga reconsidered, **The Journal of African History**, v. 22, n. 2, p. 191-202, 1981. E ainda, mais recentemente, THORNTON, John K., Legitimacy and political power: Queen Njinga, 1624-1663, **The Journal of African History**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 1991.

revolta, que, apesar da distância, atinge diretamente o destino da família (em meio à explicitação de uma quarta série, apenas a florada até então, sobre a brutalidade da apropriação colonial). *O sexo* (1961), em que o sucesso econômico e a ampliação da família Semedo são entretecidos definitivamente a seu ingresso decidido na lógica brutal do colonialismo (e a um progressivo isolamento do patriarca), envolve as rupturas de Luanda e do norte, e a repressão disseminada que se seguiu em todo o território de Angola. O capítulo é introduzido pelo “grito último do velho Cassenda quando lhe arrancaram o sexo”, referência a uma passagem não diretamente relacionada à narrativa principal, uma anedota que aponta os efeitos da violência colonial sobre a inviabilização de uma tradução intercultural: Suku não pode ser Deus, porque “Suku nunca castigou Féti!”. A epígrafe do vertiginoso *As pernas* (1975), não tem autoria atribuída. Entre a derrocada da ditadura portuguesa e a invasão sul-africana, passando pelos combates pelo controle militar de Benguela e do Lobito, a família Semedo desmorona, e uma ligação emerge entre Joel, um bisneto que termina por aderir ao MPLA, e o já velho e alheado Alexandre, em torno da opção de não fugir de Angola: “Os homens atravessam os desertos / Sós / com as suas pernas.” O curto epílogo completa a série, festejando o advento da criação anunciada da nação, mas duvidando ainda que o trabalho mitográfico esteja realmente terminado.

Ao longo desses momentos-chave, as vidas de Alexandre e sua família vão sendo progressivamente imbricadas nas realidades e nos povos de Angola, que marcam sua presença, principalmente, por meio de atos de rebelião. Mas essa imbricação está longe de ser suficiente para caucionar uma transformação do estatuto de colono — de fato, quase todos os membros da família não cogitam, não pretendem ou não conseguem operar essa transformação. Não sabemos o que faz Joel decidir-se a completar uma metamorfose que Alexandre pressente, pela qual anseia, mas é incapaz de realizar. Mas somos, ao longo das páginas do romance, confrontados com um estudo de suas condições de possibilidade (ou, em se tratando de Alexandre, de impossibilidade). Essa posição dúbia deixa uma marca formal inequívoca sobre a estratégia narrativa, pela qual pretendo me guiar a partir de agora, analisando os distintos momentos icônicos da corporificação da nação angolana, e comentando brevemente as três séries temáticas que enumerei acima.

Yaka tem um narrador principal — onisciente, ou quase, ou com pretensões a sê-lo. Mas outras duas vozes invadem a narrativa, por vezes sem se anunciar: a do próprio Alexandre Semedo e a da estátua que seu pai havia adquirido há tempos, a que o personagem principal chama simplesmente de Yaka. Percebe-se a fala de Yaka por marcas textuais em diversos níveis: um vocabulário e uma sintaxe divergentes em relação à norma culta do português

européu, mas também um ponto de vista não onisciente, mas de abrangência espacial muito ampla, uma reivindicação de estar testemunhando aquilo que narra, e a referência reiterada à “minha criação”. É mesmo Yaka quem abre o romance:

O primeiro vagido de Alexandre Semedo estalou em terra cuvale.

Parecia era tiro. Os macacos saltaram dos penhascos, se confundiram com os ramos dos inchados imbondeiros. [...]

Mas agora esse ruído estranho que saiu dos quatro vultos (antes eram três), acorados à sombra da mulemba em estranhos afazeres, que feitiço vai provocar na minha criação? Um grito estranho atrasa o que deve ser?

Novo vagido. Menos agressivo. E o silêncio pesado da espera.

A boca do menino se fechou, quando mordeu a terra.⁴⁵

O próprio Alexandre Semedo toma a palavra logo a seguir:

Nasci em 1890, embaixo numa árvore. A minha mãe foi assistida pela velha Ntumba, escrava ganguela. A escrava, talvez por velhice, deixou-me cair no pó. Segundos apenas. Os suficientes para no meu corpo ficar misturado o pó da terra e os líquidos que trazia comigo ao sair da mãe.⁴⁶

Mas desde logo se estabelece um diálogo, ou talvez uma disputa:

Revolta dos mucubais ou cuvale era coisa de todos os dias. Os colonos faziam cana-de-açúcar e algodão e criação de gado. Este era o problema, segundo a minha mãe, pois os mucubais roubavam o gado, mas ela não contou a Alexandre Semedo o resto, os colonos saíam de Capangombe em razia, matavam alguns cuvale e recuperavam o gado multiplicado por dez. Tinha vez que um colono era morto também. Aí se fazia nova razia, para vingar o crime multiplicado por dez. Depois da abolição, alguns escravos foram libertos. E fizeram aldeias à volta de Capangombe e na zona da Bibala. Esses libertos eram os piores, dizia a mãe.⁴⁷

Essas intromissões da Yaka na narrativa (não apenas na fala de Alexandre, mas também na do narrador “quase onisciente”) comporão uma tentativa de diálogo empreendida durante toda a

⁴⁵ PEPETELA, *Yaka*, p. 17-18.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 18.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 20.

vida do personagem principal, que reflete sua vontade de alcançar saber de coisas cujo conhecimento estava além da sua experiência de colono. Com efeito, parece ser para a estátua iaca que Alexandre Semedo conta a sua história:

Foi ali mesmo no caminho, debaixo duma árvore cujo nome nunca me disseram, que eu nasci, puxado pela velha Ntumba. Depois escorreguei-lhe das mãos e caí no chão. Em pleno território mucubal. Cuvale, para dizer o nome exacto.

Devia haver matrindindes a chiar no capim, mas também não me contaram. Para trás, devia ver-se a Serra da Chela, ocultando a falha da Tundavala, e para a frente, à esquerda, devia ver-se a Serra da Neve. Imagino, pois os meus pais não narraram esses detalhes. Até hoje gostaria de saber se dali se via a Tundavala, ou se a Serra da Neve era verde. Até hoje gostaria de saber se caí por cima de algum matrindinde, se a árvore meu primeiro tecto não era por acaso a mulemba sagrada dos cuvales, o centro do Mundo... Isso queria que me contasses, enigmática Yaka, pois tudo viste.

[...]

Os mabecos e os leões cantaram à noite para me assustar? Aproximou-se algum mucubal para saber o que significava aquela luz alaranjada de fogueira no seu território? As respostas estão enterradas no tempo. E na tua boca de estátua.⁴⁸

Alexandre e a Yaka revezam-se ao longo das primeiras páginas do romance, tentando definir qual a verdade e o significado do seu nascimento e seu contato com a terra de Angola. Yaka dissera já que a boca de Alexandre tinha fechado ao tocar a terra, mas em outra passagem afirma: “Vi a boca do menino morder a terra seca. Mordeu ou beijou? [...] Estou para ver. E para contar a quem entende. Sofrendo.”⁴⁹ Uma verdade que só poderá ser dada a conhecer no final; entre morder e beijar a terra, uma recusa ou uma aceitação. Mas, quando o fato da colonização parece inescapável, quando o Caminho de Ferro de Benguela vence a serra, ao custo de muito esforço e muitas vidas de trabalhadores recrutados de todas as partes do sul de Angola, a estátua aguarda a chuva que vai trazer a sua música, e declara: “A minha boca se abrir definitivamente, igual à do menino ao nascer, para o sabor da terra molhada.”⁵⁰

⁴⁸ *Ibid.*, p. 21-22.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 25.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 96.

Mas, para a crescente agonia do personagem principal, Yaka vai-se calando, à medida que surge, a partir da fala de Alexandre e de início misturada com ela, uma terceira voz, a de um narrador não localizado, anônimo, independente dos personagens e da história que observa sem paixão, o perfeito sujeito cognoscente da ciência europeia pós-iluminista — mas que a um exame mais atento se revela parcial e ignorante de certas coisas muito específicas sobre Angola e seus habitantes africanos: o vocabulário, a forma de falar, os pressupostos compartilhados com o leitor, tudo isso o aproxima de um certo posicionamento, um tanto crítico de fato, mas tendendo fortemente a ser solidário com o ponto de vista colonial. E é precisamente esse narrador, em sua pretensão à neutralidade, quem explica o silêncio da estátua, dando ao leitor a única descrição dela, mas usando para isso as palavras de Alexandre:

Mais tarde, já no fim da vida, Alexandre Semedo contou ao bisneto Joel:

— O meu pai ganhou essa estátua yaka no jogo. [...] A minha mãe sempre a achou horrível com esses olhos de berlinde e estas três listas paralelas, branca, preta e vermelha. Repara, tem quase um metro de altura e corpo de homem, mas a cara é estranha, por vezes com aspecto humano, por vezes animal. O nariz batatudo parece de bêbado e dá um ar trocista ao todo. [...] Sempre ficou na sala, em equilíbrio instável, pois o soco de madeira não é muito liso por baixo. Foi feita para estar no chão de terra batida, como esse por baixo das mangueiras dos quintais, chão liso por tanto ser varrido e pisado, mas aderente por causa da humidade. [...] Como essa estátua tão do Norte foi parar a Moçâmedes ou Capangombe, lá bem no Sul, é um mistério que só ela pode explicar. Espero que mo diga, mas nada. Toda a vida provoqueei conversa com ela; quando miúdo era a minha confidente, depois rareei mais, convencido que não se abria, até que voltei a insistir com ela. Muda, sempre muda, fala com os seus olhos de berlinde. Sinto cada vez mais que ela me fala. Mas não entendo.⁵¹

A sucessão de inadequações de lugar atribuída à estátua (estando no sul quando pertencia ao norte, equilibrando-se no assoalho quando devia estar no chão batido) substituem uma outra inadequação de lugar que Alexandre jamais enuncia, e que o narrador é polido demais para apontar. Em todo caso, é esse não pertencer a onde se nasceu que permeará, ao longo de todo o romance, a impossibilidade do diálogo. E o conhecimento que permitiria mudar esse sentimento permanece, por motivos que veremos, fora do alcance: “É como se o mais importante não me tivesse sido contado. E tu não queres falar, Yaka.”

⁵¹ *Ibid.*, p. 34-35.

O personagem principal da trama viveu seus primeiros quatorze anos em uma cidade permeada por categorizações raciais complexas — “brancos de segunda”, “filhos mulatos” ou “mulatos-filhos-de-comerciantes”, “mulatos descalços”, “pumbeiros”, “quimbares” (“vimbali”, corrige Alexandre), “moleques” ou “serviçais” (nomes para encobrir a condição ilegal de “escravo”, é novamente Alexandre quem ressalva), “cafres”, “pretos incivilizados e matumbos”, “cabeças-de-alcatrão”. Nessa teia categorial, que compreendia também regras de conduta adolescente (ir mexer com os “quimbares” quando chegavam em caravana do interior, violar meninas “que gozam que nem uma negra” nos arredores da cidade, mas nunca com uma branca, que “isso é pecado”, também jamais fazer confiança em “mulatos” quando havia revolta no interior). Por vezes, nesse jogo de categorias e atitudes implicadas se imiscuia a ironia autocrática do poder de nomear. Foi o caso do comerciante Sô Lima, padrinho de Alexandre, que resolveu rebatizar sua amante, “negra liberta”, de Branca, “para substituir o [nome] indígena, indizível”. O discurso do personagem principal guardará por muito tempo as marcas dessas práticas de construir a verdade. Mas a verdade dos colonos e a verdade que Alexandre entrevê pelos olhos de vidro de Yaka estão espantosamente distantes — distância que não deixa de provocar nele um deslizamento. A descrição da revolta dos bailundos, ouvida por Alexandre em segunda mão, aponta teimosamente para um fundo de incômodo, ainda que se mantenham, sem questionamento direto, as representações coloniais:

Chegaram a Benguela os primeiros refugiados. Eram todos comerciantes com as famílias. E os filhos mulatos. Vinham sem nada, só com a raiva nas falas. Toda a gente lhes pagava o vinho, que bebiam avidamente nas tabernas, nas lojas, nas casas. E contavam recontavam as mesmas cenas de horror: os “cabeças-de-alcatrão”, cheios de liamba e feitiços, atacavam aos milhares uma loja isolada no mato, matavam os colonos, levavam todo o recheio da loja, depois punham fogo. Falavam do chefe, o terrível Quebera e seu amigo Samacaca. Como começara? Ninguém que sabia contar. Só que esse Quebera era um monstro, trazia uma pele de onça nas costas, dentes enormes que lhe saíam da boca a escorrer sangue. Os comerciantes de Benguela se arrepiavam, afagando as armas. A mãe de Alexandre rezava.⁵²

Aparentemente, é o narrador quem fala aqui, a julgar pela referência ao personagem principal em terceira pessoa. Mas só pode ser a inquietação de Alexandre o que permite relacionar o terror dos comerciantes ao apego sensual pela brutalidade que o medo enseja e legitima — brutalidade da qual Alexandre buscará se eximir, mas de que nunca se poderá declarar de todo

⁵² *Ibid.*, p. 51-52.

inocente. De toda forma, a história que a estátua conta, mas que Alexandre não escuta, é bem diferente:

Mutu-ya-Kevela caminha com seus sekulos pela anhara do Bailundo. A boca arde com as palavras que vai dizer ao soba do Huambo. Temos de fazer a guerra, mas todos juntos. Começar e acabar juntos. Não acabar quando algum ganhou alguma coisa e ficou satisfeito. Mesmo os sobas independentes são escravos, escravos da borracha, só sonham com caravanas de borracha. [...] Escravos também da aguardente. [...]

[...]

Mutu-ya-Kevela tem a cabeça quente. Ele já sabe onde está a sua força. Não é no braço que empunha a arma. A sua força está na boca, onde pode entrar a aguardente traiçoeira, mas donde podem sair as palavras que arrastam os outros. Sim, a sua boca é forte, vai convencer o soba do Huambo. E os outros.⁵³

O deslizamento do discurso de Alexandre em direção ao incômodo vem da percepção de uma outra verdade, que não alcança, mas também da observação da própria prática dos que estão ao seu redor, em relação aos altos ideais que muitas vezes defendiam. A figura de seu pai, por exemplo, é envolta em um misto de admiração e desprezo: estudante de direito degredado por ser republicano (ou por ter matado a mulher, na versão alternativa), leitor de Sófocles enfiado em uma pequena loja na periferia de Benguela, a negociar e trapacear com os caravaneiros umbundo do interior:

Entravam os quimbares. [...]

— Alexandre, há algum barril aberto?

Era a senha. Perguntava se o vinho já estava misturado com água. Notava-se logo que tinha água, mas os negros nem refilavam. Todos os comerciantes usavam a mesma medida e eles não notavam a diferença. E se notavam, que podiam fazer?

[...]

Depois era medir os panos, marcando 90 centímetros por um metro, num rápido truque de mãos. O pai dizia que eu era mais hábil do que ele a fazer isso. Eu não acreditava.

⁵³ *Ibid.*, p. 53-55.

— Então o pai é tão rápido com as cartas e eu sou mais hábil?

Uma vez ele pareceu ofendido e resmungou que nunca tinha feito batota no jogo. Apressei-me a corrigir que não tinha pretendido insinuar isso, pensava apenas na rapidez ele a baralhar e dar as cartas. Que tinha mais habilidade de mãos que eu.

— Não tenho, não. Talvez nem seja problema de habilidade. Enervo-me, acho que não devo fazer isso.

— Se não fizermos, estamos lixados, pai.

— Sei... No vinho está bem, é menos veneno que se lhes dá. Mas no tecido realmente custa-me aldrabá-los.

Incoerências dessas havia aos montes em Óscar Semedo.⁵⁴

Em 1917, o pai morto e o trabalho na loja sempre, uma mulher encomendada em Portugal, por insistência da mãe, filhos legítimos brancos — todos com nomes buscados aos gregos: Aquiles, Sócrates, Orestes, Eurídice, e uma Helena morta ao nascer, como se a beleza por si concebida não pudesse vingar — além de uma criada negra mandada embora com outra filha na barriga, que poderia ter-se chamado Antígona. Aquele Alexandre que procurava se isentar da brutalidade colonial e desconfiava dos discursos triunfalistas dos grandes comerciantes tornava-se, talvez, um pouco angolano. Yaka, por outro lado, ao abrir esse novo capítulo, limita-se a mostrar o sucesso da implantação colonial: uma linha férrea chegando até o planalto, os antigos caravaneiros transformados em capatazes, a extensão do poder colonial pela via do imposto indígena, que até os grandes senhores do passado agora eram obrigados a pagar, agora afinal reduzidos, também eles, a “matumbos do mato”, e a “chuva-criação” adiada. Dois processos paralelos, ou talvez duas faces de um mesmo processo. De toda forma, é curioso como esse estar mais à vontade numa terra que afinal é, também, a sua, seja saldado, na narrativa, por uma certa contaminação do discurso do narrador “onisciente” pelas marcas da oralidade que poderiam caracterizar um português angolano: por exemplo, a supressão da conjunção integrante “que”, a regência preferencial de “em” e suas contrações para verbos de movimento (em lugar de “a”, “para” ou “até”), ou o uso reiterado de “embora”.

É essa forma específica de estar na terra, colonial *ma non troppo*, que leva Alexandre à festa de óbito de Acácio, o barbeiro anarquista, único verdadeiro amigo de seu pai, promovida por sua ex-companheira mulata, Ermelinda. Festa africana, com concurso de negros e mulatos dos

⁵⁴ *Ibid.*, p. 82-83.

bairros periféricos da cidade, e a presença apenas de dois brancos: Alexandre e Ernesto Tavares, despachante, autonomista que professava um tipo de nacionalismo econômico nos moldes daquele que mais tarde encontraria sua expressão na FUA de Benguela, e que frequentava os bairros e as festas de mulatos e negros em busca de apoio para sua causa, e mulheres para sua cama. É aqui que Pepetela explora os limites da posição do “branco bom” em que Alexandre buscava-se referenciar, iniciando uma série de reconhecimentos incompletos ou inviabilizados pela própria situação colonial e suas redes de hierarquias de classificação, envolvendo sexo, raça e poder, ao fazer Alexandre perceber-se, de súbito, apaixonado por uma jovem negra, Njaya. Ultrapassado por Ernesto Tavares, Alexandre amarga meses de um ciúme obsessivo, até conseguir fazer com que Njaya vá visitá-lo na loja, com a ajuda prestativa da ex-companheira do barbeiro Acácio:

Ele despedira os serventes, ficou a fechar as contas do dia. O coração parou, a mão riscou a última linha do livro de contas, o que vale é que é lápis, posso apagar.

— Dona Ermelinda disse queria me falar.

Ficou encostada à porta entreaberta, a mão direita a apertar o pano garrido. Muito mais bonita, mais madura, notou ele com raiva.

— Sim, queria. Entra.

Ela hesitou mas acedeu. E ele saiu por trás do balcão, puxou-a para o quarto contíguo, onde era o armazém.

[...]

Agarrou-a repentinamente pelo pano e puxou. Ela rodopiou no ar e caiu sobre os sacos de feijão. Só com o quimono. Nua do umbigo para baixo. Passado o susto inicial, dominava agora o medo.

— É isso, afinal? — disse ela, pondo a mão sobre o sexo.⁵⁵

Afinal era isso, mas o gesto brusco de Alexandre ao vencer sua própria indecisão não resultou na apropriação tão ardentemente desejada do corpo indefeso à sua frente. “Eu não vou gostar”, diz Njaya, e o desejo entra em choque diante da lembrança dos estupros que praticara, com sua malta, na adolescência — e a voz de Tuca, único negro do grupo, que não participava e justificava o que os colegas consideravam falta de macheza: “Ela não gostou, eu

⁵⁵ *Ibid.*, p. 133-134.

vi, ela não gostou.” É ao reconhecer em Njaya alguém cujo desejo (ou a falta dele) têm tanta importância quanto o seu próprio que Alexandre entra em um torpor que o acompanhará durante dias. E esse aflorar do reconhecimento do outro como igual, como igualmente humano, tem reflexos sobre o diálogo de Alexandre com a estátua, como ele mesmo enuncia:

Só encontrava certa tranquilidade ao olhar para ti. Fitava os teus olhos transparentes e o ar trocista desaparecia, uma vaga compreensão saía dos teus olhos, o sorriso tornava-se amigo. Yaka, o que queres dizer-me? Não respondias, nunca falaste para mim. Mas parecias mesmo ter uma mensagem a transmitir. Longos momentos sentado em silêncio na sala, a cabeça vazia, falando para ti, e a paz instalava-se aos poucos em mim.⁵⁶

Mas reconhecer aos negros uma humanidade significava para o colono vulnerabilizar-se, arriscar-se a ser rejeitado — em planos muito díspares que podiam ir de um encontro amoroso à própria posição de dominância que lhe fora dada em sua terra de nascimento. O torpor de Alexandre seria sacudido por boatos (afinal falsos) de expansão da revolta do Amboim à Catumbela, já às portas de Benguela, quando a cidade branca, acariciando suas armas, fechou-se no quartel esperando que lhe caíssem em cima as hordas que tanto se temiam. A alternativa diante da fragilização de um reconhecimento, para o colono, só podia ser a reviravolta de uma negação absoluta. E é Yaka, intrometendo-se na narrativa, quem conta que no meio de uma noite de expectativa e medo, Alexandre Semedo, “como tantos outros, gritou para a posteridade:”

— Merda! Não se pode viver sempre com medo. Temos de acabar com eles.

Um silêncio pesado lhe respondeu e nem eu suspirei. Silêncio que vinha das ruas vazias, das casas fechadas e abandonadas. Donana perguntou então a Alexandre, pela primeira vez com respeito:

— Todos, Alexandre?

— Todos! Enquanto houver negros viveremos no medo. Estou-me cagando se se revoltam porque lhes roubam as terras boas para o café. Estou-me cagando se se revoltam contra o imposto de ter uma cubata ou contra o imposto do nascimento. Estou-me cagando se acham injusto pagar o ar que

⁵⁶ *Ibid.*, p. 136.

respiram. Estou-me cagando se a terra antes era deles. Não quero é viver mais no medo. E deixa de me olhar assim, Yaka, também me estou cagando para ti e para o que penses de mim.⁵⁷

Aqui emerge muito claramente na consciência do colono a inadequação de lugar que havia sido anunciada no capítulo anterior, atribuída à estátua: “não nos devíamos ter metido no barco, um barco que não dá para todos e onde havia gente antes”. Mas o colono quer que sejam então os outros a serem lançados para fora. Essa opção pelo extermínio era mais simbólica que prática, é certo, como bem percebia a esposa portuguesa de Alexandre: “Mas se matam todos, quem vai trabalhar?”. Alexandre não sabia, e duvidava também que pudesse desejar a morte de Njaya; só os homens, talvez, ficassem as mulheres e os filhos mulatos, que “já não se revoltavam contra os pais”.

Mas essa adesão de Alexandre à brutalidade racial mais crua não deixa de ser solapada pelo inescapável burlesco da épica colonial:

E eu ali amarrado à loja e a Donana, quando havia que defender a civilização e os meus iguais. Estava a deixar escapar a ocasião para entrar na História e nas lendas, tal Agamenon ou Nun’Álvares Pereira. Pensei em escrever um poema para contar as aventuras que poderia viver à frente das tropas do Amboim, o Tuca como meu tenente. Não fui capaz de escolher o título do poema épico. Hesitava entre “Amboíadas” e “Alexandriadas”. Alexandre Semedo ficou só a apontar com feijões furados nas moscas pousadas no balcão.⁵⁸

Alexandre vai se equilibrar, pois, entre um reconhecimento incompleto e uma brutalidade que talvez perceba, desde já, ser inútil. Tuca, voltando da repressão à revolta dos boins e seles à qual Alexandre não teve coragem de se integrar, narra as inúmeras atrocidades cometidas pelos colonos e adverte: “Estamos só a deitar lenha no fogo. Qualquer dia há uma fogueira que ninguém apaga.” E o jovem Semedo responde: “Não digas isso, não quero ouvir”. Querendo ou não ouvir, Alexandre vê as trajetórias de Tuca e Njaya afastarem-se definitivamente da sua, uma divergência determinada pela cor da pele e seu significado. Njaya, abandonada afinal por Ernesto, não quer mais brancos, e espera um dia arranjar um homem, mas “um igual”:

⁵⁷ *Ibid.*, p. 137.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 145.

Alexandre Semedo ficou a olhar a diferença da mão dela na sua. Era isso agora? Também ela? Essa cor que ele tinha, que sempre foi força e privilégio, direito de querer e de mandar, direito de sonhar até, essa cor branca agora é que o lixava?

[...]

Ele ficou sentado um bom bocado, olhando para a porta, apático de novo. Percebi alguma coisa? [...] Era irremediável, Njaya ia para outro lado. [...] Era ela própria a escolher o seu caminho. E deixava no ar o perfume. Para indicar que não havia hostilidade?

Alexandre levantou, bateu a porta, saiu para a rua, a cambalear. [...] A cabeça andava à roda. Era Tuca que passava? Tuca também tinha arranjado um caminho próprio, encontrado na guerra. Tuca e Njaya, talvez os dois um dia se encontrassem. Nenhum mais cruzaria o seu caminho, de Alexandre Semedo. Negros! Encostou à parede e vomitou.⁵⁹

O capítulo e o tempo de 1917 se fecham com a voz da Yaka, dançando o óbito da derrota dos sonhos dos sumbes, seles e boins de pôr fim ao trabalho forçado, aos impostos, à expropriação das terras, às razias, às violações de meninas — mas anunciando a sobrevivência da chama da revolta. Será sua última fala por muitas páginas. O avanço da implantação colonial, por um lado, e o encastelamento do colono em seu isolamento privilegiado, por outro, reduzem a estátua ao silêncio. O terceiro capítulo começa com o retorno definitivo do narrador ao português padrão, e com a objetificação de Yaka, e do outro. Em 1941, no auge da dominação colonial, a brutalidade da apropriação de espaços, pessoas, recursos e símbolos dará a tônica à narrativa, em um capítulo que, de muitas formas, gira em torno de uma posição etnográfica.

O sucesso colonial invade a família Semedo, através do casamento de Eurídice com o recém-imigrado Bartolomeu Espinha. Suas referências resumem bem as qualidades desejáveis para o perfeito colonizador: “Não tem escrúpulos, não tem cultura, dizia o patrão, mas é o diabo. Vai longe esse rapaz.”⁶⁰ Esse sucesso desviará decididamente Alexandre Semedo de seu diálogo surdo com a estátua:

A Yaka olha para mim. Não, o olhar perfura-me e vai contemplar algo para lá, talvez no passado ou no futuro. Sinto que ela me transmite uma mensagem. Quanto mais a olhava e mais percebia tratar-se de uma

⁵⁹ *Ibid.*, p. 164.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 171.

mensagem. Não propriamente para mim, mas relacionada comigo certamente. Tantos anos perdi sem tentar compreender essa mensagem, mas ainda vou a tempo. A mensagem vinha das profundezas da sua História? Vinha do sítio onde fora talhada e pintada?

— Senhor Semedo, quero falar-lhe.

A frase de Bartolomeu Espinha quebrou o encanto da estátua. Alexandre virou-se para ele.⁶¹

Ocupando o silêncio deixado pela estátua, o narrador principal assume de tempos em tempos uma postura etnográfica, descrevendo (densamente) a vida de Vilonda e sua onganda, cuvale que migrara para o norte, para a terra dos dombes, mais perto de Benguela. Formas e significados da lida com o gado, rituais de passagem, estrutura familiar, observâncias religiosas em relação aos antepassados, espacialização das casas e currais, especialização produtiva dos diferentes gêneros, tudo isso recheado de termos êmicos explicados em rodapé por notas do autor. Alexandre, por outro lado, sem poder contar com a onisciência exercitada pelo narrador, recorre a um esforço de recollecção de objetos e conhecimento para tentar alcançar aquele conhecimento que lhe escapa, compondo, ao redor da estátua iaca, um ambiente que mais tarde, já no final da vida, ele assimilará a um museu. No sapalalo comprado em leilão e reformado, “Todo o mobiliário do salão era de verga e palhinha. Feito localmente por um velho lunda especialista em verga. Donana queria poltronas de couro mas Alexandre recusou: só verga.”⁶² Ao redor, “a estátua yaka que estava no canto mais iluminado, o cinzeiro tchokue de pé alto e representando Tchibinda-Ilunga, as esteiras e cestarias penduradas nas paredes.”⁶³ Na descrição de Orestes, um dos filhos:

A luz se infiltrava pelas esteiras das janelas. Enrolou as esteiras e observou a sala grande, adornada pelo pai. Havia esteiras pintadas nas paredes. Também quindas e cestos. Coisas que o pai comprava aos povos do interior. Os cinzeiros altos tinham esculturas de animais ou rostos de pessoas. A estátua yaka estava no canto esquerdo da sala e olhava para os que entravam. Donana detestava a estátua, ele também aliás. Mas na sala só se punha o que o pai queria. Isso, e os nomes dos filhos e netos.⁶⁴

⁶¹ *Ibid.*, p. 172.

⁶² *Ibid.*, p. 206.

⁶³ *Ibid.*, p. 215.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 233.

Esse esforço etnográfico permite relativizar as verdades burras e brutais do colonialismo, ainda que não implique, necessariamente, uma mudança de posição. Discutindo com os filhos sobre a revolta *cuvale*, Alexandre Semedo observa:

— [...] Não acredito que os mucubais tenham muitas armas de fogo. O problema não está aí, Aquiles.

— Está onde, pai?

— Dão o exemplo aos Mundombes. Mas aposto que por trás disto está o gado dos mucubais. E alguns comerciantes que aproveitam para enriquecer.

— Lá está o pai a meter a política! — disse Orestes.

— Em todas as rebeliões dos mucubais... *Cuvale* é como chamam a si próprios... em todas as rebeliões, na base, o problema era o gado deles. Os brancos de Capangombe faziam razias para lhes apanhar o gado. Eles faziam razias aos muílas para apanhar o gado. Os umbundos faziam razias aos mucubais para lhes apanhar o gado. Eles atacaram o *Dombe Grande* no século passado para dominarem as águas do *Cuporolo* para o seu gado. Sempre o gado.⁶⁵

Aquiles, o filho mais velho, encarna a brutalidade que Alexandre não conseguia fazer mais que enunciar, entre a dúvida e o cinismo do distanciamento. Corpulento, forte, briguento, adepto do prazer da violência física, louco por futebol, Aquiles era o protótipo do “homem cordial”, cujas redes de afetos moldavam-se aos entrecruzamentos das diversas hierarquias que estruturavam a sociedade colonial e seu jogo cambiante de adscrições categoriais:

Capitaneava uma banda de miúdos. Eram os seus amigos. O resto estava contra ele e os problemas se resolviam a murro, a bassula e mesmo à xifutada com grampos para doer mais. A cor não contava. Um dos seus maiores amigos era o Damião, esse negro estreito, grande avançado-centro do *Sporting*. Muitas vezes teve que intervir para defender o Damião dalgum defesa sarrafeiro. Damião para ele não era negro, era um amigo. Negros eram esses trabalhadores *matumbos* e *mangonheiros* a quem era preciso surrar para trabalharem. Negro era o Alves, jogador do *Benfica* e o Jacinto,

⁶⁵ *Ibid.*, p. 212.

jogador do Portugal. E já partira o focinho a um sacrista branco que insultou o Damião de seu negro da merda e negra era masé a mãe do sacrista que, por sinal, até era loiro.⁶⁶

Mas é curioso que o impulso que levará Aquiles a confrontar Vilonda, a meio do capítulo, seja também apresentado como um desejo de saber. Saindo com os companheiros para caçar precisamente para os lados do Rio Cuporolo, Aquiles confronta um comerciante português em cuja loja havia parado para “limparem a garganta”:

— E mucubais, há por aqui?

[...]

— Aqui perto há uma ou duas famílias.

Os olhos dos oito caçadores se fixaram, ávidos, na boca do comerciante. Foi ainda Aquiles que puxou a conversa.

— Sabe que nunca vi um mucubal? Estou com uma curiosidade terrível. É verdade que têm as caras pintadas e dentes de vinte centímetros?

O comerciante riu. [...]

— São pretos iguais aos outros. Este que mora aqui perto é um velho alto, com uma barbicha, diz umas palavras de português. Vem vender um cabrito de vez em quando. Pacífico.

[...]

— Caramba, gostava de ver esse sacrista desse velho — disse Aquiles. — Ao menos para dizer aos meus filhos que vi um famoso mucubal. Vocês também não gostavam de ver um?⁶⁷

As intenções de Aquiles, que já à saída de Benguela se cognominara “o mata-cafres”, não são assim tão inocentes. Em todo caso ele consegue descobrir como chegar até onde vivem Vilonda e sua família — embora desconheça o nome de seu “mucubal”; ao cruzar com o sargento da guarnição colonial, avisa: “vamos caçar à noite até a ponte do cuporolo, depois amanhã vamos ver como é uma onganda”, e, diante da advertência do militar para que evitassem provocar as duas famílias, responde: “só queremos ver como vivem”.⁶⁸

⁶⁶ *Ibid.*, p. 187-188.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 218-219.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 220.

No dia seguinte, depois da caça, os oito aproximam-se sorrateiramente da onganda.

De repente, era cobra era onça era gente, saiu uma sombra do rio. A sombra ficou parada, olhando-os.

— Um mucubal! — gritou Damião.

Aquiles levou a arma à cara. A sombra esguia não se movia. E de repente saltou para o capim. O tiro de Aquiles se perdeu nas árvores da beira-rio. Os oito correram para lá e a sombra fina voltou a aparecer, dobrada, cobrindo o terreno que a separava dos primeiros penhascos do morro. Levantou de novo e tentou subir o morro. Aquiles disparou de novo e a sombra se contorceu no ar, rebolou na terra sem capim que indicava princípio do morro. Levantou de novo e tentou subir o morro. O tiro de Armando lhe entrou nas costas, se dobrou para trás como uma sombra de vela na parede branca ao lhe dar a brisa do mar. Caiu na poeira.

Eles correram para ver como era afinal um mucubal.⁶⁹

Vilonda conseguirá acertar, de longe, Aquiles, mas não salvará seu próprio filho, Tyenda. Bartolomeu Espinha ainda achará maneira de se aproveitar da situação, incitando o massacre de Vilonda e sua família por parte das forças coloniais empenhadas na repressão aos *cuvale*, e desviando cinquenta bois no meio da confusão, com a conivência do oficial encarregado. O punhal de Vilonda — de quem Alexandre nunca saberá o nome — será incorporado à coleção do *sapalalo*. Para Alexandre, outro objeto que encerrava uma mensagem, mais uma que ele terá dificuldade para decifrar. Mas algumas conclusões eram imediatas:

Uma ideia fixa perseguia-o, matei o Aquiles, matei o meu filho. Eduquei-o dessa maneira, de ser superior porque branco. Tudo podia acontecer. Adivinhei que ele ia fazer uma loucura, deixei-o fazer. Se eu não fui, seria o meu filho um herói. Herói? É isso ser herói? Matei-o apenas.⁷⁰

Em um caderno de anotações, lido muitos anos depois, Alexandre refletia sobre o objeto, e sobre a decifração do seu significado: “No segredo da adaga *cuvale* está a mensagem duma cultura para outra; não forçosamente antagonismo, por ser uma arma; mas mensagem duma diferença nascida no passado dos homens que a fizeram e usaram.”⁷¹ A morte de Aquiles

⁶⁹ *Ibid.*, p. 226.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 248.

⁷¹ *Ibid.*, p. 279.

encerra seu período de adesão à brutalidade colonial, ainda que não representasse ainda uma ruptura, apenas um retiro para a crítica e para um certo cinismo, como bem nota Yaka:

Não escreverás, abandonaste a escrita, porque tens medo. Ias chegar à conclusão te sentes bem com essa imagem de ti próprio. Que tudo é máscara. Crítico passivo duma situação, dela vivendo. Crítico, para ter a consciência tranquila. Mas lutar, romper com tudo? Por isso é melhor parar de escrever, para não ir fundo demais e depois não poder voltar atrás. Mas Alexandre Semedo não entendeu a fala.⁷²

Desde a morte de Aquiles e à mensagem recebida através do punhal, Alexandre retomara o diálogo com a estátua, ao passo em que se isolara cada vez mais dos negócios da família, enriquecida a reboque dos excessos e arbitrariedade da violência armada exercida contra diferentes populações angolanas. Via-se, também, cada vez mais, como um patriarca em luta contra a sua própria descendência. Já nem todos tinham nomes gregos, amargara o falhanço de seu projeto de reincorporar no seio da família o seu ramo mulato, representado pelo neto Chico, e a assistira impotente à realocação para seu quarto de todos os objetos que acumulara ao longo da vida — os móveis do salão sendo agora de couro, como convinha a uma família cujas posses constituíam já um pequeno império, em plena expansão. É esse retiro (e, em paralelo, as rupturas de fevereiro e março de 1961) o que permite o retorno da voz da estátua iaca à narrativa, anunciando para breve sua chuva há muito profetizada. Nesse capítulo e nesse tempo tensos, de transição entre duas realidades contraditórias, o esforço etnográfico de Alexandre torna-se ainda mais imbricado em sua busca por entender a si próprio:

A secretária estava como ele a deixara, cheia de livros e papéis, não permitia lhe mexerem. Uma vez por semana era ele próprio que limpava o pó dos livros e dos papéis. A estátua yaka, certamente feita dois séculos antes, estava num canto, visível da cama. Era sempre a última coisa que via, antes de apagar a luz. Nas paredes já não havia sítio para pendurar todos os objectos de cestaria e entrançados. Uma parte deles estava acumulada em pilha no outro canto.

Tentou pegar nos papéis que escrevera, lidos e relidos. [...] Depois de Donana falecer, começou a escrever suas memórias. Em forma de conversas para a estátua yaka. Leu tudo o que pôde encontrar sobre a história da região e não só. Também livros etnográficos sobre o Leste e o Norte. Era raro o que aparecia no mercado, havia talvez muita coisa longe, inacessível para ele.

⁷² *Ibid.*

[...] As memórias paravam com a revolta dos Seles, de que ele hoje tinha opinião radicalmente diferente. Como pudera ter aquelas ideias? Foi escrevendo que se separou delas e hoje as sentia como punhaladas do passado. Nisso reconhecia o mérito do seu esforço. Mas era exclusivamente para ele, pois se tratava de ter uma visão diferente do antigamente. Não ia convencer ninguém.⁷³

E eis que chega 1975, a ditadura derrocada, a independência de Angola às portas. Aos oitenta e cinco anos, Alexandre Semedo fingia-se de surdo, para não ser incomodado por uma família na qual já não tinha interesse algum, e passava cada vez mais tempo em seu diálogo de vida inteira contra as realidades de seu pertencimento à terra, cujos meandros não chegava nunca a terminar de compreender:

Gostava de ficar assim, naquele fresco da manhã a fazer tilintar as missangas das cortinas, sonhando tempos passados que não compreendera na altura, olhando para a estátua yaka cujos olhos transparentes de tempo falavam coisas que ele ainda não entendia, mas que havia de entender antes de morrer, tinha de ser, senão nada teria sentido, nem sequer as percepções esmorecidas de ruídos longínquos de badalos de vacas a avançar na poeira fininha do deserto, nem sabores estranhos de terra macia na boca.⁷⁴

O retorno da série boca-terra, com a qual a narrativa principia, não é fortuito: é só no fim da vida que Alexandre vai finalmente conseguir compreender o sentido de seu diálogo com a estátua, através de um novo reconhecimento, desta vez de um de seus bisnetos, em quem jamais prestara atenção: Joel. Yaka está chegando ao fim de sua criação, e toma a palavra para abrir o último capítulo:

Duvidavam? Então não estão aí as chuvas, aquelas mesmas começadas nos olhos de bailundos e sumbes e seles e cuvales e outros olhos lá do Norte e do Leste e nas danças e no batuque de noites sem fim levados mesmo para o outro lado do mar?

Foram os orvalhos e chuviscos primeiros, depois chuvas dispersas por Cabinda e o imenso Leste e então, quando tudo estava quieto ao sol [...], quando a paz mentirosa parecia enlanguecer os músculos e as vontades,

⁷³ *Ibid.*, p. 277-278.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 329.

estourou aquele trovão medonho que para muitos era música de marimba anunciando água fresquinha a cair gota a gota de cascatas intermináveis [...]⁷⁵

É Yaka quem narra as tentativas falhadas dos brancos de criar partidos (Bartolomeu Espinha à frente) para tentarem participar nas negociações da independência, depois a chegada dos três movimentos a Benguela, dois dos quais são imediatamente descartados, em sua caracterização como irremediavelmente estrangeiros, por mais que se apoiassem sobre apelos étnicos:

e depois, haka, e depois das grandes chuvadas e trovões começaram a se instalar os exércitos, primeiro o verde de gorros de leopardo que só falavam línguas estranhas e passavam em jipes muito apurados e limpos, armas luzidias, depois os que diziam só falar umbundo, nos olhos medo e nas mãos bengalas de soba, a terra quase livre e tinham mais medo do quê, se perguntava o povo que só queria o outro, o que chegou por fim, o Éme que veio no avião e algumas armas depois e não tinham dinheiro e comiam nas casas dos populares que lhes queriam dar e não tinham carros porque as carrinhas e camionetas eram oferecidas pelos senhores de império aos outros dois exércitos, e começaram os comícios e Benguela se animava só naqueles comícios de vermelho e preto vestidos [...], Joel no meio mais o Ruca seu amigo negro da escola, até que nos comícios por acréscimo de frase aqui, frase ali, passo assim e mais de outra maneira, um dia estourou, explodiu, floresceu aquela música MPLA Weya, MPLA chegou, e mais as palavras que agora eram música, Owiñi oku soma, o Povo no poder [...].⁷⁶

A música que Yaka profetizara espalha-se e ganha todo o sul de Angola numa sequência de referenciais geográficos; ela vinha já de outra sequência, a das revoltas que pontuaram as páginas dos capítulos anteriores e lentamente constituíram o corpo do sonho que naquele momento se preparava para levantar e andar. Joel participa desse momento tocado pela alegria de criação coletiva: “não só a alegria é pura mas a alegria purifica tudo”, e não consegue deixar de ver “a diferença das palavras que se proferiam no sapalalo”. Joel cala diante de seus familiares apavorados com a possibilidade do fim de seus privilégios, mas Yaka sabe: “nos seus dezassete anos Joel já é homem, agora, pela música da minha criação. Recriação?”⁷⁷

⁷⁵ *Ibid.*, p. 321.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 327.

⁷⁷ *Ibid.*

É a adesão de Joel ao MPLA (ele e Ruca montam uma rede de informações com seus colegas de escola sobre a movimentação dos militantes dos demais movimentos, durante a batalha por Benguela) que faz com que Alexandre volte a se interessar por ele. Joel percebe bem que seu bisavô esconde uma lucidez que o interessa sob o manto de uma surdez fictícia, mas espera a melhor hora para confrontá-lo. Antes disso, confronta o resto da família: seu tio Xandinho, filho de Aquiles e administrador colonial, que é atacado à noite pelos cazumbis do chefe local e do guerrilheiro de cujas mortes participou e termina numa camisa de força; seus tios agnáticos Bartolomeu e Matilde, que organizam o envio de uma coluna do Huambo para salvar a FNLA e a UNITA no Lobito de uma derrota frente ao MPLA, e lideram a caravana familiar de caminhões carregados com as riquezas de que puderam lançar mão, em direção à África do Sul do *apartheid*; sua prima mais velha Chucha (que deveria ter-se chamado Safo, se tivesse sido respeitada a determinação de Alexandre), a pequeno-burguesa de vida sexual livre que acha que o governo da maioria negra e o socialismo vão acabar com as “farras”, os “homens bonitos”, a “boa vida”, e prefere ir trabalhar em Portugal que em Angola, a tiracolo de um tenente do MFA; sua outra prima, Olívia, que passara do fanatismo religioso ao político e achava que o MPLA não era suficientemente revolucionário, e seguia para a África do Sul com o restante da família para depois dar um jeito de chegar à Europa, onde estavam por acontecer revoluções à sua altura; sua namorada, a também adolescente Nízia, mestiça, que queria arrastá-lo por um ano a Portugal, até as coisas se acalmarem, enquanto ele lhe propunha alistarem-se juntos no CIR e fazerem treino militar para participar da tomada do Huambo e das outras cidades do planalto.

Há neste capítulo inúmeras pequenas referências que poderíamos explorar: Olívia, por exemplo, está muito próxima dos jovens brancos nos liceus e universidades que participaram, no vertiginoso ano de 1975, das greves e mobilizações estudantis e que foram o caldo de cultura de onde surgiu o CAC e a OCA; o governador de Benguela no governo de transição e suas barbas brancas, o primeiro angolano no cargo, embebedando os delegados da FNLA e da UNITA para melhor negociar a rendição em Benguela, é uma referência a Sócrates Dáskalos; o blefe de Pepetela de que Dáskalos dá conta em suas memórias, por sua vez, é narrado a Joel por um guerrilheiro do MPLA, mas com outros protagonistas. Mas o mais importante, ao menos para a linha de análise que viemos seguindo, não está aí — está nas condições de atribuição e de mérito da angolanidade.

Antes de terminar de enlouquecer, o administrador Xandinho busca algo sofregamente reincorporar seu primo mulato, Chico, no convívio familiar. Em um jantar que promove para Chico no sapalalo, Xandinho observa, ansioso:

— Pois é, agora sou colonialista e vão fazer inquérito. Com certeza até vão dizer que não sou angolano. Vontade não lhes falta. Três gerações de Angola, não é, avô? Ou quatro, se considerarmos que a mãe do avô já nasceu cá.

[...]

— E se falam de sangue, falemos então de sangue — disse Xandinho, perante o silêncio do patriarca. — Também temos sangue negro na família. Está aqui o Chico para comprovar.⁷⁸

Pelos termos da lei da nacionalidade que seria mais tarde aprovada pelo MPLA, Xandinho teria, de fato, sua pretensão à angolanidade rejeitada, por sua participação em “crimes de homicídio contra a população civil angolana” e pela prática voluntária de “actos de oposição à luta de libertação nacional”. Mas é seu recurso desesperado a Chico como garantidor de um *jus sanguinis*, por cínico e sobretudo por inútil, que coloca em sintonia Joel e Alexandre, no que viria a ser o anúncio de um reconhecimento, diante do silêncio incômodo que se seguiu à resposta ressentida de Chico:

— Esse sangue negro sempre foi uma mancha na família, excepto para o avô. Sofri por causa disso. Agora é uma medalha?

Mesmo com o zumbido da geleira que cortava o silêncio, durante instantes se ouviu o barulho da rua. Todos pegaram nos guardanapos para limpar as bocas. Excepto Joel e Alexandre Semedo que, inexplicavelmente, se sorriam.

— Vamos para o salão — comandou Glória, levantando da mesa.

Joel foi ajudar Alexandre a levantar. O velho passou o braço pelo ombro dele e apertava-lho enquanto faziam os poucos metros que os separavam do cadeirão. Pela primeira vez na vida.⁷⁹

Alexandre tem já pouco tempo de vida, e sabe disso. Percebe-se perto afinal de uma compreensão de si próprio, mas ainda falta, ele precisa de ver tudo, e o pede à Yaka.

Pena? Era de pena o olhar da estátua? Não. Mas era ambíguo, como todo olhar de estátua. Era certamente zombeteiro esse olhar ela tivera sempre. Mas há também uma zombaria humana, que ultrapassa o escárnio e atinge a compreensão. Tu falas para mim, Yaka, há oitenta anos que falas para mim,

⁷⁸ *Ibid.*, p. 333.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 333-334.

sou eu que não te entendo. Não é uma questão de língua, é algo mais que bloqueia a compreensão. [...] Deves ter sido um deus no acto da tua própria criação, faz-te, pois, deus e mantém-me vivo até te ouvir.⁸⁰

Joel arruma suas coisas e vai seguir para o treino militar, para desespero dos pais, que prepararam a fuga para a África do Sul. Mas antes, havia ainda uma coisa a fazer. Joel vai ao sapalalo e entra no quarto de Alexandre:

O bisavô está sentado à secretária e olha-o, admirado. Joel vê a estátua yaka pela primeira vez na vida. Depois volta a fitar o patriarca.

— Sei que ouve e compreende tudo, avô. Hoje preciso de falar consigo.

Alexandre Semedo não faz nenhum gesto que indicasse ouviu. Ficou só parado a olhar para o bisneto. Depois de esperar algum tempo Joel se vira para a estátua e diz:

— Bem gira! De onde é?

Involuntariamente, Alexandre Semedo virou a cabeça e contemplou a estátua. Joel sorri.

— Inútil fingar, avô. Sei que ouve tudo.

Os olhos do velho se iluminaram.⁸¹

Traído pelos olhos, Alexandre admite afinal sua consciência, e se permite conversar com Joel. Quer saber como o bisneto chegou a contrariar toda a família, e conta a ele também os passos de sua trajetória, cheia de “ciladas e embustes” promovidos pelo medo; com “metade da vida a combater a outra metade”. Alexandre continua sem ouvir a voz da estátua, mas presente que sua mensagem está nessa compreensão tardia sobre sua vida de colono e sua incapacidade de reconhecer o gênio criador da terra, incorporado em coisas como a estátua ou o punhal *cuvale*, advinda da pretensão de o dominar. Joel observa:

— A estátua representa um colono, avô. Repare bem. É o que o escultor pensava dos colonos. Ridicularizados. Veja o nariz. Burros e ambiciosos!

[...]

— É uma sátira do colonialismo, avô.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 370.

⁸¹ *Ibid.*, p. 382-383.

— Por isso eles não gostam dela.

— Quem?

— Todos... O meu pai gostava... Não se sentia colono. Pelo menos a princípio, no fim da vida não sei se ainda gostaria...

— O avô gosta.

— Sim. Mas incomodava-me. Depois deixou de me incomodar. Havia uma parte que me atraía e outra que me irritava. O ar irónico...

[...]

— Também pressinto, avô, que ela fala duma compreensão entre os homens. Mesmo se diferentes.

— Não te iludas, Ulisses. Pode não ser para este século.

Chico, Alexandre e Ulisses (o nome que Alexandre quisera dar ao bisneto, e que este adotara para sua identidade de guerrilheiro) são os únicos da família a ficar para assistir à independência de Angola. Chico resistira à pressão de seus parentes brancos para que se alistasse ao mesmo tempo nos três movimentos, como medida preventiva; não se alistara em nenhum e vivia agora tranquilamente, tendo abandonado o velho emprego para assumir a velha loja de Alexandre e a fazenda abandonada pela família emigrada. Joel aprendia a ser Ulisses no CIR, mas vinha todos os fins de semana visitar o bisavô no sapalalo. Alexandre esperava, as coisas que acumulara ao longo de toda a sua vida descidas para o salão, que agora também lhe servia de quarto, para já não ter que subir e descer escadas. O narrador adquire de seu português padrão e permite alegremente a volta de uma linguagem marcada pela oralidade a seus enunciados. E, no dia em que os obuses do exército sul-africano cruzam os céus de Benguela, ameaçando derrubar o sapalalo, Alexandre Semedo leva, com esforço, a estátua yaka até o quintal dos fundos, colocando-a embaixo da pitangueira, sobre o chão para o qual ela fora feita, e espera que ela fale.

Yaka mostra-lhe, pelos seus olhos de gude, a batalha de que Joel participou, e decreta que Alexandre Semedo não deixará herdeiros. Mas não parece ser a morte física de Joel de que ela fala, antes da morte do colono enquanto categoria social. Ao viver simplesmente, em comunhão com os demais, de coração aberto e com coragem para fazer seu e defender o sonho de todos, Joel será perfilhado pelas gentes dessa terra onde Alexandre quisera ser senhor: primeiro pela mãe de seu amigo, que o consola num abraço dos inevitáveis rompimentos com a família e a namorada (“o frio passou, porque tem o calar da mãe de Ruca

que lhe aperta e lhe faz festas na cabeça, coitado do meu filho, coitado do meu menino”); depois, pelos cuvale que na Serra da Neve acolhem os sobreviventes da batalha contra a coluna de tanques da SADF, e iniciam uma guerrilha por trás das linhas inimigas, até a expulsão dos invasores:

E a estátua fala pelos olhos e o sorriso deixou de ser zombeteiro e lhe fala agora ternamente também pelos lábios, Alexandre Semedo, o teu bisneto vai ser adotado pelos cuvale e todos juntos vão fazer a guerrilha que vai ficar célebre.⁸²

Ao morrer, Alexandre Semedo cai com a boca na terra, confrontado por Yaka com a impostura que foi sua vida, mas agora sabe, afinal, que o gosto da terra é bom.

* * *

Procurei, ao longo dessas páginas, seguir um percurso do nacionalismo angolano que escapa, em grande medida, ao comum das narrativas. À partida, escolhi acompanhar sujeitos completamente atípicos: apesar de reconhecidos em alguma medida pela memória social em Angola — uns mais, outros menos, é bem certo — estavam razoavelmente distantes dos centros de decisão, e tiveram mesmo muita dificuldade para serem aceitos como militantes da organização nacionalista com cujo programa, universalista e igualitário, se identificavam. Considerando o plano de fundo da pragmática da disputa pela hegemonia política no campo nacionalista, essas dificuldades de inserção são especialmente úteis para interrogar os limites do universalismo e do igualitarismo diante na mobilização recorrente de categorias de diferença.

Minhas duas hipóteses iniciais levaram-me por longos caminhos, mas mostraram-se, sigo acreditando, boas guias. Tanto *Mayombe* quanto *Yaka* podem ser, como vimos, coerentemente remetidos às principais disputas políticas que se observavam nos períodos em que foram respectivamente escritos. A própria localização geográfica da ação aponta já o inimigo: *Mayombe* é um libelo contra a UPA/FNLA; enquanto *Yaka*, mesmo se é econômico em referências desqualificadoras, está claramente montado de modo a desconstruir as reivindicações de legitimidade regional da UNITA. Ambos os romances colocam em cena, em

⁸² *Ibid.*, p. 394.

medidas variáveis, os debates internos ao MPLA sobre etnicidade e raça; ao fazerem isso, engendram sobre esses temas um discurso não apenas descritivo, mas também normativo — uma normatividade que se reflete na sua qualidade de “histórias exemplares” que acredito ter conseguido explicitar.

O roteiro da “superação do tribalismo” em *Mayombe* está, como vimos, muito colado às formulações de Amílcar Cabral sobre o mesmo tema; em ambos os casos, a hegemonia oculta da modernização parece ser determinante. Em *Yaka*, quando é a raça que está sob o foco, Pepetela permite-se recuperar a etnicidade de uma outra forma, menos esquemática, mais como o repositório original de um gênio autônomo que alimentará afinal a alma desse nação-criação que se está a fazer nascer. Mais tarde, Pepetela abandonaria, em sua narrativa, uma vinculação tão explícita entre nação e MPLA — embora permanecesse, em termos políticos, totalmente comprometido com o movimento — explorando as insuficiências da criação da nação sob o burocratismo de um partido-classe em constituição (em *O cão e os caluandas*), ou fazendo a criação da nação um trabalho multifacetado e necessariamente múltiplo, a partir dos múltiplos produtores culturais que a todo tempo oferecem versões díspares do passado, do presente e do futuro, em permanente e tensa negociação umas com as outras (em *Lueji*). Mas essa é uma outra história.

O objetivo de todo esse percurso analítico era proceder a uma experimentação de leitura de duas obras de Pepetela amparadas por uma contextualização quase obsessiva — o que ofereço, a título de contribuição, para os estudos das literaturas africanas no Brasil. Este deveria ser o parágrafo final, mas tenho de confessar que sempre estive à roda com a tentativa de abordar um outro incômodo, cujos contornos só fui começar a perceber nos últimos momentos da escrita deste trabalho, e que passo a expor aqui, à guisa de conclusão.

A imensa maior parte dos estudos acadêmicos sobre o nacionalismo e sobre o desenvolvimento da literatura em Angola baseiam-se em uma linha de interpretação sobre o anticolonialismo proposta por Georges Balandier em 1963, conhecida como a “retomada da iniciativa”. Grosso modo, trata-se do momento-chave no qual, num contexto colonial, a consciência coletiva inflete, assumindo um papel ativo na produção de uma resposta ao domínio não apenas político e econômico, mas também cultural, que até então havia sido capaz de neutralizá-la — e, nesse processo, ela vai-se transformando a si mesma.⁸³

⁸³ BALANDIER, Georges, *Sociologie actuelle de l’Afrique Noire*, Paris: PUF, 1963; para a aplicação do conceito a Angola, ver SERRANO, Carlos, *Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional*, Luanda: Kilombelombe, 2008, cap. 5; e CHAVES, Rita de Cássia Natal, *A formação do romance angolano : entre intenções e gestos*, São Paulo: Edusp, 1999, cap. 1.

No que diz respeito a Angola, narrativas baseadas nessa linha interpretativa em geral se estruturam conforme uma sequência que, a partir do marco zero da imposição da dominação colonial, apresenta três fases: uma resistência difusa à dominação, expressa por rebeliões camponesas, mas também, nas cidades, em termos jornalísticos e literários, como a imprensa “crioula”, as pesquisas linguísticas e os manifestos autonomistas do fim do século XIX (o tempo dos precursores); a retomada da iniciativa propriamente dita, caracterizada por uma dupla articulação, entre os “novos intelectuais de Angola” e a CEI em Portugal, e entre o impulso nativista e a construção material de organizações dedicadas à luta política, e que vai do fim dos anos de 1940 até 1960 (o tempo da palavra ou da letra); e, finalmente, a explosão da revolta anticolonial, que significaria a reposição, em termos objetivos, da necessidade cultural já plenamente desenvolvida na consciência coletiva, no sentido da libertação e da autonomia (o tempo do falar das armas).

Ora, conquanto em linhas gerais esse esquema narrativo esteja correto, há diversas coisas que ele simplesmente deixa de considerar. Sob o manto homogeneizante da “consciência coletiva”, é preciso espreitar para encontrar grupos sociais específicos que se autoatribuem a tarefa da emancipação, e que não apenas trabalham para criar a nação — algo que todos os estudiosos estão prontos a subscrever — como também manejam categorias de identificação coletiva para, num jogo de inclusão e exclusão, delimitar a cada momento quem é (e quem deixa de ser) esse “povo” que está na base da reivindicação nacional. A evidente paisagem de fratura social em que Angola permaneceu mesmo muito tempo depois da independência, por sua vez, é, no quadro dessas interpretações, remetida a uma história de longa duração, às diferenças étnicas que se perdem na aurora dos tempos, ou nos efeitos da violência simbólica do traçar de fronteiras artificiais cristalizada no referente icônico da Conferência de Berlim.

Outra interrogação relevante diz respeito ao acesso aos “meios de produção” desse ponto de inflexão: a retomada da iniciativa é feita por escrito, em português, e segundo gêneros textuais específicos, cujo domínio depende basicamente da escolarização formal e de um certo circuito geográfico e social que se estrutura pelas próprias redes da dominação colonial. Em uma situação em que o acesso a essa escolarização era duramente restringido conforme barreiras que imbricavam classe, raça e etnia, além de gênero, a importância teórica e prática dessas categorias e de seus usos para a história do nacionalismo ganha ainda mais relevância. Que a maior parte das narrativas sobre a retomada da iniciativa em Angola não contemple as trajetórias — também inegavelmente nacionalistas — dos criadores da UPA, da UNITA ou mesmo do MLEC, que se fazem por circuitos geográficos e sociais marcados pela exterioridade, é talvez um indício de que essas narrativas têm sido sobredeterminadas, desde a

sua origem, por uma ideologia (modernizadora) de partido único — a qual, como procurei demonstrar, é sempre também, no limite, uma ideologia de classe — e pelas demandas de uma guerra que, desafortunadamente, demorou demais.

E pronto. Não podendo oferecer uma conclusão como deve ser — e quem poderia? — contento-me em despedir-me deste trabalho com essas considerações — provocações, talvez, melhor diríamos. Pois.

Referências bibliográficas

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. Reimaginando a nação. *In*: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). **A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo, Luanda: Cultura Acadêmica, Nzila, 2007, p. 27-34.
- ABRAHAMS, Peter. **O rapaz da mina**. Lisboa: 70, 1980. (vozes de África, 10).
- ABRANCHES, Henrique. Comentário à tradição nezinga. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, v. 1, p. 185-198, 1984.
- _____. **Identidade e património cultural**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1989. (estudos).
- _____. **Reflexões sobre cultura nacional**. Lisboa: 70, 1980. (estudos / autores angolanos, 3).
- _____. Relatório sobre as escavações de Kitala e Kamabangas. **Leba: Estudos de Quaternário, Pré-História e Arqueologia**, n. 7, p. 69-105, 1992.
- _____. **Sobre os basolongo: arqueologia da tradição oral**. [Luanda]: Fina Petroleos de Angola, 1991.
- ABRANTES, José Mena. **O teatro em Angola**. Luanda: Nzila, 2005. 2v. (ensaio, 24-25).
- ACHEBE, Chinua. **A flecha de Deus**. Lisboa: 70, 1979. (vozes de África, 7).
- _____. **O mundo se despedaça: romance**. São Paulo: Ática, 1983. (autores africanos).
- _____. **The African trilogy : Things fall apart; No longer at ease; Arrow of God**. New York: Alfred A. Knopf, 2010. (everyman's library, 327).
- _____. The African writer and the English language. *In*: **Morning yet on creation day: essays**. Garden City: Anchor, 1975, p. 91-103.
- ADAMS, Gordon. Cuba and Africa: the international politics of the liberation struggle: a documentary essay. **Latin American Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 108-125, 1981. Disponível em: <<http://lap.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0094582X8100800109>>. Acesso em: 27 nov. 2007.
- ADEBIYI, Nike L. Edun. **Radical Nationalism in British West Africa**. Tese (Doutorado em História), University of Michigan, Ann Harbor, 2008. Disponível em: <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/58461/1/lande_1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.
- ALEXANDRE, Valentim. A questão colonial no Portugal oitocentista. *In*: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill (Orgs.). **O império africano, 1835-1890**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 21-132. (nova história da expansão portuguesa, X).
- ALVES, Nito. 13 teses em minha defesa. *In*: ASSOCIAÇÃO 27 DE MAIO. [Sítio internet]. Barcarena: Associação 27 de Maio, 2008. Disponível em: <<http://www.27maio.com/artigos/13-teses/>>. Acesso em: 25 out. 2012.
- AMIN, Samir. **The class struggle in Africa**. Cambridge: Africa Research Group, 1969.
- AMOS, Alcione Meira; AYESU, Ebenezer. Sou brasileiro: história dos tabon afro-brasileiros em Acra, Gana. **Afro-Ásia**, n. 33, p. 35-65, 2005. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp35_65_Alcione.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.
- AMSELLE, Jean-Loup. Ethnies et espace: pour une anthropologie topologique. *In*: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique**. Paris: La Découverte, 1985, p. 14-23.

_____; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique.** Paris: La Découverte, 1985.

ANDERSON, Benedict. Introdução. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 7-22.

_____. **Nação e consciência nacional.** São Paulo: Ática, 1989.

_____. **The spectre of comparisions: Nationalism, Southeast Asia and the world.** London, New York: Verso, 1998.

ANDRADE, Mário Pinto de. **Amílcar Cabral: essai de biographie historique.** Paris: François Maspero, 1980. (Petite Collection Maspero). Disponível em: <http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=BIBLIOTECA_DIGITAL&nome_da_pasta=019630>.

_____. Literatura e nacionalismo em Angola. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política.** Lisboa: Colibri, 2000, p. 21-27.

_____. **Origens do nacionalismo africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961.** Lisboa: Dom Quixote, 1997.

ANGOLA. **Lei constitucional — Lei da nacionalidade.** Luanda: INA, 1975.

ANGOLA. CONSELHO DA REVOLUÇÃO. **Lei do poder popular: lei nº 1/76 (Diário da República nº 29, 1ª série, de 1976).** Luanda: INA, 1976.

ANTHONY, Douglas. “Resourceful and progressive Blackmen”: modernity and race in Biafra, 1967-70. **The Journal of African History**, v. 51, n. 1, p. 41-61, 2010. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=7780696&fulltextType=RA&fileId=S0021853710000022>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

ANTUNES, José Freire. **O império com pés de barro : colonização e descolonização : as ideologias em Portugal.** Lisboa: Dom Quixote, 1980. (participar, 17).

APIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na Filosofia da Cultura.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

APTHORPE, Raymond. Does Tribalism really matter? **Transition**, n. 37, p. 18-22, 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2934295>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

ARAÚJO, Maria Manuela. **Diálogos literários entre África e os E.U.A. no despertar dos nacionalismos africanos.** Lisboa: Colibri, 2010.

ARGÉLIA. MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO E DA CULTURA. **La révolution algérienne: réalités et perspectives.** 2. ed. Madrid: Ministère de l'Information et de la Culture, 1972.

ARMAH, Ayi Kwei. **The healers: a novel.** Penguine: Per Ankh, 2000.

ASSOCIAÇÃO TCHIWEKA DE DOCUMENTAÇÃO. **Lúcio Lara Tchiweka 80 anos: imagens de um percurso.** Luanda: Associação Tchiweka de Documentação, 2009.

BALANDIER, Georges. **Daily life in the Kingdom of the Kongo: from the sixteenth to the eighteenth century.** New York: Pantheon, 1968.

_____. Le “Tiers Monde” : sous-développement et développement — Présentation d'un cahier de l'I.N.E.D. **Population**, v. 11, n. 4, p. 737-741, 1956. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pop_0032-4663_1956_num_11_4_4800>. Acesso em: 28 mar. 2012.

_____. Remarques sur les regroupements politiques africains. **Revue Française de Science Politique**, v. 10, n. 4, p. 841-849, 1960. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1960_num_10_4_392595>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. **Sociologie actuelle de l'Afrique Noire**. Paris: PUF, 1963. (bibliothèque de sociologie contemporaine).

BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, nation, class: ambiguous identities**. London; New York: Verso, 1991.

BARBIER, Maurice. L'avenir du Sahara espagnol. **Politique Étrangère**, v. 40, n. 4, p. 353-380, 1975. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_1975_num_40_4_1762>. Acesso em: 27 jun. 2012.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.

BAZIN, Jean. A chacun son Bambara. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique**. Paris: La Découverte, 1985, p. 87-127.

BENDER, Gerald J. The eagle and the bear in Angola. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 489, p. 123-132, 1987. Disponível em: <<http://ann.sagepub.com/cgi/content/abstract/489/1/123>>. Acesso em: 1 out. 2008.

BENOT, Yves. **Ideologias das independências africanas**. Luanda: INALD, 1981. 2v.

BERREBY, Jean-Jacques. L'Égypte et la Syrie après la R.A.U. **Politique Étrangère**, v. 26, n. 5, p. 425-436, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_1961_num_26_5_6154>. Acesso em: 24 jun. 2012.

BETI, Mongo. **Remember Ruben: romance**. Trad. José Saramago. Lisboa: Caminho, 1983. (uma terra sem amos, 22).

BETTS, Raymond F. A dominação europeia: métodos e instituições. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 353-375. (história geral da África, VII).

BHABHA, Homi K. (Org.). **Nation and narration**. London: Routledge, 1990.

BIENEN, Henry. State and revolution: the work of Amílcar Cabral. **The Journal of Modern African Studies**, v. 15, n. 4, p. 555-568, 1977.

BIRMINGHAM, David. **Frontline nationalism in Angola & Mozambique**. Trenton: Africa World, 1992.

_____. The date and significance of the Imbangala invasion of Angola. **The Journal of African History**, v. 6, n. 2, p. 143-152, 1965. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/180192>>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. Tradições, migrações e canibalismo. In: **Portugal e África**. Lisboa: Vega, 2003, p. 73-80.

BITTENCOURT, Marcelo. **Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana**. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **“Estamos juntos”: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)**. Luanda: Kilombelombe, 2010. 2v. (ciências humanas e sociais, história de Angola, 3-4).

BLACKKEY, Robert. Fanon and Cabral: a contrast in theories of revolution for Africa. **The Journal of Modern African Studies**, v. 12, n. 2, p. 191-209, 1974.

BLANCHET, Gilles. L'évolution des dirigeants sénégalais de l'indépendance à 1975. **Cahiers d'Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 49-78, 1978. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1978_num_18_69_2395>. Acesso em: 27 jun. 2012.

BOAHEN, Albert Adu. **African perspectives on Colonialism**. Baltimore: Johns Hopkins University, 1987.

- _____. (Org.). **África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VII). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>>.
- BOAVIDA, Américo. **Angola: cinco séculos de exploração portuguesa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- BOEHMER, Elleke. **Colonial and postcolonial literature: migrant metaphors**. 2. ed. Oxford: Oxford University, 2005.
- BORELLA, François. Les regroupements d'Etats dans l'Afrique indépendante. **Annuaire Français de Droit International**, v. 7, n. 1, p. 787-807, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1961_num_7_1_1121>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 3-25. (Estudos).
- BOUTROS-GHALI, Boutros. La crise de la Ligue Arabe. **Annuaire Français de Droit International**, v. 14, n. 1, p. 87-137, 1968. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1968_num_14_1_1482>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- BRAGA, Júlio Santana. Notas sobre o "Quartier Brésil" no Daomé. **Afro-Ásia**, n. 6-7, p. 55-62, 1968. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n6_7_p55.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.
- BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel Maurice (Orgs.). **Quem é o inimigo?** Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978. 3v.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.
- BRIEUX, J.-J. La "Tricontinentale". **Politique étrangère**, v. 31, n. 1, p. 19-43, 1966. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_1966_num_31_1_2227>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- CABRAL, Amílcar. **Cabral ka muri**. Portugal: Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do Comité Central do PAIGC, 1983. 22v.
- _____. **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**. Lisboa: Seara Nova, 1977. 2v.
- _____. **Textos Amílcar Cabral**. Lisboa: Nova Aurora, 1974. 2v.
- CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. São Paulo: Livraria Martins, 1959. 2v.
- CARREIRA, Iko. **Memórias**. Luanda: Nzila, 2005. (memórias, 1).
- CASCUDO, Fernando Luís da Câmara. **Angola, a guerra dos traídos**. Rio de Janeiro: Bloch, 1979.
- CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem mandou matar Amílcar Cabral?** Lisboa: Relógio d'Água, 1995.
- CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. **História de Angola**. Porto: Afrontamento, 1975.
- CHABAL, Patrick. Lusophone Africa in historical and comparative perspective. In: CHABAL, Patrick; BIRMINGHAM, David; FORREST, Joshua et al (Eds.). **A history of Postcolonial Lusophone Africa**. Bloomington: Indiana University, 2002, p. 1-134.
- _____. The social and political thought of Amílcar Cabral: a reassessment. **The Journal of Modern African Studies**, v. 19, n. 1, p. 31-56, 1981.
- CHANAIWA, David. A África Austral. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 295-334. (história geral da África, VIII). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>.

CHARLES, Bernard. Le socialisme africain: mythes et réalités. **Revue Française de Science Politique**, v. 15, n. 5, p. 856-884, 1965. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_0035-2950_1965_num_15_5_392884>. Acesso em: 27 jun. 2012.

CHATTERJEE, Partha. A nação em tempo heterogêneo. *In: Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: Edufba, 2004.

_____. Comunidade imaginada por quem? *In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 227-238.

_____. **Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?** 2. ed. Minneapolis: University of Minnesota, 1995.

_____. Populações e sociedade política. *In: Colonialismo, modernidade e política*. Salvador: Edufba, 2004, p. 107-111.

_____. **The Nation and its fragments: colonial and postcolonial histories**. Princeton: Princeton University, 1993. (Princeton studies in culture/power/history).

CHAVES, Rita de Cássia Natal. Mayombe: um romance contra correntes. *In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (Orgs.). Portanto... Pepetela*. São Paulo: Ateliê, 2009, p. 125-139. (estudos literários, 32).

_____. **A formação do romance angolano : entre intenções e gestos**. São Paulo: Edusp, 1999. (via atlântica, 1).

_____; MACÊDO, Tania (Orgs.). **Portanto... Pepetela**. São Paulo: Ateliê, 2009. (estudos literários, 32).

CHILCOTE, Ronald H. The political thought of Amílcar Cabral. **The Journal of Modern African Studies**, v. 6, n. 3, p. 373-388, 1968.

CHILDS, Gladwyn M. The chronology of the Ovimbundu Kingdoms. **The Journal of African History**, v. 11, n. 2, p. 241-248, 1970.

_____. The Kingdom of Wambu (Huambo): a tentative chronology. **The Journal of African History**, v. 5, n. 3, p. 367-379, 1964.

_____. The peoples of Angola in the Seventeenth Century according to Cadornega. **The Journal of African History**, v. 1, n. 2, p. 271-279, 1960. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/180245>>. Acesso em: 31 out. 2012.

CLAPHAM, Christopher. Guerre et construction de l'État dans la Corne de l'Afrique. **Critique Internationale**, v. 9, n. 1, p. 93-111, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/criti_1290-7839_2000_num_9_1_1626>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. The context of African political thought. **The Journal of Modern African Studies**, v. 8, n. 1, p. 1-13, 1970.

CLARENCE-SMITH, Gervase. The impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa. **The Journal of African History**, v. 26, n. 4, p. 309-326, 1985.

_____. **The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic Imperialism**. [Manchester]: Manchester University, 1985.

COOPER, Frederick. **Africa since 1940: the past of the present**. Cambridge: Cambridge University, 2002. (new approaches to African history).

COSME, Leonel. A obra incompleta de Mário Pinto de Andrade. *In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.). Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*. Lisboa: Colibri, 2000, p. 131-151.

DALE, Richard. The Armed Forces as an instrument of South African policy in Namibia. **The Journal of Modern African Studies**, v. 18, n. 1, p. 57-71, 1980.

DARCH, Colin. Notas sobre fontes estatísticas oficiais referentes à economia colonial moçambicana: uma crítica geral. **Estudos Moçambicanos**, n. 4, p. 103-125, 1983. Disponível em: <http://uct.academia.edu/ColinDarch/Papers/649586/Notas_sobre_fontes_estatisticas_oficiais_referentes_a_economia_colonial_mocambicana_uma_critica_geral>. Acesso em: 30 ago. 2012.

DÁSKALOS, Sócrates. **Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo**. Lisboa: Vega, 2000. (Memórias e crônicas).

DAVIDSON, Basil. On revolutionary nationalism: the legacy of Cabral. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL (1.: 1984: PRAIA). **Continuar Cabral**. [Praia]: PAIGC, 1984, p. 83-126.

_____; ISAACMAN, Allen F; PÉLISSIER, René. Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 787-832. (história geral da África, VII).

DECRAENE, Philippe. **O Pan-Africanismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [s.d.]. (Saber atual).

DE HEUSCH, Luc. L'ethnie. The vicissitudes of a concept. **Social Anthropology**, v. 8, n. 2, p. 99-115, 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1469-8676.2000.tb00124.x/abstract>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

DELARUE, Jacques. Les Officiers Républicains contre l'OAS. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**, v. 26, n. 1, p. 6-10, 1992. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/mat_0769-3206_1992_num_26_1_404860>. Acesso em: 22 set. 2012.

DELMET, Christian. Construction de l'État et conflits de nationalismes au Soudan. **Revue du Monde Musulman et de la Méditerranée**, v. 68, n. 1, p. 87-98, 1993. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remmm_0997-1327_1993_num_68_1_2557>. Acesso em: 27 jun. 2012.

DENIS, Dohou Codjo. Influences brésiliennes à Ouidah. **Afro-Ásia**, n. 12, p. 193-209, 1976. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n12_p193.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.

DEUTSCH, Karl W. **Nationalism and social communication: an inquiry into the foundations of nationality**. 2. ed. Cambridge: MIT, 1966.

DIOP, Cheikh Anta. **Nations nègres et culture: de l'antiquité nègre-égyptienne aux problèmes culturels de l'Afrique noire d'aujourd'hui**. Paris: Éditions africaines, 1954.

DOZON, Jean-Pierre. Les Bété: une création coloniale. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat em Afrique**. Paris: La Découverte, 1985, p. 49-85.

DUNÉR, Bertil. Cuba: dependent interventionism. **Cooperation and Conflict**, v. 22, p. 35-47, 1987. Disponível em: <<http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/22/1/35>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

_____. The bear on the prowl: moderately greedy, moderately strong. **Cooperation and Conflict**, v. 20, p. 23-40, 1984. Disponível em: <<http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/20/1/23>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

_____. The intervener: lone wolf or ... ? Cooperation between Interveners in civil wars. **Cooperation and Conflict**, v. 18, p. 197-213, 1983. Disponível em: <<http://cac.sagepub.com/cgi/content/abstract/18/3/197>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

EDMONDSON, Locksley. A África e as regiões em vias de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1004-1051. (história geral da África, VIII). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>.

ELAIGWU, J. Isawa. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 519-563. (história geral da África, VIII). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>.

EL HAMEL, Chouki. “Raça”, escravidão e Islã no Marrocos: a questão dos haratin. **Afro-Ásia**, n. 31, p. 9-37, 2004. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_13_raca.PDF>. Acesso em: 10 jun. 2012.

ERVEDOSA, Carlos. **Roteiro da literatura angolana**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1979.

ESPÍRITO SANTO, Alda. Sobre Mário Pinto de Andrade — um depoimento possível. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000, p. 37-41.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FABIAN, Johannes. **Time and the Other: how Anthropology makes its object**. Columbia: Columbia University, 1983.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FARIA, António. **Linha estreita da liberdade: a Casa dos Estudantes do Império**. Lisboa: Colibri, 1997. (Estudos de história regional, 11).

FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. Enquanto isso, do outro lado do mar...: os Arókin e a identidade iorubá. **Afro-Ásia**, n. 17, p. 139-155, 1996. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n17_p139.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.

FERABOLLI, Silvia. Relações internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): os desafios para a realização da utopia pan-arabista. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 1, p. 63-97, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000100003>. Acesso em: 24 jun. 2012.

FERREIRA, Manuel. A libertação do espaço agredido através da linguagem: prefácio à 2ª edição (1977). In: VIEIRA, José Luandino (Ed.). **A cidade e a infância: contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 103-131.

FERREIRA, Manuel. **No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1975. 2v.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. Comunistas e pró-ocidentais: algumas observações sobre o Departamento de Estado norte-americano e os movimentos nacionalistas angolanos, 1960-1961. **Afro-Ásia**, n. 38, p. 87-139, 2008. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia38_pp87_139_baqueiro.pdf>.

FIGUEIREDO, Maria Leonor Menezes Cândido. **Sita Valles : revolucionária, comunista até à morte, 1951-1977**. Lisboa: Alêtheia, 2010.

_____. **O movimento estudantil em Angola nos anos da descolonização (1974-1975)**. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/6995>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Presença da literatura brasileira na África de língua portuguesa. In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 73-100.

FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, Edward Evan (Orgs.). **Sistemas políticos africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

- FOUCAULT, Michel. A “governamentalidade”. In: DIAS, Bruno Peixe; NEVES, José (Orgs.). **A política dos muitos: povo, classes e multidão**. 1. ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011, p. 113-135.
- FREITAS, Amadeu José de. **Angola: o longo caminho da liberdade**. Lisboa: Moraes, 1975.
- FREUDENTHAL, Aida Faria. Angola. In: MARQUES, António H. de Oliveira (Org.). **O império africano, 1880-1930**. Lisboa: Estampa, 2001, p. 259-467. (nova história da expansão portuguesa, XI).
- GANDOLFI, A. Naissance et mort sur le plan international d’un Etat éphémère: la Fédération du Mali. **Annuaire Français de Droit International**, v. 6, n. 1, p. 881-906, 1960. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1960_num_6_1_939>. Acesso em: 27 jun. 2012.
- GAREAU, Frederick H. Cold-War cleavages as seen from the UN General Assembly: 1947-1967. **The Journal of Politics**, v. 32, n. 4, p. 929-968, 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2128389>>. Acesso em: 22 set. 2006.
- GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 107-154.
- GIBBS, David N. Dag Hammarskjöld, the United Nations, and the Congo Crisis of 1960-1: a reinterpretation. **The Journal of Modern African Studies**, v. 31, n. 1, p. 163-176, 1993.
- _____. The United Nations, international peacekeeping and the question of “impartiality”: revisiting the Congo operation of 1960. **The Journal of Modern African Studies**, v. 38, n. 3, p. 359-382, 2000.
- GILROY, Paul. **Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007.
- _____. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro: 34, CEEA, 2001.
- GLEIJESES, Piero. **Conflicting missions : Havana, Washington, and Africa, 1959-1976**. Chapel Hill: University of North Carolina, 2002.
- _____; RISQUET, Jorge; REMÍREZ, Fernando. **Cuba y África: historia común de lucha y sangre**. La Habana: Ciencias Sociales, 2007.
- GOBINEAU, Conde de. **Essai sur l’inégalité des races humaines**. Paris: P. Belfond, 1967. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/gobineau/essai_inegalite_races/essai_inegalite_races.html>. Acesso em: 18 jul. 2012.
- GODELIER, Maurice. O conceito de tribo: crise de um conceito ou crise dos fundamentos empíricos da antropologia? In: **Horizontes da antropologia**. Lisboa: 70, 1973, p. 134-138.
- GRUNDY, Kenneth W. The “class struggle” in Africa: as examination of conflicting theories. **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 3, p. 379-393, 1964.
- GUITARD, Odette. Organisation politique du Tiers Monde de Bandoung à Santiago. **Tiers-Monde**, v. 15, n. 57, p. 87-102, 1974. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/tiers_0040-7356_1974_num_15_57_1989>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- GURAN, Milton. Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os agudás do Benim. **Afro-Ásia**, n. 28, p. 45-76, 2002. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n28_p45.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.
- HABUMUKIZA, Antoine Marie Zacharie. **Le devoir de violence de Yambo Ouologuem: une lecture intertextuelle**. Dissertação (Mestrado em Estudos Franceses), Queen’s University, Ontario, 2009. Disponível em: <http://qspace.library.queensu.ca/bitstream/1974%2F5270/1/Habumukiza_Antoine_200909_LLM.pdf..pdf>. Acesso em: 19 jul. 2012.

HAMILTON, Russel. A influência e percepção do Brasil nas literaturas africanas de língua portuguesa. *In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 137-154.

_____. **Literatura africana: literatura necessária**. Lisboa: 70, 1984. 2v. (biblioteca de estudos africanos, 9).

HAMMOND, R. J. **Portugal and Africa, 1815-1910: a study in uneconomic Imperialism**. [s.l.]: Stanford University, 1966.

HANGANU, Mariana Ploae. La matrice nationale dans la prose angolaise contemporaine, tout particulièrement dans Mayombe de Pepetela. *In: COLLOQUE INTERNATIONAL LES LITTÉRATURES AFRICAINES DE LANGUE PORTUGAISE (1.: 1984: PARIS). Les Littératures africaines de langue portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale: actes du Colloque Internacional: Paris, 29-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985, p. 73-77.

HENRIQUES, Isabel de Castro. **Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

HEYWOOD, Linda M. Unit and Ethnic Nationalism in Angola. **The Journal of Modern African Studies**, v. 27, n. 1, p. 47-66, 1989.

HILTON, Anne. The Jaga reconsidered. **The Journal of African History**, v. 22, n. 2, p. 191-202, 1981.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1789: programa, mito e realidade**. ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Saraiva de bolso).

_____; RANGER, Terence O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOBSON, John A. **Imperialism, a study**. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2009. Publicação original: New York: J. Pott, 1902.

HOTTINGER, Arnold. La lutte pour le Sahara occidental. **Politique Étrangère**, v. 45, n. 1, p. 167-180, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_1980_num_45_1_2964>. Acesso em: 27 jun. 2012.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. *In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 85-105.

HUGON, Philippe. Le NEPAD entre partenariat et gestion des conflits. **Politique Étrangère**, v. 68, n. 2, p. 335-350, 2003. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_2003_num_68_2_1210>. Acesso em: 27 jun. 2012.

HUMBARACI, Arslan; MUCHNIK, Nicole. **Portugal's African wars: Angola, Guinea Bissao, Mozambique**. [s.l.]: Third Press, 1974.

IBHAWOH, Bonny. Second World War propaganda, imperial Idealism and anti-colonial Nationalism in British West Africa. **Nordic Journal of African Studies**, v. 16, n. 2, p. 221-243, 2007. Disponível em: <<http://www.njas.helsinki.fi/pdf-files/vol16num2/ibhawoh.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

IRELE, Abiola. Négritude — literature and ideology. **The Journal of Modern African Studies**, v. 3, n. 4, p. 499-526, 1965.

IRELE, Abiola. Négritude or Black Cultural Nationalism. **The Journal of Modern African Studies**, v. 3, n. 3, p. 321-348, 1965.

JACKSON, Ashley. **The British Empire and the Second World War**. London; New York: Hambledon Continuum, 2006.

JACKSON, Steven F. China's Third World policy: the case of Angola and Mozambique, 1961-93. **The China Quarterly**, v. 142, p. 388-422, 1995. Disponível em: <www.jstor.org/stable/655421>. Acesso em: 27 maio 2006.

JAFFRELOT, Christophe. For a theory of Nationalism. **Questions de recherche**, n. 10, 2003. Disponível em: <<http://www.ceri-sciences-po.org/publica/question/qdr10.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2012.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros : Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

JORGE, Tomás. Testemunho. In: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.). **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**. Lisboa; Luanda: Prefácio ; Caxinde, 2008, p. 65-69.

KANDJIMBO, Luís. **Apologia de Kalitangi: ensaio e crítica**. Luanda: INALD, 1997. (estudos e documentos, 15).

_____. Yaka: a ficção e o estatuto da história ou um romance colonial? In: **Apologia de Kalitangi: ensaio e crítica**. Luanda: INALD, 1997, p. 47-65. (estudos e documentos, 15).

KANYARWUNGA, Jean I. N. **République démocratique du Congo: les générations condamnées: déliquescence d'une société précapitaliste**. Paris: Publibook, 2006.

KAUNDA, Kenneth D. **Une politique pour l'homme en Afrique: lettres adressées au Pasteur Colin Morris**. Paris: Les Bergers et les Mages, 1970.

KAUR, Harmala. China and the Angolan National Liberation Movement. **China Report**, v. 13, p. 19-33, 1977. Disponível em: <<http://chr.sagepub.com>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

KIMCHE, David. A África Negra e o Movimento de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos. **Afro-Ásia**, n. 8-9, p. 93-117, 1969. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n8_9_p93.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

KOUROUMA, Ahmadou. **O sol das independências: romance**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

KUPER, Hilda. The colonial situation in Southern Africa. **The Journal of Modern African Studies**, v. 2, n. 2, p. 149-164, 1964.

LABAN, Michel. Encontro com Henrique Abranches. In: **Angola: encontro com escritores**. [Porto]: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, v. 1, p. 281-327. 2v.

LABAN, Michel. Entrevista com Domingos Van-Dúnem. In: **Angola: encontro com escritores**. [Porto]: Fundação Eng. António de Almeida, 1991, v. 1, p. 181-227. 2v.

LANGLEY, J. Ayo. Pan-Africanism in Paris, 1924-36. **The Journal of Modern African Studies**, v. 7, n. 1, p. 69-94, 1969.

LARA, Lúcio. **Documentos e comentários para a história do MPLA: até fev. 1961**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

_____. **Um amplo movimento... Itinerário do MPLA através dos documentos de Lúcio Lara**. Luanda: Lúcio Lara, 2006. 3v.

LARA, Paulo. A tua passagem pelas FAPLA. In: MARQUES, Irene Guerra (Org.). **Henrique Abranches: o homem dos sete talentos**. Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 61-64.

LAW, Robin. A comunidade brasileira de Uidá e os últimos anos do tráfico atlântico de escravos, 1850-66. **Afro-Ásia**, n. 27, p. 41-77, 2002. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/27_1_comunidade.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.

LEMARCHAND, René. The C.I.A. in Africa: how central? how intelligent? **The Journal of Modern African Studies**, v. 14, n. 3, p. 401-426, 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/159742>>. Acesso em: 27 maio 2006.

_____. The politics of Sara ethnicity: a note on the origins of the civil war in Chad. **Cahiers d'Études Africaines**, v. 20, n. 80, p. 449-471, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1980_num_20_80_2328>. Acesso em: 27 jun. 2012.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Imperialism, the highest stage of Capitalism**. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1916/imp-hsc/index.htm>>. Acesso em: 15 out. 2009. Escrito entre janeiro e junho de 1916; publicado originalmente como um panfleto em meados de 1917 em Petrogrado; republicado em **Selected Works**, Moscou: Progress Publishers, 1963, v. 1, p. 667-766.

LLOYD, Peter Cutt. **Africa in social change: changing traditional societies in the modern world**. Harmondsworth: Penguin, 1967. (penguin African library, 7).

LOPES, José Vicente. **Aristides Pereira: minha vida nossa história**. Praia: Spleen, 2012.

LUMUMBA, Patrice Émery. Address to Congolese youth, August, 1960. In: **Patrice Lumumba: fighter for Africa's freedom**. Moscoy: Progress, 1961, p. 33-36. Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/africa/lumumba/1960/08/youth.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

_____. Statement at the closing session of the Belgo-Congolese Round Table Conference, February 20, 1960. In: **The Belgo-Congolese Round Table Conference**. Bruxelles: C. Van Cortenberg, 1960, p. 43-44. Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/africa/lumumba/1960/02/statement.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

MACAMO, Elísio. Diaspora as mission: the concept of Africa among returned slaves. In: **The Berlin-Congo Conference 1884: the partition of Africa and implications for Christian Mission today**. Berlim: CCCAAE, 2003. Disponível em: <<http://dc183.4shared.com/doc/yBFIdvPI/preview.html>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

MACÊDO, Tania. Luanda: violência e escrita. In: CHAVES, Rita de Cássia Natal; MACEDO, Tânia (Orgs.). **Marcas da diferença : as literaturas africanas de língua portuguesa**. São Paulo: Alameda, 2006, v. 2006, p. 175-187.

MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África portuguesa : a revolução metropolitana e a dissolução do império**. Mem Martins: Inquérito, 1998.

MAFEJE, Archie. The ideology of "tribalism". **The Journal of Modern African Studies**, v. 9, n. 2, p. 253-261, 1971. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/159443>>. Acesso em: 27 nov. 2008.

MALDOROR, Sarah. **Sambizanga**. [s.l.]: Isabelle Films, 1972. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TVXWIBmjkSg&feature=youtube_gdata_player>. Acesso em: 6 fev. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **La sexualité et sa répression dans les sociétés primitives**. Paris: Payot, 1976. (Petite Bibliothèque Payot). Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/malinowski/sexualite_repression/sexualite_repression.html>. Acesso em: 26 jun. 2012.

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and subject: contemporary Africa and the legacy of late colonialism**. Princeton: Princeton University, 1996. (Princeton studies in culture/power/history).

MARCUM, John. **The Angolan revolution**. Cambridge: MIT, 1969. 2v.

MARGARIDO, Alfredo. Les difficultés de la structuration des histoires des littératures des pays africains de langue officielle portugaise. In: COLLOQUE INTERNATIONAL LES LITTÉRATURES AFRICAINES DE LANGUE PORTUGAISE (1.: 1984: PARIS). **Les Littératures africaines de langue portugaise: à la recherche de l'identité individuelle et nationale: actes du Colloque International: Paris, 29-29-30 Novembre, 1 Decembre 1984**. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1985, p. 513-521.

MARQUES, António Henrique R. de Oliveira (Org.). **O império africano, 1890-1930**. Lisboa: Estampa, 2001. (nova história da expansão portuguesa, XI).

MARQUES, Irene Guerra. Nota biográfica. *In: Henrique Abranches: o homem dos sete talentos*. Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 13-14.

MARTIN, Vima Lia. Formulações utópicas em Yaka, de Pepetela, e Levantado do chão, de José Saramago. *In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana*. São Paulo, Luanda: Cultura Acadêmica, Nzila, 2007, p. 395-406.

MATA, Inocência. A condição pós-colonial das literaturas africanas de língua portuguesa: algumas diferenças e convergências e muitos lugares-comuns. *In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 43-72.

_____. **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**. Luanda: Editorial Nzila, 2007. (ensaio, 40).

_____. Da língua à cultura: alguns aspectos da problemática linguística nos Cinco (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). **Quo vadis, Romania? Zeitschrift für eine aktuelle Romanistik**, n. 27, p. 38-45, 2006.

_____. Even Crusoe needs a Friday: os limites dos sentidos da dicotomia universal/local nas literaturas africanas. **Gragoatá**, n. 19, p. 11-26, 2005.

_____. **Ficção e história na literatura angolana: o caso de Pepetela**. Luanda: Mayamba, 2010. (kunyonga).

_____. Pepetela: a releitura da história entre gestos de reconstrução. *In: Laços de memória & outros ensaios sobre literatura angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006, p. 69-84. (práxis, 7).

_____. Pepetela e a sedução da história. *In: Laços de memória & outros ensaios sobre literatura angolana*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 2006, p. 51-68. (práxis, 7).

_____; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC**. Mem Martins: Inquérito, 1999.

_____. **Memórias do colonialismo e da guerra**. Porto: ASA, 2006. (arquivos históricos).

_____; MATEUS, Álvaro. **Purga em Angola: o 27 de maio de 1977**. 5. ed. Alfragide: Texto, 2010.

MATROSSE, Dino. **Memórias (1961-1971)**. 2. ed. Luanda: Nzila, 2005. (memória, 3).

_____. **Memórias e reflexões**. Luanda: Nzila, 2008. (memória, 4).

MAUSS, Marcel. La nation. *In: Oeuvres*. Paris: Minuit, 1969, v. 3: Cohésion sociale et division de la sociologie, p. 573-625. (Le sens commun). Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/oeuvres_3/oeuvres_3_14/la_nation.html>.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.). **África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. (história geral da África, VIII). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>.

MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Berkeley: University of California, 2001.

MBOYA, Tom. **Libertad y futuro**. Barcelona: Ariel, 1965. (nuestro siglo por dentro).

MCINTOSH, Roderick. The pulse model: genesis and accommodation of specialization in the Middle Niger. **The Journal of African History**, v. 34, n. 2, p. 181-220, 1993.

MEDINA, Maria do Carmo. **Angola: processos políticos da luta pela independência**. Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2003.

MERCIER, Paul. On the meaning of “tribalism” in Black Africa. *In*: VAN DEN BERGHE, Pierre L. (Org.). **Africa: social problems of change and conflict**. San Francisco: Chandler, 1965, p. 483-501.

MESSIANT, Christine. “Em Angola, até o passado é imprevisível”: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano, em particular, o MPLA: fontes, crítica, necessidades actuais da investigação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA (2.: 1997: LUANDA). **Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação**. [Lisboa]: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 803-859.

_____. Sur la première génération du MPLA: 1948-1960: Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant (1982). **Lusotopie**, n. 1999, p. 185-221, 1999.

METZ, Steven. In lieu of orthodoxy: the Socialist theories of Nkrumah and Nyerere. **The Journal of Modern African Studies**, v. 20, n. 3, p. 377-392, 1982.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILLER, Joseph C. Kings, lists, and History in Kasanje. **History in Africa**, v. 6, p. 51-96, 1979.

_____. Nzinga of Matamba in a new perspective. **The Journal of African History**, v. 16, n. 2, p. 201-216, 1975.

_____. Requiem for the “Jaga”. **Cahiers d’Études Africaines**, v. 13, n. 49, p. 121-149, 1973. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1973_num_13_49_2728>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. Thanatopsis. **Cahiers d’Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 229-231, 1978. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1978_num_18_69_2408>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. The Imbangala and the chronology of early Central African History. **The Journal of African History**, v. 13, n. 4, p. 549-574, 1972.

_____. The politics of decolonization in Portuguese Africa. **African Affairs**, v. 74, n. 295, p. 135-147, 1975.

_____. **Kings and kinsmen: early Mbundu states in Angola**. Oxford: Clarendon, 1976.

MINTER, William. **Os contras do apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998. (Estudos, 13). Disponível em: <<http://www.aluka.org/action/showMetadata?doi=10.5555/AL.SFF.DOCUMENT.crp20006>>.

MITCHELL, J. Clyde. **The Kalela dance: aspects of social relationships among urban Africans in Northern Rhodesia**. [Manchester]: Manchester University, 1956. (The Rhodes-Livingstone papers, 27). Disponível em: <<http://www.era.anthropology.ac.uk/Kalela/>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

MOHAN, Jitendra. Ghana, the Congo, and the United Nations. **The Journal of Modern African Studies**, v. 7, n. 3, p. 369-406, 1969.

MOLITERNI, Claude. La bande dessinée arabe. *In*: SALON EURO ARABE DU LIVRE (7.: 2003: PARIS) (Ed.). **[Anais]**. Paris: Institut du Monde Arabe, 2003. Disponível em: <<http://bdzoom.com/4627/patrimoine/la-bande-dessinee-arabe/>>. Acesso em: 17 out. 2012.

MONTEIRO, Óscar. De mensageiro a meu herói. **Jornal de Angola online**, 2010. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/19/0/de_mensageiro_a_meu_heroi>.

MOORMAN, Marissa Jean. **Intonations: a social history of music and nation in Luanda, Angola, from 1945 to recent times**. Athens: Ohio University, 2008. (New African histories).

MORAES, Anita Martins Rodrigues de. Notas sobre o conceito de “sistema literário” de Antonio Candido nos estudos de literaturas africanas de língua portuguesa. **Itinerários: Revista de Literatura**, v. 30, p. 65-84, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2996>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

MORENO, José A.; LARDAS, Nicholas O. Integrating international revolution and detente: the Cuban case. **Latin American Perspectives**, v. 6, n. 2, p. 36-61, 1979. Disponível em: <<http://lap.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0094582X7900600204>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

MORGAN, Glenda. Violence in Mozambique: towards an understanding of Renamo. **The Journal of Modern African Studies**, v. 28, n. 4, p. 603-619, 1990.

MORGAN, Lewis Henry. **Ancient society, or Researches in the lines of human progress from Savagery through Barbarism to Civilization**. Calcutta: Bharti, 1944. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/morgan_lewis_henry/ancient_society/ancient_society.html>. Acesso em: 1 out. 2008.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **A sociedade angolana através da literatura**. São Paulo: Ática, 1978.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. O problema da autonomia e da denominação da literatura angolana. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tânia; VECCHIA, Rejane (Orgs.). **A kinda e a missanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo, Luanda: Cultura Acadêmica, Nzila, 2007, p. 41-53.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. Prefácio. In: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.). **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**. Lisboa; Luanda: Prefácio ; Caxinde, 2008, p. 17-42.

MOUTINHO, Mário C. **O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961**. Lisboa: Universitárias Lusófonas, 2000.

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. **História do MPLA**. [Luanda]: Centro de Documentação e Investigação Histórica do Comité Central do MPLA, 2008. 2v.

MUDIMBE, Valentin Y. **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge**. Bloomington: Indiana University, 1988.

NDEGWA, Stephen N. Citizenship and ethnicity: an examination of two transition moments in Kenyan politics. **The American Political Science Review**, v. 91, n. 3, p. 599-616, 1997. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2952077>>. Acesso em: 4 jul. 2012.

NETO, Agostinho. **...Ainda o meu sonho... (discursos sobre a cultura nacional)**. Lisboa: 70, 1980.

NGOENHA, Severino. **Das independências às liberdades**. Maputo: Paulistas, 1992.

NKRUMAH, Kwame. **Africa must unite**. London: Panaf, 1963.

_____. **A luta de classes em África**. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa, 1977. (cadernos livres, 10).

_____. **Consciencism: Philosophy and ideology for de-colonization**. [New York]: Modern Reader, 1970.

_____. **Revolutionary path**. New York: International Publishers, 1973.

_____. **Towards colonial freedom : Africa in the struggle against world imperialism**. London: Heinemann, 1962.

NOER, Thomas J. **Cold War and Black liberation : the United States and white rule in Africa, 1948-1968**. Columbia: University of Missouri, 1985.

NWAUBANI, Ebere. Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis. **Journal of Contemporary History**, v. 36, n. 4, p. 599-622, 2001.

- NYERERE, Julius K. **Freedom and unity, Uhuru na Umoja: a selection from writings and speeches, 1952-1965**. London: Oxford University, 1967.
- NZONGOLA, Georges N. The bourgeoisie and revolution in the Congo. **The Journal of Modern African Studies**, v. 8, n. 4, p. 511-530, 1970.
- OLIVEIRA FILHO, Jesiel Ferreira. **Raça e poder em textos e contextos luso-angolo-brasileiros: articulações estratégicas**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ORDRE DE LA LIBÉRATION. **Biographies des Compagnons de la Libération**. [sítio internet]. Disponível em: <http://www.ordredelaliberation.fr/fr_doc/liste_biographie.html>. Acesso em: 29 set. 2012.
- OUOLOGUEM, Yambo. **Le devoir de violence**. Paris: Seuil, 1968.
- ÖZKIRIMLI, Umut. **Theories of nationalism: a critical introduction**. Houndmills, New York: Palgrave, 2000.
- PACAVIRA, Manuel Pedro. **Angola e o movimento revolucionário dos capitães de abril em Portugal: memórias 1974/76**. [s.l.: s.n., s.d.].
- PACHECO, Carlos. **MPLA : um nascimento polémico (as falsificações da história)**. Lisboa: Vega, 1997.
- PADILHA, Laura Cavalcante. Lugares assinalados ou algumas imagens espaciais na ficção de Pepetela. In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 311-334.
- PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Unicamp, 2007.
- PEEL, John D. Y. The cultural work of Yoruba ethnogenesis. In: TONKIN, Elizabeth; MCDONALD, Maryon; CHAPMAN, Malcolm (Orgs.). **History and ethnicity**. London: Routledge, 1989, p. 198-215.
- PEIXOTO, Fabiana Lima. **Afrobetizar: análise das relações étnico-raciais em cinco livros didáticos de literatura para o ensino médio**. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola**. 1ª ed. de bolso. Lisboa: Tinta-da-China, 2011.
- PEPETELA. **A corda**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1980.
- _____. **A revolta da casa dos ídolos : (teatro) : peça em 3 actos**. Lisboa: 70, 1980.
- _____. **As aventuras de Ngunga**. Lisboa: 70, 1976.
- _____. Breve resenha do crescimento de Luanda. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 32, p. 237-244, 1997.
- _____. **Lueji: o nascimento de um império**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- _____. **Mayombe**. Ed. esp. comemorativa. Luanda: UEA, Endiama, 1989.
- _____. **Muana Puó**. Lisboa: Dom Quixote, 2009.
- _____. Não se festeja a morte de ninguém: entrevista a Rita Silva Freire. **Revista Caju**, 47. ed. 2011. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- _____. **O cão e os caluandas**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.
- _____. **Yaka**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985. (contemporâneos).

PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau — Cabo Verde**. Lisboa: Notícias, 2002.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria**. Porto: Afrontamento, 2006. (textos, 49).

_____. Ideologia nacional dos brancos angolanos (1900-1975). In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (8: COIMBRA: 2004). **A questão social no novo milénio**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/FernandoPimenta.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2009.

PINHEIRO, Patrícia McGowan. **Misérias do exílio: os últimos meses de Humberto Delgado**. [s.l.]: Contra-Regra, 1998. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/lancapatrícia/home>>.

PINTO, António Costa. **O fim do Império português : a cena internacional, a guerra colonial, e a descolonização, 1961-1975**. Lisboa: Horizonte, 2001.

PIRES, Jorge. Revolucionário no sentido lato do termo. In: MARQUES, Irene Guerra (Org.). **Henrique Abranches: o homem dos sete talentos**. Luanda: Chá de Caxinde, 2003, p. 47-50.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRAH, Kwesi K. **Anthropological prisms : studies on African realities**. Cape Town: Centre for Advanced Studies of African Society, 2008.

RAMALHO, Vítor. A liberdade morre no exílio. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura Cavalcante (Orgs.). **Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política**. Lisboa: Colibri, 2000, p. 47-50.

RANGER, Terence O. A invenção da tradição na África colonial. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence O. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 219-269.

_____. Conexions between “primary resistance” movements and modern mass Nationalism in East and Central Africa. Part I. **The Journal of African History**, v. IX, n. 3, p. 437-453, 1968.

_____. Conexions between “primary resistance” movements and modern mass Nationalism in East and Central Africa: II. **The Journal of African History**, v. IX, n. 4, p. 631-641, 1968.

_____. Iniciativas e resistências africanas em face da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Org.). **A África sob dominação colonial: 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 51-72. (história geral da África, VII).

REIS, Fidel Raul Carmo. **Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996): a configuração do campo político angolano - contributo para o estudo das relações raciais em Angola**. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea), Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/3265>>. Acesso em: 9 maio 2012.

_____; REIS, Maria do Céu Carmo. O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (3.: 1994: LISBOA) (Ed.). **Dinâmicas multiculturais: novas faces, outros olhares**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, v. 7, p. 697-709. (estudos e investigações).

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Maria do Céu Carmo. Representation sociale de la femme dans le discours nationaliste: le cas de la generation des annés 50 en Angola. **África**, v. 10, p. 140-161, 1987.

RENAN, Ernest. 26 juin 1856, lettre à Arthur de Gobineau, auteur de l'Essai sur l'inégalité des races humaines (1853). In: ROMAN, Joël (Org.). **Qu'est-ce qu'une nation? et autres essais politiques**. Paris: Pocket, 1992.

_____. **Qu'est-ce qu'une nation?** Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/Qu'est-ce_qu'une_nation_%3F>. Acesso em: 1 out. 2008. Conferência pronunciada na Universidade de Paris, em 11 de março de 1882.

RIAÚZOVA, Helena. **10 anos de literatura angolana**. [s.l.]: União dos Escritores Angolanos, 1986.

RIBEIRO-KABULU, Alberto D. C. B. Settlement of the internal conflict in Angola. **África**, v. 16-17, p. 117-123, 1993.

ROCHA, Edmundo. **Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950-1964) (testemunho e estudo documental)**. Luanda: Kilombelombe, [s.d.].

_____. Viriato da Cruz: itinerário político. In: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.). **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**. Lisboa; Luanda: Prefácio ; Caxinde, 2008, p. 109-179.

_____; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.). **Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973**. Lisboa; Luanda: Prefácio; Caxinde, 2008.

ROOSEVELT, Franklin D.; CHURCHILL, Winston S. **The Atlantic Charter, 14 Aug. 1941**. The Avalon Project. Disponível em: <<http://avalon.law.yale.edu/wwii/atlantic.asp>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

ROSÁRIO, Lourenço do. [Mini-conferência]. In: ENCONTRO DE PROFESSORES DE LITERATURAS AFRICANAS (3. : 2007: RIO DE JANEIRO). **Pensando África: crítica, ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007.

_____. O Homero angolano. In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 335-339.

SAHOVIC, Milan. L'institutionnalisation des non-alignés. **Annuaire français de droit international**, v. 23, n. 1, p. 187-196, 1977. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/afdi_0066-3085_1977_num_23_1_2036>. Acesso em: 23 jun. 2012.

SAID, Edward W. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage, 1994.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (compania de bolso).

SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). **Malhas que os impérios tecem : textos anticoloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: 70, 2011. (lugar da história).

SANTILLI, Maria Aparecida. Fatos da vida, feitos de ficção. In: CHAVES, Rita; MACÊDO, Tania (Orgs.). **Portanto... Pepetela**. São Paulo: Ateliê, 2009, p. 101-112. (estudos literários, 32).

_____. O romance angolano: marcos e marcas. In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). **Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 341-361.

SANTOS, Daniel dos. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 99-133, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000100005>. Acesso em: 10 jan. 2006.

_____. Sociedade política e formação social angolana (1975-1985). **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 32, p. 209-220, 1997.

- SARAIVA, José Flávio Sombra. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira, de 1946 a nossos dias**. Brasília: UnB, 1996. (relações internacionais).
- SECCO, Carmen Lúcia Tindó. Mayombe: os meandros da guerra e os “feitiços” do narrar. *In: A magia das letras africanas: ensaios escolhidos sobre as literaturas de Angola e Moçambique e alguns outros diálogos*. Rio de Janeiro: Barroso: Abe Graph, 2003, p. 36-43.
- SENGHOR, Léopold Sédar. O caminho africano do socialismo. *In: Um caminho do socialismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1965, p. 78-112.
- SERRANO, Carlos. **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008.
- _____. O romance como documento social: o caso Mayombe. *Via Atlântica*, n. 3, p. 132-139, 1999.
- SHEPHERD JR., George W. **Anti-apartheid: transnational conflict and Western policy in the liberation of South Africa**. [s.l.]: Greenwood, 1977.
- SHEPPERSON, George. Notes on Negro American influences on the emergence of African Nationalism. *The Journal of African History*, v. 1, n. 2, p. 299-312, 1960.
- SHIVJI, Issa G. **Class struggles in Tanzania**. Dar es Salam: Tanzania, 1975.
- SILVEIRA, Renato da. Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. *Afro-Ásia*, v. 38, p. 245-301, 2008.
- SILVEIRA, Onésimo. **África ao sul do Sahara: sistemas de partidos e ideologias de socialismos**. Lisboa: África Debate, 2004.
- SKURNIK, Walter A. E. Léopold Sédar Senghor and African Socialism. *The Journal of Modern African Studies*, v. 3, n. 3, p. 349-369, 1965.
- SLENES, Robert W. A. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil. *Revista USP*, v. 12, p. 48-67, 1992.
- SLIMANI, Leila. Du français à l’arabe dialectal. *Jeune Afrique*, Dossier Bande dessinée: oublier Tintin. 2009. Disponível em: <<http://www.jeuneafrique.com/Article/>>. Acesso em: 17 out. 2012.
- SMITH, Alan K. António Salazar and the reversal of Portuguese colonial policy. *The Journal of African History*, v. XIV, n. 4, p. 653-667, 1974.
- SMITH, Anthony D. **The ethnic origins of nations**. 3. ed. 11. reimpr. Oxford: Blackwell, 1998.
- SOARES, Francisco. No cruzar dos caminhos: a pesquisa poética de Viriato da Cruz. *In: ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés Silva (Orgs.). Angola: Viriato da Cruz: o homem e o mito: Porto Amboim (Angola) 1928 - Beijing (China) 1973*. Lisboa; Luanda: Prefácio ; Caxinde, 2008, p. 71-106.
- SOMERVILLE, Keith. The U.S.S.R. and Southern Africa since 1976. *The Journal of Modern African Studies*, v. 22, n. 1, p. 73-108, 1984.
- SOUZA, Florentina. Laços poéticos forjados pelo Atlântico negro. *In: LEÃO, Angela Vaz (Org.). Contatos e ressonâncias : literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003, p. 27-42.
- SOW, Alfa I.; ABDULAZIZ, Mohamed H. Língua e evolução social. *In: MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe (Orgs.). África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 631-662. (história geral da África, VIII). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>.
- SOYINKA, Wole. **Death and the king’s horseman: authoritative text, backgrounds and contexts, criticism**. New York: Norton, 2003.
- SPRINZAK, Ehud. African traditional Socialism — a semantic analysis of political ideology. *The Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 4, p. 629-647, 1973.

STALIN, Joseph V. **Marxism and the National Question**. Marxists Internet Archive. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1913/03.htm>>. Acesso em: 15 out. 2009. Publicado originalmente em **Prosveshcheniye**, 3-5, entre março e maio de 1913.

STANILAND, Martin. The rhetoric of centre-periphery relations. **The Journal of Modern African Studies**, v. 6, n. 4, p. 617-636, 1968.

STOCKWELL, John. **A CIA contra Angola**. Lisboa; Luanda: Ulmeiro; União dos Escritores Angolanos, 1979.

TALI, Jean-Michel Mabeko. **Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio**. Luanda: Nzila, 2001. 2v.

THOMAZ, Fernanda Nascimento. **Os “filhos da terra”: discurso e resistência nas relação coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (Orgs.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: ICS, 2002, p. 39-64.

THORNTON, John K. A resurrection for the Jaga. **Cahiers d'Études Africaines**, v. 18, n. 69, p. 223-227, 1978. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/cea_0008-0055_1978_num_18_69_2407>. Acesso em: 31 out. 2012.

_____. Legitimacy and political power: Queen Njinga, 1624-1663. **The Journal of African History**, v. 32, n. 1, p. 25-40, 1991.

TINE, Antoine. Du multiple à l'un et vice-versa? Éssai sur le multipartisme au Sénégal (1974-1996). **Polis: revue camerounaise de science politique**, v. 3, n. 1, 1997. Disponível em: <<http://www.polis.sciencespobordeaux.fr/vol3n1/article4.html>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

TOMÁS, António. **O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral**. 2. ed. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

- TOURÉ, Ahmed Sékou. **L'Afrique et la révolution**. Paris: Présence Africaine, 1966.
- _____. **La Guinée et l'émancipation africaine: l'action politique du Parti Démocratique de Guinée**. Paris: Présence Africaine, 1959.
- TREVOR-ROPER, Hugh Redwald. **The rise of Christian Europe**. [s.l.]: Harcourt, Brace & World, 1965.
- TSHOMBÉ, Moisés. **Auto-biografia de quinze meses no governo do Congo**. Lisboa: Galeria Panorama, 1976.
- VAIL, Leroy (Org.). **The creation of tribalism in Southern Africa**. Berkeley: University of California, 1991.
- VANSINA, Jan. More on the invasions of Kongo and Angola by the Jaga and the Lunda. **The Journal of African History**, v. 7, n. 3, p. 421-429, 1966.
- _____. The foundation of the Kingdom of Kasanje. **The Journal of African History**, v. 4, n. 3, p. 355-374, 1963.
- VELOSO, Jacinto Soares. **Memórias em voo rasante**. [Maputo]: JVICI, 2007. Disponível em: <<http://voorasante.com>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- VENÂNCIO, José Carlos. **Uma perspectiva etnológica da literatura angolana**. Lisboa: Ulmeiro, 1987.
- VERGER, Pierre. **Flux et reflux de la traite des esclaves entre le golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos, du dix-septième au dix-neuvième siècle**. Paris: Mouton, 1968. (monde d'outre-mer passé et présent, 30).
- VERLET, Martin. Le mouvement des non-alignés après La Havane : contradictions et dynamique. **Tiers-Monde**, v. 21, n. 81, p. 185-194, 1980. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/tiers_0040-7356_1980_num_21_81_4213>. Acesso em: 23 jun. 2012.
- VILLAR, Diego. Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 165-192, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000100006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 jul. 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 447-470.
- _____. Left and Right in Africa. **The Journal of Modern African Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-10, 1971.
- WA THIONG'O, Ngũgĩ. **Decolonising the mind : the politics of language in African literature**. London, Portsmouth: J. Currey, Heinemann, 1986.
- _____. **Pétalas de sangue**. Luanda: INALD, 1979. (vozes de África, 8).
- WEISSMAN, Stephen. CIA covert action in Zaire and Angola: patterns and consequences. **Political Science Quarterly**, v. 94, n. 2, p. 263-286, 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2149851>>. Acesso em: 27 maio 2006.
- WITTE, Ludo de. **The assassination of Lumumba**. 2. ed. New York: Verso, 2002.
- WRIGHT, Richard. **The color curtain: a report on the Bandung Conference**. Cleveland: World, 1956.
- YOUNG, Crawford. United States policy toward Africa: silver anniversary reflections. **African Studies Review**, v. 27, n. 3, p. 1-17, 1984.
- YOUNG, Robert. **White mythologies: writing History and the West**. London, New York: Routledge, 1990.

ZAMPARONI, Valdemir D. Colonialism and the creation of racial identities in Lourenço Marques, Mozambique. *In*: SANSONE, Livio; SOUMMONI, Elisée; BARRY, Boubacar (Orgs.). **Africa, Brazil and the construction of trans-Atlantic Black identities**. Trenton, Asmara: Africa World, 2008, p. 20-43.

_____. **De escravo a cozinheiro : colonialismo & racismo em Moçambique**. Salvador: Edufba, 2007.

_____. **Entre “narros” & “mulungos”: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890-c.1940**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Monhés, baneanes, chinas e afro-mahometanos: colonialismo e racismo em Lourenço Marques Moçambique, 1890-1940. **Lusotopie**, n. 2000, p. 191-222, 2000. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/zamparoni.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2012.

Fundos e séries documentais

Portugal,
Arquivo Nacional Torre do Tombo,
Serviço de Coordenação e Centralização de Informações de Angola (PT TT SCCIA)

- Relatórios da Situação (003)
- Processos de Informação

Portugal,
Arquivo Nacional Torre do Tombo,
Serviço de Coordenação e Centralização de Informações de Moçambique (PT TT SCCIM)

- Centro de Documentação (A)

Portugal,
Fundação Mário Soares,
Fundo Mário Pinto de Andrade (PT FMS DMA)

- Lutas de Libertação (04)
- Correspondência (06)
- Recortes Imprensa (09)

United States,
National Archives II,
Department of State, Central Files (US NARA DS/CF)

- Portugal — Angola — Nationalism (753N.00)

United States,
University of Massachusetts Amherst Libraries,
Special Collections and University Archives, W. E. B. Du Bois Papers (US UM MS 312)